



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

ARTUR DE FREITAS PIRES

“A VIDA DO CRIME É LOUCA”: AS RELAÇÕES CRIMINAIS
EM UM COMPLEXO DE FAVELAS

FORTALEZA

2018

ARTUR DE FREITAS PIRES

“A VIDA DO CRIME É LOUCA”: AS RELAÇÕES CRIMINAIS
EM UM COMPLEXO DE FAVELAS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Área de concentração: Cultura, política e conflitos sociais.

Orientador Prof. Dr. Luiz Fábio Silva Paiva.

FORTALEZA

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

P743 Pires, Artur de Freitas.
“A vida no crime é louca”: As relações criminais em um complexo de favelas.
/ Artur de Freitas Pires. – 2018.
298f. : il. color.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de
Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza, 2018.
Orientação: Prof. Dr. Luiz Fábio S. Paiva

1. Violência. 2. Conflitos sociais. 3. Relações criminais. 4. Artes de fazer.
I. Título.

CDD 301

ARTUR DE FREITAS PIRES

“A VIDA DO CRIME É LOUCA”: AS RELAÇÕES CRIMINAIS

EM UM COMPLEXO DE FAVELAS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Área de concentração: Cultura, política e conflitos sociais.

Aprovada em: ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Luiz Fábio S. Paiva (orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. César Barreira
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Adalton José Marques
Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF)

Aos meus amigos assassinados
Thiago, Carlim (Shade), Lucas (Bobim).

Em memória de meus avós
vô Chico, vó Bibi, vô Cazuza, vó Isabel, vó Socorro.

Sementes do tempo.

AGRADECIMENTOS

De antemão, agradeço ao meu orientador e amigo, Luiz Fábio Silva Paiva, pelas trocas intelectuais e pelos valerosos ensinamentos teóricos e metodológicos, mas principalmente pelo apoio humano e fraterno na condução de todo o processo de orientação. Luiz, eu não poderia ter feito melhor escolha.

Agradeço também ao CNPq por financiar durante 24 meses a construção dessa pesquisa. Sou grato igualmente ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFC, que me ofereceu todas as condições para desenvolver essa dissertação. Aproveito para agradecer a todo o corpo docente do Programa, bem como à equipe do secretariado, da limpeza e da segurança do Centro de Humanidades III.

Agradeço sobremaneira ao professor Geovani Jacó (UECE) pelas preciosas contribuições no exame de qualificação. Estendo o agradecimento aos professores César Barreira (UFC) e Adalton Marques (UNIVASF) por participarem da banca de defesa dessa dissertação.

Sou grato à amiga Jaci, que transcreveu algumas das entrevistas, e principalmente à amiga Julia, que transcreveu mais de 15 horas de gravações. Julia, as histórias são fortes, mas a gente aprende com elas, né? Aprende, sobretudo, que a gente não pode ficar de braços cruzados.

Sou profundamente grato à amiga Ana Paula, agente comunitária de saúde, que me intermediou muitas entrevistas durante o trabalho de campo. Sua participação neste trabalho foi fundamental. Estendo esse agradecimento ao Cláudio, outro agente comunitário de saúde com quem igualmente realizei visitas nas casas de alguns interlocutores da pesquisa.

Gratidão enorme a todas as pessoas com quem conversei durante o trabalho de campo, às senhoras e senhores, às mulheres e homens, e aos muitos jovens e adultos que se dispuseram a me contar parte de suas histórias. Sem vocês, essa pesquisa não seria possível.

Agradeço à ex-companheira e amiga Bárbara, com quem troquei muitas ideias construtivas e fundamentais durante todo o desenvolvimento da pesquisa. Com sua enorme sensibilidade e seu sentido de humanidade tão aflorados, ela me ensinou muito, não apenas sobre técnicas metodológicas, mas sobre coisas da vida.

Sou igualmente grato à ex-companheira e amiga Beatriz, com quem, em anos de convivência, aprendi tantas e tantas sabedorias sobre uma maneira humanizada, justa, amorosa e fraterna de enxergar o mundo.

Não poderia esquecer aqui dos meus amigos e amigas, a quem me lamentei tantas vezes de cansaço e fadiga mental, emocional e física durante a produção textual dessa dissertação. Não me atrevo a nomear ninguém aqui. Vocês sabem quem são. Vocês dão sentido à minha vida e estão sempre me mostrando que as amizades são tronco forte que não enverga. Tamo junto, negada!

Sou espiritualmente grato aos meus pais, Ana Lúcia e Francisco de Assis, duas almas interioranas: ela, do cariri cearense; ele, do sertão piauiense. Tento manter firme em mim, graças a vocês, toda a simplicidade matuta e sábia do interior nordestino. Não há palavras aqui que sejam capazes de dimensionar meu amor por vocês. Estendo esse agradecimento amoroso e afetivo às minhas irmãs, Alana, Isabel e Jocasta, aos meu irmãos, Mozart (em memória) e Assis, às minhas sobrinhas, Raíssa e Sara, e ao meu sobrinho, Cauã. É muito bom olhar nos olhos de cada um de vocês e me reconhecer neles.

Por fim, quero agradecer àquilo que é indizível e inexplicável, que a gente só intui. Aquilo que eu posso perceber intuitivamente nos meus cachorros, Bono e Estrela, nas plantas, no mar, no rio, no sol, na lua e nas estrelas... numa rajada de vento, na mata... muito obrigado Vida Infinita, por me permitir aprender-a-viver!

*“Eu quase que nada sei, mas desconfio de
muita coisa”*

(Guimarães Rosa).

*“E hei de entoar cantos também a vocês,
réus à margem da lei,
pois eu os fito com olhos de parentesco
e trago vocês comigo
como a todos os outros”*

(Walt Whitman)

RESUMO

Esta pesquisa é uma tentativa de compreender o sentido ou as conexões de sentido das ações praticadas pelas pessoas envolvidas diretamente com as atividades criminais em bairros populares. O recorte analítico é o que estou denominando Grande Tancredo Neves: um complexo de comunidades pauperizadas circunvizinhas situadas na região sudeste de Fortaleza, de aproximadamente 40 mil habitantes, que se interconectam e se segregam pelos tráficos de armas e drogas, mas também se entremeiam e aproximam-se pelas redes de vizinhança, pelos laços afetivos e de parentesco, bem como pelos comércios e serviços. Intento tecer uma análise interpretativo-hermenêutica das relações criminais e suas respectivas *artes de fazer*, ou seja, as práticas e agenciamentos operados pelos agentes da criminalidade pobre, procurando entender o praticante de delitos e seu processo de subjetivação: os sentimentos de pertença ao território, a construção de uma identidade marginal, a “escolha” pela “carreira” criminal, as redes de socialidade, os códigos de conduta e comportamento, os rituais de passagem e os momentos liminares da “vida no crime”, a alegada “crueldade”, e, por fim, sua agência ambígua, duplamente vinculada: de um lado, resistência e antidisciplina à ordem hegemônica; por outro, reprodução de parte dos mecanismos de poder e dominação dessa mesma estrutura. Enfim, compreender o agente criminal pauperizado não como uma mônada alienada à sua configuração sociohistórica, mas inserido em um fenômeno reticular, em uma complexa e infinita rede interdependente de relações, que amiúde ativa ações contraditórias. Apresento caminhos teórico-metodológicos que foram traçados para a compreensão do objeto, bem como tento fazer uma descrição densa do campo em diálogo com uma análise sobre as redes e as maneiras de sociabilidade que se estabelecem entre as pessoas do local. O trabalho foi desenvolvido sob três eixos: i. um mergulho teórico-reflexivo em trabalhos anteriores com temáticas afins; ii. uma análise histórico-documental de jornais e revistas, mormente de veículos locais; iii. sobretudo por meio de uma *imersão etnográfica*, “de perto e de dentro”. As técnicas metodológicas empreendidas são a observação direta e participante, as entrevistas não sistematizadas – as conversas nas calçadas, bares, mercadinhos, feiras e praças – e entrevistas semiestruturadas, a partir de um roteiro-base. Estas são realizadas principalmente com praticantes de modalidades criminais diversas, como roubo, assalto, tráfico de drogas e armas, etc., mas também ocorrem com pessoas que não encampam atividades ilícitas – e que formam a maioria dos moradores e moradoras do local.

Palavras-chave: Violência. Conflitos sociais. Relações criminais. Artes de fazer.

ABSTRACT

This research is an attempt to understand the sense of actions practiced by people involved with criminal activities at popular neighborhoods. The focus analytical and the field search is on the Grande Tancredo Neves, a roughly 40 thousand inhabitant's complex of slums that interconnect and segregate themselves by drugs and guns trafficking, but also join themselves and approach by neighborhoods networks, affective and kinship relations, as well as by trading and services. I aim make an hermeneutics analysis of criminal relations and their *manners to do* the crime operated by poor "criminals", seeking understand their subjective processes: the territorial's feelings, the construction of a marginal identity, the "choice" by criminal "career", the sociability networks, the behavior's codes, the rituals and liminal moments of "thug life", the famous "cruelty", and, at last, their ambiguous actions: in one sense, resistance and antidiscipline against hegemonic order; by other side, reproduction of some power and domination mechanisms of this structure. At all, I want to understand the poor criminal agent not as isolated of your social and historic configuration, but inserted in a netlike phenomenon, therefore, in an infinite and complex interdependent network of relations, that often activate contradictory actions. I bring some theoretical-methodological paths that I am following to arrive at the object, as well as attempt to make a dense description of the Grande Tancredo Neves, in addition to analyze the sociability manners and networks of local people. This investigation is developed under three battlefronts: i. a theoretical-reflexive diving in previous writings with similar themes; ii. an historical-documental analysis of newspapers and magazines, mainly of local press; iii. above all through an ethnography immersion, "up close and from inside". The methodological techniques performed are direct and participant observation, non-systematized interviews – chats at sidewalks, bars, corner stores, street markets, public squares etc. – and semi-structured interviews, from a script previously elaborated. These ones are made mainly with criminal agents of diverse modalities, as robbery, assault, drugs and guns trafficking etc., but also occur with people non-involved with criminal activities – by the way, these persons constitute the absolute majority of local inhabitants.

Keywords: Violence. Social conflicts. Criminal relations. Manners to do.

Sumário

1 ALINHAVADOS INICIAIS	13
2 GRANDE TANCREDO NEVES: TERRITÓRIOS, PESSOAS E RELAÇÕES SOCIAIS .	52
2.1 Bairro, comunidade e favela: agências discursivas em disputa	57
2.2 Territórios e territorialidades: a produção do espaço social	61
2.2.1 Vila Cazumba	68
2.2.2 Conjunto Tancredo Neves	73
2.2.3 Conjunto Tasso Jereissati	83
2.2.4 Conjunto Vila Verde	87
2.3 As relações sociais das camadas populares: compreendendo a socialidade favelada	89
2.3.1 Estabelecidos e outsiders: a favela dentro da favela	101
2.3.2 Trabalhadores e bandidos: uma clivagem ambígua para uma relação simbiótica	105
3 O SISTEMA DE RELAÇÕES SOCIAIS DO CRIME	114
3.1 Sistema de relações sociais do crime: linha de fuga teórico-empírica às reificações da <i>doxa</i> e do senso comum douto	116
3.2 Direito, polícia, prisão, mídia e produção social da delinquência: O delta reticular por onde escoam as relações sociais do crime	124
3.2.1 “O dinheiro fala mais alto, [com ele] se torna mais fácil de fazer justiça”: A violência do aparelho judiciário	124
3.2.2 “O crime nunca vai acabar por causa da polícia”: O comércio de mercadorias políticas	128
3.2.3 Tecnopolítica da punição: A função econômica do encarceramento	141
3.2.4 Meios de comunicação de massa: A fabricação da realidade	144
3.2.5 Estado punitivo-penal e a produção social da delinquência	146
4 AS ARTES DE FAZER O CRIME NO GRANDE TANCREDO NEVES.....	154
4.1 A “escolha” é uma escolha? Compreendendo o ingresso nas relações criminais	154
4.1.1 “Criei minha fiazinha só às custas de [vender] droga”	155

4.1.2 “Se quiser [ganhar] uma coisinha a mais tem que ir pro crime mesmo”	156
4.1.3 O prazer pelo risco e o <i>ethos</i> de aventura	158
4.1.4 Consumo, dinheiro e sexo: a tríade hedonista da sociedade do espetáculo	161
4.1.5 “A revolta também gera isso aí”: traumas, complexos e a luta por reconhecimento	168
4.2 “Fura até o colete dos homi”: As armas como “símbolo dominante”	178
4.3 “É o certo pelo certo; o errado tem que ser cobrado”: Os códigos morais da criminalidade favelada	182
4.3.1 “Mãezinha”: uma categoria nativa que põe em suspensão o <i>ethos</i> violento	189
4.3.2 “Pirangueiro”, “noia”, “cabueta”, “boca de prata”, “corre de ganso”, “atrasado”: compreendendo algumas categorias negativadas da moralidade criminal	191
4.4 “Você conquista o respeito, você num impõe”: A liderança nas relações criminais ..	198
4.5 As “brigas de trono”: o <i>ethos</i> guerreiro da criminalidade favelada	204
4.6 “Traficante é aquele que nem pega na droga”: analisando o tráfico varejista nas favelas	214
4.7 O assaltante como um <i>profanador ritual</i> da interação face a face	220
4.8 “O cara num nasceu pra viver no crime o resto da vida não”: As tentativas de saída das relações criminais	226
4.9 Uma tentativa de diálogo entre a “vida nua” e a crueldade	229
5 A EFICÁCIA SIMBÓLICA DAS FACÇÕES	236
5.1 O contexto sócio-histórico e operacional das facções no Ceará	238
5.2 “Esse negócio de gangue acabou-se”: Considerações sobre a “paz”	248
5.3 Batismos de morte e o <i>ethos do trabalho</i> nas relações criminais	255
5.4 “A guerra voltou”: A Era das Chacinas no Ceará	266
5.5 A relevância estratégica do Ceará para o tráfico internacional de drogas	272
5.6 “Todo mundo sabe”: As afinidades eletivas entre as facções criminais e a <i>Realpolitik</i>	276
6 COSTURAS FINAIS	279

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	285
Matérias de jornais e revistas	295
Músicas	298

1. ALINHAVADOS INICIAIS

Esta pesquisa começa “ao rés do chão, com passos”¹, no ano de 2000, quando pela primeira vez caminhei pelas ruas de uma favela. O ato de caminhar é uma apropriação muitas vezes criativa do caminhante sobre o ambiente topográfico da cidade; é, dessa forma, uma produção agenciada sobre o espaço social. As andanças etnográficas foram parte fundamental da pesquisa. Voltando ao ano 2000, um amigo mais velho do bairro onde morava, no qual a comunidade da Vila Cazumba está inserida, me ciceroneou com as devidas precauções, afinal ele já conhecia parte dos códigos morais que ali vigoravam, e eu era só um menino de quinze anos. Enquanto caminhávamos rumo à favela naquela tarde de sol aberto e céu azul sem nuvens, um mundo de possibilidades povoava meus pensamentos. Nessa primeira vez, no percurso a pé da praça à “bocada”², não faltou o costumeiro frio na barriga motivado pela ansiedade do encontro com o desconhecido, tendo como adendo o fato do local prestes a ser descoberto ser reconhecido socialmente como “perigoso”.

No entanto, ao chegar lá e ser devidamente apresentado ao traficante-mor da área, a sensação que me tomou foi de empoderamento. Para um adolescente classe-mediano, a favela era um *locus* até então inalcançável, que eu apenas ouvia falar com certa dose de magia e mística. Conhecê-la despertava em mim curiosidade lancinante; na escola particular onde estudava, havia colegas que queriam conhecer a *Disneyworld*, eu queria conhecer o *Tranquedo*, tão perto geograficamente, tão distante social e culturalmente.

Posso afirmar, com certa dose de reflexividade, que minhas incursões etnográficas no universo sociossimbólico de comunidades pauperizadas começaram nesse dia. Ter a

¹ A frase à qual esta nota faz referência é de Michel de Certeau (2014[1980], pp. 164; 166; 170). O filósofo, sociólogo e historiador francês sublinha que “caminhar está para o sistema urbano como a enunciação está para a língua. [...] O ato de caminhar parece, portanto, encontrar uma primeira definição como espaço de enunciação. [...] A caminhada afirma, lança suspeita, arrisca, transgride, respeita etc. as trajetórias que ‘fala’. [...] Caminhar é ter falta de lugar”. Certeau discorre sobre uma arte do caminhante, sobre as veredas do caminhar como agência sobre o mundo social (*ibid.*: “Caminhadas pela cidade”, pp. 157-177). Percebo um claro diálogo entre o “caminhante” de Certeau e o *flâneur* de Charles Baudelaire. O cronista carioca do início do século XX, João do Rio, também bebeu bastante em suas crônicas citadinas da estética baudelairiana. Dizia ele: “Eu amo a rua. [...] Nós somos irmãos, nós nos sentimos parecidos e iguais; nas cidades, nas aldeias, nos povoados, não porque soframos, com a dor e os desprazeres, a lei e a polícia, mas porque nos une, nivela e agremia o amor da rua” (2007[1908], p. 9).

² Com suas variações lexicais, também conhecida como “boca (de fumo)”, ou, principalmente em São Paulo, “biqueira”: local onde são comercializadas substâncias psicoativas ilícitas, sobretudo maconha, cocaína, “crack” (um subproduto da cocaína) e, dependendo do local, também drogas lícitas – legalmente vendidas apenas em farmácias sob prescrições restritas – como os psicotrópicos “tarja preta” (Rivotril, conhecido popularmente como “rocha”; e Artane, a “aranha”). A “bocada” na favela é algumas vezes a casa onde reside, com sua família, o varejista que revende as substâncias ilegais, mas pode ser também, muitas vezes, um barraco utilizado exclusivamente para o fim de transacionar estas mercadorias. Falaremos mais aprofundadamente sobre esta categoria nativa em capítulo ulterior.

oportunidade de descobrir no florescer da adolescência as práticas e as dinâmicas culturais da periferia foi relevador, existencial e epistemologicamente, para a minha condição classe-mediana. A cada vez que adentrava o território estigmatizado destes assentamentos precários, mais aprendia sobre assimetrias sociais, desigualdades de oportunidades, negligência e omissão das agências estatais, criminalidade e violência; compreendia, em exercício autorreflexivo, como a minha condição encobria, com um véu de hipocrisia e higienização, a vasta complexidade societal; e emergiam então, diante de minha subjetividade, as contradições objetivas da realidade social. Tudo que era sólido desmanchava-se no ar e eu era finalmente levado a arrostar minha posição social de privilégios atávicos³. O mundo desencantava-se para, logo em seguida, mostrar-se mais *real* com as descobertas daquele multifacetado lugar. Não eram os livros da escola que estavam me ensinando, mas a experimentação vivencial; mais especificamente, as ruas e becos das comunidades faveladas.

Dessa maneira, ao longo dos últimos dezoito anos, teci e solidifiquei uma diversificada rede de relações sociais com populações moradoras de áreas pauperizadas, seja:

i) *pele comércio ilegal de substâncias psicoativas*, que na maioria das vezes exige a presença do comprador *in loco*. Com o correr dos anos, estabeleci coleguismos e amizades com muitos trabalhadores do tráfico varejista, uma vez que a assiduidade, o eterno retorno à bocada, ou seja, uma legitimada *clientelização*, nos familiarizava. Algumas vezes fui convidado a entrar em suas casas e barracos enquanto eles “endolavam”⁴ a mercadoria, outras vezes consumi a substância na própria bocada – uma espécie de degustação gratuita e prévia, um *test drive* – a convite do anfitrião, que nesses eventos encampavam uma posição estratégica para fidelizar seus clientes. Há um episódio crucial, em meados da década passada, que me permitiu angariar recursos simbólicos de consideração de um “patrão”⁵ de uma favela próxima à minha residência à época. Um amigo em comum que tínhamos o levou certa vez na minha casa. Dessa vez era eu o anfitrião. Em meio a uma roda de conversa descontraída,

³ Aqui, parafraseei uma passagem do *Manifesto Comunista*, em que Marx e Engels, ao analisarem as transformações da sociedade capitalista dos Oitocentos asseveraram: “Tudo o que era sólido se desmancha no ar, tudo o que era sagrado é profanado, e por fim o homem é obrigado a encarar com serenidade suas verdadeiras condições de vida e suas relações com a espécie” (2003[1848], p. 29).

⁴ Endolar é uma corruptela oral que se refere a embrulhar a substância psicoativa em um saquinho plástico, no caso da cocaína, ou em papel alumínio ou papel filme, geralmente para a maconha. Refiro-me a como as drogas são endoladas em Fortaleza. Os objetos usados para endolação variam de acordo com os estados. No Rio de Janeiro, por exemplo, a cocaína é majoritariamente vendida em cápsulas plásticas. Daniel Hirata discorre sobre esse processo na periferia pesquisada em São Paulo: “No momento em que endolam usam as drogas e depois cada pessoa que realizou esta atividade recebe uma ‘cota’ que pode levar quando termina o processo. A endolação pode ser inclusive o início de uma festa, pois neste momento a firma foi ‘abastecida’ e este momento de ‘fatura’ é motivo de felicidade” (2010, p. 66).

⁵ Essa categoria nativa será aprofundada conceitual e empiricamente em capítulo posterior. De antemão, adianto que “patrão” é o líder local, o “cabeça” de um grupo criminal de determinado território.

bebidas, drogas ilícitas e mulheres, e sem o muro simbólico que a bocada representa, pudemos dialogar sem tantas mediações e limitações próprias aos papéis de *traficante* e *cliente*; nesse dia desconstruímos parte considerável das barreiras sociopsíquicas que mantêm as assimetrias simbólicas nessas relações. Dali em diante, pude frequentar seu bar de “fórró da favela” sem pagar ingresso: era preciso apenas uma ligação e ele autorizava junto aos seguranças minha entrada. Particpei também de alguns de seus aniversários – eventos que congregavam boa parte das redes de vizinhança da favela –, bem como das festas que promovia no Dia das Crianças, quando ele comprava brinquedos e comidas para a meninada da localidade.

No final do ano passado, esse amigo foi assassinado brutalmente num dia em que resolveu “dar um rolé” em um bairro periférico vizinho cuja facção era rival à de seu território. A morte gerou uma comoção coletiva na favela onde era “patrão”, bem como em diversas comunidades de Fortaleza, uma vez que ele era bastante conhecido em muitas “quebradas” da cidade, já que sua casa de *show* atraía pessoas de muitas periferias.

Voltando à questão central, em diversos momentos ao longo desses anos houve na interação com alguns desses trabalhadores varejistas da droga uma cumplicidade que punha em suspensão momentânea as dissimetrias socioeconômicas e, por outro lado, nos aproximava ontologicamente (Pires, 2014b), ainda que amiúde o pano de fundo da relação fosse comercial;

ii) *pelo lazer recreativo em casas de show de reggae e “fórró da favela”*. Desde os primeiros anos dos 2000 passei a frequentar clubes de *reggae* na cidade cuja maioria do público é composta por moradores de periferias e bairros populares (Pires, 2013). Anos depois, em meados da década passada, iniciei minhas andanças pelos clubes e bares de “fórró da favela”, tanto aqueles que ocorriam no Conjunto Alvorada como no Grande Tancredo Neves, ambos na zona sul de Fortaleza. O “fórró da favela” é um produto da indústria cultural fonográfica, e tem maior ressonância principalmente entre os segmentos populares. Estes clubes de *reggae* e de fórró são arquipélagos sociais, ou seja, espaços separados e vivenciados como ilhas de lazer dos pobres, locais onde a juventude marginalizada pela estrutura monotemática da cidade sente-se plenamente à vontade, pois encontra identificação numa corporalidade periférica, bem como, sem reservas e riscos de julgamentos morais opressores, pode compartilhar suas expressões éticas e estéticas;

iii) *pelas gangues de “pixação”*. A pichação foi a primeira atividade que me aproximou de todo esse “mundo” da favela. Ainda em 1998, rabisquei meus primeiros *xarpis* nos muros alheios e já em 2000 participei da fundação da União dos Grafiteiros (UG), gangue de “pixação” à qual integro ainda hoje. Alguns dos interlocutores da pesquisa – praticantes de

atividades criminais como roubos, assaltos e tráfico de drogas e armas – são também meus companheiros de UG, e me intermediaram muitas das articulações dentro do campo. A pichação por si só, acionadora de grafismos indecifráveis, encampada em sua maioria por jovens suburbanos, é um código linguístico de incalculável riqueza semiótica. Os seus adeptos, em sua maioria jovens marginalizados pelo tecido social, têm com os centros urbanos uma relação cúmplice e visceral. Passeiam pelas cidades mirando os muros, paredes aparentemente vulgares, contemplando-as como se, analogamente ao universo dos salões, exposições e museus, fossem telas de artistas canônicos. Olham para os prédios, esses monstros de concreto, buscando soluções engenhosas para escalá-los – por dentro ou por fora – para, enfim, gritarem lá do alto, em forma de rabiscos, suas angústias, frustrações, anseios, sonhos, vontades etc. Saem de suas casas, geralmente às madrugadas, para riscar suas expressões e impressões, seus gritos entalados e reprimidos por uma sociedade que os marginaliza e exclui.

Ocupam as ruas nas noites sem dono, ao lado de mendigos, prostitutas e outros despossuídos da ordem hegemônica. São artistas táticos⁶, parte imprescindível da paisagem criadora e transformadora da cidade, que se “reapropriam do espaço organizado pelas técnicas da produção sociocultural” (Certeau, 2014[1980], p. 41). A pichação na Grande Fortaleza é efervescente, a região metropolitana da capital cearense tem uma das maiores cenas pichadoras do Brasil, possivelmente apenas menor, em termos percentuais (na relação população/número de pichações), que a cena da metrópole paulistana⁷. Sem precisar incorrer em idealizações, penso que constitui-se como um dos muitos movimentos sociais dos oprimidos (Pires, 2014c). Suas *mega* reuniões, geralmente realizadas em praças de bairros pauperizados, atraem e congregam centenas de jovens favelados de todas as “*z áreas*” da cidade;

iv) *pelo futebol de várzea e nas praças*. Com o salto exponencial do processo de especulação imobiliária em Fortaleza nas últimas duas décadas, muitos campos suburbanos deram lugar a torres residenciais, empresariais e condomínios fechados. Mas o futebol de subúrbio, de várzea e de praças populares ainda resiste, e é nestes espaços públicos que ocorre uma diversificada sociabilidade, principalmente entre as populações periféricas, que não têm

⁶ O conceito de tática aqui empreendido é aquele conceituado por Michel de Certeau (2014[1980], p. 94): “A tática não tem por lugar senão o do outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto [...]: a tática é movimento ‘dentro do campo de visão do inimigo’”.

⁷ Digo “possivelmente” porque não me baseio em nenhum estudo sobre o tema. A assertiva é levantada a partir de uma experiência empírica pessoal de analisar a quantidade e a qualidade dos muros pichados em diversas capitais brasileiras, das regiões sul, sudeste, nordeste e no Distrito Federal (norte e centro-oeste não fizeram parte da amostragem, porque não estive *in loco* nessas regiões).

condições de despende recursos monetários para “bater um racha” em campos privados de futebol *society*. A quadra de futebol de salão da “pracinha” da Cidade dos Funcionários foi um local onde construí amizades e me interrelacionei com muitos outros jovens das comunidades Vila Cazumba, Tancredo Neves, Tasso Jereissati, Vila Verde, Cajazeiras, etc. Ademais, algumas vezes fui jogar nessas comunidades a convite desses mesmos amigos. Destarte, o futebol de várzea se configura como um satélite em cuja órbita movimentam-se diversas outras redes de socialidade, principalmente relacionadas ao setor de serviços (bares, mercadinhos, pontos de lanche etc.), mas em alguns casos em associação direta com as relações criminais na localidade, uma vez que há casos em que “patrões” são financiadores, ou, como se diz na linguagem nativa, “donos” dos times;

v) *pelo movimento de torcidas organizadas*. Estas são também redes de coletivos juvenis majoritariamente vivenciadas pelas populações de bairros populares, que – proponho com hipótese empírica – manifestam por meio de uma violência exacerbada contra os torcedores rivais (violência esta que é, mais do que estratégia ou vontade de sobrepujar-se ao outro, sobretudo performática) uma vida de despossessão material e simbólica, totalmente submetida a violações de direitos civis e sociais. O antropólogo Stanley Tambiah (1996; 1997) elaborou uma análise interessante sobre a performance encampada por massas aparentemente caóticas, mas organizadas em prol de um objetivo comum – como são, ao meu ver, as torcidas organizadas. No seu caso, Tambiah lidava principalmente com os conflitos etnonacionalistas no sul da Ásia. Mas suas palavras, no meu entendimento, podem ser satisfatoriamente empregadas para pensar as torcidas de futebol: “Uma *performance* repetida e encenada em sequência que [...] implica diversas modalidades sensoriais por meio das quais os participantes vivem o evento de modo intenso e com grande impacto” (1997, p. 15). Por muitos anos, fui filiado à Torcida Uniformizada do Fortaleza (TUF) e vivenciei durante parte considerável da adolescência e do início da fase adulta muitos acontecimentos relacionados à *socialidade guerreira* das torcidas organizadas, capitaneadas por jovens moradores de territórios favelados.

Ainda dialogando com o antropólogo do Sri Lanka, ressalto que muitos dos violentos confrontos, mantidos a paus, pedras e bombas caseiras contra as torcidas rivais, e por outro lado a onipresente fuga da polícia, se apresentavam como parte significativa de um processo contínuo de *rotinização* e *ritualização*, no sentido como analisou Tambiah (1996). Esses rituais rotineiros eram componentes imprescindíveis à socialidade da TUF e tinham uma função importante de coesão grupal, à maneira como pensou Victor Turner (1986);

vi) *pelo setor de comércio e serviços*. Devido à proximidade de onde moro com o complexo de favelas objeto da pesquisa – apenas alguns quarteirões –, realizo diversas atividades relacionadas ao setor terciário nestas comunidades: almoço ou janto em pontos de lanches, *self-services* sem peso e padarias; levo a bicicleta e o carro para conserto em borracharias e oficinas; compro frutas, verduras e outras mercadorias na feira popular que ocorre todas as quintas-feiras; e, nesse caso sem relação comercial, às vezes também passeio com os cachorros pelas ruas do território.

Ao longo dessas quase duas décadas, portanto, firmei redes afetivas de amizade e de proximidade que ainda mantenho atualmente. Os primeiros anos foram certamente os mais difíceis no tocante à imersão, pois há uma enorme resistência, de início, em ser aceito a coletivos nos quais sua condição de privilegiado configura-se às vezes como um ultraje e um desequilíbrio à unidade grupal. Ademais, o simples contato entre existências individuais tão contrastantes pode vir a acionar mecanismos sociais que envolvem estigmatizações, além de amiúde trazer à tona traumas, complexos e outros fatores endopsíquicos. Nesses anos incipientes de necessidade de autoafirmação dentro da “galera”, para muitos eu era o *playboy*⁸ que queria fazer parte da gangue. A “consideração”⁹ para além dos estereótipos só viria, de fato, após anos de intensa convivência. Da “galera das *záreas*” com quem interrelaciono desde a adolescência sou uma das raras exceções que optou por percorrer o circuito acadêmico. Como diz o lugar-comum, “um ponto fora da curva” dentro do meu núcleo de amigos da União dos Grafiteiros, vizinhos de bairro, agentes das classes populares.

Esse recorte sintético de parte de minha história pessoal não é fortuito, ou alheio aos objetivos da pesquisa; longe de ser um narcisismo metodológico, pelo contrário, tem a função de esclarecer meu lugar de fala. Uma posição, de certa forma, com tons de ambiguidade: de um lado, a circunstância classe-mediana, com todas as oportunidades privilegiadas de manter e acumular recursos de capital simbólico (cultural, político, econômico, etc.) que esta condição evoca; por outro, um mergulho existencial profundo de

⁸ Leonardo Sá discorreu sobre a categoria êmica *playboy* em sua tese de doutoramento, uma etnografia das relações sociais dos jovens em um bairro popular da zona leste de Fortaleza, o Serviluz. Ele pontua que “playboy é uma pessoa que é presumida ter facilidades na vida, abocanhar todas as oportunidades do sistema. [...] Playboy parece ser uma modalidade de subjetivação de relações sociais centradas numa desvalorização dessas mesmas relações [...]. Pode-se observar uma rivalidade velada entre o modo de subjetivação do playboy, supostamente livre da miséria e da pobreza que limita e condiciona a existência dos jovens da favela de modo atroz, e do modo de des-subjetivação que o playboy representa pela perda dos laços sociais baseados em consideração e respeito. [...] O playboy é invejado, mas o playboy também é levado a sentir inveja da vida na favela. Se o playboy não sente, ou não demonstra sentir nenhuma inveja da favela, o que ele estaria fazendo ali?” (2010, pp. 262-265).

⁹ Jânia Aquino e Leonardo Sá problematizaram a respeito da “consideração” entre ladrões. Alguns trechos valem para o contexto que estou utilizando. Dizem eles: “Consideração é um ato de estima [...] Tornar-se considerado [...] é ser acolhido, reconhecido e respeitado” (2014, p. 230).

quase dois decênios numa realidade econômica e sociocultural divergente daquela que a estrutura hegemônica me condicionava. A minha trajetória individual pré-pesquisa e pré-campo, portanto, não está dissociada do meu papel de pesquisador. Face a esse aparente oximoro, há então uma tentativa de equilibrar estas duas injunções contextuais contraditórias – entre proximidade e distância, *experience-near* e *experience-distant*, como diria Geertz (1997[1983]) – para que a análise não viesse para um discurso etnocêntrico, de um lado; tampouco para uma idealização da pobreza, um arroubo *salvacionista*¹⁰, por outro lado, uma vez que “a desumanização que alcança o favelado é bem distinta da desumanização que alcança quem faz o discurso sobre o favelado” (Martins, 2008[2002], p. 42).

Pobreza da experiência na modernidade tardia

Em diálogo com Walter Benjamin (1987[1933]), concordo com o pensador alemão no tocante à sociabilidade moderna representar uma “pobreza de experiência” aos agentes, principalmente no que diz respeito àquela vivenciada pelos segmentos dominantes das classes médias e altas, que abandonaram as ruas, praças e parques (só conseguem estar tranquilos nesses logradouros sob a escolta de “segurança” de um ostensivo aparato policial e/ou de vigilância privada) e se encastelaram na “arquitetura de vidro” dos *shoppings centers*, dos condomínios fechados, dos arranha-céus residenciais, enfim, praticando um “ritual de evitação” (Goffman, 2011[1967])¹¹, no qual a interrelação com grupos sociais pauperizados é vista como possível fonte de “contaminação”, em uma paranoica *teoria do contágio*. Goethe, sob a batuta do personagem Werther, percebeu que “as pessoas de uma certa categoria conservam-se sempre a uma calculada distância do povaréu comum, como se acreditassem perder algo através da aproximação” (2014[1774], p. 20). Mais à frente, o autor do *Fausto* é ainda mais contundente: “Sustento que aquele que acredita ser necessário permanecer longe do chamado populacho para manter a dignidade é tão censurável quanto um covarde” (*ibid.*, p. 20).

O processo de evitação das camadas superiores em relação aos segmentos pauperizados vem de longa data. A historiadora Natalie Zemon Davis (1990[1975]) narra as primeiras medidas emergenciais encampadas pelas instâncias governamentais, após pressão

¹⁰ José de Souza Martins tece uma crítica pertinente sobre algumas práticas salvacionistas de “projetos sociais” ou “acadêmicos” em comunidades pauperizadas: “Porque no fim, na prepotência de querer libertá-lo, o que queremos é nos libertar, num certo sentido, nos libertar dele, nos livrar dele” (2008[2002], p. 45).

¹¹ Erving Goffman, com sua *sociologia das ocasiões*, aprofundou-se em muitas das situações sociais de interação interpessoal e, por consequente, em diversas possibilidades de práticas ritualizadas nesses encontros. Para o autor, “quanto mais alta a classe mais extensos e elaborados serão os tabus contra o contato” (2011[1967], p. 67).

das elites, para evitar o contato com os pobres na alvorada da Idade Moderna nas grandes cidades francesas dos Quinhentos. A quantidade de pessoas pedintes nas ruas de Paris e Lyon no início do século XVI provocou reformas higienistas na incipiente previdência social europeia, pois a pobreza representava uma ameaça de contaminação não apenas física, mas social: era uma afronta às instituições e à propriedade privada. A mendicância – em outros termos, o contato com os pobres nas ruas – foi proibida na França nas primeiras décadas dos 1500 sob pena de banimento e açoite. É nesse sentido que James Scott sublinha que “en sociedades racistas, coloniales o estructuradas según el rango social, la segregación cultural no favorece los contactos no oficiales entre las distintas clases, por miedo a la contaminación” (2003[1990], p. 194).

Norbert Elias e John Scotson também desenvolvem análise sobre a teoria do contágio ao pensar a relação entre “estabelecidos e *outsiders*” em uma pequena cidade ao sul da Inglaterra:

a evitação de qualquer contato social mais estreito com os membros do grupo *outsider* tem todas as características emocionais do que, num outro contexto, aprendeu-se a chamar de ‘medo da poluição’. Como os *outsiders* são tidos como anômicos, o contato íntimo com eles faz pairar sobre os membros do grupo estabelecido a ameaça de uma ‘infecção anômica’. [...] Os grupos estabelecidos que dispõem de uma grande margem de poder tendem a vivenciar seus grupos *outsiders* não apenas como desordeiros que desrespeitam as leis e as normas (as leis e normas dos estabelecidos), mas também como não sendo particularmente limpos. [...] Nos casos de diferenciais de poder muito grandes e de uma opressão correspondentemente acentuada, os grupos *outsiders* são comumente tidos como sujeitos e quase inumanos (2000[1965], pp. 26-29).

Mary Douglas (1976[1966]) constrói uma conjectura interessante, na qual a impureza é sinônima de perigo para alguns setores sociais e, portanto, o contato com grupos ou indivíduos impuros é motivo não apenas de tabu, mas de uma oposição simbólica quase intransponível. De acordo com a antropóloga britânica, “não é difícil de ver como as crenças em poluição podem ser usadas num diálogo reivindicatório e contra-reivindicatório de *status*. Mas ao examinarmos crenças de poluição descobrimos que os tipos de contato tidos como perigosos também carregam uma carga simbólica” (p.14); logo, prossegue a autora, “a reflexão sobre a sujeira envolve reflexão sobre a relação entre a ordem e a desordem, ser e não ser, forma e não-forma, vida e morte” (p. 16). Há uma influência da psicanálise freudiana na construção analítica de Douglas, uma vez que o autor de *O mal-estar na civilização* pontua que, na modernidade, beleza, limpeza e ordem “ocupam claramente um lugar especial entre as exigências culturais, [ademais] a sujeira de qualquer tipo nos parece inconciliável com a civilização” (2011[1930], p. 38).

Essa “sujeira” não é necessariamente física, mas muitas vezes simbólica, como ressaltou Douglas. Nesse momento, é imprescindível, por oportuno, pensar as categorias nativas da oralidade popular cearense “maior sujeira” e “maior limpeza” para se referir a pessoas, no sentido axiológico. Quando se diz que fulano é *mó sujeira* ou *mó limpeza* estão sendo acionadas justamente essas dimensões semióticas acusatórias de valor (puro/impuro, vida/morte, bom/mau), sendo a primeira expressão carregada de noções segregacionistas e a segunda, por sua vez, de vantagens integrativas e positivadas.

Portanto, queda evidente que as “classes sociais”¹² no Brasil não se “misturam”¹³ afetivamente, mas apenas numa relação profissional patrão-empregado, na qual as camadas médias e altas têm sempre maiores recursos de capital simbólico e, portanto, estas interações estão sempre carregadas de assimetrias relacionais, ou seja, “a integração deu-se como subordinação de classe” (Athayde *et al.*, 2005, p. 87). Há um muro invisível e violento que aparta os setores da sociedade brasileira e decide, do alto de seus tijolos, aqueles que estão destinados a progredir de forma “meritocrática” e os que estão condenados a lutar para sobreviver. Muralha praticamente intransponível. Erguida com a força do deus-dinheiro. Mantida pela pujança do deus-poder. Nem o sopro de mil lobos maus conseguirá pô-la abaixo. “Conservemos o muro, [...] para que não percamos de vista a urgência de derrubá-lo. [...] Não quero adocicá-lo, torcê-lo, domesticá-lo. Será nosso cão selvagem amarrado ao pé da mesa. Impedirá que descansemos. O cão feroz é o princípio ativo do muro” (Athayde *et al.*, 2005, 85).

¹² Aqui, não estou pensando classe social no sentido marxista ortodoxo, como um grupo homogêneo, engessado, fixo, sem mobilidade, qual seja, “uma transformação incorpórea que havia destacado das massas uma classe proletária enquanto agenciamento de enunciação, antes que fossem dadas as condições de um proletariado como corpo. Golpe de gênio da 1ª Internacional marxista, que ‘inventa’ um novo tipo de classe” (Deleuze e Guattari, 1995b[1980], p. 22), mas, pelo oposto, tento pensar classe social a partir das perspectivas thompsoniana e bourdieusiana, que encampam uma abordagem relacional e fluida, refutando o determinismo econômico como única medida para a formação de uma classe e de sua “consciência” histórica. Edward Thompson assevera que “classe é uma formação social e cultural que não pode ser definida abstrata ou isoladamente, mas apenas em termos de relação com outras classes. É, pois, um corpo de pessoas, definido sem grande precisão, compartilhando as mesmas categorias de interesses, experiência sociais e sistemas de valores, que tem disposição para se comportar como classe. [...] Mas, classe mesmo, não é uma coisa, é um acontecimento” (2001[1965], p. 169). Bourdieu radicaliza epistemologicamente a análise. Para o sociólogo francês, “as classes sociais não existem (ainda que o trabalho político orientado pela teoria de Marx possa ter contribuído, em alguns casos, para torná-las existentes, ao menos através das instâncias de mobilização e dos representantes). O que existe é um espaço social, um espaço de diferenças, no qual as classes existem de algum modo em estado virtual, pontilhadas, não como um dado, mas como algo que se trata de fazer” (1996[1994], pp. 26-27).

¹³ Leonardo Sá observou essa questão em sua etnografia no bairro popular Serviluz: “O termo ‘mistura’ é sintomaticamente usado, de modo recorrente, pelas camadas médias e altas de Fortaleza, para expressar simbolicamente, além de delírios paranoicos de referência de uma experiência de medo, da guerra, do estranho e do desamor, uma classificação simbólica poderosamente legitimadora e em homologia com a conduta policial violenta contra os jovens pobres da favela, imaginados como inimigos da sociedade” (2010, p. 184).

Voltando à conversa com Walter Benjamin, penso que a miséria humana reside no fomento cada vez mais neurótico de técnicas de evitação, sejam elas arquitetônicas, comportamentais ou simbólicas, bem como no consumo de ilusões supérfluas¹⁴. De acordo com Theodor Adorno, a modernidade criou esse tipo de consumidores, que “realizam um ritual sem sentido, seguem o ritmo compulsivo da repetição, empobrecem afetivamente: com a destruição do eu cresce o narcisismo ou seus derivados coletivos” (2015[1972], p. 124); no entanto, a miséria humana contemporânea faz morada principalmente no empobrecimento da experiência da oralidade em círculos, em famílias, entre amigos e amigas, nas calçadas, “diante da lareira, contadas a pais e netos. Que foi feito de tudo isso? Quem encontra ainda pessoas que saibam contar histórias como elas devem ser contadas?” (Benjamin, 1987[1933], p. 114). Milton Nascimento (1976) entra nesse debate na canção *Fazenda*, quando rememora sua infância na qual as crianças se divertiam, mas, chegada a noite, paravam a algazarra e prestavam atenção enquanto “os velhos falavam coisas dessa vida”.

Retornando a Benjamin, ele valoriza enfaticamente a experiência de uma oralidade coletiva, transmitida transgeracionalmente pelos mais velhos, que acumulavam um arcabouço de vivências apreendidas sem as mediações monopólicas dos meios simbólicos de produção da vida social na contemporaneidade, e as conduziam feito leite de rio chegando ao mar por meio de uma tradição oral repassada entre grupos de indivíduos. De acordo com o filósofo e sociólogo alemão, antes

sabia-se exatamente o significado da experiência: ela sempre fora comunicada aos jovens. De forma concisa, com a autoridade da velhice, em provérbios; de forma prolixa, com a sua loquacidade, em histórias; muitas vezes como narrativas de países longínquos [...] Que moribundos dizem hoje palavras tão duráveis que possam ser transmitidas como um anel, de geração em geração? Quem é ajudado, hoje, por um provérbio oportuno? Quem tentará, sequer, lidar com a juventude invocando sua experiência? Não, está claro que as ações da experiência estão em baixa (1987[1933], p. 114).

O que reina, na verdade, é a praga da passividade da audiência estéril, diante dos *black mirrors* da modernidade tardia do século XXI: *smartphone*, televisão, *tablet*, etc. em detrimento da tradição narrativa, que declina e se anacroniza feito peça de museu. E então “ficamos pobres. Abandonamos uma depois da outra todas as peças do patrimônio humano, tivemos que empenhá-las muitas vezes a um centésimo do seu valor para recebermos em troca a moeda miúda do ‘atual’” (Benjamin, *op.cit.*, p. 119). Caminhando pela mesma trilha

¹⁴ O sociólogo francês Guy Debord ressalta que “o consumidor real torna-se consumidor de ilusões. A mercadoria é essa ilusão efetivamente real, e o espetáculo é sua manifestação geral” (1997[1967], p. 33).

benjaminiana, Georg Lukács ponderava que há uma espécie de esquizofrenia do sujeito nesse processo de alienação social na modernidade: “quanto mais adequado à realidade, tanto mais se transforma ele própria em coisa” (*apud* Adorno, 2015[1972], p. 30). A sociedade espetacular é por si mesma uma “fabricação concreta da alienação” (Debord, 1997[1967], p. 24).

Para este momento, faz-se pertinente também um diálogo com Victor Turner (1986) para que possamos aprofundar a crítica e reiterar a reflexão sobre o conceito de *experiência*. De acordo com o antropólogo britânico, os rituais tinham uma função central na produção da experiência coletiva e individual nas comunidades pré-Revolução Industrial. Os processos ritualísticos eram parte imprescindível da existência ordinária dos agentes e das coletividades. Dessa forma, as experiências liminares dos rituais ativavam e desenvolviam elementos psíquicos e cosmológicos que concebiam sentido e coesão à vida dos indivíduos e dos grupos. Todavia, segue Turner, com as consequências da industrialização moderna e da subsequente divisão e especialização do trabalho no capitalismo, ocorreu um esfacelamento da experiência ritual (e liminar), o que provocou um arrefecimento substancial das experiências coletivas de produção simbólica – que cada vez mais são vendidas como mercadorias de entretenimento e lazer – e uma crescente fragmentação das relações sociais. A experiência existencialmente enriquecedora dos momentos liminares espatifou-se em meio às inúmeras distrações mercadológicas das sociedades modernas¹⁵.

Em ensaio fulgurante escrito na aurora do século XX, que influenciou muitos dos estudos culturais sobre as relações sociais na cidade, Simmel, ao pensar as metrópoles industrializadas, sublinhou que o “sucesso” da intensificação da divisão do trabalho promoveu uma “regressão da cultura dos indivíduos” (2001[1903], p. 41). Deu-se, portanto, uma “atrofia da cultura subjetiva resultante da hipertrofia da cultura objetiva” (*ibid.*, p. 42). Para Georg Simmel, as grandes cidades modernas geraram um homem “intelectualista”, racional, indiferente, *blasé*, de atitude reservada, pragmática e menos sensível, o que promoveu um

¹⁵ As palavras do próprio autor podem ajudar na compreensão da análise. No artigo *Dewey, Dilthey, and Drama: an essay in the Anthropology of Experience*, publicado no livro *The Anthropology of Experience*, organizado pelo próprio Turner e por Edward Bruner, Victor Turner sublinha que os “rapid advances in the scale and complexity of society, particularly after industrialization, have passed this unified liminal configuration through the prism of division of labor, with its specialization and professionalization, reducing each of these sensory domains to a set of entertainment genres flourishing in the leisure time of society, no longer in a central driving place” (1986, p. 42). Por seu turno, o antropólogo John Dawsey também experimenta uma convergência conceitual entre Walter Benjamin e Victor Turner: “ambos os autores fazem uma espécie de arqueologia da experiência. Ao explorar os substratos de culturas contemporâneas, Turner encontra a experiência liminar. Benjamin se depara com a grande tradição narrativa, onde se forma uma experiência coletiva. [...] Turner discute o enfraquecimento da experiência liminar, ou, como se pode inferir, o estilhaçamento do ‘espelho mágico’ do ritual. Benjamin discute o declínio da grande tradição narrativa e, no estilhaçamento da tradição, o empobrecimento da experiência” (2006, p. 21).

anestesiamento das emoções e da espontaneidade. Na perspectiva simmeliana, é a antipatia que vai marcar as urbes contemporâneas.

Ruminando sobre as palavras destes autores, pode-se inferir que o mundo anterior à modernidade capitalista estava assentado em deidades metafísicas que, de certa forma, evocadas nos rituais e celebrações orais coletivas, organizavam grande parte da realidade material dos grupos e das dimensões psicológico-emocionais dos agentes. Na modernidade, parafraseando Nietzsche, “Deus está morto” (ou seria o ritual sem mediações venais? ou a oralidade comunitária de uma ancestralidade imemorial? ou ainda a própria *experiência* na sua acepção pré-industrial?); por outro lado, o que existe é a racionalização formal e instrumentalizada, fundada na mecanização do espírito. Bebendo em Weber e Simmel, o sociólogo belga Frédéric Vandenberghe analisa ainda que “graças ao intelecto, nós podemos dominar o real, mas este real se tornou morno, insípido e utilitarista, deixando nas almas um grande vazio, um sentimento de absurdidade” (2012[1997], p. 330). A vida moderna, pois, funciona numa lógica utilitarista, desencantada, desmagificada. A ordem hegemônica da modernidade tardia é a mãe do desencantamento do mundo¹⁶.

Entretanto, não obstante o cuidado analítico para não incorrer em uma visão idealizada de pessoas e grupos sociais, e ainda caminhando de mãos dadas com Benjamin, Turner e Simmel, sugiro que a socialidade das classes pauperizadas, embora também esteja inserida nessa espacialidade moderna na qual a “pobreza de experiência não é mais privada, mas de toda a humanidade” (Benjamin, 1987[1933], p. 115), ainda assim é intransigente à imersão absoluta nessa miséria experiencial humana. Nas ruas das favelas – proponho como hipótese empírica – ainda resiste, aos sentidos mais sensíveis e aguçados, uma relação tempo-espaço distinta da vivenciada hegemonicamente nos grandes centros urbanos, de onde emerge “uma experiência ‘antropológica’, poética e mítica do espaço” (Certeau, 2014[1980], p. 159), deveras enriquecedora do ponto de vista da *experiência* existencial individual e coletiva, cujo carro-chefe é uma oralidade criativa e reiventada, uma *arte de dizer* popular, na qual seus praticantes lançam no falar cotidiano “as astúcias, os deslocamentos, elipses etc. que a razão científica eliminou dos discursos operatórios para constituir sentidos ‘próprios’. Mas nessas zonas ‘literárias’ para onde são recalcados [...] continua a prática dessas astúcias, memórias de

¹⁶ De acordo com o sociólogo belga Frédéric Vandenberghe, um dos grandes intérpretes weberianos na contemporaneidade, “a noção de ‘desencantamento do mundo’ em Weber é complexa. Por um lado, trata-se de uma noção técnica que Weber utiliza em sua sociologia da religião para designar a eliminação progressiva da magia como meio de salvação, no seio de uma sequência que se abre com o judaísmo antigo e que parece se fechar com o puritanismo protestante. Por outro lado, trata-se de uma noção fluida que Weber utiliza em seu diagnóstico da modernidade para tematizar a perda de sentido generalizada de um mundo perfeitamente previsível em que o mistério foi substituído pelo controle” (2012 [1997], pp. 299-300).

uma cultura” (Certeau, *op.cit.*, pp. 80-81). Essa oralidade é uma maneira de agir, como nos ensinou Austin (1990[1962]). Agência a partir de um acúmulo de experiências, cravada nos mínimos gestos corporais e na cognoscitividade dos segmentos oprimidos.

Ainda pensando no conceito de experiência, mas agora indo buscar respiro na fenomenologia de Alfred Schutz, saliento que como pano de fundo nessas interrelações há um depósito de estórias, conhecimentos e ensinamentos que remete a tempos antiquíssimos – imemoriais – e que, ao serem constelados e reatualizados por meio dos sistemas simbólicos e das práticas cotidianas, solidificam-se na estrutura psíquica dos viventes que as compartilham. Um “estoque de experiências”, diria o filósofo austríaco: “toda interpretação desse mundo se baseia num estoque de experiências anteriores dele, as nossas próprias experiências e aquelas que nos são transmitidas por nossos pais e professores, as quais, na forma de conhecimento à mão funcionam como um código de referência” (1979[1932], p. 72). Dessa forma, foi o conhecimento experiencial adquirido nessas trocas que, de certa forma, ampliou exponencialmente meu horizonte epistemológico e, sobretudo, existencial.

Em suma, diante do exposto, endosso que muito aprendi nessas reiteradas convivências com uma *socialidade favelada*¹⁷. Favelizei-me simbolicamente, ainda que seja fundamental salientar que não vivencio no corpo e na alma as violações e opressões atávicas pelas quais passam essas populações marginalizadas. Todavia, poder experimentar há quase duas décadas a realidade dinâmica, conflituosa, criativa e multivariada em práticas culturais de bairros populares e grupos estigmatizados, se imiscuído por muitas vezes em suas tramas e enredos sociais, com o nivelamento ontológico necessário, enfim, ter ido “além das fronteiras sociais de minha existência” (Whyte, 2005[1943], p. 285)¹⁸, me auxilia nesse momento, em que tento trazer para a cadeia das traduções e interpretações socioantropológicas todo o aprendizado que me foi possibilitado pela vivência de uma abertura ao encontro e à alteridade, uma vez que “não podemos capturar a lógica mais profunda do mundo social a não ser submergindo na particularidade de uma realidade empírica, historicamente situada e datada, para construí-la, porém, como ‘caso do possível’” (Bourdieu, 1996[1994], p. 15). Essa pesquisa é, por sua vez, não um fazer *para*, mas, sobretudo, um fazer *com*.

Destarte, em todos esses núcleos de socialidade supracitados, compartilhei por muitas vezes de seus códigos e linguagens, a partir de uma realidade experienciada não como pesquisador ou sujeito marginalizado, mas como amigo-interlocutor-participante à situação de

¹⁷ Trabalharei conceitualmente este termo no capítulo 1.

¹⁸ William Foote Whyte 2005[1943] também desenvolve argumentos teórico-metodológicos que apresentam seu lugar de fala e sua imersão – ele morou no local – no universo social de um subúrbio de Boston (EUA) nos anos de 1940.

sujeição criminal¹⁹ das populações oprimidas. Vale sublinhar, por oportuno, que, embora na maioria das situações a socialidade e suas relações se dessem em consonância com as normas e legalidades impostas pela ordem hegemônicas, muitas vezes presenciei *in loco* atividades ilícitas e violentas, como roubos, assaltos e tráfico de substâncias psicoativas; e, em alguns momentos, tentativas de homicídio e linchamento se desenovelaram na minha frente. Nestas paragens, há um campo de criminalidade encampado por uma minoria dos agentes pobres, que por encontrarem-se limitados a meios e instrumentos materiais e simbólicos que não lhe permitem um recurso criminal de colarinho-branco – um crime de corrupção milionário, por exemplo, posto que essa modalidade é monopolizada pelas camadas abastadas e conta com a anuência das instâncias estatais (Foucault, 2013a[1975]) –, lançam mão muitas vezes de procedimentos fisicamente violentos para alcançar seus fins, amiúde com o emprego de armas de fogo²⁰.

Sobre tais fenômenos, muitos trabalhos optam por acionar o conceito de uma sociabilidade violenta (Machado da Silva, 2004) concentrada em grupos e territórios bem delineados. Para o autor, esta sociabilidade engendra “o desenvolvimento de uma forma radicalmente nova (mas, como deve ter ficado claro, nada revolucionária) de organização social que, longe de representar simples expressão da ineficácia dos controles estatais, tem um desenvolvimento relativamente independente destes” (*op.cit.*, p. 79). Pondero que este conceito é muito válido e funciona como catalisador heurístico para pensar as transformações nas dinâmicas societárias e nas relações sociais dos bairros populares. No entanto, minha discordância parcial com o sociólogo se dá inicialmente quando ele propõe como hipótese que esta sociabilidade é uma das formas reificadas do desenvolvimento histórico do individualismo na modernidade tardia, mas oblitera nesse ponto da análise, à minha ótica, os

¹⁹ A sujeição criminal é uma incriminação preventiva, *a priori*, que considera o crime como parte da “essência” do agente. Esse estigma recai majoritariamente sobre as populações das periferias, favelas, cortiços, etc. Esses indivíduos são “tratados, considerados ou percebidos preventivamente como potenciais agentes criminais” (Michel Misse, 2011[2006], p. 26). Ainda de acordo com Misse, a sujeição criminal “está estabilizada institucionalmente no Código Penal, nas instituições de controle social e nas práticas mais variadas de contenção desse indivíduo que é tomado como a ‘subjetivação do crime’” (2012, p. 34).

²⁰ De acordo com Michel Misse (2011, p. 24), endossando essa perspectiva, “quanto mais baixa for a posição social do agente criminal na estrutura de classes, mais restrita será a escala de opções na conexão entre fins, acesso aos meios e risco, e maior será a probabilidade que lhe restem riscos maiores, meios mais violentos e fins limitados por recursos em círculo vicioso”. Por sua vez, Michel Foucault (2013a [1975]) já havia anteriormente analisado o crime de colarinho-branco, empreendido pelas camadas médias e altas, ao afirmar que que “a criminalidade de fraude faz parte de todo um mecanismo complexo, onde figuram o desenvolvimento da produção, o aumento das riquezas, uma valorização jurídica e moral maior das relações de propriedade, métodos de vigilância mais rigorosos, um policiamento mais estreito da população, técnicas mais bem ajustadas de descoberta, de captura, de informação: o deslocamento das práticas ilegais é correlato de uma extensão e de um afinamento das práticas punitivas” (p. 75); por conseguinte, “essa delinquência própria à riqueza é tolerada pelas leis, e, quando lhe acontece cair em seus domínios, ela está segura da indulgência dos tribunais e da discrição da imprensa” (p. 273).

arranjos e associações grupais que são parte imprescindível da socialidade criminal. Na minha experiência pré-campo e já no andamento da pesquisa, percebo que não obstante haja componentes individualistas e narcísicos em muitas das práticas dos agentes criminais, por outro lado, nas suas interações, que são o esteio para o funcionamento dessa sociabilidade, há uma dimensão coletiva e gregária que destoa do individualismo pós-moderno como sua outra face. Meu outro desacordo com o conceito de Machado da Silva é sua dimensão teleológica, como se ninguém na favela pudesse escapar à sociabilidade violenta, e a vida de todos os agentes acedesse passivamente a essa coerção quase existencial. No capítulo 1, no que concerne às maneiras de organização social na periferia, desenvolvo o conceito de *socialidade favelada* como contraponto ao conceito machadiano de sociabilidade violenta.

Pontilhando o objeto

Se é possível pensar uma *violência difusa* na realidade social brasileira, penso que antes precisamos falar de uma *violência territorializada*. Se o conceito de *widespread violence*, como pontuou Stanley Tambiah (1996), serve para o contexto dos conflitos interétnicos no sul da Ásia, para a configuração situacional brasileira, penso que é mais apropriado falar de uma *violência territorializada*. É preciso ressaltar, por oportuno, que Tambiah analisou uma configuração contextual bastante diferente das favelas brasileiras. Ademais, o autor (p. 214) explicita que

when I refer to widespread violence in the society at large, I include terrorism and violence practiced by the state, principally by the police and security forces as routine practice in relation to the public. It is common knowledge that the police practice physical violence on those arrested, especially if they are of the lower orders, and use coercion to extract information and confession.

Portanto, o conceito de *widespread violence* de Tambiah não mantém toda a estrutura descritiva do conceito de *violência difusa* utilizado nas ciências sociais brasileiras. De antemão, destaco que ao defender o conceito de *violência territorializada* não estou subtraindo aqui os crimes contra o patrimônio ocorridos em bairros das classes médias e altas, tais como roubos, furtos, “saidinhas” bancárias, extorsões mediante sequestros, etc. Ademais, não negligencio que muitas vezes estas ações envolvam violência física e psicológica contra as vítimas. Esses crimes, de fato, aumentaram consideravelmente nas últimas décadas e estão de certa forma associados com o desemprego massivo no mercado formal de trabalho e as degradantes condições de miserabilidade às quais estão submetidas as populações

pauperizadas, ou seja, estão relacionados com o aprofundamento da sociedade brasileira no capitalismo financeiro cada vez mais excludente do século XXI. No entanto, a principal ressalva que os adeptos do conceito de “violência difusa” endossam – ou seja, de que a despeito de um *ethos* violento espreado, que atinge todos indiscriminadamente, há “vítimas preferenciais” (as classes populares) –, contribui, no meu entendimento, mais para legitimar o discurso dominante do estatismo, propagado pela fala do crime²¹ (no senso comum, nas agências midiáticas e estatais), do que para desnudá-lo e mostrá-lo em toda sua violência simbólica. Em alguns momentos, esta versão teórica pode ser inclusive associada à narrativa midiático-policialesca que implanta o medo social diante da assombrada e intencional constatação lugar-comum de que os criminosos (e a violência) agora estão “bem próximos, presentes em toda parte e em toda parte temíveis. [...] A notícia policial, por sua redundância cotidiana, torna aceitável o conjunto dos controles judiciários e policiais que vigiam a sociedade” (Foucault, 2013a[1975], p. 271).

Desta forma, esta opção teórica – *violência difusa* –, que ameniza o extermínio de um tipo específico de vítima com o adjetivo eufêmico “preferencial”, é insatisfatória, à minha ótica, para abarcar a dinâmica multicomplexa e polissêmica da violência nas cidades brasileiras e, conseqüentemente, propor mudanças paradigmáticas; pelo contrário, paradoxalmente aos seus propósitos, penso que fornece o aval acadêmico do *homo intellectus* (a última trincheira que faltava?) para dar um estofamento de total legitimidade à narrativa estereotipada dos estatismos e dos segmentos dominantes sobre o tema. Como ensinou Adalton Marques (2017), esse tem sido o papel da “sociologia da violência” desde a redemocratização, em meados dos anos de 1980: fazer a “violência e a segurança pública serem ditas de maneira científica, delimitando as fronteiras entre ciência e ideologia nessas temáticas de estudo e pesquisa, [e se tornar] uma espécie de fala decisiva acerca da melhor maneira de governar o problema da criminalidade violenta” (p. 292).

A terminologia “difusa” implica numa relativização (“vítimas preferenciais”) e num suposto equilíbrio na distribuição socioespacial da violência, fato que não tem nenhuma tradução na realidade empírica das cidades, uma vez que há uma assimetria colossal na

²¹ O conceito de *fala do crime* em Teresa Pires Caldeira serve para pensar sobre como a ordem estatal-empresarial utiliza o poder de classificação e nomeação, por meio da linguagem discursiva, para impor sua visão de mundo às classes populares e manter as coisas como estão, a despeito de sua tergiversação, uma vez que “essas narrativas são simplistas, intolerantes e marcadas por preconceitos e estereótipos. [...] Não são eficazes para controlar a violência. Ao contrário, elas reproduzem o medo e a violência”. Logo, “mais do que manter um sistema de distinções, as narrativas sobre o crime criam estereótipos e preconceitos, separam e reforçam desigualdades. Além disso, na medida em que a ordem categorial articulada na fala do crime é a ordem dominante de uma sociedade extremamente desigual, ela tampouco incorpora experiências de grupos dominados [...]; ao contrário, ela normalmente os discrimina e criminaliza” (2000, pp. 39-40; 43).

vivência cotidiana da socialidade violenta nas urbes, ou seja, uma clivagem bem demarcada que incide desigualmente sobre tipos e lugares sociais delimitados. Os “ecos da violência” (Freitas, 2003) são experimentados de maneira difusa, mas os efeitos destrutivos da violência nas metrópoles brasileiras não são substancialmente difusos; são extremamente concentrados em zonas localizadas, áreas muito específicas dos médios e grandes centros urbanos: periferias, favelas, cortiços, ocupações irregulares, conjuntos habitacionais, bairros populares, assentamentos precários etc. A sua versão-limite, ou seja, sua letalidade, atinge quase que totalmente apenas um tipo social. Há um recorte muito bem definido de onde essas mortes ocorrem e quem elas atingem²². São os corpos incircunscritos, dos quais falou Caldeira (2000), corpos que podem ser submetidos a toda sorte de violências e violações, físicas e simbólicas. Corpos matáveis, precarizados, cujo valor humano foi-lhes retirado. Uma “vida nua” (Agamben, 2004a[1995]) cruamente exposta à morte. Penso, portanto, que a crítica radical – no sentido bourdieusiano – a ser feita e o senso comum douto a ser desconstruído no que diz respeito às relações sociais urbanas é a de que não há uma *difusão* socioespacial dos reflexos deletérios da violência; pelo contrário, ocorre uma reiterada e atávica *territorialização* desse fenômeno e de suas consequências.

Desse modo, pode-se pensar os conflitos sociais a partir do conceito que aqui proponho de *violência territorializada*, no sentido de que a ordem hegemônica encerra-a e encurrala-a nestes territórios – com ínfimas exceções que escapam à regra –, operando todo um jogo protetivo para não “contaminar” seus espaços higienizados, calculados, vigiados. Nas funcionalidades da ordem hegemônica, o aprisionamento, a disciplina e a exortação da violência letal em espacialidades controladas são homólogos – embora não simétricos nas suas constituições simbólicas e práticas – aos dos campos de concentração nazifascistas (Agamben, 2004a[1995]). Corroboro – todavia com ressalvas no tocante às dissimetrias históricas, conjunturais e situacionais – com o que canta o grupo de *rap* Facção Central (2003): as prisões e favelas são os campos de concentração da modernidade tardia do capitalismo no século XXI. Barreira endossa parcialmente essa perspectiva ao pontuar que os presídios foram transformados em “verdadeiros ‘campos de concentração’ dos muito pobres” (2008, p. 240).

Dialogando nesse debate, Giorgio Agamben sublinha que um dos locais onde a lógica dos campos de concentração da biopolítica moderna impera é nas áreas pauperizadas

²² Há diversos estudos quantitativos que mostram que a violência está concentrada em bairros populares e vítima quase que exclusivamente pessoas pertencentes aos segmentos pauperizados. Recomendo o *Atlas da Violência* (2018).

dos centros urbanos. Nesses lugares, segundo o autor, o estado de exceção torna-se a regra, os conceitos de direito e proteção civil estão em suspensão, e a vida das pessoas que neles encontram-se tem relativizada mediação jurídica junto aos aparelhos estatais:

A essência do campo consiste na materialização do estado de exceção e na consequente criação de um espaço em que a vida nua e a norma entram em um limiar de indistinção [...] Nos encontramos virtualmente na presença de um campo toda vez que é criada tal estrutura, independentemente da natureza dos crimes que aí são cometidos e qualquer que seja a sua denominação ou topografia específica [...] O ordenamento normal é de fato suspenso, e que aí se cometam ou não atrocidades não depende do direito mas somente [...] da polícia que age provisoriamente como soberana (2004a[1995], p. 181).

Assim, o desafio epistemológico que se apresenta é como elaborar analiticamente as práticas violentas dos sujeitos inseridos em contextos de *violência territorializada* sem reproduzir o discurso da ordem ou o senso comum douto da academia? Esta pesquisa é, portanto, uma tentativa de compreender o sentido ou as conexões de sentido das ações praticadas pelas pessoas envolvidas diretamente com as atividades criminais em bairros populares, tendo como recorte analítico o Grande Tancredo Neves, na região sul de Fortaleza, campo para uma produção intersubjetiva. Como exercício ético-acadêmico, me propus a escutar ativamente e, sem julgamentos morais de ordem legalista, coube-me tentar elaborar analiticamente a dimensão axiológica dos trabalhadores do crime e os sentidos que eles atribuem às suas práticas, no tocante a garantir uma experiência de pesquisa sem o risco de projeção etnocêntrica.

Em suma, intento tecer uma análise interpretativo-hermenêutica das relações criminais e das *artes de fazer* o crime operadas pelos agentes da criminalidade favelada, procurando entender o praticante de delitos e seu processo de subjetivação: os sentimentos de pertença ao território, a construção de uma identidade marginal, a “escolha” pela carreira criminal, as redes de socialidade, os códigos de conduta e comportamento, os rituais de passagem e os momentos liminares da “vida no crime”, a alegada “crueldade”, e, por fim, sua agência ambígua, duplamente vinculada (Bateson, 2000[1972])²³: de um lado, resistência e

²³ O conceito de duplo vínculo (*double bind*) foi teorizado pelo antropólogo britânico Gregory Bateson em 1956, num estudo de formas de comunicação em contextos de famílias nas quais um dos integrantes tinha comportamentos esquizofrênicos. Iniciadas em 1952, as pesquisas coordenadas pelo antropólogo junto a um grupo de psicólogos aprofundaram-se para trabalhos que se debruçavam sobre patologias comunicacionais que ocorriam nesses núcleos familiares, como a do *duplo vínculo*, quando há mensagens emocionais em graus assimétricos de comunicação, por exemplo, afeto nas palavras, mas violência nos gestos, ou vice-versa. Mais tarde, ele alarga o conceito também para configurações estruturais nas quais os agentes recebem injunções contraditórias do tecido social (Bateson, 2000[1972]). É a esta última extensão conceitual que nos referimos no exemplo que utilizamos neste trabalho.

antidisciplina à ordem hegemônica; por outro, reprodução de parte dos mecanismos de poder e dominação dessa mesma estrutura. Enfim, compreender o agente criminal pauperizado não como uma mônada alienada à sua configuração sociohistórica, mas inserido em um fenômeno reticular²⁴, em uma complexa e infinita rede interdependente de relações, que amiúde ativa ações contraditórias²⁵, posto que a contradição existencial é o “aspecto elementar da existência humana em relação com a natureza ou com o mundo material” (Giddens, 1989[1984], p. 227)²⁶.

Se aqui nos propomos a pensar as “artes de fazer”, ou seja, as maneiras de agir levadas a cabo pelos indivíduos, como é possível escapar de uma leitura sociológica objetivista que limita o ator social como coercitivamente interpelado pela ordem? Por outro lado, em contraponto às interpretações estruturalistas, podemos adotar, sem prejuízo para a análise, uma hermenêutica radicalmente subjetivista²⁷? Se não houver determinismo da estrutura, em que medida os agentes estão “livres” para agir? Quais são as mediações simbólicas entre o agir, as estruturas e os sistemas? Penso que a *filosofia ou teoria da ação* em Bourdieu (condensada principalmente no conceito de *habitus*), e as teorias da *estruturação* em Giddens, e das *redes de interdependência* em Elias tentaram responder a estes desafios teóricos. Quero tratar brevemente sobre cada uma delas nos próximos parágrafos.

A filosofia da ação de Bourdieu (1996[1994]), cujo conceito de *habitus* é central para sua compreensão, propõe uma mediação entre a leitura que considera irrazoável qualquer ação que não seja “engendrada pelas *razões* explicitamente dadas de um indivíduo autônomo, plenamente consciente de suas motivações” (p. 10, grifo do original), e as teses estruturalistas

²⁴ Esse conceito é de Norbert Elias. O sociólogo alemão pensou a sociedade configurada como uma rede na qual as pessoas estão “continuamente [se] moldando e remoldando em relação umas às outras”; segundo ele, o fenômeno reticular “não pode ser satisfatoriamente representado nem pelo modelo físico da ação e reação [...] nem pelo método fisiológico da relação entre estímulo e reação” (1994[1987], p. 29).

²⁵ Georg Simmel é enfático e endossa essa análise: “a contradição e o conflito [...] operam em cada momento de sua existência [do indivíduo]” (1983[1904], p. 124). Max Weber engrossa o caldo analítico: “mesmo o indivíduo pode orientar suas ações por diversas ordens contraditórias. E não apenas sucessivamente, o que acontece todo dia, mas dentro de uma única ação” (1991[1920], p. 20).

²⁶ Ainda de acordo com Anthony Giddens, além da contradição existencial, há ainda a contradição estrutural, na qual o Estado é “considerado o foco [...] da contradição estrutural primária” e “a relação simbiótica/antagônica entre cidade e campo é a forma específica dessa contradição” (1989[1984], pp. 228; 230).

²⁷ A teoria da ação weberiana é fortemente subjetivista. Se contrapondo ao funcionalismo durkheimiano e ao estruturalismo marxista, Weber dá preferência às conexões de sentido das ações individuais em detrimento da análise das macroestruturas sociais. A teoria da ação social em Weber (1991[1920]) tem subdivisões conceituais: ação social racional: a) relacionada a fins (interesses), b) relacionada a valores (religiosos, por exemplo); e ação social irracional: c) afetiva, d) tradicional. Para Weber (*op.cit.*), a agência individual só é ação social se levar em consideração a existência de outros agentes – estejam estes presentes ou não no momento da ação –, tanto em relação ao passado, quanto ao presente e ao futuro. Vale sublinhar que os conceitos weberianos são repletos destas distinções. Contudo, embora demarquem “separações”, são construções típico-ideais que não pretendem traduzir exemplarmente as conexões de sentido no mundo social; pelo contrário, se interpelam constantemente e se interconectam para além da conceituação; ou seja, expressam conexões causais muito mais fluidas, dinâmicas e transversais do que a teoria é capaz de conceituar.

que reduzem os agentes “a simples epifenômenos da estrutura” (p. 10). Na verdade, sua teoria destaca uma necessidade de ruptura epistemológica com as antinomias estabelecidas (indivíduo x sociedade; agência x estrutura; individual x coletivo; interessado x desinteressado; consciente x inconsciente). Para este autor, a maior parte das ações humanas não é intencional, estas ações não devem ser interpretadas como orientadas e direcionadas a um fim objetivamente consciente. Em outras palavras, os agentes *realizam e fazem* sem necessariamente elucubrarem previamente os agenciamentos²⁸.

“Os ‘sujeitos’ são, de fato, agentes que atuam e que sabem, dotados de um *senso prático* [...], de um sistema adquirido de preferências, de princípios de visão e de divisão (o que comumente chamamos de gosto), de estruturas cognitivas duradouras (que são essencialmente produtos da incorporação de estruturas objetivas) e de esquemas de ação que orientam a percepção da situação e a resposta adequada. O *habitus* é essa espécie de senso prático do que se deve fazer em dada situação” (Bourdieu, 1996[1994], p. 42, grifos do original).

Em diálogo com a teoria bourdieusiana, porém com uma pitada a mais de estruturalismo, Theodor Adorno sublinha que a racionalidade no comportamento do indivíduo não é evidente em si mesma, mas que ela se apresenta de forma “heterônoma e coagida”, e que por tal necessita se fundir ao inconsciente para provocar a ação: “Difícilmente alguém calcula sua vida como um todo, nem mesmo as consequências de suas próprias ações de forma completa” (2015[1972], p. 92).

Para Giddens (1989[1984]), por sua vez, há uma “consciência prática” que opera as ações no nível cotidiano. Segundo este autor, os seres humanos são agentes cognoscitivos que detêm uma complexa e extraordinária capacidade de apreender noções práticas para agir nas situações cotidianas, bem como prospectar suas consequências. No entanto, Giddens ressalta que a cognoscitividade humana está sempre cingida, por um lado, às motivações inconscientes do psiquismo, e por outro, às condições impremeditadas da ação. Para este autor, devido à relação intrínseca entre agência e estrutura, “as propriedades estruturais dos sistemas sociais são simultaneamente facilitadoras e coercivas” (p. 191) da ação. A este duplo movimento ele denomina *dialética do controle*. Giddens critica o dualismo sociedade-indivíduo e a primazia da “estrutura” sobre a “agência” em muitas leituras sociológicas, ao

²⁸ Saliento que não faço a distinção giddensiana entre *ação* e *agência*. Estou considerando aqui nesta discussão o mesmo sentido para ambos os termos. Para Giddens, agência “não se refere às intenções que as pessoas têm ao fazer as coisas [...] diz respeito a eventos dos quais um indivíduo é o perpetuador, no sentido de que ele poderia [...] ter atuado de modo diferente” (1989[1984]), p. 11). Por sua vez, “a ação envolve logicamente poder no sentido de capacidade transformadora” (p. 17). Complementa o sociólogo britânico: “Sou o ator de muitas coisas que não tenho a intenção de fazer e que posso não querer realizar, mas que, ao obstante, *faço*. Inversamente, pode haver circunstâncias em que pretendo realizar alguma coisa, e a realizo, embora não diretamente através de minha ‘agência’” (p. 11, grifo do original).

sublinhar que estas negligenciam a capacidade de agenciamento do indivíduo, como se este fosse desprovido de cognoscitividade reflexiva, como se acedesse mecanicamente às injunções sistêmicas. Ele afirma que “a ‘coerção’ não pode ser considerada a única qualidade definidora de ‘estrutura’” (*op.cit.*, p. 200), uma vez que cada uma das formas de coerção e poder são também formas de facilitação, no sentido de abrir possibilidades criativas que escapam ao controle coercitivo dos poderes. O sociólogo britânico afirma que as sociedades humanas não existem sem a agência humana, mas isso não quer dizer que os agentes criam sistemas sociais: na verdade, eles os reproduzem e os alteram, reatualizando na continuidade do agir cotidiano o que já está dado estruturalmente.

No meu ponto de vista, Norbert Elias (1994[1987]) foi quem melhor provocou uma ruptura epistemológica na dualidade agência-estrutura. Para o sociólogo alemão, é fundamental que se pare de analisar a questão como se fossem duas substâncias isoladas e únicas (indivíduo, de um lado; sociedade, do outro), mas pensar em termos de funções e relações que se entremeiam e se mesclam, uma vez que esta clivagem maniqueísta só é possível no nível puro da linguagem. A divisão entre indivíduo e sociedade se mostra insuficiente para compreender a interrelação entre as dimensões psíquica e coletiva e suas infinitas associações diante dos contextos das interações e reciprocidades. A soma de todas as *personas* psicológicas não forma o “todo social”, tampouco existe uma mônada individual que precede o coletivo. Indivíduo e sociedade não são *coisas* separadas, camadas superpostas umas às outras, mas uma relação profundamente emaranhada sem começo nem fim. Se, como Elias esclarece, não há um “todo social”, ou seja, uma estrutura completa que não admita mais criação, deve-se, portanto, considerar que as sociedades estão sempre em um *continuum* de abertura ao passado e ao futuro das imprevisibilidades, elas estão sujeitas a fluxos constantes de vicissitudes em direções as mais diversas.

Em Elias é importante destacar também que, contrariando a análise durkheimiana, as sociedades não possuem uma substância externa aos indivíduos. Na rede de relações interdependentes que o autor propõe, a ação do indivíduo está sempre condicionada à de outros agentes, ainda que de forma indiferenciada. Esta agência funciona em cadeias reticulares elásticas, variáveis e mutáveis que provocam agenciamentos baseados numa interdependência contínua e relacional. A “autorregulação psíquica” da qual fala Norbert Elias é o mecanismo de autocontrole – consciente e inconsciente – que se forma na interação recíproca dentro dessa rede de relações. Nesse sentido, a individualidade de uma pessoa, ou seja, sua personalidade “é, antes de mais nada, uma peculiaridade de suas funções *psíquicas*, uma qualidade estrutural de sua autorregulação em relação a outras pessoas e coisas” (Elias,

1994[1987], p. 54, grifo do original)²⁹. Howard Becker desenvolve franco diálogo com Elias ao descrever que “as sociedades são integradas no sentido de que os arranjos sociais numa esfera de atividade se enredam com outros arranjos em outras esferas de maneiras particulares e dependem da existência desses outros arranjos” (2008[1973], p. 45).

Analisando a teoria da interdependência de Elias, percebe-se que há nela uma forte influência hegeliana. Em sua *Fenomenologia do espírito*, Hegel (1992[1807]) afirma que o sujeito está sempre *fora de si*, uma vez que ele medeia sua existência no princípio de relação recíproca e de reconhecimento com o outro; em outros termos, ele tem o outro como referência de seus agenciamentos. A teoria da ação social em Weber bebe também nesta dialética hegeliana, uma vez que para este autor a agência individual só é ação social se levar em consideração a existência de outros agentes – estejam estes presentes ou não no momento da ação –, tanto em relação ao passado, quanto ao presente e ao futuro.

Judith Butler caminha igualmente nesta direção: “a própria vida deve ser repensada como esse conjunto de relações – complexas, apaixonadas, antagônicas e necessárias – com os outros” (2016[2009], p. 73). A filósofa estadunidense insiste que nossa própria sobrevivência sujeita-se ao reconhecimento dessa interdependência, uma vez que estamos expostos voluntária ou involuntariamente a esse rede, que nos interpõe relações de entrecruzamento com pessoas que nunca sequer vimos ou conhecemos, mas que no complexo reticular influenciam nossa capacidade e disposição de agir.

Noutra perspectiva, pensando esta questão a partir da psicanálise freudiana, pode-se dizer que as injunções culturais da sociedade formam um Super-eu repressor, que ocupa na constituição psíquica do indivíduo um lugar de rigorosas exigências ideais, cuja não execução padronizada de suas demandas gera uma “angústia de consciência” que influi decisivamente nas disposições para a ação: “Não seria justificado o diagnóstico de que muitas culturas – ou épocas culturais, ou possivelmente toda a humanidade – tornaram-se ‘neuróticas’ por influência dos esforços culturais?” (Freud, 2011[1930], pp. 91-92). Para este autor, a relação indivíduo e sociedade é essencialmente mediada pela subjetividade; ela não deriva de uma oposição entre os dois instintos primordiais, de vida (Eros) e de morte (Tânatos), mas é um descompasso no campo libidinal, muito semelhante à luta pela organização da libido entre o Eu e os objetos.

²⁹ Considero que o conceito de “autorregulação psíquica” em Norbert Elias dialoga com o de “monitoração reflexiva” em Giddens. Para o sociólogo britânico, “a vida comum do dia-a-dia [...] envolve uma *segurança ontológica*, que expressa uma *autonomia do controle corporal* no âmbito de *rotinas previsíveis*” (1989[1984], p. 58, grifos do original). Penso que é neste mesmo sentido que Foote Whyte salienta que “as pessoas tornam-se dependente de certas rotinas de ação” (2005[1943], p. 277).

Radicalmente oposto ao subjetivismo de Freud é o determinismo social de Nietzsche. Segundo o filósofo alemão, “não há qualquer ‘ser’ por trás do agir, do atuar, do tornar-se; o ‘agente’ foi simplesmente acrescentado ao agir; o agir é tudo” (2016[1887], p. 39). Mediando a discussão, Theodor Adorno assevera que a problemática indivíduo e sociedade não é solucionável de maneira abstrata, mas apenas numa dialética relacional, uma vez que “a tese geral do determinismo é tão abstrata quando a do *liberum arbitrium*” (2015[1972], p. 220)

Em sua crítica à teoria freudiana, Giddens (1989[1984]) pontua que, ao preocupar-se sobremaneira com os aspectos repressivos do Super-eu e com o inconsciente, Freud negligencia parte considerável dos componentes de cognoscitividade do agente, como se o indivíduo agisse eternamente preso em uma disputa psíquica entre os “mini-agentes” Id, Eu e Super-eu, e não escapasse nada de vida individual além desse processo. Segundo Giddens, os aspectos psicológicos não respondem inteiramente às ações que os agentes praticam, elas são também mediadas pelas relações sociais que estes estabelecem no cotidiano.

Diante das discussões supramencionadas, percebe-se que pensar as “artes de fazer”, quero dizer, as maneiras como as pessoas agem sobre o mundo social, é mergulhar em um oceano profundo de possibilidades teóricas. Este mundo social, penso eu, é uma rede espraiada de relações e interações interdependentes, entremeada por ajustamentos, disposições e arranjos infinitesimais, que existe enquanto representação mental coletiva e, de alguma forma, estrutura parte considerável das psiques individuais, mas que também escapa a qualquer estruturalismo e existe enquanto práticas que repercutem nos mínimos movimentos corporais. Mas se a teoria está longe, muito longe, de dar conta da realidade integral das práticas, opto por dar destaque às seguintes palavras: “Só é possível falar em ação porque as determinações naturais, psicológicas e sociais não comandam tudo.[...] O outro lado da liberdade é o mistério, é a indeterminação da subjetividade e a contingência do futuro, sua radical imprevisibilidade (Athayde et al., 2005, p. 118).

No percurso heurístico para analisar as relações criminais e as “artes de fazer” dos agentes, faz-se fundamental não incorrer em generalizações totalizantes, nem naquelas animadas pela *doxa* tampouco nas do senso comum douto. Compreender a criminalidade pobre não como um cosmo reificado, mas como um campo de forças em tensão constante, no qual os agentes operam com suas idiossincrasias e disposições para acionar e acumular recursos de poder simbólico. Os sujeitos envolvidos diretamente nas atividades delitivas das comunidades pauperizadas não são apenas assaltantes, traficantes, homicidas, estelionatários: estas são categorias homogeneizantes produzidas pelo discurso hegemônico de “ordem,

segurança e justiça”. Na versão da semiologia dominante, é como se estas pessoas formassem um bloco homogêneo, “uma categoria fantasmática, uma categoria policial que migrou para a academia, para o jornalismo, para a psicologia e que não tem cara, não é mais humana. É uma coisa do mal” (Batista, 2003). A análise de Teresa Caldeira vai ao encontro à de Vera Malaguti Batista: “A categoria do criminoso é uma simplificação radical que o reduz à encarnação do mal [...] Elemento perigoso e que quebra as regras da sociedade, o criminoso é visto como alguém que vem dos espaços marginais e polui e contamina” (2000, pp. 78-79).

É necessária, portanto, uma leitura muito mais abrangente: eles são seres plurais, dotados de múltiplas disposições – sendo estas mediadas em diversos graus de fixação e força simbólica (Lahire, 2003) –, que também dançam, se divertem, jogam futebol, oram, contam piadas, riem, choram, paqueram, amam, tomam bênção à mãe etc. Há todo um amálgama multidisposicional em configuração dialética com a *persona* do bandido³⁰. Este é apenas um dos papéis que ele desempenha na sua existência ordinária. Estes “criminosos” representam um caleidoscópio de peças de tonalidades e colorações semânticas diversificadas. A metacategoria “mundo do crime” não é um fim explicativo em si, deve funcionar tão-somente como um construto teórico, um tipo-ideal analítico que ancora os processos heurísticos para se chegar à leitura empírica situacional das práticas microbianas dos agentes criminais. Acho válido nesse momento do texto trazer alguns questionamentos levantados por Gabriel Feltran que dialogam com o que estou pontuando aqui:

Antes de tomar esse mundo social como dado, parece-me imperativo refletir sobre os pressupostos cognitivos que o produzem. Que distorções neste mundo seria preciso conceber para que um cidadão de 15 anos, funcionário de uma micro-empresa varejista de São Paulo, possa ser chamado de trabalhador quando passa madrugadas revendendo, sem garantias trabalhistas ou proteção das organizações contrárias ao trabalho infantil, cocaína para quem quer comprar? Que deslocamento cognitivo seria preciso realizar para que seus modos de conceber o mundo sejam considerados aptos a serem enunciados e ouvidos publicamente, sem que isso represente defesa de bandido? (2014, p. 509).

Vale salientar que a compreensão dos fenômenos sociais, dos sentidos e práticas das ações empreendidas pelos agentes em suas vidas ordinárias não é possível de uma tacada unilateral do pesquisador-interpretante; é, por sua vez, um exercício dialético-hermenêutico, um ir e vir interpretativo, que joga e dança com as enunciações e as significações que emergem nas situações sociais, tarefa na qual a cognoscitividade, além de abrir-se à

³⁰ Bernard Lahire desenvolveu o conceito de *homem plural*. Para o autor, “os atores não são feitos de um só bloco, mas constituem, ao contrário, aglomerados compósitos, matizes complexos de disposições (a agir e crer) mais ou menos fortemente constituídas. Isso não significa que eles sejam ‘sem coerência’, mas sem princípio único de coerência – de crenças (modelos, normas, ideais, valores...) e de disposições a agir” (2003, p. 22).

alteridade, deve na mesma medida emaranhar-se em si mesma, num diálogo autorreflexivo, um “pensar pesquisando” (Barreira, 1998, p. 33)³¹, posto que “deixar em estado impensado o seu próprio pensamento é [...] ficar condenado a ser apenas instrumento daquilo que ele quer pensar” (Bourdieu, 1989, p.36)³². Uma tentativa de interpretação sensível e em profundidade, que por isso dialoga humanamente com as pessoas pesquisadas, e assim pode suscitar nelas, no limite da eficácia dialética, “a alteração dos horizontes de seu entendimento para si mesmos e para outros” (Thompson, 1995[1990], p. 414)³³. É, destarte, “uma conversa com a humanidade do outro que resulta na humanidade do próprio sociólogo” (Martins, 2014, p. 34).

Todavia, a infinitude ontológica da vida jamais poderá ser abarcada integralmente pela finitude da linguagem e das sistematizações teórico-metodológicas das ciências sociais, por mais bem elaboradas que estas sejam, uma vez que são insuficientes à apreensão total da realidade fenomênica das múltiplas e interdependentes conexões de sentido que operam nas agências dos indivíduos, conexões estas que fluem sem parar em direção à eternidade³⁴. Assim, sempre haverá realidade social escapando às análises que tentam determiná-la em um fim último, teleológico. A análise, desse modo, será sempre parcial, imperfeita, incompleta, borrada e com marcas de subjetividade, análoga a um quadro expressionista, pois tanto a produção textual está limitada à linguagem escrita, como a interpretação esbarra numa

³¹ César Barreira desenvolve um rico trabalho metodológico em um capítulo dedicado a pensar as “armadilhas” de uma pesquisa com “pistoleiros” dos sertões nordestinos, principalmente do Ceará (1998, pp. 19-34). Luiz Fábio Paiva (2014) pesquisou em um bairro popular da periferia de Fortaleza, o Bom Jardim. Em diversos momentos do seu texto, ele reflete sobre as dificuldades e limitações com as quais depara o pesquisador em uma experiência de campo ao trabalhar com pessoas diversas e lugares heterogêneos.

³² Pierre Bourdieu (1989) pontua que é imprescindível uma sociologia da sociologia, um exercício de pensar relacionalmente, em diálogo com a história social do objeto e sempre permeado por analogias entre campos diferentes e estados diferentes do mesmo campo.

³³ De acordo com John B. Thompson, “a interpretação em profundidade pode possibilitar que eles [os sujeitos com quem se faz a pesquisa] *se vejam a si mesmos diferentemente*; pode possibilitar que reinterpretem uma forma simbólica relacionada às suas circunstâncias de sua produção e recepção; que questionem ou revisem seu entendimento anterior e sua avaliação primeira da forma simbólica” (1995[1990], p. 414, grifos do original).

³⁴ Influenciado pela hermenêutica de Dilthey, Max Weber teve papel relevante na construção teórica do conceito de “infinitude ontológica” da realidade ao romper epistemologicamente com as metateorias totalizantes de Marx e Durkheim. Para o autor, “tão logo tentamos tomar consciência do modo como se nos apresenta imediatamente a vida, verificamos que ela se nos manifesta ‘dentro’ e ‘fora’ de nós, sob uma quase infinita diversidade de eventos [...]. Assim, todo o conhecimento da realidade infinita, realizado pelo espírito humano finito, baseia-se na premissa tácita de que apenas um fragmento limitado dessa realidade poderá constituir de cada vez o objeto da compreensão científica” (1993 [1922], p. 124). Estas reflexões tiveram ressonância em algumas correntes das ciências sociais brasileiras. Florestan Fernandes assevera que “os cientistas sociais se empenhariam em uma tarefa sem fim se pretendessem esgotar, por meios exclusivamente empíricos, a realidade concreta. [...] A realidade concreta é inexaurível e, tal como ela se oferece imediatamente ao observador, caótica e obscura”. O autor acrescenta ainda que “os fenômenos sociais não podem ser reduzidos a um sistema universal de referência empírica. A realidade social é descontínua e [...] a descontinuidade do social limita as probabilidades da abstração e da generalização” (2004 [1957], p. 142; 156). José de Souza Martins, da mesma corrente sociológica de Florestan, endossa essa perspectiva ao propor que “nem tudo na sociedade é visível e nem tudo que é visível dá conta do que a sociedade é”, uma vez que “a ordem da superfície é apenas sintoma das esperanças subterrâneas que a superfície nem sempre liberta” (2014, p. 9; 18).

circunstância sócio-histórica, à medida em que está “sempre relacionada aos próprios códigos linguísticos dominados pelo pesquisador” (Paiva, 2014[2007], p. 205). A tradução cultural é sempre uma “interpretação de uma interpretação”, ou seja, de “segunda mão”, como sublinha Geertz, posto que “nossos dados são realmente nossa própria construção das construções de outras pessoas” (1989[1973], p. 19)³⁵.

Dessa maneira, os fenômenos sociais observados e teorizados em um contexto não podem ser mecanicamente projetados e replicados sobre outra configuração empírica – ainda que aparentemente pareçam similares e afins – como se esta fosse um ventríloquo que apenas acessasse às manipulações e animações teóricas. “A teoria é sempre mais pobre que a realidade” (Durkheim, 2016, p. 60)³⁶. Todo conhecimento do mundo sociocultural está sempre limitado e restrito a análises específicas e particulares, a um contexto espaço-temporal. Compreender – sem exceção – é não compreender totalmente, posto que muito de realidade escapa à racionalidade cognitiva. Compreender, noutros momentos, pode ser não compreender com a razão instrumental, mas com a sagacidade intuitiva, uma vez que as representações culturais não podem ser explicadas como frutos de cálculos puramente teórico-racionais. Complementa-me o jagunço Riobaldo, do alto de sua sabença sertaneja: “[para] muita coisa importante falta nome” (Rosa, 1983[1956], p. 80). O poeta Rainer Maria Rilke, por sua vez, lembrou ao jovem com quem trocou missivas que “as coisas estão longe de serem todas tão tangíveis e dizíveis quanto se nos pretenderia fazer crer; a maior parte dos acontecimentos é inexprimível e ocorre num espaço em que nenhuma palavra nunca pisou” (2009[1929], p. 23). Valter Hugo Mãe, escritor português contemporâneo, usa palavras para dizer sobre a limitação das mesmas: “As palavras são objetos magros incapazes de conter o mundo. Usamo-las por pura ilusão” (2014[2013], p. 27). Prossegue o escritor, caminhando ainda mais longe:

As palavras não são nada. Deviam ser eliminadas. Nada do que possamos dizer alude ao que no mundo é. Com trinta e duas letras num alfabeto não criamos mais do que objetos equivalentes entre si, todos irmanados na sua ilusão. As letras da palavra cavalo não galopam, nem as do fogo bruxuleiam. [...] Nenhuma pedra se entende por caracteres. As pedras são entidades absolutamente autônomas às expressões. As pedras recusam a linguagem. [...] Às pedras nunca enganaremos. Elas sabem que existem por outros motivos e talvez suspeitem que o nosso desejo de

³⁵ Ainda em relação a esta problemática, Clifford Geertz sublinhou que “a falácia cognitivista – de que a cultura consiste [...] ‘em fenômenos mentais que podem ser analisados através de métodos formais similares aos da matemática e da lógica’ – é tão destrutiva do uso efetivo do conceito como o são as falácias ‘behaviorista’ e ‘idealista’” (1989 [1973], p. 22).

³⁶ Em texto do século XIX, Émile Durkheim (2016 [1887]), conhecido por sua perspectiva funcionalista, contraria os adeptos de uma leitura mais açodada e homogênea de sua obra ao reconhecer que a realidade não pode ser capturada totalmente pela teoria sociológica.

falar seja só um modo menos desenvolvido de encarar a evidência de existir (*op.cit.*, p. 29).

Por sua vez, Sérgio Buarque de Holanda insinua que subsiste “um mundo de essências mais íntimas que [...] permanecerá sempre intato, irreduzível e desdenhoso das invenções humanas. Querer ignorar esse mundo será renunciar ao nosso próprio ritmo espontâneo [...] por um compasso mecânico e uma harmonia falsa” (2015[1936], p. 188).

Diante do que foi exposto, desenvolvo a pesquisa sem a pretensão megalomaniaca de esgotar a realidade observada ou de fornecer teleologicamente uma resposta derradeira às problematizações levantadas, mas com a vontade de que ela possa dialogar com o quadro holístico de estudos que versam sobre objetos afins, no qual “cada peça acrescentada a um mosaico contribui um pouco para nossa compreensão do quadro como um todo. Quando muitas peças já foram colocadas, podemos ver, mais ou menos claramente, os objetos e as pessoas que estão no quadro, e sua relação uns com os outros” (Becker, 1997[1986], p. 105)³⁷.

Penso este trabalho, metaforicamente, como uma costura analítica, em que tento aglutinar retalhos e fragmentos de tecidos empíricos e teórico-metodológicos. Esta tarefa artesã de sutura divide-se, portanto, nestes alinhavados iniciais; mais quatro capítulos ligados por um fio condutor; e um acabamento final – que busca “amarrar os pontos” desenvolvidos: nesta cerzidura introdutória, desenvolvo como se deu a construção da trajetória de pesquisa e a consequente delimitação do objeto, bem como teço algumas ponderações acerca das pretensões do estudo.

No primeiro capítulo, apresento o campo – o complexo de favelas circunvizinhas que formam o que denomino Grande Tancredo Neves –, caracterizo-o topograficamente e contextualizo sócio-historicamente seus territórios e microterritórios; e, principalmente, caminho por suas calçadas, ruas e vielas, conversando com os moradores e tentando compreender seus jogos sociais, suas formas de convivialidade e conflitos, suas dinâmicas de acusação e evitação, e a relação ambígua e emaranhada entre “trabalhadores” e “bandidos”.

No segundo capítulo, trago à tona o conceito de *sistema de relações sociais do crime* no intento de ampliar as construções teóricas que versam sobre “mundo” ou “universo” do crime. Penso que estas metacategorias são por vezes estáticas e reificantes; nesse sentido, partindo de uma perspectiva relacional empreendo um exercício analítico que procura captar a processualidade desse fenômeno e sua tessitura reticular, bem como as complexas

³⁷ Howard Becker propõe que em um mosaico científico “diferentes fragmentos contribuem diferentemente para nossa compreensão: alguns são úteis por sua cor, outros porque realçam os contornos de um objeto. Nenhuma das peças tem uma função maior a cumprir; se não tivermos sua contribuição, há ainda outras maneiras para chegarmos a uma compreensão do todo” (1997[1986], p. 105).

ramificações e múltiplas capilaridades que ele aciona junto ao funcionamento da lógica do estatismo e das agências empresariais hegemônicas. Busco demonstrar empírica e teoricamente uma conexão hierárquica que ocorre nessas relações, que percorre um circuito de trocas assimétricas. Esse “sistema relacional” opera homologamente à estrutura objetiva na qual se insere; na verdade, ele é parte inextricável de seu funcionamento geral: os agentes com maiores recursos de poder simbólico – que encampam uma criminalidade de fraudes milionárias – estão no topo dessa pirâmide, enquanto aqueles com menores fontes de poder são seus subjugados, e amiúde são acionados como seus “linhas de frente” e bodes-expiatórios, por meio de políticas públicas – como as da “guerra às drogas”, da militarização ostensiva, do encarceramento em massa etc. – bem como por negociatas privadas entre empresários capitalistas e agentes criminais das favelas. Logo, o esquema direito-polícia-prisão-mídia-delinquência é a principal ferramenta de sustentação das hierarquias atávicas do *sistema de relações sociais do crime*.

No terceiro capítulo, imiscuo-me “de perto e de dentro” (Magnani, 2002) nas *artes de fazer* o crime dos agentes da criminalidade pobre: em diálogo com eles, tento compreender analiticamente o sentido das práticas criminais. Vale salientar que muitos desses agentes transitam por mais de uma prática delitiva em suas vivências cotidianas. Intento esmiuçar complexas categorias êmicas como “guerra”, “patrão/bichão”, “pirangueiro”, “nóia”, “livramento”, entre outras, tão recorrentes em suas narrativas orais e na memória social do lugar. Ademais, é fundamental ainda penetrar em seus processos subjetivos e libidinais de “escolha” pela atividade criminal e de tentativa de “saída” do “crime”, bem como em seus idiossincráticos códigos morais.

O quarto capítulo é um mergulho no universo das facções. Traço uma breve contextualização das facções que atuam hoje no Ceará (CV, PCC, GDE e FDN) e discuto sua eficácia simbólica enquanto organizações que arregimentam cada vez mais adeptos das periferias cearenses. Ademais, analiso suas afinidades eletivas com a *Realpolitik*.

Por fim, teço algumas breves costuras derradeiras – mas não necessariamente conclusivas.

Para tal empreendimento, apoiei-me em três eixos teórico-metodológicos:

i) *mergulho teórico-reflexivo* em diversos trabalhos anteriores com temáticas afins, pesquisas quantitativas de órgãos da sociedade civil, mas principalmente estudos qualitativos, pois estes funcionam como galvanizadores heurísticos, dando suporte ao processo de formulações de hipóteses, problematizações e obtenção de recursos e técnicas metodológicas. Em relação aos dados quantitativos, faço duas ressalvas: a primeira é que “a

enquete estatística só ‘encontra’ o homogêneo. Ela reproduz o sistema ao qual pertence e deixa fora do seu campo a proliferação das histórias e operações heterogêneas que compõem o cotidiano” (Certeau, 2014[1980], p. 45)³⁸; a outra é que, no que concerne às “estatísticas oficiais” da criminalidade, elas estão – sem exceção – contaminadas por uma seletividade na contabilidade infracional devido à ação das agências policiais e judiciárias estarem preferencialmente voltadas para determinados tipos de crime e de agentes criminais (Misse, 2011[2006])³⁹. Dessa forma, são sobremaneira insuficientes para uma reflexão socioantropológica da violência e do conflito em toda sua polissemia;

ii) *análise histórico-documental* de jornais e revistas, principalmente de veículos locais. Este material mostrou-se importante para uma contextualização sociohistórica da criminalidade violenta no Brasil, mormente no cenário cearense. Através dele, pude localizar e remontar os fragmentos perdidos de um processo conflituoso ainda em curso, que me permitiram uma colagem inteligível dos eventos pretéritos da criminalidade em Fortaleza e, principalmente, no Grande Tancredo Neves. Entretanto, como a mídia hegemônica padece do fenômeno da espetacularização da violência e da venalidade noticiosa, é necessário um exercício de crítica-reflexiva e de relativização de grande parte das informações abordadas por esses meios de comunicação de massa, posto que “a imprensa é bastante vulnerável à influência de uma linguagem do senso comum e, principalmente, de uma linguagem policial” (Barreira, 1998, p. 21);

iii) *imersão etnográfica*, “de perto e de dentro” (Magnani, 2002), na comunidade do Grande Tancredo Neves, apoiando-me na observação direta e participante, bem como em entrevistas semiestruturadas, de um lado; e por outro, naquelas não sistematizadas, completamente espontâneas, inesperadas. O pesquisador de campo não precisa temer que o caráter assistemático de seu trabalho distorça os dados empíricos acumulados. Nesse primeiro momento, a tarefa de maior relevo é coletar informações, percepções, inferências, hipóteses etc. Por outro lado, a não sistematização desse quebra-cabeça no momento da produção textual pode implicar em um texto ininteligível, com graves desencontros teórico-

³⁸ Certeau acrescenta ainda que a estatística “se contenta em classificar, calcular e tabular as unidades [...] e em fazê-lo em função de categorias e taxionomias que lhe são próprias. Ela consegue captar o material dessas práticas, e não a sua *forma*; [...]. A força dos seus cálculos se deve à sua capacidade de dividir, mas é precisamente por essa fragmentação analítica que perde aquilo que julga procurar e representar” (2014[1980], p. 45 – grifos do original).

³⁹ De acordo com Michel Misse, as estatísticas criminais “são constitutivamente ambivalentes. No Brasil, elas dizem respeito à pouca (ou quase nenhuma) representatividade (notada pela percepção social) da criminalidade *white-collar* e da criminalidade das elites e das classes dominantes nos dados da criminalidade registrada” (2011[2006], p. 78); logo, “apenas certos tipos de ação, com certo tipos de agentes tendem a ser preferencialmente criminalizados. A amostra sofre de seletividade social, não é aleatória” (*ibid.*, p. 85).

metodológicos. Magnani sublinha que produção etnográfica se alicerça em uma reorganização de dados percebidos, de início, como fragmentários e caóticos, resultando “num novo arranjo que não é mais o arranjo nativo (mas que parte dele, leva-o em conta, foi suscitado por ele) nem aquele com o qual o pesquisador iniciou a pesquisa” (2002, p. 17).

Ademais, nas incursões etnográficas, foi fundamental um esforço metodológico aguçado, que teve como ancoragem uma escuta atenta e reflexiva, um olhar curioso, observador, que passeia por todos os lugares, se lança enxerido nos detalhes, nas irregularidades, no invulgar, pois o relevante “não é o que se ‘vê’, mas o que se observa com método” (Fernandes, 2004[1957], p. 128). Mais do que às obviedades aparentes e notórias, é preciso estar “atento às sutilezas quase infinitas das estratégias que os agentes sociais desenvolvem na conduta comum de sua existência” (Bourdieu, 2012[1993], p. 697), perceber as entrelinhas dos discursos, ler os sinais não verbais, beber nas pausas silentes meditativas, pois “os silêncios também deveriam entrar no elenco da informação primária de que se vale a sociologia como expressão significativa dos emudecidos pelas circunstâncias históricas adversas” (Martins, 2014, p. 128). Em campo, os sentidos devem posicionar-se em alerta constante, prontos para captar algum fragmento de realidade espontânea que escapa nas entrelinhas das falas, das corporalidades. Esses pequenos pedaços fragmentários vão ser relevantes para a composição ulterior de um mosaico empírico inteligível.

Todo esse processo em campo deve ter como horizonte ético-político um exercício de alteridade calcado em humildade e respeito aos indivíduos e grupos estudados para não se incorrer em uma abordagem colonizadora; dessa forma, faz-se necessário incorporar à análise empírica a “consciência” que o estigmatizado tem de si e de sua condição social adversa. Nesse sentido, “a atenção etnográfica à perspectiva das pessoas sobre sua própria socialidade é um elemento fundamental para que se controle o risco de projeção etnocêntrica” (Sá, 2010, p. 32). Nesse sentido, foi imprescindível lançar mão de táticas para minorar ao máximo as assimetrias de poder que flutuam no encontro com pessoas e grupos marginalizados; desigualdade de recursos simbólicos que muitas vezes afetam, em grande medida, a espontaneidade comportamental dos interlocutores na situação contextual. Todavia, discordo de Martins (2014) quando ele propõe que nessas relações com interlocutores, diferente de tentarmos capturar o outro, devemos nos deixar capturar por ele. Penso que o jogo dialético em campo não deve ser de captura de nenhuma das partes, mas de liberação de referenciais de dominação, seja de que parte vier. A mediação entre redes de poder assimétricas que envolvem sistemas semântico-culturais divergentes deve ser um compromisso político-moral do pesquisador de campo, para fugir de um possível

“colonialismo acadêmico”⁴⁰ (Marcus, 1994, p.16), uma vez que “existe no encontro etnográfico uma inevitável assimetria política – entre quem descreve e quem é descrito” (Fonseca, 2010, p. 223).

Por oportuno, sublinho que lidar com sujeitos estigmatizados e matáveis⁴¹ envolve a criação de uma perspectiva ético-dialógica para mediar, de um lado, o código de conduta das relações sociais do crime e, na outra ponta, o sistema de normas jurídicas estabelecidas. Karina Biondi argumenta que “aprender a lidar com a moralidade dos nativos não é o mesmo que aderir a ela. Mas também não é sobrevoá-la com um dirigível, evitando qualquer tipo de ‘contaminação’” (2012, p. 140). Sobre esse jogo dialético que o pesquisador deve empreender em campo para adentrar um universo criminal pauperizado sem necessariamente cair em relativismos idealizadores, de um lado, ou julgamentos moralistas, de outro, César Barreira lança uma chuva de problematizações que ajudam a pensar a questão:

Como incluir na análise códigos que não se apoiam nos valores básicos da sociedade sem ‘cair’ em relativismos absolutos? [...] Como trabalhar um objeto que está em situação permanente de julgamento, tanto no campo social, como no terreno jurídico? [...] Como estudar um objeto classificado como sendo, em princípio, resultado de ‘desvio de personalidade’, e submetido, constantemente, a classificações morais negativas? [...] Poderíamos dizer que as Ciências Sociais, quando trabalham com os excluídos da história ou os processos de exclusão, têm no horizonte de suas reflexões a recuperação das identidades desclassificadas (2008, pp. 36-37).

Portanto, dependendo de como o pesquisador se coloca nestes encontros, muitas informações são recalçadas e outras vêm à tona porque o entrevistado – que já percebeu as redes de poder operando na relação – amiúde, como estratégia discursiva, fala exatamente aquilo que pesquisador quer ouvir. Neste ponto, corroboro novamente com o jagunço Riobaldo, de *Grande sertão: veredas*: “a gente sabe mais de um homem é o que ele esconde” (Rosa, 1983[1956], p. 240), pois, prossegue o sertanejo: “o senhor sabe o que o silêncio é? É a gente mesmo, demais” (*ibid.*, p. 299).

Nesses momentos em que se percebe um jogo de esquiva do interlocutor, faz-se necessário encampar uma hermenêutica da suspeita, como disse Paul Ricoeur (1990[1977]),

⁴⁰ Em que pese a relevância seminal da obra para a sociologia da religião, n’*As formas elementares da vida religiosa* Durkheim (1996[1912]) incorreu por diversas vezes nesse “colonialismo” eivado de arbítrios teórico-metodológicos. No texto, o autor muitas vezes “fala” pelos nativos, sem nunca ter estado nas tribos sobre as quais discorre, sob a justificativa “colonialista” de que aqueles não tinham percepção necessária para interpretar criticamente suas existências.

⁴¹ De acordo com Michel Misse, o bandido pauperizado “pode ser morto: mesmo nas reportagens da mídia, sua morte é apresentada em oposição à morte de pessoas ‘inocentes’. No limite, sua morte pode ser amplamente desejada” (2012, p. 34).

ou da desconfiança, como pontua Alba Zaluar (2009)⁴², ou ainda a dúvida radical, da qual falava Pierre Bourdieu (1989)⁴³. Desconfiar muitas vezes daquilo que está sendo dito, se ater mais às entrelinhas e à fala corporal do que à oralidade “benevolente” do entrevistado. Numa entrevista, para lograr a “consideração” dos agentes e obter dados os mais próximos possíveis de uma espontaneidade que jamais será total, é preciso, principalmente, que o sujeito investigado sinta humildade na postura de seu interrogador, que este possa aproximar-se da corporalidade e da linguagem nativa para, assim, reduzir as distâncias socioculturais e estabelecer zonas de confiança e reciprocidade mútuas. Em suma, é imprescindível manipular todo o “estoque de experiências” (Schutz, 1979[1932]) de que se dispõe para não ser engolido simbolicamente nas interações pelos agentes em campo ou não cair no “canto da sereia” que os idealiza. Endosso a assertiva de Zaluar quando a antropóloga sublinha que “a arte de se relacionar e a criatividade em fazer as perguntas certas a pessoas certas não se aprende em textos acadêmicos, mas na experiência vivida, na atenção redobrada para ‘saber entrar’ e ‘saber sair’, expressões nativas corriqueiras” (2009, p. 568). Foi importante para essa arte de saber entrar e saber sair lançar mão de táticas que não são custosas para mim e fazem parte inclusive da minha experiência pessoal, como ir a campo de bermudão e chinelo, falar o socioleto *favelês*⁴⁴, evocar o meu conhecimento acerca dos “traficantes” icônicos do passado na localidade. Ademais, sempre deixava muito claro que sou radicalmente contra a violência policial, que não estava ali para julgá-los com preconceitos, mas que queria ouvi-los e tentar entendê-los, que suas identidades seriam preservadas etc. Vou narrar uma pequena história das táticas em campo.

Certa vez, estava em uma calçada com dois dos meus interlocutores. Eles iam para a feira que acontece no bairro todas as quintas. Mas antes, um deles, Samurai⁴⁵ – que será

⁴² Alba Zaluar, que desenvolveu muitas pesquisas com agentes envolvidos em situações criminais, pontua que “a mentira faz parte da clandestinidade das atividades estudadas. São muitas as falsidades necessárias para se manter na atividade: omissões, dissimulações, inverdades são obstáculos presentes na fala dos ‘nativos’ a serem vencidos em todos os momentos na pesquisa. Para ser bem-sucedido na hermenêutica da desconfiança, é preciso diversificar os informantes, em diferentes posições no drama ou nas redes do crime, e ampliar as fontes de dados” (2009, p. 571).

⁴³ Pierre Bourdieu problematiza a questão referente à dúvida radical que o pesquisador deve levantar ao estudar dentro de uma estrutura social da qual faz parte: “como pode o sociólogo efetuar na prática a dúvida radical a qual é necessária para pôr em suspenso todos os pressupostos inerentes ao fato de ele ser um ser social, portanto, socializado e levado assim a sentir-se como peixe na água no seio desse mundo social cujas estruturas interiorizou? Como pode ele evitar que o mundo social faça, de certo modo, através dele, por meio das operações inconscientes de si mesmas de que ele é o sujeito aparente, a construção do mundo social do objeto científico? [...] Uma prática científica que se esquece de se pôr a si mesma em causa não sabe, propriamente falando, o que faz. Presa no objeto que toma para objeto, ela descobre qualquer coisa do objeto, mas que não é verdadeiramente objetivado pois se trata dos próprios princípios do objeto” (1989, pp. 34-35).

⁴⁴ No capítulo 1, desenvolvo uma análise sobre o *favelês*, categoria que crio neste trabalho.

⁴⁵ Opto, por questões éticas, pelo uso de nomes fictícios para todos os interlocutores ao longo da pesquisa, no sentido de preservar as pessoas retratadas, uma vez que a revelação de suas identidades poderia, em alguns

apresentado ao longo do trabalho – disse que iria “apertar um”. Ao me oferecer, eu recusei. Nesse momento, percebi uma expressão de desaprovo em seu rosto, com um ar de quem se sentiu ofendido. Nesse ínterim, milhões de sinapses cerebrais começaram a fazer conexões e então pensei rapidamente que aquela recusa poderia prejudicar os próximos passos da pesquisa. Samurai era um dos interlocutores-chave do trabalho, e estava muito disposto a me ajudar e a me intermediar com outros agentes criminais. Lembrei de minha mãe e de minha vó, que sempre disseram que “fazer uma desfeita” na casa alheia era impensável, era um ultraje à pessoa que tinha feito a oferta. Dependendo do lugar da pesquisa, pode-se ser convidado a tomar cerveja, um chá, um café, fazer uma refeição, participar de uma reunião, juntar-se a uma conversa familiar, etc. Decidi não “fazer a desfeita”. Encampei uma performance estratégica aos meus objetivos da pesquisa, apesar de não estar com a mínima vontade de fazer aquilo. No final, acho que valeu a pena. Samurai foi muito relevante para eu entender sobre as dinâmicas criminais e os processos de subjetivação dos agentes pauperizados.

A atividade de campo durou um ano e cinco meses, de agosto de 2016 a dezembro de 2017. Nesse período, as relações sociais do crime no complexo de favelas pesquisado passaram por mudanças próprias às vicissitudes e fragilidades dos acordos na seara criminal. Nos primeiros meses de campo, ainda prevalecia o armistício entre as facções, a chamada “paz”. Por volta de novembro e dezembro de 2016, a “guerra” recomeça e seus desdobramentos ricocheteiam nas dinâmicas relacionais das pessoas que vivem nas comunidades e obviamente no *modus operandi* da pesquisa. Não foram poucas as vezes em que experimentei riscos em campo. Vou contar, de forma breve, alguns desses episódios em que se salientaram dificuldades e perigos que o etnógrafo está sujeito quando pesquisa espaços sociais em meio à “guerra”, no fogo cruzado. Na intenção de saber de fontes primárias as versões conflitantes de uma “guerra” interna, talvez imprudentemente realizei entrevistas com membros de quadrilhas rivais de um mesmo território, e nesse contexto meu duplo movimento poderia ser descoberto e eu ser tachado como “piranguero”, “X-9”, “levar-e-traz”, categorias nativas carregadas de simbolismos negativados, que amiúde têm a morte como sentença condenatória no código extralegal do crime. Foram muitas as situações de perigo vivenciadas em um ano e meio de pesquisa de campo. Vou contar algumas delas.

casos, acarretar tensões com a polícia e o sistema judiciário. Para uma melhor compreensão das questões deontológicas que envolvem os direitos de imagem e a preservação da identidade dos sujeitos com os quais pesquisamos, ver Cardoso (2004).

Havia um muro de um dos territórios onde a pesquisa foi realizada que eu queria muito registrar. Ele continha expressões, pichadas pelos agentes criminais, que demarcavam alguns dos códigos morais da criminalidade favelada. Não fui nada discreto. Parei o carro próximo ao muro, desci com uma câmera profissional, dessas bem grandes e chamativas, e comecei a fotografar o muro. Quando voltei ao carro, e estava saindo por uma rua perpendicular, percebi que estava sendo filmado por um celular de um jovem sentado à sombra de uma árvore. Ao seu lado, duas garotas me olhavam com uma curiosidade além do normal. Fiquei algum tempo muito preocupado em que minha imagem fosse veiculada em aplicativos de mensagens e chegasse às redes criminais do bairro como se eu fosse uma espécie de “espião” ou qualquer coisa que o valha.

Algumas semanas após esse evento, combinei com um dos meus interlocutores, o Prensado (ao longo do trabalho ele será apresentado), de ir a sua casa para conversarmos e depois para que ele intermediasse uma entrevista com um varejista de drogas muito conhecido na região. Após bater um papo com Prensado, fomos caminhando até a rua onde ele iria me intermediar outro interlocutor. Quando chegamos perto da “boca”, dois homens que estavam na calçada me lançaram olhares de suspeição e estranheza. Um deles se apressou a me perguntar o que eu estava fazendo ali; expliquei que estava acompanhando Prensado, e eles me disseram para esperar do outro lado da rua: “É muito difícil observar quando se está sendo observado. Perde-se um pouco a concentração” (Sá, 2010, p. 53). Ao sair no portão gradeado, daqueles em que é possível de dentro de casa acompanhar o movimento na rua, o “traficante” perguntou em voz alta a Prensado: “Quem é esse bicho aí?”, meneando a cabeça em minha direção, medindo-me inteiramente com um olhar ameaçador. Ele explicou que eu era um amigo seu, porém não mais tentou intermediar uma conversa. Na volta à sua casa, ele me explicou que o “cara” tinha desconfiado muito de mim porque o clima estava tenso após o recomeço da “guerra” entre facções rivais e por isso qualquer pessoa estranha levantava suspeita.

Recordo também nesse momento uma entrevista com um dos meus interlocutores mais relevantes da pesquisa, Raposão – que também será apresentado ao longo do trabalho. Ao final da conversa, feita com a ajuda de um gravador, ele me avisa que havia citado nomes muito importantes da cena criminoso local, e que aquela gravação jamais poderia vaziar. Faz a ressalva de que me conhece há muitos anos e por isso confiou em me narrar nomes, locais e atividades sigilosas. No entanto, quando estava indo embora ponderou, com ar de ameaça: “Se isso estourar [vaziar] lá na frente, os cara vêm te sequestrar aqui”. Eu lhe garanti que aquele áudio ficaria bem guardado, que sequer no meu computador ele seria salvo. Quando

ele se foi – a entrevista foi feita em minha casa –, caí numa ansiedade enorme. Tratei de esconder a gravação em um *pendrive* no fundo de uma gaveta do quarto. Passei semanas temendo que aquela conversa vazasse de alguma forma. A ansiedade nos faz pensar em hipóteses as mais absurdas. Para piorar o cenário, um mês após nossa conversa Raposo foi preso. Fiquei angustiado com a possibilidade de ele desconfiar que a prisão tivera alguma relação com as informações que ele me tinha confidenciado. Não consegui mais contato com ele, nem pela rede social que nos falávamos quando ele esteve encarcerado da penúltima vez.

Há um outro relato que é deveras pertinente contar nesse momento. Marquei de encontrar-me com uma agente comunitária de manhã bem cedo em um posto de saúde no *campo*. Ela seria a intermediadora de uma conversa com um varejista de drogas local, que havia saído da prisão há pouco tempo. Ela me levaria à casa dele e já tinha inclusive o avisado. No dia chovia forte, e então precisamos nos abrigar embaixo de uma marquise. A casa de nosso interlocutor ficava do outro lado da rua. A rua é separada por uma lagoa, é preciso contorná-la pela avenida ou então atravessar uma ponte improvisada e decrepita de madeira para chegar ao outro lado. Esperamos alguns minutos e o temporal aumentava. De repente, vimos uma viatura da polícia civil. Os policiais batem à porta de uma casa, observam alguns minutos, parecem desistir da operação, entram de volta no carro e se vão. Instantes depois, um rapaz que estava na casa onde os policiais haviam ido sai correndo desesperadamente em direção a uma rua perpendicular. Logo depois, a viatura retorna. Dessa vez, os policiais descem com presteza, armas em punho, arrombam a porta da casa. Um adolescente, que também se abrigava da chuva ao nosso lado embaixo da marquise, fala baixinho: “Paz, justiça e liberdade”. Os policiais saem sem encontrar ninguém. Nesse momento, a agente comunitária de saúde me avisa que aquela era a casa onde íamos, que o rapaz que saíra correndo era o nosso interlocutor. A chuva arrefece. O adolescente que sussurrara “paz, justiça e liberdade” caminha lentamente em direção à casa alvo da operação policial. Não fosse a chuva, teríamos chegado à casa antes da polícia. Estaríamos lá quando a polícia chegasse. O interlocutor provavelmente pensaria que havia relação entre a nossa presença ali e o “bote” policial. Poderíamos ser subjugados como reféns. Mas estas condicionantes não ocorreram, porque, parece irônico, fomos salvos pela chuva.

Durante a atividade de campo, foram realizadas mais de cem interlocuções orais em campo, a maioria destas sem o uso de gravador. Foram conversas aparentemente despreziosas, ao pé das calçadas, nas bodegas, mercadinhos, bares, na feira, no “cabaré”, nas oficinas de bicicleta e de carro, nos logradouros por onde andei. Estas interlocuções foram relevantíssimas para me imiscuir nas ações cotidianas, nas redes de fofocas, nas

representações coletivas; enfim, no universo ordinário do Grande Tancredo Neves. Apenas com ares de despreziosas, elas transformaram-se em dados importantes que foram incorporados à análise empírica. As entrevistas com gravador, que exigiam uma maior articulação com os agentes e na maioria dos casos uma negociação prévia, se deram em menor número, totalizando vinte e uma. A maioria destas foi realizada com jovens e adultos envolvidos nas atividades delitivas no bairro: algumas ocorreram em suas residências, outras nas calçadas defronte às moradias e houve ainda quatro que foram realizadas na minha casa, uma vez que eu tinha plena confiança nestes interlocutores e, para a estratégia da pesquisa, penso que dessa forma consegui informações privilegiadas, pois as pessoas entrevistadas ficavam bastante à vontade para falar sobre suas experiências. As entrevistas com gravador duraram de uma a duas horas. Apenas uma delas extrapolou essa média e estendeu-se por três horas de papeado. As entrevistas semiestruturadas se deram a partir de um roteiro-base, no qual procurei abordar uma breve história de vida em diálogo com as motivações, as práticas e os códigos da carreira no crime. As transcrições e a reprodução textual destas conversas neste trabalho foram realizadas de modo a preservar os traços de oralidade, portanto, não se preocupou em ajustar as falas à gramática normativa. Os “erros” de concordância verbal e nominal foram mantidos, assim como as muitas marcas e idiosincrasias do falar cearense. Quando houver uma pergunta minha em meio à fala dos interlocutores, ela estará demarcada entre colchetes. Também em meio à fala dos entrevistados estão entre colchetes, sempre que julguei necessário, notas explicativas e adendos que facilitam a leitura.

Em suma, percebo nos praticantes de crimes com quem tive a oportunidade de conversar uma vontade, até orgulhosa, de falar sobre suas práticas. Interpreto como se se sentissem, finalmente, socialmente reconhecidos, não apenas como um “criminoso”, mas como alguém cuja história tem significado e merece ser ouvida. É como se a oportunidade de falar para outrem sobre sua experiência no crime tivesse, mimeticamente, a função de uma sessão psicanalítica, em que eles, ao falarem de si, se escutam e se autoanalisam, constelando, por meio da linguagem oral, conteúdos psíquicos muitas vezes reprimidos e jamais antes verbalizados. Alguns me perguntavam se estava “ficando bom”, se estava “dando certo”, interrogavam-me sobre sua performance discursiva. Papagaio, 36 anos, varejista do comércio de drogas, exclamou no meio da conversa: “*É massa ó, mah*”⁴⁶ [ser entrevistado. Nesse

⁴⁶ *Mah* é um vocativo muito presente no dialeto falado no Ceará, o “cearensês”, ou dialeto da costa norte, principalmente entre as camadas mais jovens de todas as faixas de renda. É uma corruptela oral de “macho”, outro vocativo idiosincrático ao dialeto cearense. A performatividade oral do “mah” é tamanha que, muitas vezes, dependendo dos contextos situacionais, ele pode servir também como interjeição, para iniciar ou concluir uma frase. No primeiro capítulo, me deterei mais aprofundadamente sobre o falar das favelas cearenses como

momento, na sua expressão, ele demonstrou uma satisfação enorme de estar ali, contando sobre sua vida. E completou:] Ei, se eu te mostrar os parceiro ali né, eles têm histórias muito mais cruel pra contar do que as minha. Tu fala com eles depois”.

Penso que é nesse sentido que Bourdieu (2012[1993]) sublinha que o sociólogo (ou o etnógrafo) pode ajudar as pessoas entrevistadas “à maneira de um parteiro”. O parteiro (ou a parteira) tem que estar aberto a uma escuta ativa e humanizada, procurar compreender as práticas culturais das pessoas com as quais pesquisa sem julgamentos morais, num exercício espiritual de alteridade, “situar-se em pensamento no lugar que o pesquisado ocupa no espaço social” (*ibid.*, p. 699). Somente lançando mão desses instrumentos pode-se estabelecer uma comunicação não-violenta entre pesquisador e pesquisado, levando em conta as assimetrias de capital simbólico presentes nessa relação não isonômica, com o fito de reduzir ao máximo possível a violência simbólica advinda dessas desigualdades de capitais (cultural, intelectual, social, econômico, político, etc.). Nesse sentido, é fundamental colocar em xeque nossas interpretações apressadas em relação ao outro, esquivando-nos de um suposto imperativo categórico kantiano – que propõe, em suma, irrefletidamente projetar, como que por osmose, as concepções e categorias semânticas de um agente sobre o outro, como se elas já estivessem dadas *a priori*. Se junta ao debate Bourdieu (*op.cit.*, p. 704): “Longe de serem simples instrumentos nas mãos do pesquisador, eles conduzem, de alguma maneira, a entrevista e a densidade e a intensidade de seu discurso, com a impressão que eles dão frequentemente de sentir uma espécie de alívio, até de realização”.

Sobretudo, o fazer etnográfico envolve um amálgama inesgotável de situações que podem surgir no campo, assim é recorrente que o objeto e os objetivos da interpretação analítica se redefinam durante o percurso. As interpretações e as traduções culturais da produção artesanal etnográfica vão se desenovelando aos poucos; surgem retoques, emendas e redefinições à medida que a atividade de campo e os embasamentos teórico-metodológicos ganham vulto. O caminho da pesquisa é construído e delineado, por assim dizer, na própria trajetória. Novamente recorro à sabença popular do jagunço Riobaldo: “O real não está na saída nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia” (Rosa, 1983[1956], p. 49).

Neste percurso, foi essencial para uma azeitada construção empírico-analítica a prática de um *anarquismo metodológico* - na contramão de um monoteísmo de métodos⁴⁷ -, no sentido de combinar uma pluralidade de técnicas e táticas que absorvam, como uma esponja, parte relevante das representações simbólicas, aí incluídas as nuances, os detalhes, os fragmentos, os não-ditos, os silêncios, as entrelinhas e os microcontextos que podem estar sublimados, funcionando como uma espécie de aguçamento dos sentidos para efeito de construir um caleidoscópio teórico-metodológico.

Todavia, é ao “rés do chão, com passos”, nas andanças pelo campo, conversando com as pessoas e observando-as em seu cotidiano, tentando descortinar um indecifrável e complexo arranjo de relações e interdependências, que a gente percebe que a vida é passarinho danado, selvagem e arisco, que não se ludibria com arapucas tampouco se deixa aprisionar em alguma gaiola teórico-metodológica. Ao contrário, alarve e fugidia que é, passarinho de asas oceânicas que tudo abarca com sua bocarra infinita, traga toda a realidade num átimo: a vida é o *Aleph* do conto de Borges⁴⁸.

Foi então que percebi que não estava ali para decifrar ou resolver teleologicamente algum problema socioantropológico, mas sim para, a partir de minhas limitações cognitivas e existenciais, tentar compreender essa rede infinita de disposições, alinhamentos, rearranjos e práticas que formam as relações sociais, mas sem perder de vista que “não existe enunciado individual, nunca há. Todo enunciado é o produto de um agenciamento maquínico, quer dizer, de agentes coletivos de enunciação (por ‘agentes coletivos’ não se deve entender povos ou sociedades, mas multiplicidades)” (Deleuze e Guattari, 1995a[1980], p. 51). A criação intelectual, nessa proposição, é um produto de múltiplos agenciamentos, é um ser-enunciar-com-os-outros.

Para que isso ocorra, é preciso *let it be*, como cantou Lennon, *experienciar o campo*, deixar que ele flua nas entranhas, permitir que ele nos atravesse, nos chacoalhe, viver

⁴⁷ Bourdieu tece críticas a este *monoteísmo metodológico* sublinhando que a prática científica está repleta de “monomaniacos das distribuições estatísticas, ou da análise de discursos, ou da observação participante, ou da entrevista livre ou em profundidade, ou da descrição etnográfica, etc.” (1989, p. 25). Para o autor, “é preciso desconfiar das recusas sectárias que se escondem por detrás das profissões de fé demasiado exclusivas e tentar, em cada caso, mobilizar todas as técnicas que, dada a definição do objeto, possam parecer pertinentes e que, dadas as condições práticas de recolha dos dados, são praticamente utilizáveis” (p. 26).

⁴⁸ O *Aleph*, no conto homônimo do escritor argentino Jorge Luis Borges, era uma espécie de portal místico e enigmático que se encontrava no porão de uma casa que estava prestes a ser demolida. Ele só podia ser avistado em sua inteireza e magnitude em uma posição milimetricamente situada na escada do porão. Ao avistá-lo, o observador tinha um lampejo instantâneo de onividência cosmológica: “Toda linguagem é um alfabeto de símbolos cujo exercício pressupõe um passado que os interlocutores compartilham; como transmitir aos outros o infinito *Aleph* que minha temerosa memória mal consegue abarcar? [...] Naquele instante gigantesco, vi milhões de atos deleitáveis ou atroz; nenhum me assombrou tanto como o fato de todos ocuparem o mesmo ponto, sem superposição e sem transparência” (Borges, 2013[1949], p. 148).

as relações e situações sociais que emergem com inteireza; sem obliterar, obviamente, os interesses e as táticas intrínsecas à pesquisa. Experimentar o campo é senti-lo com os cinco sentidos – e doses generosas de intuição, esquivando-se de uma clivagem própria à racionalidade cartesiana, que separa razão/emoção, corpo/alma. Ser um sinesteta: sentir toques, cheiros, sabores, sons, gestos, falas, paisagens, aromas, corpos, cores, olhares, bem como aquilo que a linguagem não alcança descrição; afinal, “são as intuições – e não o tecido lógico que as interliga – que tendem a sobreviver na experiência de campo” (Turner, 2008[1974], p. 19).

Como ressaltaram Deleuze e Guattari, “experimente ao invés de significar e de interpretar! Encontre você mesmo seus lugares, suas territorialidades, seu regime, sua linha de fuga! Semiotize você mesmo, ao invés de procurar em sua infância acabada e em sua semiologia de ocidental” (1995b[1980], p. 96). Em síntese, viver o campo é apreendê-lo de maneira sinestésica – como ontologia corporal⁴⁹ –, mas também, e não menos importante, de modo suprasensorial e surrealista, à semelhança de (experimentar) um quadro de Dali.

⁴⁹ Este conceito é de Judith Butler. Segundo a filósofa estadunidense, “o que faz da ontologia corporal uma ontologia social [...] [é que] o corpo está exposto a forças articuladas social e politicamente, bem como a exigências de sociabilidade – incluindo a linguagem, o trabalho e o desejo” (2016 [2009], p. 16). Vale sublinhar que a conceituação butleriana de *ontologia corporal* está sendo empregada neste trabalho de uma maneira expandida, alargada, para tentar dar vazão a uma evocada qualidade multissensorial que o corpo pode vir a ter no tocante a experimentar a realidade.

2 GRANDE TANCREDO NEVES: TERRITÓRIOS, PESSOAS E RELAÇÕES SOCIAIS

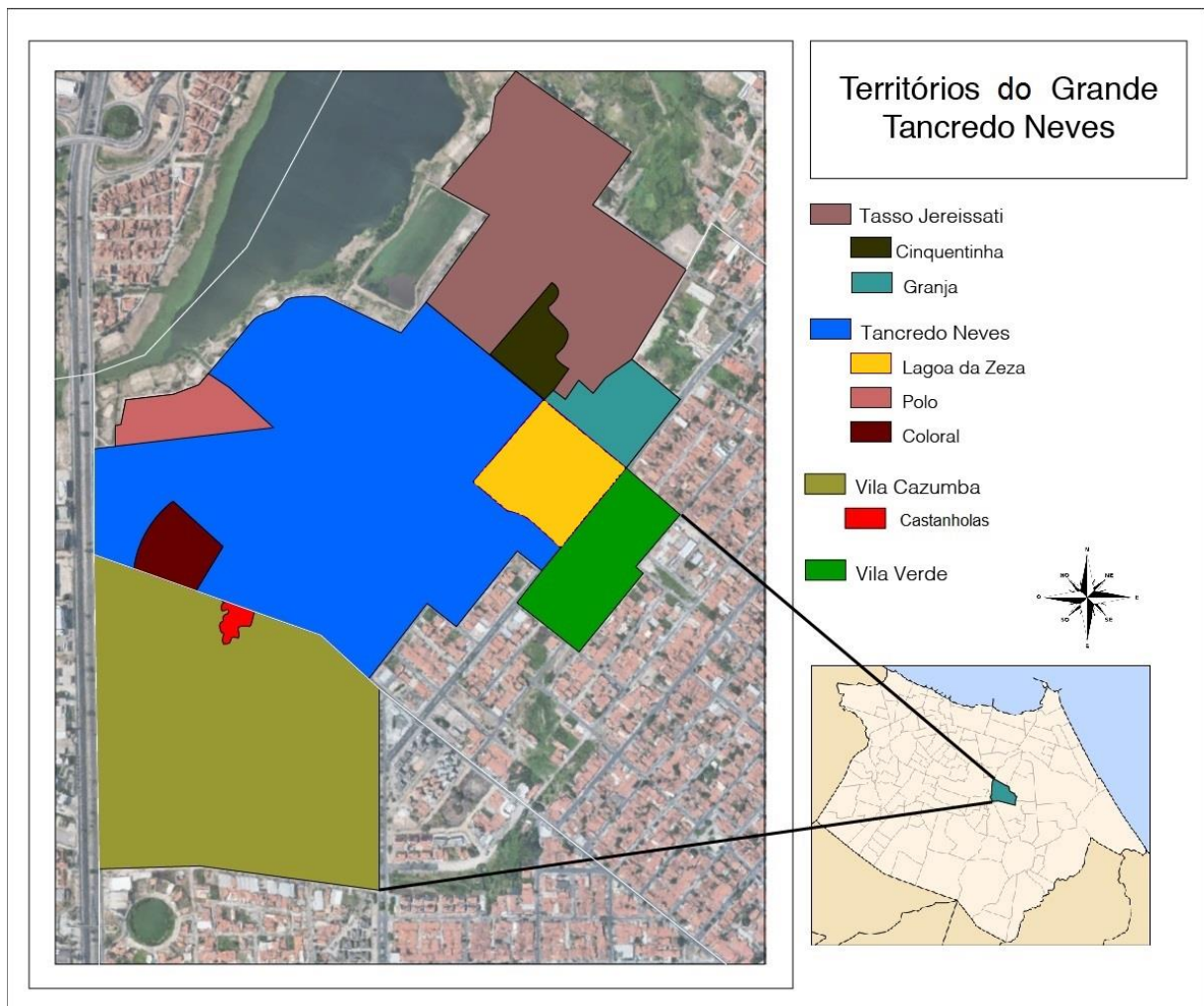


Figura 1 – Mapa dos territórios e microterritórios que compõem o Grande Tancredo Neves (GTN) (Fonte: arquivo pessoal/Pires, 2018).

O que aqui estou denominando Grande Tancredo Neves (GTN) é um complexo de favelas localizado na zona sul de Fortaleza; é um bairro extraoficial, pois não está chancelado pela divisão político-administrativa da cidade. Ao norte, faz fronteira com o Parque Ecológico do Cocó, no bairro Salinas; ao leste, é divisado em boa parte pelas avenidas Desembargador Gonzaga, no bairro Cidade dos Funcionários, e Rogaciano Leite, no bairro Jardim das Oliveiras; ao sul, demarcado pela avenida Júlio Jorge Vieira, também na Cidade dos Funcionários; ao noroeste, dividido pelo rio Cocó, com a Aerolândia; e ao sudoeste, separado pela rodovia BR-116, com o bairro Cajazeiras. Sua dimensão territorial é de aproximadamente 1,34 km² em um perímetro que compreende cerca de cinco quilômetros e oitocentos metros. O GTN está relativamente próximo à área central da metrópole – a zona

predominantemente comercial e de serviços do bairro Centro –, distando cerca de 20 a 30 minutos em veículo automotor, e 30 a 40 minutos em bicicleta.

O GTN está cravado em dois bairros “oficiais”: Cidade dos Funcionários, e a maior parte no Jardim das Oliveiras. Todavia, há um contraste abissal no que diz respeito aos índices de desenvolvimento humano (IDH: renda, longevidade, educação) quando se compara seu território às áreas destes dois bairros que se situam à parte de seu espaço territorial. Estas são majoritariamente compostas pelas camadas médias e altas, que evitam frequentar aquele pedaço à margem de seus circuitos sociais. Nas regiões fronteiriças entre o GTN e seus bairros “oficiais”, atravessou-se uma rua e, *plim!*, como num truque ilusionista, a paisagem urbana muda completamente: casas de muros altos, cercas elétricas, portões automáticos, asfalto devidamente recapeado, mais carros do que pessoas circulando nas ruas, calçadas vazias – mas iluminadas à LED... Todo um neourbanismo metropolitano entra em cena.

Teresa Pires do Rio Caldeira problematiza a questão, ao asseverar que “as pessoas intensificam suas próprias medidas de encerramento e controle, de separação e construção de barreiras, tanto simbólicas (como preconceito e estigmatização de alguns grupos) como materiais (muros, cercas e toda parafernália eletrônica de segurança)” (2000, p. 90). Nestas áreas “nobres” próximas ao GTN impera uma “securização privada do espaço urbano” (Agier, 2011[2009], p. 21)⁵⁰. Félix Guattari também tece críticas a essa forma de privatização dos espaços da cidade. Para o autor, nessas zonas do urbanismo funcionalista em que a serialização arquitetônica é a vedete, “o que há são espaços hiper equipados, o próprio passeio é sobrecodificado, pré-codificado, onde até os cachorros só podem cagar em certos lugares e não em outros” (1985, p. 113). O sociólogo britânico Anthony Giddens acrescenta sua análise ao debate salientando que “o zoneamento das cidades em bairros com características sociais acentuadamente diferentes é fortemente influenciado pela operação dos mercados imobiliários e pelas separações entre moradias de propriedade individual e setores habitacionais controlados pelo Estado” (1989[1984], p. 153). Para este momento, invoco a poesia de Fernando Pessoa, que nos ajuda deveras a pensar filosoficamente sobre o momento atual das cidades na contemporaneidade:

Nas cidades a vida é mais pequena
 Que aqui na minha casa no cismo deste outeiro.
 Nas cidades as grandes casas fecham a vista à chave,
 Escondem o horizonte, empurram o nosso olhar para longe de todo o céu,

⁵⁰ Michel Agier analisa o neourbanismo no qual partes da cidade são zoneadas e transformadas em locais “seguros” e protegidos de qualquer contato, inclusive visual, com áreas degradadas da urbe (2011[2009], pp. 117-124).

Tornam-nos pequenos porque nos tiram o que os nossos olhos nos podem dar (2009, p.33).

Voltando ao campo onde o trabalho foi desenvolvido, a denominação *Grande Tancredo Neves* foi criada nesta pesquisa para designar – a partir de um recorte e de uma estratégia metodológica que confere certa unidade analítica – um complexo amalgamado de favelas circunvizinhas, de aproximadamente 40 mil habitantes⁵¹, que se interconectam e se segregam pelo tráfico de armas e substâncias psicoativas – com tensões territoriais constantes, que geram demarcações físicas e simbólicas –, mas também se entremeiam e aproximam-se pelas redes de vizinhança, pelos laços afetivos e de parentesco, bem como pelos comércios e serviços. Dentre as quatro comunidades que territorializam a região – a Vila Cazumba, e os conjuntos habitacionais Tancredo Neves, Tasso Jereissati e Vila Verde (*ver mapa pág. 52*) –, o *Tranquedo*⁵² é o mais extenso, o mais populoso e centraliza muitas das atividades do setor terciário.

As comunidades do complexo estão situadas à margem direita da planície flúvio-marinha do rio Cocó, o mais relevante recurso hídrico da Bacia Metropolitana de Fortaleza⁵³ (*ver mapa pág. 89*). O mais abrangente e visível espelho d'água do percurso do Cocó na capital encontra-se nessa região; logo, o entorno está sujeito à influência das marés e à formação de manguezais que convocam diversas espécies da fauna local, em busca de fontes alimentares e de proteção. Inseridos, portanto, numa área geoambiental de planície de inundação preta de recursos lacustres – lagoas, lagos, córregos, olhos d'água e afins – muitos dos seus habitantes moram em residências autoconstruídas em áreas de risco e, também devido às muitas vezes péssimas instalações hidrossanitárias, sofrem constantemente com alagamentos em suas casas e barracos, principalmente no período das chuvas.

⁵¹ Estas estatísticas têm como referência números do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010, que calcularam que o conjunto habitacional Tancredo Neves possuía cerca de 30 mil habitantes naquele ano. Como de 2010 para 2018 a população brasileira cresceu aproximadamente 10% (de 190 milhões de habitantes para 209 milhões – IBGE/2018), a pesquisa deduz que hoje o GTN (ou seja, a soma das populações da Vila Cazumba e dos conjuntos habitacionais Tancredo Neves, Tasso Jereissati e Vila Verde) tenha aproximadamente entre 35 e 40 mil habitantes. Todavia, não há dados oficiais para o Grande Tancredo Neves, uma vez que este é um recorte espacial criado neste trabalho.

⁵² *Tranquedo* é a corruptela oral para Tancredo (Neves). É a maneira corriqueira como a maioria dos próprios moradores se refere ao local.

⁵³ O rio Cocó nasce ao leste da serra da Aratanha, no município de Pacatuba, e serpenteia pelas cidades de Maracanaú, Itaitinga e Fortaleza ao longo de quase 50 km, até abraçar o Atlântico na divisa entre as praias da Sabiaguaba e do Caça e Pesca, na capital cearense. Parte considerável de suas águas é represada pelo açude Gavião – situado entre Pacatuba e Itaitinga –, que abastece hidricamente a capital cearense. Ademais, o Parque Estadual do Cocó é uma unidade de preservação ambiental recém-oficializada, cuja área de 1.575 hectares vai do anel viário, na fronteira da capital com Maracanaú, até a foz do rio, na Sabiaguaba, abarcando 15 bairros de Fortaleza, configurando-se como o quarto maior parque urbano da América Latina.



Figuras 2 a 5 – O complexo de favelas não é homogêneo. Há locais no GTN que apresentaram uma melhor estrutura viária e de saneamento do que outros. (Fonte: arquivo pessoal/Pires, 2018).

Os dados mais recentes do Habitar Brasil/BID (Ministério das Cidades/Governo Federal, 2010) apontam que, na região, 10% dos moradores são analfabetos; a renda *per capita* é de menos de um quarto do salário mínimo e 70% dos habitantes encontram-se abaixo da linha da pobreza, desembocando no fato de ser uma das áreas com menor índice de desenvolvimento humano (IDH) em Fortaleza⁵⁴. Dessa maneira, muitas famílias do Grande Tancredo Neves, além de passíveis à degradação ambiental, estão expostas a uma vulnerabilidade civil e socioeconômica: ausência de saneamento básico, insuficientes condições infraestruturais para lazer e cultura, precárias ou inexistentes instalações elétricas, moradias depauperadas, subemprego, desemprego, consumo abusivo de substâncias psicoativas legais e ilícitas etc. Ademais, para completar o quadro da privação simbólica e material, o bairro é um dos mais atingidos na capital cearense pelas taxas epidêmicas de crimes violentos que varrem com sangue e mortes as periferias, cortiços e favelas brasileiras⁵⁵.

⁵⁴ Estes dados são da Secretaria do Desenvolvimento Econômico (SDE) de Fortaleza. O IDH avalia três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e longevidade (numa escala de 0 a 1). O IDH do Jardim das Oliveiras, bairro onde a maior parte do Grande Tancredo Neves está inserida, é extremamente baixo (0,27).

⁵⁵ A Organização Mundial de Saúde (OMS) considera como epidêmicas as taxas de homicídio acima de 10 por 100 mil. Segundo o estudo *Atlas da Violência*, elaborado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública e pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), de acordo com dados de 2015, a taxa brasileira é mais do que o dobro (28,9 por 100 mil); a do Ceará, segundo dados do *Mapa da Violência*, quase o dobro da brasileira (50,4

Para imaginar sociologicamente a construção da subjetividade dos moradores numa área marginalizada, pode-se ter como ponto de partida a reflexão de Bourdieu: “O bairro estigmatizado degrada simbolicamente os que o habitam, que, em troca, o degradam simbolicamente, porquanto, estando privados de todos os trunfos necessários para participar dos diferentes jogos sociais, eles não têm em comum senão sua comum excomunhão” (2012[1993], p. 166). Para o sociólogo francês, a privação sociosimbólica constitui a verdadeira miséria do mundo. Guattari, ao comentar acerca das consequências psíquicas às pessoas que moram em áreas degradadas das cidades, sublinha que elas “vivem uma espécie de devastação subjetiva muito grande, quando não total” (1985, p. 116).

Margeando os primeiros quilômetros da BR-116, as comunidades Tancredo Neves e Vila Cazumba fazem parte dos muitos bairros e favelas que têm fronteira com a rodovia federal. Também margeiam ou estão bem próximos aos primeiros quilômetros da rodovia o Areal (ABC), no bairro Aerolândia; as Cajazeiras, o Parque Iracema, o Barroso, o Jangurussu, o Sítio São João, o conjunto Maria Tomásia, a Paupina, o Ancuri, o bairro Pedras e parte da Messejana, entre outros territórios. Ponto em comum, as famílias destas comunidades são, em graus distintos, negligenciadas pelas políticas públicas urbanas, o que acarreta em problemas de infraestrutura básica, degradação ambiental e moradias precárias, muitas vezes insalubres, devido à exposição a agentes patogênicos diversos. Devido a estas condições socioexistenciais, enfrentam processos perversos de acusação social, que as estigmatiza e reifica-as como “classe perigosa”. De tempos em tempos, as agências do poder estatal recapeiam o asfalto da rodovia, mas dão de ombros às milhares de vida que estão logo ali, a poucos metros do tapete cinzento e devidamente cuidado, que serve tão-somente às vedetes da modernidade tardia: os automóveis.

É imprescindível ressaltar que traço neste momento apenas um perfil sociodemográfico do campo e que este retrato não foge às reificações lugares-comuns dos aglomerados urbanos subnormais. Recorrer a este perfil “para demonstrar objetividade do conhecimento sobre o universo da favela é, no mínimo, adotar de modo ingênuo e irrefletido uma tarefa de poder e ignorar que o programa de conhecimento do estatismo passa pela tentativa de controle do discurso das ciências sociais” (Sá, 2010, p. 282). Ademais, a realidade social do “campo” em estudo obviamente também transcende as dimensões ecológicas e

por 100 mil); em Fortaleza, maior ainda (77,3 por 100 mil). Quando se considera apenas a faixa etária dos 15 aos 29 anos, esse percentual na capital cearense vai a 164,3 por 100 mil, podendo ser comparado a um extermínio em massa. Entre os jovens (15 a 29 anos), morrem, proporcionalmente, duas vezes e meia mais negros do que brancos (Julio Jacobo Waiselfisz. *Mapa da Violência*. 2013, 2014, 2015, 2016, [online]; *10º Anuário Brasileiro de Segurança Pública*, 2016, [online]; IPEA e FBSP. *Atlas da Violência*, 2017, [online]).

morfológicas. Vale o reforço: o GTN não cabe nesses parágrafos iniciais descritivos, posto que é um “microcosmo portador de dinâmicas sociais complexas” (Barreira e Lima, 2013, p. 538), impossíveis de serem capturadas por uma objetificação clichê das periferias brasileiras.

2.1. Bairro, comunidade e favela: agências discursivas em disputa

O que é um bairro popular? O que configura uma comunidade? Quais os parâmetros para rotular como favela um lugar geográfico? Quem pode dizer o que representa cada um desses “espaços sociais”? Qual a “essência” de cada um desses *topos*? Como diferenciá-los? Para estas questões, não tenho uma réplica derradeira. Mas proponho-me a passear pelas veredas labirínticas de uma morfologia social que constrói essas categorias e desliza-as para lá e para cá, tanto ao sabor das agências acusadoras do poder hegemônico, como também, em outros casos, de acordo com os interesses situacionais das populações residentes nestes locais em resposta às circunstâncias sociais de acusação que lhes são imputadas. Assim, os vocábulos classificatórios *bairro*, *comunidade* e *favela* são acionados ou eclipsados de acordo com as configurações e intencionalidades contextuais e navegam tanto pelos mares semânticos dos meios acusatórios quanto por aqueles dos que recebem a rotulação. “As pessoas experimentam esse lugar de formas muito diversas e, por essa mesma razão, pensam sobre ele de modo muito distinto” (Paiva, 2014, p. 91).

O traficante de drogas Papagaio, 36 anos, lança mão das três categorias na sua definição: “Favela pra mim é um bairro comum, é uma comunidade, que tem muitos cidadão e tem muitos bandidos, né?” Por sua vez, Celina, pedagoga, 57 anos, que mora no *Tranquedo* desde sua construção, no início dos anos 1980, tem uma percepção um pouco destoante: “[Essa palavra favela lhe remete o quê?] Pobreza, né? Coisa ruim, né? Mas que já foi pior. Eu sempre digo que aqui é uma favela organizada. Eu mesma digo isso. Cada morador [tem que] saber que nós moramos num conjunto habitacional, mas que não deixa de ser uma favela organizada”. Ambos expressam uma relação ambígua com estas conceituações rotuladoras, que de um lado valoriza-a; de outro, apresenta toques de uma subjetivação que incorpora o discurso dos poderios sobre a favela.

Já Albanisa, 48 anos, dona-de-casa, enaltece o *bairro* como construção subjetiva e pontua na fala uma ênfase tática, no sentido certeuniano do termo, cuja função é a de valorizar simbolicamente o local: “Aqui é um bairro muito bom, é calmo, as pessoas não se incomodam com a vida de ninguém, cada um nos seus cantos. É um bairro muito bom pra

movimento, é muito movimentado”. Dialogando com ela, Cristiano, 27 anos, desempregado, morador do bairro desde o nascimento, elenca as vantagens do Tancredo Neves:

Cada esquina tem algum comércio, muitas coisas a gente num precisa nem ir pra fora, a gente compra tudo aqui mesmo. Aqui eu vou pra onde eu quero, se quiser ir pro Antônio Bezerra, eu pego aqui, quiser ir pra Messejana, eu pego ali, quiser ir pro Papicu, eu pego aqui [a entrevista foi realizada no alpendre que dá vista para o logradouro; nesse momento, ele apontava as localizações espaciais das paradas de ônibus]. Pego tudo aqui, aqui é bem mais acessível, não troco aqui por nenhum canto... Assim, até então não troco, pra sair daqui só se for um caso muito foda.

O *bairro*, quando surge nos discursos, é quase sempre no sentido de reforçar um desejo de inclusão nos circuitos de cidadania e uma reivindicação popular e política de dignidade que é cotidianamente vilipendiada pela ordem hegemônica. As camadas “trabalhadoras” desses locais evitam classificá-los por *favela*, evocando amiúde os termos bairro e comunidade. Expressam, dessa forma, mecanismos simbólicos de proteção e defesa contra uma estrutura que lhes impõe goela abaixo a favela objetificada como “coisa do mal”.

“Favela é onde dá dinheiro né mah? Festa, tem que ter muita festa, favela só presta sendo animada mah. Assim toda esquisita num presta não, num dá dinheiro não, só presta com festa”, explica Pango, 28 anos, traficante varejista de drogas e de armas. Logo depois, ele arremata: “Esse bairro aqui é bom de se morar mah. Aqui num tem igual não, aqui é sossego”. Em diálogo com outro agente criminal do complexo, Saci, 26 anos, que tinha recentemente morado em um microterritório deveras estigmatizado do GTN, ele dá a sua versão sobre essas taxionomias:

[Quando tu pensa no Tancredo, tu pensa que ele é um bairro, comunidade ou favela?]
 Rapaz, pra mim é um bairro.
 [Por quê?]
 Tem muita gente de boa ainda. Favela já tem gente que é mais... (pausa).
 [Me explica aí. Bairro por quê?]
 Porque tem cidadão, muita gente de boa, mah, de boa mesmo.
 [Isso é o bairro. E a favela?]
 Rapaz, a favela é como eu morei, já é o crime mesmo, o movimento mesmo pesado de droga e de tudo.
 [Pode crer. Na favela não tem cidadão?]
 Rapaz, na favela que eu vivi não tinha cidadão não, só meliante mesmo.

Conversando com Nico, um jovem de 19 anos, que trabalha regularmente com assaltos a coletivos e transeuntes, ele me explica sobre estas diferenciações acusatórias: “[O que é favela pra tu?] Favela pra mim é onde tem o crime. Toda favela tem o crime, né não? [Não sei. E comunidade?] Comunidade é ali que nem na Cidade dos Funcionários, que é só

cidadão... num é os pirangueiro de com força como os lá de baixo não”. Os “lá de baixo” são as pessoas que vivem no complexo de favelas que aqui denomino Grande Tancredo Neves (GTN). O jovem praticante de assaltos faz uma diferenciação moral entre as pessoas que vivem no GTN e aquelas que moram na Cidade dos Funcionários, bairro vizinho de composição sociodemográfica classe-mediana.

Por outro lado, percebo que os agentes da criminalidade pobre substancializam o termo *favela*, encorpando-o de um poder simbólico que medeia e fortalece os processos subjetivos de formação de identidade. Estas narrativas que referenciam a favela como o *locus* por excelência do crime trazem no seu bojo a exortação a uma construção hipermasculina e guerreira do lugar. De certa forma, “a comunidade ataca como favela e a favela se defende como comunidade” (Sá, 2010, p. 284)⁵⁶. Ou como bairro.

Noutros momentos, os interlocutores apontavam as lacunas infraestruturais e as mazelas sociais cotidianas às quais estão expostos com uma veemência pungente. “Aqui não tem nada. Aqui não tem uma pracinha pra criança. Aqui, exatamente, as rua tão tudo sambada... tem nada não. Por incrível que pareça, não tem nada, não tem pracinha, não tem nada, nada”, me relatou com muita ênfase Francisca, 46 anos, costureira, moradora da Vila Cazumba. Complementa dona Madalena, 65 anos, também costureira, moradora do Tancredo Neves: “Eu acho assim, a mudança que eu penso que podia ter aqui era melhorar muitas coisas, tipo a convivência, alguma coisa mais... os políticos investirem mais. Porque, pro tempo que tem esse conjunto, já era pra ter mais investimento. Ainda tem pouco”. Sâmia, 48 anos, dona-de-casa, mãe de um filho envolvido com a criminalidade violenta e moradora de uma região específica do GTN, me confessa: “Ontem eu tava dizendo, se eu tivesse família no interior eu ia era mimbora. A droga aqui é muito. Nunca vi uma favela pra... parece uma cracolândia. Aqui rola muito dessas, vende demais, tu é doido? Aqui vem deixar é na porta”.

Contribuindo para o diálogo, Samurai, traficante de substâncias psicoativas, 30 anos, me contava sobre as dificuldades e os riscos de viver sob as relações criminais, endossando os demais: “Se eu tivesse condição eu não morava na favela, não, parceiro. Porque aqui, mah, o cara tem que... tem um quebra-cabeça... a cabeça deixa o cara cansado,

⁵⁶ Segundo Weber, o conceito de *comunidade* representa a antítese da luta social, uma vez que “uma relação social denomina-se relação comunitária quando e na medida em que a atitude na ação social [...] repousa no sentimento subjetivo dos participantes de pertencer (afetiva ou tradicionalmente) ao mesmo grupo” (1991[1920], p. 25). José de Souza Martins dialoga com Weber a esse respeito: “Comunidade é uma noção que [...] procura dar conta das esferas não racionalizadas da vida social, em que, em seu estado puro, ‘os homens permanecem unidos apesar de todas as separações’”; ademais, “o que estipula a unicidade do caso no estudo de comunidade é, antes, a consciência de seus membros, que se exprime na utopia comunitária, numa determinada consciência de nós. Sua territorialidade é adjetiva, embora não seja irrelevante” (2014, pp. 50; 55).

mah. O cara tem que saber levar. Esses minino daqui, essa geração se não tiver cuidado morre tudim”.

Obviamente, isso não ocorreu sempre, mas nas entrelinhas de muitas dessas oratórias, mormente na corporalidade, na maneira como os olhos e as mãos falavam – principalmente na fala das pessoas “trabalhadoras” não envolvidas com o crime –, eu percebia uma tentativa clemente e humilde de recorrer aos capitais simbólicos do pesquisador para que este mediasse um canal de interlocução com as agências estatais de produção cultural e de cidadania.

Bairro, comunidade e favela são, portanto, categorizações mutantes, camaleônicas, fugidias, ariscas, que – ao estarem imiscuídas em campos de forças antagônicas – são classificadas em congruência com os recursos de poder simbólico envolvidos na situação social em que esta nomeação ocorre. Como este jogo de lutas simbólicas é assimétrico, geralmente os grupos com maiores fontes de poder operam estas taxionomias de modo a produzir subjetivações que reificam e desumanizam as camadas objetificadas. *Favela, favelado(a)* e todas as suas variações léxicas correspondem, em alguns segmentos *high society*, a xingamentos ou, sob influências religiosas dominantes, despertam sentimentalismos piedosos e piegas⁵⁷.

Mas, afinal de contas, o que é a favela? Essa pergunta é capciosa, eivada de perigos porque pode suscitar objetificações de uma realidade extremamente volátil e multifacetada, impossível de ser apreendida conceitualmente pelo seu perfil sociodemográfico médio. Contudo, arrisco dizer que a favela é a *anti-cidade-conceito*⁵⁸ do neourbanismo moderno⁵⁹. Ela é o anticristo das estratégias do mercado imobiliário capitalista de dominação absoluta de todos os espaços sociais como seu tabuleiro de jogos. A favela é o moleque danado e astucioso que, mesmo sem cerol, lança sua raia ao céu e derruba a pipa do “dono da brincadeira”.

⁵⁷ Na sua pesquisa no bairro popular Serviluz, em Fortaleza, Leonardo Sá (2010, p. 183) chegou a constatações semelhantes: “Dizer e apontar a favela é uma comodidade urbana que esconde o funcionamento da ordem simbólica excludente e racista da cidade. Existe uma semântica básica da estigmatização que se opera a partir do uso social, político e criminal da palavra favela. A favela é um hábito mental do universo social não-favelado, dos grã-finos, principalmente”. No mesmo trabalho, o autor faz uma interessante discussão sobre as categorias “bairro”, “comunidade” e “favela” (*ibid.*, pp. 176-191).

⁵⁸ De acordo com Certeau (2014[1980], p. 161), numa reflexão crítica e irônica sobre os tecidos urbanos modernos, “a cidade-conceito, lugar de transformações e apropriações, objeto de intervenções [...] é ao mesmo tempo a maquinaria e o herói da modernidade”.

⁵⁹ Quanto a uma conceituação sobre tal tema, dialogo com Guy Debord (1997[1967], p. 112), para quem “o urbanismo é a tomada de posse do ambiente natural e humano pelo capitalismo que, ao desenvolver sua lógica de dominação absoluta, pode e deve agora refazer a totalidade do espaço como seu próprio cenário”.

A favela está esparramada em toda a cidade – ela é o operário da construção civil, o motorista dos ônibus e topiques, o vigia, o flanelinha, o frentista, o entregador de água, o caixa do supermercado – e inclusive se infiltra nos “santuários” da casa-grande: ela é a diarista, a doméstica, a cozinheira, a babá, o jardineiro, o porteiro, etc. “Apesar da favela ter as portas fechadas para a cidade, a favela dá um jeito de ter uma ‘saída’, uma espécie de emergência, que permite à favela entrar e sair da cidade, entrar e voltar” (Sá, 2010, p. 180). Na outra ponta, a cidade não está na favela, não consegue penetrá-la, adentrá-la *in loco*, mas como subterfúgio usa de seus instrumentos e instituições para escrever o mundo e impor-lhe: “a pele do empregado é o pergaminho onde a mão do patrão escreve” (Certeau, 2014[1980], p. 210). No entanto, esse texto é ininteligível e borrado, porque a favela não se submete inteiramente passiva aos caprichos esferográficos dessa escrita; ela se sacode, se rebuliça, utiliza as tintas com as quais foi riscada para pintar quadros insurgentes⁶⁰, uma vez que nessa relação de pretensa dominação “proliferam as astúcias, [...] impossíveis de gerir” (Certeau, *op.cit.*, p. 161).

2.2. Territórios e territorialidades: a produção do espaço social

O conceito de bairro, divisão político-administrativa imposta pelas burocracias estatais, bem como os de comunidade e favela, mecanismos discursivo-semânticos de proteção e defesa das classes pauperizadas contra as injunções da ordem da cidade, ou de acusação e eufemismo – respectivamente – dessa mesma ordem, não conseguem apreender de forma satisfatória a fragmentação e o estilhaçamento que as práticas dos agentes sobre o mundo social provocam na tessitura espacial. Ao homogeneizar este espaço (o bairro), a lógica estatal, que observa a cidade a partir de uma prancheta cartográfica, *de cima e de longe*, como um deus *voyeur* onividente, deixa escapar o vivido e o produzido pelas pessoas em suas ações microcotidianas: “Ser apenas este ponto que vê, eis a ficção do saber. [...] A cidade-panorama é um simulacro ‘teórico’ (ou seja, visual), em suma, um quadro que tem como condição de possibilidade um esquecimento e um desconhecimento das práticas” (Certeau, 2014[1980], pp. 158-159). Dialogando com Certeau, Michel Agier sublinha que “o cartógrafo

⁶⁰ De acordo com Alba Zaluar, apoiada nas ideias de Antonio Gramsci e Edward Thompson, “mesmo em momentos de relativa estabilidade, quando a hegemonia está assegurada por todos os instrumentos de que dispõe – aparelhos educacionais, Igreja, imprensa, canais audiovisuais, etc. – mesmo que possua uma camada de intelectuais orgânicos eficiente, mesmo que atinja o máximo da eficácia conseguindo a identificação positiva dos dominados, ela nunca se impõe inteiramente às classes subalternas. Estas não são puramente receptivas, passivas e condicionadas do exterior. São realidades dinâmicas que contam com um núcleo de bom senso fundado na observação direta da realidade que torna possível o desenvolvimento de uma consciência de si autônoma” (1994[1985], pp. 56-57).

e o urbanista dão uma visão de conjunto da cidade como uma totalidade, embora seja uma totalidade que nunca se vê em realidade” (2011[2009], p. 54). Uma antropologia da cidade, prossegue Agier, “não se baseia numa definição externa, urbanística, estatística ou administrativa da cidade. [...] Não porque esses dados sejam desprovidos de realidade, mas, primeiro, porque sua realidade não esgota toda a cidade viva” (*op.cit.*, p.36). Dessa maneira, as divisões político-administrativas do estatismo cartográfico deixam muitas brechas às multifacetadas maneiras que os atores se valem para *fazer* o espaço social: “são as pessoas que fazem a cidade, os grupos sociais que fazem a cidade, e não a cidade que faz sociedade” (Agier, *op.cit.*, p. 55).

De acordo com o geógrafo francês Claude Raffestin, “o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço [...]. Ao se apropriar de um espaço, concreto ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator ‘territorializa’ o espaço, [...] o território não poderia ser mais do que o produto dos atores sociais” (1993[1980], p. 193). Certeau e Merleau-Ponty trabalham com dicotomias análogas às de Raffestin (o jogo conceitual *espaço/território* em Raffestin é homologamente o mesmo *lugar/espaço* em Certeau, e *espacialidade homogênea/espaço antropológico* em Merleau-Ponty): “o espaço é um lugar praticado. Assim a rua geometricamente definida por um urbanismo é transformada em espaço pelos pedestres. Merleau-Ponty já distinguia [...] ‘espacialidade homogênea e isotropa’ [de] outra ‘espacialidade’ que denominava ‘espaço antropológico’” (Certeau, 2014[1980], pp. 184-185). Bourdieu, por sua vez, foge ao dualismo binário e procura uma análise mais integrada. Ele enxerga o espaço como um compósito de camadas sobrepostas umas às outras, nas quais este espaço social se organiza segundo três dimensões de distribuição espacial: [na primeira], “os agentes se distribuem de acordo com o volume global de capital possuído [...]; na segunda, [...] de acordo com o peso relativo do capital econômico e do capital cultural no conjunto do seu patrimônio; na terceira, de acordo com a evolução, no tempo, do volume e da estrutura de seu capital” (1996[1994], p. 30).

Félix Guattari também analisou essa relação entre poder e espaço. Para este autor, o urbanismo estatal cria equipamentos de poder que tornam “lisos” e meramente instrumentais os territórios; ele destaca que o sentido proposto para “liso” é o de “homogeneização”, “aplainamento”, “serialização”, “espaço desterritorializado”, no qual os prédios plastificam-se e “perdem toda sua vida” (1985, p. 115). Guattari propõe em sua teoria antitética entre espaço e territórios que estes “estariam ligados a uma ordem de subjetivação individual e coletiva e o espaço estando ligado mais às relações funcionais de toda espécie” (*op.cit.*, p. 110). A chamada *gentrificação* (ou enobrecimento urbano) pode ser compreendida

como a “colonização” dos espaços públicos pelo capital privado, “mediante a sujeição do planejamento urbano à lógica do mercado” (Leite, 2009, p. 194), a partir de obras com forte apelo visual e monumentalidade, no intuito de higienização social e estética, que, por conseguinte, provoca uma segregação socioespacial: “nesse lugar organizado por operações ‘especulativas’ e classificatórias, combinam-se gestão e eliminação” (Certeau, 2014[1980], p. 160).

As redes de especulação imobiliária praticam uma “reestriação capitalística do espaço”, com a qual empreendem uma “reterritorialização artificial” (Guattari, *op.cit.*, p. 113). Essa artificialidade dos espaços “lisos” caracterizariam os *não-lugares*, como teorizou Marc Augé (1994[1992]). São os casos das áreas públicas “revitalizadas” e gentrificadas, dos condomínios residenciais privativos à la *Alphaville* e dos *shoppings centers*: “existem espaços que funcionam como uma espécie de ovo, o *shopping center*, por exemplo. São espaços onde cada pedaço é pré-equipado e pré-codificado, os próprios circuitos são teleguiados” (Guattari, *op.cit.*, p. 117). Para o psicanalista e filósofo francês, a reestriagem capitalística do espaço produz um perfil médio de subjetivação que, na minha ótica, retrata com verossimilhança o *homo urbanus* moderno:

O traço mais essencial dessa produção de subjetividades que se dá através dessas bolhas é a infantilização, é uma espécie de pseudo-espaço maternal, separado. [...] Há a exclusão de tudo aquilo que poderia estar evocando a morte, a finitude, a dor, o sofrimento. [...] A segunda coisa que é produzida artificialmente dentro dessas bolhas é um sentimento de grande diversidade: acontece um monte de coisas, tem luzes, ação, movimento. É interessante esse contraste entre essa infantilização [...] e a sensação de estar acontecendo um milhão de coisas, de que se tem uma vida incrível, luzes, ação, movimento. O terceiro traço seria o sentimento de onipotência que está ligado à dimensão da infantilização. Quando se está nesse mundo, é como se estivéssemos num mundo de conto de fadas, com o cartão de crédito, tudo, de repente, se torna possível. Todas as relações são feitas de maneira a dar essa espécie de ilusão de conto de fadas, de onipotência infantilizante. Isso funciona super bem porque as pessoas preferem se beneficiar desse suplemento de alma, de psique, através das compras que elas ficam fazendo (Guattari, 1985, p. 118).

Nesse sentido, o urbanismo não estabelece uma relação dialética com as comunidades locais, mas, ao transformar a cidade em mercadoria e a arquitetura em espetáculo, dita as regras a partir de uma prancheta ancorada em maços de dinheiro: “urbanistas, financistas e burocratas praticamente se equiparam hoje em dia” (Jacobs, 2011[1961], p. 11). Segundo a autora, a *Grande Praga da Monotonia* urbanística – para lançar mão de uma expressão recorrente em seu texto – não pretende reurbanizar as cidades, mas saqueá-las; ou melhor, representa a morte das grandes cidades: “o raciocínio econômico da reurbanização atual é um embuste” (Jacobs, *op.cit.*, p. 3).

Portanto, ainda pensando a relação entre espaço e poder, diria que o território é uma produção social sobre a realidade espacial levada a cabo pelos múltiplos agenciamentos daqueles que lutam para se apropriar destes espaços e, desse modo, tensionar relações de poder para territorializar, desterritorializar ou reterritorializar estes espaços. Assim, o território não é uma realidade dada *a priori*, mas um processo cujas bases estão assentadas em mediações de poder, em lutas por dominação e práticas reativas de insubmissão. Como nos ensinou Lefebvre (2008[1968]), a cidade é a projeção das relações sociais. O espaço só manifesta aquilo que as pessoas, em suas interrelações, manifestam. Mesmo espaços criados pela hegemonia urbanística moderna, arremedos arquitetônicos que reforçaram as desigualdades socioeconômicas e espaciais, são muitas vezes reapropriados e recontextualizados em *contra-usos* (Leite, 2009) pelas pessoas em sua prática cotidiana. Como uma erva daninha que surge em qualquer lugar, para usar a analogia rizomática de Deleuze e Guattari (1995a[1980]), há sempre a formação de grupos resistentes à completa assimilação das palavras de ordem do urbanismo pós-moderno. A estas resistências micropolíticas que se formam em espaços de desterritorialização ou reterritorialização artificial, Guattari conceitua-as como “territórios existenciais”. Segundo o autor, até em espaços concentracionários como os campos de concentração, “sempre existe a possibilidade de criação de territórios existenciais” (1985, p. 116).

Nesse sentido, empreendo o termo processual *território* e suas mutações léxicas para tentar compreender as caleidoscópicas formas de ocupar e produzir o espaço social no Grande Tancredo Neves. O espaço, como *topos* que precede as práticas, é o lugar de pretensão domínio imperativo da ordem, de uma divisão político-administrativa imposta verticalmente pelos poderios estatais e imobiliários. O território, por sua vez, é o espaço vivido, mediado e construído pelos agentes; deve ser lido como um lugar realizado a partir de múltiplos e complexos agenciamentos e relações de poder, não se limitando tão-somente às idiossincrasias geológicas (topográficas), arquitetônicas e urbanísticas do espaço. Assim, o território está em permanente conflito encampado pelos grupos e indivíduos que operam nesse campo de forças e relações, de acordo com os recursos de poder que dispõem, colocando-o em constante movimento e suscetível a vicissitudes diversas. O território também manifesta inescapavelmente um exercício de diferenciação entre as percepções “nós”, os *locais*; e “eles”, os outros, os forasteiros ou, dependendo da dimensão territorial em disputa, os intrusos, invasores, inimigos. Por isso, a subjetividade territorial constrói identidades, afetos e sentimentos de pertença. Os territórios transformam-se, às vezes, em espaços de circulação seletiva, casos, por exemplo, das áreas dominadas pelo tráfico nas favelas, de um lado; ou, na

outra ponta, são artificialmente reterritorializados, como os exemplos supracitados dos condomínios residenciais privativos e dos *shoppings centers*, que, por circunstâncias completamente distintas das primeiras verificadas nas favelas, tornam-se lugares de circulação programada e pré-codificada.

Às múltiplas maneiras de lutas, apropriação e produção *do* e *no* território denomino *territorialidades*. Logo, as territorialidades sempre serão mais fluidas e dinâmicas do que os territórios, ainda que estes não apresentem rigidez e estaticidade, e estejam, portanto, continuamente se reinventando a partir das práticas agenciosas. As territorialidades, por sua vez, são sementes de prototerritórios que ainda não foram dominadas por nenhum discurso autofágico nem por grupos particulares, não pertencem física ou simbolicamente a nenhum agente individual ou entidade coletiva, não se valem de nenhum poder de nomeação ou classificação para impor-se sobre os agentes (que a escrevem sem poder lê-la, pintam-na sem poder contemplar o quadro), instauram um tecido poroso de significações e socialidades que joga com as oportunidades que emergem das situações contextuais; surgem aqui, somem ali, revolvem acolá, amiúde driblando as tentativas inférteis de apreendê-las. As *territorialidades* são nômades e errantes, não têm limites nem contornos nítidos, elas acontecem nos territórios, mas não lhes são exclusivas e nem vindicam nenhum deles, não partem linearmente de um ponto ao outro; na verdade, pululam nas veredas do incapturável. É impossível à lógica funcional urbanista captá-las ou reproduzi-las em seus projetos de reterritorialização artificial.

Numa leitura açodada e condicionada a encontrar referências teóricas similares, poderia ser comparada às ervas daninhas rizomáticas de Deleuze e Guattari (1995a), mas, diferente do rizoma, que tem o sistema arbóreo como antítese, as territorialidades não têm oposição nem antinomia. Elas são. As territorialidades são o adubo essencial das táticas, astúcias e resistências, mas ao mesmo tempo transcendem-nas: surgem na ação dos agentes, mas não lhes são inerentes, estão desvinculadas de uma origem ou de uma posse, são *aegoicas*: quero dizer com isso que não são idiosincrasias de nenhum ego, no sentido psicanalítico do termo. Se a tática em Certeau tem a estratégia como sua face dicotômica; as territorialidades, no sentido que aqui emprego, são indicotomizáveis. Elas não têm lados, não se valem de binarismos, mas de *infinetismos*. Enfim, são sínteses dialéticas e sagazes de subjetivação-objetivação sobre o mundo social, momentos ou lampejos de liberdade existencial, produções criativas sobre o espaço que dançam sem música, nadam sem água, e que medeiam sua existência junto a *kairós*, o instante das oportunidades, fora do tempo-

espetacular ou tempo-mercadoria⁶¹ – na outra ponta, a narrativa hegemônica da cidade, com suas clivagens político-administrativas que não tocam o chão, é serva de *khronos*⁶². Territorializar é colocar uma cerca, física ou simbólica; as territorialidades são mãos que agem sempre para retirar essas cercas, ainda que por um átimo.

Diante das minhas observações empíricas, sublinho que o Grande Tancredo Neves é composto de quatro grandes territórios, que são a comunidade da Vila Cazumba e os conjuntos habitacionais Tancredo Neves, Tasso Jereissati e Vila Verde; e seis microterritórios: (i.) as Castanholas, situadas na Vila Cazumba; (ii.) o Coloral, (iii.) o Polo e (iv.) a Lagoa da Zeza, inseridos no Tancredo Neves; (v.) a Granja e (vi.) a Cinquentinha, no território do Tasso Jereissati (*ver mapa pág. 52*). Na verdade, há outros microterritórios que preferi não identificar porque poderia fornecer informações às agências policiais e judiciárias, no sentido de mapear grupos e facções. Há microterritórios que exercem sua dominação em apenas uma rua, por exemplo: “Tinha uma rua principal que tinha um comércio de drogas. Inclusive, a polícia sabe qual é a rua”, salienta Fabrício, 37 anos, morador do GTN. Dessa forma, todos os microterritórios que foram explicitados são de conhecimento dos poderes estatais de controle e repressão, e parte considerável dos policiais inclusive atua neles transacionando *mercadorias políticas* (Misse, 2011[2006])⁶³. Estes locais compõem um mosaico de maneiras distintas de territorialização que os agentes se valem para apropriar-se e produzir micropoliticamente sobre o espaço em que se inserem na sua existência cotidiana.

Por sua vez, nas minhas andanças pelo campo, as territorialidades não têm lugar fixo e se manifestam como luzes que acendem e apagam num jogo de esconde-esconde, feito um vagalume prene de lampejos. Elas transitam entre os territórios, não têm prescrições que as impeçam de surgir espontaneamente em qualquer lugar, na oralidade prosaica à beira das calçadas, esquinas e vielas; nas brincadeiras de crianças no meio da rua; nos jogos de futebol

⁶¹ Bebo dessa concepção de *tempo-mercadoria* em Guy Debord: “é nessa dominação social do tempo-mercadoria que o tempo é tudo, o homem não é nada: no máximo, ele é a carcaça do tempo [...] [pois] o tempo pseudocíclico é um tempo que foi transformado pela indústria. O tempo que tem sua base na produção das mercadorias é ele próprio uma mercadoria consumível”; ademais, “o espetáculo, como organização social da paralisia da história e da memória, do abandono da história que se erige sobre a base do tempo histórico, é a falsa consciência do tempo” (1997[1967], pp. 103-104; 108).

⁶² Certeau analisa as táticas que sobrevivem às técnicas de produção sociocultural do espaço: “A ocasião é ‘aproveitada’, não criada. É fornecida pela conjuntura, isto é, por circunstâncias exteriores onde um bom golpe de vista consegue reconhecer o conjunto novo e favorável”. Sobre a relação dos poderes com o tempo, ele ressalta que “o tempo que passa, separa ou liga (e que sem dúvida jamais foi pensado) não é o tempo programado. [...] O tempo acidentado [...] é uma falha do sistema, e seu adversário diabólico [...], assim, eliminar o imprevisto ou expulsá-lo do cálculo como acidente ilegítimo e perturbador da racionalidade é interdizer a possibilidade de uma prática viva e ‘mítica’ da cidade” (2014[1980], pp. 150; 280-281).

⁶³ De acordo com Michel Misse, “‘mercadoria política’ [é] toda a mercadoria que combine custos e recursos políticos (expropriados ou não do Estado) para produzir um valor-de-troca político ou econômico” (2011[2006], p. 209). O conceito será aprofundado no próximo capítulo.

que enchem as bordas dos campos de torcedores criativos na gozação jocosa aos “pernas de pau”; nos chistes recorrentes do universo masculino dos bares; nos gracejos dos feirantes para negociar suas mercadorias; nas fugas cinematográficas contra a polícia que os agentes envolvidos no crime realizam, pulando os telhados das casas ou embrenhando-se nos labirínticos becos e matagais⁶⁴; nas pescarias que fismam carás nas lagoas e no rio Cocó, onde outros só veem sujeira e poluição.

As situações descritas não são nem poderiam ser territorialidades em si mesmas, pois estas não são objetificáveis em exemplos, ou seja, são inexplificáveis em ações concretas pela linguagem textual. Todavia, os contextos situacionais apresentados podem possibilitar que em suas redes processuais ocorram lampejos de territorialidades; enfim, as *territorialidades* geralmente sentem terreno fértil nas muitas “gambiarras” e modos de pensamento-prática astutos empreendidos pelas pessoas estigmatizadas para driblar coerções e aproveitar-se de situações oportunas com o intento de lograr alguma dignidade mínima e um punhado de sobrevivência diante de uma ordem excludente, racista, policialesca e militarizada.

Não obstante uma possibilidade empírico-analítica de uma leitura geral do complexo comunitário – principalmente por uma memória social comum de despossessão socio-simbólica –, cada território e microterritório do GTN têm suas particularidades, socialidades peculiares que dialogam muitas vezes com o ambiente geológico e as redes de vizinhança que os envolve, criando assim cercas simbólicas que são produzidas e reproduzidas nas relações coletivas, e que envolvem uma dimensão apropriativa cujas demarcações são muitas vezes enevoadas para a ordem político-administrativa.

De acordo com Fabiano Freitas, que produziu um estudo sobre a sociabilidade violenta no bairro Jardim das Oliveiras, onde a maior parte do GTN está inserida, “é no plano da convivência, da amizade, da luta diária pela sobrevivência, dos namoricos, das paixões, rivalidades, honra e conflitos que o território expõe suas múltiplas facetas” (2010, p. 146). Ao longo das lutas e mudanças para fincar morada nos lugares, os diversos processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização – ou seja, produção sobre o espaço social – desenvolveram subjetividades distintas entre os habitantes e, sobretudo, fomentaram clivagens dominantes entre “estabelecidos e *outsiders*” (Elias e Scotson, 2000[1965]).

⁶⁴ Deleuze e Guattari pensam as *linhas de fuga* como agências criativas e criadoras de realidade. Os autores pontuam que “de uma maneira ou de outra, o animal é mais aquele que foge do que aquele que ataca, mas suas fugas são igualmente conquistas, criações” (1995a[1980], p. 78).

2.2.1. Vila Cazumba

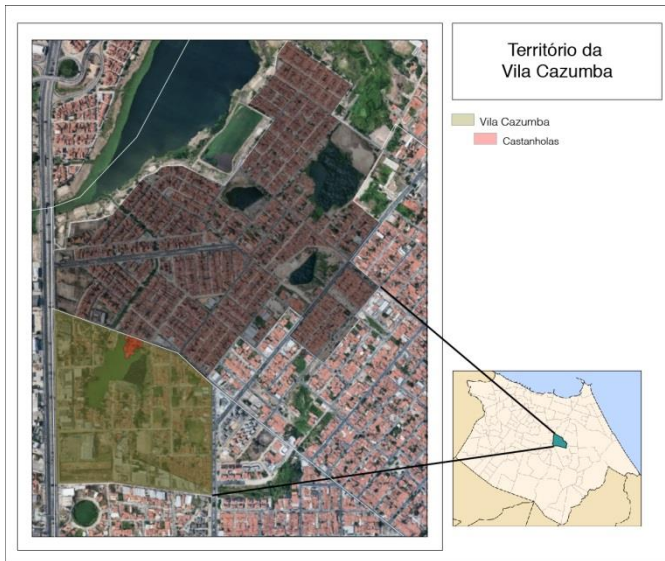


Figura 6 – A Vila Cazumba se localiza na parte sul do GTN. Em vermelho, inserido em sua área, o microterritório das Castanholas. O restante do complexo GTN está referenciado numa tonalidade mais escura em relação aos demais telhados. (Fonte: arquivo pessoal/ Pires, 2018).

A memória social da Vila Cazumba remete aos Oitocentos, mais especificamente à historiografia que trata da “Estrada de Messejana”, que ligava Fortaleza ao distrito que dá nome à estrada, situado ao sul da então

província: o trajeto iniciava-se próximo à costa atlântica, onde até meados do século XIX funcionava o antigo atracadouro para os barcos e navios que chegavam e saíam da capital cearense, na hoje chamada “ponte velha”, na comunidade do Poço da Draga. A “estrada” partia de onde atualmente é a avenida Alberto Nepomuceno, na Praia de Iracema, passando pelas ruas Conde D’Eu e Sena Madureira, no Centro, desembocando na avenida Visconde do Rio Branco e então seguia numa via carroçável até o destino final, o distrito de Messejana⁶⁵.

De acordo com o historiador Assis Lima, o senador José Martiniano de Alencar, pai do famoso escritor homônimo, alargou a estrada em 1836 e instituiu a Vila Cazumba – localizada aproximadamente na metade do percurso Fortaleza-Messejana – como sítio que servia de parada quase obrigatória aos tropeiros e viajantes que desbravavam os sertões em andanças pela sobrevivência material. Diz ele: “era uma coisa extraordinária, carnaubeiras e mandacarus, verdadeira flora ornamentada do rio Cocó”⁶⁶.

Numa conversa com dona Maria Júlia, 89 anos, umas das primeiras moradoras da Vila Cazumba “moderna”, que se instalou com os pais no ano de 1959, ela me relatou que à época a rodovia federal BR-116 ainda não existia e que tanto a região à margem direita quanto à margem esquerda do rio, àquela altura topográfica, era conhecida como Vila Cazumba. Segundo a moradora, o nome “Cazumba” deve-se ao sobrenome da abastada família que era a dona do sítio e que, portanto, nomeava a localidade. De acordo com a interlocutora, ela ainda chegou a conhecer dona Noemi Cazumba, uma das herdeiras. “Ave

⁶⁵ Cf. o historiador e memorialista Zenilo Almada, *Estrada de Messejana – Avenida Visconde do Rio Branco*, in *Fortaleza Nobre*, 2012, [online]. Acesso em: 25/06/2018.

⁶⁶ Assis Lima. *Estrada de Messejana – Avenida Visconde do Rio Branco*, in *Fortaleza Nobre*, 2012 [online]. Acesso em: 25/06/2018.

Maria, essa região [do lado direito da margem do rio] era só mato. Ninguém num via uma casa. O *Tranquedo* Neves é de agora, da época que aquele homem morreu. Tudo era Vila Cazumba por aqui”, relembra a senhora, que poucas semanas após essa conversa faleceu.



Figura 7 – Estrada de Messejana: ponte sobre o rio Cocó à altura da Vila Cazumba. (Fonte: arquivo do historiador Assis Lima [ano não informado], in Fortaleza Nobre, 2012. Acesso em: 25/06/2018).

A Vila Cazumba “moderna”, da segunda metade do século XX, foi sendo ocupada muito lentamente até o final dos anos 1970 e início do decênio seguinte, quando esse processo de ocupação à margem do Cocó e no entorno das lagoas foi intensificado na região, principalmente após a construção do conjunto habitacional Tancredo Neves. Muitas famílias que não conseguiram ser contempladas com casas no conjunto vizinho foram se instalando gradativamente na Vila, primeiramente ocupando os terrenos defronte à avenida Desembargador Gonzaga (que à época se chamava Meton Passos, segundo uma das minhas interlocutoras), e depois indo cada vez mais para próximo às regiões alagadiças. Muitas pessoas com as quais conversei relembram essa época com ares saudosistas, em que podiam tomar banho nas lagoas, porque ainda não havia esgotos clandestinos que escoavam sua evacuação às formações lacustres; relatam ainda sobre a grande quantidade de carnaubeiras e uma fauna tipicamente manguezal.



Figura 8 – Estrada de Messejana, 1919. Segundo a legenda da foto, à altura do hoje bairro Cajazeiras, área vizinha ao Grande Tancredo Neves (Fonte: O. Justa, 1919)

Atualmente, a Vila Cazumba compreende um quadrilátero de 0,36 km², cujo perímetro mede cerca de dois quilômetros e meio (*ver mapa pág. 52*). Faz fronteira ao sul e ao leste com a Cidade dos Funcionários, demarcada pelas avenidas Júlio Jorge Vieira e Desembargador Gonzaga; ao oeste, com as Cajazeiras, separada pela rodovia BR-116; e ao norte com o Tancredo Neves, divisada pela avenida José Leon. Na parte sul do seu território, mais especificamente na avenida Júlio Jorge Vieira, que desemboca na rodovia e destoa de todas as outras vias desse porte na Cidade dos Funcionários porque não é asfaltada, são encontrados dezenas de galpões, armazéns e depósitos de distribuidoras, empresas de logísticas e transportes, e retíficas de motores de máquinas pesadas etc. No setor oeste do território, que fica de frente à rodovia federal, há uma enorme fábrica da BRF (empresa de alimentos com mais de 30 marcas no portfólio, envolvida em casos de corrupção em negociatas público-privadas); uma fábrica da gigante multinacional Volvo; fábricas de máquinas pesadas e tratores; loja de blindagem de carros; outra de peças automobilísticas; e um motel com ares de descuido. Mais à frente, ainda na rodovia, quase chegando ao cruzamento desta com a avenida José Leon, são vistos prédios abandonados de fábricas

falidas. Todas estas empresas estão viradas à BR-116 e de costas para a favela. Não estabelecem quase nenhuma relação de aproximação com a comunidade. Quando muito, alguns moradores conseguem emprego de faxineiros, zeladores, motoristas ou entregadores nestas companhias.

Todo o resto do território é ocupado pelas famílias pauperizadas. Não disponho de dados quantitativos para calcular o número de famílias ou de moradores da Vila Cazumba – todo o GTN tem cerca de 35 a 40 mil habitantes (IBGE/2018) –, mas posso sublinhar que a comunidade é a segunda maior em área territorial, menor apenas que o Tancredo Neves, e provavelmente a terceira em população do complexo, menos populosa que o Tancredo e o Tasso Jereissati.

Dentre todos os territórios e microterritórios do GTN, a Vila Cazumba foi a primeira que conheci, no ano de 2000, e é também aquela com a qual mantenho a maior relação simbólico-afetiva em termos de socialidade. Já caminhei por praticamente todos os seus logradouros, becos, vielas, ocupações; já assisti a jogos em seus campos de dimensões profissionais, que movimentam o futebol de subúrbio na região (o do Fortalezinha e o do Avante – *ver mapa pág. 89*), bati racha no mais novo, menorzinho, próximo aos outros dois; tomei cachaça e cerveja em seus bares; joguei videogame na locadora no tempo do *Playstation 1*; adentrei as casas e barracos de seus moradores muito antes da pesquisa, não como cientista social ou integrante de algum projeto social salvacionista, mas com outros intentos: como consumidor em um comércio ilegal de substâncias psicoativas ou para visitar algum amigo.

Em algumas regiões da Vila, a socialidade ainda remete àquela do interior: galinhas, porcos, jumentos e burros compartilham o ambiente natural com as pessoas, que estão quase sempre conversando nas calçadas, em frente às casas, nos botecos, bares, mercadinhos e bodegas. Uma sociabilidade da convivência. Não que seja sem conflitos, idealizada, mas que sempre se abre à rua. Como marco ecológico, uma grande lagoa – alguns a apelidam de “lagoa das cobras” – cujas águas se estendem da região central ao extremo norte do território, divide grande parte dos lados leste e oeste da favela (*ver mapa pág. 89*). Por isso, às vezes se fala “antes da lagoa” ou “depois da lagoa” para se referir a determinados lugares. A pescaria de carás (ou tilápias) ainda ocorre nela, mesmo com a pecha de poluída que suas águas recebem. Mas banho na lagoa, isso eu não vi, nem mesmo aquelas crianças mais traquinas com superpoderes e anticorpos resistentes às mazelas dos coliformes fecais. Ademais, vale ressaltar que, à parte os campos, não há nenhuma praça e nenhum outro equipamento de lazer na Vila Cazumba.

Em relação à criminalidade violenta, o território rivaliza no mercado de armas e drogas principalmente com o fronteiro Tancredo Neves, mas este tem um maior poderio bélico e negocia uma maior quantia de mercadorias ilícitas. Nessa seara, tanto no que diz respeito à quantidade de agentes envolvidos, quanto no que concerne ao volume acumulado e distribuído de armas e psicoativos, a Vila Cazumba se situa um patamar abaixo do Tancredo Neves e do Tasso Jereissati; estes detêm os maiores recursos materiais e simbólicos de capitais para comandar as atividades ilícitas e criminais no GTN.

No trabalho de campo, pude contabilizar, na Vila Cazumba, cinco “gangues” que agenciam esse comércio clandestino na localidade⁶⁷, duas delas marcadamente rivais, porque um membro saiu de uma delas para “fundar” e comandar outra. As duas quadrilhas estavam em armistício porque uma vinculava-se à facção manauara Família do Norte (FDN), a outra estava ligada ao Comando Vermelho (CV). FDN e CV mantêm uma aliança no Ceará e os integrantes de qualquer uma destas facções não podem “guerrear” contra os da outra.

As Castanholas

As Castanholas é um microterritório situado no extremo norte da Vila Cazumba (*ver mapa pág. 52*), que por sua geográfica proximidade com o Tancredo Neves (apenas atravessar a avenida José Leon) e sua separação ecológica do restante da Vila pela lagoa, compartilha muito mais da sociabilidade do Tancredo do que daquela, mormente no que diz respeito às relações afetivas e de comércio e serviços.

Sua nomeação remete às castanholeiras de copas frondosas que dão a ensombrear a pequena rua do seu território. Por ter sido uma ocupação construída à beira da Lagoa da Vila Cazumba (*ver mapa pág. 89*), a maioria das casas margeia os contornos lacustres e as famílias padecem de alagamentos e aparecimento de animais peçonhentos, principalmente no período das chuvas no Ceará, de janeiro a maio.

⁶⁷ As disputas intestinas pelo comando do território serão aprofundadas em um capítulo posterior.

2.2.2. Conjunto Tancredo Neves

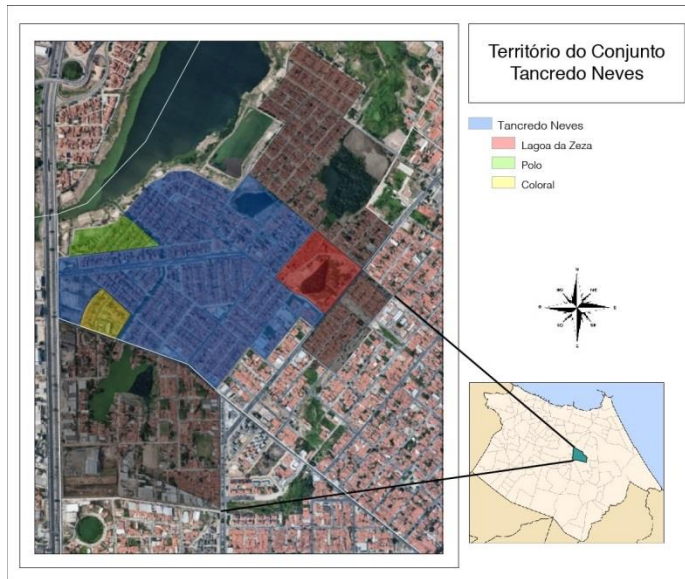


Figura 9 – O Conjunto Tancredo Neves é o maior dos territórios do complexo. Ele se situa na parte central do GTN. Três microterritórios estão inseridos em sua área: Colorai, Polo e Lagoa da Zeza. O restante do GTN está referenciado numa tonalidade mais escura em relação aos demais telhados. (Fonte: arquivo pessoal/Pires, 2018).

A construção do conjunto habitacional Tancredo Neves tem relação direta com as migrações do interior do Estado para Fortaleza que se avolumaram principalmente a partir dos

anos 1970 e, conseqüentemente, com a expansão da cidade para o leste e o sudeste. Até a década citada, Fortaleza tinha dois obstáculos quase intransponíveis à sua ocupação territorial, o ramal ferroviário Parangaba-Mucuripe e o rio Cocó. Toda a imensa região que se situava abaixo dessas duas barreiras físicas constituía até o início do decênio de 1970 uma área rural, com extensos sítios e muitas terras ainda inexploradas. De acordo com a historiadora Maria Clélia da Costa (2007 [2005]), é nessa época que a monocentricidade de Fortaleza vai processualmente diluindo-se e bairros como Aldeota e Montese ganham vulto como "centros" de comércios e serviços. No mesmo momento, surgem bairros que passam a compor a paisagem urbana das zonas leste, sul e sudeste da cidade, como Papicu, Cambeba, Edson Queiroz, Alagadiço Novo, Parque Manibura, Cocó, Dunas, Parque Água Fria, Cidade dos Funcionários etc., bem como ocorre a construção ou alargamento de avenidas, como a Oliveira Paiva, e sobretudo a Washington Soares, principal via da zona leste da cidade, que, alongando-se como rodovia estadual CE-040, traça percurso perpendicular rumo à zona sul da metrópole. Ademais, no fim da década de 1970, as construções da Universidade de Fortaleza (Unifor), do Centro de Convenções, da Academia de Polícia – todas na Washington Soares – e do Iguatemi, em 1982, a poucos quilômetros dali, reforçam a urbanização de toda aquela região, que até poucos anos antes apresentava atmosfera bucólica de uma realidade campesina (ver **figura 10**, na próxima página).

Contudo, em diálogo com o inchaço de outras metrópoles brasileiras, esse processo de urbanização não se deu de maneira harmônica e organizada; muitas pessoas que vinham do interior não logravam locais para moradia, nem tinham condições financeiras para pagar aluguel. Já vinham fugidas das estiagens que assolavam o semiárido cearense. Algumas aninhavam-se junto aos parentes que migraram antes. Mas aquelas “sem eira nem beira” começavam a ocupar áreas de

risco inutilizadas pela ordem cartográfica e urbanística da cidade. No início dos anos 1970, as favelas começaram a pipocar em todas as regiões da cidade, descentralizando-se.



Figura 10 - Fortaleza na década de 1970. Na parte superior da imagem, as regiões leste e sul compunham uma imensa área rural, ainda pouquíssimo habitada. (Fonte: Nelson F. Bezerra. *Cidade, saudade: Fortaleza, anos 70* Fortaleza: Terra da Luz Editorial, 2013).

À época, numa gestão urbanista do espaço urbano, as políticas públicas encampadas pelas agências estatais concebiam a construção de conjuntos habitacionais em áreas periféricas como formas de aplacar o gritante

déficit habitacional, e, sobretudo, em seu aspecto funcional mais importante, deslocar as massas pauperizadas para longe das regiões centrais e “valorizadas” da capital; estas áreas dos chamados bairros nobres, por sua vez, passavam por um processo de urbanização capitalista capitaneada pelas redes de especulação imobiliária. Vale sublinhar aqui que esta tentativa de controle higienista do espaço não logrou êxito, uma vez que, segundo o relatório *Cada Vida Importa*, do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência (2016), Fortaleza tem atualmente 840 assentamentos precários e parte considerável destes encontra-se imiscuída e incrustada nas regiões “nobres”, dividindo sua feiura incômoda com os condomínios *cleans* das classes médias e altas.

No tocante à política estatal de habitação, do início dos anos 1970 ao final do decênio seguinte, portanto num período de duas décadas, foram construídos nas periferias das zonas oeste, leste, sul e sudeste da metrópole os conjuntos habitacionais José Walter, Alvorada, Palmeiras, Cidade 2000, Conjunto Ceará, Jangurussu, Tancredo Neves, Tasso Jereissati... Na maioria das vezes, as casas eram entregues semiacabadas, sem reboco e piso apenas de concreto. É nesse

momento, então, que surgem dois dos conjuntos habitacionais que compõem o GTN. Se insere como adendo ao contexto a dragagem do Cocó, também na década de 1970, pois, ao tornar o leito do rio mais profundo, permite que uma parte de sua planície de inundação se torne apta à construção de moradias, como as que estruturam os conjuntos habitacionais Tancredo Neves e Tasso Jereissati.

O Tancredo Neves foi formado majoritariamente, em seu início, por moradores oriundos da favela do Lagamar, na Aerolândia, que viviam em áreas de risco. Estas famílias eram em sua maioria vindas do interior do Estado e haviam construído barracos precários à beira do canal que corta a localidade. De acordo Clodomir Matos Júnior (2008), que realizou pesquisa etnográfica na Aerolândia, o Lagamar é uma “ocupação ilegal” que se iniciou por volta dos anos de 1940. No crepúsculo dos anos de 1970, com a expansão de Fortaleza para o leste e a crescente valorização imobiliária da região, interesses público-privados convergentes começaram a ser ativados para abocanhar aquele pedaço da cidade: “[em 1979], uma parte considerável da área relativa ao Lagamar foi declarada de utilidade pública e logo em seguida (11/12/1980) foi indicada de ‘interesse social’ sendo, a partir daí, acionados vários mecanismos, no sentido de desapropriação dessa área” (Diógenes, 1991, p. 228). De acordo com a autora, a família Gentil, de histórica influência política no Estado, arvorava-se dona dos terrenos e exigia a reintegração de posse, mas o Programa de Assistência às Áreas Faveladas de Fortaleza (Proafa) reivindicou-se como gestor das terras de “interesse social” e argumentava que as famílias que já moravam no local eram as legítimas proprietárias.

A Proafa, dessa forma, mediu a contenda e negociou com o governo estadual um projeto que visava realocar as famílias em um conjunto habitacional que seria construído à margem direita do rio Cocó – que havia sido dragado recentemente. Diversas famílias foram atendidas, “todas as pessoas que moravam naquelas barracas lá embaixo, naquelas partes mais baixas que quando chovia alagava tudo, até quem morava de aluguel, que foi o meu caso”, sublinha dona Celina, 57 anos, que ainda hoje reside no Tancredo Neves. Foram cerca de três anos de obras para construir as moradias, até que

em 13 de fevereiro de 1983, após uma grande chuva, houve a primeira ‘invasão’ do [Novo] Lagamar. Estes primeiros moradores ocuparam as casas já concluídas, e dentre eles a maior parte já era cadastrada como futuros moradores do conjunto. A segunda ‘invasão’ (26/02/1983) deu-se entre moradores não-cadastrados, os quais se instalaram numa quadra inacabada, sendo que a maior parte destes foi transferida em dezembro para outro conjunto, o Jangurussu (Diógenes, 1991, p. 235).

Dona Celina ressalta a versão de Diógenes e explica que

na realidade, quando aprontou, muita gente invadiu, mas foram colocados pra fora, porque realmente quem estava no cadastro era quem ia ganhar as casas.

[Quantas famílias? Tem ideia?]

Muita gente, muita gente. Aí o pessoal vieram, escolheram as casas, nessa época era mais fácil, né? As casas eram semiacabadas, era rebocada na frente, mas dentro mesmo da casa ainda era no tijolo, piso mesmo concreto, aí depois o pessoal foi melhorando de vida, aí foram reformando suas casas, né?

No início, o Tancredo Neves recebeu a alcunha de Novo Lagamar. Mas à época já havia um estigma territorial consolidado em relação ao antigo local: para o discurso cidadão médio dos anos 1980 (e ainda é assim atualmente), o Lagamar representava uma reificação de perigo e miserabilidade, uma corporificação do mal. Os(as) moradores(as) do novo conjunto decidiram então mudar o nome do lugar. Dona Celina, que em sua fala reproduz o discurso dominante que impõe a pecha de local “perigoso” ao Lagamar, narra esse processo de luta por nomeação e classificação junto às ordens estatais e privadas com uma precisão de quem viveu o processo *in loco* – e acaba deixando escapar um contexto configuracional em que as comunidades eclesiais de base (CEBs) e o então incipiente Partido dos Trabalhadores (PT) endossavam lutas por garantias de direitos sociais:

A gente veio pra cá e nessa época muita gente tinha vergonha de dizer que morava no Conjunto Novo Lagamar. Aí houve tipo uma revolução do pessoal da igreja católica, o pessoal na época, aí veio o PT... Então, assim, se juntou todo mundo e sentaram e escolheram o nome do conjunto. Foi até na época que o Tancredo Neves morreu, né? [a morte do político foi em 21 de abril de 1985] Aí ficou assim: Conjunto Habitacional Presidente Tancredo Neves, né? Aí a polêmica foi no ônibus, que o nome era Conjunto Novo Lagamar. Ninguém queria pegar o Novo Lagamar. Era lá no Parque das Crianças [Centro], aí o pessoal descia na BR [116]. E nessa época houve muitas mortes, porque o pessoal atravessava e muita gente foi atropelado, muitas senhoras, muitas mocinhas, muitas crianças morreram atropeladas ali. Então, de novo, todo mundo sentou, a igreja católica era sempre quem absorvia tudo isso; aí todo mundo sentou de novo, foi [se reunir] com o Sindiônibus na época, aí foi mudada a placa do ônibus: Conjunto Tancredo Neves. Alguns ônibus ainda insistiram em colocar Novo Lagamar.

[Por que tinha um estigma na época?]

Pronto! Porque lá era um ambiente muito perigoso, né? E ninguém queria mais saber daquilo ali, muita gente mudou de vida pra melhor, outros num se deram bem aqui, venderam [as casas], trocava por botijão de gás...

Quanto à venda de algumas das casas logo após serem recebidas, dona Madalena, 65 anos, que também mora no conjunto desde o início, lembra que “aí foi vindo o pessoal, pegando casa, passando [vendendo], foi começando assim”. Logo quando chegaram, os primeiros moradores depararam com um cenário permeado de vegetação de mangue, muitas carnaubeiras, e uma grande quantidade de recursos lacustres: lagos, lagoas, espelhos d’água: “isso aqui era um lago só. Quer dizer, era tipo ilhas, eram ilhas, pronto. Aí teve muito aterro pra fazer a

construção das casas, porque qualquer coisinha poderia [alagar]... tem casas que até hoje por dentro a parede fica molhada, né? Acho que por conta da umidade que sobe”, detalha mais uma vez dona Celina. Dona Madalena conta das dificuldades infraestruturais logo quando da chegada ao conjunto: “Aqui não tinha nada. Não tinha água, não tinha energia. Só era pista, não tinha carro. Não tinha nada. Pra pegar um ônibus tinha que ir para a BR [116]. Aqui era só buraco. Buraco mesmo. Se andasse de noite aqui, você não andava porque era só o escuro. Muito mato”.

De lá para cá, muitas coisas mudaram, o Tancredo inchou, transformou-se numa das maiores favelas da cidade. Ao longo da década de 1980, muitas ocupações ocorreram, áreas próximas às zonas pantanosas foram incorporadas por famílias sem-teto, que construíam seus barracos quase no brejo, alguns de papelão e madeirite. Para muitas famílias do GTN até pouco tempo atrás (menos de dez anos), casas de alvenaria eram luxo. O Tancredo Neves tem uma área de aproximadamente 0,67 km² e um perímetro de três quilômetros e trezentos metros (*ver mapa pág. 52*). Ao sul, faz fronteira parte com a Vila Cazumba e parte com a Cidade dos Funcionários, separado pela avenida José Leon; ao leste, com o Jardim das Oliveiras, demarcado pela avenida Rogaciano Leite; ao norte, com o Tasso Jereissati, cuja divisa é a rua Padre Francisco Pita; ao noroeste, com a margem direita do rio Cocó; e ao sudoeste, com a BR-116. É a maior e mais populosa das quatro comunidades que compõem o complexo, e urbanisticamente possui uma infraestrutura menos precária em relação às demais. Há duas lagoas em seu território: a da Zeza (*ver mapa pág. 89*), no extremo nordeste, e a do Cabo Velho (*ver mapa pág. 89*), no extremo norte; ambas são limites geográfico-territoriais que o separam do Tasso Jereissati. Suas principais rotas são as ruas Frei Caneca, Barra Nova, e Castro Alencar, além da avenida Plácido Castelo, que desemboca na BR-116.

Na porção sudeste, há um setor de casas e comércios das camadas médias inserido no seu território: são as residências e estabelecimentos que ficam defronte à avenida Rogaciano Leite ou bem próximas a ela. Destoam do padrão das demais construções, estas são geralmente casas geminadas, parede com parede, bem pequenas, cerca de cinco metros de largura. No entanto, na região central do bairro, há casas de comerciantes locais bem-sucedidos que chegam a ter dois andares, além do piso térreo. Estes comerciantes muitas vezes chegaram ao Tancredo ainda no início do conjunto e foram solidificando seus negócios, que envolvem amiúde depósitos de construção civil, mercadinhos populares, frigoríficos, restaurantes e lanchonetes. Por muito tempo – tinha se transformado quase num ritual – fui bastante com amigos a uma dessas lanchonetes para aproveitar uma promoção de salgado com vitamina de frutas que era uma delícia!

A feira como arte da oralidade popular

Às quintas, há cerca de vinte anos, começando na rua Castro Alencar e dobrando na avenida Plácido Castelo, ocorre uma feira bastante conhecida em toda a região (*ver mapa pág. 89*). Feirantes, que também montam suas barracas em outras freguesias como Edson Queiroz, Alvorada, Gentilândia, me relataram que ela “só perde”, em tamanho, para as da Parangaba e da Messejana. A feira atrai clientes de todas as comunidades do GTN e também de bairros vizinhos: Cajazeiras, Luciano Cavalcante, Jardim das Oliveiras, Cidade dos Funcionários, etc. Seria ela então maior que a feira de Caruaru, cantada por Luiz Gonzaga? Não posso responder porque nunca estive na cidade pernambucana!

Gosto de passear no setor de frutas e verduras. Sempre levo alguma coisa para casa. Afinal, uma “baciada” ou a “palma” de banana (cerca de 20 unidades) por dois reais e pacotes de cenoura e pimentão a um real não se encontram em todo lugar. Sem falar em seis “mói” de cheiro verde a dois reais. Aprecio ainda e sempre que posso me informo da função medicinal de cascas e raízes que têm por lá: jatobá, cumaru, aroeira, jucá, gengibre... Certo dia, tinha chovido toda a madrugada de quarta para quinta, mas mesmo assim, nos primeiros feixes amarelecidos de sol, lá estavam os feirantes montando suas barracas, alguns com água até o joelho. Espio um vendedor de frutas lavando as mãos nas poças embaixo de sua barraca para depois, sem cerimônia, catar um cacho de bananas sobre a mesa, pô-lo numa pequena bacia, estendê-lo aos clientes e gritar, com voz firme: “Olha a baciadaaaaa, dois reeeaaaiss”!

Há também o setor de produtos “piratas”: as mais recentes produções do mercado fonográfico brasileiro e internacional podem ser adquiridas, mas estas mercadorias têm perdido valor nos últimos anos em face à concorrência do fácil acesso às músicas em plataformas digitais. O que impera mesmo são os CDs e DVDs de filmes de super-heróis hollywoodianos que ainda estão “bombando” nas salas de cinema da cidade.

Mais à frente, os peixeiros amolam as facas e tratam os cangulos, pargos, mariquitas, guaiúbas, carás, serras, frades, arabaianas, atuns e ciobas com uma habilidade que impressiona. Recolhem o dinheiro, contam as moedas, limpam o suor da testa, e com a mesma mão lambuzam os peixes que irão matar a fome de alguma família logo, logo. Os pescados vêm de cantos diversos: Camocim, Itarema, Acaraú, Mucuripe, e também do Carlito, comunidade inserida no Pirambu, uma das maiores favelas de Fortaleza, situada à beira-mar da região noroeste da capital.



Figuras 11 a 14 – A feira do Tancredo Neves atrai pessoa de diversos bairros vizinhos e oferece uma variedade significativa de produtos (Fonte: arquivo pessoal; Pires, 2018).

Adiante, um feirante diz para o outro: “ontem deu pavão”. Uma senhorinha, que aparenta uns 80 anos, se intromete na conversa e lança sua sentença: “hoje vou jogar no gato e no jacaré”. O “jogo do bicho” é um costume muito comum não apenas no Tancredo, mas em todo o GTN, e sempre há alguma banquinha por perto para fazer sua aposta. Dos pequenos, passando pelos adolescentes e adultos, bem como os idosos, todos jogam⁶⁸. Endosso a perspectiva de Foote Whyte (2005[1943]), de que “o jogo”, apesar de ser uma ilegalidade, tem sua comercialização e apostas negligenciadas pelos poderes estatais de fiscalização porque tem ramificações e arranjos na política e na polícia, e, como adendo, é uma atividade ilegal com pouca ou nenhuma violência física. Portanto, na gestão dos ilegalismos feita pela ordem hegemônica (Foucault, 2013a[1975]), o “jogo do bicho” não deve ser passível de incriminação, mas apenas regulado para gerar as devidas vantagens socioeconômicas aos grupos sociais que o controlam (obviamente, não são os apostadores das camadas populares).

⁶⁸ Foote Whyte (2005[1943], pp. 133-40) descortina toda a estrutura e *modus operandi* do “jogo de números” nos Estados Unidos, análogo ao “jogo do bicho” no Brasil, que era muito jogado pela comunidade de imigrantes italianos em Boston, onde ele desenvolveu uma pesquisa etnográfica. Daniel Hirata (2010, pp. 165-170) discorre também em sua tese sobre esses “jogos” populares e as máquinas caça-níqueis na periferia paulistana. Todavia, um dos trabalhos pioneiros que analisa sociologicamente a dinâmica e as idiosincrasias do jogo do bicho no Brasil é o de Simone Simões Soares (1993).

De volta à feira, avisto famílias, casais, grupos de adolescentes, donas-de-casa, crianças: a feira é um mosaico de tipos. Os feirantes usam de todo seu repertório jocoso para atrair os clientes. Sempre lançando mão de anedotas, chistes e jogos orais criativos que se atualizam com os acontecimentos midiáticos e do dia a dia. A cada semana novas piadas são criadas e outras eclipsadas, “saem de moda”. Alguns dos comentários têm recortes de gênero e conotações machistas, acionando uma ambiguidade de sentido nas palavras empregadas. Mas a maioria brinca com situações cotidianas desvinculadas de preconceitos, que funcionam como uma arte da camaradagem e da gaiatice tipicamente cearense. A feira popular é uma “escola da comunicação”, uma “grande escola da arte de lidar com pessoas”, como percebeu Daniel Hirata (2010, pp. 145-146) na periferia paulistana. Para James Scott (2003[1990]), o mercado a céu aberto das classes populares, junto com a birosca, é o que mais se aproxima de uma assembleia local dos subordinados. Este autor diz que nestes lugares predomina um discurso anti-hegemônico, formas de oratória como a paródia, o ridículo, a escatologia, o grotesco, etc., que estão na maioria das vezes excluídas do mundo da hierarquia e da etiqueta.

A feira do Tancredo tem uma clara clivagem: até certo momento, existe a feira “oficial”. Depois que se cruza uma fronteira invisível, mas perceptível a todos os que por ela passeiam, entra-se num outro “pedaço”, uma *feira underground*, mais marginalizada: nesta, existe uma maior liberdade negocial para pechinchar, posto que as mercadorias são quase todas já usadas e não têm garantias, bem como os feirantes são nômades, estão ali para transacionar objetos ocasionais: vendem bicicletas e acessórios para as *bikes*, ferramentas e peças básicas para consertos de imprevistos domésticos, capacetes, portas, janelas, pneus, tênis, brinquedos infantis, relógios, camisas, bermudas, tomadas, fiações, celulares e carregadores já usados, fones de ouvido... certa vez vi até um fogão! O mais hilário em toda a situação é que a *feira underground* se realiza defronte ao prédio da 4ª Cia do 5º Batalhão da Polícia Militar, que está no Tancredo desde 2010.

Agora, vou apresentar alguns microterritórios inseridos no Tancredo Neves.

Coloral

O Coloral é um microterritório situado no sudoeste do Tancredo Neves, que, ao sul, é fronteiro com a Vila Cazumba (*ver mapa pág. 52*). As famílias que moram na localidade são oriundas em sua maioria da antiga comunidade do Gato Morto, que ficava literalmente (sem força de expressão!) enlameada no mangue, à margem do rio Cocó, onde

atualmente está situado o polo de lazer do Tancredo Neves, no setor sudoeste deste território, bem próximo à BR-116 (*ver mapa pág. 89*).

O processo de ocupação irregular iniciou-se em meados dos anos 1990, e na aurora dos 2000 chegou a abrigar entre 700 e 800 famílias. Em 2001, o Gato Morto era considerado a área de risco mais vulnerável em toda a cidade (Freitas, 2010). O processo de remoção das centenas de famílias teve início em 2003, e foi concluído no primeiro semestre de 2005 com a inauguração do polo de lazer supracitado, mas até 2007 ainda recebia obras complementares. À época, foram construídas 647 casas para realocar as famílias em três conjuntos habitacionais: o Coral, onde ficou a maior parte das famílias, e outros dois, um na avenida Rogaciano Leite e outro chamado Pindorama, no bairro Salinas⁶⁹.

Nas atividades criminais, as falanges do Coral mantêm um agudo mecanismo de territorialização e demarcação de rígidas fronteiras em relação às rivais do Tancredo. Apesar de territorialmente diminuto em relação ao restante do Tancredo Neves, o Coral se impõe pela força das armas e simbolicamente se equipara pela atitude desassombrada dos integrantes de suas quadrilhas criminais, que acionam processos de memória social mediante narrativas nas quais o Coral sempre aparece como uma das regiões mais difíceis de serem invadidas pelas facções inimigas. Devido à sua configuração espacial, de ruas estreitas e com poucas saídas e entradas ao território, os agentes criminais do Coral podem preparar armadilhas bastante eficazes aos invasores, controlando as rotas de fuga.

Parte considerável dessa “fama” Coral na memória social das relações do crime deve-se a Garrincha, morto em dezembro de 2012 a tiros de fuzil, depois de uma emboscada feita por uma quadrilha rival do conjunto Tasso Jereissati. Garrincha chegou à região do Gato Morto no início dos anos 2000 e, segundo Pango, que trabalha com tráfico de armas e de drogas em um dos territórios do GTN, de início Garrincha “trabalhava entregando jornal, [mas] aí ele focou no tráfico”. Desenvolto para as interrelações do crime, Garrincha rapidamente expandiu os negócios e já no início do Coral, para onde as famílias do Gato Morto foram realojadas, em meados da década passada, “começou a empregar em casa, comprou muita casa, em carro... começou a mandar em todo canto. Todo bairro tinha gente trabalhando pra ele. As periferias quase tudinha do Ceará tinha gente trabalhando pra ele”, relata Pango. Retomo a trajetória de Garrincha no capítulo três.

⁶⁹ *Projeto de Urbanização Gato Morto/Mangue/BR-116*. Governo do Estado do Ceará, 2002-5, [online].

Polo

O Polo é um microterritório que fica na porção noroeste do Tancredo Neves (*ver mapa pág. 52*), situado bem próximo à margem direita do rio Cocó e à rodovia BR-116. Recebe essa alcunha porque nele se localiza o Polo de Lazer do Tancredo Neves. Ao longo dos anos, desenvolveu um forte processo de territorialização alicerçado principalmente nas ações empreendidas pelos jovens envolvidos nas atividades criminais. Nesse sentido, assim como o Coloral, o Polo mantém uma relativa independência do restante do Tancredo Neves no que diz respeito às atividades relacionadas ao tráfico de “maquinário” e de drogas. É um território que também se impõe pelo poder de fogo de suas armas e, por isso, carrega um reconhecimento prestigioso na memória coletiva das relações sociais do crime na região.

Lagoa da Zeza

A Lagoa da Zeza é um microterritório situado no extremo nordeste do Tancredo Neves e, portanto, faz divisa ao leste com o conjunto Vila Verde; e ao norte com o conjunto Tasso Jereissati, mais especificamente com o microterritório da Granja (*ver mapas págs. 52 e 89*). As primeiras construções irregulares na beirada na lagoa datam entre o início e meados do decênio de 1990, mas é na aurora do século XXI que a ocupação tem uma explosão demográfica, e cerca de 200 famílias ocupam uma área diminuta; algumas casas foram inclusive construídas praticamente dentro da lagoa, sobre palafitas (Freitas, 2010).

Ao longo dos anos, já houve algumas remoções das famílias para diversos conjuntos habitacionais. A própria construção do conjunto Vila Verde entre os anos de 2001 e 2002, defronte à comunidade da Zeza, do outro lado da avenida Rogaciano Leite, deu-se para atender às famílias da lagoa. Seu Valdir, 62 anos, vigia, que foi contemplado com uma casa no Vila Verde, lembra dos anos 1990 na Zeza: “[As casas tinham saneamento? – ele responde com ar de gracejo:] Tinha nada, porra nenhuma. De manhãzinha, você só via era os saco plástico [com os dejetos sólidos] voando das casas pra lagoa”. Na última remoção, moradores foram transferidos para o conjunto Maria Tomásia, no Jangurussu, entre os anos de 2010 e 2012. Mas algumas poucas casas de costas para a lagoa e na beira da avenida conseguiram se firmar, e atualmente já estão alicerçadas em alvenaria, embora tenham poucas ainda no madeirite. De tempos em tempos, ainda hoje, às vezes surge um barraco ou outro na margem leste da lagoa. Já do outro lado, na margem oeste, em frente à rua da Esperança, uma quadra de futebol de salão e um pequeno calçadão foram construídos no espaço antes ocupado por

parte das famílias removidas. No calçadão, há um quiosque-bar, onde muitos dos homens da comunidade jogam uma sinuquinha acompanhados de cerveja ou mesmo de um “burrin” de cachaça. Ao lado, um jardim “público” com espadas de são-jorge, comigo-ninguém-pode, jiboias, papoulas e outras, cuidado pelos próprios moradores. À sombra de dois pés de coqueiro, uma rede se estende.

A atividade delitiva na Lagoa da Zeza não tem o mesmo poder de fogo que os microterritórios do Coloral e do Polo. Nesse sentido, a Zeza é um microterritório submetido à força simbólica e armamentista dos agentes criminais do Tancredo Neves e do Tasso Jereissati, pois não encampa condições operacionais e materiais de arrostar o poderio bélico destes.

2.2.3. Conjunto Tasso Jereissati

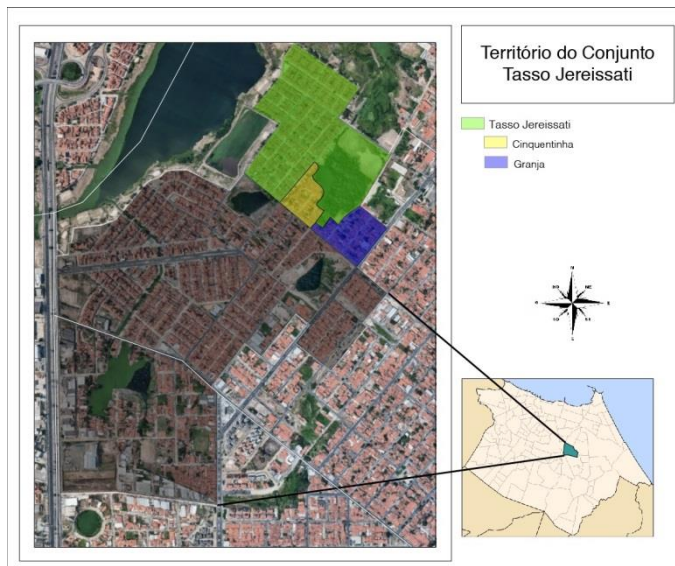


Figura 15 – O Conjunto Tasso Jereissati fica na parte norte do GTN. Os microterritórios Granja e Cinquentinha estão inseridos em sua área. O restante do complexo GTN está referenciado numa tonalidade mais escura em relação aos demais telhados. (Fonte: arquivo pessoal/Pires, 2018).

O processo de territorialização do espaço que hoje constitui o conjunto Tasso Jereissati também guarda um diálogo com a comunidade do Lagamar, na Aerolândia. De acordo com Freitas (2010), em meados dos anos 1980, após a primeira urbanização em grande escala empreendida no Lagamar, houve em 1987 duas ocupações sucessivas na área, que provocaram a fixação de 4.254 famílias no local, aumentando exponencialmente a densidade demográfica daquela região no bairro Aerolândia.

O então governador do Ceará à época, Tasso Jereissati, após pressão de setores sociais, principalmente aqueles relacionados à luta por moradia, decide construir, em 1988, um conjunto habitacional ao norte do Tancredo Neves, composto de 834 residências, o Conjunto Tasso Jereissati; e outro, em 1989, a oeste do Tancredo, à margem esquerda do rio que separa os territórios, realocando 564 famílias – denominado Conjunto Rio Cocó. Este nome não vingou, e a localidade é atualmente conhecida como ABC ou Areal (*ver mapa pág. 89*). Abrindo aqui um parêntese, não logrei confirmar em campo se o nome do conjunto

sempre foi Tasso Jereissati ou se a alcunha é uma reapropriação semântica construída na oralidade dos próprios moradores. Ademais, nas pesquisas documentais que procedi, a grafia do local desde o início leva o nome do ex-governador e hoje senador cearense. À guisa de constatação, se a nomeação do conjunto tiver sido de fato uma autorreferência do senador Tasso Jereissati a si, seria símbolo de uma medonha inflação psíquica – da qual falava a psicanalista Karen Horney –, um narcisismo oceânico. Por sua vez, Dostoiévski traveste-se em um de seus personagens para alfinetar espíritos dessa estirpe: “toda a natureza, todo o mundo para eles não é mais que um magnífico espelho, criado apenas para que seu pequeno deus pudesse admirar a si mesmo sem parar e não visse nada nem ninguém além de si” (2013[1860], p. 68). Fecha parêntese.

O conjunto habitacional Tasso Jereissati tem uma área de 0,27 km² e um perímetro de aproximadamente dois quilômetros e meio. A região é densamente povoada, são casas pequenas, com poucos metros de largura – talvez uns quatro ou cinco –, coladas umas às outras. Faz fronteira ao sul com o Tancredo Neves, separado pela rua Padre Francisco Pita; ao leste com o Jardim das Oliveiras, divisado pela avenida Rogaciano Leite; e ao norte e oeste com o Parque Ecológico do Cocó (*ver mapa pág. 52*). A comunidade é completamente desassistida de praças ou outros equipamentos culturais e de lazer. A principal figura geocológica da localidade, à parte o rio Cocó, é a Lagoa do Tijolo, no setor leste, onde se formou o microterritório da Cinquentinha (*ver mapa pág. 89*).

A Francisco Pita, que demarca a sua fronteira com o Tancredo Neves, é a rua que concentra muitos dos equipamentos de comércio e serviços da localidade: padarias, mercearias, mercadinhos, depósitos de materiais de construção e afins, borracharias, mecânicas de bicicletas, motos e carros, lanchonetes, mobiliários novos e usados, lojas de roupas, cabeleireiros e salões de “beleza”, bares, metalúrgicas, marmitarias, etc. Boa parte de suas ruas pequeninas, sem saídas, vão chegar às grades do Parque do Cocó. Desse limite, principalmente na parte oeste, na beirada do rio, a vista que se tem é belíssima. Avista-se o grande espelho d’água do leito do Cocó, paisagem que destoia das precárias condições materiais do conjunto.

A rivalidade histórica do Tasso com o Tancredo Neves e uma conseqüente “guerra” sangrenta que já vitimou muitas pessoas deixam os moradores – a maioria absoluta de trabalhadores não envolvidos com atividades criminais – ressabiados à aproximação de qualquer “forasteiro”. É preciso “pisar em ovos” e ir com calma nas andanças pelo território do Tasso. Suas ruas estreitas são como trincheiras; os jovens da comunidade envolvidos com o comércio ilícito de armas e drogas e modalidades diversas de assaltos e roubos estão sempre

preparados para o combate. Rivalizam com o Tancredo em aparente igualdade de recursos materiais e simbólicos, com o adendo de que sua estrutura territorial, que leva a muitas ruas sem saídas, é quase um convite à estratégia do “cheiro do queijo”, quase uma ratoeira: enquanto no Tancredo Neves as ruas e lotes são mais espaçosos, o Tasso possui ruas e lotes estreitos, labirínticos, com apenas três entradas principais.

A guerra que quadrilhas criminais do Tasso e do Tancredo travam desde o final dos anos de 1990 se acirraram em meados dos anos 2000 e prolongaram-se até recentemente, quando uma facção carioca, o Comando Vermelho (CV), monopolizou todos os territórios das duas comunidades⁷⁰. A última chacina na região foi em agosto de 2015, quando dois carros com integrantes de uma quadrilha do Tancredo armados com pistolas ponto 40, 380 e uma escopeta de calibre 12 invadiram uma rua na favela Cinquentinha, no Tasso, e dispararam à revelia de dentro dos veículos. O saldo da matança foi de cinco mortos, todos homens, com idades variando entre os 14 e os 31 anos. O episódio foi noticiado amplamente na cobertura midiática da cidade.

O território do conjunto Tasso Jereissati foi o que me apresentou uma maior dificuldade de penetração, por todo um contexto situacional em que historicamente conheço há muitos anos “criminosos” da Vila e do Tancredo e, por esse motivo, receei ao longo da pesquisa ser confundido por agentes criminais do Tasso com um “X-9”, um “cabueta⁷¹”, um traidor que está por ali colhendo informações para levar aos “inimigos”, um tremendo “leva e traz”. O Tasso me desafiou metodologicamente a pensar táticas de inserção em campo, de lograr o estabelecimento de contatos de confiança recíprocos. Dentre os quatro territórios do GTN – Vila Cazumba, Tancredo Neves, Vila Verde e Tasso Jereissati –, este foi o que menos percorri em minhas andanças “de perto e de dentro” (Magnani, 2002).

Cinquentinha

A comunidade Cinquentinha é um microterritório situado na parte leste do Tasso (*ver mapa pág. 52*). Formou-se à beira da Lagoa do Tijolo (*ver mapa pág. 89*). São cerca de duas quadras com muitas casas apinhadas umas às outras, além de uma terceira quadra a pouquíssimos metros do recurso lacustre. Em que pese a maioria de seus moradores serem trabalhadores e trabalhadoras das subcategorias do mercado de trabalho capitalista, a parcela

⁷⁰ Em capítulo posterior, teceremos uma análise mais aprofundada sobre a “era das facções” em Fortaleza, que se iniciou no final de 2015.

⁷¹ *Cabueta* é a corruptela oral de alcaguete.

de seus jovens envolvidos com a criminalidade violenta construiu um poder simbólico de reconhecimento social dentro da atividade criminal no GTN. A Cinquentinha é respeitada nas relações sociais do crime na região devido aos aportes de capital simbólico que angariou com a agência de seus atores criminais, capital este que foi inculcado socialmente na memória coletiva dos moradores do complexo de favelas. Tem grande rivalidade com os grupos criminais do Tasso, mas atualmente impera um armistício uma vez que estas quadrilhas são hoje todas pertencentes a uma mesma facção, o Comando Vermelho (CV).

Granja

O microterritório da Granja está situado no extremo sudeste do Tasso, ao leste da Lagoa do Tijolo (*ver mapas págs. 52 e 89*). A parte voltada à avenida Rogaciano Leite é composta de alguns comércios e serviços voltados mormente às camadas populares, mas algumas casas padrão classe-mediano destoam dos demais prédios. No primeiro quarteirão paralelo à avenida supracitada, as casas são mais bem acabadas em alvenaria e parecem mais “estruturadas” em termos de mobiliários; há, inclusive, um condomínio residencial na esquina da rua Padre Francisco Pita *à la* classe média baixa. Na quadra ocidental, mais próxima à lagoa, bem como no extremo norte do microterritório, na rua Amador Bueno, as construções são mais irregulares e degradadas.

A Granja também tem atividades relacionadas à criminalidade empreendida pelos agentes pobres, ainda que estes, como em todos os casos empíricos observados nos territórios, constituam uma parcela pequena dos moradores. No entanto, seu poderio neste universo é bem pequeno quando comparada à Cinquentinha e ao Tasso. Na verdade, muitos dos jovens que atuam nesse mercado de atividades delitivas na Granja são abastecidos de mercadorias e subjugados simbolicamente pelas facções daqueles territórios mais poderosos do ponto de vista material (armas e drogas).

2.2.4. Conjunto Vila Verde

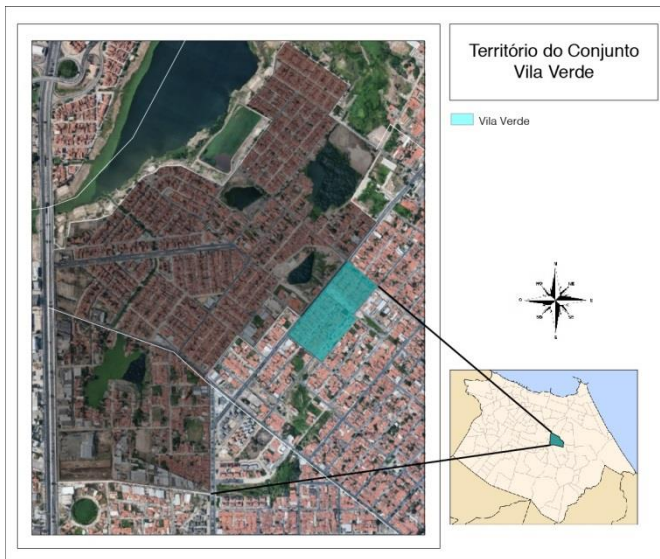


Figura 16 – O Conjunto Vila Verde está referenciado em azul claro, no extremo leste do GTN. É o único dos quatro grandes territórios (Vila Cazumba, Tancredo Neves, Tasso Jereissati e Vila Verde) que não possui microterritórios. O restante do complexo GTN está referenciado numa tonalidade mais escura em relação aos demais telhados. (Fonte: arquivo pessoal /Pires, 2018).

Das quatro grandes comunidades que formam o GTN, o Conjunto Vila Verde é o mais recente, o

menor em área ocupada e o menos populoso. Tem aproximadamente 0,06 km² e um perímetro hexagonal de cerca de um quilômetro e cem metros (*ver mapa pág. 52*). Faz fronteira ao oeste, divisado pela avenida Rogaciano Leite, com o Tancredo Neves (sudoeste) e com a Lagoa da Zeza (noroeste); e ao leste, norte e sul, com o bairro Jardim das Oliveiras, demarcado pelas ruas Desembargador Eurico Monteiro, Padre Francisco Pita e Helano Brilhante, respectivamente. Tem alta densidade demográfica, em pouco espaço há muitas moradias geminadas. Com o aumento das famílias, as pessoas, cada vez mais, juntam suas parcas economias e levantam “puxadinhos” de dois e até três andares além do térreo. São construções arquitetônicas pitorescas e bastante funcionais. Não são encontradas apenas no Vila Verde, mas em todo o GTN.

A construção do Vila Verde remete ao início do século, em 2001, quando muitas famílias da Lagoa da Zeza foram removidas e conseguiram casas no novo conjunto habitacional. De acordo com seu Valdir, 62 anos, que foi um dos que lograram uma moradia nesse processo, os agentes estatais concederam o terreno, o material, e disponibilizaram um engenheiro e um mestre de obras para atender à população. Contudo, a mão-de-obra não estava inclusa. Os futuros moradores teriam que se organizar em mutirões para levar a cabo a construção da casa própria. “Aqui foi nós mesmo que construímo... uns ajudava os outros”, comenta. No começo, ainda segundo o interlocutor, as casas não recebiam acabamento completo, pois o governo disponibilizava apenas o material básico para pô-las em pé: “Com os anos que nós fomos melhorando [as casas], né?”.

Os regimes de mutirões, bastante comuns na experiência vivencial das classes pauperizadas, são momentos de congregação coletiva, de uma empatia solidária, igualitária e

humanizada. De acordo com Sérgio Buarque de Holanda, os mutirões são idiossincráticos ao *homem cordial*, pois se dão na troca da solidariedade afetiva (*prestância*), entre parentes, amigos próximos, redes de vizinhança, e não na solidariedade racional ou material (*cooperação*). O autor ressalta que os homens empreendem esta ajuda colaborativa e mútua “mais animados do espírito da *caninha* do que do amor ao trabalho’. [...] O alvo material do trabalho em comum importa muito menos do que os sentimentos e inclinações que levam um indivíduo ou um grupo de indivíduos a socorrer o vizinho ou amigo precisado de assistência” (2015[1936], p. 60, grifo do original).

O Vila Verde é bem servido de praças, mesmo com território diminuto: são duas delas e ainda há uma “terceira”, que é um calçadão (meio-fio), onde muitos pequenos comerciantes montam seus quiosques de lanches e bebidas (*ver mapa pág. 89*). Em termos de comércio e serviços, a comunidade tem passado, nos últimos anos, por um processo de emancipação em relação ao Tancredo e ao Tasso, com a instalação de muitas atividades do setor terciário. Já consertei o carro e a bicicleta em oficinas mecânicas especializadas da localidade. São preços bem mais módicos por serviços similares aos das oficinas do próprio Jardim das Oliveiras e do bairro vizinho, a Cidade dos Funcionários.

É, junto com o Tancredo Neves, a comunidade mais próxima de minha casa, a apenas dois quarteirões; frequentemente passeio pelo Vila Verde com o Bono e a Estrela, meus amigos-cachorros. O Bono, labrador preto, corpanzil, faz sucesso entre a meninada, que sempre me pergunta: “Ele morde?” Respondo negativamente e faço um convite à aproximação, acarinhando-o. “Tem quantos anos ele?” “Dez”, replico. “Eita, mais velho do que eu”, treplica o meninote. Elas, as crianças, geralmente se achegam devagarzinho, e aos primeiros cafunés no bicho vão logo se animando: “Olha, olha, ele é mansinho”, gritam às demais. Outras se encostam, mas sempre há as medrosas na turma que espiam a presepada de longe, receosas de uma mordida inesperada. A Estrela, vira-lata, recebe bem menos atenção. Vira-lata é uma “raça” comum dos cachorros dali. Elas, as crianças, já estão acostumadas. Já labrador é novidade. Enquanto as crianças entretêm-se com o Bono, eu faço uns chamegos na Estrela, para que não haja ciúmes nem complexos de inferioridade, né?

Por sua vez, as atividades criminais na região ocorrem com menos intensidade que nos vizinhos Tasso e Tancredo, mas isso não quer dizer que elas são inócuas no que diz respeito à organização da socialidade. Dos quatro grandes territórios do complexo, o Vila Verde é o único que nunca esteve em guerra com os demais. Seu poder de fogo é diminuto e tenho como hipótese de campo que a maioria dos agentes do crime na localidade são

fornechos de mercadorias ilícitas por facções do Tancredo ou do Tasso e simbolicamente estão a elas submetidas.

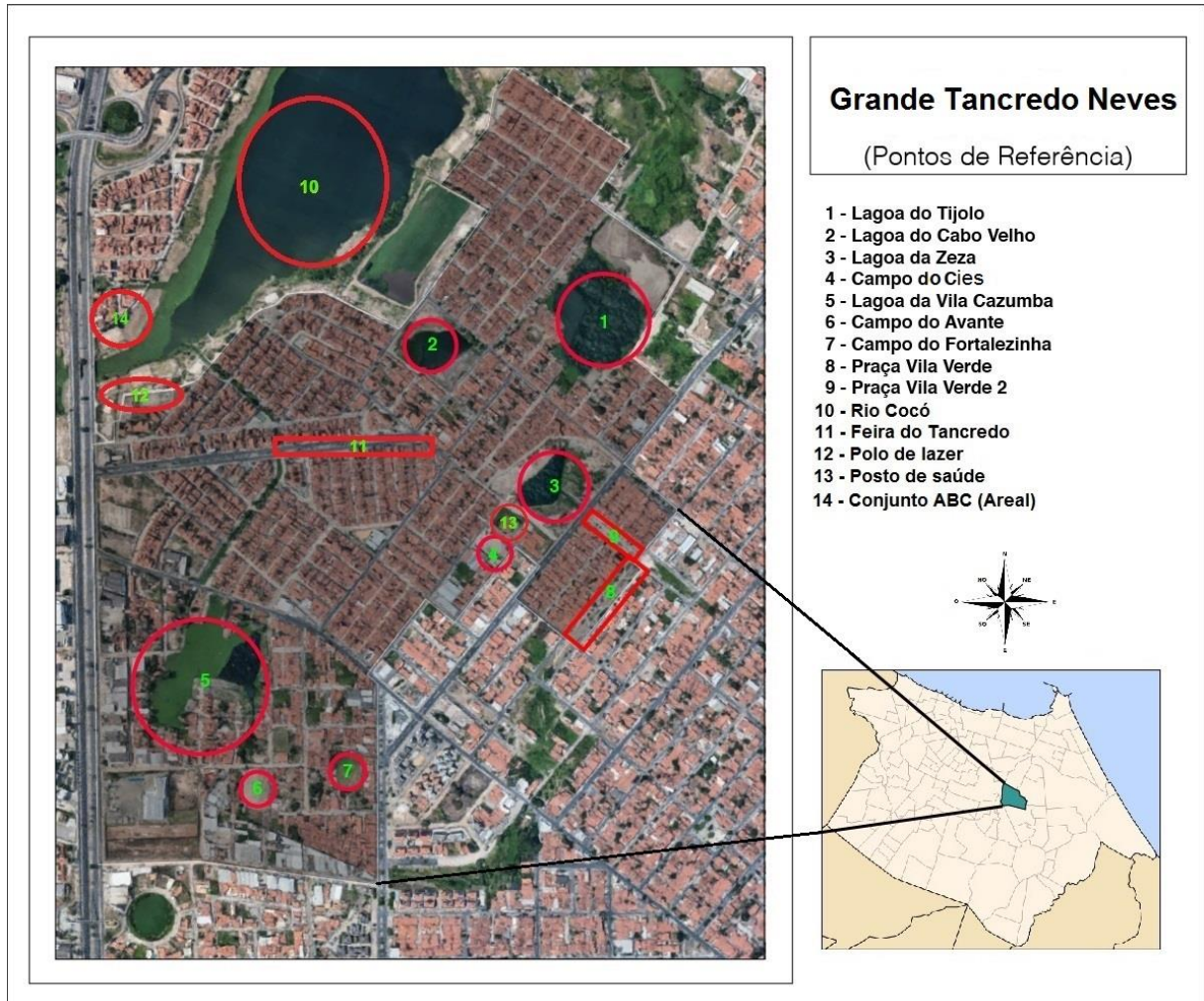


Figura 17 – Mapa dos pontos de referência do Grande Tancredo Neves/GTN (Fonte: arquivo pessoal/Pires, 2018).

2.3 – As relações sociais das camadas populares: compreendendo a *socialidade favelada*

Deixo claro, de antemão, que as observações empíricas desse tópico são por vezes generalistas e tentam, sobretudo, esboçar um quadro expressionista das relações sociais das camadas populares, no qual teço um jogo conceitual entre a sociabilidade violenta (Machado da Silva, 2004) e a *socialidade favelada* que aqui proponho; longe de ser uma generalização imprudente e descompromissada com os pressupostos da análise socioantropológica, a conceituação de *socialidade favelada* é fruto de dados etnográficos obtidos “de perto e de dentro” (Magnani, 2002) e de um esforço heurístico de abstração analítica para buscar

compreender a realidade experimentada localmente. Em síntese, é a tentativa de buscar uma conceituação que ajude a empreender uma etnologia das ruas, becos, vielas, pessoas e suas relações sociais no GTN.

Seriam as áreas comuns das favelas mais vivas do que nos bairros classe-medianos e “nobres”? Pessoas, cachorros, gatos, porcos, galinhas, jumentos e burros transitam pelas suas ruas e vielas labirínticas. Caminhar por seus logradouros é experimentar uma outra relação com a cidade. A rua é uma extensão de suas casas, estas geralmente diminutas, desconfortáveis, sem janelas laterais⁷², calorentas. Em alguns becos, abre-se a casa e já se esbarra com a porta do vizinho da frente. A rua, portanto, tem uma dimensão não apenas social, mas funcional na favela, serve como um alargamento dessas moradias precárias e apertadas. As pessoas varrem as calçadas, capinam e limpam os caminhos por onde escoam os esgotos sem tratamento hidrossanitário. São práticas sociais típicas da favela, que não se verificam em bairros classe-medianos. Todavia, sublinho que há também quem jogue lixo nos logradouros e algumas áreas do local se transformam em lixões. É insólito pensar que no Japão, uma sociedade de profundas diferenças socioculturais em relação à brasileira, esse fenômeno se repete. Em pesquisa realizada nas *rôji*, vielas da velha cidade baixa de Tóquio, a antropóloga francesa Claire Gallian (1994) afirma que “o limite entre o público e o privado não é claro e o espaço da rua parece simplesmente prolongar o espaço doméstico que se encontra ao ‘rés do chão’” (*apud* Agier, 2011[2009], p. 109).

Dessa forma, mesmo sujeitas a reflexos e contingências da violência, as pessoas não se encastelam em seus locais domiciliares. A *socialidade favelada* carrega uma relação desencantada com a sociabilidade violenta, ela é uma tentativa de se superpor a esta, um jogo social criativo por sobrevivência material e dignidade espiritual praticado pelos agentes da favela. Diferente do que propõe Machado da Silva (2004), considero que a sociabilidade violenta é experimentada integralmente em seus efeitos apenas pelos agentes envolvidos diretamente nas atividades criminais, ao passo que a resistência tática e fugidia à completa assimilação por uma estrutura de relações sociais mediada pela violência é a *socialidade favelada*, encampada pelas outras categorias de atores não praticantes de agências delitivas: é uma capacidade atávica de resiliência astuta diante da violência do tráfico, dos tiroteios, dos assaltos e roubos, das frequentes mortes de amigos, parentes e vizinhos, mas também é uma ginga, um “jogo de cintura” estético-social frente à violência militar e simbólica do estatismo e dos meios hegemônicos.

⁷² Em raro momento de análise poética em sua vasta obra, Marx diz que “as janelas são para uma casa aquilo que os cinco sentidos são para cabeça” (2011 [1852], p. 328).

Há agentes das periferias que circulam entre estas duas formas de sociabilidade ao longo de suas trajetórias. Mas elas não são tão fluidas ou interpenetráveis quanto as fronteiras porosas e borradas que afastam e aproximam “trabalhadores” e “bandidos”. O trânsito entre uma e outra exige mais do que lutas por sobrevivência material. Pode-se estar participando das relações criminais e, em termos de representação simbólica, relacionar-se de acordo com as subjetividades, sistemas de pensamento e práxis que coadunam com a *socialidade favelada*. Nesse caso, tenho como hipótese que a atividade criminal seria, em grande medida, efeito de um inconsciente complexo psíquico de inferioridade, no sentido junguiano do termo⁷³, que só pode ser suprimido com o ingresso numa criminalidade violenta, mas vivida como disfarce de personalidade. O psiquismo egoico desse agente se estrutura em consonância com uma outra abordagem configuracional de organização social, mas aciona um *alter ego* “criminoso”. Estou lembrando de alguns casos em que conhecemos muito bem um “bandido” e sentimos, com nossos botões, que o “negócio dele não é esse”, que há nesse indivíduo uma contradição existencial entre a sua forma de ser com os outros e o papel social que exerce.

Enfim, quero dizer que estas duas maneiras de sociação na favela são possíveis, mas tenho como hipótese empírica que a *socialidade favelada* se salienta em *quantum* ontológico à sociabilidade violenta no GTN; em outras palavras, ela é a forma dominante – das relações materiais e das estruturas mentais – sob as quais se estabelecem as relações sociais no complexo de favelas objeto dessa pesquisa. Ademais, quero sublinhar que enquanto a sociabilidade violenta funciona como estrutura objetiva de coerção, a *socialidade favelada* se apresenta como agenciamento criativo e resistente àquela coercitividade. Trocando em miúdos, a *socialidade favelada* dribla a sociabilidade violenta na experiência prática de muitos agentes das camadas populares, ela funciona como “linha de fuga” em relação às violências físicas e simbólicas do estatismo e das contingências locais.

Ainda que casas com grades nas portas e janelas já seja um cenário ocorrente, visto que “os sentimentos de medo não são privilégios dos segmentos mais abastados” (Paiva,

⁷³ No artigo *A Review of the Complex Theory*, publicado em 1934, Carl Gustav Jung (*apud* Stein, 2006[1998]) sublinha que os complexos são como imagens mnemônicas cristalizadas de experiências traumáticas. Jung ressalta que eles são vivenciados também na experiência cotidiana, e não apenas nos sonhos. Os complexos, prossegue o psicanalista suíço, são estruturas psíquicas duráveis através do tempo, podem apropriar-se de funções do ego e tomar a vanguarda das maneiras de ser e existir do indivíduo, atuando como subpersonalidades, *alter egos*. O psicanalista estadunidense Murray Stein, um dos maiores intérpretes da obra de Jung, desenha uma imagem pedagógica para explicar os complexos junguianos: “Imaginemos por um momento que a psique é um objeto tridimensional como o sistema solar. A consciência do ego é a Terra; é onde vivemos. O espaço ao redor da Terra está cheio de satélites e meteoritos, alguns grandes, outros pequenos. Esse espaço é o que Jung chamou o inconsciente, e os objetos com que primeiro nos deparamos quando nos aventuramos nesse espaço são o que ele chamou complexos. O inconsciente é povoado por complexos” (*op.cit.*, p. 41).

2014[2007], p. 185), as práticas populares de sair às ruas e ocupá-las ostensivamente dizem muito mais. É aqui que, paradoxalmente às taxas epidêmicas de homicídios, as ruas são mais ocupadas, crianças brincam de bila, de bola e de soltar raia; pessoas conversam despreziosamente com as cadeiras postas em frente às casas, o “balé de calçada” de Jacobs (2011[1961]) acontece constantemente: “uma rua viva sempre tem tantos usuários quanto meros espectadores” (p. 38). Um interlocutor, que não é envolvido com as atividades criminais, e mora no Tancredo Neves há 30 anos me dizia que “é um bairro em que as pessoas estão na rua. Você vê, literalmente, a população”. [O que tu mais gosta daqui?] – pergunto-lhe.

O que eu mais gosto é a sensação de que, ao mesmo tempo em que ele parece ser inseguro, ele é seguro pra mim. Então, eu posso chegar qualquer horário, posso chegar 2 horas [da madrugada], abro meu portão, meu carro... Nunca me aconteceu nada. Isso já faz 30 anos e não é [somente] a rua que eu moro. Então, o que eu mais gosto é isso, de se sentir seguro em um local que não é seguro.

Por sua vez, a arquitetura do medo – em suma, os enclaves fortificados, com muros altos, cercas elétricas, câmeras e agentes de vigilância – é uma produção urbanística típica dos segmentos dominantes: galvaniza o bilionário crescimento das indústrias de “segurança” privada e eletrônica (com toda sua parafernália), bem como os capitais imobiliário e financeiro⁷⁴, uma vez que também ativa exponencialmente a demanda por autosegregação e isolamento em condomínios residenciais exclusivos *à la* Alphaville, ilhas habitacionais, bolhas de isolamento fabricadas pelo pânico à interação com as classes populares e que têm sua mais fiel tradução nos discursos paranoicos da “fala do crime” e nos projetos arquitetônicos panópticos: guaritas centrais elevadas e dispositivos de vigilância por toda parte: o “Big Brother” de George Orwell: *1984* está acontecendo agora, no século XXI. Nesta “reestrigem capitalística do espaço” (Guattari, 1985), “o homem civilizado trocou um tanto de felicidade por um tanto de segurança” (Freud, 2011[1930], p. 61). Os moradores desses arquipélagos residenciais não mais se integram às dinâmicas citadinas como corresponsáveis pela produção sociopolítica do espaço, mas, ao contrário, são dóceis e voluntários prisioneiros da ilusão positivista de uma vida sem conflitos ou “contaminações”, ordenada como uma planilha burocrática, estéril e “segura”. É como diz o *rapper* Rincon Sapiência (2017a), eles “[veem] perigo em todos os lados, quanto mais dinheiro, vivem mais

⁷⁴ Sobre o processo das hipotecas *subprime* do final do século XX (uma articulação entre os capitais imobiliário e financeiro) – disseminado principalmente nos Estados Unidos –, sua ascensão exponencial no início do século XXI e respectiva queda, na crise de 2008, ver Harvey (2014[2012]).

isolados, a violência na cidade tem se espalhado, se isola mais ainda quem tem um carro blindado”.

Em *The edge and the center: gated communities and the discourse of urban fear*, a antropóloga estadunidense Setha Low (2010) deixa claro que esta dinâmica do medo e da autossegregação é uma configuração situacional das camadas médias e altas em nível global. A autora toma exemplos empíricos nas cidades de Nova Iorque e Santo Antônio, nos Estados Unidos. Penso que, nesse percurso configuracional, a reificação da delinquência em um tipo social específico – o morador pobre de periferia – é cada vez mais necessária à caminhada triunfal e de “progresso” do sistema cultural e socioeconômico dominante.

De volta às ruas do GTN, a maioria de sua configuração social está inserida em um contexto de famílias matrifocais, nas quais as mães e avós – como donas-de-casa – cuidam dos afazeres domésticos e da “criação” dos filhos e netos, enquanto os pais se lançam à cata de empregos, geralmente precarizados e superexplorados, nas subcategorias formal e informal dos mercados de trabalho capitalista: são frentistas, carpinteiros, marceneiros, lixeiros, serventes, pedreiros, pintores (“letristas”), entregadores, mototaxistas, metalúrgicos, serralheiros, ferreiros, borracheiros, garçons, eletricitas, caminhoneiros, motoristas de ônibus ou topiques, cobradores, policiais, lavadores de veículos, porteiros, mecânicos, “lancheiros”, feirantes, “barraqueiros”, caixas de supermercado, camelôs, “flanelinhas”, embaladores, etc. As mães, quando trabalham fora dos seus lares, geralmente logram ocupações “caseiras” em domicílios das camadas médias e altas: diaristas, domésticas, cozinheiras, babás, lavadoras e engomadoras de roupas, etc.

Diante de uma ordem dominante que impõe injunções limitadoras à possibilidade de ascensão social, ainda que sua narrativa tente convencer do contrário, quase todos os descendentes dessas famílias, por consequência, seguem algumas destas profissões supracitadas, subempregos na dinâmica das relações capitalistas de trabalho. William Foote Whyte vivenciou situação semelhante durante sua pesquisa em Cornerville, nome fictício para um subúrbio de Boston, nos Estados Unidos, formado por famílias de imigrantes italianos. Segundo o autor, a sociedade moderna “atribui grande valor à mobilidade social. De acordo com a tradição, o trabalhador começa de baixo e, pela inteligência e o trabalho árduo, sobe a escada do sucesso. É difícil para o homem de Cornerville colocar o pé nessa escada, nem que seja no degrau mais baixo” (2005[1943], pp. 276-277).

Os instrumentos, meios e recursos dos poderios estatais e dos segmentos empresariais hegemônicos estorvam as possibilidades à universalidade de garantias e direitos e não oferecem condições simétricas de participação no jogo das oportunidades civis e

socioeconômicas, ao passo em que o estímulo aos objetivos e às metas culturais socialmente valorizadas – difundido por uma narrativa propagandeada mormente pelos canais audiovisuais e pelas agências estatais e publicitárias – é o mesmo para todos; essa disjunção entre discurso de inclusão e prática de exclusão é arbitrariamente ignorada, ou melhor, é sorrateiramente camuflada no próprio palavrório hipócrita e sofista da ordem urbana, que tem como pretensão exercer um monopólio de produção simbólica da realidade.

Nesse sentido, James Scott (2003[1990]) sublinha que o discurso público dos poderios é o autorretrato fiel das elites dominantes, no qual elas se pintam como querem ver a si mesmas. Para o autor, a linguagem do discurso público é uma construção discursiva desequilibrada, partidária e parcial, desenvolvida para afirmar e naturalizar o poder dominante, e simultaneamente cortinar o componente opressor do exercício deste poder: “La imposición de eufemismos en el discurso público tiene la misma función que el ocultamiento de muchos hechos desagradables de la dominación y su transformación en formas inofensivas o esterilizadas. Específicamente, su función es borrar el uso de la coerción” (Scott, 2003[1990], p. 89).

Voltando às andanças pelo GTN, caminhando pelas ruas do território, avisto crianças, quase sempre descalças, que jogam bila, soltam raia, chutam bola, sobem em árvores, e emulam armas imaginárias para brincar de polícia e ladrão: nesta brincadeira, especificamente, usam de expressões que reproduzem fielmente o léxico criminal. Elas gozam de uma situação paradoxal: ao tempo em que, diferente das crianças de outras camadas sociais – estas sempre muito “protegidas” pelas estruturas familiares –, vivem a liberdade de ir e vir pelas ruas e becos da favela a qualquer hora; por outro lado, têm que se contentar com uma existência social que não vai muito além disso. Aprendem desde muito cedo qual o *seu* lugar. Mas também por isso abusam – com as mais diversas arteirices e traquinagens – como podem *desse* lugar. Tenho como uma das hipóteses da pesquisa que as crianças são a categoria social que mais aplica dribles na sociabilidade violenta ao agenciar maneiras criativas e espontâneas de dar vazão a uma *socialidade favelada*.

Os adolescentes, por sua vez, ocupam as esquinas em bandos⁷⁵: bonés na “ponta do crânio”, bermuda *surfwear*, havaianas ou *kenner* no pé, “laços” de prata no pescoço, *bike*

⁷⁵ Foote Whyte empregou a categoria *rapazes da esquina* para sublinhar o tipo de socialidade “rueira” da juventude de Cornerville, nome fictício para um subúrbio de Boston, nos Estados Unidos, formado por imigrantes italianos e seus descendentes, onde o autor desenvolveu uma pesquisa etnográfica: “a estrutura da gangue de esquina resulta de relações habituais já existentes há muitos anos entre seus integrantes. O núcleo da maior parte das gangues pode remontar à infância dos participantes, quando [...] tiveram suas primeiras oportunidades de estabelecer contatos sociais. [...] Ele raramente fica em casa, exceto para comer, dormir ou se

incrementada com guidão alto, cabelos oxigenados em épocas específicas, como o carnaval, mas na maioria do ano bem rebaixados ou raspados com listas divisórias que podem formar palavras, símbolos ou tão-somente demarcar um corte: é o *ethos* da juventude masculina favelada. Falam um socioleto particularíssimo: o *favelês* cearense, uma agência oral riquíssima em inventividade e semântica.

O *favelês* cearense, que aqui proponho como categoria, é uma economia linguística que subverte criativamente a ortodoxia gramatical, visando a uma experiência comunicacional que se vale de corruptelas léxicas e eclipses orais que a tornam inalcançável a qualquer normatividade. Ademais, é um socioleto cultural eivado de inventividade que dialoga, de certa forma, com a história de vida das classes oprimidas, de uma ascendência afro-ameríndia que atavicamente teve no seu “linguajar” cifrado parte de sua força de resistência. Funciona como “uma fortaleza das palavras” (Diógenes, 1998, p. 23). É um profundo e denso oceano semântico, mareado de neologismos, sintaxes, elipses nominais e verbais, um mosaico de palavras. Seus falantes são artistas que agenciam um vocabulário nômade, cigano, que está em constante movimento, e que, como a pele da serpente ou o bico da águia, precisa de tempos em tempos se renovar para continuar existindo. Se a linguagem normativa, como disseram Deleuze e Guattari (1995b[1980]), é “um marcador de poder antes de ser um marcador sintático⁷⁶” (p. 46) e, como já ensinou Saussure (2006[1916]), o signo é arbitrário porque ele opõe a criatividade do falar ao sistema linguístico; nesse sentido, o *favelês* é, por seu turno, a criatividade da palavra burlando o sistema da língua.

Para leigos, conseguir acompanhar o ritmo de uma conversa no *favelês* cearense é tarefa espinhosa, de difícilíssima compreensão. Aprendi-o ainda na adolescência, mas é preciso praticá-lo e vivenciá-lo, pois, como dito acima, ele está sempre se reatualizando, o nomadismo semântico é sua característica inerente. Expressões caem em desuso e outras assumem seu lugar: o que outrora era o “bichão” hoje é o “patrão”, o “tá ligado?” virou “se intera?”, o “mirim” transformou-se em “pivete”, “tô nem vendo” reinventou-se para “banda vuô [voo]”, etc. Esse idioma cultural, uma criação endógena e intralinguística, é predominantemente compartilhado nas periferias cearenses, mas também há expressões bastante localizadas, próprias de uma favela ou de favelas de uma região específica da Grande Fortaleza.

está doente; quando querem encontrá-lo, seus amigos sempre o procuram primeiro na esquina” (2005[1943], p. 261).

⁷⁶ Seguindo nessa crítica, os autores pontuam que “não existe uma língua-mãe, mas tomada de poder por uma língua dominante dentro de uma multiplicidade política. A língua se estabiliza em torno de uma paróquia, de um bispado, de uma capital...” (1995a[1980], p. 16).

Defendo como hipótese empírica que o favelês cearense é um resquício originário do *nheengatu*, que já foi a principal língua falada em boa parte do Brasil por índios tupis, mamelucos, caboclos e portugueses subalternos. Foi proibida em 1727, pelo rei de Portugal. Acredito que resíduos de *nheengatu* perduram ainda hoje no modo de falar da gente mais humilde, principalmente do campo e das periferias. De acordo com Sérgio Buarque de Holanda (2015[1936]), essa “língua da terra”, mesmo após a proibição, continuou a ser falada e ainda era possível ouvi-la, na região sudeste, nas conversas das pessoas mais velhas do interior na primeira metade do século XIX; e durou ainda mais no norte e no nordeste, resistindo na oralidade do povo até o final dos Oitocentos. Há uma espécie de imanência histórica compartilhada devido aos efeitos da marginalização entre o *nheengatu*, o favelês e o *black-english* falado nos guetos nova-iorquinos. De acordo com Martins, “os conteúdos do vocabulário português e do vocabulário *nheengatu* expressam a oposição de mentalidades, de modos de ver o outro e o mundo e, sobretudo, o modo de compreender a mestiçagem como junção de opostos e não propriamente como harmônica fusão dos diferentes” (2014, p.143).

Em diálogo com a teoria dos atos de fala de Austin (1990[1962]), diria que o favelês é um modo de agir, uma *arte de fazer*. Há uma performatividade da oralidade ilocucionária nos seus falantes. A fala, nesse caso, não apenas relata, mas realiza, faz, atua e produz efeitos e consequências concretas sobre o mundo social. Não há discernibilidade entre o favelês e as condições de opressão das camadas pobres do Ceará. Ele é uma linguagem oral que surge como práxis constituinte dessa realidade de espoliação, e não apenas como uma pretensa “representação” dessa realidade. Trazendo para o debate James Scott (2003[1990]), traço uma analogia para sublinhar que assim como o discurso oculto que esse autor evoca, o favelês se constitui também como solidariedade linguística, um discurso moral “que manifesta publicamente una identidad y solidaridad con los compañeros de la misma clase contra la clase media y la alta” (p. 188).

Em suma, o *favelês cearense* é eminentemente *tático*, no sentido certeuniano; entretanto, há também gradientes de *estratégia* em sua composição lexical e em sua forma praticada, uma vez que ele é acionado na agência de duplo vínculo de seus praticantes e, portanto, não passa incólume a esta ambiguidade.

Voltando às esquinas com os jovens, eles estão quase sempre pelas calçadas “trocando ideia”; como muitas das amigadas se estruturaram ainda na infância, eles têm muitos símbolos compartilhados e muita intimidade para conversar ou, por alguns momentos, ficarem apenas na companhia silenciosa dos amigos, “viajando”, “passando a lombra”. Suas casas funcionam amiúde apenas como um lugar de repouso e atendimento às necessidades

fisiológicas; a rua é seu lugar por excelência, a rua é sua *casa*. Em etnografia realizada com jovens em outra favela de Fortaleza, o Serviluz, Leonardo Sá sublinha que

as rodas [de conversas] são microespaços públicos de expressão e de comunicação face a face que estruturam a experiência das ações coletivas dos jovens, dão visibilidade pública ao ato de conversar e, portanto, alimentam o funcionamento da esfera pública popular juvenil de produção de opinião pública alternativa e de notícia não-hegemônica sobre eventos e assuntos, considerados relevantes para eles e por eles. As rodas pautam a agenda pública dos jovens do bairro. [...] São zonas de autonomia relativa dos pensamentos, das organizações e das interações juvenis (2010, p. 256).

A socialidade das mulheres é menos experimentada em “bandos” nas ruas e esquinas do que a dos rapazes, embora seja uma inverossimilhança empírica dizer que elas também não andam em grupos. Os grupos de jovens mulheres podem ser percebidos mais facilmente na circulação em frente às escolas, e principalmente nos finais de semanas nos clubes de “fórró da favela”. Entretanto, diferente dos homens, elas permanecem em casa por mais momentos ao longo do dia, porque muitas vezes estão encarregadas dos afazeres domésticos, competências marcadamente femininas na organização social da favela. Assim como no bairro popular de Salvador analisado por Michel Agier, percebo que no GTN, mesmo com estas injunções do universo doméstico, a “sociabilidade das mulheres não é menos circulante que a dos homens, [no entanto] é vivida localmente de maneira mais individualizada” (2011[2009], p. 86). Muitas das mulheres de mais idade, quase sempre formidáveis cozinheiras, além de donas-de-casa, montam carrinhos de lanche, com bolos, salgados, e toda sorte de doces e guloseimas para vender em frente suas casas. As donas-de-casa que não são microempreendedoras gastam o tempo livre que têm assistindo a programações televisivas, e são menos frequentes suas participações em uma “socialidade da rua”.

Os homens adultos e mais velhos, quando não estão nos bares, bodegas e churrasquinhos, põem nas calçadas suas cadeiras de balanço feitas de ferro e envolvidas em plástico resistente, com molas para facilitar o balançar. Quando estão em pares, desandam a jogar dominó e dama sobre banquetas de madeira. Quando a sós, em silêncios meditativos, tomam tento ao balançado envolvente e confortável de suas cadeiras, acompanhados de um final de tarde que alaranja o céu, ou da estrela d’alva, quando o sol já repousou. Mas estar só nas ruas das periferias é uma possibilidade não muito corriqueira.

Logo se aproximam as redes comunitárias de vizinhança e a conversa corre às soltas, desembastada, cheia de chistes, fofocas, elipses: uma arte oratória que atualiza sentidos

coletivos deveras afins das camadas pobres⁷⁷. Essa oralidade constantemente compartilhada robustece sentimentos comunitários e morais de identidade, confiança e pertença territorial. As redes de vizinhança são processos de subjetivação-objetivação que, ao partilharem esquemas semânticos afins, acionam muitas vezes mecanismos solidários de atenção e cuidado aos demais moradores, e, dessa forma, operam como extensões dos vínculos e circuitos familiares, ativando novas semióticas espaço-temporais nas interrelações psíquico-afetivas. São verdadeiros parentescos simbólicos, ou, nos termos de Agier (2011[2009]), parentescos espirituais ou de consideração. A atitude *blasé* de indiferença pensada por Simmel (2001[1903]) como representação das relações sociais nas metrópoles da modernidade é raramente acionada nas redes de vizinhança das áreas pauperizadas. Howard Becker pontua que a reserva tipicamente urbana – em outras palavras, a atitude *blasé* simmeliana – não está presente em toda a cidade. Analisando os bairros populares da realidade estadunidense, este autor assevera que esses territórios “têm algo do caráter de uma cidade pequena; seus habitantes veem tudo que ocorre na vizinhança como se fosse de sua conta” (2008[1973], p. 131). Por isto, é comum que vizinhos compartilhem, em diversos momentos, a criação dos filhos uns dos outros.

Outra particularidade destes espaços e, como no caso dos parentescos simbólicos, bastante incomum às camadas médias e altas dos núcleos urbanos, é a dilatação do núcleo familiar. Em casas um pouco maiores ou em “puxadinhos”, há uma ampliação da matriz nuclear das famílias, e num mesmo local convivem pais, filhos, avós, tios, primos, agregados etc. São famílias matricentradas, cuja figura da categoria nativa “vozinha” exerce amiúde um papel central nas dimensões moral e material, bem como na busca por estabilidade afetiva e emocional nas relações de vizinhança e do núcleo familiar. Como ocorre uma alta incidência de gravidez precoce entre as jovens do GTN, muitas avós tomam a vanguarda na “criação” dos netos e netas. Recordo que nas vezes em que fui “fazer campo” no posto de saúde Maria de Lourdes Ribeiro Jereissati, no Tancredo Neves, o principal e mais numeroso público-alvo atendido era de jovens gestantes ou com bebês de colo. As incipientes mães inflacionavam o local. Surgiam aos “magotes”, uma atrás da outra. Muitas, pela aparência, não tinham ainda dezoito anos. Acionando um lugar-comum, diria que algumas se assemelhavam a crianças com crianças no colo.

⁷⁷ Certeau pontua que, como ação tática do cotidiano, “as retóricas da conversa ordinária são práticas transformadoras de ‘situações de palavra’, de produções verbais onde o entrelaçamento de posições locutoras instaura um tecido oral sem proprietários individuais, as criações de uma comunicação que não pertence a ninguém. A conversa é um efeito provisório coletivo de competências na arte de manipular ‘lugares-comuns’ e jogar com o inevitável dos acontecimentos para torná-los ‘habitáveis’” (2014[1980], p. 49).

As redes coletivas de vizinhança não são homogêneas, ou seja, não configuram relações estáticas ausentes de conflitos, discordâncias, simpatias, aversões, indiferenças e boatarias; pelo contrário, medeiam sua vivacidade histórica e ordinária a partir de dicotomias e ambiguidades conviviais que as ligam e as separam, num vai e vem dialético que constrói veredas de sociabilidade⁷⁸. Uma pretensa monocromia nas ações interrelacionais “viola o fluxo real e a variabilidade da cena social humana” (Turner, 2008[1974], p. 20).

Pensar uma teleologia social sem conflitos é uma mitificação ingênua que traz em seu bojo a adoção de uma perspectiva que põe em relação direta e causal duas categorias sociológicas divergentes: “conflito” e “anomia”. Analisar o conflito como anômico tem servido historicamente às estratégias do poderio estatal para legitimar sua coerção social sobre populações atavicamente marginalizadas. Caminhando ao encontro da análise simmeliana, pondero que não há tecido social “onde correntes convergentes e divergentes não estão inseparavelmente entrelaçadas. Um grupo absolutamente centrípeto e harmonioso, uma ‘união’ pura não só é empiricamente irreal, como não poderia mostrar um processo de vida real” (Simmel, 1983[1904], p. 124). Para este autor, o conflito social funciona como principal catalisador do processo de sociação⁷⁹. Seguindo na mesma estrada analítica, Scott (2003[1990]) considera que a solidariedade entre os oprimidos se dá, paradoxalmente, devido aos diferentes graus de conflito no qual eles se envolvem mutuamente. De acordo com este autor, para além de representar uma debilidade interacional, são símbolos de uma vigilância ativa e atuante, que preserva, recria e reforça a unidade grupal.

Na realidade empírica do GTN, em muitos casos, numa mesma rua o sagrado e o profano se entremeiam e se repelem simultaneamente. Bares e igrejas, parede com parede, ou um defronte ao outro, é uma cena que se repete facilmente nas andanças pelo complexo. Bêbados nas portas das igrejas neopentecostais; pastores que tentam “salvar almas” nos botecos regados à cachaça; vizinhos que discutem por conta de um som ligado às alturas ou de um carro estacionado na frente do portão alheio; brigas em bares por questões ligadas a traições conjugais, ou porque um torce para o Fortaleza, e o outro, para o Ceará; vizinhas que

⁷⁸ Alba Zaluar comenta sobre essa ambiguidade convivial: “Entre a união, a amizade, a igualdade e a solidariedade, de um lado, e o conflito, a política, fofoca, a inveja, de outro, entre o trabalho incessante para prover o grupo doméstico e a revolta expressa na recusa em trabalhar, os trabalhadores pobres constroem suas identidades e vivem a experiência de uma classe em formação. A classe é também um campo em que diferentes tendências culturais e políticas estão em luta” (1994[1985], pp. 126-127).

⁷⁹ Dialogando com Simmel (mesmo sem citá-lo diretamente), Anthony Burgess, o autor de *Laranja Mecânica*, um clássico da literatura distópica que se tornou um clássico do cinema *pop* sob as lentes de Stanley Kubrick, reflete sobre as condições de violência e conflito que são a substância principal dessa sua obra: “Como yin e yang, quente e frio, deus e o diabo: tudo é conflito. O universo é assim e, sem conflito, não temos vida” (Burgess, 2012[1962], p. 332).

deixam de se falar porque uma soube que a outra andava fuxicando dela na feira; mulheres que entram em desacordo sobre a imposição de limites às crianças nas calçadas; amigos que rompem relações porque um descobriu que o outro ficou com sua “paquera” no forró... Cenas de uma socialidade conflituosa das camadas populares.

As fofocas, por seu turno, são um dos principais temperos dessa organização social. Tenho como hipótese analítica que esta prática social oral acompanha a humanidade desde que ela, há dezenas de milhares de anos, formou os primeiros bandos e passou a viver em coletividades cada vez maiores. Os circuitos de transmissão das fofocas engrossam o caldo das conversas que, sem eles e sua eficácia interacional, muitas vezes emperrariam em silêncios constrangedores. É assim em todos os grupos humanos⁸⁰. Dostoiévski toma forma num personagem para asseverar que sem as fofocas “não apenas o mundo seria incapaz de manter-se de pé, como milhões de pessoas morreriam como moscas de puro tédio” (2013[1860], p. 54).

As fofocas não são uma causa fantasmática, que surgem *do nada*; quero dizer que para vir à tona elas dependem de laços comunitários e das crenças compartilhadas em determinado território. Entretanto, de acordo com Tambiah (1996), é tarefa vã tentar encontrar onde, quando e por quem um boato teve início. Ainda que sejam fenômenos relacionados aos valores morais (ou imorais) de uma coletividade, elas não têm obrigatoriamente uma função integradora – esta associação de causalidade que condiciona à fofoca uma função inerente de coesão grupal é inclusive um clichê sociológico, um senso comum douto. Não estou aqui negligenciando que os mexericos são um conteúdo relevante para o processo de sociação e que grupos com forte coesão ativam estruturas estáveis de reprodução e atualização de fofocas; o que afirmo é que, antes de servir à integração de um grupo, as fofocas funcionam a meu ver muito mais como um entretenimento gratuito ao alcance de todos e, sobretudo, como um fio de ligação que medeia e renova constantemente o ritual de interação face a face. Elias e Scotson dizem que não é mais do que meia verdade atestar a função integradora das fofocas, uma vez esta versão “requer algumas ressalvas. [...] seria mais exato dizer que o grupo mais integrado tende a fofocar mais livremente do que o menos integrado, e que, no primeiro caso, as fofocas das pessoas reforçam a coesão já existente” (2000[1965], p. 129).

Quando eivadas de comentários maliciosos e degradantes, as fofocas adquirem uma dimensão acusatória e de classificação moral sobre outros grupos, expressando violentamente “lutas simbólicas entre pessoas com interesses na desqualificação simbólica de

⁸⁰ Erving Goffman tratou de diversas dessas situações de interação social a partir de sua *sociologia das ocasiões* (2011[1967]).

outros que ameaçam uma posição política, econômica ou social no interior da comunidade” (Paiva, 2014[2007], p. 96). Elias e Scotson ressaltam que a fofoca tem sempre dois polos: aqueles que a disseminam é um desses lados, mas há um outro, que é formado por aqueles sobre quem ela é disseminada. Neste caso, pontuam os autores, “o quadro de referência não é apenas o grupo de mexeriqueiros, mas a situação e a estrutura dos dois grupos e a relação que eles mantêm entre si” (2000[1965], p. 130)⁸¹.

Diante dos desafios de análise que se apresentam, lanço algumas inquietações: teria a fofoca uma função integradora ou de conflito, ou ambas? Em que medida e com qual precisão se pode avaliar concretamente esses gradientes de integração e desintegração gerados pelas fofocas? As fofocas e sua oralidade *performativa*, no sentido austiniano⁸² do termo, são subjetivamente assimiladas de maneira simétrica pelos agentes de um mesmo grupo social? Os conteúdos semióticos das redes de transmissão das fofocas são os mesmos tanto para os emissores quanto para a audiência? Em outras palavras, geram uma hermenêutica de signos e símbolos compartilhada de maneira equivalente entre todos os atores sociais de um mesmo universo empírico? Estas problematizações demandariam a meu ver um mergulho de maior densidade teórica nos mares da hermenêutica de Dilthey e da filosofia da linguagem wittgensteiniana. Este não é o propósito deste trabalho. Mas espero ter chamado a atenção em relação às lacunas sociológicas que associam mecanicamente fofocas e coesão social.

2.3.1. Estabelecidos e outsiders: a favela dentro da favela

Certo dia, numa banca de pratinhos caseiros que sempre frequento no GTN, para comer um vatapá ou um creme de galinha com baião e cuscuz, captei de “rabo de orelha” uma conversa que ilustra perfeitamente a discussão que pretendo aqui desenvolver. Ao lado da banquinha, uma família – adultos e crianças – papeava na calçada. Um adolescente que se dirigia a um beco próximo indagou a um dos integrantes da roda de conversa: “Bora lá?”, no que o interrogado – um adulto – replicou, em tom de gracejo: “Nam, tenho medo de andar em favela”. Prontamente, uma mulher que também compunha aquele momento de conversação coletiva jogou “lenha na fogueira” – como diz o ditame popular: “E tu mora aonde, por acaso”? Ele tergiversou e não consegui mais acompanhar o teor do papeado. O local onde a

⁸¹ Para uma melhor compreensão da abordagem desses autores quanto ao assunto, sugiro o capítulo 7, “Observações sobre a fofoca” (2000[1965], pp. 121-133).

⁸² Austin (1990[1962]) sublinhava que estas seriam expressões usadas menos para descrever, e mais para fazer, para realizar uma ação, por isso ele as nomeou como *performativas*. Na estrutura de algumas redes de fofoca, bem como em muitas situações cotidianas, percebe-se que aquele que a transmite mais age através de sua corporalidade (gestos, olhares, modulações vocais etc.) ao falar do que descreve a situação propriamente.

situação ocorreu fica defronte a uma avenida, e neste local há simbolicamente e imobiliariamente uma valoração dessas casas em relação às que se encontram mais adentro da comunidade. O agente da frase em análise lançou mão dos lucros simbólicos de um reconhecimento compartilhado que auferia uma pretensão de maior dignidade social dentro da mesma comunidade política na correlação entre aqueles que moram na avenida em detrimento dos que residem nos becos e vielas mais escondidos do território. “A favela não é aqui, é mais pra trás” ou “é ali no beco”, é como se dissesse com outras palavras. Embora a expressão tenha sido lançada de maneira jocosa, ela tem como pano de fundo o fato de que os moradores de um mesmo lugar moralizam através de “um esforço de diferenciações em relação às denominações dos lugares e das pessoas, cuja finalidade [é] demarcar posições de proximidade e afastamento” (Paiva, 2014[2007], p. 43).

Outro dia em campo, visitei um prostíbulo para conversar com algumas de suas trabalhadoras. O “cabaré”, como dizem no socioleto nativo, era bastante degradado; no quintal, lixo a céu aberto, ratos e galinhas disputavam as sujeiras. O piso era de areia batida e enlameada devido às chuvas da estação, acolchoado com papelões e tapetes velhos. As paredes: besuntadas, imundas, carcomidas. Uma cena de miséria, que remetia a uma indignidade que doía nos olhos e inquietava as emoções. Suas trabalhadoras eram o próprio reflexo espelhado do lugar: magras, sujas, dentes carcomidos, maltrapilhas. Mais à frente, algumas dezenas de metros dali, no outro quarteirão, sou convidado a entrar numa casa onde se celebrava o aniversário de uma senhora, dona Neide, 62 anos, uma moradora bem antiga da região. Na verdade, realizava visitas com uma agente comunitária de saúde, a Ana Rosa, e ela tinha sido chamada para compartilhar os parabéns com a família. Como eu estava acompanhando-a naquele dia, entrei junto. A casa era completamente destoante do prostíbulo: na entrada, uma grande varanda com jarros de samambaias e outras plantas bem cuidadas, que davam um ar bonito e leve àquele ambiente, paredes limpas e bem acabadas, forro no teto; na sala de estar, uma tevê enorme e um sofá daqueles bem elegantes em formato de “L”. Casa muito bem varrida. A geladeira era de última geração, bem como o fogão de oito bocas. Todo um padrão classe-mediano. Dona Neide, muito simpática e atenciosa, me pareceu uma senhora de “bom coração” – como dizemos sempre que nossa empatia vem à tona –, ao ser indagada sobre o que achava da violência na cidade, reclamava dos perigos da favela; no seu repertório narrativo falava de uma favela genérica e distante, como se a casa onde vivesse estivesse à parte, em suspensão, e a favela não fosse ali, bem ali, da porta de casa para fora. O discurso transparecia uma tentativa de desvinculação da estética da favela. Todavia, saí da casa de Dona Neide, olhei à esquerda e pude avistar o prostíbulo a poucos metros dali, e no

caminho para minha casa matutei sobre as “distinções claras em relação aos rendimentos domiciliares e às possibilidades de acesso a bens simbólicos e materiais entre os moradores [de uma mesma favela]” (Paiva, 2014[2007], p. 42).

Geralmente, quando se pensa em termos de *favela*, reina a objetificação monocromática que a descreve como suja, degradada, violenta, com esgoto a céu aberto, de casas geminadas sem reboco e acabamento, algumas de madeirite, becos estreitos e labirínticos, pessoas sobrevivendo em condições subumanas. Esse retrato metonímico não capta integralmente a dimensão das moradias desse lugar. Muito menos as subjetividades de seus moradores. Pensar a favela “como um local onde todas as famílias são de pessoas em condições de miséria e pobreza é uma representação reducionista de um espaço social muito mais complexo, no qual a distância entre os mais pobres e os menos pobres é bastante considerável” (Paiva, 2014[2007], p. 60).

Na favela, há campos de forças invisíveis que atuam para definir onde *realmente* está a favela. Tal qual a máxima de Sartre, o inferno é sempre o outro – ou melhor, a favela não sou eu, é ele/ela; não é aqui, é ali. Funciona uma lógica de acusação moral e seletiva, inculcada como *habitus* através dos meios de produção simbólica da realidade (escola, igreja, meios de comunicação, instâncias da democracia representativa: legislativo, judiciário e executivo). Opera nesses territórios toda uma dança de poderes simbólicos que remetem a uma luta intestina entre quem pode ser reconhecido em sua dignidade e quem não pode – ou não merece. O mecanismo de funcionamento da rede acusatória que aponta a favela dentro da favela é análogo àquele da ordem hegemônica que imputa violentamente à favela um paradoxismo inconciliável com a cidade: “O pessoal envolvido [com o crime] é mais para lá, mais pra cima, no Polo, na Arara, Tasso. Mas aqui mesmo, nesse foco aqui, são cidadão. Graças a Deus”, diz dona Madalena, 65 anos, que está no Tancredo desde a sua construção no início da década de 1980. Outro morador do Tancredo, o único com quem conversei que tinha ingressado numa universidade pública, me explica este jogo taxionômico: “Todos que estão aqui se identificam como integrantes desse espaço, embora aí vá ter subdivisões. ‘Ah, eu sou do Tancredo, ou eu sou da Cachoeira, sou do Coloral’. Mesmo nessa comunidade maior existem essas identificações menores”.

Estas classificações segregativas (estratégicas), mas também táticas – a divisão por lugares morais encampada pelas pessoas do bairro – ganham vida nas estruturas mentais e de memória coletiva e funcionam amiúde como matriz objetiva para o estabelecimento ou a evitação de laços sociais. Muitas vezes, em períodos de acirramento de conflitos, acionam-se generalizadas redes de fofoca acusatórias contra determinados territórios e microterritórios,

que passam a ser motivos de uma teoria do contágio, e suas ruas são quase que amaldiçoadas, analogamente às lendas folclóricas de bruxas e demônios. Entra em cena, portanto, o poder de nomeação e toda sua eficácia simbólica. Segundo Bourdieu, a nomeação “obedece a uma lógica semelhante à da magia, tal como a descreve Marcel Mauss. Assim como o feiticeiro mobiliza todo o capital de crença acumulado [...], [aqueles que têm o poder de nomear] mobilizam um capital simbólico acumulado em toda a rede de relações de reconhecimento” (1996[1994], p. 113)⁸³. A pujança simbólica desses discursos é avassaladora e salienta, na maioria dos casos, as assimetrias de capital (não apenas econômico) que vigoram dentro das favelas, muito para além de uma visão reducionista, que as pensa, açodadamente, como realidades homogêneas e cristalizadas.

Estas rotulações enquadram os agentes e lugares de acordo com as dimensões axiológicas daqueles que acusam, logo assumindo formas de julgamentos moralizantes que se transfiguram em axiomas e penetram como fantasmas nas subjetividades de todos, acusados e acusadores. Na maioria das vezes, as “classificações [...] buscam retratar sistemas de pensamento que visam ressaltar o papel do bem e do mal nas comunidades estudadas” (Freitas e Paiva, 2015, p. 122). Estas imputações classificatórias são assimiladas dogmaticamente pelos agentes envolvidos de ambos os polos (acusados e acusadores), e é pela *illusio*, para usar um termo bourdieusiano, ou seja, a crença míope no jogo social, que elas são incorporadas e transmitidas transgeracionalmente. Segundo Pierre Bourdieu, “os jogos sociais são jogos que se fazem esquecer como jogos e a *illusio* é essa relação encantada com um jogo que é o produto de uma relação de cumplicidade ontológica entre as estruturas mentais e as estruturas objetivas do espaço social” (1996[1994], p. 140)⁸⁴.

Em seu estudo numa pequena comunidade no sul da Inglaterra, Norbert Elias e John Scotson (2000[1965]) mostraram como essas redes são ativadas e como é seu *modus operandi*. Funciona da seguinte forma: os moradores mais antigos, que se estabeleceram há mais tempo no local, nutrem sentimentos refratários em relação aos que chegaram depois. Julgam-se com mais direitos sociais e civis do que os incipientes, e tacham-nos de *outsiders*. Os autores fogem às obviedades da *doxa* e demonstram como essas relações ocorrem inclusive dentro de domínios territoriais nos quais as populações têm rendimentos monetários

⁸³ Sobre o poder de nomeação, Nietzsche acrescenta que “o direito dos poderosos a dar nomes vai tão longe que deve permitir que se conceba a própria origem da língua como expressão de poder pelos que dominam: eles dizem ‘isto é isto e aquilo é aquilo’, eles designam qualquer coisa e acontecimento com um rótulo, com o qual, a bem dizer, tomam posse dele” (2016[1887], p. 19-20).

⁸⁴ De acordo com Bourdieu (1996[1994]), a *illusio* “é tanto condição quanto produto do funcionamento do campo” (p. 141), “é estar preso ao jogo, preso pelo jogo, acreditar que o jogo vale a pena” (p. 139). Ademais, “os agentes bem ajustados ao jogo são possuídos por ele e tanto mais, sem dúvida, quanto melhor o compreendem” (p. 142).

semelhantes. Esse quadro configuracional não é uma pura questão econômica – é o que eles querem dizer. Quais seriam então os desejos e investimentos libidinais que os agentes empregam e quais as representações coletivas que atuam nessa configuração dicotômica? Se estas classificações separativas não se dão apenas na economia, em que outras esferas elas ganham contorno?

Elias e Scotson pensam que as respostas podem ser encontradas na *sociodinâmica da estigmatização*, um contexto relacional de interdependência entre estabelecidos e *outsiders*, no qual aqueles empreendem esforços para instalar-se e manter-se em posições de dominação – capacidade discursiva de nomeação e classificação – das quais os últimos estão excluídos e assim se autoafirmam na luta pela sobrevivência simbólica enquanto indivíduos e grupos estabelecidos. De acordo com os autores, “entre as diversas sociedades existentes na face da Terra, não se encontra praticamente nenhuma que não tenha encontrado um meio tradicional de usar uma outra sociedade como sociedade *outsider*, como uma espécie de bode-expiatório de suas próprias faltas” (2000[1965]), pp. 208-209).

Há, portanto, como horizonte dessa configuração relacional dualista, não uma contenda puramente econômico-material, mas uma fonte irrigada de poder simbólico em disputa, tensionada pelos grupos *outsiders*, que também querem beber dela. Quando um morador ou um grupo da favela diz que a favela é o outro, isto não é senão uma retórica (do indivíduo ou do coletivo) de autovalorização social e moral; o que se demonstra aí é a tentativa de preservar essa fonte borbulhante de poder simbólico em suas mãos, quer dizer, ao mantê-la consigo, ele a afasta do outro, o *favelado*.

2.3.2. Trabalhadores e bandidos: uma clivagem ambígua para uma relação simbiótica

Se há um discurso bastante recorrente entre as pessoas que vivem na favela no sentido da diferenciação é aquele que divide as categorias nativas trabalhadores e cidadãos, de um lado; e bandidos e criminosos, de outro. Essa narrativa é retroalimentada no cotidiano por ambas as categorias, que se reconhecem e se legitimam enquanto tais representações, cada uma elencando argumentos que justifiquem sua tomada de posição e seu lugar moral na esfera local.

Para os agentes que praticam atividades criminais, na maioria das vezes jovens que optam por movimentar o tráfico de drogas e de armas e agenciar modalidades diversas de roubos e assaltos, “o trabalhador é um ‘otário’ que trabalha cada vez mais para ganhar cada vez menos” (Zaluar, 1994[1985], p. 145), e se submete a jornadas exaustivas e aos mais diversos ultrajes de seus patrões. Para estes jovens, o trabalho formal, vendido pela fábula publicitária da ordem

citadina, não compensa como meio de vida. Glória Diógenes também refletiu sobre essa questão na sua pesquisa sobre as “gangues” e “galeras” de Fortaleza no início dos anos 1990, pontuando que estes jovens preferem guiar-se por um “vício da ociosidade”: “A situação do nada o que fazer, a vivência absoluta do ‘tempo livre’ mobiliza o contingente de excluídos a romper com a premissa básica de que ‘o trabalho dignifica o homem’ e afirmar, dentro do campo mais próximo da delinquência, o seu contrário: ‘o trabalho não compensa’” (1998, p. 44). Suas escolhas envolvem uma relação mais imediata e açodada entre tempo e dinheiro, na qual impera uma lógica hedonista e de mimetismo – no que diz respeito ao acesso a produtos da cultura *pop* – em relação às juventudes das classes abastadas. Em pesquisa com os jovens da comunidade Cidade dos Deus, no Rio de Janeiro dos anos 1980, Alba Zaluar (*op.cit.*) já observava que as aspirações de consumo dos “bandidos” diferenciava-se das mantidas pelos “trabalhadores”, o que contribuía para provocar um distanciamento no campo das subjetividades entre as categorias.

Na outra ponta, os trabalhadores constroem representações e imunidades morais relacionadas à honestidade, à integridade e correção dos seus atos; recorrem muitas vezes a uma tentativa de se fazerem incluídos num circuito precário de cidadania e garantias civis e sociais. Amiúde aliam a pobreza material e simbólica a uma ética do trabalho capitalista – muitas vezes ascética e disciplinada – como fonte de dignidade que dá sentido a suas vidas. Buscam na memória social das antigas gerações e nas histórias orais dos mais velhos os modelos de entrega laboral de que se valem para endossar suas posições. Os pais e avós geralmente são referências de pessoas que trabalharam arduamente para conseguir “dar de comer” às suas famílias. Neste ponto, é pertinente trazer à baila a teoria weberiana da relação entre ética do trabalho, religião e modernidade. Para Weber (2004[1904]), a vida ascética protestante abriu clareiras para a acumulação de capital e para a consolidação de um *ethos* burguês, que dali em diante deveria ser seguido como referência única de comportamento social. Ao basear-se na ética da “salvação” pelas obras materiais e na profissão como *dever divino*, essa ética do trabalho ascética preparou a argamassa da submissão voluntária das classes populares às subcategorias do mercado de trabalho capitalista.

Vale destacar também, por oportuno, que a configuração relacional trabalhador-bandido não é estática e com nítidas fronteiras de separação como à primeira vista pode parecer. Estas regiões morais limítrofes entre uma categoria e outra são, nos termos de Hirata e Telles (2007), “embaçadas”, “borradas”, “porosas”. Estas categorias transitam, se interpõem e se deslocam de acordo com os contextos situacionais práticos experimentados na luta pela sobrevivência cotidiana; acionando, na pragmática do dia a dia – de acordo com as circunstâncias impostas pelas injunções sociais e com as mediações e avaliações de risco e vantagem encampadas

pelos agentes – papéis sociais que passeiam entre o informal, o ilegal e o ilícito. Entre os agentes pauperizados uma teia de ilegalismos é acionada como efeito reativo de uma luta diária para lograr um subsistente *quantum* de dignidade material (Telles, 2010). A cidade funciona então como um grande “bazar”, um “balcão de oportunidades”, para usar os famosos termos de Ruggiero e South (1997). Michel Misse vai ao encontro dessas proposições. Para o sociólogo,

a indiferença geral às regulamentações de tributos e direito comercial, com centenas de milhares de birosacas sem alvarás, os mais diferentes tipos de trabalho informal, a conexão entre a rede de camelôs, o contrabando e o roubo, as feiras de objetos furtados ou roubados [...], a onipresença agressiva dos ‘flanelinhas’, a prostituição de menores nas áreas periféricas, os ferros-velhos semilegais, a indústria de despachantes, vendedores de ouro, pontos de jogo do bicho, bocas-de-fumo, táxis ‘malandros’, o contraventor-mecenas das escolas de samba, etc., [...] tudo isso não parece estruturalmente conectado às chamadas ‘populações marginais’, aos seus modos de operar o poder nas condições de subalternidade, [...] de ‘absoluta falta de grana’, de inexistência real de cidadania, etc.? (2011[2006], pp. 51-52).

É, portanto, nessa rede comunitária de ilegalismos e nesse agenciamento diário que as classes populares empreendem as muitas criativas “gambiarrras” de que se valem para sobreviver na adversidade (Hirata, 2010). Como me disse certa vez Prensado, 31 anos, um ex-trafficante que parou de transacionar drogas porque estava ficando muito “visado” e temia ser morto por agentes do crime rivais ou pela polícia. Lutando para sobreviver como “trabalhador”, ele se “especializou” nas gambiarrras:

Bota uma coisa na tua cabeça: a coisa tá difícil, parceiro. Pra mim arranjar um bico é muito difícil, avalie arrumar um trabalho. O cara mal arranja um bico, tá entendendo? Nunca trabalhei de carteira assinada, num sei nem o que é trabalhar de carteira assinada. Eu faço de tudo... bico quando aparece, servente, eletricista, eu sou o rei da gambiarra, parceiro, gambiarra é comigo mesmo.

Há outras razões que borram as fronteiras entre as duas categorias aqui analisadas. Penso que a mais densa delas é que praticamente todo trabalhador na favela conhece alguém envolvido em atividades delitivas, seja este agente seu parente, seu amigo, seu vizinho, o filho da fulana, o neto do ciclano, etc. Esse fator pode acarretar na desconstrução de muitos estigmas e julgamentos morais pré-reflexivos. Muitas vezes, nas casas que funcionam como “bocadas”, moram trabalhadores e trabalhadoras dos mercados formais e informais que, apesar do movimento do tráfico agenciado em seus domicílios geralmente por filhos, cônjuges ou pais, continuam dedicados a “vencer na vida” honestamente. A segunda razão que merece relevo é que, mesmo com a divisão na dimensão capital-trabalho, essas categorias estão unidas pela despossessão sociossimbólica. E essa exclusão recíproca em que estão enredados é forte demais para ser

obliterada dos seus processos de subjetivação-objetivação cotidianos. Ela os aproxima por laços invisíveis de empatia e identificação. A terceira razão que aqui destaco está relacionada com a indiscriminada violência policial diante de ambas as categorias: “É o policial instruído nas técnicas repressivas quem acaba por promover ainda mais a indistinção entre trabalhador e bandido ao revistar brutalmente e prender os primeiros apenas por ser preto ou pobre, apesar de ter consigo o documento instituído para diferenciá-lo do segundo” (Zaluar, 1994[1985], p. 157). Por fim, por morarem no mesmo território e estarem sujeitos a se esbarrarem no dia a dia, em alguma medida precisam aprender a conviver juntos. Essa necessidade de adaptação, vale sublinhar, recai muito mais sobre o ombro dos trabalhadores do que o contrário. E é principalmente contra essa injunção adaptativa que eles lançam mão de uma *socialidade favelada* em detrimento à sociabilidade violenta.

Em suas falas, as trabalhadoras do GTN expressam essa tentativa constante de contornar nas dinâmicas cotidianas um contexto violento ao qual estão submetidas, e desenham as nuances da ambiguidade dessa relação: “Cada qual veve sua vida. Aqui num tem roubo na rua, nem roubo de casa. Não existe esse grande respeito [usa as mãos para enfatizar o *grande*], mas tem um pouco, né?”, me relata Cibele, 35 anos, doméstica. “Eles lá na casa deles, eu na minha. Não é questão de medo, mas quanto mais a gente se afastar é melhor. Pode estar na hora errada e as balas perdidas acertarem a gente”, arremata Lúcia, 37 anos, diarista. Dona Fátima, 64 anos, também doméstica, amplia os tons dessa dubiedade relacional, alegando uma suposta conformação com a atividade criminal, desde que esta não a alcance: “Eu também não vou confiar, mas a gente tem medo porque eles podem se estranhar, mas eles não mexendo com a gente... Até agora, graças a Deus, ninguém nunca mexeu com nós”. Francisca, 46 anos, costureira, endossa a perspectiva de dona Fátima: “Isso daí não é comigo... como é que se diz... cada pessoa faz o que quer da sua mente, né? Por incrível que pareça, eu sempre andei nos canto, graças a Deus nunca aconteceu nada comigo. Inté o momento não encontrei ninguém no meio da rua pra fazer o mal não”.

Dona Madalena, 65 anos, costureira, também relativiza o cenário da criminalidade local, uma vez que este ainda não chegou até ela: “Tinha medo e tudo, mas nunca mexeram comigo não. Graças a Deus nós não somos envolvidos em nada. Eu fico aqui sentada, de noite eu boto a cadeira aí [na calçada], eu fico até onze horas, onze e meia, tranquila. Ninguém mexe comigo não”. Carlos, vendedor de 27 anos, relativiza as falas anteriores e diz que nem sempre os agentes do crime fazem uma avaliação situacional de risco e separação entre categorias quando estão em plena descarga emocional: “[Tu acha então que os bandidos respeitam as pessoas que não tão envolvidas?] Nem sempre né, aqui mesmo, aqui tem caso

que vieram pra matar um e matavam quem não tinha nada a ver, entendeu?” Já dona Albanisa, 48 anos, doméstica e evangélica praticante, me lança uma chuva de sinceridade espontânea sem tantas mediações relacionais:

Rapaz, na minha opinião, essas pessoas criminosas, que veve no mundo do crime, que mata, que assalta, na minha opinião quando pegarem eles era pra matar. Porque assim... eles fazem isso sem pena nem dó, eles tão no mundo do crime, num tá se importando com a vida de ninguém, só se importam com eles mesmos, com o que eles tão fazendo.

[Então a senhora acha que quem mata merece morrer?]

Isso!

[Mas isso não é contraditório com os ensinamentos de Jesus Cristo?]

É, é sim... tem o perdão!

[A senhora acha que Jesus em algum momento ia querer a morte de alguém?]

Não, não!

[Então por que a senhora pensa assim?]

Porque dá raiva! Dá revolta, num sabe? A gente às vezes fala coisas que num deve falar, mas devido à raiva, à injustiça, é muito horrível. Nada aqui nessa Terra é certo, tá todo mundo doido, todo mundo revirado...

Percebi nas falas dos “trabalhadores” e “trabalhadoras” uma certa ambiguidade com relação à idealização da figura do bandido como um “defensor do povo” ou alguma significação que o valha⁸⁵. Na maioria das conversas, o contexto de conformidade negocial com a criminalidade dava-se sobretudo se viesse mediante uma não interferência na sua socialidade, no seu ir e vir cotidiano. Esta foi a tônica dominante dos discursos nas entrevistas que realizei com “trabalhadores”.

Por seu turno, os bandidos reivindicam em suas retóricas eloquentes um pretenso papel de protetores da comunidade. Todos com os quais conversei relataram boas relações com a vizinhança e me sublinhavam acerca de suas ações solidárias ou assistencialistas. Ressalto, sem nenhuma idealização mítica, que de fato conheci no GTN um ex-trafficante que montou um negócio rentável com os lucros do crime, abandonou as atividades criminais e atualmente exerce prestigiosamente uma função quase *robin-hoodiana* na comunidade, distribuindo brinquedos à molecada no “dia das crianças”, ajudando pessoas que precisam comprar remédios, financiando times de futebol do local, etc. Ele foi morto no final de 2017 por membros da Guardiões do Estado (GDE), facção cearense rival ao Comando Vermelho (CV), esta hegemônica no GTN. Este personagem se assemelha àquele retratado por Hirata e Telles (2007) na periferia paulistana, que era chamado ironicamente de “prefeito” pelos

⁸⁵ De acordo com Alba Zaluar, em suas observações empíricas na comunidade carioca, “nesta representação positiva dos bandidos, os moradores os consideram como o vingador de seu povo, do seu ‘pedaço’, e o defensor da inviolabilidade do território que ocupam. São eles que efetivamente impedem a entrada de outros bandidos, pivetes, ladrões ou estupradores que não só ameaçariam a segurança dos trabalhadores como manchariam a honra e a dignidade dos moradores daquele local” (1994[1985], p. 138).

demais moradores, que recorriam a ele para clamar por dinheiro, emprego, carona para levar um familiar enfermo ao hospital, enfim, favores diversos. No cotidiano da favela, dizem os autores, “ele atua com um agenciador de problemas cotidianos” (Hirata e Telles, 2007, p. 182).

Papagaio, 36 anos, traficante de drogas, comenta que

todo mundo dá valor a mim. Num tem quem diga mal de mim não. Porque eu traficava aqui, mas num deixava ninguém mexer não, num deixava ninguém roubar aqui, nem ali. Se mexer com meus vizim eu corto só os dedo com facão assim ó... É ordem viu menino. E quando roubava, eu ia buscar o ladrão e fazia entregar. E quando entregava, nós pegava, amarrava ali e dava uma peia de cinturão, cabo de fio, murro, chute... eu dava só de joelhada, aí fui mandar buscar um revólver pra matar ele, aí os menino num acharam o ferro, aí mandei ele sair voado, aí nunca mais apareceu. Nós num ia matar não, ia dar só um tiro nas perna, na mão, e na outra mão... mas aí mandei ele sair fora.

Percebe-se que nessas autodefinições heroicas há projeções idealizadas, que não encontram morada na realidade empírica. Quando Papagaio tem convicção de que “todo mundo dá valor a mim”, ele desconsidera que os “trabalhadores” em muitos momentos precisam teatralizar nas vielas e esquinas uma empatia que não existe na intimidade de suas casas. Nestes “úteros” de segurança e espontaneidade que são seus lares, os “cidadãos” amiúde acionam seus rancores reprimidos na esfera pública, rogam pragas e toda sorte de palavrões contra aqueles agentes do crime responsáveis por mudar suas rotinas cotidianas e sua socialidade. Dessa forma, a adesão pública dos “trabalhadores” à organização social violenta do território se interpõe na maioria dos casos como uma submissão, uma avaliação objetiva dos riscos de retaliação que uma afronta a estes jogos sociais poderia acarretar a si e às suas famílias (Machado da Silva, 2004).

Todavia, e aqui proponho um contraponto, a *socialidade favelada* se configura exatamente na análise de que essa submissão funciona como tática situacional levada a cabo geralmente pelos agentes da classe trabalhadora: “A tática não tem por lugar senão o do outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto [...]: é movimento ‘dentro do campo de visão do inimigo’” (Certeau, 2014[1980], p. 94). De maneira distinta do que pensa Machado da Silva, considero que a sociabilidade violenta não condiciona de forma teleológica as vontades e as orientações subjetivas dos que a ela se submetem. A submissão é performática, no sentido também austiniano de uma oralidade performativa: o horizonte prático deste agenciamento é aplicar dribles micropolíticos cotidianos para escapar às garras da sociabilidade violenta.

Na mesma toada de autoidealização, Pango, 28 anos, traficante de drogas e de armas, e “patrão” de um dos muitos territórios do GTN, diz que “a vizinhança aqui é tudo limpeza, tudo respeita, eu também respeito eles, chego junto com eles... assim, tipo um roubo, se eles tão precisando de algum dinheiro, alguma sustança, eles vêm até mim e eu... [Tu empresta?] Empresto, se eu puder ajudar de qualquer maneira, eu ajudo”. As análises de Gaioso (2000) sublinham que, ao se autodefinirem, grupos e indivíduos afirmam reconhecimentos sociais e políticos que lhes garante lucros simbólicos; por outro lado, as categorias de atribuição são elaborações acusatórias do estatismo para enquadrar grupos de acordo com o lugar social que lhes é destinado (*apud* Araújo, 2010).

Por seu turno, Raposão, 34 anos, também traficante de drogas e de armas, e assaltante de residências de luxo, estabelecimentos comerciais e casas lotéricas, aciona um enredamento entre bandido e trabalhador como se as categorias funcionassem de modo harmônico e cooperativo, e a qualquer ruído nesse processo, o trabalhador – que está sob forte coação imposta pelo poder das armas – sofreria severas consequências: “Hoje em dia quem fortalece o crime é a população, é o cidadão, quando você protege o cidadão, quando você precisa ele lhe protege, ele guarda uma coisa, ele lhe guarda; e quando você faz o contrário, ele lhe cabueta [denuncia], aí você vai ter que *obrigatoriamente* tirar a vida de uma pessoa”.

No mais das vezes, como supracitado, essa figura de herói da comunidade é autoconstruída em apenas um dos polos relacionais, ou seja, o lado dos agentes criminais, principalmente reforçada por estes quando contam, aos arroubos histriônicos, estórias que se propõem como fantásticas, em que atuaram como mediadores morais dentro de uma sociabilidade criminosa. “O bandido protetor, por mais um desses paradoxos do Brasil de hoje, garante a ordem social e faz a justiça, obrigando muitas vezes os pequenos ladrões a devolverem os objetos furtados a seus donos, vizinhos e trabalhadores” (Zaluar, 1994[1985], p. 148). Raposão pavoneia-se ao detalhar um desses casos:

O cara roubou agora há dois dias atrás um ônibus, Oliveira Paiva/Papicu/Parangaba, né? E entrou com o ônibus lá na [localidade], aí correu e se escondeu na casa de um cara que a gente já tinha brechado no crime também, porque é piranguero. Aí a gente saiu catando, catando, pulando quintal, aí acho o menino. Como tinha sido a primeira vez que eu falei pra ele não fazer aquilo, a gente deu a ele a oportunidade de viver, mas mandamo ele devolver tudo que ele tinha roubado. Tudo. O cara saiu aqui na moto, foi pegar o ônibus lá perto do terminal da Parangaba, fez o ônibus voltar pra [localidade], e perguntei: o que foi subtraído da população do ônibus aí? ‘Foi só nove celular’. Eu vim com um pacote de celular aqui e mostrei, quem é os dono e saí dando... aí falei pra ele não pisar mais lá, se ele pisar lá, aí ele já tá passando por cima da palavra do Comando Vermelho, que tá acima de qualquer membro, entendeu?

O caso relatado, empiricamente confirmado após entrevistas com outros “bandidos” da área, inclusive de grupos rivais ao de Raposão, não pode ser lido apressadamente tão-somente como uma benevolência gratuita aos passageiros do ônibus. A moralidade criminal é ambigualmente flutuante, não se dociliza diante dos ordenamentos e injunções jurídicas estabelecidas tampouco obedece a um padrão assentado na garantia dos direitos e da dignidade humana. Se por um lado não se pode negligenciar a ação “generosa” dos bandidos nesse evento, de outro é importante tentar perceber todas as intencionalidades contextuais que ela envolve. A ação, primeiramente, evitou que a polícia fosse acionada e ocupasse ostensivamente o território, diminuindo os lucros do tráfico ao transacionar *mercadorias políticas* (Misse, 2011[2006]). Outra perspectiva é que, ao recuperar os objetos roubados e devolvê-los às vítimas, os bandidos dessa facção amealharam recursos de poder simbólico junto à sua comunidade, uma vez que, apesar de não terem sido os moradores locais os beneficiados diretos pela ação, mostraram à vizinhança que ali, naquele território, ninguém pode roubar ou infringir determinadas regras morais, e quem as cometer sofrerá severas punições. Representativamente, os bandidos jogam com os desejos libidinais de proteção e segurança que estas comunidades – situadas em meio ao fogo cruzado de uma guerra faccional – manifestam.

De forma indireta, diante de um aparelho estatal (policial e judiciário) que as generaliza como perigosas e, por isso, as sujeita a um controle social violento e ostensivo, essas populações – se não explicitamente, lá no fundo do inconsciente – nutrem, quando caminha ao encontro dos seus próprios interesses, uma “secreta admiração” (Benjamin, 1986[1921]) por esses personagens criminais, mormente pelos bandidos “de resposta”, pois eles corajosamente arrostando esse monopólio de poder e violência reivindicado como legítimo pelas agências do estatismo:

Quantas vezes a figura do ‘grande’ bandido não suscitou secreta admiração do povo, por mais repugnante que tenham sido seus fins? Isso é possível não por causa de seus feitos, mas apenas por causa do poder que se manifesta nesses feitos. Nesses casos, portanto, o poder – que o direito atual procura retirar do indivíduo em todas as áreas de atuação – se manifesta realmente como ameaça (Benjamin, 1986[1921], pp. 162-163).

Diria que nessa “secreta admiração” há uma pitada saborosa de vingança, algo como uma dignidade restituída, um fagocitismo simbólico contra a ordem estatal.

Os bandidos “de resposta” geralmente são aqueles com longa carreira na criminalidade violenta e lançam mão de um código moral que tem como premissa basilar o

respeito aos moradores da comunidade onde vivem. Na contramão, está o bandido “vacilão”, “mosca de boi”, geralmente o iniciante, muito jovem, menor de idade, que afeito à impulsividade etária, desrespeita esses signos relacionais de comportamento e conduta face aos pares favelados.

Dessa maneira, essas disposições emocionais, psíquicas e materiais que empurram bandidos e trabalhadores para um mesmo universo simbólico é uma força de atração possante, invisível e incalculável, que os mantém amalgamados para além de suas estéreis tentativas discursivas de clivagem. Essas categorias (trabalhador e bandido) são férteis para abrir janelas heurísticas de compreensão e análise, mas são apenas tipos-ideais, ou seja, não podem funcionar como teleologias explicativas. Na realidade empírica, na existência ordinária e nas práticas microbianas dos agentes, elas não se discernem nitidamente, estão sempre se entrecruzando e comutando numa dimensão quase simbiótica.

3 O SISTEMA DE RELAÇÕES SOCIAIS DO CRIME

A associação causal entre pobreza e crime já foi amplamente deslegitimada por diversos trabalhos socioantropológicos brasileiros, como os de Alba Zaluar (1994[1985]), Antônio Rafael Barbosa (1998) e Michel Misse (2011[2006]), somente para ficar em alguns dos que mais insistiram nessa desconstrução. Michel Foucault (2013a[1975]) ainda antes destes textos denunciava o “mito das classes perigosas” trazido à tona entre as teorias penais da França do século XVIII. O que estes e outros autores e autoras ensinaram é que, *a priori*, não há uma classe social ou tipos sociais que são mais criminosos do que outros. Como acreditar que crime e pobreza tem relação de causalidade direta se a maioria dos agentes moradores das periferias brasileiras não encampam atividades criminais?

A “sociodinâmica da estigmatização” (Elias e Scotson, 2000[1965]) que associa diretamente pobreza e violência – como se as favelas fossem territórios criminogênicos, que produzem inatamente o crime – tem uma funcionalidade estratégica e objetiva: ela é uma essencialização operada com o fito de controlar socialmente determinados setores sociais. Goffman vai ao encontro desta análise ao sublinhar que “a estigmatização daqueles que têm maus antecedentes morais pode, nitidamente, funcionar como um meio de controle social formal” (2013[1963], pp. 149-150). Nesse ponto analítico, Goffman dialoga com o conceito de *sujeição criminal* de Michel Misse. A sujeição criminal é uma incriminação preventiva que considera o crime como parte da “essência” do agente: “a sujeição criminal [...] está estabilizada institucionalmente no Código Penal, nas instituições de controle social e nas práticas mais variadas de contenção desse indivíduo que é tomado como a ‘subjetivação do crime’” (Misse, 2012, p. 34). Penso que estas colocações teóricas estabelecem dialogia com a “antropologia das margens” de Veena Das e Deborah Poole (2004); as autoras pontuam que as franjas periféricas das cidades são imprescindíveis às políticas que sustentam o *modus operandi* do Estado.

Neste contexto de uma sociodinâmica da estigmatização grassa o lugar-comum que tenta reificar em uma única expressão – “violência urbana” – toda a polissemia das diversas violências físicas e simbólicas que campeiam na sociedade brasileira. A elaboração semântica “violência urbana” não é neutra tampouco inócua às construções semióticas que as pessoas fazem das conceituações e categorias que lhes são impostas. Machado da Silva sublinha que esta representação “aponta aos agentes modelos mais ou menos obrigatórios de conduta, contendo, portanto, uma dimensão prático-normativa institucionalizada” (2004, p. 58). Para este autor, esse esquema explicativo enquadra os comportamentos dos agentes como

se estes fossem considerados integrados ou não ajustados ao “sistema” de acordo como acedem ou refutam as injunções normativas, o que justificaria as políticas intervencionistas e “corretivas” do Estado. Gabriel Feltran endossa a perspectiva machadiana ao afirmar que:

O dispositivo da ‘violência urbana’ faz com que o ‘crime’ seja reduzido ao ato violento, cometido por tão somente uma raça (aquela construída pela racialização dos pobres), definida agora com base na estética dos jovens das periferias. [...] Se a imensa maioria dos jovens de periferia não está “no crime”, e se a imensa maioria dos que está no “crime” não comete crimes violentos, é, da mesma forma, essa minúscula parcela criminal e violenta a que representará toda a periferia quando se toma a ‘violência urbana’ como grade de inteligibilidade (2014, p. 502).

Destarte, percebe-se que há diversos componentes e dimensões do senso comum e do discurso público que são acionadas para que haja uma associação causal entre pobreza e violência. A última construção da *doxa* nesse sentido, reforçada pelas agências de produção simbólica da realidade, foi a disseminação do termo “violência urbana” como sinônimo reificado de estereótipos que tratam as favelas como espaços sociais criminogênicos⁸⁶ e seus agentes como violentos e perigosos. Se o crime não é inerente a nenhuma classe, o que ocorre é que os aparelhos judiciais que reagem ao crime escolhem certos tipos de artigos penais e de agentes para imputar a incriminação; ademais, determinados tipos de crime recebem maior reação moral e social que outros, por empregarem geralmente recursos violentos, mormente devido à limitação social de seus agentes para se valerem de crimes *white collar*, estes operados exclusivamente pelas classes detentoras de maiores fontes de capitais simbólicos: “Uma hipótese razoável poderia detectar [...] uma taxa de incidência criminal *proporcional em todas as classes*, mas com maior visibilidade nas classes pobres do que as ações criminais de agentes que provêm das camadas sociais médias e das classes dominantes” (Misse, 2011[2006], p. 27, grifos do original).

Desse modo, é portanto às práticas e métodos intrínsecos à criminalidade das classes pauperizadas que os “ecos da violência” (Freitas, 2003) – tendo o medo social como carro-chefe – respondem e estão direcionados; e é em correlação com esse medo que as políticas públicas de segurança e cidadania são forjadas. É a partir dessa subjetividade coletiva que reclama intervenções do estatismo para “conter a violência” que políticas como as da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), implantadas no final da década passada no Rio de Janeiro e “exportadas” para outros estados, são glorificadas como projetos salvacionistas

⁸⁶ Na sua pesquisa etnográfica realizada no bairro Aerolândia, em Fortaleza, Clodomir Matos Júnior (2008) sublinha que as ações estratégicas da polícia são pensadas a partir de uma *ecologia do crime*, como se naturalmente ocorresse um ambiente propício às ações criminais em determinados territórios da cidade.

de “combate ao crime”. O que as UPPs, que hoje estão em processo de decadência e desinvestimento, tentavam eclipsar era uma estratégia de controle social etnocêntrica, alicerçada numa narrativa que reivindicava garantir o “Estado de direito” nas comunidades ocupadas, mas que não dialogava com as práticas culturais dos agentes favelados. Em recente estudo, Antonio Rafael Barbosa descortina essa política, pontuando que ela “s’agit d’imposer un ‘surcode’ (juridique, finalement) sur les codes (culturels) locaux. D’où l’énorme résistance que le projet des UPP a rencontré dans la population visée par cette politique de sécurité” (2016, n.p.).

Novamente vale a menção à “antropologia das margens” proposta por Das e Poole (2004), que explicita justamente esse jogo de gestão do controle que o Estado encampa ao privilegiar como *loci* de intervenção estratégica não os centros comerciais e financeiros, mas as suas margens como sua *raison d’être*. São as injunções e efeitos próprios desse controle social das margens que retroalimentam as práticas governamentais e, como representações subjetivas objetificadas nas estruturas mentais, oferecem um sentido coletivo comum de serventia e legitimação das coerções estatais.

3.1. Sistema de relações sociais do crime: Linha de fuga teórico-empírica às reificações da *doxa* e do senso comum douto

Quando se pensa em “mundo do crime” ou “universo do crime” ou apenas “o crime”, o que mecanicamente vem às cabeças? Quase sem exceção, surgem imagens mentais de agentes da criminalidade favelada empunhando fuzis; posicionando-se estrategicamente em morros e vielas labirínticas de alguma periferia brasileira para defender seus territórios e bocadas; disparando tiros contra a polícia e grupos rivais; transacionando armas e drogas; assaltando transeuntes, veículos, estabelecimentos comerciais, residências particulares... Toda uma estética cinematográfica lugar-comum à *la Cidade de Deus* ou *Tropa de Elite* entra em cena e produz símbolos contra as classes populares – que passam a ser vistas como “classes perigosas” – a partir de expressões aparentemente anódinas: “mundo do crime” e seus correlatos, como por exemplo “violência urbana”.

E se abandonássemos a expressão “mundo do crime” ao analisar esse objeto de estudo? E se, assim como se problematizaram as interpretações semióticas de “violência urbana”, se fizesse o mesmo com “mundo do crime”? E se pontuássemos que essa expressão tem mais colaborado para reificar a criminalidade em certos tipos sociais do que qualquer outro efeito? Não há um “mundo do crime”, ainda que os próprios agentes da criminalidade

das favelas falem como se este “mundo” tivesse vida própria, fosse uma entidade à parte, um cosmo em suspensão, mas no qual eles estão inseridos. Na verdade, o que existe na organização societal do Brasil é um *sistema de relações sociais do crime*: dotado de um *nomos*, uma racionalidade objetiva, ele se constitui enquanto um complexo reticular preñado de ramificações e capilaridades que nascem nos agenciamentos situacionais encampados em infundáveis contextos configuracionais, atravessando todos os segmentos socioeconômicos, dos mais vulneráveis aos muito privilegiados.

O *sistema de relações sociais do crime* tem injunções de duplo vínculo (Bateson, 2000[1972]. Ao tempo em que ele é rizomático, no sentido empregado por Deleuze e Guattari (1995a[1980]), e então surge como erva daninha em qualquer território ou lugar moral, ele também é arborescente, uma vez que tem no estatismo e nas agências empresariais hegemônicas não apenas suas raízes, mas as copas de suas árvores, onde aquelas (agências estatais e organizações privadas) aninham-se e reproduzem-se, e assim lutam para manter seus lugares atávicos de prestígio e poder. Há uma tessitura reticular na qual os agentes pobres que encampam a criminalidade na favela e os “empresários” e “políticos” envolvidos em crimes de “colarinho branco” estão enredados, mas fundamentalmente em condições bastante dessemelhantes no que concerne aos métodos, instrumentos e tecnologias para desenvolver suas práticas criminais, uma vez que aos agentes pobres “mais restrita será a escala de opções na conexão entre fins, acesso aos meios e risco, e maior será a probabilidade que lhe restem riscos maiores, meios mais violentos e fins limitados por recursos em círculo vicioso” (Misse, 2011[2006], p. 24).

Nesse sistema relacional duplamente vinculado, se de um lado há antidisciplina (em alguns dos agenciamentos da criminalidade das favelas), de outro há hierarquia (nas próprias interrelações endógenas à criminalidade pobre e desta em relação ao estatismo e às organizações privadas mafiosas). O sistema de relações sociais do crime percorre um circuito de trocas assimétricas e injunções coercitivas que tanto pode iniciar nas favelas e alcançar as mais elevadas instâncias estatais e empresariais, mas via de regra a trajetória é inversa: é um caminho piramidal pensado em termos dominantes de cima para baixo. Dialogando com Foote Whyte, diria que “‘peixes graúdos’, os intermediários e os ‘peixes miúdos’ constituem uma hierarquia de relações pessoais baseadas num sistema de obrigações recíprocas” (2005[1943], p. 275).

Esse “sistema relacional” opera homologamente à estrutura objetiva na qual se insere; na verdade, ele é o próprio funcionamento geral da ordem: os agentes com maiores recursos de poder simbólico – que dominam com exclusividade uma criminalidade de fraudes

milionárias – estão no topo dessa arborescência, enquanto aqueles com menores recursos materiais e fontes de poder são acionados como “linhas de frente” e bodes-expiatórios nessas relações piramidais, por meio de políticas públicas – como as da “guerra às drogas”, da militarização ostensiva, do encarceramento em massa etc. – bem como por negociatas privadas entre empresários, setores do Estado e agentes criminais faccionados nas periferias e, principalmente, em presídios. Logo, o esquema direito-polícia-prisão-mídia-delinquência é a razão de existir do *sistema de relações sociais do crime*.

Ao trazer à baila o conceito de *sistema de relações sociais do crime* pretendo desnaturalizar a reificação do fenômeno “crime” em apenas um lugar moral da rede societal, dando-lhe um caráter processual e de *continuum* reticular. O sistema de relações sociais do crime é uma proposição teórico-empírica que busca estabelecer uma implicação inescapável entre a criminalidade pobre, a de colarinho-branco e o *modus operandi* do estatismo. Vou desenhar um exemplo basilar: ao se analisar o tráfico varejista que ocorre nas favelas brasileiras, o *sistema de relações sociais do crime* incita por correlato a se pensar na mesma medida acerca das políticas estatais proibicionistas para substâncias psicoativas, a chamada “guerra às drogas”, que tem como efeito mais devastador o aprisionamento massivo de centenas de milhares de jovens varejistas ilegais das classes populares⁸⁷. Como já nos ensinou Foucault (2013a[1975]; 2013b[1981]), há uma função social nesse encarceramento, e esta funcionalidade não se apresenta sob uma perspectiva humanitária, mas econômica e de controle. Assim, mostra-se incontornável pensar o tráfico de drogas varejista nas comunidades pauperizadas sem associar sua relação direta com o funcionamento coercitivo do estatismo. Quero dizer, portanto, que há uma anuência cínica das agências estatais com o tráfico varejista porque o estatismo precisa dessa complacência para operar seus jogos econômicos e sua semiótica do poder, embora na oratória das autoridades públicas haja uma verborragia que tergiversa para encobrir esse cinismo hipócrita.

James Scott (2003[1990]) sublinhou que grande parte do poder dos grupos dominantes reside exatamente na capacidade de imposição de um discurso público que muitas vezes oculta e dissimula acerca dos seus reais interesses. Dialogando com Scott, Guy Debord ressalta que o discurso da sociedade espetacular, no qual reina a mentira inconsequente, não abre brechas para ser refutado. A narrativa dominante faz calar tudo o que não lhe é

⁸⁷ De acordo com o delegado da polícia civil do Rio de Janeiro e pesquisador, Orlando Zaccone D’Ellia Filho, “o atual modelo bélico de repressão às substâncias psicoativas proibidas cumpre assim uma função: o encarceramento das populações excluídas do mercado consumidor. Tal processo é desencadeado pelas agências executivas do sistema penal, onde se inclui a polícia, o Ministério Público, o Poder Judiciário, o sistema penitenciário, e mesmo os veículos de comunicação” (2015[2007], p. 130).

conveniente. Para Debord, o espetáculo fez triunfar tudo o que é secreto: “O segredo domina este mundo, antes de tudo como segredo da dominação” (1997[1967], p. 214)⁸⁸. Coadunando com estas ideias, Deleuze e Guattari (1995b[1980]) advertem que o discurso hegemônico, que eles chamam de “palavra de ordem”, não existe para que se acredite nele, mas para que seja cegamente obedecido.

Noutra leitura desse sistema de relações, ao se observar o tráfico varejista das favelas, também implica analisar os grandes “barões das drogas”, estes pertencentes às elites socioeconômicas que lavam anualmente centenas de bilhões de dólares desse comércio ilícito no sistema financeiro de paraísos fiscais (Zaccone, 2015[2007]) e também de megalópoles mundiais como Nova Iorque e Londres (Saviano, 2014[2013]). Quero pontuar que há um fio reticular que liga: (i). a comemoração com fogos de artifício, churrasco, cerveja e futebol quando da chegada de drogas e armas na favela; (ii). aos jantares em mansões luxuosas regados a *Veuve Clicquot*, caviar, *foie gras* e charutos cubanos, onde se comemora o sucesso nos “negócios” ilícitos do mercado mundial de drogas, posto que “a atual política criminal de ‘combate’ às drogas, longe de eliminar o comércio de substâncias consideradas entorpecentes, acaba por reforçar e concentrar o grande negócio do tráfico nas mãos dos grandes grupos econômicos e financeiros” (D’Ellia Filho, 2015[2007], p. 25).

Em conversa com Camaleão, 31 anos, que trabalha com o comércio de drogas no GTN, ele ajuda a ilustrar com precisão a análise: “Eu sou avião. Bote aí que eu sou avião [diz ele, apontando para o diário de campo]. Sou traficante não. Traficante é aquele que nem pega na droga”. É justamente sob esse contexto que Antonio Rafael Barbosa (2016) afirma que não existe um “tráfico de drogas” operado *unicamente* pelos varejistas das camadas populares, reificados sob a pecha de “crime organizado”. Segundo este autor, esses muitos tráficos são redes segmentárias que se conectam:

Le commerce des drogues à Rio fonctionne en réseaux (segmentés) qui se connectent entre eux. Il n'existe pas un “trafic de drogue” au sens où le répètent les discours médiatiques qui alimentent un état d'urgence social sur le “crime organisé”. Schématiquement, trois grands réseaux recouvrent la ville: celui du commerce de détail des drogues dans les communautés pauvres; celui qui se pratique dans les rues et ne passe pas par les *favelas*; celui qui utilise les ports et les aéroports pour fournir les marchés de consommateurs étrangers. Ils comportent plusieurs points de contact [...] (Barbosa, 2016, n.p.).

⁸⁸ Ainda de acordo com Debord, uma das funções inerentes à ordem é cortinar o seu funcionamento, se valendo de suas “agências da organização do silêncio”, posto que “o espetáculo organiza com habilidade a ignorância do que acontece e, logo a seguir, o esquecimento do que, apesar de tudo, conseguiu ser conhecido. O mais importante é o mais oculto” (1997[1967], p. 177).

O tráfico de drogas internacional, este escoado pelos portos e aeroportos em todo o planeta, é provavelmente a atividade mais lucrativa do mundo. No livro *Zero, Zero, Zero*, referência à farinha de trigo mais pura da Itália e uma alusão óbvia ao pó da cocaína, o escritor Roberto Saviano (2014[2013]), autor de *Gomorra*, no qual detalha o *modus operandi* da máfia napolitana, que o faz viver há quase uma década sob forte vigilância em endereço desconhecido, diz que um quilo de coca pura sai por 1,5 mil dólares da Colômbia, país que produz a droga, e chega a custar até 77 mil dólares no Reino Unido, uma valorização de mais de cinquenta vezes. Segundo Saviano, Nova Iorque e Londres são hoje as duas maiores lavanderias do mundo, atuando com complexos sistemas de lavagem de dinheiro, que envolvem compra de ações, empréstimos interbancários, emissão de títulos eletrônicos, entre outras modalidades do ramo financeiro. Ou seja, se impõe como axioma que os lucros mais vultosos do tráfico de drogas não estão nas favelas, mas nas veias irrigadas a dinheiro sujo do sistema financeiro internacional, por onde transita uma desenvolvida e diversificada economia da corrupção. Já analisei esse enredamento entre Estado e máfia numa reportagem:

Não obstante o fracasso no discurso, há muitos interesses poderosos envolvidos na chamada “guerra às drogas”. Países inteiros estão sob a influência dos grandes narcotraficantes. É uma falsa dicotomia tentar opor o Estado às grandes máfias de drogas. Não são rivais, pelo contrário, estão muito bem situados, são cúmplices, se locupletam o tempo todo, ao ponto das máfias de drogas e armas assumirem grande importância nos setores burocrático, governamental, imobiliário, nos bancos, nos negócios do Estado, na alta política, e nas indústrias do entretenimento *espetacular*: televisão, cinema, internet, jornais, revistas (Pires, 2015a, p. 10).

Em janeiro de 1988, no auge de seu poderio, mas também de sua demonização pela mídia, pela opinião pública e pelas agências do estatismo, os cartéis de drogas colombianos, num rompante de extrema sinceridade, publicaram um comunicado no qual sublinhavam que não eram a única organização criminoso do país: “Nós não pertencemos à máfia burocrática e política, nem à dos banqueiros e financistas, nem à dos milionários, nem à dos altíssimos contratos fraudulentos, nem à dos monopólios ou à do petróleo, nem à dos grandes meios de comunicação” (Debord, 1997, p. 217). Considero que a maior pretensão monopólica do Estado não é a da violência em si mesma, mas a da atividade mafiosa, com seus gradientes violentos intrínsecos. A máfia estatista está incrustada em todas as searas, instâncias e departamentos do Estado-nação contemporâneo. Este somente funciona porque é alimentado por sua máfia interna que estabelece relações com as atividades mafiosas exógenas, perfazendo um circuito estatal-empresarial. A burocracia estatal é o sangue por meio do qual a máfia se espalha feito metástase em todos os órgãos do estatismo.

Analisando a esfera criminal em seu estudo sobre a pistolagem nos sertões nordestinos, César Barreira (1998) verificou que há criminosos implacáveis, mandantes de assassinatos de desafetos, entre latifundiários, empresários, industriais e políticos cearenses. Nesses tipos de ações criminosas, há uma notável desigualdade de capitais simbólicos entre quem encomenda o crime e quem o executa. Estes agentes estão conectados pelo *sistema de relações sociais do crime*, mas aos primeiros cabe a descrição, o anonimato, e a insuspeição generalizada, ao passo que a força punitiva das leis seleciona apenas os “pistoleiros” para sofrerem as consequências penais. Desse modo, queda evidente que a atividade criminal não é exclusiva a nenhum setor social, ela se esparrama indistintamente entre diversos grupos, territórios e regiões morais, mas que, atuando como racionalidade objetiva e instrumental, há um “sistema” que opera lutas sociais por poder e privilégios, conservando assim as assimetrias materiais e de representação entre os agentes e seus respectivos segmentos sociais.

Vou contar um caso emblemático que exemplifica as dissimetrias piramidais do *sistema de relações sociais do crime*. Pango, traficante de armas e drogas e “patrão” de um território do GTN, foi “convidado” para realizar um roubo de cargas, avaliadas entre 500 mil e um milhão de reais. Sua missão era montar uma equipe de ladrões, e financiar os carros e as armas para o evento. Um caminhão já “copiado” seria interceptado em um local estrategicamente favorável à ação e toda sua carga surrupiada. Os “ladrões” que trabalhariam nessa empreitada para Pango são seus “funcionários”, subordinados econômica e simbolicamente à sua liderança. Mas a escada hierárquica desse roubo não finda em Pango. Na verdade, ele está na base desse jogo de troca de favores recíprocos e interpessoais. O convite para Pango veio de empresários sócios de um lava-jato na Cidade dos Funcionários, bairro classe-mediano vizinho ao GTN. Pergunto-lhe sobre essa modalidade de roubo.

Dá dinheiro... e tem uns cara que já é vivido nisso, e já é de muito tempo... conheço os cara! Tu é doido, os cara empresário, bichão mesmo, que tem [faz o gesto clássico do dinheiro: dedo médio esfregando no polegar]. Ninguém nem imagina. Bichão mesmo! Eu quero que tu veja os cara mah!

[Mora nas Aldeota, Meireles? – cito dois bairros das elites econômicas da cidade] Por ali. Beira-Mar, Parque Del Sol, tudo...

[E como é que tu teve contato com eles?]

Eles viram o pivete aqui, que é correria meu, aí ele citou meu nome.. aí eles disseram “macho, eu conheço esse cara, já ouvi falar muito dele, traz esse cara aí, ele comanda lá, né... pra ver se ele tem uma equipe boa”. Aí eu fui lá né...

[Foi lá aonde?]

Ali num escritório deles, num lava-jato que eles têm ali.

[Na Cidade dos Funcionários?]

Na Cidade dos Funcionários. Aí nós fomos lá e conversamos lá no escritório dele. Tu é doido, mah, eles quebraram foi as Casas Bahia... de roubo de muito mah...

[Então tem um informante dentro das Casas Bahia, né?]

Tem... e tem carga de fora também. E eles já têm comprador, *pra outros mais bichão do que eles. Eu já roubo pra eles, e eles já têm um comprador mais alto do que eles*, aí eles manda minha comissão. Eu também num pergunto quem é, mas o negócio deles lá é de ganhar muito dinheiro.

Pango, momentaneamente, declinou do convite. “Quis não, porque tu tem que tá focado ali naquilo, e é muita coisa pra mim resolver mah, e eu botei os menino [para resolver], mas os menino num deram de conta não... eu tenho que tá na frente, aí eu me saí mais, [mas] num deixei quieto não, é só por enquanto”. Nesse episódio, exemplificado sinteticamente nas falas “*eu já roubo pra eles, e eles já têm um comprador mais alto do que eles*”, que é “*mais bichão do que eles*”, podemos perceber como um evento aparentemente encampado de maneira exclusiva por agentes de um setor socioeconômico envolve cinco patamares distintos na escala do sistema de relações sociais do crime: i. Os “ladrões” de Pango estão na base do sistema, são os “linhas de frente”, os bodes-expiatórios, aqueles que, pelos contextos situacionais, precisam recorrer aos métodos mais violentos e por isso estão expostos aos maiores perigos de um possível enfrentamento com os aparatos policiais, bem como, inversamente proporcional aos riscos intrínsecos de sua atividade, são os que amealham as menores quantias do lucro do roubo; ii. Pango vem logo em seguida nessa cadeia hierárquica, já que materialmente financiaria os carros e as armas para a empreitada e simbolicamente carrega a áurea de “patrão” da localidade, mas está submetido aos demais planejadores do assalto; iii. acima de Pango nesse gradiente escalonado está a “fonte” de dentro da empresa que será roubada, que forneceu aos empresários os detalhes do volume das cargas, horários e datas em que elas estariam em trânsito; iv. na sequência dessa escada criminal, estão os empresários donos do lava-jato, que convidaram Pango para uma conversa aos cochavos em seu escritório já com as informações repassadas por seu “informante”; v. o “comprador mais alto do que eles”, nesse contexto, é supostamente o topo dessa pirâmide criminal. A ele, que sequer aparece anteriormente em toda a transação, são destinadas as mais vultosas montas do lucro obtido.

É provável – infiro como hipótese – que esse comprador “mais bichão do que eles” estabeleça negócios com os altos setores do Estado nas formas “legais” de parcerias público-privadas, bem como na ilegalidade da economia da corrupção (contratos fraudulentos, obras superfaturadas, sonegação de impostos, evasões fiscais etc.). O evento que me foi narrado por Pango somente ocorre porque funciona como pano de fundo a engrenagem do *sistema de relações sociais do crime*, esse complexo que conecta uma rede de agentes que, não fosse pelas atividades criminais, muito provavelmente não estabeleceriam interações

peçoais: “Nem são apenas os jovens pobres que transgridem as leis. Seus crimes dificilmente existiriam, na escala que os caracteriza, não fosse a ação dos criminosos de colarinho branco” (Athayde *et al.*, 2005, p. 124).

Sendo esse fenômeno reticular um “sistema”, ele portanto está passível às injunções contínuas de qualquer sistema social, ou seja, a tensões, contradições, rupturas, mudanças, transformações, fluxos, etc. visto que não é uma configuração a-histórica. Suas regularidades e padrões estão sempre, paradoxalmente, abrindo espaço às irregularidades sistêmicas e infinitas dos agenciamentos. Cada variável possibilita a criação de um novo agenciamento, gerando um conflito permanente no sistema entre estados de conservação e de renovação.

Todavia, certos sistemas sociais logram relativa estabilidade funcional não obstante os conflitos e distúrbios endógenos a que estão continuamente expostos. Eis aqui, talvez, a caixa de pandora do mecanismo de dominação do *sistema de relações sociais do crime*. Seria este um “sistema social repetitivo”? De acordo com Max Gluckman (2010[1958]), o sistema social repetitivo seria aquele no qual há uma resolução integral dos conflitos e a cooperação é inteiramente obtida dentro da configuração. Percebe-se que o autor construiu um tipo-ideal analítico de sistema social que não tem aplicação concreta em qualquer realidade empiricamente observada, uma vez que é inverossímil uma estrutura em que os conflitos são resolvidos em sua totalidade e a cooperação, por sua vez, é atingida em absoluto. A repetição ou mimese, à minha ótica, ainda que pareça hegemônica e intransponível, está imiscuída em um mais abrangente e complexo sistema social em transformação e mudança. Ainda segundo o antropólogo, mesmo que ocorram trocas de cargos e posições entre os membros dos grupos, estas vicissitudes não alteram o padrão do sistema.

Em contraposição, Gluckman propôs um modelo antinômico ao repetitivo: o “sistema social em transformação”, no qual os conflitos seriam solucionados parcial ou inteiramente e a cooperação entre os agentes também se daria de modo integral ou apenas parcial. Para o autor, neste sistema, as relações sociais têm dois aspectos dicotômicos: um de divisão, que tende a segregar e divergir; e outro de fusão, cuja função é conciliar interesses afins. “Divisão e fusão não estão presentes somente nas histórias dos grupos e relações específicas, mas são inerentes à natureza de uma estrutura social” (*ibid.*, p. 315). Nesse sentido, portanto, causalidade e consequência não são duas *substâncias* antagônicas, encadeadas sequencialmente na estrutura social, mas duas configurações interdependentes e entremeadas de um mesmo *continuum* processual. Ocorrem amiúde concomitantemente, em

uma relação eivada de indiscernibilidade. Gregory Bateson, na mesma toada, assevera que um tecido cultural é “uma rede complicada de causa e efeito, entrelaçados” (2008[1936], p. 71).

O problema da clivagem teórica de Gluckman, ao meu ver, é que ela, ao propor um “sistema social repetitivo”, ignora que os sistemas sociais, por mais que apresentem escalas dominantes de reprodução mecânica e conservação, jamais se configuram como totalmente repetitivos, uma vez que a repetição sempre contém resíduos de mudança e transformação, imperceptíveis às superfícies sociais. Desse modo, uma vez que as normas estruturais são conflitantes nas situações práticas da vida cotidiana, surgem os campos de força antagônicos, as disputas, as rupturas e as contradições dos sistemas sociais. Portanto, o conflito e a mudança são constituintes de qualquer sistema social. São estas tensões inerentes à estrutura que acionam os dispositivos históricos, psicológicos e sociais inerentes à transformação. Uma realidade social em estase ou em mera repetição é uma configuração que não tem validade empírica. Imaginar um sistema social tão-somente repetitivo é obliterar fundamentalmente sua historicidade.

Mas se o *sistema de relações sociais do crime* não é teleologicamente repetitivo, podemos propor problematizações que ancorem processos heurísticos: Quais as estratégias que são acionadas para tamanha margem de estabilidade hierárquica? De que maneiras e em quais circunstâncias são ativados os meios, instrumentos e tecnologias que lhe garantem conservação face às mudanças e transformações oriundas das tensões e contradições inerentes ao seu funcionamento? Sugiro que este possa ser um ponto de partida para refletir sobre o enigma da esfinge do sistema socioeconômico e cultural dominante. Para tal, partimos de dentro da barriga do ser mitológico, uma vez que já fomos devorados por ele.

3.2. Direito, polícia, prisão, mídia e produção social da delinquência: O delta reticular por onde escoia o *sistema de relações sociais do crime*

3.2.1. “O dinheiro fala mais alto, [com ele] se torna mais fácil de fazer justiça”: A violência do aparelho judiciário

Nenhum regime de signos talvez seja mais acionado pelos meios de produção simbólica da realidade nas sociedades contemporâneas do que aquele que constrói um pretenso e, por que não dizer, fantasmático “Estado de direito”. Essa expressão está onipresente nos discursos hegemônicos como um símbolo axiomático de bem-estar social, de ordem democrática e de garantia inquestionável dos direitos e da dignidade humana: uma

tentativa anacrônica de dialogar com os ideais iluministas de igualdade, liberdade e fraternidade. Esta tergiversação típico-ideal de uma suposta defesa do “Estado democrático de direito” abrange inclusive setores militantes de “esquerda” e populações marginalizadas, devido à sua notável eficácia subjetiva. Às escuras, ela esconde estrategicamente o arbítrio fundante das leis e a impossibilidade do direito romper com as dissimetrias de classe. Assim, o “Estado democrático de direito” estará sempre direcionado aos direitos dos segmentos dominantes. A garantia do Estado democrático de direito é uma fábula discursiva empreendida pelas ordens estatais hegemônicas, que não tem observância empírica na realidade social, principalmente quando analisadas em aplicação às populações estigmatizadas. As violações a estes direitos são, na maioria dos casos, operadas pelo próprio *modus operandi* do estatismo⁸⁹.

Nas conversas com os interlocutores no GTN, um pergunta recorrente que vinha à tona era sobre o que pensavam da “justiça”. Para a pesquisa, era fundamental tentar compreender de que forma os agentes das classes populares arrostam a semiologia dos poderes personificada no direito; em outras palavras, como os atores sociais da favela

⁸⁹ Henry David Thoreau (2013[1849]) enfatizava que tal configuração estatal é uma construção fictícia, que não tem existência real na prática. Ademais, os evocados direitos humanos *universais* são um produto seletivo da perspectiva ocidental, dos valores e experiências culturais do Ocidente, com irrisórias incorporações das idiossincrasias dos países orientais, menos ainda das culturas árabes e muçulmanas, quase que totalmente alijadas desse processo “inclusivo” e “humanitário”. Dessa forma, essa perspectiva de direitos humanos universais ou de Estado democrático de direito é verticalmente empurrada goela abaixo de muitas culturas cujos princípios garantidos na resolução da Organização das Nações Unidas (ONU) são antagonônicos. Stanley Tambiah (1996), nascido no Sri Lanka, no sul da Ásia, um destes países cujas práticas culturais diferem radicalmente, em muitos aspectos, daquelas agenciadas do lado ocidental, faz essa crítica: “One criticism leveled at the Western nations who represent themselves as the primary sources and backers of the concept of universal human rights, including the United States, is that they have not observed or implemented the norms themselves, especially in relation to women, minorities and foreign migrants, ‘indigenous people’, the poor, and the ‘underclass’. The Western ‘gate keepers’ are also criticized for applying the norms to other nations based on which are their allies and which their enemies, which favorable to their interests and which not. This accusation is irrefutable (p. 324). [Ademais, prossegue o autor,] It is asserted that the Universal Declaration of Human Rights (1948) and the subsequent elaborations, while claiming to be of universal significance and application, are really products of post-Enlightenment Western perspectives, value orientations, cultural preferences, and historical experiences, and that dressing them up and presenting them as of universal validity violates the experiences, insights, and valuations of non-Western cultural traditions and norms. It is also held these Western human rights charters are imperialist and hegemonic. There is a widespread perception that the present normative notion of universal human rights is in tension with the moral and cultural diversity in the world. We are thus faced with the apparent incompatibility of the two conceptions: the *universality of human rights*, on the one hand, and the *relativity in human rights*, on the other (p. 326, grifos do original). Dessa forma, a que “direito” o Estado de direito faz referência? O direito moderno, influenciado pelo positivismo, caracteriza-se pelo extremo formalismo técnico e lógico quanto à interpretação das normas jurídicas: uma engrenagem maquinal, que despersonaliza os indivíduos e, conseqüentemente, ao emancipar-se da ética e da moral, se movimenta ao sabor da racionalidade econômico-burocrática e dos fins de controle social. Nesse sentido, numa perspectiva weberiana, pode-se verificar que a igualdade formal do direito racionalizado assenta-se na violação da justiça material, uma vez que “o direito formalmente racional tende para o ‘mínimo ético’, ele tem verdadeira ojeriza a ‘toda tentativa de fundar o direito em um ideal de justiça’” (*apud* Vandenberghe, 2012[1997] pp. 323-324). Seguindo a lógica racional da justiça formalista, um Estado totalitário (ou de exceção), por exemplo, pode arvorar-se como “democrático de direito”.

vivenciam as idiossincrasias das normas jurídicas em suas práticas cotidianas. As respostas prontas de que não confiavam na justiça, ou de que ela é “falha”, ou “lenta”, se por um lado são lugares-comuns exaustivamente repetidos pela *doxa*, por outro demonstram que, nas suas leituras espontâneas e existenciais sobre a estrutura social, os moradores(as) não ignoram a face violentamente simbólica do aparelho judiciário.

Dona Albanisa, 48 anos, doméstica que não concluiu os estudos, reflete sobre as dissimetrias dos meios judiciários:

A justiça é falha! É muito lenta, as coisas acontecem e vêm acontecendo e a pessoa fica esperando pela justiça e se acaba em nada, bem dizer, né? É muito lenta!
 [A senhora já teve algum caso com a senhora, algum familiar ou amigo?]
 Tenho, é minha cunhada lá do interior. Ela é separada do marido, tem três filhos pequenos e lá é muito lento em caso de pensão, é horrível. Lá atrasa o tanto que quiser. A minha cunhada veve pra cima e pra baixo tentando, mas não cumprem a lei, a lei não é cumprida.
 [A senhora acha que pra justiça tem alguma diferença entre uma pessoa que tem dinheiro e uma que não tem?]
 Acho assim... que o dinheiro fala mais alto, se torna mais fácil de fazer justiça. Um pobre pode pagar por uma coisa que não deve, agora, se for um rico, paga aquela dividazinha que ele tem, aí num instante solta... é falha, muito falha a justiça. Tem que falar a verdade, né?

Em sua leitura espontânea, dona Albanisa percebe a violência do aparelho judiciário. A partir de uma perspectiva teórica, Walter Benjamin (1986[1921]) ressalta que há uma violência que funda o direito e outra que o conserva. Segundo o filósofo alemão, a violência tem duas funções primordiais: a primeira é a instituição do direito, e a segunda, sua manutenção: o direito, portanto, tem a pretensão de monopolizar o manejo do poder sobre os indivíduos, não para garantir os pressupostos jurídicos, mas para assegurar a sua particular razão de existir: “o poder, quando não está nas mãos do próprio direito, o ameaça, não pelos fins que possa almejar, mas pela sua própria existência fora da alçada do direito. [...] o direito considera o poder na mão do indivíduo um perigo de subversão da ordem judiciária” (*op.cit.*, p. 162). Ainda de acordo com Benjamin, ao se pensar uma crítica da violência deve-se fundamentalmente demonstrar suas relações inerentes com o direito e a justiça⁹⁰.

⁹⁰ Bebendo em Benjamin, Giorgio Agamben também analisa o direito como tendo “a violência como fato jurídico primordial [...] Neste sentido, a exceção é a forma originária do direito” (2004a[1995], p. 34). Caminhando pelas trilhas que levam à origem do conceito, Freud (2011[1930]) sustenta que os primeiros hominídeos que resolveram se organizar em grupos fundaram o direito. Para este autor, são os preceitos do tabu que constituem o primeiro “direito” da civilização humana. Também percorrendo veredas antiquíssimas para descobrir “a origem da desigualdade”, Rousseau (1997[1755]) pontua que a violência social nasce com o direito, pois este funda a tirania oficial, transmutando o poder legítimo em poder arbitrário. Para o filósofo suíço, a condição *sine qua non* da existência das instituições judiciárias é a arbitrariedade, pois os vícios que dão vida às instituições sociais são os mesmo que fazem inevitável o abuso. Émile Durkheim (2016[1887]) afirmava que o direito só existe na coação, ou seja, se não há coerção estrutural, não há direito, bem como quando a coação não

Em consonância com essas contextualizações, Bourdieu assevera que “o arbítrio e a usurpação estão na origem da lei” (2001[1997], p. 203). Para este autor, o direito se constitui enquanto um dos principais campos de manutenção da ordem simbólica, ou seja, do *status quo*, e a autoridade jurídica representa a forma por excelência da violência simbólica legitimada, cuja pretensão monopólica é exercida pelo Estado, e que, no limite, pode ser combinada com o exercício da força física. De acordo com o sociólogo francês, o direito só é reconhecido socialmente de maneira durável ao longo do tempo histórico porque sua parte arbitrária é ignorada, sorrateiramente escamoteada desde o princípio pelos segmentos dominantes que o fundaram. Segundo Bourdieu, em um processual jogo de lutas por privilégios na aurora da Idade Moderna, as autoridades do judiciário lograram assumir o papel social da antiga nobreza feudal para legitimarem-se como nobreza de Estado.

Como legítimos novos “nobres” do estatismo, as autoridades judiciárias impuseram então um teatralizado ritual do direito, no qual os tribunais não expressam a “voz” da sociedade, mas as palavras de ordem de uma categoria social sobre outra, pois a sintaxe das normas jurídicas “que se pretende universal é, por isso mesmo, inadequada; ela deve ser, se é para ser eficaz, o discurso de uma classe a outra, que não tem as mesmas ideias que ela, nem as mesmas palavras. [...] a lei e a justiça não hesitam em proclamar sua necessária dissimetria de classe” (Foucault, 2013a, pp. 261-262). Segundo este autor, a justiça não existe para punir todas as práticas ilegais, mas para ser um instrumento que encampe um controle diferencial dessas práticas, operando uma “gestão dos ilegalismos”, na qual algumas das ilegalidades das classes populares são as que sofrerão as imputações criminais das leis penais.

Pango parecia saber muito bem disso, mesmo sem nunca ter lido o filósofo francês: “Tendo dinheiro tu num vai preso não. Tu compra todo mundo: juiz, desembargador, promotor”. E por que o Cassaco não está solto?, pergunto-lhe, me referindo a um dos maiores traficantes do Ceará, preso em um presídio federal no Paraná. “Porque o nome dele é muito polêmico. Porque dinheiro ele tem. E tem muito. Porque se ele quiser se soltar e comprar todo mundo, a imprensa cai em cima. É mais pela imprensa que ele tá preso. Porque se fosse pela justiça ele já tava solto”. De fato, Cassaco foi solto meses posteriores a essa entrevista após conseguir um *habeas corpus*, mas pouco tempo depois foi assassinado.

Raposão foi outro agente criminal que nas falas deixava transparecer um arraigado desprezo pelo aparato judiciário, uma profunda descrença no “estado democrático de direito”.

é bem desenvolvida o direito se mostra fragilizado. Dizia ele que “não somente a força é a companheira inseparável do direito, mas é da força que surge o direito. No início, o direito não era mais que a força limitando-se a si mesma em nome de seu próprio interesse” (*op.cit.*, p. 40).

Sua experiência vivencial como morador de periferia inculcou-lhe a percepção de uma justiça assimétrica, não acessível às populações faveladas, como se estas fossem indignas de serem atendidas em termos de garantia de direitos civis e sociais pela estrutura judiciária. São “corpos incircunscritos”, *loci* de punição e “lugar apropriado para que a autoridade se manifeste através da inflição da dor” (Caldeira, 2000, p. 370).

Penso que o pobre não recorre e não confia na justiça por saber, na sua vivência prática e micropolítica do mundo social, que a justiça não é constituída para ajudá-lo, mas para realizar nenhuma outra coisa senão normatizá-lo e enquadrá-lo de acordo com as conveniências objetivas para a manutenção eterna da ordem dominante. Para usar um termo bourdieusiano, diria que há uma “sociologia espontânea” nessa leitura avaliativa que as classes populares fazem da realidade social no que diz respeito à sua relação com a justiça. Por exemplo: se por um lado os “trabalhadores” não denunciam as bocadas que amiúde funcionam às escâncaras nas suas ruas ou nas vizinhanças por medo de represálias dos agentes criminais, de outra perspectiva pode-se pensar que esta complacência com o tráfico varejista indica também um medo receoso e um desinvestimento subjetivo em acionar determinadas instâncias jurídicas, bem como, e na mesma medida, uma certa desconfiança, um “pé atrás”, como se diz na linguagem popular, diante dos desdobramentos judiciais que sua conduta pode trazer a si; trocando em miúdos, o medo que os “trabalhadores” têm dos agentes criminais é igualmente proporcional à descrença numa suposta lisura e igualdade reivindicada pelos aparelhos ideológicos judiciários.

3.2.2. “O crime nunca vai acabar por causa da polícia”: O comércio de mercadorias políticas

Esse descrédito é justificado principalmente pela violenta (física e simbolicamente) relação das populações faveladas com a instituição do aparelho judiciário com a qual convivem localmente: a polícia. “A polícia ensinou que a justiça é sem valor”, canta o grupo paulista de *rap* RZO (2003). De acordo com Walter Benjamin (1986[1921]), a polícia é a única instituição do Estado moderno que carrega em si os mesmos dois tipos de violência intrínsecos ao direito: a violência que o funda e a que o conserva estão também presentes no mecanismo policial, pois “o militarismo é a compulsão para o uso generalizado da violência como um meio para os fins do Estado” (*op.cit.*, p. 164). Penso que é justamente neste sentido e em diálogo com a tese benjaminiana que Bourdieu afirma que “pelo mero fato

de existir, a polícia traz à lembrança a violência extralegal sobre a qual repousa a ordem legal” (2001[1997], p. 115).

Pergunto a dona Celina, 57 anos, moradora do GTN, se ela confia na polícia: “Rapaz, assim, com um pezim atrás, né? Lógico! [risos]”. Em conversa com outro morador, José Antônio, 28 anos, desempregado, questiono-o se ele tem medo da polícia: “Num tenho entre aspas, mas... como é que se diz, hein? Mas num confio, né”. Em geral, o discurso dos “trabalhadores” do GTN em relação à polícia se situa numa zona de indiscernibilidade entre a desconfiança, o medo e o desinvestimento subjetivo enquanto instância representativa de direitos e de cidadania. Mesmo pessoas que nunca se envolveram diretamente com atividades criminais nutrem esses sentimentos em relação à instituição porque muitas vezes um parente, filho, vizinho, cônjuge já foi vítima de abuso policial.

Em sua pesquisa etnográfica no Bom Jardim, bairro popular de Fortaleza, Luiz Fábio Paiva (2014[2007]) verificou questões afins. Segundo ele, os B.O(s). – boletins de ocorrência –, que são registrados nas delegacias para prestar queixas, denúncias, ou informar a perda, roubo ou o extravio de documentos, eram considerados pelos moradores como “boletins de otário”, tamanha a descrença generalizada da população na mediação policial para a resolução de conflitos ou para a solução de problemas relativos a direitos civis.

Penso que mediante processos de subjetivação-objetivação operados na prática cotidiana da vida local – uma sociologia espontânea, diria Bourdieu –, a classe trabalhadora infere, a partir de uma avaliação configuracional histórica, que a polícia está ali principalmente para controlá-la e, sob uma sociodinâmica da estigmatização, forjá-la como “classe perigosa”; ademais, percebe que há um enorme fosso de tratamento agenciado pelo aparelho policial entre ela, a classe trabalhadora, e os segmentos dominantes. Essa sociologia espontânea das populações periféricas vai ao encontro de estudos teóricos que demonstraram o papel central da polícia não como de repressão ao crime, mas de controle social dos pobres (Holloway, 1993)⁹¹.

No entanto, é importante salientar também que não foram poucas as vezes em que os “trabalhadores” e “trabalhadoras” do GTN deixaram escapar nas conversas um explícito apoio à truculência dos aparelhos militares contra os “bandidos”. Considero que nesse processo de adequação às formas de brutalidade e fomento à violência policial contra “criminosos” decanta uma assimilação da semiótica dominante, a linguagem que os meios de produção simbólica da realidade (escola, *mass media*, igreja, agências do estatismo etc.) os

⁹¹ Davi Bailey adverte que, de modo geral, “o poder da polícia parece responder mais às necessidades de segurança da elite do que do público em geral” (*apud* Barreira, 2008, p. 208).

ensinaram desde sempre a cultivar e reproduzir, pois “o poder produz; ele produz realidade; produz campos de objetos e rituais da verdade” (Foucault, 2013a[1975], p. 185). A “palavra de ordem” (Deleuze e Guattari, 1995b[1980]) funciona como narrativa de coação, ela existe para que a ela se obedeça. É difícil escapar à semiologia do poder, e na maioria das vezes quando se tenta dela fugir para criar um outro regime linguístico, os recursos sintáticos e os signos disponíveis são aqueles ofertados pela dominação hegemônica:

Caldeira (2000) sugere que o apoio popular aos abusos policiais se configura como um padrão cultural que associa ordem e autoridade ao uso incontestado da violência, uma vez que para parcela significativa da população a truculência, o uso da força e dos castigos físicos são autorizados coletivamente porque se revestem historicamente como parâmetros do “bom trabalho” da polícia, e dessa maneira o uso de técnicas extremamente violentas tornou-se um padrão legitimado socialmente do *modus operandi* policial no Brasil. Em sua pesquisa com as gangues juvenis de Fortaleza no final dos anos de 1990, Glória Diógenes (1998) demonstrou que as práticas policiais violentas empreendidas contra os bandos de jovens eram assentidas pela população em geral como úteis e eficazes, e justificadas pelo estatismo como método estratégico na gestão do sistema de segurança pública. Para a autora, o que se percebe nestes jogos sociais “é a produção semiológica de um discurso ‘racional’ acerca da necessidade do uso da violência” (*op.cit.*, p. 222).

Muito se fala que esse padrão policial truculento é ainda um resquício bem vivo da ditadura civil-militar, mais de trinta anos após seu fim. Entretanto, é preciso voltar mais atrás. Em toda a história republicana, ressalta Caldeira (2000), o Estado brasileiro encampou maneiras de legalizar violações de direitos, e de desenvolver métodos extralegais impassíveis de punição. Portanto, cabe frisar que a maneira de agir dos órgãos policiais não pode ser vista de modo separado do funcionamento generalizado do estatismo. A polícia aparece nesse contexto como a agência estatal que mais notoriamente incorpora e reproduz essa violência institucional, não como exceção, mas como regra, e inclusive sob a benevolência e a proteção das leis e do seu arraigado corporativismo.

Paulo Sérgio Pinheiro (1981) adverte que a investigação contra policiais, amiúde conduzida pelas corregedorias militares, funciona muitas vezes como um “ritual de dissimulação” que não tem possibilidade de estabelecer limites a uma prática que se confunde com o próprio funcionamento estatal: “Seria uma ilusão esperar que o próprio Estado [...] tenha condições de interromper a prática da violência ilegítima que colabora eficazmente para a sua sustentação” (*op.cit.*, p. 54). Noutros casos, diante de um erro crasso de conduta policial que gera uma comoção social, as “autoridades” tentam arrefecer a revolta popular com frases

feitas copiadas de um manual de redação policial. Símbolo-mor do “ritual de dissimulação” da investigação policial são os autos de resistência⁹², um dispositivo herdado da ditadura civil-militar inexistente do ponto de vista jurídico utilizado quando um policial alega que houve resistência seguida de morte; em outras palavras, quando um policial, no curso de sua ação, assassina um civil. Segundo Orlando Zaccone (2015[2007]), delegado de polícia, os inquéritos de autos de resistência arquivados ou não investigados no Rio de Janeiro a partir de 2005 somam 99,2% dos casos.

Todavia, é sobretudo na relação de trocas de interesses mútuos com os “bandidos” que a polícia investe sua decisiva participação no *sistema de relações sociais do crime*. As favelas são territórios que funcionam como ilhas de extorsão e de lucros simbólicos, materiais e políticos dentro da estrutura policial. Não há atividade criminosa nas comunidades pauperizadas sem a aquiescência cínica dos agentes policiais, que, além das práticas extorsionárias (contra os “bandidos”, desenvolvem-se as “mesadas” ou “trocós”; contra os “playboys”, clientes do comércio varejista de drogas, eles recolhem as propinas), ademais vendem armas, munições e drogas apreendidas em outros locais.

Não estou aqui obliterando a prudência fundamental na análise para não incorrer em generalizações levianas. Mas, assentado numa experiência empírica, poderia dizer que no GTN “tá tudo dominado”: a economia da corrupção grassa à solta entre “bandidos” e policiais. Ao longo de quase duas décadas em que ando pelo GTN nunca ouvi relatos tampouco presenciei eventos de “honestidade” policial. No entanto, faço a ressalva compreensiva de que nas redes de transmissão da fofoca histórias de policiais honestos não são eficazes simbolicamente para perdurarem nos circuitos da boataria. Por outro lado, a sanha corrupta dos agentes ganha fama e durabilidade no tempo-espaço, e alguns policiais, geralmente os líderes das patrulhas, tornam-se personagens frequentes nas conversas de bares, à beira dos campos, nas calçadas etc. Há uma mitificação nesse processo e fala-se deles tanto

⁹² O termo “auto de resistência” não existe legalmente. Em entrevista ao portal de notícias da internet *Nexo*, Ignácio Cano, do Laboratório de Análise da Violência da UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), argumentou “que se trata de uma ficção administrativa criada durante a ditadura militar (1964-1985) para impedir que policiais fossem presos em flagrante por homicídio. O objetivo, afirma, era transmitir a ideia de que houve resistência, ou seja, de que a morte foi em legítima defesa do policial. O problema, de acordo com ele, é que a expressão e seus sinônimos – como, por exemplo, ‘resistência seguida de morte’ – continuaram a ser usados sob a mesma premissa, sacralizando a presunção de inocência do policial. Em 2012, uma resolução da Secretaria Nacional de Direitos Humanos recomendou o abandono do termo. Alguns estados, como Rio de Janeiro e São Paulo, pararam de usar a expressão. Em 2016, uma resolução conjunta do Conselho Superior de Polícia, órgão da Polícia Federal, e do Conselho Nacional dos Chefes da Polícia Civil, definiu a abolição dos termos. Porém, as expressões foram substituídas por ‘lesão corporal decorrente de oposição à intervenção policial’ ou ‘homicídio decorrente de oposição à ação policial’ – o que, segundo Cano, ainda indica que houve resistência e, conseqüentemente, culpa da vítima”. *Qual o debate sobre o projeto que acaba com o auto de resistência no Brasil*, In: *Nexo Jornal*, reportagem de Luiza Bandeira, novembro de 2017. Acesso em: 06/07/2018.

quanto dos atores e atrizes das novelas ou dos jogadores de futebol. Alguns deles se transformam em metonímias identitárias de um sistema cultural apoiado no policial corrupto, mas “gente boa” com a comunidade pobre.

Quando aciono a dimensão axiológica “falta de honestidade”, não me refiro à prática cotidiana de percorrer caminhos sobrecodificados com viaturas pelo bairro, nem de ficar como sentinela às esquinas. Refiro-me exatamente a uma generalizada omissão da intervenção policial para interromper a economia da corrupção no GTN, como se a minoria “honesta” aquiescesse dócil e cinicamente ao *sistema de relações sociais do crime*. A fala de dona Celina, 57 anos, moradora do GTN há mais de trinta anos, dialoga com essa questão. Para ela, há o policial “que quer fazer o trabalho dele, com dificuldade, mas faz, e existe aquele policial que não tá nem aí, né? Faz logo as amizades, pode tudo correr frouxo, aí quem quer trabalhar realmente já não pode porque o amigo já abriu as portas, o outro já abriu, já fica vulnerável, né?”.

Esse jogo cínico e teatral ocorre inclusive quando policiais “derrubam” uma bocada e prendem um varejista de drogas, ou quando vão às agências midiáticas exibir quantidades de substâncias psicoativas e de armas apreendidas. As aparências superficiais da ordem institucional são muitas vezes apenas as vestes com as quais cortinam as tramas secretas de seu funcionamento. Em sua pesquisa etnográfica num subúrbio de Boston (EUA), nos anos de 1940, Foote Whyte chegou às mesmas constatações acerca da prática policial. Para ele, os agentes da polícia desempenham um elaborado papel de “faz-de-conta”: enquanto empreendem os arranjos de trocas de mercadorias políticas com os atores criminais das favelas, simultaneamente precisam mostrar à “sociedade” a impressão de que estão agindo sob as conformidades jurídicas e profissionais. Nesse sentido, continua ele o raciocínio, “o policial pode satisfazer as demandas por aplicação da lei com um certo número de prisões meramente simbólicas e ficar livre para se ajustar à situação local” (2005[1943], p. 155).

Em etnografia realizada no bairro popular Serviluz, em Fortaleza, Leonardo Sá (2010) inferiu empiricamente que o mercado de proteção policial funciona assentado em relações interpessoais e financeiras, no qual os “bandidos” que não se adequam às extorsões, que não cumprem com os pagamentos sistemáticos, que não entendem o jogo de forças operado nessas interações são selecionados como bodes-expiatórios para justificar a produtividade policial:

Quem trafica e assalta é quem a polícia deixa traficar, assaltar e também matar na favela; havia um complexo jogo que envolvia a tomada de partida dos policiais nas definições de relações de poder e de violência na favela. Para a polícia, bandido bom

é bandido morto, quando é inimigo, mas bandido bom mesmo é o bom pagador; é o bandido domesticado, é quem reconhece o patrão, o fornecedor da arma e da droga (Sá, 2010, p. 99).

Em consonância com estas observações, Prensado, 31 anos, ex-traficante de drogas e ex-assaltante no GTN, ressalta que “a pior coisa que tem no crime é *gambé* [policial]. Se num tiver dinheiro pra pagar, ele vai logo ameaçando: ‘a casa vai cair’. Aí tu fica naquela: será que o gambé vai tacar o pé na minha porta?”. Luciano da Rocinha, um dos chefes do tráfico na maior favela do Rio de Janeiro no início dos anos 2000, não se furtou em entrevista a escancarar sua relação de poder com os policiais: “Eu dava mil reais por dia para cada policial que fazia a ronda embaixo da Rocinha. De vez em quando eles subiam para capturar umas armas e mostrar serviço. Era tudo arranjado. A gente dava pra eles, eles mostravam para os repórteres e devolviam no dia seguinte” (Athayde *et al.*, 2005, p. 92).

Há um dança situacional de mercadorias políticas (Misse, 2011[2006]) que flutua e age decisivamente sobre as interações entre policiais e “bandidos”. Esse balé relacional é inerente ao *sistema de relações sociais do crime*, é parte incontornável de sua estrutura sistêmica. As mercadorias políticas são mecanismos interrelacionais de reciprocidades (não necessariamente simétricas) e injunções culturais dominantes por onde o sistema de relações sociais do crime escoia volume considerável de seu *quantum* funcional de operacionalidade e de eficácia estrutural e subjetiva⁹³.

As mercadorias políticas estão presentes em todos os gradientes hierárquicos do complexo reticular do crime; quero dizer que elas não estão decantadas tão-somente nas negociatas entre agentes da criminalidade pobre e a polícia, mas que a associação entre custos e recursos políticos (expropriados ou não das agências estatais) para amealhar um poder de troca político ou econômico também encontra morada nos altos negócios do Estado e dos segmentos hegemônicos, e, por exemplo, nas muitas transações “políticas” regadas a propinas de que se valem setores da classe média, os chamados “cidadãos de bem”, para escapar a multas e taxações fiscais, bancárias, de trânsito etc⁹⁴. O circuito de trocas e favores que faz

⁹³ O conceito de *mercadorias políticas* em Michel Misse tem uma função heurística de ajudar a pensar como se estabelece a dinâmica relacional nos jogos sociais de poder. Para este autor, mercadorias políticas são “o conjunto de diferentes bens ou serviços compostos por recursos ‘políticos’ (não necessariamente bens ou serviços públicos ou de base estatal) que podem ser constituídos como objeto privado de apropriação para troca (livre ou compulsória, legal ou ilegal, criminal ou não) por outras mercadorias, utilidades ou dinheiro. O que tradicionalmente se chama ‘corrupção’ é uma dos tipos principais de ‘mercadoria política’ ilícita ou criminal (2011[2006], p. 180). 209).

⁹⁴ Misse dá um exemplo de como as mercadorias políticas podem transitar por toda a cadeia do sistema relacional do crime: “O cidadão odeia o policial corrupto, porque gostaria que esse o ‘compreendesse’ e o deixasse impune, mas prefere pagar a propina a pagar a multa. À noite, em casa, lendo os jornais, critica a polícia pela impunidade dos corruptos e dos criminosos. Tudo se passa como se não houvesse incongruência e como se

girar o *sistema de relações sociais do crime* torna-se menos acidentado e mais fluido por meio das mercadorias políticas, mas, no fundo, elas são apenas um recapeamento superficial desse circuito.

O “alvará de funcionamento” (Hirata, 2010) de uma bocada é provavelmente uma das mercadorias políticas mais comuns em qualquer área favelada de todo o Brasil. No GTN, diversas viaturas fazem a cobrança sistematizada desse alvará. Em resumo, funciona da seguinte forma: para “fazer de conta” que não sabem da existência de uma boca, os policiais recolhem semanal ou quinzenalmente “mesadas” ou “trocós” dos traficantes varejistas. Raposão, um “bichão”⁹⁵ de um território no GTN, que atualmente está preso, me relatou, em conversa antes de ser encarcerado após assalto frustrado a uma casa lotérica, que seis equipes policiais lhe extorquiam, cada uma, cerca de 150 reais por semana de uma de suas bocas. “Eu pagava os cabeça dos miliciano. É os fiscal, é o subtenente que comandam. No caso, o [X], o [Y], o [Z]. Mas se eles soubesse que outros vendia pra mim, cada setor tinha que ter cada quantia”. Esse valor é negociado, e obviamente varia de acordo com os recursos materiais e simbólicos que os traficantes varejistas carregam. Daniel Hirata observou o mesmo processo numa periferia de São Paulo: “Existe uma variação que leva em conta a lucratividade do ponto, a importância dos padrões e a quantidade de pontos que este fosse o proprietário” (2010, p. 282). Pango, por sua vez, por ser “patrão” há mais tempo, e praticamente um dos “donos” de um território no GTN chega a pagar mil reais por semana. Para efeito de comparação, Papagaio, 36 anos, que “arrendava” uma boca de Raposão, pagava na época da nossa conversa 250 reais por quinzena, um valor muito menor:

Mas era sagrado ele parar aqui e eu responder o dinheiro dele. Mas quando eu disse que num tava mais vendendo e num tinha condições de pagar, ele aceitou a realidade e num me cobrou mais não.

[E como era feito o pagamento?]

Ele ia até lá [nesse momento, ele me aponta o final de uma rua perpendicular, avistável da bocada], aí quando ele voltava, ele ia até aquele bar, tomava uma cerveja, eu ia até lá e pagava. Quando num era no bar, era ali, no campo. Ele com a viatura, ele e mais três. É uma máfia medonha [risos].

Vale observar que estes acordos são extremamente frágeis e implicam apenas, de antemão, uma permissão para funcionar, não uma proteção total e irrestrita. A fluidez orgânica do *sistema de relações sociais do crime* impede que algumas pretensas regularidades

o mercado informal ilícito que ele frequentou de manhã fosse inteiramente diferente do que ele agora critica à noite (*op.cit.*, p. 205).

⁹⁵ No próximo capítulo, me deterei mais sobre algumas categorias nativas do sistema de relações sociais do crime no GTN. *Bichão* foi uma categoria nativa bem explorada por Leonardo Sá (2010) em sua etnografia no Serviluz.

se imponham de modo durável no tempo-espaço, sempre abrindo clareiras a tensões, rupturas, traições etc., embora estes fluxos de mudanças não alterem a solidez organizacional e hierárquica da rede. Numa conversa com Pango, ele me contou sobre um desses episódios.

Macho, tinha vez que eles vinha pegar de duzentos conto por semana, aí foi crescendo... setecentos, aí depois eles queria já um dinheiro muito elevado, queria dois mil por quinzena. Aí a gente pagava, eles descia pro beco, via a gente tudo armado, mas num fazia nada, via a negada andando armada dentro do *Tranquedo*, deixava passar, mas saía caro pra gente isso. Aí teve um tempo que trocaram de comandante, aí o comandante cobrou muito deles, preles agir, vir pegar eu e meu irmão, o foco deles era eu e meu irmão. Nós andava muito escondido, ninguém via a gente não, nós só se apresentava à noite e era mesmo só pra organizar as coisas, e eu mesmo já me sumia, eu sumia, ninguém me via não. Aí eles traíram a confiança da gente, vieram pegar um dinheiro, aí com meia hora fizeram uma operação, só que nesse dia eu e meu irmão escapou, porque veio um cana [policia] na frente e me avisou: “Sai fora, que vai rolar uma operação e os homi vão querer pegar vocês”. Aí eu peguei e saí fora.

O caso mostra o prestígio do qual se reveste Pango nas relações do crime no GTN. Geralmente, apenas os “patrões” são informados com antecedência de “botes” policiais. Se fosse um peixe miúdo, um “aviãozim”, provavelmente Pango seria fígado pelo anzol, visto que “o peixe miúdo é sacrificado quando for necessário dar batidas” (Whyte, 2005[1943], p. 144). O próprio Pango me conta um episódio em que estas dissimetrias salientam-se mais nitidamente. Um de seus principais fornecedores de drogas é do Rio de Janeiro e escoas as substâncias Brasil afora pelas rodovias federais. Pergunto como é o caminho que a droga percorre para chegar em Fortaleza: “Macho, ela passa por aí de caminhão, tem vez que vem é pela mão dos homi mesmo. Eles sempre arranja uma pessoa pra ir buscar, eles paga 10, 15 mil [reais] pra pessoa trazer, mas ali é só a isca, é o laranja, por detrás dele tá vindo uma tonelada, duas... *sempre tem que botar um pra cair mah*”. Quero pontuar que os agentes criminais com poucos recursos materiais e simbólicos são as mais expostas e vulneráveis vítimas sacrificiais do sistema de relações sociais do crime. Vou ilustrar a análise com o caso empírico de Papagaio:

Os homi [policiais] levaram tudo, eles chega nas casa e leva tudo... eu cheguei a perder foi dois cordão aqui de prata pra eles numa abordagem, cheguei a perder mil reais aqui pra eles [se refere ao local onde ocorre a entrevista, lugar onde “despachava” a droga para a clientela]. Eles me levaram na viatura, aí quando chegou na avenida, eles dobrou na rua, aí pronto, “vão pedir dinheiro”. Os homi comeram foi tudo. Foi lá em casa, arrastou mil real meu, me pegou no meio da rua, arrastou quinhentos, pegou aqui, arrastou mais mil, levou mais mil real de droga meu. Entraram dentro da minha casa, sem mandato [mandado judicial] sem nada. Botaram a arma na minha cara, aí me espancaram, me jogaram dentro do banheiro, me deram altos chutes, altos murros, quebraram meu guarda-roupa, minha cama. Pediram seis mil real, o resto do dinheiro que o [Raposão] tinha

roubado, disseram que eu tinha participado, [mas] eu não tinha participado. Queriam droga... “meu chapa, vou levar tu preso”, [ele retruca] “cadê o mandato?”, puxou lá e não tinha mandato de prisão ainda, não tinha. Os homi foram lá em casa duas vezes e quase me mataram de peia, na frente da mãe. E a mãe chorando, ó, mas eu num chorava não, eu achava era graça eu, eu tirava era onda eu... Aí eu tive que pagar os traficante, tá entendendo? [Aqui, ele imputa ao “arrendador” das drogas e do ponto, no caso, Raposão, o papel de *verdadeiro* traficante] Tive que trabalhar pra poder pagar, uma burocracia doida. Se num pagar, morre na mão dos outros traficantes, tá entendendo?

Após estas palavras, percebe-se a dessemelhança de tratamento policial entre Pango, um “patrão”, e Papagaio, um “avião”. Se de um lado, há no limite de tensão situacional, um mercado de proteção que, embora não esteja assentado em alicerces totalmente seguros e confiáveis, ainda assim alerta previamente sobre um “bote”; do outro, o que predomina é a insegurança e a instabilidade no dia a dia da atividade ilícita.

A tortura psicológica e as agressões brutais sofridas por Papagaio representam de certa forma uma “morte psíquica” (Honnet, 2009[1992]). Este autor adverte que a tortura e a violação, bem mais do que outras formas de desrespeito, provocam uma humilhação que intervém de maneira destrutiva na subjetividade e na autorrelação prática do agente social, uma vez que a idiosincrasia destes tipos de agressão não se resume à dor tão-somente corporal, mas tem uma ligação com a sensação desesperadora de estar à mercê do outro, totalmente desprotegido e vulnerável às vontades e disposições sádicas alheias, chegando até mesmo à perda de sentido de realidade. Ainda de acordo com Honnet (*op.cit.*), “o sofrimento da tortura ou da violação será sempre acompanhado [...] de um colapso dramático da confiança na fidedignidade do mundo social e, com isso, na própria autosssegurança” (p. 216)⁹⁶.

Vou contar um relato que me surpreendeu pelo ineditismo. Nas conversas com os interlocutores, sempre foi lugar-comum histórias de extorsão policial, praticada sobre traficantes varejistas e seus clientes usuários de drogas ilícitas. No entanto, a história que me foi contada por Saci, 26 anos, um ex-assaltante, que hoje trabalha informalmente de vigia e apenas “agiliza” pequenas quantidades de maconha e cocaína para os moradores da área onde exerce função de vigilância, foge aos padrões que estava acostumado a ouvir. Ele começou a assaltar ainda muito jovem, na virada da infância para a pré-adolescência, aos 11 anos: “Pegava um ferro e parava dois, três carro... ali na [fala o nome da rua]”. Nessa mesma época, começou a trabalhar de “avião” para “traficantes” do GTN. E, como ficou *conhecido na mão*

⁹⁶ No próximo capítulo, aprofundarei o debate sobre esses traumas psíquicos oriundos das exclusões e opressões sociais. Tenho como hipótese que eles são uma das variáveis que interferem de modo decisivo na “escolha” pela “carreira” criminal.

da polícia, era sequestrado pelos agentes policiais, colocado na viatura e intimado a praticar assaltos “saidinha bancária” em benefício destes.

Aí como fiquei conhecido mesmo na mão da polícia, né, mah, aí os cana foi lá em casa, mah. Às vezes quando eu tava dormindo eles iam me acordar pra mim ir roubar, mah. “Tem uma fita ali de 10 mil real, mah”, aí me davam um revólver, aí eu ia pro mato, aí ficavam me esperando na esquina.

[Mentira, mah?]

Ó... Tem muito cana corrupto, tô dizendo pra tu.

[E como era? Conta aí essa história. Os cara ia na tua casa...]

Me acordava... “Eu só quero quatro mil real e o resto tu fica”.

[E eles sabiam dessa fita de onde?]

Sabia, que uma mulher ia saindo com envelope na mão.

[Era não, mah, sério mermo isso aí?]

Tô dizendo pra tu. Eles diziam tudim, a roupa que ela tava, tudo. Aí eu ia, na hora que ela tava saindo metia [o assalto], entregava o ferro a eles...

[Aí tu atalhou ela aonde?]

Na Caixa [Econômica] da [avenida] Washington Soares...

[E eles te levavam na viatura?]

Levava. Aí ficavam na esquina.

[Macho, num acredito não, mah.]

Ei, macho, tu tá é por fora. [Quando voltava à viatura,] eles pegava o envelope, né. Eles tiravam cinco mil e me davam cinco mil, mandava eu sair fora, “vá simhora”.

[Mas isso é a galera do [nome de um policial conhecido por corrupção no GTN]?]

Também. Do [ele fala o nome de outro policial]. É, mah, tudim. Esses cana tudim é corrupto, mah.

[Mas essa parada aí foi uma vez, ou teve outras?]

Teve outra, mah. [Dessa vez] eles me levaram pra Aldeota [bairro das camadas médias e altas de Fortaleza]. Nesse tempo o revólver era barato, mah, 400 conto nós comprava um oitão [calibre 38], mah. Aí eles entregavam na minha mão.

[Esse tempo aí tu ainda era *de menor*?]

Era de menor, mah. Roubei muito pra eles, mah. Dei muito dinheiro pra eles.

[Como assim?]

Nóis pagava era eles, mah, pra eles sair ali da [fala o nome de uma avenida].

Ceguei a pagar muitas vezes pra eles saírem dali pra mim roubar lá, mah.

[Cês davam quanto, mais ou menos?]

Se fosse três [assaltantes], nós dava 300 conto, eles pegava o beco [iam embora].

Diante do exposto, apoiado em dados empíricos, endosso a perspectiva de Tambiah (1996) de que as agências policiais praticam violência e tortura, física e psicológica, principalmente quando os sujeitos coagidos pertencem às camadas estigmatizadas. Como vimos, são muitos os casos de violência policial relatados pelos interlocutores da pesquisa, envolvendo toda sorte de violações a acordos internacionais sobre os direitos humanos e às normas jurídicas constitucionalmente estabelecidas. Reitero, portanto, que para estabelecerem uma relação corrupta e de aquiescência com os sujeitos criminais das favelas, as agências estatais, que têm a polícia como sua executora, acionam uma rede permanente e cíclica de extorsão, na qual os policiais lançam mão de recursos de poder simbólico próprios ao estado – a condição de agentes “da lei e da ordem social” (*mercadorias políticas*) – para negociar acordos plenos de ilicitudes as mais diversas.

Não obstante as rupturas dos acordos entre policiais e “bandidos” ocorrerem com certa frequência, há também períodos de relativa estabilidade nesses arranjos, nos quais a polícia assume uma função bem peculiar: ela funciona como combustível que energiza a luta territorial pelo domínio do comércio de armas e drogas entre grupos criminais, incitando falanges rivais a desencadearem conflitos belicosos umas contra as outras.

Raposo me relatou que, na “época da guerra”, em que quadrilhas da Vila Cazumba, do Tancredo Neves e do Tasso Jereissati digladiavam-se para controlar o mercado de ilegalidades no GTN, policiais com seus “alvarás de funcionamento” muito bem pagos, exortavam-no a guerrear: “[Diziam os militares] ‘Ó, mah, tô sabendo dos homicídio aí tudim, mas não é nenhuma não, pode ficar até com canhão aí, quando for com a minha rota, eu num lhe dou geral não, pode ficar aí’, e eu ficava 24 por 48, era uma 9 milímetro nas costa, um buldogue no bolso e dois pente chei aqui”. Pango também me contou sobre uma situação semelhante, mas dessa vez os policiais foram mais explícitos: “Aí os homi chegava aqui e dizia: ‘Diabéisso? Quando é que isso vai parar mah? Quando é que isso vai parar?’. Aí eu ‘até nós matar tudim’. Aí eles ‘pois se mata’. Aí eles vinha, pegava o dinheiro deles e saía fora”.

Há diversas maneiras nas comunidades pauperizadas com as quais os policiais amealham lucros econômicos que incorporam aos seus poucos salários. Estes modos de operação para obter dividendos “extras” variam de acordo com a dinâmica sociocultural local, a estrutura das relações que se estabelecem no território, a forma como está organizado o aparelho policial em determinado espaço etc. Mas duas destas maneiras se sobressaem como se fossem inerentes a todos os *loci* onde vivem populações marginalizadas. Uma delas é a política de “alvará de funcionamento”. A outra é o contrabando de drogas e armas, muitas destas de uso exclusivo dos aparatos militares. Samurai, 30 anos, que trabalha vendendo maconha e cocaína em um território do GTN, me ajuda a contar essa história. Pergunto-lhe quem é seu fornecedor de arma e droga:

Macho, tem um cara né, que ele é lá da serra. O cara tem muita arma lá.

[Mas ele é o quê?]

Cara, ele é polícia. Pega ali, aí “tam”, vende aqui. Quando a polícia acerta [pega] uma arma, parceiro, óia, comemora. Quando pega uma arma... vixe, eles tava era falando: “égua, acabou a guerra, não vou pegar ninguém armado”. A polícia é traficante mah. A polícia é patrão mah. Vai numa festa de traficante pra tu ver. Numa festa quando tu entra já se bate com três policial.

[É mermo é?]

Ahh... é mah. O [Pivete] conhece vários. O [Pivete]... a segurança dele é polícia mah. [Mas ele num tá preso?] Tá preso mah, mas é policial que... [Têm vários policial por ele né?] É mah⁹⁷.

Nas palavras de Samurai, queda claro que, em muitos casos, a relação entre policiais e “criminosos” ultrapassa a seara dos “negócios” e alcança uma cumplicidade amistosa; no entanto, não percamos de vista: sempre mediada pela força bélica de ambas as partes. Raposão também comenta sobre o tráfico de armas capitaneado pelas agências militares e reforça o supracitado, ou seja, que amiúde os “homens da lei” funcionam como combustível que aquece a guerra intestina entre as facções do GTN.

Porque tráfico de arma rola assim, você conhece um cara que trabalha na parte onde fica guardado os armamento, o armeiro do exército, da delegacia, seja onde for, em todo canto desse tem um armeiro, é onde fica guardado as arma que são apreendida, pra dali ir pro exército pra ser incinerada. Ali você paga quinhento pro [inaudível], quinhento pro permanente e quinhento pro delegado. Um pacote de mil e quinhento, dois mil. Aí te dá uma pistola, uma TA e um budogue, é o kit. Você se acaba de ganhar dinheiro, tráfico de arma começa aí, que a polícia fornece. É tipo, vamo supor, tu tem um depósito de brita pra fazer concreto, aí um cara chega lá: “Ei, mah, vou te dar 10 centavo por uma brita”, aí você pensa... “vai lá, não custa nada, pegue, meu filho, vá simhora”, tudo muito fácil, tudo muito simples. Daí é o tráfico de arma... a polícia, o governo que fornece, a troca de dinheiro, pra ver você se matar, os inimigo e eles se beneficiarem. Inteligente, né, os cara? Tudo muito escondido. Aí ele vai, fornece arma pra tu, fornece arma pros teus inimigo, vocês se mata, eles se beneficia e continuam mais rico e os pobre mais pobre e assim sucessivamente. Por isso o Comando Vermelho tem tanta raiva do sistema, entendeu? Porque apesar de ser uma facção criminosa nós tem muita gente inteligente.

A fala de Raposão me incita a pensar algumas questões. De antemão, mesmo com todas as hipérboles que sua história apresenta, ela me parece factível em muitos aspectos. O mais próximo do inverossímil que sua narrativa alcança, na minha ótica, é o valor irrisório pelo qual um delegado se corrompe. Continuo desconfiando dessas quantias: por cerca de dois mil reais obter “uma pistola, uma TA e um budogue” me transmite certa irrazoabilidade. É muito “maquinário” para pouquíssimo investimento. Por mais que, na analogia com o depósito de brita, ele tenha tentado explicar os baixos recursos empregados na “compra” com a justificativa de que há uma abundância descartável de armas e munições nos “armeiros”, penso que a polícia ou o exército têm uma expertise histórica nessas transações, e não se furtariam – com o perdão do trocadilho – à oportunidade de lograr lucros mais vultosos.

⁹⁷ A conversa foi feita quando Pivete ainda estava preso. Como dito no capítulo 1, Pivete era considerado pelos aparelhos de repressão do Estado como um dos principais “traficantes de drogas” do Ceará. Após cinco anos presos, no início de 2018 ele conseguiu um habeas corpus para responder às ações penais em liberdade provisória. Todos os “bandidos” com quem conversei no GTN me confirmaram que Pivete era não apenas o “homi” no GTN, mas em todo o Estado. Pouco tempo depois após sair do presídio, foi assassinado numa barraca de praia em Fortaleza, mesmo com forte esquema de segurança para protegê-lo. No próximo capítulo, falarei mais desse personagem icônico do comércio de armas e drogas no Ceará.

Contudo, se de um lado os valores me pareceram distorcidos, por outro, a maneira como se realiza a operação é bastante verossímil. O segundo ponto que eu queria destacar de sua fala é que há uma idealização ética do Comando Vermelho (CV), não sei se encampada estrategicamente para efeito de florear a entrevista ou por uma possível ingenuidade hermenêutica dele em relação à facção à qual pertence. Se a análise sociológica fosse uma ciência exata, acredito que a fórmula matemática me levaria à primeira opção.

Pango reitera as falas de Samurai e Raposão. Indago-lhe sobre o fornecimento de armas.

Macho, é os cana [policiais] mesmo. A polícia apreende uma arma aqui, dá prum fulano que é conhecido dele vender ali, e assim vai adiante. As armas [que eles apreendem] volta tudo. Delegado, advogado, policial, eles tudim vende. Num tem um que não venda mah. Arma e bala. Até droga eles vende. Só que quem compra num vai dizer que tá comprando de cana né, fica só entre eles ali. *Nunca vai acabar não mah, o crime nunca vai acabar por causa da polícia mah, muito corrupto, muito corrupto mesmo, num dá nem pra contar...* agora eles se escondem dentro da farda deles, eles se esconde. Mas os vagabundo mais vagabundo são eles mah, que usa a farda deles.

Um jovem de apenas 15 anos envolvido em atividades criminais em um morro no Rio de Janeiro também mostra uma azeitada percepção sociológica dessas relações entre criminalidade pobre e polícia:

Eu não vejo chance do crime acabar, porque, se acabar o crime, acaba a polícia. Se acabar o crime isso acaba com a polícia, porque quem dá dinheiro pros polícia somos nós. [...] Se não fosse o tráfico de drogas, hoje, os policiais iam tirar só o salário deles e eles tiram o salário e também o dinheiro da propina que nós pagamos. Se acabar o tráfico de drogas, eles vão ter de acabar com a polícia; então, o tráfico de drogas não vai acabar tão cedo (Athayde *et al.*, 2005, p. 136).

Pango e o jovem do morro carioca fazem uma leitura empírica pertinente do *sistema de relações sociais do crime*. Quando afirmam convictos que o “crime nunca vai acabar por causa da polícia”, eles empreendem uma interpretação analítica que, longe de ser lugar-comum, caminha na contramão da *doxa*. Cabe a reflexão: “Quem é o verdadeiro bandido dessa história? Qual é o ato criminoso mais vil? Vender produtos proibidos ou montar a farsa hipócrita que encobre os crimes do Estado e estigmatiza toda uma população? Vender drogas e armas sem farda ou com farda?” (Athayde *et al.*, 2005, p. 93).

As políticas públicas pensadas para o sistema de segurança estatal respondem a anseios sociais por mais policiamento ostensivo nas ruas. No Brasil, o simplório aumento do efetivo policial transformou-se automaticamente em sinônimo de êxito governamental. Se o desemprego generalizado é a tônica dos últimos anos, por outro lado, na ilha de fantasia do

estatismo, as autoridades vão à imprensa jactar-se de que, sob sua gestão, duplicou-se ou triplicou-se o quadro de soldados, como se isso, por si só, tivesse a eficácia mágica de solucionar os problemas relacionados às muitas violências físicas e simbólicas da sociedade brasileira. Um *rap* do grupo paulista RZO (2003) ilustra perfeitamente essa questão: “Sistema sabe onde investe: só tem vaga pra trampar na polícia militar, corrupção vai aumentar”.

A análise de Pango é a mesma que eu faço: nas relações sociais do crime, a função da polícia não é estancar o sangramento, mas irrigar as veias do sistema para que ele produza cada vez mais sangue.

3.2.3. Tecnopolítica da punição: A função econômica do encarceramento

Os braços de rio deste delta caudaloso por onde escorre o sistema de *relações sociais do crime*, ainda que à primeira vista possam parecer caóticos e desordenados, funcionam de maneira organizada, compartilhada e com larga capacidade de sintonia estrutural. Se aparentemente as funções mais importantes desempenhadas pela polícia nas comunidades faveladas são liberar o “alvará de funcionamento” das bocadas em face de extorsões sistemáticas, e transacionar armas e drogas junto aos traficantes varejistas, não menos relevante é sua função de prender. Os sistemas prisional e policial dependem mutuamente, formam um circuito bidirecional de mão dupla, “toma lá, dá cá”. De acordo com Foucault, esses sistemas se ligam por um dispositivo geminado, realizam conjuntamente em toda a seara das ilegalidades a distinção, a atomização e a produção de uma delinquência reificada: “A violência policial fornece à prisão os infratores que esta transforma em delinquentes, alvo e auxiliares dos controles policiais que regularmente mandam alguns deles de volta à prisão” (2013a[1975], p. 267). Dessa forma, mesmo reiterando que os peixes miúdos são os alvos sacrificiais, os “patrões” do tráfico varejista nas favelas também têm sua hora de integrar as estatísticas de ingresso no sistema penitenciário. Para a ordem dominante, há uma funcionalidade econômico-política no encarceramento, como já nos ensinou o próprio Foucault (2013a[1975]; 2013b[1981]).

É curioso pensar que, até o final do século XVII na Europa, a prisão era quase completamente ignorada no sistema de penas. Em algumas ordenações jurídicas à época, ela não era sequer mencionada entre as opções punitivas. Ainda no crepúsculo do século XVIII, um decreto na França de 1790 manda soltar “todas as pessoas detidas nos castelos, nas casas religiosas, cadeias, delegacias ou quaisquer outras prisões” (Foucault, 2013a[1975], p. 116). Contudo, é entre o final do XVIII e a alvorada do século seguinte que a técnica disciplinar

confere ao sistema prisional o papel de vedete biopolítica para o controle individualizado dos corpos e para a gestão eficaz dos fluxos de ilegalismos que escapavam às garras dos aparelhos de poder. A reforma do sistema penal, pontua o autor de *Vigiar e punir*, deve ser interpretada como uma estratégia que pretende situar a punição dentro de uma regularidade que aumente a eficiência simbólica dos poderes junto com uma otimização econômica. Acho relevante visitar detalhadamente o que Foucault falou sobre esse momento histórico:

A economia das ilegalidades se reestruturou com o desenvolvimento da sociedade capitalista. A ilegalidade dos bens foi separada da ilegalidade dos direitos. Divisão que corresponde a uma oposição de classes, pois, de um lado, a ilegalidade mais acessível às classes populares será a dos bens – transferência violenta das propriedades [que eram dos camponeses e passaram à burguesia industrial]; de outro, a burguesia, então, se reservará a ilegalidade dos direitos: a possibilidade de desviar seus próprios regulamentos e suas próprias leis; de fazer funcionar todo um imenso setor da circulação econômica por um jogo que se desenrola nas margens da legislação – margens previstas por seus silêncios, ou liberadas por uma tolerância de fato. É essa grande redistribuição das ilegalidades se traduzirá até por uma especialização dos circuitos judiciários; para as ilegalidades de bens – para o roubo – os tribunais ordinários e os castigos; para as ilegalidades de direitos – fraudes, evasões fiscais, operações comerciais irregulares – jurisdições especiais com transações, acomodações, multas atenuadas, etc. A burguesia se reservou o campo fecundo da ilegalidade dos direitos. E, ao mesmo tempo em que essa separação se realiza, afirma-se a necessidade de uma vigilância constante que se faça essencialmente sobre essa ilegalidade de bens (2013a[1975], p. 84).

A partir desse momento, surge processualmente uma *tecnopolítica da punição* e “‘humanidade’ é o nome respeitoso dado a essa economia e a seus cálculos minuciosos” (Foucault, *op.cit.*, p. 88). O seu duplo funcionamento, jurídico-econômico e técnico-disciplinar, deu-lhe uma área de “civilizada”, condizente com as ideias iluministas que ganhavam forma nos Oitocentos.

Entretanto, considero que em sua leitura sobre o sistema penitenciário, Foucault superestimou as injunções das técnicas disciplinares sobre a subjetividade dos presos. Penso que as técnicas de individualização do poder sobre os agentes como maneira de controlar suas condutas, atitudes e comportamentos, bem como torná-los útil à maquinaria do sistema são apenas parcialmente eficazes, uma vez que não condicionam totalmente o agenciamento e os esquemas psíquicos dos indivíduos. Giddens reclama que “os corpos de Foucault não têm rostos” (1989[1984], p. 186)⁹⁸. Mais do que sem rostos, são corpos sem agência, como se acessem docilmente, feito ventríloquos inanimados, à estrutura injuntiva disciplinar. Faz-se

⁹⁸ Pensando a partir de sua *teoria da estruturação*, o sociólogo britânico pondera que “não devemos conceber as estruturas de dominação firmadas em instituições sociais como se de alguma forma produzissem laboriosamente ‘corpos dóceis’ que se comportam como os autônomos sugeridos pela ciência social objetivista” (Giddens, 1989[1984], p. 18).

até um tanto fácil verificar que os presídios não produzem docilidade, mas, pelo oposto, criam corpos indóceis e indisciplinados. Adalton Marques, que já desenvolveu alguns estudos socioantropológicos com presos, ressalva que a relação entre a estrutura disciplinar e os presos é tensionada constantemente na própria dinâmica da vida no cárcere:

Seja reivindicando o fim dos maus tratos sofridos, protestando contra o fornecimento de comida estragada, chamando a atenção da administração prisional para a infiltração de inimigos de outra “facção”, seja instaurando celas para evangélicos, administrando a permanência de presos no “convívio” ou a passagem para o “seguro”, a “faxina” e a “pilotagem”, pensamos tratar-se de contra-ataques a um poder específico [...] que a prisão paulista exerce sobre os corpos dos prisioneiros. E o poder exercido por esses dispositivos [...], por sua vez, incide diretamente sobre o Corpo organizativo da prisão: seja com uma “naife” no pescoço de um funcionário seqüestrado, seja com o acerto de um tiro no peito de “um sentinela”, seja, finalmente, com o afrouxamento de um dos braços da administração prisional. [...] se por um lado a administração prisional organiza os corpos dos prisioneiros, por outro esses corpos organizam a administração prisional (2008, p. 290).

Se Foucault exagera, ao meu ver, na abordagem coercitiva do aparelho disciplinar, dando-lhe um caráter quase teleológico, por outro lado é ponto relevante de sua construção analítica a ideia de que a prisão tem uma função econômico-política que se assenta na produção social de uma delinquência objetificada em agentes criminais das camadas populares. Começemos por descrever sua utilidade econômica: a delinquência galvaniza e assegura a produtividade dos mercados ilegais capitalistas, como as diversas modalidades de tráfico: de drogas, de armas, de pessoas etc. Os fluxos lucrativos dessas atividades estão todos integrando o sistema financeiro internacional: “a delinquência, ilegalidade dominada, é um agente para a ilegalidade dos grupos dominantes” (Foucault, 2013a[1975], p. 264). Por outro lado, prossegue a análise foucaultiana, a construção social de um *homo criminalis* dissemina o medo entre a população, e, como efeito, legitima e torna desejável o sistema de controle policial, “lo que explica porque en los periódicos, en la rádio, en la televisión, en todos los países del mundo sin ninguna excepción, se concede tanto espacio a la criminalidad como si se tratase de una novedad en cada nuevo día” (2013b[1981], p. 16).

A figura do delinquente surge então a partir dos poderes e técnicas penitenciárias e sobre ele deve se produzir um saber psiquiátrico que o construa como monstro, perigoso, anômalo, uma espécie de aberração social. Essa construção guarda profundas similaridades com a sujeição criminal, pois pretende tornar o delinquente um criminoso antes mesmo dele cometer qualquer ato infracional. Nesse sentido, adverte Foucault, “se deveria falar de um

conjunto cujos três termos (polícia-prisão-delinquência) se apoiam uns sobre os outros e formam um circuito que nunca é interrompido” (2013a[1975], p. 267).

3.2.4. Meios de comunicação de massa: A fabricação da realidade

Todavia, se cabe à prisão a produção de uma delinquência objetificada, é através dos meios de comunicação de massa que esse tipo “anômalo” do delinquente ganha forma, volume e dimensão, e assim penetra nas subjetividades individuais e coletiva, com a pretensão de colonizá-las⁹⁹. As palavras de ordem dos *mass media* não admitem o contraditório, elas funcionam como uma narrativa uníssona que aciona o conceito de “desinformação” para refutar qualquer discurso que não esteja de acordo com seus pressupostos, sublinhou Guy Debord (1997[1967])¹⁰⁰. Ao longo do processo de crescimento exponencial das práticas violentas nos centros urbanos nas últimas décadas, os meios de comunicação de massa têm um papel paradoxal: de um lado, suas narrativas expressam com veemência supostas denúncias e críticas contra os atos de violência; no entanto, na outra ponta, esse mesmo discurso opera como processo de subjetivação-objetivação que contribui para recrudescer e estimular as ferramentas de uma violência crônica, cíclica e cumulativa. A mídia muitas vezes divulga informações distorcidas e não confirmadas (contrariando um dos princípios básicos do jornalismo) e, o mais assustador, cria estereótipos do bem e do mal, reificando certos personagens como “criminosos” e exortando, indiretamente, ao seu extermínio. Stanley Tambiah (1996) percebeu processo muito semelhante nos *massa medias* do sul da Ásia:

One of the frightening aspects of our so-called revolution in mass media communications is that partisan newspapers and radio broadcasts by hasty commentators, or even calculating political leaders, can relay unconfirmed reports of incidents, many of them rumors or distortions of facts, and selective information about events, foregrounding the blame that accrues to the “enemy” and withholding blame that one’s own side deserves. [...] Television also provided some of the essential ingredients of the riots (p. 237). [Ademais, prossegue o autor, esta] distorted communication adding fuel to the fires of [social] conflict [...] in creating stereotypes, causing panic, and serving as justification for brutalities (p. 239).

As agências midiáticas empreendem uma fabricação da “realidade” e, então, montam o “real” como o seu próprio cenário de atuação, atribuindo a si todos os créditos

⁹⁹ José de Souza Martins (2008[2002]) ponderou que os meios de comunicação de massa representam um novo tipo de colonialismo.

¹⁰⁰ Ainda de acordo com Debord, a “comunicação” dos veículos empresariais de mídia “é essencialmente *unilateral*; sua concentração equivale a acumular nas mãos da administração do sistema os meios que lhe permitem prosseguir nessa precisa administração” (1997[1967], pp. 20-21, grifo do original).

desse universo social. Esta realidade *encantada* pretende ditar crenças e modos de fazer: “A fabricação de simulacros fornece assim o meio de produzir crentes e portanto praticantes. Esta instituição do real é a forma mais visível de nossa dogmática contemporânea” (Certeau, 2014[1980], p. 260). A “mídia” não comunica nem informa, ela sempre procede por redundância na transmissão das “palavras de ordem”, como disseram Deleuze e Guattari (1995b[1980]), enunciando *o quê e de que maneira* é preciso pensar, viver, sentir etc. Ela “deixa *ver* precisamente o que se deve *crer*” (Certeau, *op.cit.*, p. 261, grifos do original).

Dessa maneira, nossa capacidade de “sentir” será condicionada de maneira seletiva. Quando se produz a delinquência, seus atores são enquadrados como indignos e perigosos, e suas vidas tornam-se matáveis, embora não ritualizáveis, ou seja, não passíveis de luto e comoção. Uma *vida nua*, radicalmente exposta à morte, da qual fala Agamben (2004[1995]), trabalhando conceitualmente a partir de um termo de Walter Benjamin¹⁰¹.

Judith Butler entra também nesse debate. Para esta autora, os enquadramentos midiáticos dirigem parte considerável dos esquemas interpretativos, diferenciando implicitamente os setores sociais dos quais minha vida depende e quais aqueles que representam uma ameaça concreta à minha existência. Estas agências “comunicativas” propagam o medo numa tentativa organizada de aprisionar as populações pelo discurso de pânico. Diz a filósofa: “Quando uma população parece constituir uma ameaça direta à minha vida, seus integrantes não aparecem como ‘vidas’, mas como uma ameaça à vida” (2016[2009], p. 69). Para Butler, o enquadramento é algo ativo, ele tanto descarta como descortina, simultânea e tacitamente, sem nenhuma aparência de sua operação.

Penso que é no mesmo sentido deste “enquadramento” proposto por Butler que Guy Debord assevera que “boatos da mídia e da polícia adquirem, de imediato, o peso indiscutível de provas históricas seculares” (1997[1967], p. 210). A eficácia simbólica dessa construção interpretativa ocorre porque ela funciona substancialmente por meio dos sentidos¹⁰². O conceito de enquadramento em Butler parece dialogar também com o de *frame* em Erving Goffman. Segundo este autor, a noção de *frame* sugere que a realidade não existe como unicidade, mas de acordo com as distintas perspectivas pelas quais ela é capturada.

¹⁰¹ O conceito de *vida nua* será melhor explorado no capítulo 3.

¹⁰² De acordo com Butler, “essas populações são ‘perdíveis’, ou podem ser sacrificadas, precisamente porque foram enquadradas como já tendo sido perdidas ou sacrificadas [...] quando estas vidas são perdidas, não são objeto de lamentação, uma vez que, na lógica distorcida que racionaliza sua morte, a perda dessas populações é considerada necessária para proteger a vida dos ‘vivos’” (2016[2009], p. 53), uma vez que “a comoção depende de apoios sociais para o sentir: só conseguimos sentir alguma coisa em relação a uma perda perceptível, que depende de estruturas sociais de percepção, e só podemos sentir comoção e reivindicá-la como nossa com a condição de que já estejamos inscritos em um circuito de comoção social” (pp. 81-82).

3.2.5. Estado punitivo-penal e a produção social da delinquência

Destarte, com a figura do delinquente criada pela administração penitenciária e essencializada pelas agências midiáticas, é quase inescapável aos agentes da criminalidade pobre evitarem a prisão em algum momento de suas trajetórias. Carolina Grillo (2013) observou o mesmo no morro carioca objeto de sua pesquisa. Segundo esta autora, o argumento lugar-comum de “impunidade” que permite à “violência urbana” grassar pelas cidades brasileiras é na verdade um mito. Acrescento: mito bem engendrado com a finalidade de que seja ignorada a seletividade do aparelho judiciário. Não há como pensar as relações sociais do crime no GTN sem associá-las em boa medida com os presídios. Quase todos os “bandidos” com quem conversei já tinham sido encarcerados. Também tinham parentes, amigos, etc. que estavam ou haviam sido presos em algum momento de suas vidas. É difícil imaginar algum morador do GTN que não conheça alguém que está ou já esteve no circuito prisional. Como sublinhou Vera Telles (2010), o dispositivo carcerário é uma referência muito presente em áreas pauperizadas. É justamente por vivenciarem tão frequentemente as injunções da justiça punitivista que os “criminosos” mostram certo conhecimento sobre alguns artigos do código penal, e em alguns momentos versam sobre categorias jurídicas não corriqueiras ao senso comum. Suas vidas de “presidiários” ou “ex-presidiários” padecem de um estigma que gruda na pele como mancha indelével de um corpo reificado, “um corpo cuja ontologia o distingue dos demais corpos; um corpo sacrificável; um corpo cujo direito de existir é negado, senão encapsulado entre grades e concreto: um corpo-coisa cuja agência deve ser neutralizada” (Grillo, 2013, p. 223).

A música *Homem na estrada*, de Mano Brown, aborda exemplarmente essa questão (Racionais MC's, 2003). A canção conta a história de um homem recém-saído do sistema carcerário que “quer provar a si mesmo que realmente mudou, que se recuperou, e quer viver em paz, não olhar para trás, dizer ao crime: nunca mais”. O tempo passa, ele não consegue emprego e se preocupa cada vez mais com o filho pequeno para que ele não “cresça com um ‘oitão’ na cintura e uma ‘Pt’ na cabeça”. A situação lhe traz desespero, ele não vislumbra uma mudança significativa nas suas condições materiais de existência: “Desempregado então, com má reputação, viveu na detenção, ninguém confia não. E a vida desse homem para sempre foi danificada. Um homem na estrada...”. Uma série de assaltos em bairros próximos levanta a suspeita policial de que este homem é um dos partícipes: “Como se fosse uma doença incurável, [...] uma passagem, 157 na lei [...] a Justiça Criminal é implacável, tiram sua liberdade, família e moral; mesmo longe do sistema carcerário, te

chamarão para sempre de ex-presidiário. [...] Já deram minha sentença e eu nem tava na ‘treta’”. As agências policiais não têm dúvida da participação do homem nos assaltos. Afinal, ele é ex-presidiário, e os eventos estão ocorrendo próximo à sua casa. Numa madrugada, os policiais invadem sua casa, matam-no, deixando o seu filho pequeno órfão. A música encerra com um noticiário que diz o seguinte: “Homem mulato aparentando entre vinte e cinco e trinta anos é encontrado morto na estrada do M’Boi Mirim sem número. Tudo indica ter sido acerto de contas entre quadrilhas rivais. Segundo a polícia, a vítima tinha vasta ficha criminal”.

Nesse momento penso ser relevante trazer Loic Wacquant para o debate. Este autor produziu, no final dos anos de 1990, um texto seminal no campo da discussão teórico-política sobre as prisões. Segundo ele, com o avanço do neoliberalismo nas duas últimas décadas do século XX, há uma erosão do Estado de bem-estar social, que desmantela-se e se refunda como Estado punitivo-penal, no qual “le *workfare* avaricieux et le *prisonfare* dispendieux tendent à former un seul et même dispositif organisationnel pour discipliner et superviser les pauvres sous l’égide de la philosophie du behaviorisme moral” (2015[1999], p. 181). Este *prisonfare* oneroso e expansionista, para Wacquant, não é uma simples consequência do neoliberalismo, mas um componente intrínseco ao Estado neoliberal. O Estado punitivo-penal nasce a partir de uma tríade política que combina (i). a flexibilização das leis trabalhistas junto à assunção do “deus mercado”; (ii). a redução da proteção social e seu remanejamento em *workfare*; e (iii). a glorificação da expansão carcerária, inclusive sob uma nova roupagem via parceria público-privada. A prisão transforma-se em “armazém humano” (*entrêpot humain*) como em nenhuma outra época histórica – ou, nas palavras de Alex, o personagem do romance distópico *Laranja Mecânica*, “um zoológico humano” (Burgess, 2012[1962], p. 134). Estas mudanças visam a galvanizar as condições econômicas, sociais e morais da hegemonia neoliberal. Este modelo de estatismo penal, o “novo Leviatã”, prossegue Wacquant, é *made in USA*, surge com o republicano Ronald Reagan na década de 1980 e espalha-se rapidamente pela Europa Ocidental, com mais ênfase na França e na Inglaterra. Na primeira década do século XXI, dissemina-se pela América Latina, de modo indistinto entre governos de direita e de centro-esquerda. De acordo com o sociólogo francês, a chamada “globalização” não é outra coisa senão “un processus stratifié d’*américanisation différenciée e diffractée* (*ibid.*, p. 179, grifos do original).

Para que este modelo de *americanização* do mundo grassasse e fosse importado globalmente foi imprescindível uma campanha de “marketing ideológico” operado pelas agências estatais em conluio com setores dominantes do meio empresarial. O projeto

marqueteiro centrava-se em tergiversar acerca da relação capital-trabalho, da proteção ao trabalhador, e da manutenção da “ordem social”. Na prática, ocorreu uma restrição das garantias trabalhistas e um aumento quantitativo exponencial de pessoas encarceradas, o que marca “um déplacement de la gestion assistantielle vers la gestion pénale de la marginalité urbaine” (*ibid.*, p. 175); em outras palavras, “la transition de la supervision sociale à la supervision pénale de la pauvreté” (*ibid.*, p. 179). Conservar e garantir um estado de coisas permanente de insegurança social é a fonte de onde o Estado neoliberal tira sua existência.

Nesse sentido, a gestão penal da precariedade social não se limita tão-somente às políticas de encarceramento massivo: no Estado penal-punitivista, a criminalização da pobreza percorre diversas estratificações dos aparelhos policiais, judiciais e penitenciários. Ademais, ela se esparrama por todas as políticas públicas que, de alguma forma, tácita ou explicitamente, são organizadas como técnicas de operacionalização para manejar o controle das camadas pauperizadas. Assim, essa forma de gestão está nas políticas de saúde, de habitação e até mesmo de proteção infantil. Wacquant usa o termo *social-panoptismo* para dar conta dessa associação entre políticas públicas assistencialistas e Estado penal. Segundo o autor, a regulação punitiva dos pobres se efetua mormente pela intermediação de dispositivos panópticos cada vez mais refinados e intrusivos, diretamente integrados aos programas de proteção e assistência social.

Le souci louable d’une plus grande efficacité dans l’action social conduit en effet à placer les populations démunies sous une supervision d’autant plus étroite et tatillonne que les diverses bureaucraties chargées de traiter l’insecurité sociale au quotidien – agences pour l’emploi, services sociaux, caisses d’assurance maladie, hôpitaux, offices du logement public, etc. – systématisent leur collecte d’informations, mettent leur banques de données en réseau et coordonnent leurs interventions (*ibid.*, p. 123)¹⁰³.

Destarte, adverte Wacquant, diante de todas estas injunções contextuais supracitadas, propagou-se mundialmente um novo senso comum penal, capitaneado pelo estatismo, mas com o apoio considerável de seus aliados nos campos empresarial, midiático e acadêmico. Sobre este último campo, quero dizer, o endosso dos intelectuais às políticas do Estado penal, Adalton Marques pontuou que a “sociologia da violência”, mormente a ala paulista dessa corrente científica, “delimitou os meios democráticos adequados pelos quais o governo civil teria de se conduzir para combater a criminalidade urbana – de maneira análoga à Doutrina de Segurança Nacional, que havia fixado o tipo de objetivos que o governo militar punha para si frente à questão da subversão política” (2017, p. 292). A sociologia da violência

¹⁰³ O “social-panoptismo” em Wacquant estabelece franco diálogo com o conceito de “biopolítica” em Foucault.

se tornou, nos dizeres de Marques, “uma conselheira de governo”. De acordo com este autor, embora embebida em propósitos humanitários de “defesa dos direitos humanos” e “garantia da democracia”, as teses científicas da sociologia da violência não lograram alterar o estado de coisas do sistema prisional, senão contribuíram para desenvolver o fundamento punitivo-desenvolvimentista que medeia o debate da segurança pública no Brasil nos últimos três decênios; em outras palavras, tais teses endossaram, no plano teórico-político, medidas expansionistas do sistema carcerário.

Segundo Marques (2017), sob a égide do tríptico democracia-segurança pública-direitos humanos como teoria social e forma de governo, se salientou um modo de gerenciamento governamental que colocou as tecnologias policial, judicial e penal num gradiente regulável de qualidade democrática e monitoramento dos direitos humanos; trocando em miúdos, a partir do tríptico, pensou-se num ajustamento das práticas policiais, judiciárias e penitenciárias atreladas à defesa do “Estado democrático de direito” e às garantias dos direitos humanos. O resultado histórico-material foi bem distinto do “pretendido”: casos de violações à dignidade humana como chacinas e modalidades diversas de tortura, principalmente capitaneadas pelas agências policiais, pulularam em todo o país; os presídios foram abarrotados de pessoas advindas das camadas populares; massacres de batalhões especiais da polícia contra presos amotinados (o mais famigerado destes é o Carandiru, com 111 mortos, mas houve vários outros casos que Marques relata); assassínios coletivos de membros de facções inimigas dentro dos circuitos carcerários (vale salientar que todos os presos estão teoricamente sob a tutela do Estado); etc. Seria cômoda a análise que alegasse ingenuidade das agências do estatismo na condução das políticas, já que os efeitos se mostraram contraproducentes às pretensões. Na realidade, o tríptico democracia-segurança pública-direitos humanos representa a “jogada de mestre” do Estado punitivo-desenvolvimentista. Sob a roupagem de um viés pretensamente humanista, o que se obtém é um subterfúgio estratégico para colocar em legitimidade uma política silenciosa de gestão penal dos pobres. Adalton Marques expõe o argumento de maneira sucinta e elucidativa:

É um tanto fácil, quanto anacrônico, afirmar, agora, que essa história de expansão carcerária respondeu a propósitos punitivistas. Ao contrário, essa intolerável situação em que nos encontramos foi constituída pelas melhores razões democráticas e humanistas. Foi a busca para atender às exigências por melhores condições carcerárias, governo após governo, que consolidou esse estado de coisas (2017, p. 267).

Nesse contexto, a mitificação social encampada pelo estatismo e pelas agências midiáticas de “combate ao narcotráfico” e aos “traficantes” tem causalidade incontornável com a expansão carcerária nos últimos trinta anos. Esta “guerra às drogas” tem como função primordial o aperfeiçoamento da gestão e do controle sobre as camadas pauperizadas via sistema penitenciário. Neste momento, quero trazer a fala de alguns destes “bandidos” capturados pela lei proibicionista brasileira. Eles narram algumas histórias de suas passagens pelo sistema prisional, expondo suas experiências materiais e subjetivas. Memórias do cárcere.

Raposo comenta sobre a primeira vez em que foi preso, após uma tentativa de assalto frustrada a uma lotérica na cidade de Pacajus, na região metropolitana de Fortaleza, e relata sobre os “convites” a que todos estão expostos.

Na verdade, a cadeia não é centro de reabilitação, é uma máquina de fazer bandido. Quando você entra numa cadeia, no sistema, parece que você entrou num programa de computador, que ali tudo é ligado. Tu conhece tudo, sabe onde todo mundo tá, pode rastrear toda e qualquer pessoa. Eu fui pra “casinha do cachorro” [nome popular de uma cadeia pública] que tem lá em Pacajus, que é só um corredor com uma grade, muita bosta no chão, todo tipo de excremento, aí os tapuru [vermes] sobe pela parede e fica caindo em cima de você. Ali, tu já tá no auge do cansaço, totalmente debilitado, doido pra dormir e procurando canto sem ter. Gente demais! Aí você tem que chegar na humildade pros cara, passar ciência do que tá se passando, ‘ó, não tô conseguindo, tô querendo dormir’... Num corredor que era pra caber duas pessoas têm catorze, aí fica sete sentado até meio-dia e sete em pé. Aí os que tão em pé depois troca, entendeu? Aí a mulher veio com a quentinha [marmita], eu rasguei a tampa da quentinha, fiz uma bolinha e botei aqui no ouvido e no nariz pra quando eu fosse dormir não entrasse tapuru, entendeu? Quando eu cheguei no X [cela] onde eu tava, irmão, tinha que dormir no pé do banheiro, que tava muito lotado, molhado direto, muita barata, o cheiro horrível. Só depois que eu consegui, que peguei o entendimento de como a cadeia funciona, de como sobreviver dentro da cadeia, sendo respeitado, entendeu? Sem ser ferido a minha integridade, fisicamente nem nada... mas eu aprendi tudo isso, estudando muito, calado, escutando muito, falando pouco, aí eu comecei a botar o crime pra gerar lá. Via as coisa errada que acontecia, aí comecei a botar pra gerar. Daí chegou os caba em mim dizendo assim “irmão, chegou uns camarada aqui e tal e tal, do presídio, perguntou se você queria fazer parte do CV, se você queria vestir a nossa camisa e tal.

Papagaio me conta sobre um episódio em que foi torturado. Em uma das conversas que tivemos, ele me falou que pretendia “deixar o crime” e ingressar nas subcategorias do mundo do trabalho capitalista destinadas às populações periféricas. A cadeia tinha deixado sequelas físicas e psicológicas nele.

[Então, tu não quer mais traficar?]

Não, quero mais não, porque eu sei o que é cadeia, ladrão. Negada tá matando todo mundo.

[Por que é que tu num quer mais?]

Porque num dá mais pra mim cadeia, cara. Cadeia é cruel. É veneno, cara. É um almoço e janta só, e peia, todo dia.

[E lá no 13º (Distrito Policial), como era, conta aí...]

Todo dia eu pedia pra ir pro presídio, mas num me transferiram não mah. Da última vez que me pegaram eu tava com um mandato em aberto e num sabia. Quando eu fui no IML fazer o exame [de corpo delito], quando eu tava me vestindo botei o celular dentro da carteira, que era um bem pequeninim. Aí quando cheguei no 13º, [os policiais disseram] “agora você vai pra tranca, esperar seu almoço e esperar os procedimento. Eu disse “tá certo”. Tinha oito presos, ninguém queria me aceitar. Aí quando eu fui entrando lá tava lotado de muriçoca, mosquito do tamanho duma mosca, aí eu “e aí, galera”, e mostrei o celular de um jeito pra câmera num pegar. Aí me acoquei bem assim e saí ligando pra todo mundo. Quando liguei pro [Y], aí lá vem o *chaves*; o *chaves* é o cadeado, é tanto código que tem na cadeia. Lá vem o agente pra abrir a cela: “Bora, de quem é esse celular. Fica todo mundo nu. Vai todo mundo apanhar aqui agora”. Menino, foi peia, só de cassetete aqui nos dedo ó, aqui nos cotovelo, aqui ó... Foi duas sequência [de espancamento], na hora da terceira, o cara foi e disse assim: “vai, [Papagaio], se acusa”. “Eu num vou se acusar não, porque na hora de ligar todo mundo precisou, num vou apanhar sozim não, vai apanhar todo mundo, se alguém me entregar quando chegar lá no X [cela do presídio], vai ver, lá na triagem também, se eu falar que é cabueta na triagem vai morrer tudim. Aí o policial disse: “é teu, né”. Aí o policial me puxou, deu um chute nas minhas costas, na minha barriga e no meu ovo, pegou outro lorim que tinha feito a fuga e esbagaçou ele também de peia, aí trancaram nós dois, molharam o chão todim e mandaram nós passar a noite todinha de pé. Lá no 30º [DP] também do mesmo jeito: peia, peia, peia... No 30º, o almoço era arroz, feijão, cuscuz e macarrão com mortadela, mas só que dentro da comida vinha um bolão assim de cabelo ó... e uma ponta de agulha pra gente morrer engasgado!

[Mentira mah?]

Tu acha que eu vou mentir pra você. *A vida do crime é louca!* Eu vi [a agulha] umas duas vezes. “Ei galera quem chegou agora, os toque aí pros novato pra catar a comida, que tem agulha pra gente morrer aqui e num tem socorro não”. Tinha preso com tuberculose, com virose, e ele davam uns comprimido assim ó: jogava os comprimido. Na minha cela chegou a ter 13, e só cabia 7. O almoço entra 10h30 e a janta entrava 3e meia. Num tinha café da manhã, só isso! Aí num dia chegou o inspetor chefe, querendo falar com a gente. “Vou liberar merenda pra vocês hoje”. Aí liberou o pacaio [tabaco artesanal] e o cigarro. Aí nos outros dias num veio não. Aí uns dois dias depois, ele volta: “Eita, é o inspetor, veio liberar o café”. “Taqui o café de vocês, pow”, deu foi um tiro na cela, nós tivemos que se abaixar. Ficou só um bolão de pólvora assim dentro da cela, aí mandou eu o [Y] e o [Z] ficar nu dentro da cela, depois no pátio, aí passamo meia hora lá no sol. Tu é doído, eu voltei bem maguim da cadeia mah.[Quando conversamos, Papagaio tinha saído há oito dias do presídio]. Uns cara hoje me chamaram pra roubar uma lotérica, mas num vou não. Se eu for preso, sabe o que quê dá? Quebra de regime. Quebra de regime eu fico seis meses trancado. Depois de seis meses, que eu fico na CPPL [presídio], né, aí eu vou lá pra Pacatuba, no semiaberto, aí fico quatro anos puxado pelo pé [com tornozeleira eletrônica], compensa?.

Noutro momento da conversa, Papagaio discorre sobre as “leis” intestinas dos presidiários, os códigos morais e de convivência que vigoram neste espaço social.

[Quando é cabueta [alcaguete] a negada mata mesmo, quer nem saber?]

Mata... maata! O cara escolhe pra morrer: ou o cara morre por coquetel, eles pegam uma ruma de droga, mistura com café, ou o cara morre de cossoco [arma artesanal que se assemelha a um objeto cortante e perfurante], ou morre enforcado, aí o cara escolhe.

[Mas isso aí varia de cadeia pra cadeia, né não?]

Todas as cadeias, todos os presídios.

[Mas como é que vai saber quem tá falando a verdade, tu ou ele. Se ele disser “não, esse bicho aí tá mentindo”]

Tem que provar o bagüi [bagulho]... o bagüi é o cara que tá preso porque ele cabuetou. E quem tá preso também tem um bocado de testemunha que ele é cabueta, mas se uma pessoa só der a voz... O cara vê quando o cara é cabueta, o cara é noia mah, *todo noia é cabueta*. Aí tendo oito na minha cela e os oito ouvindo eu falar que ele é cabueta, então tem oito do meu lado, contra só ele. Aí pronto, ele num tem pra onde correr... (grifos meus).

Nas conversas com os interlocutores, as experiências narradas acerca das histórias vivenciadas nas prisões me pareceram muitas vezes ainda mais impressionantes do que as que eu já tinha visto em filmes ou lido em revistas, jornais e livros. Talvez porque houvesse ali, nesse encontro, uma escuta atenta e compreensiva. As cenas de tortura, desumanização e escatologia que me eram contadas me inquietavam internamente, produziam em mim certo gradiente de ansiedade e estresse, e me fizeram dar pausas estratégicas de uma ou duas semanas entre uma entrevista e outra para poder digerir e elaborar psiquicamente toda a densidade e sofrimento daquelas narrativas.

Parece-me demasiadamente ululante o fracasso da prisão em sua dimensão humanitária. Este é inclusive um axioma lugar-comum. É difícil, muito difícil, encontrar alguém disposto a questionar essa evidência, mesmo entre aqueles que a administram e a gerenciam. Todavia, desde o sistema de pensamento dos segmentos populares, passando pelos setores médios e abastados, pelos intelectuais da academia, e chegando às “autoridades” do estatismo, nunca se pensa em desinvestir do sistema penitenciário e adotar outro paradigma penal, mas incansavelmente se propõe a reformá-lo. Como nos ensinou Michel Foucault (2013a[1975]), há quase dois séculos o sistema prisional vem sendo receitado como seu próprio remédio: a insistente repetição das técnicas penitenciárias surge como *único* modo para consertar seu fracasso perene. A “reforma” do sistema penitenciário é contemporânea de sua própria fundação; reformar a prisão é o imprescindível programa administrativo do sistema prisional.

No entanto, se a obviedade do seu “fracasso” rasga nossos olhos de tão cristalina, por que e como o sistema penitenciário se mantém como “detestável solução, de que não se pode abrir mão” (Foucault, *op.cit.*, p. 218)? Ora, voltamos à questão central desse capítulo: porque, ao produzir uma delinquência útil aos jogos socioeconômicos da semiótica hegemônica, se converte como parte inextricável do *sistema de relações sociais do crime*. Para a estrutura reticular desse sistema, a prisão não é um “fracasso”; pelo contrário, ela cumpre obstinadamente com a sua funcionalidade sistêmica dentro das relações criminais.

A prisão, ao aparentemente ‘fracassar’, não erra seu objetivo. [...] ela desenha, isola e sublinha uma forma de ilegalidade que parece resumir simbolicamente todas as outras, mas que permite deixar na sombra as que se quer ou se deve tolerar. Essa forma é a delinquência propriamente dita. [...] Em resumo, se a oposição jurídica ocorre entre a legalidade e a prática ilegal, a oposição estratégica ocorre entre as ilegalidades e a delinquência (Foucault, *op.cit.*, p. 262).

Em *Vigiar e punir*, Foucault (2013a[1975], pp. 9-67) descreve os suplícios brutais aos quais eram submetidos os condenados nos séculos XVII e XVIII na Europa, principalmente na França. São relatos de castigos absurdamente cruéis e sádicos. A prisão então surge, entre o final do século XVIII e o início dos Oitocentos, como punição “civilizada”. O que pensarão as gerações futuras, quiçá do século XXII, acerca dos “suplícios brutais” aos quais estão submetidos os condenados nos atuais presídios “modernos” do século XXI?

4 AS ARTES DE FAZER O CRIME NO GRANDE TANCREDO NEVES

A criminalidade dos agentes pauperizados abarca uma miríade de signos que resulta em diversificados modos de operar criminalmente sobre o mundo social face aos contextos situacionais nos quais estão inseridos. A essa heterogeneidade de práticas e maneiras de encampar agenciamentos denomino *artes de fazer*¹⁰⁴ o crime. Valho-me de uma perspectiva certereuniana para compreender essas ações práticas como “artes de fazer”, quero dizer, modos de agir que arrostam as injunções às quais estes agentes estão pretensamente submetidos.

No trabalho de campo, estas agências muitas vezes se mostraram caóticas e desordenadas no tocante a uma tentativa de captura analítica. Estes agenciamentos são tão variáveis e múltiplos que muitas vezes soam ao pesquisador (foi assim que me pareceram) como um quebra-cabeças ininteligível, impossível de assimilação empírica integral. São abundantes oralidades, linguagens, códigos, rituais e corporalidades regulares e irregulares praticadas na esfera do cotidiano que tomam uma dimensão transbordante enquanto modos de ação.

4.1. A “escolha” é uma escolha? Compreendendo o ingresso nas relações criminais

Analisando a *socialidade favelada*, pode-se decretar que alguém “escolhe” ser “bandido”, como se fosse uma escolha prática entre ser “traficante”, médico ou engenheiro? Que opções profissionais surgem como viáveis às gerações de jovens que nascem nas favelas brasileiras? De que maneiras as muitas privações materiais e simbólicas interferem na dinâmica psíquica dos agentes da criminalidade pobre? Como as violências físicas e subjetivas do estatismo e da semiótica do poder incidem nos agenciamentos e nos modos de pensar dos indivíduos que aderem à carreira criminal? Se, como já foi tratado neste trabalho, não há uma causalidade direta entre crime e pobreza, “qual é a sequência de eventos e experiências pela qual uma pessoa se torna capaz de levar adiante [...] [um comportamento desviante], apesar dos elaborados controles sociais que funcionam para evitar tal comportamento?” (Becker, 2008[1973], p. 70).

¹⁰⁴ Me apoio nas *artes de fazer* conceituadas por Michel de Certeau: “Essas ‘maneiras de fazer’ constituem as mil práticas pelas quais usuários se reapropriam do espaço organizado pelas técnicas da produção sociocultural [...] [são] formas sub-reptícias que são assumidas pela criatividade dispersa, tática e bricoladora dos grupos ou dos indivíduos” (2014[1980], p. 41).

Conversando com dezenas de pessoas que aderiram às atividades do crime no GTN observei que esta “escolha” – na maioria das vezes elaborada ativa e conscientemente e quase nunca irrefletida – é atravessada por variáveis sociais (contextos macros e microsociológicos)¹⁰⁵ e individuais (endógenas, psicológicas) que lhe conferem um caráter multiconfiguracional de disposições a agir.

4.1.1. “Criei minha fiazinha só às custa de [vender] droga”

Dentre estas configurações, uma que se apresenta como axioma é a luta por sobrevivência material. Bob Marley (1974) cantava que “a hungry man is an angry man”. O *rapper* Rincon Sapiência (2017b) sublinha que a “educação é negada, jogaram as sementes, a terra foi regada, brotaram os indigentes, *pra resolver geladeira vazia tão enchendo o pente [das armas]*”. Na mesma trilha, Chico Science (1994) entoava estes versos lancinantes em meados dos anos de 1990: “Em cada morro uma história diferente, que a polícia mata gente inocente. E quem era inocente hoje já virou bandido, pra poder comer um pedaço de pão todo fudido. Banditismo por pura maldade, banditismo por necessidade, banditismo por uma questão de classe”.

Um dos jovens envolvidos com atividades criminais no Rio de Janeiro entrevistado por Celso Athayde e pelo *rapper* MV Bill pontuou que “ter a visão do crime é saber que o crime é um meio de sobrevivência pra você e sua família” (Athayde *et al.*, 2005, p. 250). Queria apresentar algumas falas que ajudam a entender a questão:

Entrei porque minha mãe e meu pai num tinha muito condições de dar as coisas pra gente, aí resolvi entrar, passei pra querer roubo, mas aí eu vi que tinha pena dos outros, das vítimas. Fui duas vezes, aí eu senti pena. Aí eu “não, essa vida né pra mim não”. Aí eu vim pressa aqui, aí eu gostei, né? Só nos corre mesmo! E tô aí até hoje, né, mah, lutando aí pra sobreviver. [...] Nessa época aqui, muita gente entrou no mundo do crime mah, por causa da inflação e do desemprego mah, porque tava necessitando de comida, de gás, aí num tem como. A gente que já somo muito veterano, a gente recruta os menino da geração nova, dá casa, dá moto, fornece a mercadoria, dá arma, aí eles começa (Pango, 28 anos, “patrão” de um território no GTN).

Eu num estudei não, baitola, num tenho emprego não. Botei um... na Fábrica Fortaleza, botei um currículo. Só que é difícil ser chamado né, parceiro. Se eu for chamado eu me abraço, né.
[Mesmo se for pra ganhar só mil conto?]

¹⁰⁵ De acordo com Michel Misse, “motivações individuais para o ingresso numa carreira criminal podem apontar tanto para situações micro como para situações de conexão micro-macro, mas dificilmente apontam diretamente para situações macro” (2011[2006], p. 79).

Eu me abraço. Me abraço, tu é doido, quero sair mah. Tu é doido, quero ficar nisso aqui não. Tô falando mah, é um quebra-cabeça, o cara tem que saber quem tá ao seu redor, mah. Se preocupando e tal né mah.

[E quando tu pensa “macho, eu tô no crime é por isso”, o que é, qual é motivação, a grande motivação?] (Nesse momento da conversa, Samurai se desdiz sobre trabalhar para ganhar “apenas” mil reais).

É pra sobreviver, mah. Sobrevivência, pra sobreviver né, mah. Tenho outro meio de vida não, mah. Que eu ajudo os outro, mah. Cara chega aqui pede 20 conto, 30 conto. Tu viu aí oh... chegou o cara... chegou um aqui agora. Porque o que gasto aqui é muito dinheiro, mah. A família em cima de mim, tem minha mulher, essas duas aí (aponta para o quarto onde estavam a cômputo e o filho recém-nascido), o cara gasta que nem uma porra, mah. Aí tu acha que um salário vai dar, mah? Um salário? Gastei quase duzentos conto só de remédio. Com o meu filho e ela (a recém-nascida). Gastei. Tem como não, mah. Tem muita gente desempregada, mah. É 14 milhão. Aumentou, mah. Era 12 (milhões), né? Hoje em dia eu tiro só pra sobreviver, eu nem uso droga não, tá entendendo. Tem meus cliente, entendeu. Não gosto de traficante, não (aqui ele se refere de forma depreciativa ao varejista que recebe clientela a todo instante na porta de casa ou o “avião” que despacha na bocada). Eu só tenho três cliente vip, mah. Não é pra qualquer pessoa, não. (Samurai, 30 anos, “traficante”).

Aí pronto, criei minha fiazinha um certo tempo só às custa de droga (Cleandro, 45 anos, desempregado. Ele foi um dos pioneiros no fornecimento de crack no GTN em meados dos anos de 1990, mas hoje não participa mais diretamente das atividades criminais na região).

Portanto, queda evidente que considerável parcela dos agentes favelados que encampam atividades criminais, excluídos do campo privilegiado e assimétrico das oportunidades civis e socioeconômicas do mercado de trabalho capitalista contemporâneo, não conseguem tatear objetivamente outra alternativa viável e pragmática para custear as despesas alimentares básicas de suas famílias senão as práticas delitivas.

4.1.2. “Se quiser [ganhar] uma coisinha a mais tem que ir pro crime mesmo”

Se a questão da sobrevivência material familiar se apresenta como desencadeadora da “escolha” pela opção criminal nas vidas de Pango, Samurai e Cleandro, outra motivação recorrente, já adiantada na fala de Samurai, é a dissimetria da equação entre ganhos financeiros e força de trabalho empregada nas subcategorias do mercado de trabalho capitalista destinadas às populações marginalizadas quando comparadas às quantias obtidas em atividades ilegais das camadas pobres. As vantagens econômicas das práticas delitivas se sobrepõem largamente sobre o “trabalho de otário” (Zaluar, 1994[1985]). Nesse caso (e em todos os demais), a “escolha” pelo ingresso no sistema de relações sociais do crime tem uma dimensão política, na medida em que há uma reflexão avaliativa sobre este agenciamento e uma não submissão ativa ao “alinhamento disciplinar” imposto pela ordem hegemônica.

Nesse sentido, Certeau sublinha que a opção pela atividade delinquente consiste em um princípio de existência no qual a rede social não oferece mais “saídas simbólicas e expectativas de espaços a pessoas ou grupos, onde não há mais outra alternativa a não ser [uma “escolha” entre] o alinhamento disciplinar e o desvio ilegal, ou seja, uma forma ou outra de prisão” (2014[1980], p. 214). É exatamente essa a leitura que me fez João, que trabalhava com assaltos, homicídios e com o tráfico varejista. Alguns meses após nossa conversa, ele foi morto por um policial durante uma tentativa malsucedida de assalto.

Se fosse pedreiro, ganhava mil reais trabalhando o dia todo no sol quente. Se for pra trabalhar de servente, pintor, carpinteiro, o nêgo num sai dali! Dá não mah, pra trabalhar assim não. Se quiser uma coisinha a mais tem que ir pro crime mesmo. Agora tô aqui ó, ganhando minha céda (cédula, dinheiro), sem botar peso nem debaixo do sol quente. Nós num precisava trabalhar não mah. Era pra nós poder andar de cavalo, ter água limpa, plantar, comer, ficar deitado numa rede... né assim que o Racionais (MC's) fala? Mas o homem é ambicioso, ele estragou tudo, como o Facção (Central) diz¹⁰⁶.

Outras narrativas que surgem dão conta do desemprego e da dificuldade de conseguir uma ocupação formal, mesmo com seguidas tentativas. Penso que a poética de Gonzaguinha (1983) cabe nesse momento: “Um homem se humilha se castram seus sonhos, seu sonho é sua vida, e vida é trabalho, e *sem o seu trabalho, o homem não tem honra, e sem a sua honra, se morre, se mata*” (grifos meus).

A falta de oportunidades no mercado de trabalho capitalista tem amiúde relação direta com a baixa escolaridade – e esta ocorre, mormente, devido às muitas lacunas atrativas e deficiências estruturais do sistema educacional público. A maioria dos agentes criminais com quem conversei havia abandonado a escola, muitos ainda no ensino fundamental. Não conheci nenhum praticante de atividades delitivas no GTN que possuía mais de dez anos de escolaridade. O sistema escolar não lhes oferecia vantagens simbólicas suficientes que os fizessem investir libidinalmente na instituição escolar. Na verdade, impera entre estes agentes uma quase indiferença à formação educacional formal. A evasão escolar é a norma. Pango, um “patrão” de um dos territórios do GTN, que, em épocas de bonança chega a amealhar de dez a quinze mil reais semanais, evadiu-se da escola na 8ª série. Pergunto-lhe por que desistiu. “Eu vi que estudo num tinha futuro não, mah. Estudava, estudava, e num via nada”.

O mal-estar crônico da escolarização pública é fruto de uma avaliação objetiva mediada cognitivamente pelos jovens favelados e implica num quase total desinvestimento

¹⁰⁶ Mais sobre a história dele pode ser lido na crônica “Vida e morte, João”; in *Revista Berro*, n. 3, pp. 19-20, 2015.

em relação à encantada meritocracia escolar: “Levam adiante, sem convicção, uma escolaridade que sabem não ter futuro. [...] [se converte em uma] resignação desencantada, disfarçada em negligência impertinente, [com a qual] desejam lembrar, dentro da Escola, que a verdadeira vida encontra-se fora dela” (Bourdieu e Champagne, 2003[1990], p. 224). Ao desinvestirem na instituição escolar, porque “estudava, estudava, e *num via nada*”, na verdade eles veem, numa leitura sagaz, que a escola não está orientada para transformar suas realidades materiais e culturais, mas, pelo oposto, funcionam para manter as dissimetrias de capitais entre os segmentos sociais, através de esquemas de classificação e seleção socialmente legitimados¹⁰⁷.

4.1.3. O prazer pelo risco e o ethos de aventura

Há outro impulso motivacional que precisa ser considerado na análise da “escolha” pela atividade delitiva. É a assunção de um *ethos* de aventura, um desejo libidinal de prazer pelo risco que parece dar sentido à vida de muitos dos que optam pelas relações criminais. A “adrenalina” das práticas delituosas dá o ritmo de suas sensações e anima seus espíritos em paradoxismo ao marasmo existencial de suas vidas banais: sem escola, sem trabalho, sem lazer, etc. Dialogando com o assunto, Erving Goffman sustentou que “nas bordas da sociedade, há poças de pessoas que aparentemente acham razoável se engajar diretamente nos feitos arriscados de uma vida honrada. [...] Sua alienação de nossa sociedade as liberta para serem sutilmente induzidas a perceber nossas fantasias morais” (2011[1967], p. 255).

Ademais, Goffman (2011[1967]) sublinhou que as oportunidades e os riscos amiúde não são claramente discerníveis em uma mesma análise contextual. Segundo este autor, o que leva os atores criminais a encampar seus agenciamentos é a busca por atividades que gerem expressão, que os ponha em perigo mesmo que por momentos fugazes, pois estas ações conseqüentemente lhes trarão o respeito dos outros. A ação, diz Goffman, somente surge quando o “indivíduo voluntariamente arrisca chances conseqüentes percebidas como evitáveis. Normalmente, a ação não será encontrada durante a rotina de trabalhos úteis, em casa ou no emprego. Pois aqui as coisas são organizadas de forma a deixar as chances de fora” (*op.cit.*, p. 88).

¹⁰⁷ De acordo com Bourdieu (1996[1994]), “a instituição escolar contribui [...] para reproduzir a distribuição de capital cultural e, assim, a estrutura do espaço social” (p. 35), no sentido de que as mais altas instituições escolares, aquelas que levam às mais altas posições sociais são “cada dez mais monopolizadas por crianças de categorias sociais privilegiadas” (p. 36).

Dessa forma, a agência goffmaniana não está na reprodução mecânica – na escola, no trabalho, na família etc. – das técnicas de ação ditadas pelos meios de produção simbólica da realidade, mas só existe enquanto tal nas práticas fortemente orientadas à autodeterminação, que arriscam chances potenciais de fugir aos condicionamentos disciplinares¹⁰⁸. Por isso, como efeito, muitas vezes estes agenciamentos de risco têm um componente egocêntrico.

Peço licença para abrir um parêntese que dialoga com o tópico, mas não de maneira direta. É interessante ressaltar neste momento que Sérgio Buarque de Holanda (2015[1936]) sublinhava que o espírito aventureiro do homem cordial no Brasil tem uma ascendência portuguesa. Para o autor, que elencou duas categorias típico-ideais antinômicas (aventureiros x trabalhadores), o que possibilitou a exploração do sertão brasileiro já no século XVII pelos bandeirantes paulistas – descendentes de linhagem portuguesa – foi sua “ética da aventura”. Segundo Holanda, no processo de colonização brasileira, o tipo “aventureiro” (portugueses) ignora as fronteiras, mira os horizontes distantes, tem desejo por novas sensações, ao passo que o “trabalhador” (holandeses) é mais cauteloso e prudente, tem um desejo por segurança, seu raio visual é mais restrito, pensa sempre antes nas dificuldades que vão surgir do que nas conquistas possíveis etc. Estes dois tipos ideais, que, como bem ressalva o autor, não possuem existência real pura, mas são apenas configurações heurísticas criadas para facilitar a análise, são encontrados em todas as épocas históricas. Nas sociedades ágrafas, por exemplo, manifestam-se na distinção entre os povos caçadores-coletores e os lavradores. O autor de *Raízes do Brasil* pontua que o gosto por aventura, em meio a uma diversidade de fatores, foi decisivo na construção da cultura brasileira. Ele sugere: “Essa ânsia de prosperidade sem custo [...], de posições e riqueza fáceis, tão notoriamente característicos da gente de nossa terra, não é bem uma das manifestações mais cruas do espírito de aventura?” (2015[1936], p. 46).

Sou levado a concordar em parte com Holanda. Admito que sua tese, sob minha ótica, apresenta uma perspicaz leitura histórica e sociológica que não pode ser completamente refutada. Ela pode ser aplicada, por exemplo, para ajudar a entender o padrão médio do

¹⁰⁸ Erving Goffman se debruçou largamente sobre a ação humana no campo da sua “sociologia das ocasiões”. No último texto de *Ritual de interação: ensaios sobre o comportamento face a face*, intitulado “Onde a ação está” (2011[1967], pp. 144-257), é possível compreender parte da sociologia goffmaniana. Diz ele, já na parte final do ensaio: “Ao procurar onde a ação está, chegamos a uma divisão romântica do mundo. Em um lado estão os lugares seguros e silenciosos, o lar, o papel bem regulado nos negócios, na indústria e nas profissões; no outro estão todas as atividades que geram expressão, exigindo que o indivíduo dê a cara para bater e se coloque em perigo por um momento passageiro. É a partir desse contraste que confeccionamos quase todas nossas fantasias comerciais. É a partir desse contraste que delinquentes, criminosos, apostadores profissionais e esportistas ganham seu próprio respeito” (*op.cit.*, p. 256).

“homem cordial” brasileiro. Todavia, penso que ela não pode ser projetada forçosamente como possível explicação para o *ethos* de aventura dos agentes criminais das favelas brasileiras. Diria que neste caso não é uma ascendência portuguesa que incita a sua vontade por, ao correr riscos, resistir a uma vida despotencializada, mas sim uma ascendência iorubá, zulu, benguela, cabinda, angola, haussá, bariba, angico, macua, bem como kariri, tremembé, tabajara, potyguara, anacé, tapeba, pitaguary, kanindé, jenipapo-kanindé etc.; ou seja, é efeito dos reflexos vivenciados ainda hoje como dimensão espiritual pelas classes populares a partir de uma história comum de espoliação e opressão também sentida à época pelas muitas etnias africanas e indígenas escravizadas (no caso dos autóctones, também dizimadas). São tempos-espacos diferentes, mas que guardam violências similares que flutuam na poeira do tempo e decantam no imaginário e na psique coletiva das populações historicamente marginalizadas. Já escrevi em outro momento sobre o *ethos* de aventura e de resistência das etnias africanas:

Desde os primeiros anos do tráfico negreiro, ainda em meados do século XVI, os quilombos, as fugas em massa, os assaltos às fazendas, as revoltas individuais e coletivas e as tentativas de insurreições fizeram parte de todo o arcabouço de resistência que compreendia o comportamento do negro dentro do sistema escravista. O Quilombo dos Palmares, que se formou no século XVI (1597), na serra da Barriga, então capitania de Pernambuco, hoje parte de Alagoas, que durou quase um século (até 1694) e chegou a reunir, no seu auge, mais de 20 mil escravos fugidos, é um claro exemplo da insubmissão negra. Na verdade, em nenhum momento do sistema escravista, no Brasil ou em qualquer parte da América, os negros deixaram de lutar, sempre movidos por sentimentos de liberdade. [...] Com o passar dos séculos e a permanência da escravidão, a resistência negra foi tornando-se cada vez maior. Nas décadas que antecederam a abolição, a população negra dava sinais claros de luta por uma libertação coletiva e de construção efetiva e decisiva de uma consciência negra. Nos últimos anos antes da assinatura da Lei Áurea, os escravos empreendiam revoltas de maior relevo, e já contavam com um forte apoio popular, além da propaganda abolicionista totalmente favorável à sua causa (Pires, 2014a, n.p.).

Estabelecendo um debate com Stanley Tambiah (1996), proponho uma reflexão que pretende dialogar com o conceito de conflitos “etnonacionalistas” neste autor. Uma vez que os grupos brasileiros marginalizados e criminalizados, situados em configurações estruturais de negligência e omissão estatal, que sobrevivem em condições precárias, amiúde sem instalações hidrossanitárias e elétricas, habitam áreas de riscos e precisam lutar cotidianamente para sobreviver, e posto que estas pessoas são majoritariamente afro-ameríndias descendentes, poderíamos pensar essa estigmatização social também como exclusão étnica? Seria a *criminalização da pobreza* no Brasil um conflito étnico encoberto

pelo mito freireano de “democracia racial”¹⁰⁹? Parece-me que há uma congruência entre pobreza, espoliação e as diversas “etnias” negras e ameríndias no Brasil. No curso ordinário da vida cotidiana tudo ocorre e é legitimado como se esta marginalização étnica fosse uma mera coincidência da ordem das coisas. No entanto, saliento que esta configuração excludente faz parte de um atávico projeto estatal-empresarial de poder sobre segmentos historicamente espoliados em direitos e dignidade. Dessa maneira, assim como na realidade do sul da Ásia, podemos afirmar que há também conflitos étnicos no Brasil do século XXI, mas aqui eles são ressignificados como “luta de classes”. Fecho aqui o parêntese.

Assim, ainda que não me furte à possibilidade dela ser apontada como uma idealização, proponho como hipótese empírica que os agenciamentos coletivos encabeçados por jovens negros faccionados nas favelas e periferias brasileiras é uma reatualização histórica das muitas lutas por resistência e liberdade encampadas pelas diversas etnias negras e indígenas escravizadas e dizimadas no Brasil colonial – em que pese a ressalva de que nos casos comparados os objetivos e pretensões com as lutas são deveras distintos.

Destarte, retomando o argumento central desse tópico, diria que esse *ethos de aventura* dos “bandidos” pobres configura-se como uma agência criminal recheada por enfrentamentos belicosos com a polícia e com grupos rivais. Esse *ethos* é a excitação espiritual da qual se valem para arrostar a inação de uma vida sem nada para fazer. As incertezas, imprevisibilidades e perigos, que flutuam frequentemente sobre suas ações, não são levianamente desprezados no seu *fazer*; pelo contrário, há uma propriedade avaliativa neles – um estado de prontidão sempre alerta a fazer rápidas análises situacionais (um saber empírico) – que implica que avancem ou recuem, insistam ou desloquem, apareçam ou fujam de acordo com cálculos configuracionais.

4.1.4. Consumo, dinheiro e sexo: a tríade hedonista da sociedade do espetáculo

¹⁰⁹ Não seria exagero afirmar que o mito do paraíso racial contribui até os dias de hoje para negar à maioria da população brasileira uma equidade no que diz respeito ao jogo das oportunidades civis e socioeconômicas. Gilberto Freyre, um dos mais conhecidos sociólogos brasileiros da primeira metade do século XX, ajudou a sustentá-lo em seu *Casa-Grande & Senzala*, com a tese de que o Brasil era “um país excepcional por ter sido capaz de engendrar a mais perfeita fórmula de equilíbrio de todos aqueles antagonismos mediante a mistura física e cultural de diversos povos desde tempos coloniais” (1980[1933], p. 335). A imagem da ausência de preconceitos e da alegada harmonia racial no Brasil, endossada inclusive nas esferas acadêmicas por muitas correntes, provoca uma negligência estatal e civil no que diz respeito a uma discussão aprofundada em relação às marginalizações étnicas na sociedade brasileira.

Outra configuração contextual que se apresenta como mola propulsora para a “escolha” pela agência delitiva são as muitas injunções hedonistas que imperam na contemporânea sociedade do consumo, na qual consumir é sinônimo de felicidade e vida plena. Henri Lefebvre (2008[1968]) denunciou que as cidades da modernidade tardia sobrevivem desse duplo-movimento: lugar de consumo e consumo de lugar. Por sua vez, Luiz Fábio Paiva (2014[2007]) sublinha que nos núcleos urbanos atuais, para integrar-se à cidadania cidadina, é preciso conectar-se ao padrão de consumo de bens e serviços para a autorrealização material e simbólica. Félix Guattari (1985) é enfático ao afirmar que o mecanismo do consumo funciona como um método de suplemento psíquico.

É bem verdade que somente se chegou a esse estado de consumo desenfreado a partir das técnicas cada vez mais psicológicas e *lobotomizantes* da publicidade. A *Black Friday* disseminada em todo o mundo é um exemplo emblemático de ondas de excitação fervorosas e entusiásticas formadas a partir de dispositivos publicitários. São momentos aterradores de transes coletivos, nos quais o fetichismo consumista se traveste homologamente a uma louvação religiosa: aqui, deus é a própria mercadoria¹¹⁰. Um dos métodos estratégicos do *marketing* publicitário, talvez o de maior eficácia, seja a obsolescência programada, ou seja, a profusão espetaculosa de “objetos de desejo” e “sonhos de consumo” propagados nos meios de comunicação de massa, nos *outdoors*, no cinema, na internet, etc. que, vítimas da sua inerente inutilidade, entram em desuso cada vez mais rápido. Mas, de modo ágil, são freneticamente substituídos por outros produtos tão inúteis quanto os anteriores, embora estes tragam em seu bojo o atestado de *novidade*: “Cada nova mentira da publicidade é também a confissão da mentira anterior” (Debord, 1997[1967], p. 47).

Por seu turno, Theodor Adorno (2015[1972]) ressalta que, num mundo onde predomina a escassez naquilo que é oferecido como vida, tais produtos não são mais feitos para atender às necessidades das pessoas, mas se voltam tão-somente para as estratégias de lucro e de dominação capitalista: “se alguma vez não houver mais monopólio, então se verá de forma suficientemente rápida que as massas não ‘precisam’ do lixo que lhes é fornecido pelo monopólio cultural” (p. 232).

¹¹⁰ Marx (1980[1867]) aborda o caráter “fantasmagórico” e fetichista da mercadoria, no qual esta objetifica-se e “ganha vida”, em causalidade direta com os processos de alienação e reificação: o capitalismo faz com que as relações entre os seres humanos pareçam relações entre coisas. Nesse sentido, capital e mercadoria são, portanto, relações sociais, e daí decorre toda a eficácia simbólico-cultural do sistema capitalista. Coadunando com a análise marxiana, mas propondo uma atualização teórica, Debord assevera que “o espetáculo é o momento em que a mercadoria ocupou totalmente a vida social. Não apenas a relação com a mercadoria é visível, mas não se consegue ver nada além dela: o mundo que se vê é o seu mundo. A produção econômica moderna espalha, extensa e intensivamente, sua ditadura” (1997[1967], p. 30).

Nesse sentido, é fundamental ao capitalismo financeiro do século XXI que as massas pauperizadas também adiram cumplicemente, através do consumo, à realidade que as fez pobres. A pobreza foi empurrada às compras, vide o pulular de *shoppings centers* em bairros periféricos Brasil afora: “A palavra exclusão conta apenas metade do processo, mas não conta a consequência mais problemática da economia atual, que é a inclusão degradada do ser humano no processo de reprodução ampliada do capital” (Martins, 2008[2002], p. 125). Os pobres, de maneira anacrônica, mas enfim estimulados pelos “esquemas motivacionais” da ordem dominante – para usar um termo de Goffman (2013[1963]) –, descobriram que consumir, no espetáculo capitalista, é também um passaporte para a construção de uma aparente dignidade – mas esta é tão fugaz como uma estrela cadente. Dessa forma, na contemporaneidade, o consumo alienado se converteu para os segmentos populares como uma obrigação adicional ao trabalho alienado. No Brasil, neste século, tanto os governos de centro-“esquerda” (Lula e Dilma) quanto os de direita (FHC e Temer) estimularam esse processo e então se produziu uma inclusão esquizofrênica: “pessoas que teoricamente não têm o que comer têm telefone celular, ou que não têm propriamente onde morar têm carro” (Martins, 2014, p. 180).

Guy Debord (1997[1967]) sustenta que na primeira etapa da dominação do monopólio econômico sobre a vida social presenciou-se um deslizamento nas relações humanas do *ser* para o *ter*. No espetáculo atual, em que toda a vida está completamente assenhoreada pelas dinâmicas exclusivistas da economia financeira, há um agravamento ainda mais desumanizador: passa-se do *ter* para o *parecer*. Portanto, aparentar – apenas aparentar – um padrão burguês de consumo é o novo *way of life* da pós-modernidade¹¹¹.

Entretanto, o jogo das possibilidades de consumo é demarcado pelo deus-dinheiro. Há um óbvio limite monetário que o pobre não alcança, nem mesmo na tentativa anódina da imitação superficial. Se a essência do problema reside justamente no fato de que ricos e pobres desejam os mesmos objetos de consumo, a ilusão publicitária é uma craque na arte da tergiversação: ao tempo em que ela aparece quase onipresente – aos gritos histéricos – nas tevês, rádios, jornais, *outdoors* e demais meios de propaganda exortando às compras e dizendo “todos podem”, numa suposta referência atrativa de que todos têm igual acesso à totalidade das mercadorias; na pragmática real, ela cochicha bem baixinho, num quase

¹¹¹ Para José de Souza Martins, a sociedade pós-moderna é marcada por um deslizamento rumo ao consumir e consumir-se, um mero jogo ilusório de aparências: “Mais do que sociedade do espetáculo, a sociedade contemporânea é a sociedade da maquiagem e da permanente e inócua preparação para o espetáculo que não se consoma senão como ensaio geral permanente” (2014, p. 170).

mutismo, para que ninguém ouça: “poucos podem”¹¹². Este malabarismo retórico é bem assimilado por quase toda a rede societal, que entende o jogo e sabe do seu conteúdo implícito e irrevelável, mas se sujeita a ele em meio à superabundância de “esquemas motivacionais” que são constantemente reatualizados pela semiologia hegemônica para assegurar as formas de dominação.

Todavia, existe uma ilha rebelde de irresignação nesse oceano de conformidade. Nesta icônica ilha, os coqueiros são pistolas e fuzis apontados na direção de todos aqueles que lhes negam as oportunidades de possuir os recursos materiais e simbólicos que desejam. Se o apelo ao imagético é a galinha dos ovos de ouro da pós-modernidade, os objetos de consumo tornam-se extensões estético-visuais de seus donos: os carros, celulares, aparelhos de tevê, roupas de grife, relógios, óculos escuros, joias etc. não são mais coisas em si mesmas, mas projeções idealizadas de seus possuidores. É como diz Pango: “Troco o visual, pinto o cabelo, boto óculos, me visto todo na grife”. Papagaio também ajuda a contar essa história:

Eu ganhava aqui mil real por semana, só pra mim, eu pintava e bordava. Tu é doido mah, era cruel, todo final de semana eu tava no *shopping* comprando roupa de marca, essas roupa aqui ó... era *Maresia*, era *Smolder*, era *Cyclone*, era chinelo, era meio mundo de roupa mah...
[Além de roupa, o que mais tu chegou a comprar?]
Televisão, joia, bujão[botijão de gás], fogão, uma cinquentinha [motocicleta 50cc]... perdi foi tudo. Eu tinha três cordão de prata, três pulseira, uma aliança de ouro, uma tevê destamanho aqui ó... tinha moto, tinha cinquentinha...

Assim, se a privação monetária se impõe como anátema insuperável para a obtenção destes meios projetionais, eis que os agentes criminais das favelas deslocam as regras do jogo à força violenta, subvertendo-as às suas necessidades libidinais, aos seus desejos de consumo. Em outras palavras, eles não querem acabar com o jogo, mas jogá-lo da melhor maneira que lhes convier, para isso alterando e descumprindo suas normas. Assim, os praticantes de atividades delitivas das comunidades pauperizadas “representam a conduta [...] dos que aceitam os fins do sistema, mas não os meios institucionais para alcançá-los” (Martins, 2014, p. 101).

Entretanto, para além do consumismo mercadológico, há um fetiche que se sobrepõe a todos os demais: “a fome canina do dinheiro”, como disse Marx (1980[1867]). O dinheiro se apresenta como fim em si mesmo, ele não necessita do consumo para fazer valer

¹¹² Em sua pesquisa com gangues e “galeras” de Fortaleza nos anos de 1990, Glória Diógenes percebeu que muitos dos seus interlocutores reivindicavam uma inserção nas formas burguesas de consumo: “A cultura de massa, ao difundir-se por todos os pontos da rede social, realiza um duplo movimento: fala que todos podem ter tudo, e que, ao ‘ter’, os indivíduos seriam reconhecidos como sujeitos sociais e depois nega quase tudo à grande maioria” (1998, pp. 44-45).

sua potência simbólica: “O espetáculo estende a toda a vida social o princípio que Hegel [...] concebe como o do dinheiro: ‘é a vida do que está morto se movendo em si mesma’” (Debord, 1997[1967], p. 139). A única necessidade do dinheiro, que se opõe à vida, é a necessidade de reproduzir-se feito metástase, não mais apenas em modo físico, mas também virtual, invisível, criptografado. Nas relações sociais da modernidade tardia do século XXI, o dinheiro tem valor de transcendência tal qual um deus onipotente¹¹³. Não é que ele possibilita *consumir*, é que ele possibilita *ser*. Carlos, trabalhador desempregado de um dos territórios do GTN, exemplifica esta análise: “Hoje em dia, tudo gira em torno de quem tem dinheiro, quem tem mais dinheiro, tem mais, é como se, assim, tem mais direitos, tem mais liberdade, tem mais praticamente tudo né”.

O relato de um adolescente de 15 anos, que trabalha vendendo drogas em um morro carioca, traduz, em poucas e francas palavras, o que estou tentando compreender: “A vantagem de estar na vida do crime é arrumar dinheiro. Só isso, ter dinheiro no bolso, ter dinheiro direto” (Athayde *et al.*, 2005, p. 138). De acordo com Leonardo Sá, que endossa essa perspectiva, “a ideologia hegemônica do *make money* tem uma versão favelada na boca dos traficantes” (2010, p. 126). Na nossa conversa realizado na seu barraco, João, o assaltante e traficante varejista que, como supracitado, foi morto por policiais em uma tentativa frustrada de assalto, me falou estas palavras cortantes: “O dinheiro é cruel, pivete. O cara rouba, mata e destrói por causa dele. O que manda na mente do ser humano é o real, é a céda [cédula]”.

Queda cristalino que o tráfico varejista de drogas ou as modalidades de assalto são sedutoras aos agentes criminais pauperizados porque elas têm como objetivo primordial a capitalização, e estes rendimentos, mesmo entre os “bandidos” incipientes, são na grande maioria dos casos bem superiores aos obtidos em empregos nas subcategorias do mercado de trabalho capitalista.

É recorrente em suas narrativas a louvação a uma forma perdulária de gastar o dinheiro obtido no tráfico e nos assaltos. Quase regra geral, esgota-se apressadamente o que se ganha, pouco ou nada é economizado, “já que a ética que informa a opção por esse tipo de vida não é econômica, mas hedonista e voraz” (Misse, 2011[2006], p. 127). Geralmente, se gasta em farras regadas a álcool, cocaína, maconha e sexo. Pergunto a Prensado, 31 anos, ex-assaltante e ex-traficante varejista de drogas, o que ele fazia com o dinheiro do “crime”. Ele primeiramente solta uma gargalhada, respira e depois prossegue:

¹¹³ Em ensaio sobre a modernidade na aurora do século XXI, Simmel já vaticinava acerca das transformações que começavam a ocorrer nos grandes centros: as pessoas passavam a ser calculadas como números e estatísticas e “o dinheiro [...] reduz a um nível puramente quantitativo tudo que é qualitativo e individual” (2001[1903], p. 33).

Parece que tá falando é minha língua. Ia raparigar! É bom demais! Ei, o cara que vive numa vida dessa é estressante, parceiro. É estressante porque sempre tem um que estressa o cara, aí o cara pra deixar o estresse pra lá vai raparigar. É igual terapia, o cara num faz terapia pra tirar o estresse, eu vou tirar o estresse com rapariga, sair com as cumade, tomar umas cervejas, tá entendendo? Ir prum forró, levar a cumade prum cabaré, uma casa pra passar a noite, só pra trocar o óleo, né? Muié é bom demais (risos).

Prensado me contou que no auge da sua carreira criminal chegou a amealhar cerca de quinze mil reais por mês somente com o tráfico. Mas o ritmo perdulário não lhe permitiu juntar economias nem transformar materialmente sua vida. “Com 14 anos entrei nessa vida, comecei a vender [maconha e crack]. Dinheiro fácil, aí gostei, né, parceiro? Eu era pra ser o homem mais rico dessa Vila Cazumba, era pra ter uma casa, um carro bom, mas rapariguei demais. Dinheiro fácil vai fácil, parceiro”. Saci, 26 anos, é também um ex-assaltante, que hoje trabalha informalmente de vigia e “repassa” pequenas quantidades de maconha e cocaína para os moradores dos quarteirões onde labora. Pergunto-lhe com o que ele gastava o dinheiro obtido nos assaltos: “Com roupa, com farra, mulher e droga. [Nunca juntou nada?] Dá não, mah. O que vem fácil vai fácil. Hoje em dia a pessoa tem mais consciência, né, mah, trabalha... Tem que ter consciência, o que faz com o dinheiro, né”.

Todavia, contrariando o quadro geral, há exceções entre os agentes criminais que conseguem escapar, em parte, à dinâmica perdulária e empreendem estrategicamente métodos capitalistas de rentismo como a compra de bens imóveis e a posterior monetarização destes através de locação ou arrendamento. Estas exceções estão quase sempre situadas no campo gravitacional dos “patrões” dos territórios, mas, às vezes, elas surgem entre seus subordinados, como é o caso de Samurai, que nas relações sociais do crime no GTN está submetido a uma relação fiduciária com Pango; quero dizer que parte considerável das drogas vendidas por Samurai é fornecida por aquele. Depois de negociá-las, portanto, Samurai deve prestar contas com seu “patrão”. Ainda assim, Samurai, em épocas que o consumo de cocaína aumenta, geralmente no final no ano, no momento das férias escolas e universitárias e período de festas, consegue arrecadar líquidos dois mil e quinhentos reais por semana, o que lhe garante dez mil reais por mês. Os valores brutos chegam a seis mil reais por semana, porém mais da metade fica com o seu fornecedor, no caso, Pango. Samurai conta que gastou vinte e cinco mil reais na reforma da casa da mãe, e que também comprou “duas casinha”, para arrecadar “um aluguel aqui e outro acolá”.

Por outro lado, no que diz respeito às dinâmicas da liderança, vale destacar que um dos mecanismos que mais conferem eficácia simbólica à autoridade dos “patrões” nas

relações criminais é o poder de esbanjar dinheiro e “banicar” a festa de seus subordinados, provendo-lhes bebidas, drogas e mulheres. De maneira óbvia, estas “generosidades” criam, eficientemente, obrigações de respeito e consideração por parte daqueles que delas se beneficiam. É nesse sentido que Foote Whyte sublinha, em sua pesquisa etnográfica em um subúrbio de Boston, que “embora a generosidade dos fora-da-lei seja um tema tão velho quanto o tempo, é importante compreendê-la, neste caso, não como um traço de personalidade peculiar, mas como um aspecto importante da adaptação do gângster à sua sociedade” (2005[1943], p. 158)¹¹⁴. Em outras palavras, isso quer dizer que o alicerce do *sistema de relações sociais do crime* está consolidado de uma maneira que o líder de qualquer grupo criminal está interpelado pela estrutura a cumprir com certos padrões comportamentais – como o de provedor material de seus subordinados – que a mantêm em estável funcionamento. Dito ainda de outra forma, é quase impossível que um “bichão” (Sá, 2010) da favela seja respeitado e mantenha seu *status* sem gastar com seus trabalhadores, para além dos “salários”.

Por oportuno, vale destacar que isso também envolve uma dinâmica de negociação na qual a legitimidade da liderança vai sendo construída por um sistema de trocas simbólicas, de apostas e concessões nas competências de quem lidera o grupo. O líder é considerado não apenas por impor respeito, mas por agregar a sua personalidade características que são valorizadas por aqueles que reconhecem sua autoridade. Papagaio, que é subordinado a Raposão no tráfico varejista em um dos territórios do GTN, tem um caso emblemático para contar:

A gente ia pro forró e na nossa mesa, né, esses menino aqui [aponta para jovens que estão próximos a nós] num pagava não, só pagava eu e o [Raposão]. Nós pedia sabe o quê? Dois litros de uísque, pra mim comprava cerveja, duas garrafa de loló, que é 50 real, e “vai galera, pra vocês tudim”. E eu só na cerveja, e muito doido, aí nós pagava dois carro pra todo mundo ir simbora... era cruel mah! Era sagrado os menino ir lá em casa me chamar pra ir pro forró. Aí eu deixava o menino aqui pra vender e ia pro forró. “Vai, vende aí que eu te dou um negócio”.

Em relação a outra motivação para o ingresso nas atividades delitivas, a conquista sexual é um objeto de sedução valorizado e faz parte do investimento nas relações criminais. Tornar-se “bandido” no GTN, e por extensão nas favelas brasileiras, é um chamariz

¹¹⁴ Não são poucas as referências que Foote Whyte (2005[1943]) faz a esse movimento perdulário por parte dos gângsteres com os quais pesquisou em Cornerville, nome fictício de um subúrbio de Boston. Diz o autor que “o prestígio e a influência dependem em parte de ser um gastador” (p. 124); “o gastador é popular e respeitado” (p. 157); “o líder gasta sempre mais dinheiro com os seguidores do que estes com ele [...] deve ser sempre mão aberta” (p. 264).

magnético para o sexo feminino. Há toda uma *estética da bandidagem favelada* que atrai feito ímã parte considerável das garotas. O simbolismo de manejar poder, dinheiro, objetos de consumo e armas em condições de subalternidade talvez seja a principal associação que explique esse magnetismo. Tanto é assim que “pau de revólver” é “como os jovens classificam em claro recorte de gênero os envolvidos que são admirados e queridos pelas mulheres justamente por serem valentes, temidos, perigosos e bandidos” (Sá, 2010, p. 135).

Pergunto a Papagaio o que ele conseguiu com o dinheiro do tráfico, além de roupas, motos e acessórios: “Várias mulheres ó, mah. Várias mulheres [riso orgulhoso]. No forró, eu ia, aí chamava minha namorada, tinha que andar no forró assim [abraçado com ela], num podia olhar pra ninguém, porque várias olhavam”.

Raposão também me explica como funciona essa lei da atração. Ele comenta sobre um episódio recente que vivenciou, quando convidou uma garota para ir à casa, fora da favela, onde guardava as armas e as drogas:

“Vamo almoçar num restaurante. Qual é o restaurante que você quer comer? *La Maison*, escolhe aí, é tudo nosso” [No que ela nega, ele insiste]. “Pois vamo lá na minha casa”. Quando chegava lá na minha casa era uma pistola aqui, um fuzil ali, pacoteira de dinheiro em cima do balcão, abria a geladeira aqui, meio mundo de maconha. “Valha-me Deus, o homi é o Juan Carlos Abadia” [brinca Raposão, querendo adivinhar o pensamento da garota, mas deixando transparecer uma projeção tão-somente sua]. Aí pronto, já era.

De forma geral, o hedonismo da sociedade do consumo contemporânea transfere a perspectiva de longo prazo dos agentes da criminalidade favelada para o campo do irreal. Por mais que alguns deles pensem em termos de futuro, amiúde são apenas expectativas descompromissadas, não são desejos que parecem ter força e vontade de realização. Vivem fugacidades regadas a dinheiro, sexo e consumo de supérfluos. Até o dia em que sejam presos ou mortos precocemente: “Celebra-se um pacto fáustico: o jovem troca seu futuro, sua alma, seu destino, por um momento de glória, um momento fugaz de glória vã” (Athayde *et al.*, 2005, p. 216).

4.1.5. “A revolta também gera isso aí”: Traumas, complexos e a luta por reconhecimento

Nos diálogos que travei com os praticantes de modalidades diversas de crimes, a categoria nativa “revolta” esteve presente em muitos momentos, referindo-se a diferentes contextos: podia estar relacionada a uma suposta negligência familiar, a uma carência afetiva e emocional, mas principalmente associava-se com as violências do estatismo e do *status quo*.

No que diz respeito a uma possível omissão dos laços familiares, dona Albanisa, 48 anos, empregada doméstica, me ajudou a entender um pouco mais, a partir de sua leitura sociológica espontânea.

São pessoas sem Deus no coração, muitos deles agem assim pelo abandono da família, né? De não ter tido amor nem carinho dum pai, duma mãe, são pessoas revoltadas por não ter tido uma boa criação, porque o pai e a mãe é o ensinamento da criança, do filho, se o pai e mãe praticar o que é bom durante o crescimento da criança, ele só vai aprender o que é bom. Mas se ele crescer num ambiente onde só tem confusão, só tem briga, que não existe amor, não existe nada de respeito, ele vai se tornar uma pessoa revoltada, sem ter dó de ninguém. Porque tem muitos pais também que pega o filho e só falta matar de peia... aí cresce a criança revoltada (Albanisa).

Um adolescente de 15 anos praticante de atividades criminais também repercute suas carências emocionais:

Eu sou puro, sou legal, eu não tinha necessidade de ficar na vida do crime. Eu queria o amor de uma tia, de uma mãe, isso que eu nunca tive, o amor de uma família, que quando eu precisasse para conversar, ela estivesse lá, viesse conversar comigo. Mas eu nunca tive. Se eu tivesse uma família pra conversar, eu não estaria nessa vida não, não estaria não. Desculpa aí, eu não queria chorar não, não filma eu chorando, não, filma não (Athayde *et al.*, 2005, p. 139).

Todavia, na minha pesquisa de campo, apenas uma minoria dos interlocutores se queixou das redes familiares de proteção e cuidado. Quando acionavam a “revolta” para justificar sua opção pela carreira criminal, amiúde explicitavam complexos psíquicos traumáticos relacionados às violações próprias à atuação do estatismo e da ordem dominante sobre suas vidas, destinos, sonhos, projetos¹¹⁵.

O que me incentivou [a aderir à atividade criminosa] foi muita coisa, por morar perto de um [traficante], o [Rubão] me ensinou, o [Gago] também, até a insegurança dos cidadão [aqui, ele fala no sentido de proteção aos moradores]. O cara também tenta um emprego de carteira assinada e nunca dá certo. *A revolta também gera isso aí* (Camaleão, 31 anos, “traficante”).

Camaleão me contou que atualmente lucra de três a quatro mil reais por mês. Durante a conversa, captei nas entrelinhas de seu discurso, a partir da fala de seu corpo, dois episódios traumáticos que ativaram complexos psíquicos, e marcaram de forma decisiva sua opção pela atividade criminal. O primeiro deles ocorreu aos 17 anos, quando na escola “a professora disse que eu era vagabundo porque não fiz o trabalho”. À época, o jovem

¹¹⁵ A categoria êmica “revolta” foi trabalhada largamente por Alba Zaluar (1994[1985]), sendo inclusive um dos termos que nomeiam sua tese etnográfica realizada na Cidade de Deus, comunidade periférica do Rio de Janeiro.

conseguia serviços avulsos como jardineiro e não logrou tempo de fazer a tarefa escolar: “eu trabalhando com as mão calejada e a mulher vem dizer isso de mim. Aí veio essa revolta. Ia terminar (a formação escolar) ainda de menor”. Depois desse dia, abandonou os estudos para não mais voltar. Estava no 3º ano do Ensino Médio, a poucos meses de concluí-lo. De acordo com Axel Honnet, as ofensas sociais sofridas pelos sujeitos jamais são reflexionadas de maneira neutra. Nestas reações emocionais de vexação social, como a que passou Camaleão, a vivência de uma experiência desrespeitosa “pode tornar-se o impulso motivacional de uma luta por reconhecimento, pois a tensão afetiva em que o sofrimento de humilhações força o indivíduo a entrar só pode ser dissolvida por ele na medida em que reencontra a possibilidade da ação ativa” (2009[1992], p. 224). O segundo fato marcante na vida de Camaleão ocorreu meses depois, quando ele conseguiu um emprego de carteira assinada como serralheiro em uma metalúrgica. Já se passavam três meses de trabalho quando num determinado dia atrasou-se por alguns minutos. Foi comunicado de que aquele retardo seria descontado em seu salário. Inconformado com a maneira como se deu a punição, disse que não iria mais trabalhar. Na negociação para sair da empresa, recebeu cem reais. Com essa quantia, adquiriu sua primeira mercadoria ilícita para revenda: maconha. Os cem reais do acordo de rescisão do emprego formal impulsionaram o pontapé inicial para sua “carreira” na informalidade, no sistema de relações sociais do crime. “Nunca mais vou trabalhar de carteira assinada para seu ninguém”, diz, convicto de sua decisão.

Quando João dizia que “tem muita gente rica que omilha muito o povo da favela, aí o cara cresce já revoltado, aí o nêgo já vai pro lado do crime mesmo”, e Camaleão me grita que “a revolta também gera isso aí”, eles me transpassam a ideia de que suas “escolhas” de optar pelas atividades criminais estão assentadas em “um levante cotidiano pela relação de sentido de sua própria liberdade e felicidade que tenta escapar de algum modo às misérias, às pobreza e às desigualdades que lhes são impostas” (Sá, 2010, p. 239). De acordo com Freud, parte significativa do nosso sofrer advém das “insuficiências das normas que regulam os vínculos humanos na família, no Estado e na sociedade” (2011[1930], p. 30). É como se, de início, desde os nascimentos das pessoas condenadas a experiências de miserabilidade, já houvesse uma morte social e simbólica preparada para recebê-las, na qual os efeitos da pobreza e da exclusão são reatualizados de uma geração a outra a partir dos “mecanismos de transmissão da herança sociológica” – para usar os termos de Elias e Scotson (2000[1965])¹¹⁶.

¹¹⁶ De acordo com estes autores, os mecanismos de transmissão da herança sociológica em famílias pauperizadas, estas rejeitadas e ocupantes de um *status* inferior na ordem socioeconômica, geram tendências comportamentais na descendência familiar (filhos, netos etc.) que, por conseguinte, reproduz amiúde complexos

Há um episódio ocorrido com Samurai que, ao representar sua “morte psíquica” enquanto “trabalhador”, foi decisivo para sua opção pela carreira criminal ao gerar em si uma “revolta”. Foi há oito anos. Samurai era caixa de um mercadinho de bairro. Seu primeiro vínculo empregatício de celetista. À época, com 22 anos, ele jamais havia realizado atividades ilícitas, se situava junto aos muitos trabalhadores e trabalhadoras pobres que se submetem às subcategorias formais do mercado de trabalho capitalista. Um dia, o mercadinho onde Samurai trabalhava vivenciou uma situação-limite. Um assaltante, que já vinha “copiando” o movimento de chegada e saída dos carros, entrou no estabelecimento e exigia tão-somente o automóvel Corolla de uma cliente que era atendida no caixa enquanto outro “passava o pano” do lado de fora: “Ei... é só o carro da coroa, num é nenhuma contigo não”, disse o praticante do assalto, se dirigindo a Samurai. A mulher apavorou-se e tentou resistir à ação delituosa. Samurai, por sua vez, mediu a situação, tentando tranquilizar a vítima e, simultaneamente, aconselhando-a a entregar a chave ao agressor: “Tia, calma tia, deixa ele levar”, foram as palavras que falou, segundo se recorda. “Ei, segura ela aí dentro, se não eu dou um tiro nela”, ameaçou o homem de arma em punho enquanto se dirigia ao carro. O roubo foi exitoso. Na mesma medida, Samurai foi escolhido como bode-expiatório. Tão logo o assalto findou e o assaltante fugiu no Corolla, um outro cliente, frequentador do mercadinho, conhecido de Samurai e que havia acompanhado o evento, acusou-o de ter participado da operação, em ajuda ao assaltante. Samurai defendeu-se, indignado, reafirmando que apenas tinha contornado a situação para evitar tragédia maior. De nada adiantou. Foi achincalhado e tachado de ladrão pela clientela que tinha acompanhado o assalto. Nem mesmo a fala complacente de seu patrão, que repreendeu os clientes, assegurando que confiava em Samurai, foi capaz de evitar sua “morte psíquica” como trabalhador formal: “Égua mah, eu fiquei desanimadozim... aí eu resolvi sair. ‘Eu vou sair Arnaldo [se dirigindo ao patrão], deixe quieto’”. Pouco tempo depois, Samurai viraria “avião” de um varejista e iniciaria seu trajeto no tráfico de drogas no GTN.

A motivação para o ingresso de Papagaio nas relações criminais é também galvanizadora de complexos psíquicos aterradores. Pergunto-lhe como ele entrou nessa “vida no crime”.

de inferioridade e de baixa autoestima. A herança sociológica, afirmam Elias e Scotson (2000[1965]), desempenha um papel crucial na produção dos traços de personalidade dos descendentes. Esses traumas penetram na subjetividade de maneira durável no tempo-espaço, uma vez que “a conservação do passado na vida psíquica é antes a regra do que a surpreendente exceção” (Freud, 2011[1930], p. 15).

Porque eu perdi meu filho, mataram meu filho com 13 anos de idade, lá no Tranquedo. Ele matou dois cara mah, um no Tranquedo e um nas Cajazeiras, e tava roubando direto, ali na José Leon, [roubava] moto, carro. Ele tava morando com a mãe dele, minha primeira mulher. [No dia da morte] Ele tava soltando arraia, o cara veio na moto e buumm... bem na testa dele. Assim me disseram, né?

[E tu sentiu o quê mah, quando perdeu teu filho?]

Ó, aí que eu fiquei mais doido da cabeça mah. O tráfico veio pra eu mandar *banda vuô*¹¹⁷. Eu era a fim de pegar o cara que matou meu filho mah, mas eu nunca se bati com ele não.

Se não se pode afirmar que é mais ou menos traumática que a de Samurai, penso que é possível assegurar que envolve dimensões afetivas irrecuperáveis psicologicamente.

Raposo, por sua vez, trazendo à tona um possível complexo de inferioridade, não se considera um “cidadão”. O poder simbólico de nomeação e classificação dos segmentos hegemônicos dita, em grande medida, sua percepção de si mesmo. Não considerar-se cidadão é não se sentir incluído nas supostas garantias civis e sociais que o Estado-nação moderno afiança aos seus viventes. Não ver-se parte da categoria “cidadão”, nesse caso, é ser no dia a dia violentado simbolicamente, como um indivíduo marginal, escória do espaço social, como se carregasse como *habitus* “a maldição de um capital simbólico negativo” (Bourdieu, 2001[1997], p. 295). No processo de sujeição criminal, o assujeitado, ao praticar atos violentos, torna-se enfim sujeito: “Minha mente hoje em dia é totalmente o contrário da de um cidadão. Então, eu parei pra pensar um dia desse e vi como eu me afastei do que é ser um cidadão e do que não é, uma mente totalmente diferente, mente criminosa”.

Dialogando com as falas dos agentes criminais citadas, Axel Honnet (2009[1992]) salienta que as idiossincrasias das formas de desrespeito presentes na privação e violação de direitos, na exclusão social e nas muitas formas de preconceito não atingem apenas a autonomia pessoal do agente, mas limita a sua capacidade de sociação, uma vez que lesa a expectativa intersubjetiva de reciprocidade no tocante a ser reconhecido como ser social e moral; dito de outra forma, ser referenciado como um sujeito cujo valor merece ser considerado na interação social. Há uma hierarquia axiológica imposta pela semiologia do poder hegemônico que exorta à degradação valorativa com relação a certos grupos sociais e a determinadas maneiras de socialidade, considerando-as “sem valor”, de “pouco valor” ou próprias de suspeição e contaminação. Esse processo quase inerente de falecimento moral e social alimenta complexos psíquicos sobremaneira difíceis de serem bem elaborados

¹¹⁷ *Banda vuô* (voo) é uma corruptela muito falada pelos jovens das favelas no Ceará, principalmente na região metropolitana de Fortaleza, que advém da gíria do dialeto cearensês “botar pra voar as bandas”, que é análoga às expressões do português brasileiro “botar pra quebrar” ou “arrebentar”; em outras palavras, *banda vuô* equivale a uma impulsividade imprudente na maneira de fazer algo ou alguma coisa; no caso de Papagaio, equivale a estar disposto a matar ou morrer, sem precauções.

emocionalmente, como a perda do autorrespeito, da autoconfiança, da autovalorização, da autoestima, do “amor próprio” etc., uma vez que a sua própria existência é negatizada coletivamente pelos signos dominantes¹¹⁸.

Dessa maneira, quando se pensa em uma subjetividade amiúde alicerçada em cima de experiências de preconceito e de exclusão social percebe-se que, por mais que o dinheiro exerça uma atração fascinante nesse contexto, há muito de imaterial e simbólico que transborda a essa configuração e que, portanto, precisa ser considerado na análise.

Acredito que há, portanto, em muitas favelas brasileiras, uma relação entre práticas criminais e complexos psíquicos, e muitos destes desembocam em processos adoecedores de revolta com a própria vida, bem como desembocam em depressão. Não foram poucas as vezes que deparei com interlocutores que estavam enfrentando problemas psicoemocionais conturbados. Alguns usaram o nome “depressão” para dar conta de suas angústias, outros não lançavam mão do termo, mas suas experiências frustrantes e aflições cotidianas me apresentavam contornos depressivos.

Marleide é uma trabalhadora de um prostíbulo no GTN¹¹⁹. Senti muita tristeza nos olhos dela quando conversamos em seu local de trabalho. Ao falar das suas experiências, por diversas vezes tremeram-lhe os lábios e o queixo, mas ela dominou-se. Ela me falava como se sua vida não fosse digna de ser vivida. Marleide foi estuprada na adolescência, mas não relevou a mim quem foi o agressor. Perdeu um filho por erro médico: “Disseram que o menino tava com leucemia, aí botaram uma bolsa de sangue que não era compatível com o dele. Aí o menino faleceu”. A outra filha foi afastada do seu convívio pelo ex-companheiro; ela não pode vê-la. Marleide começou a usar cocaína aos 17 anos e logo depois “caiu na pedra”. Saiu de casa após a morte da mãe e então começou a vender o corpo para sustentar a adicção. Nesse ínterim, já foi presa seis vezes por tráfico de drogas e assaltos. Hoje, faz “programas” por até míseros cinco reais: “Eu não precisava vender meu corpo não, [mas] foi

¹¹⁸ O psicanalista Carl Gustav Jung se debruçou por décadas na sua “teoria dos complexos”. Para ele, os complexos são como imagens mnemônicas cristalizadas de experiências traumáticas que, além de estarem nos sonhos, são vivenciados também na existência cotidiana e nas relações sociais. Os complexos, sublinha Jung, são estruturas psíquicas duráveis através do tempo, podem apropriar-se de funções do ego e tomar a vanguarda das maneiras de ser e existir do indivíduo, atuando como subpersonalidades, alter egos (*apud* Stein, 2006[1998]).

¹¹⁹ Em sua análise sobre sexo e tabu na segunda metade do século XX, Theodor Adorno (2015[1972]) sublinha que “a prostituição tem que pagar não apenas pelo rancor dos homens em relação à monogamia oficial, da qual sempre viveu, mas também, além disso, pelo rancor das mulheres, que frequentemente entram em relação contra sua vontade – pelo fato de isso fazer parte de sua existência –, sempre lamentando aquilo para o qual a sociedade burguesa as designou há séculos” (p. 212). Para este autor, o corpo da mulher comercializado como mercadoria, ou seja, o prêmio que a sociedade heteropatriarcal deposita no caráter feminino representa a *pasteurização* e a *dessexualização* do próprio sexo: “O prazer capturado ou permitido com sorriso complacente não é mais prazer algum” (p. 202). Ademais, “o sexo acendido e apagado, guiado e explorado em inumeráveis formas da indústria material e cultural, é dominado, institucionalizado e engolido pela sociedade, em consonância com sua manipulação. Uma vez adestrado, é tolerado” (p. 201).

a necessidade de esquecer o sofrimento. Eu esqueço na droga, na bebida...”. Marleide me contou que já tentou matar-se oito vezes. Em uma destas, ficou nove dias em coma, mas recuperou-se. Pergunto-lhe qual sentido ela dá para sua vida: “Pra mim *não tem nenhum sentido, eu num sei o que é vida. Tu acha que isso que eu tenho é vida?* [E o que é uma vida?] Gente que tem família, mãe. [Ter uma mãe? A tua mãe era a tua referência?] Era tudo que eu tinha. Eu não tenho ninguém por mim”. Mais à frente no bate-papo, pergunto-lhe o que ela gostaria de fazer caso algum dia saísse do prostíbulo. Foi um dos momentos que mais me angustiaram na conversa:

Ir pro cemitério.
 [Tu não pensa em outro modo de vida, outra coisa?]
 Como é que eu vou pensar, porque quando eu me acordo, ave Maria, eu tenho que beber, usar droga...
 [Todo dia tu bebe?]
 Todo dia. Só assim eu esqueço tudo.
 [Todo dia tu usa também, pedra?]
 Todo dia eu uso.
 [Então tu não se imagina daqui a cinco, dez anos, como vai estar a tua vida?]
 Que vida?
 [Quem é a [Marleide]?]
 Ninguém.
 [Você é alguém, quem é?]
 Já fui.
 [Quem é?]
 Ninguém.
 [Hoje você não é mais ninguém?]
 E nem pretendo a ser. Não quero mais fazer o mal que eu fazia, né, mas não sou ninguém nem pretendo ser.

Penso que diante destas ranhuras nas paredes de sua subjetividade, face a estas anti-reciprocidades sociais que geram traumas, complexos e revoltas, os agentes criminais empreendem processos ativos e conscientes de luta por reconhecimento: “Há uma fome mais funda que a fome, mais exigente e voraz que a fome física: a fome de sentido e de valor; de reconhecimento e acolhimento; fome de ser” (Athayde *et al.*, 2005, p. 215). O assujeitado afirma sua identidade assujeitando outros, conquistando à força seu lugar social. Daniel Hirata chama esse movimento tático-existencial de “sobreviver na adversidade”. Para este autor, “o que parece mover os participantes deste universo social é uma busca por dignidade, uma luta cotidiana e reflexiva acerca das formas de respeito” (2010, pp. 19-20)¹²⁰.

¹²⁰ De acordo com o autor, sobreviver na adversidade apresenta duas camadas conceituais: “em primeiro lugar uma experiência de enfrentamento das dificuldades imanentes às complexas e desiguais formas de distribuição da riqueza não formalizada que circulam na cidade; em segundo, para além das formas de subsistência das pessoas e suas famílias, esta experiência diz respeito à construção de formas de respeito e dignidade relacionada a um jogo de forças que pode conduzir à morte, visto como não previsível, e que, portanto, exige certo proceder

Destarte, se o mundo social é também representação e investimento libidinal, existir socialmente é dar vazão aos desejos – narcísicos? – de reconhecimento societal, é assegurar o reconhecimento de sua existência por parte do outro, é construir uma identidade baseada nas dimensões axiológicas do outro, seja para reafirmá-las, seja para – no caso dos agentes criminais – contrapô-las¹²¹. É mediado pela existência do outro que o agente se dá conta de suas particularidades, pois para o desenvolvimento do Eu (*self*) são necessárias múltiplas experiências de reconhecimento recíproco. Trabalhando com o conceito de *reconhecimento intersubjetivo* de Hegel, Axel Honnet (2009[1992]) sustenta que, nas relações de reconhecimento, há inescapavelmente como horizonte implícito uma pressão por reciprocidade¹²².

Ao não se visualizarem aceitos de modo subjetivamente satisfatório no jogo do reconhecimento mútuo senão como socialidade negativada, os agentes da criminalidade pobre do GTN vislumbram nas relações criminais uma luta por reconhecimento mediada pela reação violenta à quebra do contrato tácito de reciprocidade. De acordo com Hegel (1992[1807]), a origem de um crime tem associação com o fato de um reconhecimento ter se apresentado incompleto; o que em outras palavras expressa que é partir de um sentimento de desrespeito que um agente comete um crime. Para o filósofo alemão, a reação violenta, destrutiva e provocadora do setor populacional excluído dos processos de mutualidade social é uma “luta por reconhecimento” que, se de um lado tem por justificativa a coerção, tem por objetivo último fazer-se visto, realizar sua vontade de poder, apresentar sua existência ao outro que não o valora e que ainda não o reconhece de acordo com suas expectativas de relacionamento social. “Quando socialmente invisível, a maior fome do ser humano é a fome de acolhimento, afeto e reconhecimento. Pressionado por esta fome profunda, os jovens recorrem aos expedientes acessíveis, até à violência” (Athayde *et al.*, 2005, p. 285). É justamente nesse momento que

nas suas formas de conduta correspondentes” (Hirata, 2010, p. 19). Nesse caso, estou explorando a segunda dimensão do conceito.

¹²¹ Martins (2014) pondera que “a identidade é uma tentativa de ser em meio às incertezas do não ser” (p. 18) e que, portanto, “a luta por identidade, por mais justa que seja, e quase sempre é, está comprometida com uma visão conservadora da realidade social” (p. 176), porque reproduz as “marcas” dessa sociedade. Nesse sentido, prossegue o autor, “as identidades não são emancipadoras a menos que sua busca seja também a busca de sua superação” (p. 176).

¹²² Conclui Honnet: “as condições emotivas de um desenvolvimento bem-sucedido do ego: só o sentimento de ser reconhecido e aprovado fundamentalmente em sua natureza instintiva particular faz surgir num sujeito de modo geral a medida de autoconfiança que capacita para a participação igual na formação política da vontade” (2009[1992], p. 79).

a manifestação da violência, entre os participantes das gangues, passa a ter uma dimensão positiva, ela se coloca como campo propulsor de conflitos e deflagrador de diferenças. Sendo assim, a violência se exerce, dentro da experiência das gangues, como um modelo *sui generis* de um segmento ignorado, esquecido nas sombras da periferia, se fazer ver, se fazer existir. A experiência das gangues torna-se assim um modo de “inclusão” social às avessas cujo passaporte é a violência e a marca cultural é o território (Diógenes, 1998, p. 32).

A dimensão positiva da criminalidade pobre se reveste então como uma possibilidade desses agentes se fazerem existir socialmente, de manejarem o poder em condições de subalternidade, mesmo contra todas as injunções e preconceitos da ordem dominante. O culto da violência próprio das gangues e facções é, exclama Misse (2011[2006]), uma maneira de construir identidades prestigiosas que deslocam os condicionamentos sociais para *fora de si*, em uma região moral (as favelas) onde, de antemão, estes personagens estariam abandonados a uma vida invisível e totalmente ignorada, na qual o fio de ligação entre o momento atual e o desejo de futuro está roto. A violência é provocada e até mesmo procurada ansiosamente “pelo barato e pela ação” (Goffman, 2011[1967], p. 238). As gangues funcionam como ponte que facilita o acesso à ação violenta.

Destarte, a violência destrutiva das facções “é uma maneira de dizer ‘Veja, eu estou aqui’. [...] É a criação negativa” (Burgess, 2012[1962], p. 333). Praticar inúmeras formas de violência contra os pretensos “inimigos” (o estatismo, a ordem empresarial e as facções rivais) torna-os *considerados*. Ser “considerado” em uma rede de relações criminais é ser detentor de capitais simbólicos que atraem e concentram valorações positivadas e distinções exclusivistas em relação aos demais. De acordo com Jânia Aquino e Leonardo Sá, “tornar-se considerado entre os ladrões é ser acolhido, reconhecido e respeitado pela força, pela inteligência, pela amizade ou pelo terror. Há uma cosmologia política da pessoa enquanto instância reconhecida de respeito e moral” (2014, p. 230).

Esses homens destituídos da ilusão vital de ter uma função ou uma missão, de ter que ser ou fazer alguma coisa, podem, para escapar ao não-tempo de uma vida onde não acontece nada e da qual não se pode esperar nada [...], sobretudo os mais jovens, buscar em atos de violência que valem em si mesmos até mais – ou tanto quanto - do que os ganhos que proporcionam [...] um meio desesperado de existir diante dos outros, para os outros, de ter acesso a uma forma reconhecida de existência social, ou simplesmente de fazer com que aconteça algo em lugar de nada (Bourdieu, 2001[1997], p. 272).

A gangue, o bando, a “galera”, o “enxame”, o “mulão”, a quadrilha, ou a facção fetichizam os agentes da criminalidade favelada porque se apresentam como uma estrutural rede solidária de agenciamentos recíprocos e de afetividade coletiva, de um lado; e por outro,

como um núcleo de agressividade e reação a tudo o que contraria seu direito de existir e de exercer relações de poder. Como bem ressaltou Edgar Morin, a gangue “é como o clã arcaico [...] é um clã em estado nascente. É o sonho maldito e comunitário do indivíduo ao mesmo tempo reprimido e atomizado, o contrato social da alma obscura dos homens sujeitos às regras abstratas e coercitivas” (1990[1962], p.113). As “parcerias” geradas nos bandos funcionam como um mecanismo de proteção ontológica a um Eu (*self*) amiúde instável e inseguro, devassado por estigmatizações as mais diversas¹²³. Os bandos, ressaltam Deleuze e Guattari (1995a[1980]), se caracterizam por uma “mundanidade” que se assemelha a uma matilha. Essa forma de composição singular dos bandos é alheia aos indivíduos socialmente alinhados com as técnicas disciplinares da ordem, uma vez que estes preferem a “socialidade” à “mundanidade”.

Ainda sob essa análise, mas agora dialogando com Edward Thompson (2001[1965]), poderíamos pensar, portanto, as ações delitivas encampadas pelos agentes da criminalidade favelada como uma *economia moral* da contra-violência, uma *revolta* justificada como vingança face a uma violência simbólica e estrutural praticada pelos estatismos e pelos segmentos hegemônicos. A partir dessa perspectiva, sou exortado a problematizar as “escolhas” criminais dos sujeitos pauperizados: sendo elas meios para obter um lucro ou fagocitismo simbólico diante das violências estatais-empresariais – o *assujeitado* torna-se *assujeitador* – e, mediante o fato de que ocorrem por meio de uma reivindicação de dignidade e reconhecimento face ao espólio e à estigmatização dos segmentos marginalizados, penso que o conceito thompsoniano de *economia moral* da violência cabe ao contexto da criminalidade pobre no Brasil. “A revolta também gera isso aí”, prenunciou Camaleão.

Não podemos desconsiderar também que o ingresso nas atividades criminais funciona como um “rito de passagem”¹²⁴ nesse percurso ascensional da “carreira” no crime, e por isso tem também toda uma carga motivacional que influi por esta opção. Alguns

¹²³ Descrevendo a formação de gangues juvenis em uma pequena cidade do sul da Inglaterra, Elias e Scotson asseveram: “Inseguros de si e acostumados a ser tratados com muito desprezo e desconfiança pelos representantes das autoridades e do mundo ordeiro de que eram excluídos, eles procuravam encontrar ajuda e apoio nos laços de amizade temporários que estabeleciam entre si; era-lhes mais fácil enfrentar em grupos de pares um grupo hostil e desconfiado de pessoas, em relação ao qual eles mesmos sentiam muita hostilidade e desconfiança” (2000[1965], p. 144).

¹²⁴ De acordo com Arnold van Gennep (2011[1909]: 24), em seu clássico estudo sobre os ritos de passagem, que serviria de base para toda uma gama de pesquisas socioantropológicas ulteriores, “é o próprio fato de viver que exige as passagens sucessivas de uma sociedade especial a outra e de uma situação social a outra, de tal modo que a vida individual consiste em uma sucessão de etapas, tendo por término e começo conjuntos da mesma natureza, a saber, nascimento, puberdade social, casamento, paternidade, progressão de classe, especialização de ocupação, morte. A cada um desses conjuntos acham-se relacionadas cerimônias cujo objeto é idêntico, fazer passar um indivíduo de uma situação determinada a outra situação igualmente determinada”.

interlocutores usaram inclusive o vocábulo “currículo” para se referir ao acúmulo de histórias vivenciadas na experiência criminal. As “escolhas” pelas atividades criminais estão emaranhadas junto a uma rede de ilegalismos, práticas informais e “gambiarras” que são agenciadas nas áreas periféricas. Michel Misse nos ajuda a refletir sobre a questão:

A indiferença geral às regulamentações de tributos e direito comercial, com centenas de milhares de biroschas sem alvarás, os mais diferentes tipos de trabalho informal, a conexão entre a rede de camelôs, o contrabando e o roubo, as feiras de objetos furtados ou roubados [...], a onipresença agressiva dos ‘flanelinhas’, a prostituição de menores nas áreas periféricas, os ferros-velhos semilegais, a indústria de despachantes, vendedores de ouro, pontos de jogo do bicho, bocas-de-fumo, táxis ‘malandros’, o contraventor-mecenas das escolas de samba, etc., tudo isso não parece estruturalmente conectado a certos tipos de práticas criminais, exatamente aquelas que provocam a maior reação moral? E tudo isso não parece estruturalmente conectado às chamadas ‘populações marginais’, aos seus modos de operar o poder nas condições de subalternidade, [...] de ‘absoluta falta de grana’, de inexistência real de cidadania, etc.? Um ‘avião’ de 14 anos [...] ganha certamente muito mais que seus pais! Como abstrair toda essa complexidade de redes e relações geradas na ‘pobreza urbana’ quando se quer compreender como se opta pelo crime? (2011[2006], pp. 51-52).

Portanto, pensar a “escolha” pela “vida no crime” nas periferias é embrenhar-se numa floresta de possibilidades, facilitadas ou estorvadas em relação com circunstâncias psicológicas e sócio-históricas específicas. Para esse exercício, é fundamental pôr em suspensão os julgamentos morais condicionados por uma narrativa comum estereotipada e, por outro lado, esforçar-se por compreender analiticamente – sobretudo sob o exercício da alteridade – as dinâmicas psicológicas (individuais) e sociais (coletivas) que constroem essas tomadas de decisão, a partir de uma escuta atenta e reflexiva do discurso elaborado pelos agentes criminais pobres.

4.2. “Fura até o colete dos homi”: As armas como “símbolo dominante”

Quanto ao uso indiscriminado de armas de fogo para a realização de atividades criminais no que concerne àquelas capitaneadas por sujeitos pauperizados, vale a reflexão: Seriam as armas o “símbolo dominante” desse tipo específico de criminalidade? De acordo com Turner (2005[1967]), os símbolos dominantes tendem a serem fins em si mesmos, são dotados de uma eficácia simbólica tão pujante que prescindem de intenções e semânticas acessórias. É de certa forma até um lugar-comum dizer que a arma, para os indivíduos com os quais pesquiso, é um fetiche que envolve desejos libidinais e representações coletivas que remontam a recursos materiais e simbólicos de poder e domínio sobre outros, não apenas

falanges rivais, mas segmentos de “trabalhadores” e “cumades” da própria comunidade. Se a arma estabelece de alguma maneira uma relação com a libido, é exatamente no seu valor erótico como extensão de seus corpos, na sua função fálica (quase) infalível, potente em si mesma. O tiro é o gozo sinestésico desta semiótica¹²⁵.

Eles têm com os “ferros” uma relação quase devota e um orgulho indisfarçável ao falarem ou exibirem suas “máquinas”. Lembro quando João interrompeu nossa conversa para ir ao quarto pegar sua pistola para me mostrar. Ele “lambia sua cria”. A forma como ele atribuía valor àquele objeto transcendia a dimensão material. Havia uma projeção idealizada de si naquele gesto. A máquina era ele também, parte relevante do que ele era. Ele e a pistola estavam integrados numa espécie de mutualismo simbiótico, relação em que ambos os envolvidos (homem e arma) obtêm vantagens. Não é mais apenas o agente que produz ação social, mas também a *coisa*. Bruno Latour pensou sobre a imaterialidade das coisas materiais, sobre a agência social dos objetos, de como estes produzem efeitos em uma rede de agenciamentos. No esquema heurístico “teoria-ator-rede”, o sociólogo francês defende que a análise da ação social precisa ser também estendida aos objetos, ou seja, há um compósito na prática, na *arte de fazer*; esta não deve ser mais pensada tão-somente como restrita aos seres humanos, mas também vinculada às coisas não humanas, como as máquinas, os artefatos, os micróbios etc. De acordo com Latour, “não são nem as pessoas nem as armas que matam. A responsabilidade pela ação deve ser dividida entre os vários atuantes” (*apud* Grillo, 2013, p. 203)¹²⁶.

Possuir e saber manusear uma arma são, possivelmente, as maiores injunções às quais estão submetidos os jovens envolvidos em atividades delitivas nas periferias dos médios e grandes centros urbanos da modernidade tardia do século XXI. Um “bandido” sem arma pode até estar no *jogo*, mas se situa na categoria “café-com-leite”, em outras palavras, ele não é considerado como um legítimo partícipe das relações criminais. O “bandido” *sem* arma é uma subcategoria marginalizada dentro das relações criminais. Calcado em observações empíricas, arrisco dizer que a arma, para os agentes criminais pobres, tem o mesmo simbolismo que a “árvore leiteira” para o povo Ndembu pesquisado por Turner (2005[1967]), configurando-se, portanto, como símbolo dominante em universos criminais pauperizados.

¹²⁵ Estas considerações que pensam a arma como símbolo fálico foram pioneiramente tratadas por Alba Zaluar (1995[1984]) nos anos de 1980, no seu trabalho etnográfico na Cidade de Deus, no Rio de Janeiro.

¹²⁶ Carolina Grillo (2013, pp. 200-211) traça uma discussão teórico-empírica bastante interessante sobre as armas de fogo no contexto da criminalidade favelada, a partir de sua experiência etnográfica em um morro do Rio de Janeiro.

Dentre as “árvores leiteiras”, há uma cuja eficácia material se impõe como objeto de maior desejo entre os agentes da criminalidade favelada: a pistola nove milímetros, de uso teoricamente restrito às forças armadas. “Tu é doido, a nove é cruel mah. Melhor que tem, onde pega fura, fura até os colete dos homi [policiais]. Num tem pra ninguém não, quando uma nove tá no meio, acabou-se, até a polícia sai do mêi mah”, me relata Pango. Raposão complementa-o: “A nove milímetros é a que perfura o colete, entendeu? É específica pra matar policial”. Embebecido com a sua atual habilidade em manipular o objeto e com todos os lucros simbólicos que essa perícia manual evoca, Raposão assevera que nem sempre foi assim.

Uma certa vez eu fui tomar uma pistola de um cara, eu tava com a pistola, ele reagiu e eu atirei, aí a pistola só saiu um tiro e engasgou. A sorte que eu tinha acertado num canto fatal e o cara morreu, mas se fosse precisar pra trocar [tiros] eu tinha morrido. Aí desde esse dia eu cheguei, fui pro Youtube e comecei a estudar, estudar, estudar, me aprofundi. Aprendi a montar e desmontar qualquer pistola de qualquer marca, egípcia, russa, japonesa, australiana, brasileira... todas. Pra aprender a trocar [tiros] mesmo, furar de bala prum lado e pro outro. Engraçado que teve um tempo que eu pensei assim “Pô, mah, nunca sabia que eu era tão bom nisso”... É, ó, mah. Não sabia que eu era tão bom, tinha habilidade pra trabalhar com arma, atirar bem, pular numa moto em movimento, sair correndo e *papapapá*, e pulava na garupa de novo. Entendeu? É tipo, sei lá, eu vou dizer: um dom, né?

No GTN, o “aluguel” de uma arma custa de 50 a 100 reais, dependendo das relações de confiança e reciprocidade entre o dono do “maquinário” e o usuário ocasional. Geralmente, o “empréstimo” é feito por algumas horas para uma específica “missão”, amiúde os “locatários” são jovens assaltantes incipientes. No tráfico de armas, os preços variam de acordo com circunstâncias como: a quantidade de “maquinário” a ser adquirido; o lugar simbólico do comprador em relação ao fornecedor nas relações criminais – quanto mais “patrão”, melhores os contatos e os preços junto aos fornecedores –; bem como de acordo com questões geográficas – uma arma nas fronteiras com o Paraguai ou a Bolívia é bem mais barata do que uma já circulante pelo território brasileiro.

Meus interlocutores falaram preços variados de acordo com suas posições nas relações do crime. Papagaio consegue uma pistola ponto 40 por sete mil reais, um “oitão” por três mil reais, uma pistola 380 por três mil e quinhentos: “mas a 380 depende do reforço dela. Se for um cano reforçado, se for um TA, um 357 ventilado, aí tá de cinco mil pra cima. Uma nove milímetro eu consigo pra tu, dependendo da capacidade de tiro dela, 16 mais 1, 20 mais 1, ela pode chegar até nove mil [reais]”. Por sua vez, João conseguia comprar um “oitão” mais barato, por dois mil e quinhentos, mas a 380 saía por seis mil reais e a ponto 40 também por sete mil. Raposão me contou que uma Glock G25 calibre nove milímetros, por ser mais difícil

de conseguir, podia chegar até doze mil reais, “porque ela tem uma precisão muito boa, um alcance muito bom e atira até debaixo d’água”. Pango foi quem me apresentou os melhores “canais” para adquirir armas ilegalmente. Ele envia seus subordinados para comprá-las na região fronteira entre Brasil e Paraguai, e consegue preços bem melhores do que os demais. Da última vez, conta Pango, “gastei de trinta e cinco mil a quarenta pra mandar os menino lá. [Por que tudo isso?] Gasolina, pousada, trinta mil era do maquinário, era umas dez pistola, com uns oitão que vinha... aqui já é mais caro, né? Pistola custa uma faixa de seis mil... lá é três mil, quatro conto, depende”.

De certa forma, é um clichê inescapável atribuir um fetiche às armas de fogo. Todavia, esta fetichização não é própria dos agentes pauperizados. O *cidadão de bem* “sempre teve uma arma ilegal em sua mesa de cabeceira” (Misse, 2011[2006], p. 205). A arma, ao representar esta dimensão fálica, está inserida no contexto de um *ethos* machista da sociedade patriarcal brasileira. As armas sempre estiveram presentes em toda a história nacional como objeto de poder e subjugação extralegal: nas cinturas dos donatários de terras da Coroa Portuguesa, dos bandeirantes, dos senhores de engenho, dos capatazes, dos capitães do mato, dos atuais latifundiários e seus capangas etc.

Em suma, sabe-se que o aumento exponencial na circulação de armas nas últimas três décadas no Brasil, principalmente sem registro ou adulteradas, tem relação causal com as altas taxas de homicídios, principalmente de jovens das camadas populares. Essa é uma obviedade lugar-comum. Contudo, analisando a presença maciça destes “maquinários” nas favelas dos grandes centros urbanos, é importante não perder de vista que o acesso a estes objetos é facilitado ilegalmente pelas agências militares (Polícias e Forças Armadas), como já foi abordado no capítulo anterior. O percurso de uma arma importada como um fuzil até uma favela é longo e atravessado por “mercadorias políticas”. Quero dizer que para que uma arma – como um fuzil AK-47, sequer produzida no Brasil, ou uma pistola 9mm, de uso restrito às forças de segurança – chegue a uma comunidade pauperizada, não há outro caminho senão escoar obrigatoriamente pelas muitas facilitações do *sistema de relações sociais do crime*, desde suas instâncias no estatismo, bem como no empresariado. É relevante lembrar que o mercado de armas convencionais (excluindo as militares) é uma atividade que envolve bilhões de dólares anualmente. Por fim, na ponta mais vulnerável do processo, as maiores vítimas deste ciclo de corrupção são os “compradores” do mercado clandestino, quero dizer, os agentes da criminalidade favelada, os mais atingidos pelos crimes intencionais letais praticados com armas de fogo.

Dessa forma, penso que a leitura a ser feita nesse contexto deve caminhar pelas veredas de uma crítica radical às maneiras de operação das empresas armamentistas e do estatismo; este tergiversa sobre o desarmamento, mas manobra sub-repticiamente para auferir lucros monetários e de representação com a cadeia armamentista. Diante dessa configuração, é preciso perceber que, para além da reificação da criminalidade favelada – com estereótipos de jovens empunhando fuzis – “por trás de uma arma, tem um coração batendo” (Athayde *et al.*, 2005, p. 31).

4.3. “É o certo pelo certo; o errado tem que ser cobrado”: Os códigos morais da criminalidade favelada

Como são construídas as crenças morais de uma comunidade? Seria possível falar de uma ética universal, nos termos propostos por Habermas¹²⁷? Em uma sociedade, a moral é imposta ou consensuada compartilhadamente?

Em ética e sociologia da moral, Durkheim (2016[1887]) defende que nem sempre é possível saber as causas de determinadas crenças morais devido às complexidades de suas origens, ou seja, elas foram historicamente edificadas como um sistema de funções em cima de relações processuais de pressões e tentativas, acertos e fracassos nas crescentes formas de interagir em coletividade. Para o sociólogo francês, qualquer representação dos valores da humanidade está presa à incapacidade de açambarcar todas as dimensões morais do espírito humano. A moral em Durkheim tem uma função de *segurança ontológica*, à medida em que ela é situada como uma busca por felicidade coletiva duradoura. Para este autor, os primeiros objetos nos quais o ser humano projetou esta idealização de segurança foram a família, a cidade e a nação. Já para Freud (2011[1930]), os valores morais e éticos surgem como uma das severas exigências ideais do Super-eu da cultura.

Dentro do repertório de crenças morais dominantes em qualquer cultura, os conceitos de “bem/mal”, “bom/mau”, “justo/injusto” funcionam como uma síntese metonímica das lutas por separação e hierarquia dentro dos arranjos sociais. Em *Genealogia da moral*, Nietzsche (2016[1887]) sublinha que foram as estirpes nobres que criaram e

¹²⁷ O alicerce da ética discursiva em Habermas (2003[1983]) é a universalização como uma norma que só pode ter legitimidade após um acordo dialogicamente costurado e aceito por todos(as) os(as) participantes que podem vir a ser afetados(as) pela ação normativa. A ética discursiva habermasiana exprime um “nós” consensual, apoiado em dois princípios básicos: justiça e solidariedade.

estabeleceram a si próprias a denominação de “bons” em oposição aos costumes e comportamentos plebeus, caracterizados então como “maus”. A partir deste “*pathos de distância*”, a nobreza criou valores e nomeou-os, fazendo valer seu poder de nomeação, de demarcar semânticas e semióticas de dominação, pois “o bom e o mau são somente o produto de uma seleção ativa” (Deleuze e Guattari, 1995a, p. 18). Em si mesmos, os conceitos elencados não têm qualquer valor ou sentido. Por exemplo, “*em si*, ferir, violentar, explorar e exterminar naturalmente nada apresenta de ‘injusto’, pois a vida é, *essencialmente*, em suas funções básicas, ofensiva, violadora, exploradora e exterminadora, não se podendo em absoluto concebê-la sem esse caráter” (Nietzsche, *op.cit.*, p. 70, grifos do original). Percebe-se que manter a geografia moral, que coloca de lados radicalmente opostos os “bons” e os “maus”, é um dos modos de sustentação da ordem hegemônica.

Para enfrentar este problema, Elias e Scotson propuseram uma abordagem configuracional, no qual “a meta de um estudo das configurações não é enaltecer ou censurar um lado ou o outro [...] e sim, tanto quanto possível, explicar seres humanos em configurações, independentemente de sua ‘bondade’ ou ‘maldade’ relativas, em termos de suas interdependências” (2000[1965], p. 181). Para estes autores, ao se pensar o crime e a delinquência como “ruins” ou “anômicos” e o cumprimento integral às normas estabelecidas como “bom” ocorre uma tendência a separar problematizações que estão configuracionalmente conectadas, e não podem ser separadas na análise sociológica.

Se parte considerável dos sistemas de crenças são construídos e impostos para legitimar uma semiologia da dominação, há concomitantemente uma parte que foge pela brecha criada para dar vazão a gramáticas morais historicamente subjugadas pela “moral” dominante. Wittgenstein, nas *Investigações filosóficas*, considera que as palavras não têm uma semântica em si mesmas, mas que seu sentido está no uso circunstancial de acordo com as situações vivenciadas. Feltran (2014), em diálogo com aquele autor, então destaca que os sentidos do “certo” e do “justo” nas comunidades pauperizadas estão de acordo com as formulações wittgensteinianas.

Destarte, saliento que há um gradiente axiológico nas relações criminais pauperizadas, ao contrário da visão que anima a *doxa*. A vertente do sistema de relações sociais do crime nas favelas não é indiferente à perspectiva de uma ética própria. Dessa forma, ao analisar a moralidade criminal dos pobres faz-se fundamental, de antemão, “superar qualquer julgamento, bem como a lógica bipolar do bom e mau, do certo e errado, do correto e do incorreto” (Barreira, 2008, p. 11). Os agentes criminais favelados estão sempre tecendo avaliações morais e deontológicas altamente complexas em suas relações sociais. Em grande

medida, estes juízos de valor envolvem uma semântica cultural que escapa à normatividade jurídica e à eticidade dominante – ou a uma pretensa “ética universal”, no sentido habermasiano do termo. É, pois, uma outra experiência ética, uma idiossincrática economia moral da criminalidade pobre. Ademais, estes códigos compartilhados no sistema social do crime não são estanques e perenemente rígidos; são, por sua vez, significações em disputa pelos interpretantes e, embora tenham uma considerável de estabilidade, também ocasionam, nesse circuito hermenêutico, conflitos, ambiguidades, ruídos e contradições.

Assim, reitero, as relações criminais têm um código moral próprio, marginal às leis normativas; este código se difundiu no Brasil junto com o banditismo urbano dos anos de 1960 e 1970 e funciona como um signo linguístico-comportamental reatualizado – amiúde oralmente – de geração em geração, que desemboca principalmente em ações práticas, *artes de fazer*. A pactuação tácita de quem participa do *jogo* o reproduz constantemente. A violência e o conflito – geralmente por “bocadas” e territórios – surgem, neste contexto, como mediadoras e (re)atualizadoras das “regras” de conduta. Aquele que não as segue enfrenta sérias consequências, que vão de repreensões verbais a castigos corporais, e até mesmo à morte, em casos extremos. Complementa-me João, com as marcas do vivido: “*A honestidade do bandido é a palavra. Quem não tem palavra é piranguero. E piranguero morre logo. É o certo pelo certo, pivete. O errado tem que ser cobrado*” (Pires, 2015b, p. 20, grifos meus). Camaleão também lança sua assertiva: “Do homem só quero o respeito e a palavra”. O jagunço Riobaldo dá sua contribuição ao debate: “O mais difícil não é um ser bom e proceder honesto; dificultoso, mesmo, é [...] ter o poder de ir até no rabo da palavra” (Rosa, 1983[1956], p.126).

As falas sintéticas e taxativas de João e Camaleão enfatizam o atributo moral basilar do qual se valem os agentes criminais: a oralidade negocial, a palavra como penhor-mor. Nenhuma outra conduta é mais importante do que “ter palavra de homem” dentro das relações criminais. Se um “bandido” for “pegue na palavra”, ou seja, desmentido em sua exposição oral, sofrerá severas consequências. Um dos principais interlocutores de Foote Whyte em Cornerville, Doc, explica ao etnógrafo o porquê de ter rompido relações com um integrante de sua própria gangue: “O cara deu pra trás em sua palavra, Bill. É só isso o que me interessa” (White, 2005[1943], p. 98). Na sua pesquisa em um morro carioca, Carolina Grillo (2013) constatou que a oralidade surge como grande mediadora diplomática de conflitos, produzindo transcendência e trazendo para o contexto situacional elementos imateriais que estabilizam os arranjos de poder e reconhecimento dentro das relações sociais do crime. Já em sua etnografia na periferia paulistana, Daniel Hirata (2010) considera que a “palavra

empenhada” serve para garantir contornos de certeza em meio a uma rede de agenciamentos tão incertos.

Vale destacar que o código moral das relações sociais do crime no Ceará precede a chegada das facções organizadas no Estado, a partir de meados desta década. O “proceder”, para usar um termo muito recorrente nas relações criminais paulistas e explorado principalmente por Adalton Marques (2008)¹²⁸, não é uma idiosincrasia de coletivos organizados e orientados para a realização de atividades delitivas, como o Primeiro Comando da Capital (PCC), o Comando Vermelho (CV), a Família do Norte (FDN) e os Guardiões do Estado (GDE). O “correr pelo certo” já existia por aqui desde os tempos das gangues de bairros populares. Geralmente, o código de ética do “crime” é sobremaneira respeitado pelos mais antigos na “atividade”, que já o introjetaram como memória acumulada das experiências vividas. A criminalidade favelada está envolta em rituais de comportamento historicamente construídos pelas antigas gerações. No entanto, esses ritos estão em constante reatualização e são permanentemente evocados na prática cotidiana de suas condutas ordinárias.

No entanto, a partir do início do século, com o aumento desenfreado no acesso a armas de fogo, os “criminosos” muito jovens, entre 10 e 15 anos, negligenciaram e transgrediram muitos dos acordos tácitos que regulavam a conduta e o comportamento de um “bandido homem”, provocando relativa perda de credibilidade da ética criminal. Alguns dos pilares de sustentação deste código, que são a política de “proteção” aos moradores e a inviolabilidade das casas, começaram a ser desrespeitados pelos “pivetes”, o que provocou um desarranjo nas relações criminais e um *quantum* considerável de descrença na eficácia das regras morais do “crime” por parte dos “trabalhadores”, que estavam sendo roubados nos seus bairros, vendo suas casas serem invadidas etc. Recuperando a fala de João, alguns parágrafos acima, e fazendo o adendo que foi suprimido anteriormente: “É o certo pelo certo. O errado tem que ser cobrado. É por isso que hoje em dia morre muito pivete”. A pesquisa etnográfica

¹²⁸ Reproduzo aqui *ipsis litteris* a explicação de Marques para *proceder*: Nas ciências sociais brasileiras, este autor foi quem mais aprofundou a análise sobre esta categoria nativa das relações criminais. Em síntese, “a palavra ‘proceder’, enquanto substantivo, é utilizada para denominar um complexo conjunto de regras que orienta parte significativa da experiência cotidiana. O uso de tal noção atravessa a rede social; Pereira (2005), por exemplo, verifica seu uso entre ‘pixadores’. No interior das prisões o ‘proceder’ orienta a distinção entre os presos de acordo com seus históricos ‘no crime’, a distinção entre os artigos criminais, as resoluções de litígios entre presos, os modos de se portar na chegada a prisão, a utilização do banheiro, a habitação das celas, os modos de se portar no refeitório, os modos de se portar durante os dias de visita, os modos de se despedir do cárcere etc. Enquanto adjetivo, o ‘proceder’ é um atributo daquele que tem sua experiência prisional considerada pelos outros presos como estando em consonância ao ‘proceder’ (substantivo). Um indivíduo nesta condição é denominado ‘cara de proceder’, ‘sujeito homem’, ‘ladrão’ etc., possuindo, portanto, os requisitos para viver num espaço denominado de ‘convívio’. No mesmo sentido (enquanto adjetivo), mas tomando o exemplo contrário, o ‘proceder’ é aquilo que falta ao indivíduo que é exilado no espaço ‘seguro’ ou morto durante um ‘debate’” (Marques, 2006, *apud* Marques, 2008).

de Luiz Fábio Paiva (2014[2007]), realizada num complexo de bairros populares em Fortaleza, denominado Grande Bom Jardim, conta muito bem deste momento de instabilidade do código moral das relações criminais, quando os moradores se sentiam encurralados dentro de seus territórios pelas quadrilhas de jovens infratores que não mais coadunavam com os antigos costumes de não “mexer” com os trabalhadores. A chegada das facções criminosas ao Ceará, um processo que começa em 2013 e se consolida em 2015, teve como uma das principais funções retomar algumas regras de conduta que estavam quase caindo em desuso nas relações criminais cearenses. Hoje em dia, “vão roubar longe, não roubam os próprio morador não”, me explica Helena, 48 anos, garçõete em um pequeno restaurante do GTN. Prensado é mais enfático:

É safadeza, cara, você fazer pirangagem onde mora, porque tem trabalhador, cidadão, família. Se num respeita seu barraco, respeita o barraco do próximo. Vale a pena roubar a pessoa que tenha dinheiro, bó roubar um banco, um caixa eletrônico? Mas roubar um pai de família, parceiro? Ladrão que rouba pai de família, que mata pai de família, pra mim merece morrer.

Há alguns relatos que gostaria de compartilhar que exemplificam a gramática moral das relações criminais. O primeiro deles é do próprio Prensado. Em uma das vezes em que foi preso, enquanto não “descia” para o presídio, foi alocado em uma cela de distrito policial. Ao chegar à grade de entrada, percebeu que na cela estavam dois dos seus rivais do comércio de drogas no GTN. Ele explicitou a situação ao policial plantonista e então pediu para que não o colocasse ali. Não foi atendido. Quando entrou, um dos “inimigos” deu-lhe alguns tapas, mas o “bichão” rival logo entrevistou: “Ninguém vai fazer mais nada com ele aqui não, o furo nós cobra em liberdade, né aqui não... Aqui tá todo mundo no veneno. [Estando] no cubículo, é fora do jogo”. O caso mostra que as “tretas” anteriores à prisão devem ser resolvidas tão-somente em liberdade. A experiência de detenção deixa as contendas em situação liminar, visto que a liminaridade, como circunstância intermediária e periférica da vida cotidiana, que põe em suspensão momentânea alguns ritos, é caracterizada por “mudanças no *status* social de um grupo ou de um indivíduo” (Turner, 2008[1974], p. 47). Ao se encontrarem presos, “no cubículo”, Prensado e seus rivais situavam-se em configuração diferente à da liberdade, em *status* distinto ao que carregavam no mundo extramuros, e esta condição exigia moralmente um armistício negociado entre “bandidos homens”. Rafael Barbosa, ao falar das regras do Comando Vermelho (CV), destaca justamente que as “incompatibilidades trazidas da rua devem ser resolvidas na rua” (2001, p. 78).

Prensado novamente me contou um episódio que demonstra outras particularidades do código de ética criminal. Em uma das muitas “guerras” do GTN pelo controle territorial de áreas, na luta intestina entre falanges pelas fronteiras físicas e simbólicas da periferia com o objetivo de comandar o tráfico de armas e drogas, ele detalha uma oportunidade em que sua quadrilha invadiu um território para matar os “inimigos” que haviam assassinado seu tio, um icônico “patrão” da Vila Cazumba. Para surpreender os rivais, foram de manhã bem cedo. Contudo, foram também surpreendidos pelo intenso movimento de pessoas não envolvidas com as agências criminais àquela hora do dia. Um atraso de vinte minutos na operação tinha feito a diferença para a “missão” fracassar. “Vi mulher e criança na rua, num ia atirar, né!”, exclama Prensado. É muito caro à ética criminal vitimar pessoas que não têm participação com as atividades delitivas.

Outro relato me foi contado por uma agente de saúde com quem fiz muitas visitas às residências dos moradores de uma das comunidades do GTN. Após o trabalho, Ana Rosa estava esperando o ônibus para retornar para casa. Ela e outra mulher aguardavam os transportes na parada de coletivos que fica em uma avenida que divide dois territórios do GTN. Nesse ínterim, uma dupla de assaltantes surge em uma bicicleta. A mulher é assaltada, mas Ana Rosa não. Os assaltantes a reconheceram do trabalho de saúde comunitário: “Ela é lá do posto, macho!”, disse um deles, avisando ao outro para que não agisse sobre a agente comunitária.

A quarta história pude acompanhar como uma das partes envolvidas, ainda que apenas indiretamente. Uma ex-companheira trabalhava no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de uma comunidade pauperizada de Fortaleza, o Lagamar, comunidade que muitas vezes rivaliza no comércio de drogas e em poderio bélico com o GTN na região sudeste da cidade. Em um intervalo de seis meses, ela fora assaltada três vezes perto de chegar ao trabalho logo de manhã bem cedo. No último assalto, quando levaram sua bolsa com documentos, cartões de crédito/débito e dinheiro, ela me ligou revoltada. Sugeri-lhe que no CRAS procurasse saber se algum dos trabalhadores precarizados, como zeladores, cozinheiras, seguranças, pessoas da portaria etc. conhecia o “bichão” do Lagamar. Disse o nome dele. Eu não o conhecia, mas devido às minhas andanças de longa data no GTN já tinha ouvido falar bastante do “dono” do Lagamar. Quando chegou ao CRAS, ela conversou com o porteiro sobre o ocorrido. O porteiro não apenas sabia quem era o “bichão”, mas tinha contato com ele. Ligou e explicou o ocorrido. O “bichão” se dispôs prontamente a resolver a situação. Até o final daquela manhã, alguns garotos foram entregar ao porteiro no CRAS a bolsa com todos os pertences. Vale dizer, por oportuno, que esta ética “justiceira” é parte inextricável da

construção moral e da eficácia local de qualquer “patrão” dentro do complexo de relações sociais do crime. Casos como estes não são exclusivos do Lagamar, mas compõem a memória social de muitas periferias em todo o país. O código moral das relações criminais faveladas mantém condutas “universalizadas” a despeito das diferenças culturais e geográficas.

Outro tabu que se salienta na construção moral dos “bandidos” pauperizados tem relação com as dissimetrias de gênero. A companheira (esposa, namorada, etc.), muitas vezes, é considerada tão posse quanto um automóvel, uma casa; enfim, é mais um pertence. Envolver-se sexualmente com uma mulher comprometida com outro agente criminal é, provavelmente, “a pirangagem mais mortal”, conta Papagaio. O “boca de prata”, aquele que “fica com a mulher do cara é bom de peeia!”, complementa ele. Doc, um “bandido homem” com quem Foote Whyte interlocucionou em sua pesquisa num subúrbio de Boston nos 1940, já adiantava esta premissa básica das relações criminais: “Esse é o código pirado que há por aqui: se ele diz que ama a garota, tenho que deixá-la em paz” (Whyte, 2005[1943]), p. 55).

Perguntei a alguns dos meus interlocutores se o “crime” tinha alguma lei. Todos confirmaram que sim. Indaguei-os como era essa lei. Papagaio dá a sua versão: “A lei do crime é andar certo, na linha. Não desandar do bagüi [bagulho], não roubar cidadão, respeitar as vizinhança, tá entendendo? E se nós pega esturpador [estuprador], nós bota pra matar tudim, esturpador, cabueta, boca de prata, x-9”.

[Quando chega numa favela para comprar droga, tem que] abaixar o vidro do carro, tirar o capacete, tem que obedecer, porque se não obedecer vai pra vala. Tem as lei também pra não roubar dentro do bairro. Se roubar dentro do bairro e os cara pegar... Tudo tem lei, tem que ter. Se não tiver aí a negada faz o que quer. As negada rouba nazárea [no local, nas áreas] aqui, aí suja já pra eles lá, porque eles vão atrás dos cara (Saci, 26 anos, ex-assaltante).

É não comer nada de ninguém, trabalhar direito, num querer comer a mulher dos outros, de outro bandido, e *ser humilde* mah... *o cara sendo humilde e respeitando, ele entra em todo canto, primeira das coisas ele tem que ser humilde*. Porque tem muita gente que começa a ganhar dinheiro, aí começa a ser bichão, aí aumenta as asa, aí num é assim mah, *tem que ser humilde*, ajudar as pessoas, porque aqueles invejoso, olho grande, vai querer falar besteira pra outras pessoas, e aquelas pessoas [com quem] que tu já é humilde, já ajudou, vai querer dizer assim “não, o cara num é desse jeito, esse bicho é safado”. E aquela pessoa que é olho grande, invejoso, vai pro saco... (Pango, 28 anos, “patrão” de um dos territórios do GTN).

A fala de Pango levanta um ponto que quero discutir brevemente. Ao enfatizar por diversas vezes que “ser humilde” é um atributo moral indispensável ao agente da criminalidade favelada, ele reforça uma dimensão bastante valorizada entre aqueles que são mais conservadores no que tange ao cumprimento de uma ética criminal restrita e racionalizada. A humildade nas relações do crime geralmente tem relação com uma

“caminhada” mais longa nas práticas delitivas, ela é a experiência adquirida fruto de aprendizados vivenciais, é herdeira de uma maturidade psicoemocional que já aprendeu que a bazófia e a arrogância atraem inimizades e desavenças prejudiciais às atividades criminais. A humildade é possivelmente o principal componente do “proceder”, do “correr pelo certo”. Os muitos jovens que se seduzem facilmente pelos assaltos e pelos tráficos de armas e drogas raramente possuem este predicado. São mais propensos aos arroubos juvenis, às impulsividades e imprudências próprias da faixa etária, falta-lhes uma humildade “malandra”, característica dos “bandidos homens” com carreiras delitivas mais extensas. Digo humildade “malandra” porque este “ser humilde” do qual fala Pango é tático e amiúde performático, joga com as oportunidades situacionais que o campo de atuação oferece para obter as vantagens inerentes desta ética comportamental. Ser humilde, neste sentido, não é ser “bonzinho” ou “otário”, mas ser esperto e astuto ao estabelecer zonas de convergência e empatia por todos os lados de sua atividade criminal¹²⁹. Pango complementa: “Eu sou mais na minha... tem a hora do cara ser bichão, né?” Ser *humilde* é, pois, uma *ação tática*, no sentido certeuniano, uma vez que funciona como galvanizador de recursos de representatividade e consideração. Nesta perspectiva, ter a capacidade diplomática de “ser humilde” é uma referência positivada pelos mais experientes nas relações criminais: “O nêgo num pode chegar apavorando. Nunca apavorei, fui sempre respeitado, em todo canto. Ei mah, o nêgo sabe chegar e sabe sair”, comenta João, sobre suas percepções acerca do código moral do “crime”.

4.3.1. “Mãezinha”: uma categoria nativa que põe em suspensão o ethos violento

Dentro do espectro de relações morais das atividades delitivas no GTN, talvez nenhuma outra categoria nativa tenha mais capital simbólico positivado do que a “mãezinha”. Conversei com muitas mães cujos filhos estavam diretamente envolvidos com a prática de crimes, como assaltos ou tráfico de drogas e armas. Sâmia, 48 anos, tem que conviver com a iminência de sua casa ser invadida por criminosos rivais ao grupo de seu filho, Bernardo, que também é viciado em crack, e por isso rouba objetos dentro de casa e nas ruas. Ela me relata de uma vez em que varejistas do comércio de drogas foram à sua residência fazer a cobrança, dizendo que iriam matar o garoto caso ele não pagasse as dívidas com a “bocada”. Sâmia teve

¹²⁹ Parte dos trabalhos de Karina Biondi (2010), Adalton Marques (2008) e Gabriel Feltran (2014) discorrem sobre a categoria nativa “humildade”. Como esclarece Feltran, senso de justiça “para o ‘certo’, em São Paulo, dá sentido prático a palavras como ‘proceder’, ‘procedimento’ ou ‘correr pelo certo’, que ensejam a subjetivação de homens e mulheres ‘considerados’, ‘respeitados’, ‘cabulosos’ e ‘humildes’ simultaneamente, em espaços sociais específicos” (2014, p. 506).

que desfalcara as despesas domésticas para salvar a vida do filho. Isso ocorreu muitas vezes, de diferentes formas. Quando, por exemplo, deixou empenhado o cartão do programa federal “Bolsa Família” com traficantes para que estes sacassem o dinheiro referente às dívidas de Bernardo. Sâmia me relata outros episódios em que não mataram Bernardo pelos pedidos clementes de indulgência que fazia diante dos “vacilos” do filho. A “mãezinha” surge, amiúde, como personagem que consegue mediar relações criminais, posto que sua força simbólica está justamente no fato de que os outros “bandidos” também têm suas mãezinhas e, portanto, se sensibilizam ao, psicologicamente, identificarem na situação algum aspecto de paralelismo emocional com suas histórias.

Certa vez, quando Bernardo roubou uma televisão para trocar por “pedra”, a própria Sandra o denunciou à polícia. Em vez de prendê-lo de imediato, os policiais sequestraram Bernardo e ameaçaram-no matar caso ele não denunciasse “bocas” onde os policiais pudessem negociar mercadorias políticas. Sâmia relembra o dia:

Ó, teve um fragrante, né. Só que veio um policial diferente, porque ele já sabia de tudo, onde é que tava a televisão, tudo. Mas saiu de bocada em bocada com ele, batendo, tomando droga, levando dinheiro. Isso aqui no Tranquedo, no Lagamar, no Castelão... Aí eles saíram derrubando bocada, tomando dinheiro, tomando a droga dos menino. Aí deixaram ele aculá e vieram me avisar. Tavam com ele, a cada passo que ele andava era uma chibatada que ele caía. Eu disse “Eu chamei pra buscar a televisão, e pra levar ele preso, né”. Aí levaram pro 13º [Distrito Policial]. Aí eu pedi: “pelo amor de Deus, deixa esse menino solto não, deixa ele preso que eu não aguento mais”.

O desespero de Sâmia é recorrente na história de vida de muitas “mãezinhas” que têm que aprender a conviver com episódios violentos dentro de suas casas protagonizados por filhos envolvidos com atividades delitivas: “O meu filho mesmo eu não botei pra fora porque, enfim, eu tenho coração. Porque é filho, mas... depois do que ele já fez eu já tinha que ter botado pra fora”, finaliza.

Noutro dia do trabalho de campo, eu conversava com Papagaio em um dos territórios do GTN quando sua mãe surgiu na rua vindo da feira. Ele me contava sobre as agruras da prisão, quando interrompeu o diálogo para cumprimentar sua genitora: “Oi mãezinha, bença! Tô sossegado, tô só conversando com o rapaz aqui”, disse. Virando para mim, completou: “Essa foi a que sofreu mais eu tando preso. Eu quero isso pra minha, mãe? Quero mais não né? Ela me perdoa de tudo o que eu fiz, porque no fundo ela sabe que eu tenho bom coração”. Este momento do nosso diálogo foi excepcional porque envolveu uma amorosidade de Papagaio que não coadunava com todo o resto da sua narrativa, recheado de eventos violentos, assassinatos, traumas, etc. A “mãezinha”, para muitos “criminosos”,

envolve uma dimensão semântica de afeto e respeito inigualáveis em relação a qualquer outro personagem do seu convívio social. Quando querem se lamentar de desilusões amorosas no campo das relações com mulheres, enfatizam, quase como um ditame popular: “Amor? Só de mãe!”.

Samurai me contou que sua mãe é “obreira” de uma das muitas igrejas evangélicas do bairro e, como sabe da ocupação do filho, “ela ora muito por mim”, diz. Inclusive quando intui “revelações de Deus”, avisa ao filho previamente sobre episódios que podem colocar em risco sua vida. Há um evento em que Samurai acredita ter sido salvo por um presságio de sua mãe. Não consigo inferir até que ponto a história é verossímil ou apenas um arroubo oratório de Samurai para positivar ainda mais a dimensão representativa de sua “mãezinha”:

Um dia desses ela chegou pra mim falando que os cara ia levar uns tiro no beco, mah. Eu cheguei aqui e vi um elemento bem ali, né. Aí eu falei: “Aquele elemento lá oh... no escuro”. Eu vim tirar a moto daqui, quando vim tirar a moto, os cara começou a atirar. *Trá, trá, trá...* Saí vuado. Chega nem respirava, parceiro, ó. Olha aí minha mãe, ó... minha mãe falou comigo, ó. Foi da igreja...

A mãe de Raposão também é ciente das atividades que o filho desenvolve. Ele comenta sobre os cuidados maternos e a opção de não visita-lo no presídio quando ele esteve encarcerado. Segundo Raposão, a maior preocupação dela é que ele seja assassinado: “Ela disse: ‘Meu filho, cuidado pra não morrer’. Aí eu explico: ‘Mãe, tô só tentando quitar umas coisas aqui, levantar minha goma, meu geral, né? Uma casinha, isso e aquilo outro’. Aí ela: ‘Meu filho, a gente aceita você do jeito que você é, mas quando você for preso a gente num vai te visitar não’”.

Percebo que ao trazerem à tona a categoria “mãezinha”, há uma dimensão de transcendência subjetiva que põe em suspensão, como em caráter de liminaridade, o *ethos* violento e viril do qual se valem os agentes pauperizados para construir suas personalidades criminais. Na pesquisa de campo, nestes momentos, quando falaram das mães, com a ressalva de raras exceções, na maioria das vezes eles se mostraram mais sensíveis às afetividades humanas, e às narrativas de amorosidade, respeito e carinho.

4.3.2. “Pirangueiro”, “noia”, “cabueta”, “boca de prata”, “corre de ganso”, “atrasa lado”: Compreendendo algumas categorias negativas da moralidade criminal

Durante o trabalho de campo, nas muitas conversas com os interlocutores, muitas categorias nativas surgiram. Algumas vieram à baila como subcategorias estigmatizadas e depreciadas dentro das relações criminais. A principal delas e quase unânime em suas narrativas é o “pirangueiro”. Em algumas interpretações, como na de Prensado, “pirangueiro é aquele que deixou a droga depravar ele, que tu num pode nem botar pra dentro de casa, que num respeita, é o nóia”.

No entanto, geralmente, o conceito de “pirangueiro” é mais alargado, e envolve semânticas não apenas vinculadas ao consumo abusivo de drogas, mas também relativas à confiança, reciprocidade, respeito, consideração, enfim, ao “proceder”. Para Raposo,

o pirangueiro é aquele cara que fala muito, fofoqueiro, que fica teleguiando um irmão contra o outro, entendeu? Olho gordo, invejoso, que fica engomando ladrão, não tem coragem. A pirangagem de uns e outros, que, tipo, põe as amizades na balança por dinheiro, tem o olho grande no companheiro, entendeu? Que trai a lealdade pelo lado financeiro, que por causa de um real tem coragem de formar e tirar sua vida... Isso aí eu detesto.

Camaleão, por sua vez, diz que pirangueiros são “esses cara que faz as coisas sem pensar, um cruzeteiro, um que vai roubar o cara nas área, outro que mata por uma besteira, faz coisa com maldade, entendeu?”. A opinião de Saci é semelhante: “Um pirangueiro é um caba que tá com você aqui e depois cruzeta você, como já aconteceu isso no mêi da gente. O cara tá aqui com a gente, aí depois vai cruzetar o cara pra outro malandro”. De acordo com Pango, pirangueiro “é o que de todo jeito quer se dar de bem, quer comer as coisas dos outros, sempre quer mais, sempre quer se dar de bem de tudo, uma hora se dá mal, uma hora a casa cai e num tem pronde correr não”.

De todas as conversas que estabeleci com agentes envolvidos em práticas delitivas, em apenas em uma delas houve uma inesperada e muito sincera autorreferência como “pirangueiro”. Foi Nico, 19 anos, assaltante de ônibus e de transeuntes, quem se autodefiniu desta forma, após ser questionado.

[Ei, mah, o que é um pirangueiro pra ti?]
 Pirangueiro sou eu [risos].
 [Tu se acha pirangueiro?]
 É, né não?
 [Quando tu diz “pirangueiro sou eu”, por que tu diz isso?]
 Eu digo porque pirangueiro pra mim é um cara que faz ruindade, né. Só faz coisa errada.
 [Mas o pirangueiro também é quem não considera o parceiro, fica de leva e traz, fala uma coisa pra um, depois fala outra coisa pra outro...]
 Mas aí já é outro tipo de pirangueiro. Tem esse tipo aí também.
 [É esse pirangueiro que eu tava perguntando. Tu acha que tu é esse?]

Sim, também, porque eu já dei, assim, já dei altos balão [enganar] na galera. Já fiz pirangagem, né. Com uns e ôto [outros].

Parece-me, portanto, que o conceito de “piranguero” tem algumas características generalizadas, mas algumas outras são acionadas de acordo com as situações vivenciadas por cada interlocutor, que adita aos seus pontos de vista negativas consonantes com suas experiências pessoais. Olhando por outra perspectiva, pode-se também inferir que o “piranguero” representa a metonímia que condensa em uma única expressão nativa todas as subcategorias negativas na moralidade das relações criminais. O “piranguero” é por extensão o “nóia”, o “cabueta”, o “atrasa lado”, o “corre de ganso”, o “boca de prata”, o “traíra”, o “X-9”, etc. Vou falar destas outras categorias doravante.

Outra representação coletiva êmica tão recorrente quanto a de “piranguero” é a de “noia”. Noia é o adicto que é julgado como se não conseguisse ter controle psíquico-emocional sobre o uso de drogas – quase sempre o crack – e que é acusado como se não considerasse mais as relações familiares e de amizade como parâmetros para o bem-estar. Numa leitura freudiana, é como se as configurações repressoras do Super-eu, que impõem sentimentos de culpa ou reprimidas da “consciência”, parecessem dissipar-se quase inteiramente em seu psiquismo. Em casos extremos, quase não há mais mediação filosófica e existencial entre o uso abusivo e as expectativas futuras; a obsessão pelo uso constante de crack suplanta qualquer outra perspectiva relacionada ao viver. Nestes casos extremos, a vida praticamente se resume ao consumo da “pedra”. Quase todas as pulsões libidinais se direcionam à obtenção de maneiras e recursos para fumar. Muitos falam que salivam “só de pensar”, que “dá água na boca” momentos antes de dar uma “pancada na pedra”. Até mesmo as necessidades fisiológicas tornam-se acessórias diante da “fissura” centralizada pelo crack.

Eles estabelecem com os varejistas do comércio de drogas uma relação com muitas marcas de ambiguidade: de um lado, são rejeitados e desprezados como “corpos abjetos” (Rui, 2012) de uma estética *zumbi* (dentes carcomidos, olhos fixos e inanimados, roupas esfarrapadas, cabelos desgrenhados, magreza notória, falta de asseio, etc.)¹³⁰ e, portanto, se exerce sobre eles uma “gestão da circulação” no território (*ibid.*), pois na maioria dos casos de roubo no local eles são os primeiros e, às vezes, os únicos suspeitos; por outro, são muitas vezes incorporados ao tráfico de drogas como intermediadores entre os “playboys”

¹³⁰ De acordo com Taniele Rui (2012), estes “‘ingredientes’ resultam em uma corporalidade repulsiva, a qual se atribui falhas morais. Figura tão deplorável, é mais um atributo do que propriamente uma materialização: um *nóia* é aquilo que não se deve ser, aquilo que o próprio *nóia* não quer ser, ou, convocando Kristeva (1980), é aquilo que se opõe ao “eu”. Por isso, se ouve com muito maior frequência a acusação de que alguém é *nóia*, do que alguém chamando a si mesmo de *nóia*. É como se sua existência fosse tão ilegítima, tão desconsiderada enquanto “vida”, que não consegue nem se materializar (2012, pp. 279-280).

usuários e as “bocadas”. Em troca, ganham pequenas porções de crack, migalhas chamadas “caquinhos”. Ainda que se tente promover uma “circulação administrada” sobre os *noias*, eles amiúde escapam a este controle e vivenciam a prática rotineira como nômades urbanos, perambulando pelos territórios à procura de meios e situações que lhes possibilitem fumar mais, sempre mais.

Todavia, vale aqui salientar, por oportuno, que isto não é o mesmo que dizer que há pessoas “irrecuperáveis”, “sem jeito”, etc. A tese etnográfica de Taniele Rui (2012), realizada mormente na “cracolândia”, região do centro de São Paulo, discute de maneira aprofundada a categoria “noia”, humanizando-a¹³¹. Camaleão pondera que “as drogas que transforma as pessoas, [mas] os noias são piranguero não”. Por mais que sejam vistos como escória social¹³², penso que, inclusive nos casos de extrema degradação subjetiva e corpórea, as pessoas, ainda que de forma caótica e desorganizada mentalmente, tecem avaliações psicológicas concernentes às possibilidades de um dia escaparem da condição de indignidade à qual se encontram. Fazendo uso do léxico da psicanálise, diria que o *instinto de vida* (Eros) nunca é completamente eliminado da psique humana por Tânatos, o *instinto de morte*.

Quero contar brevemente a história de uma mulher tachada de *noia*. Maria é uma baiana de trinta anos, que trabalha em um prostíbulo no GTN e também na rua. Ela me contou que fugiu de casa, na Bahia, aos 11 anos, porque o padrasto tentou estuprá-la. Veio para o Ceará pegando caronas com caminhoneiros. Morou no Pirambu, bairro da periferia de Fortaleza, e depois veio para o GTN. Não sabe se a mãe ainda está viva, porque não tem mais contato com sua família em sua terra natal. Maria é uma das trabalhadoras que põe à venda seu corpo na BR-116 para conseguir um “qualquer” e fumar “pedra”. Já foi presa sete vezes, por homicídio, tráfico de drogas, furto qualificado e assalto a mão armada. Se envolve em qualquer “parada” em busca de dinheiro para dar uma “pancada”.

¹³¹ De acordo com esta autora, “o *noia* é uma figura quase impossível de apreendida empiricamente (porque é mais descrita e evocada do que praticada). Não é assim, definitivamente, que ela é “lida” externamente: *nóia* tem passado a ser termo agregador e rótulo pejorativo dos efeitos imediatos do uso de crack e, também, dos usuários cuja corporalidade abjeta ganha destaque. Analiticamente, é difícil fugir dessa ambigüidade. Há que se trabalhar tanto com a idéia de que é possível construir internamente ínfimas variações a respeito dessa experiência, quanto com a idéia de que essas diferenciações são pouco percebidas do exterior. Ignorar este último aspecto é perigoso. Corre-se o risco de perder de vista aquilo que venho argumentando ao longo de toda a tese, isto é, que o efeito visível de tal corporalidade produz sérias conseqüências a esses mesmos sujeitos: ficam expostos às intervenções de outros, aos esforços disciplinadores, à violência física e à ironia. Ou seja, é tal visibilidade que provoca níveis distintos de gestão e que os impele a ocupar territorialidades igualmente abjetas. Ignorá-la seria, portanto, desconsiderar que este tipo de corpo está também mergulhado num campo político, ou seja, que as relações de poder têm alcance imediato sobre ele: elas o investem, o marcam, o dirigem, o supliciam e ainda o sujeitam” (Rui, 2012, pp. 283-284).

¹³² A fala de um comerciante do centro de São Paulo, entrevistado por Taniele Rui, é emblemática quanto a esta classificação depreciativa. Diz ele: “eles não são doentes, eles são a *doença em pessoa*” (Rui, 2012, p. 2, grifos meus).

Conheci Maria quando fui fazer campo em um posto de saúde improvisado no prédio de uma igreja pentecostal do GTN. Ela estava lá para receber o exame de detecção de HIV. Ao abrir, ela comemora quando descobre que não está infectada pelo vírus. A moça está muito debilitada, o corpo cheio de marcas, os dentes carcomidos, o olhar é vago, opaco, distante; a fala parece não querer obedecer às palavras. Uma alma em sofrimento emocional e psíquico. No tempo em que conversamos, consigo sentir parte da dor existencial que afeta Maria. Nos seus olhos, que faço questão de mirar com atenção, vejo sua aflição existencial. Ela está inquieta, agoniada. A “pedra”, penso eu, deve deixar toda essa dor em suspensão. Pergunto-lhe se um dia pensa em deixar de praticar crimes. “Penso, porque não compensa matar e roubar pra fumar pedra, se fosse pelo menos pra ficar rica”, diz com franqueza. O *instinto de vida* de Maria ainda pulsa.

Numa conversa que tive com José Antônio, 28 anos, desempregado e assaltante ocasional, ele me contava, muito timidamente, com voz baixa e olhar que não me fitava, sobre o vício que o fez ir morar na rua com a companheira, também adicta em crack, e fez seu filho ser tirado de seu convívio pelo Conselho Tutelar. Muitos “noias” investem nas práticas criminais de forma contingencial apenas para conseguir dinheiro para seu consumo. Neste sentido, ele não é sequer considerado “bandido” pelos partícipes do *jogo*; nas relações criminais, prevalece seu papel social de “noia”. Pergunto a José Antônio o que ele sente na hora que dá uma “pancada” no crack:

No momento é bom. Mas depois dá uma depressão cruel.

[O que é que tu sente na hora da depressão?]

Sei lá, uma agonia... uma coisa chata. A pessoa sabe que vai sentir a mesma coisa e ainda fuma. É uma desgraça. O crack veio pra acabar com tudo.

[Tu sonha com alguma coisa, tem sonhos?]

Tenho, mah.

[O que é que tu sonha?]

Eu sonho em deixar de usar, né, a porra dessa pedra aí. Recuperar meu fi [filho], viver numa casa mais aquela sem vergonha da mulher.

Praticamente todo “noia” é também tachado como “pirangueiro”. Mas há muitos “pirangueiros” que não são “noias”. Saci afirma que “todo noia é pirangueiro”. [Por quê?, pergunto-lhe] Porque não considera ninguém. Não tem noia nenhum que considera o cara. Ele só quer ver a pedra dele. É, mah, tô interado do movimento”.

Prensado já experimentou uma época em que era um dos principais varejistas de drogas da Vila Cazumba. Hoje, peleja para resistir à “tentação” do crack. Questiono-o se a família não interfere para apoiá-lo (ele mora com a tia e uma avó).

Já chegaram várias vezes [pedindo-lhe para parar], mas num escutava não, entrava num ouvido e saía no outro. Ei mah, quando o cara tá nessa vida aí [de “noia”], o cara num quer nem saber não, o cara escuta só por escutar mesmo, porque é família, o cara num vai ignorar, né?

[E hoje em dia tu tá usando o quê?]

Cheiro de menina! [cocaína]

[E a pedrita?] [crack]

Só mesclado [mistura de maconha com crack, ou tabaco com crack], e só de vez em quando, e só se tiver bagüi [maconha], porque se eu for fumar, se num tiver bagüi, é o cão parceiro.

[E comé que tu conseguiu sair da lata? [no Ceará, diferentemente de outros estados em que improvisam cachimbos artesanais, é muito comum fumar crack em um artefato que os usuários fazem a partir de latinhas de alumínio]

O cara num sai não, o cara dá um tempo. Num tem esse que saiu, ele pode dar um tempo, se segurar parceiro, se segura, tenta esquecer, mas ele num sai não. Se ele disser que sai é mentira, ele pode passar um ano, dois anos, até dez anos, mas no dia que ele cai é cruel a rebordosa viu, parceiro. Eu já vi cara passar cinco anos sem fumar porra nenhuma, quando caiu nela, foi pior do que era, ficou muito mais pior. O crack é ruim parceiro, é vida ruim, o crack veio pra destruir família, casal. Ei mah, quando eu num tinha crack pra usar, eu ficava doido, com paranoia, pensando onde conseguia arranjar dinheiro... Mas eu pensava assim: eu num vou deixar ele me destruir não, porque é o que ele quer, o cão quer que o cara perca as amizade, parceiro. Eu num desejo nem pro meu pior inimigo uma vida dessa, num é vida pra gente não, é vida pra cachorro, mah!

[Comé que tu faz pra se segurar?]

Maconha! Maconha direto! Os doido num toma calmante pra dormir, né? Eu fumo a erva! Mas o cara num deixa de usar [o crack], o cara dá um tempo.

Em conversa com Fabrício, 37 anos, professor de geografia da rede pública, um dos dois interlocutores no GTN que haviam ingressado na universidade, ele expõe seus argumentos, demonstrando conhecimento de jargões acadêmicos:

Um noia, cara, é o ramo mais baixo da sociedade do Tancredo Neves, é a ralé, é o *lupemproletariado* do tráfico, tá entendendo? É aquele cara que muitas vezes foi um cara de respeito... Eu vou te dar o nome de um que é bem famoso aqui no bairro. Um mais antigo, que é o [Lorão], já ouviu falar dele? [Lorão] é o nóia mais antigo que tem aqui no conjunto, ele já deve ter passado dos 50 [anos], ou tá perto. Tá vivo e forte. O pessoal diz que o cara, usuário de droga, ia morrer cedo. É um cara que já foi respeitado, já teve mulheres bonitas, mas que hoje em dia vende qualquer objeto pra ganhar, pra interar uns 5 reais pra fumar uma pedra. É um cara que perdeu totalmente o seu valor perante às pessoas que moram aqui, a comunidade, né. É um *zé ninguém*, virou um *zé ninguém*, que as pessoas não respeitam, brincam com a cara dele, usam ele pra fazer determinado tipo de chacota.

A categoria nativa “cabueta”, uma corruptela oral advinda de alcaguete, é mais uma que é revestida de um símbolo negativado. Raposão é bem enfático a respeito do tratamento que ele destina a um “cabueta”: “Mato no automático [sem pestanejar, sem pusilanimidade]. De preferência, não matar a tiro. Matar espancado, empindurar [pendurar] ou decapitar, morrer devagar, entendeu?”. Papagaio complementa dizendo que “cabueta, piranguero e boca de prata são tudo sem vergoim”. O “boca de prata”, como já falado anteriormente, é o sujeito que se relaciona com uma mulher envolvida com outro “bandido.

Pergunto a Raposão sobre os “corre de ganso” e os “atrasa lado”. Ele me explica:

Os corre de ganso é aquele que chega, se batiza no CV [Comando Vermelho, facção à qual Raposão é batizado] e sai dizendo pra todo mundo ‘ah, eu sou do CV’, sai pichando a casa da população botando CV. No lugar de tá levando progresso pra família, de tá fortalecendo, tá é atrasando... sai apavorando a população. O atrasa lado é quase parecido, digamos, é o cabueta, um estuprador encubado. A gente não aceita, esse a gente mata no automático. A gente não aceita, essa parte aí de pederastia, a gente mata no automática. Se a gente tivesse o endereço de todos, ia buscar no *online*. Matando, fazendo vídeo e jogando no grupo.

Há ainda o “traíra”, que é também um “piranguero”. Raposão me detalha o que ocorre, por exemplo, quando alguém de um grupo de assaltantes subtrai apenas para si um produto de um roubo. Ele me conta sobre um assalto a uma residência de luxo em um bairro das camadas médias e altas da cidade. Raposão nem sempre vai diretamente ao evento, mas financia o carro e as armas. Pergunto-lhe como ele pode garantir que ninguém vai omitir algum objeto ou dinheiro surrupiado. Ele me responde:

Sempre no meio da equipe tem um fiel meu. Se a equipe não tiver um fiel, ela num sai, ela volta. Tem sempre aquele fiel, leal e sincero. Que aí ele chega “Ei, ó, a gente pegou um carro”, no *online*, ele conversando comigo afastado dos outro no zap [WhatsApp]: “Ó, veio uma aliança, veio um relógio, uma pulseira, veio 30 mil...”. Só que ele não se acusa na hora. Na hora que eu chego no setor lá da gente, aí eu espero tudo em cima da mesa... Aí se veio tudo, mas faltou a aliança, eu vou procurar saber quem foi que deixou faltar a aliança. Pronto, aquele dali já é excluído, ninguém fala nada que ele vai morrer. Aí um dia depois a gente vai, sequestra o menino e planta por ali pelo Jangurussu [bairro periférico de Fortaleza].

Na moralidade das relações criminais, situações como esta descrita por Raposão são excepcionais, não ocorrem com a frequência que o leitor (ou a leitora) pode estar imaginando. Na maioria da rotina cotidiana, os conflitos são resolvidos com palavras. Uma boa argumentação oral evita o aprofundamento de muitas contendas. Quando a oralidade não é mais suficiente, há um gradiente de outras punições (expulsão do local; banimento permanente ou temporário das atividades delitivas; espancamento, com algumas precauções, como não atingir a cabeça violentamente, etc.) antes que se chegue à situação limite do assassinio.

Vale sublinhar que estas categorias que foram aqui trabalhadas são fluidas, dançam muitas vezes no mesmo salão semântico, se embaralham frequentemente. Se o “piranguero” tem por propriedade especial aglutinar todas as classificações negativadas do código moral, um “x-9” pode ser um “cabueta”, este pode ser um “atrasa lado”, o “nóia”, além de “piranguero”, pode ser um “traíra”, e assim ciclicamente, numa espiral que se enreda

enquanto atribuições depreciativas daqueles que não obedecem às regras de conduta e comportamento do “código de ética” das relações criminais.

É fundamental também esclarecer que este código não é estático, está sempre se reatualizando – ainda que se conserve mais do que se transforme –, portanto, está sujeito a interferências, contradições, vicissitudes, etc. Esta moralidade é muitas vezes ambígua, eivada de paradoxismos. Desta maneira, ela não pode ser analisada de forma reificada, como um quadro homogêneo e estéril que não permite criação ou desconstrução, ainda que, reitero, sua força de conservação tenha uma pujança considerável.

4.4. “Você conquista o respeito, você num impõe”: A liderança nas relações criminais

Como já adiantei no capítulo 2, o *sistema de relações sociais do crime* funciona numa engrenagem reticular que separa os agentes numa cadeia hierárquica de acordo com as injunções socioeconômicas e históricas do tecido societal, bem como em concernência com os capitais simbólicos que eles conseguiram amear não apenas nas atividades delitivas, mas ao longo de suas trajetórias em todos os campos da vida social.

A criminalidade favelada não escapa a esta configuração e, portanto, apresenta degradês de representação entre os “bandidos”. Como já foi discutido em outros momentos deste trabalho, as relações criminais em comunidades pauperizadas não estão assentadas em condições de “igualdade”, embora esta categoria nativa seja acionada muitas vezes por lideranças de quadrilhas e facções em narrativas orais e em “estatutos” para garantir a coesão e a integração grupal. Na realidade pragmática do cotidiano, pude observar na experiência etnográfica que esta “igualdade” é muito mais discursiva e estratégica do que concretamente palpável. Talvez ela se mantenha graças à sua loquacidade eficaz, à sua performatividade, no sentido austiniiano do termo. A criminalidade pobre reproduz, em muitos aspectos, as estruturas classificatórias de separação e hierarquia do estatismo sob a égide dos “patrões”. De modo geral, a hierarquia e o igualitarismo das relações criminais são ambos performances. Mais relevante do que a forma como se organizam – se hierárquica ou “de igual” – a análise precisa esforçar-se por compreender em que contextos configuracionais e diante de quais eventos situacionais os agentes acionam mecanismos hierárquicos ou de igualdade.

Na *Psicologia das massas e análise do eu*, Freud pontua que o mecanismo psicológico que sublima as pulsões libidinais dos seguidores em relação ao líder é o da identificação: “A imagem do líder satisfaz o duplo desejo do seguidor em se submeter à autoridade e ser ele mesmo a autoridade” (*apud* Adorno, 2015[1972]), p. 172). No entanto, os

subordinados não experimentam esta *identificação* como real, mas como representação, performam sua própria obediência, e assim coadunam à teatralização do líder: “Se elas parassem para refletir por um segundo, toda a encenação se despedaçaria e elas entrariam em pânico” (*op.cit.*, p. 188). O líder, sublinha Adorno (*op.cit.*), geralmente tem desenvoltura oral, uma “compulsão” para falar excessivamente, uma vez que o “encantamento” que ele exerce sobre os seguidores depende, fundamentalmente, dessa arte oratória. Ainda de acordo com o filósofo alemão, o líder precisa desempenhar um duplo papel: ao tempo em que deve se mostrar como “super-homem”, também precisa travestir-se de pessoa comum, o que garante aproximação empática com os seguidores.

Os “patrões” dos territórios encarnam a figura centralizadora e focal de comando e organização coletiva. Mas não é à toa. A liderança não “cai do céu”. Ela é gerada e gestada no tempo-espaço. Na maioria dos casos, os líderes são necessariamente agentes criminais que têm um notável repertório de histórias positivadas que grudam na memória social da sua localidade, “acionando uma espécie de jurisprudência do crime” (Grillo, 2013, p. 125). Eles possuem um “estoque de experiências” (Schutz, 1979[1932]), que lhes dá maiores recursos representativos, e que ademais constroem sua reputação e prestígio junto aos seus subordinados. Estas “experiências” possibilitam-lhes alargar sua rede de contatos criminais para além das fronteiras de seu local de origem.

De acordo com Daniel Hirata, “os patrões são aqueles que têm um alcance mais amplo que as relações de proximidade que cercam o ponto de venda de drogas” (2010, p. 307). Segundo Foote Whyte (2005[1943]), esta capacidade de estender sua atuação para fora de seu território os fazem mais conhecidos e respeitados do que qualquer outro do seu grupo. Para este autor, esta extensão de sua socialidade possibilita-lhes um maior raio de ação para gerar agenciamentos: “Uma de suas funções mais importantes é estabelecer o relacionamento entre seu grupo e outros grupamentos” (*op.cit.*, p. 265). No limite de sua agência social, os “bichões” exercem um poder de vida e morte sobre suas comunidades: “*Le dono do morro a pouvoir de vie et de mort sur tous ceux qui appartiennent au groupe local et sur tous ceux qui habitent sur le territoire qu’il controle*” (Barbosa, 2016, n.p.).

Geralmente, os líderes são os “atacadistas” locais no comércio de drogas, conhecem, de longa data, as vicissitudes e as movimentações do mercado ilegal na cidade e as respectivas fontes. Eles garantem o repasse das substâncias psicoativas aos seus “aviões” e outros pequenos varejistas em regime fiduciário; quero dizer que estes últimos precisam “prestar contas”, pagar as “taxas” aos “patrões” no final das vendas. Todavia, os chefes não transacionam apenas drogas, mas também armas, e financiam os automóveis e os “ferros”

para a prática de assaltos. Eles têm fornecedores privilegiados com os quais conseguem preços mais baratos para adquirir o “maquinário” e os “produtos”; se preciso, mandam seus “meninos” cruzarem as “fronteiras” em busca de promoções. Ao revenderem armas e drogas e arrendarem veículos a agentes da comunidade local e de outros territórios, espriam sua rede de atuação, e então adquirem não apenas o ganho monetário – o que é mais relevante nesta transação é o lucro simbólico, uma vez que este produz subjetivações que funcionam como sinais reforçadores do seu *status* de “bichão”, uma posição quase monopólica de poder negociador, mas que justamente por concentrar tanto poder desperta sentimentos de cobiça por parte de outros. Pango, o “patrão” de um dos territórios do GTN, que amealha de quinze a vinte mil reais por mês em épocas “ruins” e de quarenta a sessenta mil reais mensais em períodos de bonança, me explica sobre as particularidades da liderança, e de como essa posição também provoca uma maior exposição às “trairagem”:

Meu dia a dia é puxado mah. Já tô há muito tempo no crime, já vi muita trairagem, muita trairagem mesmo. Eu sou prova disso: num foi só uma nem duas pessoas não mah, que já tentaram...

[Te fazer?] [“fazer” tem aqui o significado de “matar”]

Foi! Da Vila [Cazumba], de outros cantos... Porque pede ajuda a gente, a gente ajuda, só que eles num se contenta com aquela ajuda, querem mais. Ficam ali focado naquilo, quando a gente vai ver, o menino quer tomar tudo, num é assim. Pra pessoa chegar nesse patamar [patamar] já mais elevado, ele tem que fazer a caminhada dele já de muito tempo, tem que ser de muitos anos, num é duma hora pra outra. Por exemplo, no tráfico, tu começa hoje, aí com um ano tu já quer tá nesse patamar? Bote ano nisso, aí tu vai fazer tua caminhada! Teu nome vai rodar na boca... O nome do cara tem que rodar nas favelas, nas penitenciárias né? Justo! Pronto! Num é da noite pro dia! Eu sou veacozim nessas coisas.

Raposão, também líder de um grupo criminal no GTN, antes de ser preso recolhia cerca de quarenta mil reais mensais, mas sua renda era mais variável porque, além do lucro das “bocadas”, dependia da monta arrecadada nos assaltos a mansões de luxo e casas lotéricas. Raposão até pouco tempo atrás trabalhava para Pango, mas a partir de um desentendimento entre eles, aquele decidiu que era hora de galgar posições nas relações sociais do crime: “Eu vi que eu tinha mais o dom pra comandar, então fui fazendo amizade com outros malandro... Você conquista o respeito, você num impõe, né?”.

Vale destacar que mesmo entre os “patrões” há níveis escalonados. Alguns são mais “bichões” do que outros. Considero, a partir de minhas observações empíricas, de minhas conversas com os dois, e com outros personagens varejistas dos tráficos de armas e drogas no GTN, que Pango é mais “bichão” do que Raposão. Ambos são “crias” de um mesmo território no GTN. Na verdade, como supracitado, Raposão é um ex-funcionário de

Pango. Eles puseram fim ao “contrato” porque Raposão chegou a dever cerca de vinte mil reais a seu ex-chefe em drogas e armas. Quando romperam, Raposão usou a “fama” de “matador” que ganhara durante a “guerra” contra grupos rivais de outro território do GTN e o dinheiro que tinha amealhado para “comprar” algumas bocas em um microterritório do local. Em pouco tempo, já tinha “aviões” e alguns “ladrões” trabalhando para ele, comprou carros, motos, outras bocas, etc. Se filiou ao Comando Vermelho (CV), galgou rapidamente patamares nas relações criminais, e atingiu o *status* de patrão após o lucro simbólico obtido por meio de ações ousadas como a matança de muitos “inimigos”, e assaltos a estabelecimentos comerciais e mansões luxuosas. Foi preso cerca de um mês após nossa conversa em uma tentativa de assalto a uma casa lotérica numa cidade da Grande Fortaleza. Ele me contou sobre uma fuga bem-sucedida semanas antes e depois relata acerca do dia em que foi capturado:

Certa vez a COIN [Coordenadoria de Inteligência da PM] me perseguiu ali perto do balão do Mondubim.

[Tu tava com o carro chei de...]

Tava, tava com 31 quilo de maconha e duas [pistolas ponto] 40.

[Vixi... aí, comeu fuga?]

Aí eu comi fuga até perto do [hospital] Sarah Kubistchek, o carro furou o pneu, eu entrei pra perto do [cemitério] Parque da Paz. Quando eles entrou eu descarreguei foi uma pistola.

[Foi não, mah? Eles deram voltando?]

Deram voltando, meu fi. Porque apesar deles ser meio metido a super-homem, a carne é mole igual a nossa, os bicho têm medo também. Sentei o pau. [...] Quando fui preso né, perdi casa, perdi carro, perdi arma, porque a polícia é assim: ela quebra primeiro você no financeiro, depois no psicológico, depois fisicamente, entendeu? Por isso que quando eu pego, eu num dispenso não, pau no gato! É o nosso maior inimigo, que é a máquina opressora. Aí quando eu caí [“cair” corresponde a “ser preso”], tava com dinheiro que tinha no carro, relógio caro, cordão caro, tudo isso eles comeram na hora, *são uns rato mesmo, são uns bandido que têm permissão pra roubar.*

Após alguns meses no presídio, Raposão conseguiu um *habeas corpus* para responder a ação penal em liberdade provisória e condicional. Meses depois, foi novamente encarcerado após uma nova tentativa frustrada de assaltar uma lotérica. O assalto foi exitoso, lograram roubar vinte mil reais, mas na fuga, em uma rodovia estadual, foram interceptados pela polícia. Conversei com ele no intervalo entre os dois episódios. Ele apresentou sua versão da rixa com Pango:

Na época da guerra, eu fiquei muito falado nas cadeia, entendeu? Ah, o [Raposão] da [território X] e tal... “o homi tá o cão chupando manga, correu pelo errado, o homi tá buscando lá dentro de casa”... Naquela época da guerra eu matei três aqui, dois no [conjunto] Maria Tomásia, dois no São Benedito. Aí na época eu trabalhava praqueles dois camaradas lá [Pango e Boína], mataram um irmão deles, eu me

envolvi na guerra, matei por eles, matei mais por eles do que por mim. Me teleguiaram. Entraram na minha mente aqui e eu achava que eles tava certo. No fim, quando acabou a guerra e que eu conheci os cara aí, eu vim descobrir o que era o certo e o que era o errado, eu vi que eles tavam errado, eu abandonei, entendeu? Porque eu descobri que apesar deles tá me fornecendo carro, drogas, armas, porque eu era o linha de frente deles, eles mesmo me entregavam pros homi, tu acredita? Levei vários botes na minha casa, COIN (Coordenadoria de Inteligência), reservado, FTA (Força Tática de Apoio)... vários botes! O primeiro bote [levaram] foi catorze mil, foi duas 9 milímetro, dois oitão [revólver calibre 38], duas caixa de bala, coisa muita. Aí eu fui conhecendo quem era quem, e vi que eles eram os atrasa lado, os caras que querem viver no mundo do crime, mas não tem coragem de ir pra pista pra trazer dinheiro e fica querendo dominar o lugar sem ter condições de dominar. Fica botando droga ruim pra ganhar muito. Então, se eles veem que tem alguém crescendo, eles paga pra ir matar, como já pagaram pra ir me matar. Entraram na FDN (Família do Norte) e tentaram formar pra me matar, inventaram umas histórias, pagava os drogueiros... Eles tão lá, morando lá, um tá preso [no caso, Boina] e o outro acochando, procurando toda e qualquer pessoa que tenha alguma coisa contra mim pra tentar me matar.

[E tu num fica naquela não?]

Fico, mas como agora eu sou do CV e ele é da FDN, aí eu num vou querer tirar a vida dele sem ver nem pra quê! Mas, se ele imaginar, eu tenho o dossiê completo de tudo o que ele fez de errado, eu tô esperando só mesmo uma gota pra eu botar no comando e tirar a camisa dele, porque o errado tem que sair, entendeu? E ele é muito errado, mata por dinheiro, olho grande, cresce os zói nas coisas dos outros e apoia o errado.

Papagaio, que também era subjugado a Pango, e se aliou a Raposão, conta sua versão da história:

Aí começemo [ele e Raposão] a arrebentar [traficar] aqui, de cinco e de dez [reais]. Aí os cara lá [Pango e Boina] cresceu os ói [olhos] em mim e no [Raposão] mah.. aí nós tretemo com os cara e num pegava mais [drogas] com eles não, arranjemo outro canal e pegamo logo mei mundo de droga logo... Aí em questão de cinco meses, eu e [Raposão] crescemo. Nos tempos das guerra eu andava com uma pistola aqui [na região da lombar] e um oitão aqui ó [na cintura].

Samurai, que permaneceu aliado de Pango, conta que Raposão ganhou “fama” na época da última “guerra” entre grupos criminais da Vila Cazumba e do Tancredo Neves pelos homicídios que cometeu, alguns deles, em atos corajosos, invadindo o território “inimigo”. Samurai diz que Raposão o estimava e que eram amigos, e que se não fosse pelo rompimento de Pango com Raposão, eles ainda estariam se falando. Em um momento da conversa, ele me chama para mais perto e, em voz baixa, solta um: “Só entre nós, viu?”. Então, começa a dizer aos cochichos que entendia Raposão, porque por mais que este tivesse perdido as armas e drogas de Pango, e se endividado, ele ia para o confronto e se arriscava pela “equipe” durante a “guerra”, enquanto Pango e Boina “não saíam, ficavam mais dentro de casa”. No diálogo em tom menor, Samurai transparecia que achava injusto que seus patrões, Pango e Boina, cobrassem Raposão pelas armas e drogas perdidas, uma vez que a atuação de Raposão na

“guerra” havia sido de extrema lealdade. Todavia, Samurai não explicitava sua opinião aos seus chefes por medo de represálias.

Pango, por sua vez, exerce a função de liderança no território há muitos anos, apesar da pouca idade, 28. Conta a seu favor ter começado a vender drogas com apenas 13 anos, estabelecendo uma “carreira” de uma década e meia, e também agrega para si ter como “sócio” seu irmão mais velho, Boina, outro “patrão” local. Não consigo afirmar convictamente quem é mais “bichão” dos irmãos. Eles têm estilos bem paradoxais: enquanto Pango representa o tipo-ideal do bandido “sapatinho”, “na disciplina”, que tece avaliações configuracionais mais cautelosas, Boina é seu inverso: faz a linha do bandido “impulsivo”, “guerreiro”, que age muitas vezes em pleno destempero emocional, assim como Raposão. Devido a essa clivagem comportamental, os irmãos são respeitados e considerados pelos demais agentes criminais a partir de esquemas axiomáticos distintos, o que dificulta a interpretação subjetiva sobre qual detém mais poder simbólico nas relações do crime no GTN. Pango me contou sua réplica do desentendimento com Raposão:

Macho, *as traição é sempre briga de trono*, porque as negada num se contenta com o que tem. Sempre quer mais, além do que eles pode. Como tipo um cara aí, que eu num vou citar o nome [Raposão]. Eu botei ele dentro duma casa, dei carro, comprei roupa, botava material [drogas] de com força na mão dele, mandava ele atravessar as fronteiras pra mim, ele ia, aí ele perdeu umas coisas minha.

[O que é atravessar as fronteiras? Ir pra outro estado?]

É... pegar material [drogas], uns maquinário [armas] também. Aí ele ia, eu pagava tudo, pagava pousada, essas coisas. Aí ele viu que tava dando dinheiro, aí queria aquilo pra ele. Aí ele ficou me devendo uns vinte mil, vinte e poucos mil. Aí eu considerei ele, da amizade dele, quitei a metade, disse: “Ei, macho, desse dinheiro, tu me dá só dez mil mesmo, o resto deixa pra lá”. Depois de uns meses, ele tava tramando querer me matar mah!

[Como é que tu soube disso?]

Pela boca dos outros, porque ele pensava que eu num tinha muito conhecimento. E aonde ele ia, era meus conhecimento [informantes]. Ele queria se chegar nos outros, só que a negada já me conhecia, ele tinha começado um tempo desse, e eu já era de muito tempo. Aí cada vez que ele vinha falar besteira, a negada vinha no meu ouvido. Aí eu fui tentar resolver, mas como tinha já rolado um tal de salve aí, da paz, que num podia ter derramamento de sangue, ele se aproveitou desse histórico aí. Mas agora numa época dessa aí, que tá em todo canto gerando [a guerra recomeçou], ele tá preso, época dessa era época boa deu pegar ele.

[E tu fazia? – “fazer” aqui é uma categoria nativa para “matar”]

Não, eu não, tem meus menino que faz...

As “brigas de trono” são o principal mecanismo acionador de contendas e das sucessivas “guerras” entre quadrilhas varejistas de drogas e armas no GTN.

4.5. As “brigas de trono”: o *ethos* guerreiro da criminalidade favelada

“*Deus mesmo, quando vier, que venha armado! E bala é um pedacinhozinho de metal...*”
(Guimarães Rosa, 1983[1956], p. 17)

Poderíamos pensar a violência nos médios e grandes centros urbanos da modernidade tardia do capitalismo no século XXI como crônica, circular e cumulativa? Estaria ocorrendo uma ritualização e uma rotinização das práticas violentas nas disputas por recursos materiais e simbólicos entre as falanges criminosas, à maneira como pensou Stanley Tambiah (1996; 1997) em relação aos países do sul da Ásia no momento crepuscular do século XX?

Nas últimas três décadas no Brasil, houve um crescimento exponencial de crimes letais intencionais e outros relacionados ao patrimônio. Ocorrem aí diversos fatores incidentes que ajudam a explicar o fenômeno: inchaço populacional dos centros urbanos; dilatação das assimetrias sociais; exclusão de uma parcela significativa da população dos circuitos dos direitos sociais, civis e de cidadania; aumento exponencial do acesso a armas de fogo; sucateamento e despreparo psicológico das polícias civil e militar na relação com o público; investimento cada vez maior das agências estatais em controle social e punição; narrativa lugar-comum de criminalização da pobreza; robustecimento das organizações criminosas, etc. Todas essas variáveis teriam desaguado num mar de rotinização e ritualização da violência presenciada por olhares atônitos e impotentes? Tambiah acredita que sim. Para este autor, o “conflict has become an everyday and seemingly permanent state of affairs; it has turned into a state of civil war” (1996, p. 223).

Esta *civil war* da qual fala Tambiah se referindo ao contexto do sul da Ásia, aqui no Brasil atinge preferencialmente as camadas pauperizadas. A “guerra civil” entre pobres tem uma dimensão relevante para o *modus operandi* do Estado. Veena Das e Deborah Poole (2004) sublinham que é justamente a partir desta barbárie social que irrompe nas margens que o estatismo pode justificar suas práticas de controle e intervenção violenta nas periferias. Penso que é exatamente neste sentido que Foucault assevera que “é possível que a guerra como estratégia seja a continuação da política. Mas não se deve esquecer que a ‘política’ foi concebida como a continuação senão exata e diretamente da guerra” (2013a[1975], p. 162).

Estar em “guerra” é uma situação rotineira para as pessoas envolvidas nas atividades criminais nas favelas. É a partir desta posição bélica que eles constroem muitos dos processos de subjetivação de um *ethos* masculino e guerreiro por excelência. “Guerra” é uma

categoria nativa sobremaneira mencionada nas narrativas que dão conta de confrontos entre grupos rivais no GTN. A “guerra” é a mãe das incertezas contingenciais que dominam as vidas dos agentes pobres envolvidos em práticas delitivas, “sendo necessário navegar por dentro de terrenos incertos, condenados ao acaso e imersos na imprevisibilidade” (Hirata, 2010, p. 342). Leonardo Sá vivenciou processo semelhante quando realizou sua pesquisa no Serviluz, bairro popular do litoral leste fortalezense: “Guerra não é apenas uma metáfora. É uma metonímia e uma performance. É um modo de expressividade da revolta que os jovens guardam, quando narram as histórias dos conflitos entre as facções e a polícia e as facções entre si” (2010, pp. 123-124).

De maneira criativa e trágica simultaneamente, os moradores dos territórios em “guerra” alcinham algumas dessas fronteiras simbólicas – geralmente regiões fronteiriças entre territórios – de “Faixa de Gaza”, referenciando uma disputa geopolítica no Oriente Médio, entre Israel e o Estado Palestino (que tenta legitimação diante dos países e organismos internacionais), a qual tomaram conhecimento pelos meios de comunicação de massa, principalmente o televisivo. Alguns outros dizem que é preciso evitar certos microterritórios porque “tão igual à Síria”. As “guerras”, desta maneira, fragmentam o tecido socioespacial do GTN: “A circulação de pessoas entre os territórios passa por uma triagem, em geral, com base no sexo e idade. Jovens do sexo masculino são vistos como potencialmente ‘perigosos’ para os grupos rivais, identificados como ‘pirangueiros’” (Freitas, 2010, p. 14).

Muitas vezes, as “guerras” iniciam por motivos banais. Samurai relata que a última “guerra” entre a Vila Cazumba e o Tancredo Neves, entre os anos de 2014 e 2015, teve como estopim um desentendimento corriqueiro em que dois “aviões”, um de cada lado, se encararam na rua e um deles arrostou o outro: “O que é seu pau no cu?”. Em rápido efeito “dominó”, a partir da rede de transmissão das fofocas, dos “aviões” a briga rapidamente estendeu-se para os “patrões”. Em poucos dias, o cenário era de conflito bélico, com ataques de ambos os lados. De acordo com Samurai, nessa época “todo dia de madrugada tinha bala, papocava cinquenta, cem bala”. Num dos ataques da quadrilha rival, o irmão caçula de Pango e Boina foi assassinado. “Foi aí que começou realmente a guerra” detalha Pango. Ele continua:

Investi muito dinheiro nisso, mas também nós matamo muita gente no tempo. Eu num ia lá não, quem ia era meu irmão [Boina]. Macho, era muita gente, tinha umas vinte pessoas, era metranca, doze [espingarda], pistola de todo tipo, oitão [revólver], TA [pistola], entrava era de três carro, cinco carro pra dentro aí [do Tancredo], era gente de todo jeito, mah. Eles aí [aponta com o nariz para o outro lado da avenida,

onde fica o território “inimigo”] saía só de madrugada, num tinha sossego pra eles não mah.

As contendas entre a Vila Cazumba e o Tancredo Neves tiveram início na década de 1990, com a assunção das disputas entre gangues nos “bailes *funk*”. No entanto, em relação ao comércio de armas e drogas, as quadrilhas criminais do Tancredo Neves tinha amplo domínio material e simbólico. Todavia, um “traficante” da Vila Cazumba, Leão, que era tio de Prensado, em alguns anos tomou parte considerável da clientela que comprava maconha “nacional”, crack e cocaína no território vizinho. Àquela época, a maconha “paraguaia” começava a chegar ao Ceará, mas ainda de maneira muito desigual em relação à oferta dos “camarões”, como é chamada a *cannabis* orgânica. Este novo “patrão” da Vila Cazumba não quis se submeter às regras das quadrilhas do Tancredo. Era um tipo desassombrado. Foi então ameaçado de morte. Intrépido, em uma noite sexta-feira na qual tinha exagerado no consumo de álcool, resolveu invadir o território “inimigo” com uma espingarda doze na mão. Três outros o acompanharam, mas recuaram tão logo chegaram ao Tancredo e perceberam que um indivíduo tinha corrido em direção a uma rua para chamar reforço. Leão continuou adiante. A audácia custou-lhe a vida. Foi atingido com um tiro de bala “dundum”, que se expande e fragmenta-se no interior do indivíduo com o impacto; “ela estoura dentro do cara”, diz seu sobrinho.

À época, Prensado tinha 18 anos: “Fiquei sem chão, pra mim acabou tudo. Meu tio era mesmo que ser meu pai, me criou, qualquer foguete que rolava comigo, ele comia partido. Me dava tudo, minhas roupas, a céda pra eu sair com as rapariga... Gosto nem de lembrar parceiro. Fico mal”. Leão atirou contra os agentes do grupo rival e, talvez pela agitação da adrenalina, sequer percebeu que tinha sido atingido. Quando retornava à Vila Cazumba, já tendo cruzado a avenida que separa os dois territórios, começou a cambalear perdendo as forças. Prensado, que havia chegado há pouco tempo de um forró no conjunto Alvorada, percebeu um furo na camisa na altura da barriga. Quando olhou, viu que seu tio tinha sido baleado, mas o tiro não sangrava externamente, a hemorragia era interna. Colocaram-no no carro rapidamente. Mas não deu tempo de chegar ao hospital: “Ele morreu nos meus braços”, lamenta Prensado.

Mas, historicamente, nenhuma disputa foi tão comentada no GTN e experimentada violentamente pelos moradores como “ecos da violência” (Freitas, 2003) do que a “guerra” entre as quadrilhas criminais do Tancredo Neves contra as do Tasso Jereissati. A rivalidade histórica entre estes dois territórios já acontecia desde o final dos anos de 1990, época em que os “bailes *funk*” em Fortaleza atraíam grupos de jovens das mais diferentes

“quebradas” da cidade para, além de escutarem música, digladiarem-se. De acordo com Fabiano Freitas (2010), que produziu uma dissertação sobre a “criminalidade violenta” no bairro Jardim das Oliveiras, onde os conjuntos habitacionais Tancredo Neves e Tasso Jereissati estão inseridos, nos anos de 1990, as disputas territoriais na capital cearense estavam atreladas ao *funk* e às gangues de pichação. No próprio Tancredo Neves, acontecia um baile *funk* no MIC clube – onde atualmente está situada uma Igreja Universal. As gangues do Tancredo rivalizavam, principalmente, com as do Lagamar, Piloto, Areal (Conjunto ABC), Messejana e Vila Cazumba. A união das “galeras” de um mesmo território para ir aos bailes era a regra comum, e assim os jovens reunidos em um só grupo formavam um “mulão”, termo muito recorrente à época. O Tancredo, nesse momento, era composto por algumas “galeras”, porém as mais conhecidas eram as da Cobal, Pracinha e Avenida. Para ser líder (ou “cabeça”) de um “mulão” era imprescindível mostrar técnicas e habilidades na luta corporal, no “mano a mano”. Muitos “cabeças” se tornam bastante reconhecidos em toda a cidade pela demonstrada virilidade física nos confrontos nos bailes. Viraram personagens icônicos, alguns que morreram foram alçados à categoria de mito. Atualmente, o “mano a mano” cedeu lugar às armas de fogo e os bailes *funk* foram substituídos pelo “fórró da favela”.

Apesar da rivalidade que era vivenciada no *funk*, os homicídios eram esporádicos. As “tretas” eram resolvidas nos bailes, com confrontos interpessoais entre os “cabeças” ou entre outros integrantes dos “mulões” que os líderes indicavam. O “cabeça” só “disputava” com outro do mesmo *status*. Dos “mulões” dos bairros e das gangues de pichação que iam aos bailes *funk* dos anos 1980/1990 há uma transformação na socialidade dos jovens favelados a partir do final do decênio de 1990. Devido à repercussão negativada no discurso público, e após petições do Ministério Público, os bailes *funk* são proibidos em Fortaleza, uma medida que afetou diretamente modos de lazer dos jovens das classes populares.

Como adendo ao contexto, quando as armas e as drogas começam a ser incorporadas em grande quantidade às realidades das favelas em Fortaleza, nesse mesmo momento histórico, muitos dos “cabeças” das gangues aderiram às atividades varejistas do comércio de drogas, estimulados pelos lucros materiais e simbólicos que o tráfico oferecia. As armas configuraram-se em seu trunfo para controlar o território e se defender das gangues rivais. Vale mencionar que, em muitos territórios, a passagem de “cabeça” de gangue a “patrão” de quadrilha não se deu de forma estável e assentida por todos. Outros líderes de “galeras” do mesmo território também queriam a tão almejada alcunha de “patrão” do tráfico. Houve disputas pela posição de liderança. Os confrontos “mano a mano” rapidamente cederam espaço às balas: “Quando alguém deu o primeiro tiro, ficou evidente que os encontros não poderiam mais acontecer em batalhas

campais desprovidas de um abrigo para proteção. Afinal, “[...] o cabra é macho, mas não tem os peitos de aço” (Paiva, 2018a, no prelo). É nesse período, portanto, que as antigas gangues atreladas às “galeras” dos bailes *funk* e dos grupos de pichadores entram em decadência como símbolo de representação da juventude favelada para a assunção das quadrilhas criminais, baseadas principalmente no varejo de drogas. Assim, essas primeiras *quadrilhas* de “traficantes” conservaram e reatualizaram, com outros métodos e técnicas bem mais letais, as rixas históricas e as demarcações territoriais das gangues dos anos de 1980 e 1990.

Já sob essa nova configuração, em que as gangues aquiesceram às quadrilhas, em meados dos anos de 2000 alguns eventos mudariam as relações entre os jovens do complexo de maneira decisiva e implantaria uma “guerra” que durou cerca de dez anos, até a assunção das chamadas “facções” no ano de 2015, que estabeleceram um armistício em todo o complexo de favelas, uma vez que todas as quadrilhas do GTN agora estão vinculadas a uma única facção, o Comando Vermelho (CV). A última chacina na região foi em agosto de 2015, quando dois carros com integrantes de uma quadrilha do Tancredo armados invadiram uma rua na favela Cinquentinha, no Tasso, e dispararam à revelia de dentro dos veículos. O saldo da matança foi de cinco mortos, todos homens, com idades variando entre os 14 e os 31 anos. O episódio foi noticiado amplamente na cobertura midiática da cidade.

Não há um evento específico que possa ser certamente afirmado como o estopim para o início da “guerra” homicida entre os dois territórios. Mas sabe-se que a origem remonta a uma “guerra por trono”. De acordo com Pango, Garrincha, criado no Coloral, um dos microterritórios que compõem o Tancredo Neves, era o chefe do comércio de armas e drogas do GTN no início dos anos de 2000. Desenvolto para as práticas criminais, Garrincha rapidamente expandiu os negócios e “começou a empregar em casa, comprou muita casa, em carro. Começou a mandar em todo canto. Todo bairro tinha gente trabalhando pra ele. As periferias quase tudinha do Ceará tinha gente trabalhando pra ele”, relata Pango. Lembro que no início dos anos de 2000 o nome de Garrincha evocava poder nas relações sociais do crime no GTN, Lagamar, Pio XII, São João do Tauape, Luciano Cavalcante, Aerolândia, Areal, Barroso, Cajazeiras, Messejana, etc. (quase todas as regiões sul e sudeste de Fortaleza) – e também um certo “selo de qualidade” à clientela. Os clientes davam preferência a consumir substâncias das bocadas comandadas por Garrincha, porque diziam que nelas a droga era “mais servida”, no sentido de ser melhor qualitativa e quantitativamente.

Garrincha, de fato, atingiu um *status*, inclusive dentro dos círculos policiais, de “um dos maiores traficantes do Ceará”. “Cria do Coloral”, um microterritório do Tancredo Neves (na verdade vindo da favela do Gato Morto, que deu lugar ao conjunto Coloral), Garrincha, em

parceria com seus irmãos, galgara posições prestigiosas nas relações sociais do crime de forma meteórica. “Era a família toda do movimento”, sublinha Pango. Em poucos anos, Garrincha transformou-se em símbolo de prestígio e poder entre os “bandidos”. Foi preso diversas vezes, mas sempre conseguia *habeas corpus* para responder às ações penais em liberdade. A última vez fora capturado pela Polícia Federal em meados de 2012, na BR-116, próximo ao aeroporto de Fortaleza, na oportunidade em que resgatava uma “mula” (pessoa que realiza o transporte da droga) que trazia alguns quilos de cocaína de Manaus. Em dezembro do mesmo ano, conseguiu outro *habeas corpus* do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

A posição imperiosa de Garrincha e familiares despertava cobiça de outros agentes da criminalidade favelada: “Macho, tu sabe que a geração sempre vai crescendo e sempre quer ser aquela pessoa. ‘Quero ser igual ele, quero ter as coisas igual ele’. *Eles querem ser mais nojento que os antigo*. Aí foi nesse ditado aí, a negada começou no movimento, aí ele [Garrincha] queria que as negada trabalhasse pra ele, aí os caras não queria”. Os “caras” dos quais fala Pango eram os integrantes da gangue do Tasso comandada por Cassaco, um então jovem de pouco mais de vinte anos. Para conseguir enfrentar em condições de igualdade o poderio bélico de Garrincha, Cassaco precisaria de “céda” para adquirir “maquinário”. “Eles num tinha muito dinheiro não”, relata Pango. Foi então que Cassaco pensou num plano audacioso. Samurai detalha como foi:

Aí o [Cassaco] foi e botou na cabeça que tinha que ter dinheiro pra combater o [Garrincha], pra dar. Aí ele resolver fazer um assalto a um carro forte de quinhentos mil ou era um milhão, mah.

[Deu certo?]

Deu certo. Aí ele ‘pã’... ele usou a cabeça, aí deu vinte mil conto pra polícia, pra polícia dar um bafo na casa [onde Garrincha guardava armas]. Aí ele já passou uma mensagem prum policial, né, ‘tã’... “Vai lá, tá limpeza”. Aí os homi parou lá na casa, invadiu a casa, pegou as arma que tinha dos cara. Na hora que a polícia saiu, demorou um pedacim os cara [da gangue de Cassaco] chegaram, aí mataram todos três, os três avião do [Garrincha], que era os matador dele, né, incubado. Aí mataram.

As mortes de três dos principais “matadores” de Garrincha abalaram bastante o *status* de invulnerável que sua gangue possuía. Outro episódio, encampado por Siba, o principal aliado de Cassaco, também teve impacto muito forte na eficácia simbólica da gangue do Tancredo enquanto grupo inatacável. E ocorreu por conta de ciúmes passionais. Pepê, o irmão caçula de Garrincha “era metido a bichão... foi pelo [Pepê] que começou, porque eles mesmo [Garrincha e os outros irmãos] eram ganhador de dinheiro. O [Pepê] era que se barroasse nele, ele já matava, pisasse no pé dele, ele já matava”, diz Pango. Pepê então envolveu-se com a companheira de Siba, em um momento em que a relação estava terminada:

“O [Siba] brigou com a mulher dele, ele brigava e se separava, brigava e se separava, aí o [Pepê] pegou a muié do cara. Foi, aí ele [Pepê] tava no forró e dançou com ela na frente do cara [Siba]. Aí foi onde começou as treta. Eu vi mah! Aí começou!”, exclama Pango. Ele continua:

Nesse dia eu tava tudim com eles lá no forró. Aí o menino chegou dizendo pra mim desse jeito assim: “Ei mah, o [Siba] vai matar um agora”. De uma hora pra outra, era o [Siba] atirando no [Pepê], descarregou um TA na cara dele, e eu vendo daí pra aí [faz referência a algo muito próximo]. Deu na cara, ele no chão, ele ficou só apertando. Aí o [Siba] saiu, comeu fuga na moto. Aí começou a chegar os irmão dele, a equipe dele, dizendo que ia ter cobrança, aí começou as treta deles lá, de peixe grande...

O atentado sofrido por Pepê representou um duro golpe na gangue de Garrincha. Dessa vez não foi apenas um de seus “funcionários”, mas seu irmão que fora vítima. Apesar de ter levado sete tiros à queima-roupa, Pepê milagrosamente sobreviveu. Desse dia em diante a “guerra” foi marcada por eventos de revanchismo de ambas as partes. Nestes anos todos, parte considerável da família de Garrincha foi morta: os irmãos, o filho, o sobrinho, e ele, em 22 de dezembro de 2012, duas semanas após conseguir um *habeas corpus* do STJ. “Só tá vivo as muié e o Pepê, porque tá na igreja”, resume Pango. Quando foi assassinado a tiros de fuzil no quilômetro 152 da BR-116, em Russas, no interior do Ceará, sua morte foi amplamente noticiada nos veículos midiáticos policiais tamanha a dimensão de seu peso simbólico nas atividades criminais.

Pouco tempo depois de matar Garrincha, Cassaco assumiria a condição de uma das lideranças do narcotráfico estadual, com bocas espalhadas em todo o GTN, bem como em diversas outras comunidades de Fortaleza e cidades interioranas. Ainda em 2013 foi preso, mas continuava a capitanear as atividades criminais do presídio. Cassaco também transformara-se em ícone do tráfico de drogas e de armas no Ceará, estampando capas de jornais e noticiários televisivos quando de sua prisão. As matérias jornalísticas davam conta de sua vida luxuosa em dois apartamentos próprios no metro quadrado mais caro de Fortaleza, a avenida Beira-Mar, de seus carros importados e de sua escolta particular. Agora, o Cassaco “é o *homi* do Ceará mah. Ele é que é o cara, o número um. Os dois segurança dele era da polícia mah. Ele é cria do Tasso. Ele andava aqui em casa mah, um menino véi de bicicleta. Agora, eu acho que ele tão cedo num se solta, porque foi muita morte mah. E ele era um dos mais procurados do Ceará mah”, me disse Pango em conversa realizada em meados de 2017. Contrariando a previsão do interlocutor, Cassaco conseguiu um *habeas corpus* para responder às muitas ações judiciais em liberdade e, após cinco

anos encarcerado, saiu da prisão em 2018. Poucas semanas depois, também foi assassinado em uma barraca de praia em Fortaleza, mesmo contando com um aparato de segurança escoltando-o.

De acordo com Freitas (2010), esta “guerra” entre Tancredo e Tasso, em diferentes momentos, já alterou rotas de ônibus, suspendeu aulas nas escolas, e cancelou as tradicionais festas juninas na região de 2005 a 2008. Em 2009, os festejos puderam novamente ocorrer, mas com grande aparato policial. As casas na região eram vendidas por cinco mil reais, mas não surgiam compradores. O resultado mais devastador de toda essa dinâmica de guerra são os “ecos da violência” (Freitas, 2003), ou seja, os efeitos simbólicos e políticos de experiências morais que passam a estruturar as relações sociais das pessoas que, por estarem inseridas no território, compartilham vivências aproximativas com esse fenômeno. O medo de viver a socialidade das ruas é um dos ecos da violência mais recorrentes.

Carlos, desempregado, morador do Tancredo Neves, relata sua experiência: “Aqui era demais, todo dia era bala, todo dia era bala, todo dia era matando, já mataram aqui, já mataram ali. Sempre teve essa guerra aí entre Tancredo, Tasso, mas graças a Deus agora tá mais calmo”. Fabrício, professor da rede pública, também morador do Tancredo Neves, complementa-o: “Quem mora aqui não pode andar muito lá e quem mora lá não pode andar muito aqui. Não que existisse uma total restrição, mas existia uma filtragem, né, principalmente os jovens, né, tinham mais receio de andar no Tancredo Neves, né e vice e versa”.

Por muitos anos, Tasso e Tancredo foram separados por fronteiras simbólicas. Há todo um controle geográfico-territorial dos espaços que podem – ou não – ser ocupados pelos integrantes das gangues. No entanto, os grupos criminais de ambos os lados se arriscavam a realizar “invasões” no território “inimigo” como mostra de poder de fogo e coragem, dois capitais muito valorizados nas relações sociais do crime. Leonardo Sá analisou processo semelhante em sua pesquisa no Serviluz: “A ação coletiva está orientada para a defesa, a proteção e o ataque contra os inimigos” (2010, p. 268). Ainda segundo este autor,

essa movimentação entre as fronteiras territoriais é comum, é um elemento no jogo da guerra entre as gangues. Aceitar o confinamento em seu próprio território é uma forma de perder força pelo acucamento que a força militar de uma gangue exerce sobre a outra. Não invadir o território do inimigo é uma forma de apresentar negativamente a fraqueza, a falta de fibra e o medo do outro. [...] Incursões perigosas sobre o terreno do outro, portanto, fazem parte de um padrão local de luta. Rituais de poder e exibições das forças, das armas, mas, sobretudo, da valentia, da coragem e do destemor revelam o significado desse embate imaginário (2010, p. 107).

A cada assassinato exitoso, uma comemoração. E, conseqüentemente, um revide da parte rival. Todo esse fluxo de “toma lá, dá cá” nas matanças funciona como uma espiral de violência que mantém um ciclo degenerado e praticamente interminável de vingança. Este processo ocorre em muitas comunidades de Fortaleza, não é algo exclusivo ao GTN. Devido ao caráter fragmentário das ocupações territoriais na cidade, diversos grupos criminais se estabeleceram em muitos pedaços geográficos. Estas demarcações territoriais sangrentas são também reatualizações ultraviolentas e armadas das disputas “mano a mano” que ocorriam nos anos de 1990 entre a geração dos bailes *funk*. Estas características da “guerra” nas favelas do Ceará me faz pensar nos “debates” do PCC em São Paulo, analisados por Hirata (2010, pp. 293-305) e Feltran (2010; 2012). Os *debates* são práticas de negociação capitaneadas por agentes criminais do PCC com papéis de liderança que emulam um tribunal jurídico, inclusive com as partes de defesa e acusação, que têm como função garantir o “proceder” nas relações criminais. As decisões finais dos debates podem durar dias, até mesmo semanas. Hirata comenta de um debate que durou três semanas para ter seu veredito. Nos *debates*, decisões nunca são tomadas individualmente por nenhum membro, mas por uma coletividade de líderes. A hegemonia praticamente monopólica do Primeiro Comando da Capital em todo o Estado de São Paulo favorece com que os *debates* muitas vezes consigam cessar essa cadeia cíclica e cumulativa de revanchismos. De acordo com Hirata, “os debates parecem ser um mecanismo que se dirige regulando a lógica da vingança e seu ciclo perverso de mortes, ou seja, uma tentativa de conduzir a decisão de uma maneira que não se permita que o efeito de auto-alimentação de mortes se realize de forma arbitrária” (2010, p. 302). Para este autor, os *debates*, ainda que com suas contradições e extralegalidades, é uma “recusa dos caminhos que conduzem à morte, portanto uma forma de defesa da vida” (p. 305).

No Ceará, não há *debates*. Nesta lógica, o ritual de lançar fogos de artifício ao céu para comemorar e avisar sobre a morte de um integrante de uma gangue rival está incorporado ao *modus vivendi* dos jovens dessas comunidades. “Às vezes, a gente vê, antecipa o fato, né. Você sabe que aquele cara vai morrer a qualquer momento pela ousadia dele, né”, sugere Fabrício. O *espetáculo ritual* promovido por esses grupos lembra o *ethos* guerreiro e faccionalista de tribos onde o assassinio é simbolicamente valorizado pela comunidade. O “guerreiro” não foge à luta e age sem consideração pelo contendor. A disputa é tribal, ou mata ou morre. Gregory Bateson, ao analisar o ritual nativo – o *naven* – dos latmul da Nova Guiné nos anos de 1930 pontuou que “[entre os rituais,] o mais importante é o homicídio. A primeira vez que um rapaz mata o inimigo [...] é a ocasião para o *naven* mais completo. [...] Depois do homicídio direto, os atos mais honrados são os que ajudam os outros a matar com êxito” (2008[1936], p. 73). Os homicídios, no universo da criminalidade favelada, são um “rito de

passagem” (Van Gennep, 2011[1909]), um marco liminar e transicional que eleva os recursos simbólicos dos “guerreiros” que os executam, que passam a ser “considerados” nas relações sociais do crime. Ainda caminhando por esta analogia, destaco que muitos dos agentes criminais com quem conversei fizeram questão de me mostrar, com explícito orgulho inclusive, as marcas de balas e de “furadas” ou “naifadas” (cortes à faca) que tinham sido adquiridas nas muitas “guerras” das quais participaram. Estas máculas corporais me pareceram homólogas às *tatuagens* dos guerreiros tribais estudados pelos precursores da antropologia. Papagaio ajuda a ilustrar minha análise:

Óia o tanto de furo que eu já levei também, de faca, ói ó. Tem aqui também ó, aqui também, nas minhas costas! [mostra as muitas marcas em várias partes do corpo] Isso aqui foi disputando eu e um cara na faca, só os dois. Mas só que eu também dei umas nele, dei uma nele aqui, outra aqui... ele correu, eu caí no chão e a negada me socorreu e me levou pro hospital.

Dos primeiros envolvidos na “guerra” entre Tancredo Neves e Tasso Jereissati que iniciou em meados dos anos de 2000, Siba é o único que continua vivo. Ele está detido em um presídio federal, no Paraná, mas é o herdeiro legítimo do espólio criminal de Garrincha e Cassaco. Segundo meus interlocutores, atualmente ele é “quem manda” no GTN e é um dos “patrão” de todo o Ceará, mesmo estando encarcerado num presídio de “segurança máxima”. Raposão afirma que Siba “tem iate com heliporto e tudo”. Devido à carga simbólica de prestígio no “crime” de Garrincha e familiares, depois Cassaco, e agora Siba, a área de influência do GTN nas relações criminais não se restringe somente aos seus próprios territórios, mas se estende aos bairros e comunidades circunvizinhas, tanto no que diz respeito à clientela de usuários, que surgem dos bairros Cidade dos Funcionários, Jardim das Oliveiras, Parque Água Fria, Parque Manibura, Luciano Cavalcante e Cambéba, quanto no que concerne ao fornecimento de armas e drogas a “aviões” de comunidades no Barroso, na Aerolândia, no Lagamar, no Areal, no Castelão, no Pantanal e no Grêmio (Jardim das Oliveiras), na Galileia (Luciano Cavalcante), nas Cajazeiras, etc.

Vale salientar que esta posição de relevância do GTN nas regiões sul e sudeste de Fortaleza não é monopólica; pelo contrário, é ferozmente disputada com outros grupos criminais que também acionam um extenso fluxo de relações e ingerências nesta parte da metrópole, como a comunidade do Lagamar, no bairro Aerolândia¹³³, vinculada à facção cearense Guardiões do Estado (GDE); as gangues do Barroso – que têm integrantes majoritariamente da GDE; e principalmente a comunidade do Pôr do Sol, na Grande Messejana. Esta última, segundo alguns

¹³³ Para uma mais densa percepção das atividades criminais na Aerolândia, sugiro o trabalho etnográfico de Clodomir Matos Júnior (2008).

interlocutores, é a maior responsável pela distribuição (fornecimento) de armas e drogas no mercado interno do Estado: “De lá espalha pro Ceará aqui todim, distribui pras favela tudinha, mandando pra todo canto: Tranquedo, Tasso, Lagamar, tudo, tudo...”, diz Pango. O Pôr do Sol foi o único território de Fortaleza que não aderiu a nenhuma das facções que atualmente comandam diversas comunidades cearenses: FDN, CV, PCC e GDE¹³⁴: “As facção querem tomar o Ceará todim [mas] o Pôr do Sol já tem o comando deles mesmo mah. É o comando PS lá, que num é aliado com nenhuma”, esclarece-me Pango.

Área de influência do Grande Tancredo Neves

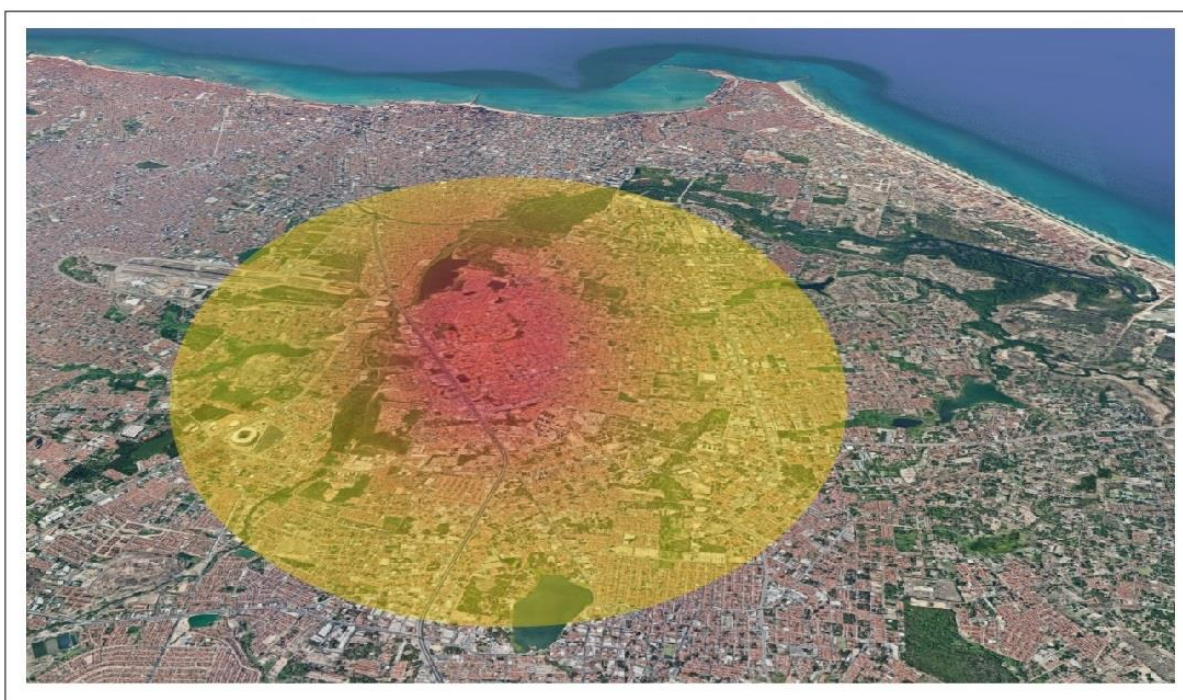


Figura 18 – A área de abrangência das relações criminais do GTN engloba considerável parte das regiões sudeste e sul de Fortaleza. As tonalidades mais avermelhadas do círculo indicam o núcleo geográfico no qual a influência é mais pujante, ao passo em que conforme as cores do raio de influência vão amarelando, é também sinal aonde a ingerência vai ficando mais restrita. (Fonte: arquivo pessoal /Pires, 2018).

4.6. “Traficante é aquele que nem pega na droga”: analisando o tráfico varejista nas favelas

Na criminalidade favelada, o tráfico varejista de drogas é a principal atividade que movimenta as relações criminais. Diferentemente da modalidade do assalto, o tráfico é uma

¹³⁴ No capítulo 4 me debruçarei com mais profundidade sobre estas facções e seu processo de intensificação no Ceará.

atividade sedentária, como sublinhou Grillo (2013). Dos interlocutores com quem conversei, a grande maioria era pequeno varejista no comércio ilegal de drogas, os chamados “aviões”; ganhavam, em média, de mil e quinhentos a três mil reais líquidos, já descontados os dividendos para seus fornecedores. Camaleão fez questão de pontuar: “Eu sou avião. Bote aí que eu sou avião [diz ele, apontando para o diário de campo]. Sou traficante não. Traficante é aquele que nem pega na droga”. De fato, a alcunha “traficante”, se pensarmos a partir da perspectiva de Camaleão, não faz nenhum sentido ali. Em média, os pequenos varejistas transacionam de 50g a 100g de cocaína e/ou crack por quinzena. Abastecem-se, geralmente, com o “patrão” do território, o fornecedor local: “Tinha obrigação [com o fornecedor], tinha que pagar o dono [da droga], o cara que vende tem que ter obrigação de homi”, sublinha Prensado. No entanto, há casos também em que se deslocam a outras periferias da cidade para buscar as drogas. Como já dito em outros momentos deste trabalho, o fornecimento é também feito por policiais ou ex-policiais. Muitos dos “aviões” me falaram da diferença no tocante às vendas entre períodos em “guerra” e épocas de armistício. Na “guerra”, a questão da defesa territorial radicaliza-se, amiúde os usuários temem ir às bocadas (com exceção dos noias) e as vendas caem consideravelmente. Prensado explica como pensa sua atividade enquanto varejista: “Pra mim, é igual um negócio, é igual um comércio, você num compra uma coisa no mercantil pra botar no seu botequim pra você ganhar seu lucro e comprar mais?”.

Estes interlocutores carregam muitas histórias, pois “ao contrário das estereotípias que constroem as figuras fantasmáticas do Traficante e do Crime Organizado, são portadores de um feixe variado de relações e conexões com o mundo social” (Hirata e Telles, 2007, p. 186). Penso que, ao analisar o GTN, não se pode falar de “O tráfico” ou “O traficante” no sentido empregado pela *doxa*. Essas categorias reificam um compósito de agenciamentos heterogêneos dotados de vasta complexidade societal onde convergem e divergem fluxos incessantes de drogas, dinheiro, armas e recursos simbólicos.

Os pequenos varejistas das drogas são chamados de “trinta e três”, em referência ao Artigo 33 do Código Penal brasileiro que versa sobre o delito análogo à atividade de transacionar drogas ilícitas. Ainda que não seja a maioria dos casos, muitos desempenham um duplo papel criminal, e atuam como varejistas das drogas e assaltantes simultaneamente. Raposão me disse que em certo momento de sua trajetória “era 33 indo e 157 voltando. Eu ia fazer uma entrega [de drogas] lá no... vamo supor, [bairro] Lagoa Redonda. Eu ia, fazia a entrega, quando eu vinha, já era 157” (se lê *um-cinco-sete*). Um-cinco-sete (157) é como se referem aos assaltos e assaltantes, também em diálogo irônico com a numeração do artigo homólogo no Código Penal.

Conversei com outro interlocutor que fazia dupla jornada. Mas não era “33 indo e 157 voltando”. Jânio trabalhava como porteiro numa clínica de cirurgia plástica em um bairro das camadas médias e altas de Fortaleza. Seu horário era de 19h às 7h da manhã, em regimes intercalados de 12 por 36 horas, ou seja, laborava um dia sim, outro não. Seu outro trabalho era como “avião”, trabalhando para Pango no GTN. Durante o trabalho de campo, algumas histórias similares à de Jânio surgiram. Ao ser uma atividade que, teoricamente, envolve menos riscos que os assaltos e tem esse caráter sedentário, o tráfico varejista acaba aglutinando agentes que não necessariamente fazem dele a sua principal atividade, sendo os lucros com a venda de drogas um orçamento acessório à renda principal, geralmente em algum emprego superexplorado do mercado de trabalho capitalista.

Nenhum signo remete mais ao tráfico varejista de drogas do que a “boca” ou “bocada”. Diferentemente das descritas em trabalhos etnográficos feitos no Rio de Janeiro e em São Paulo, as “bocadas” observadas no GTN são bastante heterogêneas, não sendo possível uma generalização de seu funcionamento. Algumas apresentam mais matizes hierárquicos do que outras. As mais sofisticadas, cujos padrões têm uma caminhada “das antiga” no crime, ou cujos padrões estejam num momento ascendente na carreira criminal, comportam modalidades hierárquicas e clivagens funcionais que demarcam o prestígio daquela boca, e a “fama” de seu padrão; geralmente são as mais acionadas do GTN, e que fazem a revenda das drogas para as bocas menores, embora cada uma afigure seu lucro de maneira autônoma. As bocadas mais simples, que formam a maioria da dimensão quantitativa desse universo, muitas vezes são agenciadas de maneira contraproducente a algo que remeta a uma estrutura organizacional; contam com pouquíssimo gerenciamento administrativo, não possuem separações funcionais, balancete financeiro etc., sendo, pelo contrário, gestadas de modo praticamente diletante; são, na maioria dos casos, apenas pessoas que vendem drogas de maneira amadora para auferir lucros monetários. Portanto, esse *modus operandi* soa completamente distinto às descrições etnográficas das “biqueiras” *profissionalizadas* do eixo sudeste, estas atravessadas por separações hierárquicas que formam uma cadeia organizativa e gerencial.

Vou contar um episódio que aconteceu comigo e que exemplifica essa diferença, de maneira geral, entre o diletantismo cearense e o profissionalismo carioca. Em uma das vezes em que estive no Rio de Janeiro, subi o morro do Grajaú, na zona norte da capital fluminense, com um amigo cearense, que estava morando em Rio das Pedras, comunidade de Jacarepaguá. Não lembro exatamente o ano, mas penso que foi em 2011 ou 2012. Era noite. Após um baile *funk*, fomos buscar drogas no Grajaú. Quando chegamos lá, logo de início

avistei um jovem sem camisa e bem à vontade segurando um fuzil. Ele não estava com a arma em ponto de combate, mas com ela bem desleixada apoiada ao chão, quase como uma bengala. Antes do Macaco, meu amigo, me dizer “fica tranquilo”, embora eu nunca tivesse visto um fuzil na minha frente, já tinha entendido rapidamente naquelas rápidas mediações mentais que todos temos conosco que aquela cena era comum por ali. Depois vi outro garoto com mais um fuzil, conversando numa espécie de “rádio comunicador” (*walkie talkie*). E, mais adiante, outro. Agi com naturalidade diante daquela configuração situacional.

Mais à frente, chegando à bocada, outra surpresa. Não era uma casa, ou um barraco. Mas sim uma pequena banca, dessas que se parecem com tendas de festas juninas, montadas em madeira, e com um balcão onde as mercadorias estavam expostas. Era madrugada, mas ainda assim havia uma fila indiana de clientes, muito bem organizada e disciplinada. O jovem que entregava as cápsulas (no Ceará, ainda hoje, a cocaína é vendida em saquinhos plásticos) mediante o pagamento estava desarmado, ou pelo menos parecia estar. Não havia nenhuma arma visível com ele. No entanto, atrás dele, como que fazendo a proteção particular, outro jovem segurava um fuzil, mas dessa vez em posição de alerta, “ligado”. Aquela estrutura organizacional do tráfico varejista era muito exótica aos olhos de um *nativo* do Ceará, de fato esse dia foi uma experiência antropológica para mim. Para completar, na saída da comunidade, enquanto esperávamos a topique (que no Rio chamam de “van”) para retornar a Rio das Pedras, ao nos localizarmos em uma posição privilegiada do morro em que podíamos vislumbrar parte significativa da noite do Rio de Janeiro, dei uma de turista e tentei tirar uma foto. De algum lugar mais alto do morro, onde não podíamos avistá-lo, um “olheiro” me repreendeu, com algo como um “Eeiii, não pode”. De prontidão, guardei a câmera e pedi desculpas com um “Foi mal, irmão”. No fim, a experiência vivenciada mostrou claramente para mim que, ainda hoje, as dinâmicas e as estruturas do tráfico varejista no Ceará e no Rio de Janeiro permanecem muito diferentes.

No contexto do tráfico varejista das favelas cearenses, há um fenômeno econômico que me intriga, justamente por ser contraproducente à seara do economicismo capitalista: o congelamento dos preços das drogas há mais de vinte anos. Desde o final dos anos de 1990, a “pedra” de crack e o papelote básico de cocaína são vendidos pelos mesmos cinco e dez reais, respectivamente, dos dias atuais. A maconha variou um pouco mais, porque do “solto” ou “camarão” do decênio de 1990, hoje em dia imperam os “prensados” paraguaios e os “skunks”. Ainda assim, as “balas” de prensado de cinco reais se mantêm com esse preço desde o início dos anos de 2000. Como entender esse processo em que as mercadorias do tráfico varejista não sofreram inflação em duas décadas?

O fato de o Ceará ter hoje diversos laboratórios clandestinos de produção de crack explica, em parte, como esse produto conseguiu manter-se em cinco reais a unidade, uma vez que a produção local consegue compensar os custos da logística para a cocaína chegar até a favela. Considero também que o crack feito hoje em dia nesses laboratórios ilegais tem cada vez menos cocaína e, em seu lugar, outras substâncias mais baratas que emulam os efeitos daquela. Com relação à cocaína, acredito que aquilo que faz o preço se manter estável por tanto tempo é, por um lado, o aumento do mercado consumidor e do acesso logístico dos fornecedores ao produto, que hoje chega em maior quantidade ao Estado do que há duas décadas. Por outro lado, assim como no caso do crack, também a péssima qualidade da mercadoria, ou seja, cada vez mais o composto que é vendido em cápsulas ou saquinhos tem menos cocaína, e é fortemente “batizado”, quer dizer, são a ele acrescentadas outras substâncias baratas para dar volume e render mais dinheiro aos varejistas. De acordo com estudo do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (Unodc), o patamar de cocaína pura na composição de amostras apreendidas no Brasil variou de 15% a 36% apenas. O resto era “mistura” (Kiefer, 2014).

Embora estejam dentro do *sistema de relações sociais do crime*, quase não há vinculação direta, no que diz respeito ao manejo com as drogas, entre o tráfico agenciado nas favelas e o narcotráfico internacional, pois as drogas de cada um dos “tipos” de tráfico são diferenciadas, com a última recebendo um tratamento especializado; geralmente, as substâncias enviadas ao mercado exterior são de melhor qualidade, mesmo que também não sejam mais “puras”. As que ficam no mercado interno são de menor qualidade, e no caso da cocaína e do crack, por exemplo, ainda passam por processos de mistura com outras substâncias para render mais, como bicarbonato de sódio, giz, talco, creatina, minaíta, pó de mármore, cafeína, lidocaína, entre outras. Raposão comenta que usando a minaíta “com um quilo de pó tu faz três quilo de pedra. Aquela pedra que arde a garganta. Aquilo é a minaíta e o bicarbonato”. Em suma, provavelmente, a principal explicação para a não incidência das taxas inflacionárias nesse mercado ilícito deva-se mormente aos “batizados” e “misturas” que essas mercadorias vêm recebendo progressivamente, transformando-se em produtos de baixíssima qualidade que conservam apenas o nome de cocaína ou crack, mas que são na verdade uma mescla de substâncias que muitas vezes não guardam qualquer relação com elas, como giz, bicarbonato de sódio ou talco.

Não apenas por isso, mas talvez essa vertente de ludibriação do tráfico varejista seja fator importante para a opinião de Saci: “O traficante avicia a pessoa, né, pra depois matar. Pior que tem é traficante. [Mais do que o homicida?] Mais, mah. Homicida ele mata

um, dois, de tiro. O traficante, ele mata é muito. Tu acha que ele num mata não muito? Se tu ver o tanto de pessoa que num morre por causa de droga”. Paradoxalmente aos seus argumentos, Saci, que trabalha como vigia em um bairro próximo ao GTN, conta que faz o papel de intermediador entre alguns moradores da área onde exerce vigilância para que estes acessem cocaína e maconha. Trocando em miúdos, Saci recebe o dinheiro dessas pessoas e vai até a favela buscar a droga para elas. Elas recebem as mercadorias sem sair de casa, estilo *delivery*, entrega em domicílio.

Bem diferente da modalidade agenciada por Saci, Raposão, que transacionava grandes quantidades antes de ser preso, me conta como funcionava seu esquema, quando ainda trabalhava para Pango e Boína:

Aí eu fui fazer o primeiro carregamento, foi meia tonelada de maconha, trazia de fora do Estado pra dentro...

[Vinha de onde?]

Era geralmente de Juazeiro do Norte [cidade do extremo sul do Ceará, quase divisa com o “polígono da maconha” em Pernambuco], Floripa, ou quando o cara vinha de São Paulo deixava no Pacajus [cidade da região metropolitana de Fortaleza], eu pegava no Pacajus e vinha. Meia tonelada, às vezes duzentos quilo... Aí eu trazia pra uma casa que eu tinha aqui em Fortaleza, uma casa que num levantasse suspeita, 1.200 [reais] pro aluguel, que era pago por eles [Pango e Boína].

[Bairro nobre?]

Bairro nobre. Guardava lá dentro, tinha balança, tinha tudo... uma agenda. Aí todos os dias eles botavam no *Whatsapp*: “Ó, hoje tem tantas entrega”, me dava o zap da pessoa e um número seguro pra falar em linha, eu trocava de chip de três em três dias. Aí eu ia fazer as entrega, normal. O apelido do cara, vamo supor, era cara de tamanduá, aí eu chegava lá “Ó o cara de tamanduá”... Vou deixar dois short e cinco blusa, só pra tirar de tempo, mas levava sete caixa de café [*dois short, cinco blusa e sete café* referem-se a tipos e quantidades específicas de drogas, que são assim faladas para, em caso de estarem grampeados, disfarçarem minimamente acerca do que está sendo transacionado]. Aí eu marcava num restaurante, eu num entrava literalmente pra dentro da favela. Aí eu chegava lá no estacionamento [do restaurante], teu carro já ia parar do lado do meu, a gente fazia a entrega, almoçava e depois... sem levantar suspeita. Aí a gente foi indo. Aí depois ele começou a ter muita amizade comigo, ele viu que eu era uma pessoa capacitada pro negócio, que tinha diálogo, que tinha atitude...

[Tudo clonado os carro?]

Não, tudo direitim. Pra esse tipo de coisa tem que ser o carro direito. O carro clonado é só pra assalto de mansão, lotérica, essas coisa. Porque pra lotérica tem que ter o roubado, que para na frente e os clonado que é o segundo pino [fuga], que é pra descaracterizar, entendeu?

No caso apresentado por Raposão, o tráfico, que geralmente é “sedentário”, ganha um dinamismo nômade. O agente que trabalha fornecendo drogas para as favelas, como disse o interlocutor, geralmente não entra nesses locais, prefere fornecer as mercadorias em ambiente teoricamente discreto, minimizando o máximo possível os riscos de um contratempo. Todavia, estou aqui todo esse tópico falando de um tráfico varejista, que, por mais que Raposão movimente meia tonelada de maconha, ele retalha esse montante entre

vários pequenos comerciantes de drogas. Poderíamos dizer que Raposo é então um traficante que revende para pequenos “aviões”? Que cada um faça suas análises. Mas eu ainda prefiro endossar o saber empírico de Camaleão: traficante mesmo “é aquele que nem pega na droga”.

4.7. O assaltante como um *profanador ritual* da interação face a face

Eu fui assaltado *tête-à-tête* uma única vez. Tinha 15 anos e estava indo da minha casa à farmácia quando um jovem encostou bem próximo a mim com sua *bike* e anunciou “bora, bora, passa o relógio”. Acompanhado de um olhar intimidador e penetrante e da expressão verbal, dita em tom altivo e imponente, ele fez um gesto como se fosse pegar algo por debaixo de sua camisa, na altura da cintura. Entreguei-lhe o relógio. Tenho quase certeza que o assalto foi realizado “na sugestão”, quando o agente criminal apenas sugere que tem uma arma de fogo ou outro objeto – como uma faca – para subjugar a vítima. Alguns anos depois, nas minhas andanças pelo GTN, nos reencontramos. Estava indo em uma “bocada” e, para minha surpresa, era a mesma rua onde ele morava, pois ele apareceu à porta de uma das casas vizinhas. Eu o reconheci de prontidão. Fitei-o por dois ou três segundos. Nesse ínterim, nossos olhos se cruzaram. Não tenho como afirmar se ele me reconheceu, mas posso dizer que percebi um certo embaraço na sua fisionomia. Depois desse dia, já nos vimos algumas outras vezes.

No dia do assalto, me senti impotente e subjugado. Totalmente vulnerável à situação, sem ter o que fazer senão aquiescer ao algóz. De fato, é um contexto em que a expressão muito recorrente “perdeu, perdeu”, empregada pelos assaltantes, faz todo sentido. Bebendo em Goffman (2011[1967]) e, portanto, pensando o ritual de interação, proponho que o assaltante é um exímio *profanador ritual*; ele transgride a ordem cerimonial dos encontros interpessoais, rompe o protocolo das propriedades situacionais, subverte a etiqueta da “fachada” e constrange a diplomacia sacralizada das interações face a face. Não à toa os assaltos são momentos extremamente desestabilizadores para as vítimas, pois uma vez que estas já estão condicionadas a viver socialmente sob cerimonialismos ritualísticos, no ato do assalto são tomadas por um sentimento confuso e incapacitante face à profanação do ritual do encontro. Trocando em miúdos, o assaltante desestrutura a pretensa habilidade social de manter a “fachada” que a vítima aprendeu no convívio social a manejar diante das relações interpessoais¹³⁵.

¹³⁵ De acordo com Goffman, “a pessoa tende a se conduzir durante um encontro de forma a manter tanto a sua própria fachada quando as fachadas dos outros participantes. [...] Esse tipo de aceitação mútua parece ser uma

Todavia, “o assalto é um ato utilitário, além de ser uma violação aos meus direitos e liberdades, ou é um gesto simbólico, num contexto afetivo condicionado pela desigualdade e por sucessivas rejeições?” (Athayde *et al.*, 2005, p. 226). Caminhando por veredas paralelas à de Goffman, Hegel (1992[1807]) pontuou que o crime surge como agenciamento a partir de uma experiência subjetiva de reconhecimento incompleto ou insatisfatório no que concerne às pretensas relações sociais de reconhecimento recíproco ou mútuo. Nesse sentido, no assalto à mão armada, por exemplo, o atacante macula a forma jurídico-universal de reconhecimento: “O criminoso é antes de tudo um ‘infrator’, um indivíduo que rompe o contrato e a palavra com todos no tangente à totalidade dos benefícios e vantagens da vida comunitária por ele usufruídos até então” (Nietzsche, 2016[1887], p. 66). No caso dos agentes da criminalidade favelada, pode-se pensar que “os benefícios e vantagens” de sua vida de privações não são tão atrativos à resignação obediente. Há, portanto, na agência do assaltante o fagocitismo simbólico não apenas de uma profanação ritual, mas também de uma afronta moral à ordem estabelecida.

Dialogando com Hegel, sublinho que uma das minhas hipóteses empíricas é que há um processo de subjetivação incrustado no assaltante da favela – e no criminoso pobre em geral – que de alguma forma constela conteúdos psíquicos reprimidos, parte considerável destes relacionados à vida de estigmatizações sociais e de históricas privações materiais e simbólicas, transmitidas transgeracionalmente pela “herança sociológica” (Elias e Scotson (2000[1965]) de seus ascendentes. No limite, essa subjetivação construída sobre um atávico reconhecimento social insatisfatório ricocheteia em suas práticas violentas, como um momento de excitação catártica e liberação psíquico-espiritual desses recalques muitas vezes inconscientes. O assalto funciona aqui, nesta leitura interpretativa que proponho, como *contra-intervenção* individual e coletiva dos marginalizados para compensar a despossessão simbólico-material que sofrem no cotidiano, sobretudo para dar algum sentido de vida ao marasmo existencial de uma alma-corpo estigmatizada. Destarte, o assalto e outras modalidades de atividades criminais empreendidas pelas pessoas marginalizadas são parte essencial de uma economia de bens simbólicos que circula entre as camadas pauperizadas com o objetivo de garantir lucros de representação e reconhecimento. Em suma, o assalto pode funcionar então como vingança coletiva dos agentes da criminalidade pobre contra a semiologia dominante do estatismo e dos meios corporativos hegemônicos.

característica estrutural básica de interação, especialmente de interação em conversas face a face. Normalmente é uma aceitação ‘prática’ e não ‘real’, pois ela tende a ser baseada não em um acordo de avaliações sinceras expressas candidamente, e sim em uma disposição a oferecer juízos da boca para fora, com os quais os participantes não concordam realmente” (2011[1967], p. 21).

Leonardo Sá propõe reflexões pertinentes sobre o assunto:

O assalto [...] parece querer dizer algo sobre a economia simbólica da violência em sociedades de fortes desigualdades de poder, recursos e oportunidades de expressão de uma vida que se possa considerar significativa. [...] O assaltante neste modelo que estamos sugerindo aparece como um litigante contra o Estado. [...] surge como uma força disruptiva contra o abandono das prerrogativas e dignidades da vida familiar tradicional. É violento para redobrar o peso de uma violência espoliadora dos direitos arcaicos da pessoa e das famílias tradicionais, expropriadas das terras comuns pela expansão dos mercados capitalistas, principalmente o mercado imobiliário (2010, p. 174-175).

Pensando a questão a partir de outra perspectiva, acho interessante a análise relacional que Carolina Grillo (2013) efetuou entre assalto e *dádiva*, no sentido maussiano. De acordo com esta autora, no morro carioca em que realizou sua pesquisa, os assaltantes são censurados e reprovados moralmente pelos traficantes porque amiúde atraem polícia ao local devido aos seus roubos no “asfalto”. Como forma de compensar essa relação conflituosa e obterem uma relativa tolerância e anuência às suas práticas delitivas, os assaltantes estrategicamente convertem parte significativa dos artigos roubados em dádivas que circulam pela favela como sistema de trocas não mercantis. Doam joias, relógios, celulares, bolsas femininas, óculos escuros, etc. Embora, como sustenta Grillo, a conversão dos produtos do roubo em mercadorias seja a razão de ser do assalto, e a fluidez, no território dos assaltantes, deste comércio de mercadorias roubadas seja importante para movimentar a rede de ilegalismos, é na oferta de dádivas, acompanhada de todo um jogo social de simpatia e carisma, que eles realizam “uma sofisticada técnica de manipulação psicológica utilizada pelo ladrão para exercer controle sobre o pensamento e ação de outras pessoas” (2013, p. 159). Nessa economia simbólica, nos ensinou Mauss (2017[1925]), a dádiva obriga o contra-dom, ou seja, uma recíproca retribuição. É provável que os assaltantes do morro carioca pesquisado por Grillo nunca tenham lido Mauss, mas no seu saber empírico, na sua sociologia espontânea, eles lançam mão de táticas astutas para “sobreviver na adversidade” (Hirata, 2010).

Se o tráfico é uma atividade “sedentária”, o assalto é sua antinomia. Para acontecer, o agente criminal precisa se movimentar, amiúde sair de seu bairro, desvencilhar-se de sua, com o perdão do clichê, “zona de conforto”. O assaltante é o nômade urbano das práticas criminais. Ele precisa deslocar-se, traçar novas rotas de fuga, descobrir atalhos, arriscar itinerários, adaptar-se e jogar criativamente com as contingências de sua atividade, estar sempre alerta para escapar ao sistema de vigilância e repressão da ordem hegemônica,

ou seja, o ladrão precisa desenvolver toda uma *tecnologia do roubo* (Grillo, 2013) para empreender êxito em suas investidas.

Em sua pesquisa etnográfica no bairro Aerolândia, em Fortaleza, Clodomir Matos Júnior, em um diálogo com a teoria e as técnicas do corpo em Marcel Mauss, ressalta para “perceber a importância do corpo enquanto elemento performático-performativo, pois ao locomover-se o mesmo se enuncia” (2008, p. 91); ademais, as idiossincrasias corporais não são apenas maneiras naturalizadas de comportar-se, mas técnicas assimiladas socialmente por meio de heterogêneas imersões em grupos. É assim, por exemplo, que o assaltante *estuda* a corporalidade do transeunte antes de praticar o assalto, tecendo avaliações objetivas sobre possibilidade de êxito na ação a partir dos sinais corporais da iminente vítima. De acordo com Matos Júnior, “saber ‘ler’ as impressões individuais e sociais é um aprendizado significativo em contextos de criminalidade, tanto para aqueles que querem escapar de possíveis assaltantes, como para os que buscam escolher a ‘melhor vítima’ para o assalto” (2008, p. 81).

Enquanto o aparelho de Estado é essencialmente sedentário, pois governa a partir de um regime tópico; o assaltante enquanto nômade urbano é, em fundamento, um ego antiestatismo. A agência do assaltante – diferentemente do traficante varejista que espera a clientela em seu território – se insinua por toda a cidade, avança sinais vermelhos da semiologia do poder, arrosta as agências de segurança e controle, enfim, representa o principal agente social ainda não integralmente domesticado pela dominação espetacular. Em poucas palavras, o ladrão “é o pesadelo do sistema, [pois] não tem medo da morte”, canta o Racionais MC’s (2002).

Dos assaltantes com quem conversei, Raposão me pareceu o mais audacioso para lançar mão da tecnologia do roubo e lograr êxito. No entanto, tamanha ousadia lhe foi custosa. Conversamos quando ele tinha acabado de sair do sistema prisional, e um mês após nossa conversa ele retornou à prisão, após ser interceptado por policiais militares na fuga de um assalto a uma casa lotérica numa cidade da região metropolitana de Fortaleza.

Certa vez eu tava pensando... tem uns meninos que trabalham comigo só roubando ouro. O cidadão num vai [no supermercado] pra comprar alguma coisa pra suprir a necessidade da família, né? A gente não, a gente vai lá pra olhar quem é mais boa pinta, rico, que tenha um cordão de mais de 50 gramas no pescoço. Aí quando você vai saindo já tem um outro menino meu do outro lado da avenida olhando: ‘Ó, fulano de tal, roupa tal, carro tal’. Aí o menino segue você até sua residência, invade a residência com uma pistola, pede licença pra tirar o cordão e vai simhora.

À época, Raposão comandava uma equipe com dez assaltantes de mansões, lotéricas, lojas, restaurantes, “saidinhas bancárias”, etc. “Pra tudo eu tenho os cara que são

bom naquilo, né?”, disse com orgulho. Disponibilizava carros clonados e armas para seus comparsas, montava a equipe e muitas vezes ia junto. Ao final, partilhavam o montante arrecadado meio a meio. Ele me explicou como funciona a relação interpessoal com as vítimas:

No mundo do 157 [assalto] tem uma lei, se reagir, como diz a música do Racionais, vira pó. A vida do cara que trabalha pra mim é mais importante do que a da vítima, lógico, sem dúvida, porque é dali que eu tiro meu sustento. Tem um moleque meu que trabalha por aqui, foi ele que matou esse vigia do posto aqui, o outro da [avenida] Washington Soares, o do [bairro] Castelão semana passada. É o que eu digo: meu fi, você escala [anuncia], *perdeu*, se ele disser que perdeu, você deixa ele lá ileso, mas se ele se coçar, pau no gato. E o pivete é sangue no ôi [olho], entendeu?

Pela personalidade de Raposão, e pelos casos que ele me descreveu, ele é adepto dos “assaltos no vapor”, que são eventos em que os agentes criminais demonstram um maior gradiente de ansiedade e empreendem mais pressão sobre as vítimas, usando de violência física e psicológica, de forma estratégica e muitas vezes performática, para tentar encurtar o tempo de assalto. Do outro lado dessa configuração típico-ideal, estão os “assaltos no sapatinho”, que são aqueles com uma maior margem de diálogo e negociação com as vítimas, não fazem tanto uso da exibição ostensiva de armas de fogo, e geralmente por serem mais demorados utilizam reféns, etc. São os ladrões mais “mente fria”, “cabeça de gelo”, ou, numa versão anglo-saxônica da gíria, *coolness*, como observou Goffman [2011[1967]] referindo-se à qualidade exaltada e verbalizada por jovens marginalizados objetos de sua pesquisa. Esta divisão foi acionada pelos interlocutores de Jânia Aquino (2009), em seu trabalho com assaltantes de empresas transportadoras de dinheiro. Queda claro que são construções idealizadas nas narrativas dos assaltantes, mas que na prática o “assalto no vapor” e o “assalto no sapatinho” se enredam e transitam entre um e outro; em suma, são quase sempre partes situacionais de um mesmo evento criminal.

Ao longo do nosso diálogo, Raposão recebeu telefonemas e mensagens num aplicativo de celular. “E aí, irmão, o que tem pra nós hoje?”, disse alguém no outro lado da linha. Ele fez questão de colocar no viva-voz para que eu também escutasse a conversa. Outro combinava uma “missão” numa lojinha que já tinha sido “filmada”. Filmar é reconhecer o local e observar sua movimentação para tramar o melhor horário e a forma mais adequada para o assalto. Contudo, sua principal função na época era como “fiteiro”, aquele que vai ao lugar visado previamente para “filmar a fita”. Geralmente, são pessoas que têm mais desenvoltura para relacionamentos interpessoais e um nível razoável de argumentação persuasiva. É o bandido que para a “missão” se “arruma nos panos”, tergiversa com o gerente

do banco para abrir uma conta, entabula conversa com o caixa da lotérica enquanto observa o sistema de segurança do lugar, e frequenta circuitos das classes mais abastadas para “filmar” possíveis vítimas, sem provocar suspeita. Prefiro suas próprias palavras:

Eu sou fiteiro, entendeu? Eu sou o que me visto bem, vou prum local, eu sou o que *tenho o diálogo melhor com o pessoal da alta*, chego sem levantar suspeita e tal... entendeu? Pra passar as fitas pros outros, então eu tenho que ser um cara limpo, eu não posso ser foragido. Fiteiro é aquele cara que sabe trabalhar na boca do caixa com cartão, que tem diálogo pra entrar lá dentro e falar com o gerente, desdobrar [enganar] ele enquanto tudo acontece, entendeu? Aquele que tem um diálogo melhor pra tá em qualquer situação, entendeu?

Os médios assaltos são hoje uma modalidade que rende muito dinheiro aos participantes. Raposão conta que no maior assalto que participou, numa lotérica, ele e mais cinco comparsas conseguiram amealhar 270 mil reais. A quantia foi dividida entre todos os envolvidos. Pergunto-lhe se já assaltou bancos:

Banco ainda não, tô me especializando... Por causa dos explosivo. Então eu só sei trabalhar com cordel, que é dinamite rígida com um cordel. Aí eu tô conhecendo uns cara que já trabalhou com isso, todos eles têm várias cicatrizes, queimadura, aí eu tô achando meio...
[Vixi, escamoso, né?]
Prefiro continuar mesmo o bagulho [deixar como está]. Se intera? Pra tá se matando sozim? Jamais.

Raposão me narrou também como é a modalidade de roubo de carros empreendida por ele e sua equipe.

[Ele recebia uma demanda] “Eu to precisando de duas Hilux”. [Ele respondia] “É cinco mil reais a Hilux roubada”. Eles pedia pra amanhã, quando era de noite eu já tava com as duas, que eu já tinha minha equipe montada.
[Aí essas equipe escala e leva [os carros] pra onde?]
Eles leva pra *shopping*, estacionamento... Deixa lá, espera duas hora e meia. Se num estourou nada, é porque num tem rastreador não. De lá a gente leva pra casa e pronto, pros cara vir buscar. Daf é de onde vinha parte do meu dinheiro, entendeu?

Pergunto-lhe como ele investia o dinheiro conseguido nos assaltos. Ele me contou que antes de ser preso, tinha comprado uma casa em um conjunto habitacional relativamente próximo ao GTN, tinha um moto incrementada e “um Corolla 2016, automático, lindão... clonado, lógico. Eu tô com duas doze automática de nove tiros e duas pistolas, tudo guardada. Eu conheço um cara, ele sai pra roubar todo dia, nunca caiu. Ele tem três mansão, três carro quitado, várias armas”. Pegando esse gancho, quero sublinhar que há uma clivagem moral,

nas relações criminais, entre os médios e grandes assaltos em comparação com os pequenos assaltos. Saci ajuda a explicar essa taxionomia classificatória:

Tem assaltante que faz pra enricar, mas tem uns que é os mané, só faz pra se afundar. Esses caba que rouba bolsa, toma celular, é fuleragi [fuleragem, sem prestígio].

[E o que é um assaltante considerado pra tu?]

É um de banco, de colarinho, os mais mala [malandro], né. Vê não aqueles cara do assalto do banco.

[O do Banco Central? – o maior assalto a banco da história brasileira ocorreu em Fortaleza, em 2005, e foram levados 164 milhões de reais]

Ali foi dinheiro. Ali foi pra enricar, mah. É isso que eu penso, né, mah.

Camaleão navega pelos mesmos mares morais: “Tem que assaltar, se não num fica considerado. Mas num é assaltar cidadão, é assaltar carro forte, banco”. Goffman percebeu as mesmas questões em uma de suas pesquisas, dessa vez sobre o gosto por risco que alguns agentes têm mais que outros. Segundo ele, “os ladrões [...] cuja habilidade sempre é exercida sob pressão, desprezam pequenos trombadinhas” (2011[1967], p. 176). Parece-me, portanto, que a *profanação ritual*, para ser valorizada dentro das relações criminais, precisa ser em larga escala e em grandes proporções.

4.8. “O cara num nasceu pra viver no crime o resto da vida não”: As tentativas de saída das relações criminais

Nas muitas conversas com os trabalhadores das drogas e dos assaltos no GTN, quase todos, ao serem questionados, me falaram que tinham o desejo de “sair do crime”. Eu sentia verdade nessa vontade, não obstante o fato de que esse desejo era muitas vezes desinvestido nas dinâmicas da prática cotidiana. Era como se – e somente se! – todas as condições pragmáticas permitissem, eles abandonariam as relações criminais. No entanto, na vida real, é como se as injunções concretas de sua existência nunca estivessem favoráveis à possibilidade de saída desse *labirinto*, do qual “não conseguem sair. Isso é um labirinto. Pra mim isso é um labirinto; ele ainda não encontrou a saída, mas vai encontrar” (Athayde *et al.*, 2005, p. 214).

Camaleão me contou que, para ele, apesar do “crime” valer a pena, “o que não compensa é o estresse”. Segundo ele, são muitas preocupações, mediações, perigos, precauções e contingências que o “bandido” tem que se submeter para tentar assegurar um relativo gradiente de estabilidade criminal, seja em relação à polícia ou a grupos rivais. Prensado caminha pelas mesmas lamentações: “Ei, o cara que vive numa vida dessa é

estressante, parceiro. É estressante porque sempre tem um que estressa o cara”. Segundo ele, o dinheiro obtido com a venda de drogas é “amaldiçoado”; por isso, na sua visão, o “crime” não vale a pena. Prensado, que foi até o final da década passada um dos principais traficantes varejistas de um dos territórios do GTN, é um desses tipos que conseguiu abandonar de forma parcial as atividades criminais, mas nunca completamente. De vez em quando, negocia módicas quantidades de drogas e, devido à adicção no crack, às vezes comete pequenos furtos. O eterno retorno do “bandido”, um anátema que o acompanha, e que emerge como fantasma nas entranhas de sua subjetividade. Como se o dinheiro amaldiçoado do pacto fáustico culminasse na maldição do eterno retorno às práticas delitivas. Um labirinto sem o fio de ouro de Ariadne que o conduziria à saída.

Papagaio foi mais um que me falou da vontade de parar. Segundo ele, “o crime num compensa não, mah. Devagarzim eu vou mudando mah, aí é só questão de tempo. Antes de virar traficante eu trabalhava [formalmente] direto pra cuidar do meu filho. O dinheiro do tráfico é só ilusão, dinheiro sujo. Eu tinha era duas casas no [conjunto habitacional] Maria Tomásia. Aí fui quebrando, fui quebrando...”. É óbvio que em sua fala há uma tentativa de idealização retórica diante da minha pergunta: “O crime compensa?”. Essas idealizações aconteciam muitas vezes nas conversas com os interlocutores. Em alguns momentos, elas vinham permeadas de franqueza, o que dificultava a separação, para efeito da análise, entre o que eu achava que era ou não verossímil, porque os agentes lançam mão de toda aquela oratória “de malandro que a gente nunca sabe se eles estão falando a verdade ou ludibriando, só eles sabem” (Sá, 2010, p. 164). Mas, na maioria das vezes, elas se salientavam como expressões não espontâneas, pasteurizadas, um discurso pronto, que tinha como função, penso eu, falar aquilo que supostamente para ele o pesquisador quer ouvir. Devo ter caído em algumas dessas essencializações nativas, uma vez que a infalibilidade é irreal, mas asseguro que percebi a maior parte destas armadilhas em campo. No exemplo a seguir, na minha ótica, há em alguns trechos uma zona de indiscernibilidade entre o desejo sincero e a idealização do discurso de Papagaio. Pergunto-lhe como ele se imagina em cinco ou dez anos:

Rapaz, eu vou dizer pra tu, eu imagino me formar um cidadão, pai de família, construir uma família, quero cuidar da minha mãezinha que também é uma senhora de idade... por que ficar só nessa aqui né mah?

[E por que tu ainda tá no crime?]

Macho, eu pretendia sair esse ano, mas num deu pra mim porque as coisas apertou, devido à inflação, subiu demais... luz, água, alimento pra comer. Aí vou prolongar mais uns anos, um ano ou dois.

[E é fácil sair assim?]

É não mah, eu vou ter que falar com os cara né mah, dizer que vou dar um tempo, tocar a minha vida de outro jeito. Vai ter uns que vai ficar meio assim comigo, eu sei

de muita coisa né mah, só que eles têm confiança em mim porque geralmente quando a pessoa sabe de muita coisa e quer sair do crime a negada num deixa não. Do cara falar demais e eles vim e fazer [matar] o cara né mah. Eles deixam o cara sair, entre aspas, depois pega o cara, mas como eu já sei da malandragem todinha né mah. Por exemplo, se eu inventar de sair eu num digo pro canto que eu vou, eu abro um negócio, também num vou ficar lá, boto a muié, desse jeito.

Na nossa conversa, Raposão, bem relaxado no sofá, dizia que em algum tempo queria abandonar o “crime”. Para ele, se o agente souber usar de sagacidade o “crime vale a pena”: “Se você for aquele cara que tá no crime porque gosta de matar e de fazer o que num presta, num vale não. Mas se você entra no crime com uma ideia de sair ileso, levantar um capital, um pezim de meia, se sair, num tem coisa melhor. *É melhor de que a política*”. Faço esse mesmo questionamento a Pango:

[O crime vale a pena?]

Rapaz, numa época dessa tá valendo viu... por causa do desemprego, tem família aí que tá num aperto, vai atrás de emprego, recebe é uma ignorância!

[Se vale a pena por que tu quer sair?]

Porque *já tá na hora de se aposentar* mah, já faz muito tempo. *O cara num nasceu pra viver no crime o resto da vida não* mah, uma hora tem que mudar.

Samurai também pensa em deixar as práticas ilegais. Tem vontade de abrir uma microempresa, que ele ainda não decidiu o ramo, e pensa em morar no interior, na cidade onde vive a família de sua namorada: “Viver lá, armar uma rede [risos]... ‘papai’... ‘vovô’... ver os menino dizendo. Ser avô”. Na nossa conversa, realizada em sua casa no GTN, ele queixou-se de estar muito cansado da carreira criminal, dos perigos de ser preso ou assassinado, das “treta”, das “trairagem”.

O cara tem que ter crânio, mah, que é cruel. Esses meninozim é tudo iludido, mah. Esses meninozim da nova geração é tudo iludido, pensa que é vida ser traficante. É vida não. É porque [no tráfico] esses boboquinha arruma mulher, mah, aí quer ser traficante. Isso não é vida, não, baitola. Eu dou é conselho pra esses menino: “Ei mah, vai estudar, mah. Ser traficante num é bom, não”. O crime é um quebra-cabeça, o cara tem que saber quem tá ao seu redor. O cara tem que conhecer. Vai longe, entendeu? E na calma, né, mah. E eu sei quem é quem aqui dentro. Eu sei. *Aqui num tenho amigo não. Ninguém tem amigo não.* Tem um quebra-cabeça... a cabeça deixa o cara cansado, mah. O cara tem que saber levar. Esses menino daqui, mah, essa geração se não tiver cuidado morre tudim, mah. *Ninguém tem amigo nesse mundo, não. Eu tô aqui, baitola, mas tá pensando que eu... confio?* O cara fala assim: “Ei mah, é um cachorro ali né?”, eu falo: “É, é um cachorro, num pode ser um gato”. Eu num vou dizer que é um gato pra ter briga. Tu é doido é, mah. As conversa num pode entrar em contradição não, mah. Porque é muito olho grande. Olho grande e inimizade, a galera fica com inveja, entendeu? A inveja aí é foda, mah.

As passagens que eu grifei da fala de Samurai chamam atenção porque, quando ele afirma que “ninguém tem amigo nesse mundo”, suas palavras desnaturalizam a narrativa idealizada de muitos agentes a respeito de uma coletividade faccional leal e unida, uma pretensa *irmandade*. Outros interlocutores denunciaram as mesmas inquietações a respeito da falta de confiabilidade nos demais, vivenciando uma socialidade criminal da desconfiança como regra, sob a lei do “cada um por si”. Carolina Grillo (2013) também observou esse fenômeno em sua pesquisa, ressaltando que os “bandidos” com os quais conversou alternavam discursos de unidade, “como ‘tamo junto!’, ‘é nós, parceiro!’ e ‘tem que ter coletividade!’ com lamentos de decepção, como dizer que ‘nessa vida, ninguém é amigo de ninguém’ ou que ‘se der mole, vagabundo se cresce nas tuas costas’” (p.101).

Tentar compreender os sentidos que os agentes criminais atribuem à “vida do crime” e analisar suas pretensões – idealizadas ou sinceras – de mudança paradigmática em suas trajetórias, que se realizaria com o abandono das atividades delitivas, é deparar com um quadro pincelado com tintas de contradição. Contradições discursivas e práticas. A tentativa de parar é muitas vezes apenas um sentimento difuso face à realidade objetiva final das relações criminais: morte ou prisão. São poucos os que levam a tentativa realmente a sério e residuais os que conseguem deixar as atividades criminais completamente. No entanto, as injunções da miséria material e simbólica também precisam ser consideradas. Não é simples abandonar o meio de sustento, o “ganha pão”, aquilo que amiúde é a coisa que mais sabem fazer na vida, a que têm mais expertise, conhecimento, desenvoltura. Aqui o que sempre retorna não é o recalque, como no léxico da psicanálise, mas a maldição do “crime” em suas vidas: *o eterno retorno do “bandido”*.

4.9. Uma tentativa de diálogo entre a “vida nua” e a *crueldade*

O conceito de “vida nua” de Walter Benjamin foi reexplorado por Giorgio Agamben (2004a[1995]). De acordo com o filósofo italiano, a vida nua – e não a vida “natural” – é o elemento político originário; em outros termos, a razão primordial que faz operar o poder político é estabelecer como contra-referência uma vida irrestritamente matável, na qual ele possa se apoiar para justificar seu funcionamento. Nesse contexto levantado, percebo uma dialogia entre a análise agambeniana e a de Das e Poole (2004) na sua antropologia das margens. Agamben insiste que a *vida nua* é uma vida indigna, sem valor, absolutamente matável, que suplanta a seara do direito e a do sacrifício. A vida nua do *homo sacer* está exposta à morte e às violações de toda ordem, sendo excluída dos direitos ao viver

com dignidade; nenhum rito pode recuperá-la, e, ao fim, a morte desse indivíduo não é passível de luto, mas precisamente banalizada como coisa sem importância, que não merece comoção.

Judith Butler navega por esse mesmo braço de rio. Segundo a filósofa estadunidense, na sociedade contemporânea há vidas em que sua perda é relativizada como necessária para proteger a vida dos “vivos”; portanto, não são vidas consideradas como passíveis de lamentação nem de qualquer valor, são populações *perdíveis* e *destrutíveis*, por isso mesmo estes indivíduos “são obrigados a suportar a carga da fome, do subemprego, da privação de direitos legais e da exposição diferenciada à violência e à morte” (2016[2009]), pp. 45-46). Vidas sem direito à vida.

No Brasil, não é difícil precisar onde estão esses corpos matáveis, cujas mortes não merecem comoção. É só lembrar que o país registra, em média, cerca de 60 mil homicídios anuais, um assassinio a cada nove minutos, e a população majoritariamente vulnerável a esta prática reside nas favelas, periferias, assentamentos precários, conjuntos habitacionais etc. Ou seja, enquanto se lê estas linhas, mais uma vida matável entra para as estatísticas: “No Brasil, sempre houve pena de morte, só que ilegal, sem direito de defesa, sem tribunais, sem julgamento público e sem sentença legítima” (Misse, 2011[2006], p. 36). Mas por que essas mortes não geram a mesma comoção social em comparação quando ocorrem com agentes das camadas médias e altas dos centros urbanos? Para Butler, é a capacidade de sentir que está sendo mobilizada de forma exclusivista, a partir de estruturas de percepção seletiva e de enquadramentos interpretativos que orientam a reação moral: “O esquema interpretativo tácito que distingue as vidas dignas das não dignas de consideração funciona fundamentalmente através dos sentidos” (*op.cit.*, p. 83). Assim, por exemplo, uma pessoa pode sentir abalo e revolta diante de um caso de latrocínio visto na televisão, mas ainda no mesmo dia aplaudir e endossar socialmente uma operação policial que assassina “traficantes”, mesmo que estes estivessem já desarmados e rendidos. Nesse contexto, a proibição moral da violência é então flexível, ela dança e desloca-se de acordo com a situação que apresenta, pois, o agente que merece ou não sofrê-la¹³⁶.

Diante dessa configuração (vida nua-comoção seletiva), seriam os atos de *crueldade* encampados pelos agentes da criminalidade favelada – como o esquarteramento de corpos, a decapitação, a amputação de membros, o linchamento etc. – refrações proporcionais

¹³⁶ Butler, ainda caminhando por essa vereda, faz o seguinte questionamento: “Por que sentimos horror e repulsa diante do atentado suicida e nem sempre sentimos a mesma coisa diante da violência promovida pelo Estado?” (2016[2009], p. 68).

face à “não vida” cruel que vivem, atravessada por desposseções materiais e simbólicas? Não saberia responder; no entanto, sublinho uma assertiva que ajuda a pensar a questão a partir de outra perspectiva: “O ato de maldade definitivo talvez seja a desumanização, *o assassinato da alma*” (Burgess, 2012[1962], p. 318, grifos meus).

Talvez no ato acusatório de *crueldade* decante um sistema de crenças culturais dominantes que enxerga na injeção letal e na cadeira elétrica – penas de morte adotadas pelos Estados Unidos, ou no enforcamento, praticado pelos estados japonês, indiano, iraquiano, entre outros – meios “civilizados” para assassinar um infrator. Poderia incluir nessa lista também o fuzilamento, adotado na China, na Coreia do Norte, e nos Emirados Árabes; o apedrejamento, prática dos estados iraniano e paquistanês; e a decapitação, que ocorre na Arábia Saudita e no Irã. Todavia, o termo “crueldade” quase nunca é acionado para abarcar as muitas violências do estatismo. A *crueldade* está confinada, portanto, a um tipo reificado de agenciamento próprio dos indivíduos das camadas pauperizadas envolvidos nas relações criminais. É nesse sentido que considero que a alegada crueldade das práticas capitaneadas pelos atores criminais das favelas é muito mais uma forma de acusação seletiva da semiologia hegemônica do que uma dimensão axiológica que se apoia em um pretenso humanitarismo.

Tentando compreender “como os próprios homicidas [...] classificam ou conferem significados às suas ações” (Barreira, 2008, p. 11), destaco nos próximos parágrafos a fala de alguns indivíduos que já vivenciaram a experiência de assassinar alguém. Raposão já perdeu as contas de quantos matou, “pra lá de trinta”. Matar e morrer para os jovens envolvidos nas relações criminais são faces invertidas de uma mesma moeda simbólica. Ao ser indagado, ele diz que não sente mais nada ao ver um cadáver recém-assassinado por ele na sua frente: “Num tem aquela barata na sua casa que você esmaga com um chinelo e sente um alívio. Pronto! É a mesma coisa”. Uma crua releitura kafkiana da simbologia análoga entre o humano e a barata.

Quem me mostrou frieza semelhante foi Maria, trabalhadora de um prostíbulo no GTN. Ela conta que certa vez foi assaltar carros na BR-116. Ao anunciar o assalto a um carro que trafegava pela via, o motorista avançou com o veículo para cima dela e de seu comparsa. Maria abriu fogo. Matou-o com tiros com pistola 380. Pergunto-lhe o que sentiu após ver o corpo do homem agonizando: “Eu senti foi nada, saí foi fora”, diz ela.

Nico, 19 anos, “avião” e assaltante de ônibus e de transeuntes, conta o dia em que assassinou um homem a cabo de enxada e pedradas. Nico é um garoto que eu vi crescer no bairro. Ele é integrante da nova geração da União dos Grafiteiros (UG), “galera” de “pixação” da qual faço parte. Desconfiado, tímido, a partir dos 15 anos investiu na carreira criminal. Em

pouco tempo, de “pivete” desconsiderado passou a “bancar o terror” nas áreas. Ele conta que levou um tapa do Zeca, um conhecido *noia* do bairro.

[Ele deu um tapa na tua cara?]

Foi. Aí ficou falando mó coisa, dizendo que já tinha matado um bucado, que se eu vacilasse ia me botar pro inferno também. Aí eu “ei, mah, vou matar esse bicho aí”. Ora, aí fui eu e mais três cara, umas duas hora da tarde. Aí chegou lá no [local], ele tava fumando pedra. Mermão, tava muito doido, demo uma tecada [cheiraram cocaína], aí “ei, mah, vamo matar esse bicho é agora”. Aí matamo, só de enxadada, pedrada.

[Foi não, mah. O que é que tu sentiu?]

Senti foi nada. Senti nada, eu tava era instigado. Deu nem pra reconhecer [o rosto da vítima]. Tinha saído tudo da cara. Num tinha mais olho, nem dente, nem nada, só sangue. Dava pra ver era nada, só reconheceram por causa da tatuagem.

[E aí, tu num ficou naquela não depois de...]

Aí depois eu “ei, bora lá pra praça, mah”... Aí nós foi lá pra praça, ficamo cabreiro [com medo], pegando viagem [imaginando ansiosamente]. Só que nós foi pra casa, dormiu e num tinha acontecido nada. Outro dia botamo um colchão em cima dele, porque nós ia botar fogo, só que depois não deu tempo não, porque descobriram. Aí no outro dia quando nós tava lá na praça, os menino falando sobre o que tinha acontecido. Aí nós escutando e na hora mesmo passa um bucado de viatura, o rabeção [carro do IML]. Aí nós foi lá ver, fomo ver ainda. Na hora tinha fumado um [baseado]: “Ei, mah, bora lá ver, ninguém sabe que foi nós”. Aí nós foi lá ver. Aí tinha reportagem, mó viagem e nós lá no meio pra não descobrir nada. Foram na delegacia, né, deram meu nome, mas os homi [polícia] nunca foram lá em casa, nunca... Se fosse pra investigar tinha descobrido há muito tempo. Mas a família dele tudo sabe que foi eu. Disse que a família dele tá pagando até cinco mil [reais] pra me matar.

[Aí hoje em dia, tu já teve pesadelo, de ver a cena lá?]

A primeira vez, assim, não. Num foi nem de ver a cena não. Mas às vezes eu ficava cheirado, assim, eu ficava me lembrando, às vezes eu ficava me sentindo lá no mesmo canto onde eu tinha matado ele...

[Tu ia pra lá ainda, mah, depois?]

Ia, mah, eu ficava curtindo lá. De vez em quando, eu ficava pegando viagem [imaginando com ansiedade], aí saía. Depois eu não ando mais lá não, até hoje. Mas isso foi de dia. De noite eu num apareço nem a pau, tu é doido. Se eu disser que uma vez eu fui com uma menina lá, mah, e assoviando: “Ei, [Zeca], aparece, num sei o quê”, aí quando dei fé apareceu foi um assovio, saí correndo, saí voado. Nunca mais apareci de noite não, mah.

O Zeca era um *noia considerado* nas áreas, mesmo que essa assertiva possa soar paradoxal. Considerado porque era da “velha guarda”, já tinha trabalhado com assaltos, roubos e latrocínios, enfim, possuía uma experiência nas relações criminais que o fazia incorporar uma gama considerável de capital simbólico nessa seara. Uma de suas maiores peripécias é até hoje contada como evento icônico e humilhante para as forças policiais; escalando pelo telhado, ele invadiu o paiol da delegacia do bairro e roubou diversas armas e munições. Penso que a negligência aparentemente proposital do aparelho policial em desvendar o seu assassinato pode ter, no limite, alguma relação com esse fato. Na última década antes de ser morto, Zeca tinha se viciado em crack, perambulando muitas vezes pelas ruas do bairro à procura de “bobeiras”, distrações, “fitas” fáceis etc.

Ao sabermos que Nico tinha assassinado Zeca, todos nós da geração mais antiga da UG, os membros que estão na “galera” desde a fundação, ficamos revoltados com o evento, com a maneira covarde como se deu o assassinio e “contra um dos nossos”, era o que dizíamos. Cheguei a propor que se “jogasse a real” com o “pivete”, no sentido de que ele tinha passado por cima de códigos inquebrantáveis e basilares dentro da UG, ou seja, um integrante jamais poderia matar o outro. Embora tenha recebido adesão de outros membros, essa “dura” no Nico nunca aconteceu de fato; captava-se no ar e também escutei e opinei em conversas que tive com alguns outros integrantes fundadores que, se ele teve coragem e *atitude* para fazer isso com o Zeca, faria com qualquer um dos outros “antigões”, pois o pivete estava “jogo doido”, “banda vuô”. Nico não foi expulso na UG. O próprio Nico confirmou que essas conversas chegaram ao seu conhecimento: “Nunca deu em nada. A galera sempre ficou cabrera comigo, porque tava pra se fuder qualquer um”.

A aparente insensibilidade de Raposo, Maria e Nico me faz lembrar do jagunço Riobaldo: “O senhor não duvide – tem gente, neste aborrecido mundo, que matam só pra ver alguém fazendo careta” (Rosa, 1983[1956], p. 12). Em *Crime e castigo*, Raskólnikov, o assassino de uma idosa usurária, a matou com golpes de machado. Ao ser interpelado por sua irmã, Dúnia, pela maneira como matara a velha, e por ter derramado sangue, ele retruca:

[Sangue é] o que todos derramam [...], o que se verte e sempre há de verter no mundo como uma torrente, o que corre como champanha e pelo qual se coroam no Capitólio e chamam depois benfeitores da humanidade. Bastava que abrisse bem os olhos e olhasses. [...] [Sobre ter matado a anciã a machadadas, ele continua:] Ah! Não é esta a forma, não é uma forma esteticamente boa! [...] Por que é que se prostrar as pessoas com granadas, manter um cerco em forma há de ser uma coisa mais honrosa? A preocupação da estética é o primeiro sinal da impotência (Dostoiévski, 1982[1866], vol. II, p. 276).

Discordo de Raskólnikov apenas na última frase. A preocupação estética do homicida é potência nas relações criminais, por isso mesmo a decapitação, o esquartejamento, o tiro que esfacela o rosto e práticas afins valem como elementos estéticos que anunciam a periculosidade daquele indivíduo e do grupo do qual é partícipe. No entanto, há momentos em que a maneira não importa, o que vale mesmo é o fim. Papagaio comenta sobre um homicídio que cometeu, parecido com o de Raskólnikov e o de Nico:

Eu matei um cara, eu. Assim que eu fui solto, em 2010. O cara dizia que ia me matar direto. Eu chamei ele pra cá, aí ficou bebendo eu, ele e o dono do bar. Aí ele foi, roubou um coroa acolá [na BR-116], aí já tava dizendo que ia me pegar, né? Aí ele saiu, foi fumar pedra. Aí eu fui bem devagarzinho lá pelo [ponto de referência], vi ele fumando, fumando, acocado. Aí eu peguei uma pedra destamanho... vou falar mesmo a verdade... aí puuu... esbaguei na cabeça dele e saí andando lá pelo

[Dema]. Como o [Dema] tava fechado, aí voltei pra cá de novo, fiquei ali bebendo. Aí um caba me chamou pra eu ir deixar ele ali na BR, quando eu fui deixar já tinha um bocado de viatura lá, aí eu passei direto. Aí quando eu voltei de novo pra cá, passei por lá porque eu morava na rua do [ponto de referência]. Fui pra casa e já era! [Tinha ninguém no meio da rua não [na hora do crime]?]
 Tinha ninguém não! Graças a Deus eu perdi perdão a Deus, né mah...
 [E tu num sente... sei lá, na tua cabeça, quando tu pensa...]
 Rapaz, de lá pra cá, eu tenho um bocado de pesadelo, desde o dia lá que eu sinto pesadelo. Mas antes de ser preso, eu tava indo pra igreja, homi, eu tô tentando me reconciliar faz é tempo.
 [E tu já matou outros?]
 Não, graças a Deus não.

Bebendo nas argumentações de Raskólnikov, levanto a questão: Por mais que os crimes de Papagaio e Nico sejam esteticamente repulsivos, o que os diferencia, em termos morais, ao soldado que monta uma tocaia com minas no solo para combatentes inimigos que até então nunca o ameaçaram ou atentaram contra sua vida? Ou o que os distingue dos soldados que degolaram Lampião e seus cangaceiros e exibiram suas cabeças em praças públicas como troféus em diversas cidades nordestinas? Qual o gradiente que mede a distinção entre os assassinatos de Papagaio e Nico e aquele protagonizado por um agente policial que é condecorado por matar uma criança que mal aguenta com o fuzil que tem nas mãos?

Não se trata aqui de justificar nenhuma das partes, tampouco relativizar suas práticas letais, mas saliento que, devido à semiótica do poder sustentada pelos meios de produção simbólica da realidade, é destinado a apenas um dos lados a pecha de cruel e desumano. Apresento uma passagem do livro de MV Bill, Celso Athayde e Luiz Eduardo Soares que tenta resgatar a humanidade de todos os “assassinos”, seja este Raposo, Papagaio, Nico, Maria, Raskólnikov, o soldado que arma o campo minado ou o policial que mata a criança:

Por mais violento que seja o crime perpetrado, o sangue derramado não mancha irreversivelmente todo o ser de quem o cometeu. Isso porque esse ser, esse sujeito não é uma coisa, um objeto pronto e acabado, fechado, nem uma máquina, mas uma fonte, uma fonte sempre pulsante e aberta, imprevisível, inconstante, surpreendente, problemática, indecifrável, de treva e luz, de vida e morte, amor e ódio, grandeza e perversão, civilização e barbárie (Athayde *et al.*, 2005, p. 117).

Em suma, tentei propor neste tópico um deslocamento das maneiras de pensar a categoria *crueledade*, recorrentemente explorada pelas agências midiáticas. Haveria, no limite hermenêutico, uma crueldade da ordem hegemônica que antecede a crueldade dos agentes da criminalidade pobre? Proponho que a crueldade dos agentes pauperizados é uma contra-

estética que está vinculada decisivamente ao anterior *assassinato da alma* daquele que a pratica.

5 A EFICÁCIA SIMBÓLICA DAS FACÇÕES

Tão pujante quanto o discurso público que demoniza as facções criminais é a sua *mística grupal*, seu poder *mágico* de atração. Como, então, compreender a adesão voluntária e massiva de muitos jovens das periferias brasileiras às falanges do “crime”?

No seu texto *Psicologia das massas e análise do eu*, Freud considera que o liame que engloba os agentes em um coletivo – como uma facção, por exemplo – tem natureza libidinal: “o indivíduo entra no grupo sob condições que lhe permitem anular os recalques de suas moções pulsionais inconscientes” (*apud* Adorno, 2015[1972], p. 161). Para o criador da psicanálise, a problemática da psicologia das massas está umbilicalmente ligada à nova espécie de sofrimento psicológico na modernidade, ou seja, o *mal-estar da civilização* traz em seu bojo a decadência do indivíduo enquanto instância de autorregulação psíquica devido às injunções e castrações sociais. Face ao seu desmantelamento psíquico, o indivíduo procura nos grupos a segurança ontológica que não encontra mais em si. A facção representa, portanto, o objeto que se configura como o ideal do *eu*, e é através de uma identificação recíproca e coletiva que ela se mantém com toda sua força simbólica.

Trazendo a discussão para o campo da sociologia, Caldeira (2000) acredita que o ingresso de jovens numa socialidade violenta faccionados em grupos criminais tem relação inescapável com o a falência e a “privatização” do sistema judiciário, com os abusos e extralegalidades policiais, com a exclusão socioeconômica dos grandes centros urbanos, com a decadência da ocupação dos espaços públicos e com o colapso das instituições de representação do estatismo.

Rafael Barbosa vai buscar em Deleuze e Guatarri uma análise para os bandos criminais. Segundo aquele autor, as facções são fascinantes aos agentes pauperizados porque atualizam, à sua maneira, as propriedades de um *rizoma*: “o deslize de seus elementos uns sobre os outros, suas conexões que dissolvem os pontos e posições em favor das linhas, seu furta-se às noções de medida, seu ‘molde’ que permite que ele seja rompido em qualquer lugar e volte a se refazer de outro modo” (2001b, p. 173). Barbosa faz a ressalva, entretanto, de que, apesar da característica rizomática, as facções também comportam seu modelo de poder *arbóreo*, sua forma-Estado.

De acordo com Carolina Grillo (2013), ao reivindicarem para si o monopólio legítimo da violência dentro um espaço físico-geográfico demarcado e controlado por uma gestão armada, vigilante e punitiva, as facções assumem sua forma-Estado. Segundo a autora, a eficácia simbólica das facções reside justamente em sua propriedade de transcendência, tal

qual uma entidade supramaterial que engloba todo o poder, prestígio e honra que, então, se espalha imanentemente entre todos os “bandidos”. Esse simbolismo, diz Grillo, é homólogo às crenças em um poder sobrenatural nas sociedades ágrafas. Da mesma maneira que a posse “sobre a terra e objetos sagrados fora, em tantas sociedades e fases históricas, inalienável por serem os deuses e espíritos os seus proprietários originais; o direito de exploração comercial do território pelo tráfico é também inalienável porque pertence verdadeiramente à facção” (Grillo, 2013, p. 78).

A característica de transcendência das facções foi também percebida por Karina Biondi (2010) ao analisar o Primeiro Comando da Capital (PCC). A autora conta que muitos dos seus interlocutores concebiam o PCC como um poder transcendente que não é passível de localização, mas está acima deles (“o comando está acima de tudo”, dizem os partícipes) e, desse lugar indizível, exerce o controle sobre seus integrantes, tal qual um deus onisciente. É, pois, a conexão de cada faccionado com essa “força” transcendente que possibilita os laços coletivos que formam a *unidade*. A autora sublinha que no PCC convivem uma rede rizomática e também a forma-Estado, numa leitura similar à de Barbosa (2001b). Mas, na análise de Biondi, o *rizoma* e a *arborescência* não se opõem como dois modelos antagônicos que ocorrem em dimensões ou tempo-espacos distintos; eles atuam em simultaneidade: enquanto um age como decalque transcendente para frear o rizoma, o outro atua como processo imanente que desmantela o modelo da árvore-raiz. Dessa maneira, ao tempo em que o PCC tenta consolidar uma organização contra-Estado, não cessam de pulular em sua estrutura idiosincrasias que contêm em si agenciamentos próprios à forma-Estado.

Todavia, ao pensar a *eficácia simbólica* das facções me apoio sobretudo na teoria geral da magia de Marcel Mauss (2017[1902-1903]), e acessoriamente no conceito homônimo de Lévi-Strauss (1975[1949]) – este autor foi bastante influenciado por aquele. Antes de retomar o diálogo com estes autores, queria pontuar que os agenciamentos das facções assentam-se principalmente para intento de sua eficiência em um processo contínuo de rotinização e ritualização da violência. Stanley Tambiah argumentava que “the concepts of *routinization* and, more important, *ritualization* of collective violence may help us to perceive some of the organized, anticipated, programmed [...] and phases of seemingly spontaneous, chaotic, and orgiastic actions of the mobs as aggressor and victimizer” (1996, p. 230, grifos do original).

Voltando a Mauss, penso que a magia desses atos consiste na dinâmica de que eles “são capazes de produzir algo mais do que convenções: são eminentemente eficazes; são criadores, eles fazem” (2017 [1902-1903]). Produzem crença generalizada de sua eficácia *sui*

generis em todos os partícipes. Na distinção que faz entre ritos religiosos e ritos mágicos, Mauss destaca que os que envolvem magia são amiúde ilícitos, proibidos e punidos, vistos como maléficis, e que é, dessa forma, a interdição destes últimos que marca o antagonismo entre os dois tipos de rito. Ora, nada mais próximo às ritualizações violentas próprias às facções, também proibidas e interditadas, vistas como “coisas do mal”. A eficácia simbólica das facções repousa, portanto, na interpretação maussiana que aqui faço, justamente no seu caráter de algo proibido, ilícito, um malefício social.

Dialogando com Lévi-Strauss (1975[1949]), é como se a eficácia simbólica que atua no par feiticeiro-doente se sublimasse na relação facção-faccionado. A facção é a transcendência ativa que resulta na imanência dos processos de objetivação-subjetivação do faccionado. A relação entre as duas instâncias não vai ser a cura propriamente, como no caso feiticeiro-doente, mas a assunção de um poder simbólico que confere ao membro autoconfiança psíquica e segurança ontológica a partir da projeção mágica que ele deposita na facção. A assimilação dessas experiências afetivas e subjetivas é reatualizada constantemente a cada nova ritualização, e estabelece parte significativa do sistema de crença coletiva dos partícipes no valor transcendente do bando. Em suma, a facção, nesse exemplo, toma o lugar do xamã como reorganizadora da cosmologia interna do grupo.

Todavia, de maneira prática, o que são as facções? Não cabem aqui respostas teleológicas. No entanto, gosto da tentativa de definição de Paiva, ao pensar as vicissitudes que as facções provocaram em território cearense nos últimos anos:

Reconheço os limites da categoria nativa “facção”, mas parto do seu reconhecimento social para lidar com ela, no curso do texto, trabalhando a ideia de que a facção é um coletivo construído por associações, relacionamentos, aproximações, conflitos e distâncias necessárias entre pessoas comprometidas em fazer o crime, desenvolvendo relações afetivas profundas, laços sociais elaborados como de família e um sentimento de pertença desenvolvido pela crença em determinadas orientações políticas e éticas que a sustentam. São coletivos móveis de pessoas que fazem o crime como um meio de integrar a sociedade, pois não visam a sua destruição e sim à participação em um sistema de bens materiais e simbólicos agenciados de múltiplas maneiras. Em alguma medida, as facções são coletivos compostos por convergências de intencionalidades de alcances variados, com pessoas ocupando posições privilegiadas nos esquemas do coletivo e outras atuando nas suas margens (2018a, no prelo).

5.1. O contexto sócio-histórico e operacional das facções no Ceará

O fenômeno “facção” é muito recente no Ceará. Falo em “fenômeno” porque foi somente a partir de 2015 que o termo *facção* passou a ser explorado com mais força pelas

agências midiáticas cearenses para a produção de notícias. O termo também entrou no léxico retórico das camadas médias e altas das cidades cearenses, principalmente Fortaleza e região metropolitana, para explicar a “violência urbana”. E, ademais, *facção* foi incorporada como categoria êmica às populações dos bairros populares. Entretanto, ao contrário do que pode parecer, não foi apenas em 2015 que facções do Rio de Janeiro e de São Paulo chegaram ao Estado.

O Comando Vermelho (CV) chegou ao Ceará já em meados dos anos de 1980 e duas ações pontuais indicaram sua presença em território cearense: um assalto a uma joalheira, em 1986, e o sequestro e assassinato de um corretor de imóveis por um membro da facção, em 1987 (Feitosa, 2018). Em 1996, o líder da facção carioca Amigos dos Amigos (ADA), Ernaldo Pinto de Medeiros, o “Uê”, principal rival do CV no Rio de Janeiro, foi preso em hotel na Av. Beira-Mar, em Fortaleza, metro quadrado mais caro da cidade (Mota, 1996). À época, Uê capitaneava o tráfico de drogas e armas nas favelas Morro do Livramento, Morro do Adeus e Parque Alegria, entre outras comunidades cariocas, e sua presença no Ceará não foi suficientemente explicada pela polícia. Uê era o principal “inimigo” de Luiz Fernando da Costa, o “Fernandinho Beira-Mar”, líder icônico do CV. Em 2002, após rebelião no presídio Bangu 1, comandada pelo “braço-direito” de Beira-Mar, Marcos Marinho dos Santos, o “Chapolin”, Uê e mais três comparsas foram assassinados (Plano, 2002). Entre meados e o final dos anos de 1990, o Comando Vermelho enxergou no Nordeste um local estratégico para o escoamento da cocaína que vinha da Bolívia e da Colômbia. Segundo relatório da Secretaria de Defesa Social de Pernambuco, Beira-Mar possuía à época quinze imóveis apenas na Paraíba. O delegado da Polícia Civil cearense, Francisco Crisóstomo – que comandou as investigações relacionadas ao “crime organizado” no Ceará desde os anos de 1980 –, disse que Fernandinho Beira-Mar esteve no Ceará no decênio de 1990 para organizar o ponto final de uma rota de cocaína vinda da Colômbia. Em Fortaleza, segue Crisóstomo, o traficante alugou um apartamento no Jardim das Oliveiras, bairro onde está inserido o complexo de favelas GTN: “Alugou um apartamento e passou uma temporada organizando as rotas. Foi ‘Beira-Mar’ que conseguiu montar esse esquema que leva droga da Colômbia para o Paraguai, do Paraguai para o Sudeste do Brasil e do Sudeste para o Nordeste. Daqui enviam para a Europa” (Feitosa, 2018).

O Primeiro Comando da Capital (PCC) chegaria ao Ceará também nos anos de 1990. Até onde se sabe publicamente, nesse início a facção paulista não estava envolvida com o tráfico de drogas no Estado, mas tendo em vista que é justamente nesse decênio que o crack se dissemina por Fortaleza, é provável que os primeiros fornecedores dessa droga nas favelas

da capital cearense tenham sido agentes ligados à facção paulista, uma vez que ainda não havia “laboratórios” clandestinos de crack por aqui. No entanto, o grupo de São Paulo estava mais interessado em assaltos a empresas transportadoras de dinheiro. Dois eventos “cinematográficos”, como os assaltos à Corpvs, em 1999, e à Nordeste Segurança de Valores (NSV), em 2000, demarcaram a chegada do PCC ao Ceará. A pesquisa etnográfica de Jânia Aquino (2009), com os “ladrões” envolvidos na operação, reconstitui analiticamente um desses assaltos. De acordo com reportagem de um jornal impresso local, no assalto à Corpvs, o grupo entrou na transportadora, no bairro Aeroporto, em Fortaleza, vestindo indumentárias da Polícia Federal e alegando que fariam uma inspeção. Os assaltantes estavam na companhia do gerente da empresa, que tinha sido sequestrado na noite anterior. Logo depois, o assalto foi anunciado. Levaram 6,9 milhões de reais da transportadora. Marcos Willians Herbas Camacho, o “Marcola”, apontado pelos órgãos policiais como líder do PCC, estava entre os partícipes do assalto. Outro que também participou deste evento foi Antônio Jussivan Alves dos Santos, o “Alemão”, considerado como o mentor, em 2005, do furto ao Banco Central de Fortaleza, o maior roubo a banco na história brasileira, onde foram roubados 164 milhões de reais.

O assalto à Nordeste Segurança de Valores (NSV), em 2000, na cidade de Caucaia, região metropolitana de Fortaleza, foi comandado por Marcola – que participou *in loco* da ação – e logrou êxito para o PCC. Conseguiram 1,3 milhão de reais, mas parte da quadrilha foi capturada dias depois, em Fortaleza, após troca de tiros com a polícia em um bairro das camadas médias e altas da cidade, a Aldeota. Marcola estava no momento do confronto, mas conseguiu fugir. Segundo os assaltantes detidos, em depoimento às instâncias policiais, o planejamento para o crime fora de oito meses e aproximadamente cerca de trezentos mil reais foram gastos com a logística do roubo. De acordo com o delegado Crisóstomo, “os bandidos que vieram para esses assaltos eram muito perigosos. Linha de frente de ações de grande porte. O estrago que fizeram no Ceará foi grande, porque foi a prisão deles que trouxe o PCC para cá de forma definitiva” (Feitosa, 2018). Maurício Alves Ribeiro, o “China”, foi o principal integrante do PCC preso nesse dia. Foi ele quem, na aurora dos anos de 2000, no Instituto Penal Paulo Sarasate (IPPS), em Aquiraz, região metropolitana de Fortaleza, iniciou os “batismos” de presidiários cearenses à facção paulista, que depois foram acentuados após muitos “bandidos” paulistas terem sido encarcerados em presídios cearenses após o furto ao Banco Central de Fortaleza, em 2005.

Portanto, queda claro que o processo de imersão das facções CV e PCC no Ceará não é de 2015 para cá, mas vem se desenvolvendo paulatinamente nas últimas duas décadas,

no caso do grupo paulista; e nos últimos três decênios, no caso da quadrilha carioca. O que se percebeu nos últimos três anos foi uma intensificação exponencial dessa presença em território cearense. Não vou me alongar aqui tecendo explicações aprofundadas sobre o surgimento e o processo de *nacionalização* dessas duas facções, porque já há nesse campo de estudo uma vasta literatura. Sobre o CV, recomendo os trabalhos de Rafael Barbosa (1998) e Michel Misse (2011[2006]). No tocante ao PCC, os textos de Camila Nunes Dias (2011) e Karina Biondi (2010) foram, possivelmente, os que mais se debruçaram de forma específica sobre a facção paulista. De forma muito sucinta, vou apenas contextualizar sociohistoricamente CV e PCC, e incluir nesta contextualização as duas outras facções que atualmente também disputam os comércios de armas e drogas no Ceará: Família do Norte (FDN) e Guardiões do Estado (GDE). Ademais, traço um breve panorama da operacionalidade dessas facções¹³⁷.

Comando Vermelho (CV)

O Comando Vermelho, no início chamado Falange Vermelha – a alcunha “Comando Vermelho” foi dada pela imprensa e adotada pelos faccionados –, surgiu, em 1979, no presídio Cândido Mendes, na Ilha Grande (RJ), com o lema “Paz, Justiça e Liberdade”, a partir de uma interação convivial entre os presos “comuns” e os presos “políticos” dos diversos grupos armados que combatiam o regime civil-militar, para reivindicar melhores condições penitenciárias e dignidade aos detentos. Michel Misse detalha que desde o início “criou-se uma ‘caixinha’, com uma fração do dinheiro arrecadado nos assaltos a banco, para financiar fugas, e códigos rígidos de lealdade foram estabelecidos entre os que estavam fora e os que estavam dentro dos presídios” (2011[2006]), p. 124).

No começo, influenciados pelos presos “políticos” das guerrilhas urbanas que lutaram contra a ditadura, as ações do CV estavam mais voltadas a assaltos a bancos, a veículos de transporte de valores, e a grandes empresas. Todavia, com a entrada definitiva do Brasil, nos anos de 1980, na rota da cocaína vinda principalmente da Colômbia e da Bolívia – a partir dos portos e aeroportos brasileiros o produto era escoado para a Europa, e parte dele, de baixa qualidade, ficava para o consumo do mercado interno brasileiro – o CV, por meio de suas quadrilhas que atuavam nas ruas, transita dos assaltos a banco e carros-fortes ao tráfico

¹³⁷ Algumas fontes policiais consideram que a facção carioca Amigos dos Amigos (ADA) também está presente no Ceará, porém, apoiado na minha pesquisa de campo, em todo o percurso de entrevistas e observação participante, ela não foi citada por nenhum dos meus interlocutores. Portanto, resolvi não analisá-la nesse tópico.

de drogas nas favelas do Rio de Janeiro – uma atividade de menos risco e cuja repressão ainda não era tão intensa – e, então, se consolida como grupo criminal. A estrutura do Comando Vermelho não tem a figura de um poder centralizador; geralmente os “donos de morro” atuam com relativa independência moral dentro de seus territórios.

O início do seu processo de *nacionalização* dá-se ainda no decênio de 1980. Durante a década de 1990, o CV controlou hegemonicamente as rotas transnacionais de armas e drogas que vinham da Colômbia, do Peru, da Bolívia e do Paraguai, e escoavam por todo o território nacional. Com a prisão de Fernandinho Beira-Mar, em 2002, o crescimento do PCC, e o surgimento da Família do Norte, em 2006, o monopólio do CV se desmancha, o grupo faz uma aliança com a FDN na rota fluvial do Solimões, na tríplice fronteira (Brasil, Peru e Colômbia) e acordos também com o PCC nas rotas das fronteiras com a Bolívia e com o Paraguai. Estes acordos foram quebrados em 2016 – mais à frente falarei dessa ruptura. Com relação à sua presença no Ceará, de acordo com dados do jornalista Thiago Paiva, atualmente o CV comanda as Casas de Privação Provisória de Liberdade (CPPL) I e IV, os presídios das cidades de Caucaia, Pacatuba e Sobral, além de vinte e seis cadeias públicas. Tem o maior número de integrantes dentro das penitenciárias cearenses, com cerca de 9.056 membros (Paiva, T., 2018a). Nas periferias, atualmente, segundo dados do setor de Inteligência do governo estadual, o CV domina mais comunidades cearenses do que seu principal rival no Estado, a GDE.

No final de julho de 2018, em ordens que partiram de dentro do sistema prisional, a facção capitaneou ataques a coletivos e prédios públicos e privados em Fortaleza e região metropolitana. Foram carbonizados quatorze ônibus; uma agência bancária foi incendiada e em outra conseguiram controlar o fogo a tempo de evitar o incêndio; uma agência dos Correios, um prédio do Detran/CE e a sede da Secretaria Municipal de Segurança Cidadã foram alvejadas com tiros; coquetéis molotov foram arremessados em uma das sedes das subprefeituras de Fortaleza, mas o fogo não se alastrou pelo prédio; uma granada e mais de 150 motocicletas foram incendiadas no pátio do Detran. De acordo com investigações policiais, os ataques, que fizeram as empresas de ônibus interromperem por um dia o serviço público de transporte municipal, foram em retaliação à morte de três membros do CV em confronto com a polícia na cidade de Amontada, litoral oeste do Ceará.

Primeiro Comando da Capital (PCC)

Por sua vez, não há uma história única para o surgimento do PCC. Mas possivelmente a versão mais recorrente é a de que o grupo teria surgido em 1993, no Centro de Reabilitação Penitenciária de Taubaté, no Vale do Paraíba, em São Paulo. O PCC surge, dizem alguns autores, como um dos efeitos do “Massacre do Carandiru”, que um ano antes deixara 111 presos mortos. Além do narcotráfico, o PCC, diferentemente do CV, se especializou nos assaltos a bancos e empresas transportadoras de dinheiro. No PCC, também há uma taxa mensal que cada integrante deve pagar para financiar o grupo. Seu código de leis internas é considerado, por alguns autores, como mais rígido do que o do CV. O PCC se caracteriza como facção que valoriza a lógica de um *ethos* empresarial atrelado às atividades delitivas. A facção lança mão de instâncias que lembram a estrutura de uma empresa formal, como departamento jurídico, conselho fiscal, diretoria financeira e comercial, setor de execução de tarefas, auditoria interna, entre outras. Diferentemente do CV, o PCC funciona de maneira que suas “células” nos Estados respondem à hierarquia da “sintonia final”, em São Paulo. Há uma centralidade que estrutura o *modus operandi* da facção.

Atualmente, o PCC disputa com o Comando Vermelho as rotas transnacionais do tráfico de armas e do comércio de cocaína (cujos principais produtores são Colômbia, Bolívia e Peru) e maconha (que tem o Paraguai como expoente na produção da erva “prensada”). Em junho de 2016, o traficante brasileiro Jorge Rafaat Toumani, de 56 anos, foi morto em seu carro blindado, na cidade de Juan Pedro Caballero, no Paraguai, onde morava, a tiros de metralhadora antiaérea. Investigadores das polícias paraguaias e do Ministério Público de São Paulo afirmam que o assassinato foi realizado pelo PCC, numa guerra pela disputa da “rota Caipira”, na fronteira entre Juan Pedro Caballero e Ponta Porã (MS). A rota é estratégica porque, além da maconha paraguaia, ela também escoava a produção da pasta base de coca que vem da região de Chapare, no centro da Bolívia (Costa, 2017). Rafaat era apontado como o herdeiro do espólio de Fernandinho Beira-Mar, e por isso tinha ligações próximas com o CV, embora não fosse membro. O PCC já domina a rota paraguaia de Ciudad del Leste com Foz do Iguaçu, no Paraná. Para o PCC, Rafaat representava um estorvo às pretensões do grupo de dominar monopolicamente também o comércio de armas e drogas na “rota caipira”, na fronteira sul-mato-grossense. O assassinato de Rafaat provocou uma ruptura nacional entre o PCC e o CV. Seus desdobramentos, atrelados às configurações de facções locais, geraram rebeliões em muitos presídios brasileiros, com motins e mortes nas penitenciárias de Roraima, Rondônia, Amazonas, Ceará, Rio Grande do Norte, entre outros.

Em território cearense, o PCC domina a CPPL III, em Itaitinga, e comanda vinte cadeias públicas. Segundo o Ministério Público de São Paulo, o Ceará é o terceiro Estado no Brasil com mais integrantes da facção, com aproximadamente 2.500 “batizados”, ficando atrás apenas de São Paulo (10.400 membros) e Paraná (2.700) (Rodrigues, 2018). Segundo contagem da Secretaria de Justiça e Cidadania do Ceará (SEJUS), o número de faccionados do PCC nos presídios cearense é de 3.230 membros. O MP/SP acredita que o grupo movimenta cerca de 400 milhões de reais por ano. Mas alguns promotores consideram que esse valor pode estar subestimado, e que na verdade as cifras anuais atingiram 800 milhões de reais, o que colocaria a facção entre as quinhentas maiores “empresas” do país.

Família do Norte (FDN)

A Família do Norte (FDN) é tratada pelas agências policiais e judiciárias como a terceira maior facção do Brasil, atrás apenas do PCC e do CV. Sua origem remete a 2006, no Amazonas. Pela sua posição geográfica, consolidou-se como a principal controladora da rota fluvial de cocaína e maconha que vem da Colômbia e do Peru pela tríplice fronteira, entre as cidades de Tabatinga (Brasil), Letícia (Colômbia) e Santa Rosa (Peru). Luiz Fábio Paiva (2018b) analisa esse tráfico fronteiriço.

Em janeiro de 2017, no Complexo Penitenciário Anísio Jobim, em Manaus, faccionados da FDN assassinaram 56 detentos do PCC, numa disputa pela hegemonia da “rota do Solimões” no Amazonas. Nos últimos cinco anos, a facção manauara atravessou um processo de reestruturação organizacional – numa tentativa de mimetizar o *ethos* empresarial do PCC – e de *nacionalização*. Antes aliada do CV, no primeiro semestre de 2018 essa aliança foi quebrada no Amazonas, por “traição” de Gelson Carnaúba, um dos fundadores da FDN, que foi expulso pelos outros líderes, e migrou para o CV. Segundo investigadores policiais, o CV estaria interessado em dominar a “rota do Solimões” porque teria perdido as outras duas rotas (das fronteiras paraguaias com Ponta Porã/MS e Foz do Iguçu/PR) para o PCC. Até o momento, essa ruptura não ricocheteou no Ceará, onde CV e FDN mantêm uma aliança em diversas comunidades cearenses. De acordo com o jornalista Thiago Paiva, a FDN conta com aproximadamente 700 membros nos presídios do Estado, e divide o comando da penitenciária da cidade de Sobral com o CV (Paiva, T., 2018b).

Guardiões do Estado (GDE)

Não há unanimidade entre meus interlocutores sobre a origem da facção cearense Guardiões do Estado (GDE). Embora a narrativa de que ela nasceu no bairro Conjunto Palmeiras, em Fortaleza, em 2015, seja a mais recorrente – sendo inclusive a versão propagada pela mídia cearense – também já ouvi durante o trabalho de campo que ela foi criada antes, por volta de 2014, na Pajuçara ou no Jereissati, bairros de Maracanaú, cidade da região metropolitana da capital cearense. Para dar maior verossimilhança à segunda versão, dois de seus principais líderes, Edgly Dutra Barbosa, o “Dudeca”, de 35 anos, e Mazola Pereira da Costa, o “Márcio Magneto”, de 47 anos, foram presos em Maracanaú, cidade onde residiam e controlavam o tráfico na região. Mais recentemente, em julho de 2018, outro de seus líderes foi capturado pelas forças policiais em pleno trânsito, dentro de um carro blindado alugado. Auricélio Sousa Freitas, o “Celim”, estava residindo em um apartamento, no bairro Meireles, próximo à Beira-Mar, um dos metros quadrados mais valorizados da cidade. Acredito que nenhuma das versões seja inverossímil. Considero, e proponho como hipótese de trabalho, que a GDE pode ter sido fundada associadamente por agentes criminais com papel de liderança no Conjunto Palmeiras e em Maracanaú.

Como ponto convergente, sabe-se que a GDE surgiu como um contraponto às facções nacionais CV, PCC e FDN, que começam a intensificar sua presença na capital cearense a partir de 2015. Os fundadores da GDE eram contra as “caixinhas”, as mensalidades cobradas pelas facções “forasteiras”. Camaleão me contava no começo de 2016 que os membros da GDE “querem ser independentes”. Assentada em uma narrativa de apelo regional, de valorização do “crime do Ceará”, demarcado no próprio nome da facção, a GDE rapidamente se capilariza no Estado, dominando regiões estratégicas das relações criminais em Fortaleza, como o Lagamar; o Barroso II (comunidade “Babilônia” e conjunto habitacional Maria Tomásia), o Serviluz, o Castelo Encantado, o Residencial Cidade Jardim (no bairro José Walter), entre outras áreas. Sem mediações em relação à faixa etária para o ingresso dos “criminosos”, a Guardiões do Estado começa então a “batizar” muitos menores de idade, conduta proibida no PCC e, de certa maneira, ambígua no CV. De acordo com Luiz Fábio Paiva, “em várias músicas atribuídas à facção que circulam na internet aparecem expressões como ‘o menor tá pesado’, ‘o moleque é o bicho’, ‘aqui só tem moleque doido’, ‘o menor só de AK’” (2018a, no prelo).

Se em seu início a GDE se opunha ao PCC, é justamente quando forma uma aliança com a facção paulista que o grupo cearense se reorganiza e incrementa seu capital

material e de representação nas relações criminais. No “acordo” entre GDE e PCC, a facção paulista fornece as armas e as drogas em regime fiduciário para o grupo cearense, e, em troca, a união é também estratégica para o PCC, pois “sem um número de homens suficiente para enfrentar CV e FDN, no Estado do Ceará, a GDE foi providencial, na medida em que arregimentou um pequeno exército, mesmo que, em grande parte, formado por menores” (Paiva, 2018a, no prelo). De acordo com este autor, o PCC já experimenta essa relação fiducial de “aliança” com outras facções locais de outros estados. Assim como o PCC utiliza o “alfabeto congo”, no qual as letras são *transformadas* em números de acordo com a sua posição no alfabeto latino, – por exemplo, o número que remete ao PCC é 15-3-3 (1533), pois o “P” é a décima quinta letra do alfabeto e o C, a terceira (Biondi, 2010) –, a GDE também faz uso do “alfabeto congo” e utiliza o número 745 para designar-se. Ademais, em oposição ao Comando Vermelho, que se autodenomina como “T2” ou “tudo 2”, a GDE se referencia como “T3”, ou “tudo 3”.

Diferentemente do que era pensado anteriormente, ou seja, de que a GDE mantinha uma estrutura descentralizada e desorganizada, após a prisão de Auricélio Sousa Freitas, o “Celim”, em julho de 2018, e o depoimento deste aos órgãos policiais cearenses, soube-se que a facção apresenta um modelo organizacional bem consolidado, com cinco gradientes hierárquicos: conselho geral, conselheiros locais, gerentes de boca, aviões, e *os teleguiados*: “por mais que um grupo como a GDE se qualifique como ‘horizontal’, existem dinâmicas de posições e envolvimento que precisam ser consideradas nas maneiras de se fazer o crime nas facções” (Paiva, 2018a, no prelo). Os *teleguiados*, a base estrutural onde se apoia a GDE, são majoritariamente menores de idade, dispostos a qualquer “missão”, por mais arriscada que seja, para angariar recursos materiais e simbólicos com o objetivo de prosperar dentro das relações criminais. Foram eles que agiram na série de dezenas de ataques a coletivos (incineração), delegacias e outros órgãos públicos em abril de 2017. Estes *riots* (Tambiah, 1996) da GDE pararam Fortaleza por dois dias e desestabilizaram por alguns dias a ordem política e os poderes estatais da cidade. Os ataques tinham como reivindicação a transferências de presos da facção para outras instituições penitenciárias, pois muitos deles estavam sendo alocados em presídios cujo comando era do CV e da FDN. O conteúdo da carta pública que deixaram em diversos locais espalhados pela cidade era o seguinte (preferi fazer ajustes ortográficos e de concordância verbal e nominal em relação à grafia original para uma melhor compreensão da missiva):

Aviso para o governo corrupto: se mexer com as unidades prisionais igual estão fazendo, iremos para o Estado do Ceará, explodir a Secretaria de Segurança e aquele aviso na Assembleia Legislativa do carro bomba vamos fazer valer dessa vez. Governos corruptos parem agora ou o Ceará irá viver um mês de terror: atentados, explosões nos prédios públicos, inocentes mortos. Seja o governo responsabilizado, pois iremos atacar os órgãos públicos. E para aqueles funcionários públicos do governo, não saiam de suas casas, pois poderão sofrer nessa guerra contra o governo caso nossa ordem não seja acatada. Queremos transferência de imediato da CPPL II ou, se não tirar, não vão parar os ataques. CV e FDN: bando de safados cabuetes, estão colando com a polícia, estão colados com o governo. Raça imunda de CV e FDN cola com a direção das cadeias. Queríamos fazer uma pergunta a todos os criminosos: é certo tá colando com a direção dos presídios? GDE (745).

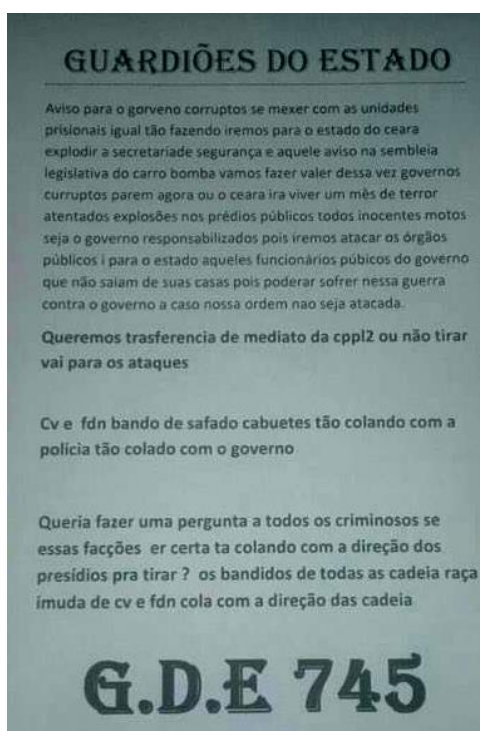


Figura 19 – Abaixo, a mensagem original disseminada pela GDE em diversos logradouros de Fortaleza (Fonte: reprodução da Internet).

Em poucos dias, lograram seus objetivos, uma vez que, após ordem a Secretaria de Segurança Pública do Ceará, ocorreu o remanejamento dos detentos da GDE de uma unidade a outra. Os órgãos estatais negam que a redistribuição dos presos tenha sido feita para atender à facção, uma vez que seria espinhoso e contraproducente para o estatismo admitir abertamente que aquiesceu diante das ameaças em forma de *riots* encampadas por um grupo criminoso. Em janeiro de 2018, a GDE novamente amplia seu poder simbólico nas relações criminais ao protagonizar

a maior chacina da história do Ceará, com um total de catorze mortos e nove feridos. Diversos integrantes de GDE chegaram em três carros a um forró no bairro Cajazeiras, periferia da zona sul da capital cearense e atiraram contra as pessoas que estavam em uma casa de *show* e nos seus arredores. A festa era bastante frequentada por integrantes do CV, facção que domina a área. Dois dias depois, o CV vingou-se, matando dez integrantes da GDE e ferindo outros cinco na cadeia pública de Itapajé, município a 124 quilômetros de Fortaleza.

De acordo com dados pretensamente sigilosos da Secretaria de Justiça e Cidadania do Ceará (SEJUS), mas vazados pela imprensa cearense, a GDE tem 5.718 membros nas penitenciárias cearenses. A facção controla os presídios IPPOO II, a CPPL II e a unidade Professor Sobreira, todas em Itaitinga, bem como a penitenciária regional do Cariri e vinte e três cadeias públicas. Dos cerca de 28.500 presos no Ceará (esse quantitativo é flutuante e varia frequentemente), aproximadamente 18.700 estão vinculados a alguma

facção, totalizando 65,9% da população de detentos. O restante pertence à “massa carcerária”, como são chamados os presidiários que não integram nenhum grupo criminal organizado. O CV atrai quase a metade dos faccionados: 9.056 membros; a GDE, como dito acima, vem logo em seguida, com 5.718 presos; o PCC tem 3.230 integrantes; e a FDN possui aproximadamente 700 partícipes. Se no sistema prisional cearense, a GDE tem menos membros que o CV; por outro lado, nas *ruas* do Ceará, a facção é considerada a que tem o maior número de “batizados” (Paiva, T., 2018a).

5.2. “Esse negócio de gangue acabou-se”: considerações sobre a “paz”

Não recordo exatamente o mês, mas foi no início do segundo semestre de 2015, que um amigo do bairro me ligou para me contar sobre a “grande novidade das áreas dos últimos tempos”. Esse amigo, que aqui chamarei de Falcão, é amigo de Camaleão, um dos meus interlocutores da pesquisa, de quem já falei neste trabalho. Camaleão lhe contara da chegada de uns “caras de fora” à favela para selar armistícios entre as diversas quadrilhas criminais do GTN. Dessa forma, tomei conhecimento da “paz” nas favelas cearenses e da “chegada” das facções alguns meses antes da imprensa local dar “furos” jornalísticos, narrando em “primeira mão” o curso dessas ações. O próprio termo “pacificação” foi alcunhado pelas agências midiáticas, o léxico nativo em todo o processo sempre foi “paz”. Quando se referiam ao momento de armistício, os interlocutores do GTN, sejam estes “trabalhadores” ou “bandidos”, falavam em “fizeram a paz”.

Nos meses seguintes àquela ligação, começamos a acompanhar com atenção os desdobramentos daqueles “acordos”. Para nossa incredulidade, quadrilhas criminais do Tancredo Neves, do Tasso Jereissati, e da Vila Cazumba, rivais de décadas, não mais se atacavam. Lembro que, nas conversas na pracinha do bairro ou nos botecos das redondezas, comemorávamos aquele feito, pois nunca tínhamos experimentado aquele sentimento. Desde a adolescência, crescemos (muitos dos integrantes da União dos Grafiteiros/UG, a gangue de “pixação” da qual faço parte) a algumas quadras do GTN, e ir à favela sempre fora um costume muito comum, por diversos motivos: para comprar drogas, jogar futebol, brincar de *videogame*, comer mais barato, jogar sinuca, ir aos bares, etc. Ademais, parte considerável dos integrantes da UG mora no GTN. Dessa maneira, nos acostumamos, desde os anos de 1990, a ouvir muitas histórias de “guerras”, assassinatos, tiroteios, bem como da pracinha, muitas vezes, podíamos escutar as saravadas de fogos que comemoravam a chegada de drogas ao local, mas em outros casos também faziam referência ao assassinio de algum “inimigo” de um

território rival. Na própria praça do bairro, já experimentamos episódios de tiroteios em que tivemos que nos esconder embaixo de mesas, por detrás de arbustos e dos troncos das centenárias mangueiras, etc.

Assim, muitos amigos e inumeráveis conhecidos nesses anos todos foram assassinados nesse fluxo cíclico de mortes e vinganças. A mais traumática para mim foi a morte do Carlim, vulgo “Shade” (era a sua assinatura de “pixador”), que aconteceu na minha frente, em uma sexta-feira à noite na pracinha, em 2002. Ele foi “furado” com um espeto de churrasquinho por um integrante de uma gangue da Vila Cazumba com quem tinha “treta”. Eu era apenas um adolescente de 17 anos, e não pude socorrer meu amigo, não sabia o que fazer, fiquei atônito com aquela cena, pedia calma a ele, dizia para respirar profundo, e ele me respondia que seu peito “tava doendo muito”. Quando enfim um conhecido se ofereceu para levá-lo de carro ao hospital, ele faleceu na metade do percurso. De lá para cá, muitos outros amigos, integrantes ou não da UG, entraram nessa estatística mortal: Bobim, Prateado, Sodom, Papão, Natan, Xavier, Pistola, Samuel Negão, Manel Esfolá Chapéu...

Enfim, aqui *nazárea* (nas áreas) crescemos na lógica da “guerra”, acostumados a enterrar amigos. A “paz” representava uma forma de vivenciar esse pedaço da cidade de uma maneira excepcional, nova, totalmente distinta, uma vez que muitos dos nossos amigos e conhecidos não iriam mais morrer, pois a época da “guerra” tinha ficado para trás. A “paz” mexera em nossos afetos, em nossa socialidade, e em dimensões profundas na maneira de experienciar a vida. Não tenho dúvidas de que esses reflexos iniciais – que depois se mostraram efêmeros e ilusórios – foram sentidos de modo ainda mais significativo pelas populações faveladas.

O fato é que já no início de 2016, o Grande Tancredo Neves passou por um reordenamento da dinâmica e da estrutura no seu comércio de drogas e armas e também na sociabilidade entre as categorias “trabalhadores” e “bandidos”. As falanges criminais oriundas dos presídios Primeiro Comando da Capital (PCC), de São Paulo; Comando Vermelho (CV), do Rio de Janeiro; e Família do Norte (FDN), do Amazonas, inicialmente estabeleceram-se na região e implementaram um “armistício” nas disputas territoriais com vistas a uma maior lucratividade nos negócios clandestinos, configurando assim um incipiente modelo do “crime organizado” nunca antes experienciado no local. Apenas depois de alguns meses, a GDE conquistaria membros e microterritórios no GTN e também se ajustaria à nova configuração.

Camaleão comenta sobre os primeiros contatos com os “caras de fora”: “Chegaram aqui de fuzil mah, ninguém tinha fuzil aqui não. Eles primeiro chegaram nos patrão dos bairro [territórios]”. Camaleão deixa escapar uma estratégia do CV e do PCC, ao se

deslocarem dos presídios cearenses, e intensificarem suas imersões nas comunidades pauperizadas: aliar-se inicialmente com os “patrões” dos territórios. Acredito que as informações sobre os líderes locais (nomes, apelidos, área de domínio, poder material e simbólico nas relações criminais etc.) já tinham sido repassadas de dentro das penitenciárias aos “caras de fora” que estabeleceram as primeiras negociações com os agentes das favelas cearenses. Raposão explica um pouco sobre essa forma de comunicação e prospecção do que ocorre extramuros, mesmo quando se está dentro da estrutura penitenciária: “Quando você entra numa cadeia, no sistema, parece que você entrou num programa de computador, que ali tudo é ligado. Tu conhece tudo, sabe onde todo mundo tá, pode rastrear toda e qualquer pessoa”.

Os “acordos” foram costurados também devido ao capital simbólico e os recursos materiais que os grupos “forasteiros” tinham a oferecer às quadrilhas criminais cearenses, ou seja, o *status* em pertencer ao PCC ou ao CV, bem como o fornecimento massivo de drogas e armas potentes, como fuzis e metralhadoras – que não eram comuns no Ceará. Para selar a aliança, “bandidos” de diferentes quadrilhas fizeram uma passeata pelas ruas do GTN, caminhando por territórios do complexo de favelas que antes eram considerados dos “inimigos”. Passeatas, comemorações em casas de praia e sítios foram as maneiras de confirmar as uniões. Esse processo ocorreu em diversas favelas cearenses. Foca, um dos meus interlocutores, não praticante de atividades delitivas, mas usuário de drogas, disse que certa vez, quando foi buscar maconha no Lagamar, viu chegar um “Corolla novo, daqueles de luz de LED, rocheda”, com dois cariocas que queriam comprar casas na comunidade.

Prensado conta sua versão da chegada dos “caras de fora” ao GTN:

Os homi chegaram num tremendo carrão de luxo, tudo armado, disseram que tinham que assinar uns papel tudim, e se quebrasse o acordo a família toda morria. O que não quis assinar foi forçado a assinar. Depois, alugaram uma casa de praia num sítio aí pra fazer a união. Depois que chegaram aqui, as mortes pararam. Ei parceiro, todo final de semana tinha morte aqui, todo final de semana morria ao menos um. O chefão mandou fazer as paz com o pessoal do Tancredo, do Tasso, do Polo, e da Vila.

Nesse íterim, com a “paz” imperando no GTN, a sociabilidade entre “trabalhadores” e “criminosos” também sofreu transformação. Com as novas ordens vinda dos “patrão”, muitas pessoas que moram na comunidade reestabeleceram hábitos de colocar as cadeiras na rua, de conversar despreziosamente nas calçadas, de cruzar as fronteiras físicas e simbólicas de uma comunidade para outra. No entanto, como foi um processo efêmero, vale mencionar, por oportuno, que todas as falas retratadas nos próximos parágrafos

foram colhidas durante o período de “paz”, que durou aproximadamente um ano, entre o segundo semestre de 2015 e o final de 2016.

“Antes, tinha vez que eu nem ia pra minha mãe (que mora no Conjunto Tasso Jereissati). As pessoas tinham que comprar as coisas cedo, porque os comerciantes fechavam as portas. Aí, eles lá se reuniram e fizeram a paz. Pro jeito que era melhorou 100%”, afirma Lúcia, 37 anos, diarista, moradora do Tancredo Neves. A agente comunitária de saúde, Rosa, 31 anos, diz que “antes desse acordo da paz quase todo dia morria gente, sinceramente. Muitos se mandaram com medo de morrer. “Cada qual veve sua vida. Aqui num tem roubo na rua, nem roubo de casa. Não existe esse grande respeito mas tem um pouco, né? O povo do Tranquedo fizeram as paz com o povo do Tasso e da Vila, esse negócio de gangue acabou-se”, sublinha Carmen, 35 anos, doméstica, moradora da Vila Cazumba, fazendo sua leitura do mundo. Pergunto a dona Nazaré, 80 anos, se as mortes arrefeceram com a “paz”: “Diminuiu, depois disso num vi morrer nenhum”. Helena, 48 anos, garçõete de um restaurante no GTN, constrói sua narrativa:

Quando cheguei aqui era muita violência, muita morte, muita briga, muita bala. Eu vi morrer um menino bem pertim de mim. O cara chegou, pegou pelos cabelo e atirou. Mas tá bom agora, o Tasso fez as pazes com o Tranquedo, que fez as pazes com o Coloral.

Dona Albanisa, 48 anos, também comenta sobre esse momento: “Era muito violento esse Tranquedo Neves, mas agora melhorou 100%, porque diminuiu mais a violência, porque antigamente as pessoas num podia nem sentar na calçada... [E o que aconteceu para mudar?] Esse negócio de grupo de traficante, fizeram a paz”. Dona Sâmia, 48 anos, igualmente confessa que a socialidade “[melhorou] demais. Eu num podia nem tá sentada aqui [na calçada], num podia nem passar”. Dona Celina, 57 anos, se junta ao debate. Pergunto-lhe se ela considera o Tancredo Neves uma região violenta:

Já foi mais violenta, mas deu uma paradinha. Ela já foi bem violenta mesmo.
[Como foi isso?]

Não sei, o pessoal diz que tem umas facções... Eu num entendo muito bem disso, né? De que são as pessoas que vivem nos presídios quem manda, aí eu não sei, né? Porque eu saio de manhã de casa e só chego de noite. Os dois filhos que eu tive, criei dentro do Tancredo Neves, e graças a Deus deu certo! Eu digo que deu uma parada porque graças a Deus nunca aconteceu nada com minha família, nem com as pessoas que eu conheço. E a gente que vive aqui percebe que deu uma parada, sempre tinha gente morrendo quase todo dia, quase todo dia! Mas graças a Deus melhorou!

Dentro do mesmo processo de imersão e controle das periferias cearenses, estes grupos decretaram normas rígidas de conduta que impedem, entre outras diretrizes, portar armas nas ruas da comunidade e roubar moradores do local: “Não pode andar armado, se for pego armado perde a arma e vai embora, as armas tão tudo enterrada. E também não pode roubar aqui, foi a melhor coisa que fizeram. Se for pra roubar, tem que roubar de quem tem, e não de quem não tem”, relata Camaleão. Dona Nazaré relata que “tava morrendo muita gente, meu filho. Aí veio um tal de Comando Vermelho, se por acaso matarem alguém aqui, eles botam pra fora de casa e ainda matam. Se roubar aqui, eles quebram mão, quebram pé, quebram tudo”. Assim, pulularam em todas as “quebradas” da cidade pichações com frases como “proibido roubar na favela”, “tire o capacete, abaixe o vidro”, “se roubar na favela, morre”, entre outras.

Pergunto a Dona Sâmia quem está ditando estas novas “regras”:

Rapaz, eu sei lá, é tanto do comando, que eu não gosto nem de falar. CV, Comando Vermelho, PCC... A paz, num é por causa disso? Graças Deus que tá essa paz. [Então a senhora acha que essa paz veio pra melhorar a vida das pessoas aqui?]

Veio por um lado e por outro é ruim.

[Qual é o lado ruim?]

Assim, veio pros cidadão, né, porque era cada tiroteio que tinha, morria um cidadão inocente, uma muié, uma criança... Na esquina mesmo já morreu gente. Muita gente de bala perdida aqui, viu, que tinha nada a ver. Na esquina mesmo já morreu uns cinco aí.

[Mas então qual o lado ruim dessa paz?]

É que [em caso de roubo no território] os traficante num tão alisando não, tão dando tiro nas perna, nos braço.



Figuras 20 e 21 – Pichações como essas surgiram em todo o GTN (Fonte: arquivo pessoal; Pires, 2018).

A preocupação de dona Sâmia é que, embora a “paz” tenha, de forma prática, restabelecido o ir e vir dos “cidadão”, como ela se refere às pessoas não envolvidas diretamente com as atividades delitivas no GTN; por outro lado, as punições extralegais àqueles que infringem as “regras” das facções tornou-se mais severa, como, por exemplo, um agente que for pego roubando na sua própria comunidade, geralmente recebe como ato punitivo tiros nas mãos. A temeridade de dona Sâmia é que seu filho, Bernardo, adicto em crack, possa vir a sofrer uma dessas represálias, por alguma “mancada” no território. José Antônio, 28 anos, que assim como Bernardo é *nóia*, confessa que está mais “ligado no movimento, [pois] qualquer desandamento a galera mete a peia, mata”. Marleide, 30 anos, também adicta na “pedra”, e que trabalha em um prostíbulo no GTN para sustentar o vício, relembra um dia em que sofreu as consequências de um “vacilo”. Ela fala sobre um dia em que foi roubar transeuntes na BR-116, que fica defronte à favela da Vila Cazumba:

Eu agora não tenho o costume de fazer mais [roubar na BR], eu fui na doídice. Aí veio os cara lá, veio os cara porque é errado, num pode mais fazer isso. Aí eu apanhei nesse dia, só levando cabada de vassoura. E deixa eu falar uma coisa... eu não achei ruim o que fizeram comigo.

[Por quê?]

Porque se eu tivesse me dado de bem nisso [no roubo], eu ia se aviciar e ia de novo. E eu agradeço a eles tudim por ter me dado uma pisa, porque só assim eu aprendi.

Papagaio me conta de um episódio em que ele e outros de sua quadrilha foram executar um indivíduo que foi “sentenciado” porque estava roubando no território:

Outro dia nós fomo matar um noia ali, aí eu comecei a atirar e ela [a arma] num voltou pra trás, não? Que eu num sei atirar direito. Aí nós saímo porque a população começou a chegar, entoquemo as arma e viemo pro campo e ficamo jogando bola. [Isso foi na época da guerra?]

Não, foi na *paz*, mah. Ele foi sentenciado.

Samurai destaca sua versão, mas sublinha um pretenso *humanitarismo* de sua quadrilha. Pergunto-lhe o que ocorre se alguém for capturado roubando no território:

Rapaz, se roubar a galera mete a peia, né. Aqui dentro das área mete a peia, porque a galera tem mais coração. Tem outras área que é... *pum*... tiro. Cara, a galera bota só isso aí, roubo, né, num pode mexer com o cidadão, né.

[E andar armado?]

Andar armado assim... Porque os cara são boboca... usa comprimido... esses comprimido aí... [ele se refere aos psicotrópicos Rivotril (“rocha”) e Artane (“aranha”), consumidos muitas vezes pelos mais jovens em pleno “serviço” nas “bocas”, e que, por atuarem no sistema nervoso central, diminuem reflexos e às vezes, principalmente no caso da “aranha”, podem ocasionar perda de sentido espaço-temporal. Nesse sentido, é como se a “regra” de andar armado fosse

ambígua, proibida aos “pivetes” que tomam “esses comprimidos aí”, mas permitida aos “bandidos homens”].

Raposo é bem mais enfático:

Área pacificada não pode ter roubo besta pra prejudicar a população, a gente quer proteger a população. Aí os cara fica roubando bolsa, isso, aquilo. Às vezes você tá roubando uma prima de alguém, a mãezinha de alguém que talvez nem pagou todas as prestações daquele aparelho. Então a gente elimina esse aí, isso aí pra gente é uma *alma sebosa*, como a gente chama. Tem que ser cobrado à altura, tem que morrer, de preferência sem ser de faca ou bala, bem divagazim...

Portanto, em quase todo o ano de 2016, após os acordos de “paz” entre as facções no Ceará, houve uma redução exponencial no número de mortes violentas. Mesmo com todas as informações veiculadas na mídia e com um serviço de inteligência que certamente tinha conhecimento da nova configuração das relações criminais, o Governo do Estado tergiversava sobre as pactuações que então ocorriam nas periferias cearenses desde o final de 2015 e, dissimuladamente, cantava loas ao “Ceará Pacífico”, a vitrine-mor de sua política de segurança pública, sublinhando que seu programa de “combate ao crime” era o grande responsável pela minoração nos índices de homicídio no Estado. No entanto, o trabalho de campo apontava para o que “todo mundo” já sabia: nas entrevistas com os interlocutores, eles deixaram claro que a matança indiscriminada praticamente cessou a partir de ordens hierárquicas dos “patrões do crime”. Antes da reorganização pactual entre as falanges, diz Camaleão, “morreu muita gente inocente. Mas agora, *o que o governo não conseguiu fazer em tantos anos, os malandros vieram e fizeram em um ano*. Tá vendo? Como num precisa de polícia nem de governo”.

Nesse sentido, à época era profundamente desconcertante para o Estado admitir abertamente que o arrefecimento nos índices de crimes letais fora capitaneado por acordos entre facções criminosas, porque, ao reconhecer tal façanha, ele descortinaria sua incompetência e fragilidade para lidar com as relações criminais. Mesmo com todas as contradições inerentes, a fala de Camaleão, quando diz que “os malandros” conseguiram em um ano estabelecer uma situação de “armistício há muito tentada e não exitosa pelo poder público, expõe uma leitura sociológica das pessoas comuns, como diz Bourdieu, e ademais revela o desmanche simbólico que atinge o *imago* estatal, cada vez mais desacreditado como estrutura mediadora das relações sociais e provedora de segurança.

No entanto, a “paz” não permaneceria por muito tempo. Como já dito, aproximadamente um ano após as pactuações de armistício, os “acordos” foram quebrados,

ainda no final de 2016. Lembro que muitos dos meus interlocutores que não praticavam atividades criminais já se mostravam ressabiados com a nova configuração “pacificada”. Havia sido tantos anos sob “guerra” cotidiana que aquela situação não parecia ser real e durável no tempo-espaço. Por mais que considerassem que as circunstâncias na “paz” eram bem melhores, flutuava no ar uma desconfiança quanto aos ajustes entre as facções. Helena, uma garçonete de um restaurante com quem conversei, me disse, no auge da *pacificação*: “Tão em paz, mas a qualquer momento pode voltar [as mortes], né?”. Outro interlocutor, César, agente comunitário de saúde em um dos territórios do GTN, me contava que “desde o tempo que fizeram esse acordo aí ficou mais tranquilo, mas assim... você num deve confiar porque envolve droga”. Russo, 34 anos, um interlocutor que não havia se filiado a nenhuma facção, e trabalhava com pequenos roubos a transeuntes, também dizia que com a “paz” estava melhor, mas já prenunciava: “Se acabar essa paz vai ser destruição. Deus me livre quebrar essa paz”. Seus vaticínios estavam certos. A “paz” acabou. Fugaz como uma paisagem onírica que não conseguimos captar. De volta à realidade sangrenta. Quando os índices de homicídios recrudesceram de forma avassaladora, em 2017, curiosamente o governo cearense enfim reconheceu a presença nas facções no Estado e atribuiu exclusivamente a “disputas pelo tráfico” o crescimento dos índices de letalidade. Voltarei a este momento um pouco mais à frente, mas antes quero trazer à tona outra discussão.

5.3. Batismos de morte e o *ethos do trabalho* nas relações criminais

No seu livro sobre a máfia siciliana, Diego Gambetta (2007[1993]) descreve o ritual para o ingresso em organização mafiosa do sul da Itália. Com algumas variações, o rito é mais ou menos o seguinte: em um ambiente solene e austero, com diversos integrantes da máfia, o noviço tem seu dedo furado com uma agulha por seu “padrinho”, e seu sangue é passado em uma imagem sacra, geralmente de algum santo popular italiano. Depois, guiado pelos mafiosos em relação às palavras que deve proferir – sempre na língua italiana –, o iniciante então presta um juramento sobre a imagem sagrada ensanguentada, enquanto ela é queimada com a chama de uma vela. O juramento gira em torno de fidelidade à organização e aos companheiros: “[La *cosa nostra*] está antes que nada: nuestra familia de sangre, nuestra religión, nuestro país” (Gambetta, *op.cit.*, p. 427). Pronto, agora o novato está batizado e é então aclamado *compare*.

As facções brasileiras, mesmo as mais antigas como o CV e o PCC, ainda não têm a estrutura imperial das máfias napolitanas e sicilianas enquanto organizações incrustadas de

maneira umbilical com as instâncias do estatismo, tampouco contam com a expertise da “indústria de proteção privada” (Gambetta, *op.cit.*) que estas máfias acionam e representam. Até mesmo o batismo ocorre, amiúde, de maneira informal e *não ritualizada*, é feito muitas vezes pelas redes sociais da internet. Pango me conta como foi sua entrada na FDN:

Foi um chapa meu aí, que me indicou pra eu ir lá fechar com os cara, falar com os cara.

[Onde é que foi?]

Lá no [nome do território]. Os cara lá são barra pesada mesmo. FDN o [território] todim. Por exemplo, a droga num dá nem pra quem quer, eles sempre quer “não, vamo tomar aquela favela acolá”... é assim que eles visa mah... começa por um, eles sempre pega o cabeça, que comanda, aí o cabeça já distribui, aí passa pra outro, e assim vai adiante...

[E como é o batismo?]

Tem o estatuto, os 10 mandamento, manda só uma foto, os artigo [penais], pronto! Aí manda lá pro [cidade], essas fotos vai pro [cidade], pros pilares, que a gente num sabe nem quem é, aí vai puxar a caminhada, se tem alguma procedência errada, se tiver procedência errada, tu num entra. Se tua caminhada for certa, aí tu já entra e eles fornece. O que tu apura tu manda, até tu chegar no patamar [patamar] deles.

Há uma diferença na maneira como se ingressa entre uma organização da máfia italiana e uma facção brasileira. Parece-me que os grupos italianos prezam por manter uma aparência que conserva sua áurea de *societate secreta*. Às falanges brasileiras, interessa mesmo é ampliar seu quadro de soldados, capilarizar sua presença nos centros urbanos. Das facções que estão hoje no Ceará, de acordo com dados do meu trabalho de campo, infiro que quem mais mantém uma perspectiva conservadora em relação ao ingresso aleatório de novos membros é o PCC. Não à toa, o CV e a GDE sejam atualmente os grupos que mais batizem partícipes no Estado: “o CV filia quase 100 por dia”, me contava Camaleão em 2016, durante a efervescência da “chegada” das facções nas favelas cearenses. Ainda de acordo com ele, para fazer o “batismo”, “o avião tem que ter um padrinho (que já pertença à falange), que bota a droga e o dinheiro na mão dele e diga: ‘esse aqui é meu’”. Raposão, que está há pouco mais de dois anos na organização carioca, afirma que “quem é do CV tem que ser exemplo para a massa carcerária”, diz, numa visão encantada a partir de sua experiência. Ao longo desse tempo no grupo, já tem nove “afilhados”: “*é uma relação de pai e filho*, você tem que ver se o cara é responsável, se vai cumprir com tudo direitim, porque, se não, tudo o que ele fizer de errado, eu vou ser punido por isso, entendeu?”. O “padrinho” geralmente disponibiliza armas, drogas e veículos para seus afilhados realizarem atividades criminosas, como tráfico e assaltos. A partilha é meio a meio, ou, na oralidade de Raposão, “machado de assis” [ele diz junto com o gesto de um machado cortando algo pela metade]. Raposão dá mais detalhes de seu *encantamento* pelo CV:

Cara, o Comando Vermelho é uma família, entendeu? É uma só, lógico que tem os peixe grande, os peixe pequeno, os corre de ganso, tem os atrasa lado...

[Vocês têm relação com os cara lá do Rio?]

Tem, no *Whatsapp*, só não os outros dois finais [os últimos na hierarquia], que tão no [presídio] federal. Os que tão no federal têm os porta voz, que é a mulher dele e o advogado, entendeu? Que passa toda a informação pra eles, e aí eles dão a resposta. Funciona do mesmo jeito, só que é um pouco mais lento, né? Mas aqui o final do Ceará é o [X] e o [Y], esses são os finais do Ceará. São humilde, a gente troca ideia assim como eu tô trocando com você, se eu for pras área deles, [ligo pra eles:]“Mermão tô aqui e tal”, vai me buscar, manda um táxi me buscar, *é uma família, os que são criminoso de verdade são uma família*, daí a facilidade de eu chegar, tá passando por um determinada situação: “Tô precisando de três bico, umas quatro PT, e duns carro clonado”. Aí os cara só arquiteta como é que a gente vai fazer pra ir buscar, a gente vai buscar, e traz e já era. Agora, coisa séria, né? Daí a inteligência de criar a organização que tem conselheiro, tesoureiro, plano de saúde pra mim e pro meus filho...

[Quanto é que tu paga?]

Eu pago 100 reais por mês.

[Ei, [Raposão], e paga a quem?]

Tem uns tesoueiros.

[Aí eles recolhem aonde?]

Aí eles repassam uma conta de um laranja, aí você vai numa lotérica, em qualquer lugar, deposita naquela conta. [Mas] todo mês muda [a conta].

Percebi, no dia em que conversei com Raposão, uma *encantada* idealização do CV. É como se, de repente, ao adentrarem as favelas cearenses, as facções passassem a construir uma narrativa especial em torno de seu *modus operandi*. Como eram maneiras inéditas de operacionalizar as relações criminais nas comunidades cearenses, o revestimento de *novidade* tem uma força simbólica que gruda nas paredes da subjetividade dos seus novos integrantes. Houve uma explosão de “batismos” nos últimos três anos no Ceará. O contato com “bandidos” de outros estados e, em alguns casos, o fluxo de movimentação a estes lugares para buscar armas e drogas é também um fator motivador a estas adesões.

Vivenciei esse processo bem de perto. Integrantes da UG, galera de pichação à qual faço parte, se filiaram a estas facções “forasteiras”. Raposão é um deles, de quem tenho falado tanto nesse trabalho. Vou contar um brevíssimo relato sobre ele. Raposão e eu somos amigos há aproximadamente quinze anos. Temos idades próximas, na casa dos trinta e pouco. Nessa trajetória, compartilhamos muitos momentos de interação desde a adolescência, seja consumindo drogas lícitas e ilícitas, frequentando casas de *show* de reggae e de “forró da favela”, jogando futebol na praça do bairro, batendo papo nas calçadas, etc. Desde essa época, ele sempre fez pequenas incursões criminosas: um descuidista nato, de “mão leve”, em determinadas épocas era “avião” de outros traficantes, e algumas vezes roubava só na “sugesta” (sem arma) alguns *playboys* no bairro e também na saída de festas das camadas altas e médias da cidade. Entrecortava essas atividades criminais com o trabalho assalariado:

foi servente de pedreiro, ferreiro armador, escalou degraus no ramo da construção civil e tornou-se mestre de obras, trabalhou como cozinheiro num clube social da classe média fortalezense, fez curso de técnico de manutenção em máquina pesada e controle de contaminação de máquinas e equipamentos: “Sempre fui assim, muito inteligente, tudo o que eu ia fazer, eu procurava o melhor aproveitamento possível, pra ser o melhor no que eu tava fazendo, entendeu? [Mas] saí desses empregos por conta de vício, o vício me fazia ser irresponsável”.

Em agosto de 2013, o momento de ruptura com a vida de viciado, de “noia”, e o ponto de mutação para a ascensão meteórica nas relações criminais. Numa das muitas depressões que o consumo de crack lhe gerou, ele conta que orou e pediu a deus forças para nunca mais usar nenhum tipo de entorpecente. Desde esse dia, não usou mais drogas, inclusive abstinência de álcool, com exceção de uma “recaída” no carnaval de 2016 quando cheirou “loló”. Começou a levar drogas, principalmente cocaína, para vender em festas de *reggae* na cidade. A atividade começou a gerar lucros. Bons lucros. Passou a trabalhar para Pango e Boina. Era o principal revendedor de drogas deles, uma vez que levava as substâncias até as camadas médias da cidade. Mas foi na “época da guerra” que Raposão tornou-se “considerado”. A “guerra” em questão foi uma disputa entre criminosos da Vila Cazumba e do Tancredo Neves, que começou com a morte do irmão de Pango e Boina por um “traficante” do Tancredo. Raposão alçou fama nesse momento.

Foi justamente no momento da assunção das facções nas favelas cearenses, em 2015, que a biografia de Raposão se cruza com esta reconfiguração no *modus operandi* das relações criminais no Estado. Em efeito “bola de neve”, de acordo com suas palavras, Raposão abraçou definitivamente a crença na atividade criminal como meio de vida: assaltos a mansões, a casas lotéricas e lojas, latrocínios, tráfico de armas e narcotráfico interestadual. Em pouco mais de dois anos, galgou posições na hierarquia das relações criminais, e passou de “ladrão de galinha¹³⁸” para “patrão” de um território no GTN. Carros clonados, armas possantes, grande quantidade de drogas, casas alugadas em nome de “laranjas”. Bens conseguidos com as práticas ilegais e à disposição para mais atividades criminosas. Como efeito da eficácia simbólica das fofocas nas relações criminais, não custou muito para ser convidado a integrar o Comando Vermelho em sua penúltima passagem pelo sistema

¹³⁸ O “ladrão de galinha” é o personagem indesejado em qualquer favela. Amiúde negligencia os códigos éticos e morais do crime para sustentar sua adicção, na maioria das vezes em crack. Na “fissura” para fumar, rouba os moradores do local, invade residências à sorrelfa, na favela e nas redondezas próximas, para furtar qualquer objeto que possa ser trocado por uma “pedra”. É, destarte, desconsiderado tanto por criminosos de “resposta” quanto pelos “cidadãos”. Luiz Fábio Paiva (2014[2007]) e Leonardo Sá (2010) discutiram em seus textos sobre esse personagem-típico das periferias.

prisonal, com a promessa de que um advogado da organização conseguiria em pouco tempo tirá-lo dali, desde que pagasse a contribuição mensal de cem reais¹³⁹.

Antes de ser novamente preso no primeiro semestre de 2017, após um assalto a uma casa lotérica em Acarape, região metropolitana de Fortaleza, Raposão me contou que à época dez “ladrões” trabalhavam para ele, bem como comandava sete “bocadas”, duas em Acarape, e cinco no GTN. Das sete, apenas duas estavam em pleno funcionamento, porque Raposão, que no período da nossa conversa tinha saído pouco tempo antes do presídio, temia ainda estar sendo investigado pela Coordenadoria de Inteligência (Coin) e pela Delegacia de Narcóticos (Denarc).

Os outros dois integrantes da UG, Vina e Pinto, que também ingressaram em facções nesse contexto dos últimos anos não são tão próximos meus quanto Raposão. Mas também os conheço desde a adolescência. Crescemos vivenciando a socialidade juvenil no mesmo bairro, nos encontramos em muitas das reuniões e confraternizações da UG, bem como nos jogos de futebol de salão na quadra da praça. Há muito tempo Vina se envolvia com atividades criminais, como assaltos, tráfico de drogas e de armas, e estelionato (clonagem de cartões). Inclusive, já “respondia” criminalmente por roubo. Mas é em 2015, quando decidiu batizar-se na FDN, que sua carreira criminal ascende exponencialmente. Rapidamente escalou posições de prestígio na organização. Sua desenvoltura para as negociações transformou-o em fornecedor de armas e drogas para o GTN, para o bairro Luciano Cavalcante e para a comunidade Cidade de Deus, no Lagamar. Portanto, um *status* maior que o de Raposão, este apenas um “patrão” de território. Vina viajava com frequência para o Rio de Janeiro e para o Amazonas. De Manaus, trazia as drogas; do Rio, as armas; estabelecendo assim relações negociais tanto com a FDN, sua facção, mas também com o CV, grupo aliado. Tinha contato direto com os “cabeças” nacionais dessas facções.

Tentei por alguns meses uma entrevista com Vina durante o trabalho de campo, mas, mesmo eu garantindo seu anonimato, ele recusou. Não nos dávamos muito bem, e às vezes, nos encontros da União dos Grafiteiros, sequer nos cumprimentávamos. Tivemos algumas pequenas divergências dentro da UG porque eu o achava muito “paludo”, metido a “bichão”. Como sou alguns anos mais velho que ele e faço parte dos membros que estão na UG desde a sua fundação, em 2000, eu usava desse meu capital simbólico dentro da “galera” para impor-me sobre ele. Mas “a vida dá voltas”, já diz o ditame popular. Quando Vina

¹³⁹ Segundo me relatou Raposão, a contribuição mensal, ou “caixinha” do CV, é paga dentro do sistema financeiro, ou seja, em um banco oficial, em contas no nome de “laranjas”. Contudo, todo mês a quantia arrecadada é recolhida, a conta é fechada e, logo em seguida, é aberta outra numa agência e/ou instituição diversa.

expandiu seu capital simbólico nas relações criminais, ele pôde então menosprezar minha demanda pela entrevista.

Quando foi preso, em dezembro de 2017, em um apartamento na Aldeota, bairro das camadas médias e altas de Fortaleza, Vina tentou subornar os policiais com quinze mil reais em espécie, mas não obteve logro. No momento da prisão, portava quantidade não revelada de drogas e uma pistola roubada da Polícia Militar. Ademais, na garagem do prédio, descansava seu carro importado com placa “clonada”. Um dia após sua prisão, sua foto estampou editoriais de polícia dos jornais cearenses, com manchetes que remetiam à sua função de liderança da FDN no Ceará¹⁴⁰.

Por sua vez, Pinto é um “pixador” muito conhecido em Fortaleza, devido à sua habilidade para escalar “alturas”, em cima de prédios, e à sua capacidade para organizar “megarreuniões” entre diversas “galeras” de pichadores. Por muitos anos “tacou” os UG, saiu para outro grupo de “pixação” e tempos depois voltou à UG. Após uma segunda breve passagem, saiu para o Esquadrão Rebelde (ER), depois foi para os Garotos Humildes (GH) e, em seguida, migrou para os Psicopatas e Algo Mais (PAM). Em 2016, o Repolho, “cabeça” da UG, me ligou dizendo que Pinto tinha sondado com ele a possibilidade de voltar à “galera”. Repolho estava conversando com os “antigões” para saber o que achávamos. Não apenas eu, mas a maior parte dos membros fundadores foi refratária ao seu retorno, por conta da sua falta de lealdade à “sigla”, já tendo saído duas vezes anteriormente. Pinto, então, não foi receito na “UG”. No entanto, como mora no bairro vizinho, ele sempre estava pela praça, e também participava das reuniões da UG. É comum que pichadores de distintas “siglas” se façam presentes nos encontros das outras. Nossa relação era ambígua. Certos dias, nos falávamos numa “boa”; em outras oportunidades, apenas nos cumprimentávamos com meneios de cabeça.

Pinto já tinha se envolvido com algumas práticas criminais desde a adolescência, além da pichação. Já havia sido preso antes por receptação qualificada. Paralelamente às atividades ilícitas, ele trabalhava como entregador em uma mercearia do bairro. Mas é somente quando ingressa no Comando Vermelho que sua carreira criminal ascende. Nos grupos privados das redes sociais, postava fotos de suas viagens ao Rio de Janeiro para adquirir “loló”¹⁴¹ nos morros cariocas comandados pelo CV. Também não consegui entrevistar o Pinto, mas, diferentemente de Vina, com ele não insisti. Pinto foi preso em janeiro de 2018, quando, após denúncia anônima, policiais civis fizeram campana em uma

¹⁴⁰ Opto por não mencionar as fontes das matérias jornalísticas porque revelariam a identidade de Vina.

¹⁴¹ O loló é um subproduto do lança-perfume, preparado à base de éter e clorofórmio.

casa no Conjunto São Miguel, na Grande Messejana, em Fortaleza. Ao saírem da casa, Pinto e dois comparsas foram seguidos pelo carro descaracterizado dos “canas”. Ao pararem em um restaurante no bairro Cidade dos Funcionários, vizinho ao GTN, foram abordados pelos policiais, que encontraram frascos de “loló” no carro. Os agentes estatais foram até a casa alvo de denúncia e descobriram mais de 300 vidros de “loló” prontos para comercialização. Pinto confessou que a droga tinha sido trazida do Rio de Janeiro e seria transacionada no período carnavalesco em Fortaleza e no interior do Estado. No dia seguinte à prisão, a imprensa local divulgou o caso, mas, assim como no caso de Vina, opto por não divulgar as fontes jornalísticas para não revelar a identidade de Pinto e seus “parceiros”.

Os casos dos três integrantes da UG que aderiram às facções mostra que esse processo ocorreu de maneira capilarizada em muitas periferias de todo o Estado. Houve uma adesão em massa de muitos jovens que, anteriormente, desenvolviam as relações criminais apenas como maneiras pragmáticas de conseguir um dinheiro fácil; muitos não depositavam nas práticas delitivas um fim último, ou seja, um sentido teleológico de vida; pelo contrário, paralelamente a estas práticas empreendiam muitos “bicos”, apoiavam-se nas redes da informalidade e faziam duplas jornadas de trabalho: por exemplo, um turno nas atividades criminais e outras seis ou oito horas em um subemprego do mercado de trabalho capitalista. Russo, 34 anos, adicto em crack e que trabalha com pequenos assaltos e furtos, me contou que, na mesma época, trabalhava como repositor de “hortifruti” em um supermercado e paralelamente “roubava na sugesta”. O agenciamento criminal aparece aqui como prática acessória à atividade profissional de “carteira assinada”, como Russo enfatizou. O “batismo” a uma dessas facções vem, então, para alterar esse cenário de *amadorismo criminal*; o batismo reveste essa tomada de decisão como um poderoso e representativo “rito de passagem” (Van Genep, 2011[1090]), no qual a forma diletante, espontânea e desprezada de antes, agora transmuta-se em *profissionalismo criminal*.

Assim, surge nas periferias um repaginado *ethos do trabalho* nas relações criminais, algo que, dentro da configuração da criminalidade favelada cearense, era pouquíssimo desenvolvido, de uma maneira geral. Obviamente que a expansão dos limites de atuação para fora dos domínios territoriais – uma limitação de agenciamento social que era comum às quadrilhas locais – é um fator a ser também considerado, uma vez que “enquanto as gangues e quadrilhas de traficantes se moviam em territórios estáticos, no qual cada grupo dominava seu pedaço, matando sem mexer no pedaço do outro, as facções invadem, matam, ocupam e expulsam moradores de suas casas” (Paiva, 2018a, no prelo). Outra variável que não se pode negligenciar nesse contexto é o acesso a armas potentes como fuzis e

metralhadores, algo que até então não era recorrente entre os “criminosos” do Estado. Entretanto, na minha análise, o novo *ethos do trabalho* (divisão social de tarefas, funções a cumprir, organização em setores, estatutos, “tributos” a pagar, etc.) representa a principal força de atração simbólica e o liame fundamental com as condições sociais objetivas de uma *novidade* que então explica os batismos em massa nas facções.

O “bandido” se arvora como um funcionário com tarefas a cumprir, estatutos a obedecer e taxas a pagar – com exceção, até o momento, da GDE, que não cobra “caixinha”. Essa *ética do mundo do trabalho*, que visa à rentabilidade máxima na gestão dos ilegalismos e a contenção avaliativa dos riscos intrínsecos aos negócios, tem no PCC seu maior expoente. Carolina Grillo analisa essa mimese do mundo do trabalho capitalista por parte dos agentes da criminalidade favelada:

Excluídos do mercado, situados na base da dominação de classe, às margens dos centros de poder [...] os traficantes favelados recriam ao seu modo as formas com as quais entram em contato, mas que lhes são até certo ponto alheias e fetichizadas. Eles reinventam a empresa capitalista e o Estado a partir do lugar periférico que ocupam na constituição original dessas entidades, jogando com inversões de poder e acionando processos concomitantes de identificação e distanciamento. Tudo sem perder a sua formação em bandos (2013, p. 67).

Jânia Aquino (2009) comenta que se surpreendeu com o fato dos assaltantes de empresas transportadoras de dinheiro incorporarem a dimensão do trabalho às suas práticas criminais. A autora sublinha que expressões faladas pelos assaltantes como “ele é um cara que trabalha direito”, “eu tava viajando pra tirar um serviço”, “eu gostei muito de trabalhar com ele”, “naquela parada nós trabalhamos dobrado” denotam a construção de uma subjetividade que empresta às práticas de roubos milionários o revestimento de uma “profissão”, com “obrigações” e “encargos”. Vale ressaltar que a pesquisa etnográfica de Aquino foi desenvolvida com “bandidos” que não moravam nas favelas, e empreendiam outra qualidade de práticas delitivas.

Todavia, dentro desse fenômeno de adesão em massa de uma juventude marginalizada à eficácia simbólica das facções via *ethos do trabalho*, foi perceptível o aumento generalizado do quantitativo de mulheres nessa nova configuração. As mulheres assumiram, em alguns territórios, funções importantes nas relações criminais, tanto nas dinâmicas do tráfico de drogas quanto na comunicação estratégica entre os presídios e os territórios locais. Não estou dizendo aqui que, antes da “chegada” das facções, o gênero feminino era completamente alheio ao envolvimento nas práticas delitivas. O que saliento é que a quantidade de mulheres envolvidas diretamente com agenciamentos criminais nas

favelas cearenses cresceu de maneira notória nos últimos três anos. Se antes as mulheres eram vistas como vulneráveis dentro das relações criminais, e muitas vezes a simples presença delas e de crianças em alguns locais impedia moralmente que um tiroteio entre quadrilhas rivais se iniciasse, hoje pipocam casos na imprensa cearense e nas redes sociais em que mulheres são espancadas, torturadas e mortas por integrarem facções rivais às de seus algozes. Às vezes, elas podem ser executadas apenas por serem parentes de algum faccionado. Em outros casos, muitas garotas estão sendo expulsas e, no limite, assassinadas, apenas por envolverem-se afetiva e sexualmente com alguém de um território “inimigo”. Tenho um relato sobre isso.

Dona Rosália trabalha como doméstica na casa de uma ex-companheira minha. Dona Rosália mora no Bom Jardim, um bairro periférico da zona oeste de Fortaleza. A neta de dona Rosália, Daniela, de 16 anos, que morava com a avó, enamorou-se de um garoto que morava a algumas ruas de sua casa. No entanto, entre estas ruas, há uma fronteira invisível que segrega dois territórios dominados por facções rivais. Daniela não encampa práticas criminais. Certo dia, quando voltava da casa do namorado, e já tendo cruzado de volta a fronteira para o *seu* território, foi interceptada por membros da facção local. Eles a ameaçaram, e disseram-lhe que se ela fosse novamente vista indo ao território rival seria “decretada”. Um dos tios de Daniela, que é envolvido com as relações criminais no bairro, foi conversar com os jovens que a ameaçaram, pedindo-lhes prudência. Chegaram ao consenso de que o mais sensato para a garota era que ela fosse “espirrada” do bairro. Daniela hoje não mora mais com a avó, mas com uma tia, em outro bairro distante de sua antiga casa. Esse não é o primeiro “baque” pelo qual passa dona Rosália. Ela já enterrou um filho, assassinado por uma quadrilha rival no Grande Bom Jardim. Outro filho está na prisão há muitos anos. Quando fala sobre esses casos, ela se lamenta, mas logo depois mostra uma resiliência que me impressiona, abrindo sonoros sorrisos ao falar das *coisas boas* da vida. Dentro das comunidades pauperizadas, dona Rosália é uma dessas muitas matriarcas que exercem papel central nas dimensões moral e material de suas famílias, bem como na busca por estabilidade afetiva e emocional no núcleo familiar. Ela é uma das muitas Marias brasileiras que, como cantou Milton Nascimento (1978), são “a dose mais forte e lenta de uma gente que ri quando deve chorar, e não vive, apenas aguenta”.

Todavia, voltando ao contexto dos batismos em larga escala, há também a outra faceta. Conversei com agentes criminais que, numa leitura avaliativa, entendiam o ingresso nestas facções como um “um caminho sem volta”. Camaleão não quis se filiar. Conversei com ele ainda durante o armistício, no começo de 2016: “Já vieram uns e outros aqui [na

bocada] falar comigo, mas num tô nem vendo não, porque no dia que quebrar a união...”. Parecia prever o que estaria por vir. Raposão conta sobre as maneiras de sair, caso o membro se arrependa.

Tu entra numa organização dessa, tu só tem três maneiras de sair: uma é morrendo, a outra é se você for se entregar a Jesus e for um servo de Deus fervoroso. Você vai ser investigado, se realmente você saiu porque tá servindo a Deus ou se tá se escondendo atrás da Bíblia. Se isso acontecer, você morre também. Mas se você realmente se entregar a Jesus ou se você chegar pro conselho geral, final do sistema, e dizer “eu não quero mais fazer parte do crime, eu quero ser banido do crime, eu quero ser cidadão agora”, você pode, entendeu? Mas também você não pode se envolver com mais nada relacionado ao crime.

No caso das máfias napolitanas e sicilianas, essa opção não existe (Gambetta, 2007[1993]). Uma vez membro, eternamente membro. Embora Raposão tenha elencado três opções de saída das facções, penso que a terceira é muito improvável. Soa mais como oratória do que como possibilidade concreta, uma vez que as inimizades contraídas nas relações criminais não desaparecem com o pedido de banimento. A segunda é verossímil; antes de “chegada” das facções, há relatos de “ex-bandidos” no GTN que deixaram as quadrilhas criminais e tornaram-se evangélicos, sendo então eximidos dos confrontos durante as muitas “guerras” pelo domínio dos territórios do complexo. O irmão de Garrincha é um exemplo notório. Pango me contou que Pepê “só tá vivo porque tá na igreja”.

Os textos de Patrícia Birman e Carly Machado (2012) e outro de Carly Machado (2014) abordam a questão do pentecostalismo nas favelas. As autoras sublinham que o “ex-bandido” reconstrói sua subjetividade a partir da *persona* potente do “resgatado”, o que lhe dá um papel de destaque dentro da igreja, que explora a “fama” e o “sofrimento” do ex-bandido para demarcar a força da “salvação” pelo evangelho. Ele torna-se, então, personagem-símbolo dos cultos evangélicos: sua reconfiguração de trajetória vira um arquétipo ideal. O ex-bandido é aquele que conseguiu “vencer as trevas”. Ademais, ele passa a ser um canal de mediação entre a igreja e o “mundo do crime”. A esse conjunto de práticas encampadas pelas igrejas Carly Machado denomina “dispositivo pentecostal para lidar com o sofrimento através do contornamento da vitimização” (2014, p. 169).

Muitos destes ex-bandidos deixaram a atividade criminal após um “livramento”. O *livramento* é a categoria nativa que os agentes criminais favelados empregam em suas falas para dar conta de um episódio em que escaparam milagrosamente da iminência quase certa de morrer. Foram muitos os relatos que ouvi em campo acerca de livramentos os mais diversos. Russo, 34 anos, que trabalha com pequenos roubos a transeuntes, o famoso “ladrão de

galinha”, me contou que na época da “guerra” entre Vila Cazumba e Tancredo Neves levou um tiro no estômago e só não morreu porque “Deus me deu um livramento”. Papagaio me mostrava suas cicatrizes de balas e cortes de faca, e salientava, convicto, de que todas elas tinham sido “livramentos”, o que sinalizava, segundo ele, que Deus teria uma “missão” na sua vida.

Trazendo um exemplo da cultura *pop*, no clássico *Pulp Fiction*, de Quentin Tarantino, o homicida profissional Jules (Samuel L. Jackson) decide abandonar as práticas criminais pouco tempo depois de um “livramento” em que ele e seu parceiro Vincent (John Travolta) escapam “milagrosamente” de uma tentativa de assassinato. O roteiro do filme sugere que Jules opta pela saída do “crime” após refletir sobre o atentado que sofrera, inclusive se debruçando sobre uma passagem da Bíblia – Ezequiel 25:17¹⁴² – que costumeiramente recitava antes de matar seus desafetos.

Porém, voltando à empiria, geralmente em diálogo com a categoria “livramento” surge a categoria “vivedor”. Ser *vivedor* é estar abençoado por Deus, é ter o “corpo fechado” contra a morte. João, um varejista das drogas e assaltante com quem conversei, me contava dos cinco atentados que sofrera, para em seguida completar: “O nêgo é viverdor, pivete!”, se orgulhava, batendo no peito. O contrário do viverdor é o *morredor*, aquele que, inversamente, está exposto às intempéries mortais das relações criminais porque não tem o corpo interdito às maldades do “inimigo”.

A religiosidade, embora não praticada fervorosamente, é algo muito presente nos “bandidos” com quem conversei. Todos diziam acreditar piamente em Deus. O ateísmo praticamente inexistente nas favelas. Raposão me disse que acredita “demais” em Deus. Pergunto o que ele acha que essa divindade pensa acerca de suas ações:

Eu penso assim, cara, que às vezes que já escapei de atentado da polícia, de atentado de inimigo, principalmente essa última vez que fui preso agora, não tem como eu ter escapado sem ter sido Deus que disse assim: ‘Você não vai morrer hoje’. Não tem, véi. E apesar de eu ser falho com ele, eu tenho uma ligação muito forte com Deus, esse mérito aí eu não tiro dele jamais. Eu tô vivo até hoje só porque Deus quer e eu sei que ele tem algum propósito na minha vida, entendeu? E é como eu venho falando sempre nas minhas orações: ‘Meus Deus, eu vou dar só uma tacada boa, vou pagar o restim dessas minhas dívidas, comprar uma casinha, uma coisinha, me estabilizar e vou me sair do mundo do crime. Vou voltar a trabalhar porque eu tenho capacidade.

¹⁴² A passagem bíblica que Jules recita algumas vezes no filme diz o seguinte: “O caminho do homem justo está cercado por todos os lados, pela iniquidade dos egoístas e a tirania dos perversos. Bendito é aquele que, em nome da caridade e da boa vontade, pastoreia os fracos pelo vale das trevas, pois ele é verdadeiramente o protetor de seus irmãos e o salvador dos filhos perdidos. Exercerei sobre eles vingança terrível e raiva furiosa, aqueles que tentam envenenar e destruir meus irmãos. E você saberá que meu nome é o Senhor, quando minha vingança cair sobre ti”.

Entretanto, a primeira alternativa enfatizada por Raposo em relação a sair das facções é aquela que geralmente ocorre na dinâmica das relações criminais. Estas pessoas, após aderirem a um desses grupos, só deixam de fazer parte deles quando morrem. Os batismos, nesse sentido, conduzem quase sempre à morte.

5.4. “A guerra voltou”: A Era das Chacinas no Ceará

Como supracitado, em junho de 2016, o traficante brasileiro Jorge Rafaat Toumani, de 56 anos, foi morto em seu carro blindado, na cidade de Juan Pedro Caballero, no Paraguai, onde morava, a tiros de metralhadora antiaérea. Todas as investigações apontam que assassinato foi realizado pelo PCC, numa guerra com o CV pela disputa da “rota Caipira”, na fronteira entre Juan Pedro Caballero e Ponta Porã (MS). Os desdobramentos dessa disputa ricochetearam em todo o Brasil, gerando um caos no sistema penitenciário brasileiro, com rebeliões e mortes em presídios de Roraima, Rondônia, Amazonas, Ceará, Rio Grande do Norte, entre outros. No Ceará, em outubro de 2016, dois áudios vazados em um aplicativo de mensagens indicavam que a “guerra” havia recomeçado também nas ruas:

Galera, começou, viu? Quem tinha medo de rodar aí, agora o medo tem que triplicar, porque começou a matança, viu menino! PCC e Comando Vermelho. Já teve um tiroteio aqui na Serrinha [bairro da zona central de Fortaleza] entre as duas facções, viu? Já balearam bem seis [pessoas]. Cuidado na vida, galera, quem vier pra Serrinha.

Ói, meus irmão do grupo, meus irmão do grupo, atenção aí na Sapiranga [bairro da zona sudeste de Fortaleza], atenção na Sapiranga... quem puder descer com arma aí pra Sapiranga pra poder dar um apoio lá.. tá rolando mó troca de bala lá, tão entendendo meus irmão? Os pilantra lá do CV e da FDN tão tudo de cima lá, tão entendendo meus irmão? Dá uma reforçada na Sapiranga lá, meus irmão. Quem tiver, é pra descer arma lá. Eles tão de 'bico' [arma] lá, tá faltando só 'bico' pra nós aí... pode mandar descer aí pra Sapiranga, de trás do [shopping] Via Sul, tá entendendo meus irmão?

A “guerra”, no lugar da “paz”, rapidamente reinstalou-se como signo de sociação na vida das pessoas moradoras de áreas pauperizadas. A dinâmica da socialidade novamente transfigurou-se e os moradores não envolvidos com as práticas criminais experimentaram ainda com mais intensidade os “ecos da violência” (Freitas, 2003), posto que “a violência não se encerra nos atos ditos violentos, mas espirala em um turbilhão de sentimentos e práticas que acabam por construir seu universo complexo de manifestações” (Matos Júnior, 2008, p.

103). Famílias passaram a ser expulsas de suas casas por qualquer ligação de parentesco ou amizade com membros de facções rivais, numa espécie de “contaminação simbólica de um para o outro” (Sá, 2010, p. 105), um *devir envolvido*¹⁴³. Estes confiscos de bens imóveis ocorreram em diversos territórios de Fortaleza, como a comunidade Babilônia, no bairro Barroso; a Cidade de Deus, no Grande Lagamar; houve casos também nos bairros Barra do Ceará, Pirambu, Conjunto Palmeiras, Jangurussu... Ameaças verbais e pichações como “tem que sair fora das travessa, si não vai morrer, e as casas vai pegar fogo”; “tem que sair fora ves pq si não nois vai toca fogo em tudo” puseram em pânico famílias inteiras (Moradores, 2018).

Na dinâmica das facções, com o fim da “paz”, o PCC se alia à GDE para contrabalançar em capital humano, ou seja, em “exército” nas ruas, a aliança entre CV e FDN: “Consciente da maneira de fazer o crime, no Estado, o PCC buscou não ser uma força hegemônica, mas se articular estrategicamente ao coletivo local que, mesmo em seu discurso regional, permitiu a acomodação do grupo de São Paulo à realidade cearense” (Paiva, 2018a, no prelo). Por sua vez, prossegue Paiva (*op.cit.*), “o CV conseguiu adaptar seu vasto capital simbólico aos arranjos locais, criando junto com a FDN a ideia de que são algo maior e fazem parte das comunidades”.

Durante o armistício, o PCC se alojara em dois microterritórios do Conjunto Tancredo Neves: o Coloral e o Polo, mas tempos depois os repassou à GDE sob a condição de que esta comprasse todas as armas e as drogas da facção paulista. O CV e a FDN comandavam todo o restante do GTN. A GDE, então, ficou encurralada em dois microterritórios pequenos dentro do complexo (*ver mapa pág. 52*). Conseguiu defender-se por muitos meses contra as várias tentativas de invasão dos rivais. Tiroteios, principalmente às madrugadas, eram frequentes. A GDE chegou a “perder” o Coloral numa batalha, mas o recuperou numa reviravolta dias depois. No entanto, no segundo semestre de 2017, a facção cearense, mesmo com o apoio bélico do PCC, foi “espirrada” definitivamente dos dois territórios que comandava no GTN. A aliança CV/FDN é hegemônica hoje em dia no Grande Tancredo Neves. Pango, filiado à FDN, me contava na época que “é muita gente da área que se junta pra dar ataque no Polo e no Coloral, mah. Sai juntando 10 bairros, 15 bairros... tem morte que nem apresenta, os cara faz só sequestrar”.

¹⁴³ Sobre o conceito de contaminação simbólica, Leonardo Sá explica que “andar, conversar, conviver, se aproximar e frequentar a casa de um envolvido é um modo de se tornar envolvido também. É devir envolvido” (2010, p. 105).



Figuras 22 e 23 – A disputa entre CV/FDN versus GDE/PCC pelo domínio do Coloral foi retratada na superposição de pichações em um muro do microterritório de acordo com a facção que comandava o local. Quando a aliança CV/FDN “tomou” definitivamente o Coloral, pichações que remetiam à união substituíram as antigas da GDE. (Fonte: arquivo pessoal/Pires, 2018).

Abrindo aqui um parêntese para um devaneio metodológico, sublinho que o fim do armistício entre as facções no GTN provocou também uma alteração significativa na dinâmica do trabalho de campo. Se no começo de atividade etnográfica imperou um sentimento de tranquilidade nas andanças pelo *campo*, após o rompimento entre os grupos criminais tive que rever certas precauções que envolviam minha segurança pessoal. Não foram poucas as vezes em que conversando com meus interlocutores, eles me contavam de tiroteios e assassinatos pelo complexo. Em algumas das entrevistas, que se realizavam dentro de suas casas ou nas calçadas de suas residências, lembro que pensava com frequência na possibilidade de que a qualquer momento poderíamos ser ali alvejados por facções inimigas. Eu morreria junto com meu interlocutor por *contaminação simbólica* (Sá, 2010). Experimentei sensações confusas e aflitivas, como a de estar conversando com um “bandido” e sentir medo, não dele, mas de seus “inimigos” que nem sequer estavam ali. Temia que eles pudessem aparecer abruptamente, arrombar a porta e nos pegar desprevenidos, como muitos casos que eu ouvi em campo. Quando conversávamos nas calçadas em frente às suas casas, se eu visse a aproximação de pessoas em motos ou em carros com vidros fumê, instantaneamente um sinal de alerta disparava dentro de mim, a tensão redobrava, e eu só conseguia relaxar depois que os veículos passassem.

Soma-se a esse contexto o fato de que, em um dos territórios do GTN, estabeleci relações com duas quadrilhas rivais, que estavam em armistício momentâneo porque uma delas, a de Raposo, era CV; e a outra, de Pango, FDN. No entanto, sempre foi claro para mim que essas tréguas são circunstanciais e a “guerra” entre quadrilhas locais poderia ressurgir a qualquer momento, pois a argamassa que sustenta as alianças é muito frágil,

envolve mediações atravessadas por poder e dinheiro, dimensões extremamente voláteis e suscetíveis a “traições” dentro das relações criminais. Vou retomar as falas de Pango e Raposão para ilustrar a situação em que estava enredado. Começo com a queixa de Pango contra Raposão: “Aí fui tentar resolver, mas como tinha já rolado um tal de salve aí, da paz, que num podia ter derramamento de sangue, ele se aproveitou desse histórico aí. Mas agora numa época dessa aí, que tá em todo canto gerando [guerra], ele tá preso, época dessa era época boa deu pegar ele”. Agora, a réplica de Raposão:

Eles já pagaram pra ir me matar. Entraram na FDN (Família do Norte) e tentaram formar pra me matar, inventaram umas histórias... Eles tão lá, um tá preso [no caso, Boina, irmão de Pango] e o outro acochando, procurando toda e qualquer pessoa que tenha alguma coisa contra mim pra tentar me matar.

[E tu num fica naquela não?]

Fico, mas como agora eu sou do CV e ele é da FDN, aí eu num vou querer tirar a vida dele sem ver nem pra quê! Mas, se ele imaginar, eu tenho o dossiê completo de tudo o que ele fez de errado, eu tô esperando só mesmo uma gota pra eu botar no comando e tirar a camisa dele, porque o errado tem que sair, entendeu? E ele é muito errado, mata por dinheiro, olho grande, cresce os zói nas coisas dos outros e apoia o errado.

A entrevista com Raposão foi feita quando ele estava em liberdade, e não na prisão. Um mês após conversarmos, ele foi preso. Conversei com Pango já nesse contexto de Raposão encarcerado. No entanto, quando estabelecia contato com Papagaio, da quadrilha de Raposão, ou Samurai, do grupo de Pango, temia que descobrissem que eu estava simultaneamente entabulando conversa com as duas quadrilhas. Caso percebessem minha dinâmica dual, eu poderia ser considerado um “X-9”, um “leva-e-traz”, e as consequências, no limite, resultariam no meu assassinato. Por diversas vezes, eu lembrava o caso icônico do jornalista Tim Lopes, morto em 2002 no complexo do Alemão, no Rio de Janeiro, durante uma reportagem investigativa. Em suma, foram muitos os “jogos de cintura” que tive que desenvolver em campo para lidar com a “guerra”, bem como admito que por algumas vezes fui imprudente na gana por obter dados empíricos que eu julgava absolutamente relevantes para a pesquisa. Fecha parêntese.

Os conflitos entre as facções se espalharam por todo o Estado em 2017. Duplos e triplos homicídios passaram a ser recorrentes nos noticiários. E chacinas, muitas chacinas, com quatro vítimas ou mais, pipocaram pelos “quatro cantos” do Ceará. Em 2017, houve oito chacinas, com 46 mortos (Sete, 2018). O jornal *O Povo* elencou seis delas:

20/2/2017 - Granja Lisboa (Fortaleza). Cinco pessoas mortas e três feridas em conflito entre facções; **3/6/2017 - Aquiraz.** Seis pessoas mortas em festa que comemorava soltura de traficante; **12/6/2017 - Horizonte.** Cinco mortos, entre eles

uma criança de três anos, e outras três pessoas feridas; **20/7/2017 - Paraipaba**. Quatro mortos em conflito de facções; **8/10/2017 - Bom Jardim (Fortaleza)**. Quatro pessoas mortas em suposta reunião para selar acordo de paz; **13/11/2017 - Centro de Semiliberdade Mártir Francisca, Sapiranga (Fortaleza)**. Vinte homens armados invadiram o centro e mataram quatro internos, de 13, 15 e 16 (2) anos (negritos do original) (Em um ano, 2018).

Os doze meses de 2017 foram os mais violentos em relação a crimes de homicídio na história do Ceará. O ano encerrou com 5.134 eventos desse tipo, uma média de 14 assassinatos por dia. Quando comparado com 2016, o ano da “paz”, o Estado teve um incremento de mais de 50% no número de crimes letais intencionais, passando de 3.407 durante a “pacificação” para 5.134 na “guerra”. Em Fortaleza, o salto foi ainda mais drástico: de 1.007, em 2016, para 1.978, em 2017, aumento de 96,6%¹⁴⁴.

Se em 2016, quando a imprensa local veiculava que o arrefecimento nos índices de letalidade intencional poderia ter relação com os “acordos de paz” nas comunidades pobres, o Estado refutava com veemência a informação – inclusive negando a existência desses grupos no Ceará – e alegava que a diminuição decorria do “sucesso” do seu programa “Ceará Pacífico”; em 2017, de maneira oportuna ao estatismo, as suas “autoridades” não credenciaram o aumento exponencial nos índices de homicídios às fragilidades inerentes de suas políticas públicas, mas a “disputas pelo tráfico” capitaneadas pelas facções. Tais malabarismos retóricos dos representantes estatais, principalmente na figura do governador e do secretário de segurança pública, se insinuam como austeros e dignos de respeitabilidade, mas, por outro lado, “pouco se preocupam com a verossimilhança ou com a veracidade, mas definem muito bem o que deve ser observado e guardado. A indiferença dos comunicados em relação a qualquer credibilidade frequentemente beira a provocação” (Deleuze e Guattari (1995b[1980]), p. 12).

Em 2018, até o dia 26 de julho, quando escrevi estas linhas, já tinham sido contabilizadas sete chacinas, com um total de 48 pessoas assassinadas: **i**. No dia 7 de janeiro, quatro pessoas foram assassinadas em Maranguape, região metropolitana de Fortaleza; **ii**. No dia 27 de janeiro, durante um forró em um território comandado pelo CV, faccionados da GDE chegaram em três carros e, ao descerem dos veículos, passaram a atirar à revelia em quem cruzasse pelo seu caminho. Saldo da matança: 14 pessoas mortas, sendo oito mulheres, e nove pessoas feridas. A chacina das Cajazeiras, como ficou conhecido esse episódio, foi a maior já registrada na história do Ceará; **iii**. Dois dias depois, o CV se vingaria, matando dez presos da GDE em uma matança na cadeia pública de Itapajé, cidade a 125 quilômetros de

¹⁴⁴ Dados da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS) do Ceará.

Fortaleza. Aqui, vale destacar que estes detentos estavam sob tutela do Estado; **iv.** Em 9 de março, no bairro Benfica, reduto universitário de Fortaleza, sete pessoas foram assassinadas; **v.** Em 28 de junho, quatro pessoas foram mortas na cidade de Quixeramobim, no sertão central cearense, após homens encapuzados invadirem suas casas e atirarem à queima-roupa; **vi.** Em Palmácia, na região serrana do Maciço do Baturité, no dia 13 de julho, cinco corpos foram encontrados em um matagal, com as mãos atadas às costas e ferimentos de tiros na cabeça; **vii.** Por fim, um dia depois do evento em Palmácia, quatro pessoas da mesma família – mãe, dois irmãos gêmeos e um tio dos garotos – foram assassinadas em uma localidade na zona rural de Quiterianópolis, na região dos Inhamuns. Apenas no primeiro semestre deste ano, o Ceará registrou 2.380 homicídios, cifra 3,5% maior que o mesmo período do aterrorizante 2017.

A dualidade faccional no Estado, com a aliança GDE/PCC de um lado, e a união CV/FDN, do outro, tem demarcado a autoria de quase todos estes eventos de matança generalizada. São tentativas de tomar territórios do “inimigo” e vinganças a ataques rivais. A cadeia crônica, circular e cumulativa de revanchismo, que ocorria na época das gangues e quadrilhas locais de varejistas do tráfico, voltou, mas dessa vez com uma nova envergadura: a potência de armas como fuzis e metralhadoras, que não eram comuns no Ceará até então. Portanto, o Estado enfrenta atualmente um processo de imersão ostensiva em uma neoconfiguração da criminalidade favelada.

As maneiras de operar as relações criminais cambiaram; quero dizer que as *artes de fazer* o crime no Ceará passam por intensas transformações sociais nos últimos três ou quatro anos, que ainda carecem de maturação. Não são apenas novos modos de agenciamentos delitivos, mas é uma nova estética criminal que desponta. Os reflexos mais superficiais estão aí, nesses dados estatísticos que apontam para recordes de índices de homicídios. No entanto, acredito que dentro desse contexto há movimentos e efeitos subterrâneos que ainda não se desvelaram. Tudo ainda é muito incipiente. A linguagem jornalística, vítima da instantaneidade e do factual, se aligeira em fazer reportagens meramente descritivas dos fatos. Mas a análise sociológica pede calma, não pode ser açodada. É preciso observar, inferir, esmiuçar e, o mais importante, tentar compreender essa novíssima composição a partir do problema fundante da sociologia: Como essa configuração social foi possível? Não tenho respostas prontas, apenas tateio...

5.5. A relevância estratégica do Ceará para o tráfico internacional de drogas

Como tratei anteriormente, as facções CV e PCC não chegaram ao Ceará nos últimos três ou quatro anos. O estabelecimento de *firmas* e *franquias* desses grupos no Estado vem se desenvolvendo processualmente nas últimas duas décadas e meia, aproximadamente. Ainda em meados dos anos de 1990, Fernandinho Beira-Mar, líder icônico do CV, esteve no Ceará para organizar o ponto final de uma rota de cocaína vinda da Colômbia. Ele passou uma temporada na capital cearense, no bairro Jardim das Oliveiras (onde está inserido o GTN), organizando as rotas que trariam as drogas da Colômbia e da Bolívia, passando pelo Paraguai, deste país para o Sudeste brasileiro e, posteriormente, para o Nordeste; por fim, desta região para o mercado europeu. Neste esquema, Beira-Mar foi vanguardista. Se antes a cocaína que saía do Brasil para a Europa (e uma menor parte para a África) tinha os aeroportos e portos sudestinos como único canal de escoamento, principalmente o porto de Santos, é o líder do Comando Vermelho quem primeiro avança a possibilidade de utilizar os portos e aeroportos nordestinos para transacionar essas mercadorias. Nesse contexto, os portos cearenses e o aeroporto internacional de Fortaleza se salientaram pela razoável estrutura em comparação com outros equipamentos no Nordeste e, principalmente, pelo fator logístico e operacional, uma vez que, devido à sua proximidade geográfica com a Europa, um voo de Fortaleza para aquele continente é, em média, de duas a três horas mais curto do que saindo do Rio de Janeiro ou de São Paulo.

No início do século, o PCC também desenvolve no Ceará suas rotas de escoamento do tráfico internacional de drogas. O irmão mais novo de Marcola, Alejandro Juvenal Herbas Camacho Júnior, veio morar no Ceará em meados dos anos de 2000. Quando foi preso, em 2006, em São Paulo, Alejandro Camacho estava com uma perua EcoSport, com placas de Fortaleza, e disse aos policiais que morava na capital cearense e trabalhava revendendo carros. Segundo investigações do governo paulista à época, Camacho mantinha relações com as mesmas quadrilhas colombianas e bolivianas que comercializavam cocaína com Fernandinho Beira-Mar (Camarante, 2006). Após esse evento, Júnior conseguiria mais uma vez fugir da prisão e voltaria a morar em Fortaleza, estabelecendo-se como empresário do ramo de veículos e morando em uma mansão no bairro Sapiranga, zona sudeste da cidade.

O irmão de Marcola tinha adquirido imóveis luxuosos nas praias do Porto das Dunas, Cumbuco e Lagoinha, três cartões-postais do Estado. Segundo informações da PF, cerca de quarenta policiais militares mantinham sua segurança pessoal. Ele foi o principal

articulador do PCC durante os “acordos de paz” entre as facções no final de 2015 no Ceará. Em março de 2016, foi novamente preso, em sua residência na capital cearense, pela Polícia Federal. Segundo a polícia, o irmão de Marcola estava comandando um esquema que adquiria grandes montantes de cocaína e maconha da Bolívia e do Paraguai, respectivamente, que entravam no Brasil pelas cidades sul-mato-grossenses de Corumbá e Ponta Porã, e de lá as drogas eram distribuídas, em caminhões, principalmente para as cidades de São Paulo e Fortaleza. Dos aeroportos dessas duas metrópoles e de portos próximos, como Santos (SP) e Pecém (CE), as mercadorias eram escoadas para a Europa (Túlio; Sena, 2016).

Quando Alejandro Camacho Júnior foi preso, outro integrante da cúpula do PCC, Rogério Jeremias de Simone, o “Gegê do Mangue”, que estava foragido da Justiça desde o início de 2017, assumiu a vanguarda das rotas internacionais e também se estabeleceu no Ceará, com o capital simbólico de ser a maior liderança do PCC fora dos presídios. Ele tinha uma casa, em nome de “laranja”, num condomínio residencial em Aquiraz, região metropolitana de Fortaleza, avaliada em dois milhões de reais, carros importados, e levava uma vida nababesca no Estado, se apresentando socialmente como empresário do ramo da construção civil. No entanto, após suspeitas de que ele e seu comparsa, Fabiano Alves de Souza, o “Paca”, estivessem desviando recursos da facção para fins particulares e também em retaliação à morte de Edilson Borges Nogueira, o “Biroasca” – amigo de Marcola –, em dezembro de 2017, ambos foram assassinados pelo PCC em um episódio que mimetiza filmes de ação.

Em 15 de fevereiro de 2018, os dois foram resgatados em um helicóptero na cidade de Aquiraz para uma “missão” rumo à Bolívia, mas com apenas alguns minutos de voo, piloto e copiloto pousaram em uma clareira na mata de uma reserva indígena, ainda no município cearense da Grande Fortaleza. Ao descerem da aeronave, piloto e copiloto anunciaram o motivo da parada repentina e mataram Gegê e Paca com pistolas nove milímetros. Os corpos foram parcialmente queimados e escondidos na vegetação. O evento foi amplamente noticiado pela mídia brasileira e internacional.

Poucos dias depois, Claudiney Rodrigues de Souza, o “Cláudio Boy”, foragido e procurado pela Interpol, considerado também um dos integrantes da cúpula do PCC, foi preso pela Polícia Federal em Guarulhos (SP), após desembarcar num voo que saíra de Fortaleza. Ele estava morando na capital cearense há seis anos e tinha se estabelecido como empresário do setor de serviços, transitando muitas vezes em eventos da *high society* fortalezense (Chefe, 2018). Já em julho de 2018, outro membro graúdo do PCC, foragido da Justiça, Adriano Moreira da Silva, o “Adriano Mombaça”, de 36 anos, que agenciava a rota do comércio

internacional de cocaína na fronteira da Bolívia com o Mato Grosso do Sul, foi preso no município do Crato, região sul do Ceará (Melo; Borges, 2018).

Em maio de 2017, na operação “Fênix”, da Polícia Federal, realizada em cinco estados brasileiros (Ceará, Rondônia, Mato Grosso do Sul, Paraíba e Rio de Janeiro) e no Distrito Federal, o “braço-direito” de Fernandinho Beira-Mar, Marcos Marinho dos Santos, o “Chapolin”, foi preso em Fortaleza. Ele estava morando em um apartamento de luxo na Beira-Mar da capital cearense e daqui planejava e controlava a distribuição de armas e drogas em todo o Nordeste e o envio de cocaína para a Europa. Chapolin lavava o dinheiro ilícito através da compra de imóveis no Estado e também possuía duas lojas no centro da cidade (Oliveira, 2017).

Um pouco antes desses episódios, em novembro de 2015, na operação da Polícia Federal “La Muralla”, com apoio da Interpol, sete integrantes da FDN foram presos no Ceará, incluindo Joleardes Celestino Lopes, de 28 anos, o “Giba”, apontado como um dos líderes da facção no Nordeste. Ele foi preso em um flat, na avenida Beira Mar, o metro quadrado mais caro de Fortaleza. Ele se apresentava no Estado como empresário do setor da construção civil (Paiva, T., 2015). Giba foi o principal intermediador na FDN nas negociações que levaram aos “acordos de paz” entre as facções do Ceará no segundo semestre de 2015. Em abril de 2017, Vainer de Matos Magalhães, 34 anos, o “Vainer Pepê”, um dos “cabeças” da FDN, foi executado a tiros de fuzil, na Praia do Futuro, zona leste de Fortaleza, quando saía de um condomínio no bairro, em sua Hilux com placas do Pará (Líder, 2017). A FDN então transferiu de Belém para Fortaleza outro de seus líderes, para comandar os negócios da facção no Estado: Petrus William Brandão Freire, de 29 anos, o “Playboy”, que tinha essa alcunha por ostentar riqueza nas redes sociais e ser oriundo de uma família de classe média alta de Belém. Petrus estudava Direito em uma das universidades mais caras de Fortaleza e era dono de uma empresa de aluguel de carros. Foi assassinado em janeiro de 2018 com mais de quarenta tiros quando saía de uma festa na Praia do Futuro.

Em junho de 2017, na BR-116, na altura da cidade cearense de Russas, foi preso um dos líderes do Sindicato do Crime ou Sindicato RN, facção do Rio Grande do Norte, que promoveu em 2016 uma série de ataques públicos nas ruas de Natal e rebeliões nos presídios. Gilson Miranda da Silva, considerado o “braço financeiro” da organização potiguar, era foragido desde 2015 da Justiça do Rio Grande do Norte. Ele fazia uma viagem vindo da fronteira do Paraguai com Foz do Iguaçu, no Paraná, e dirigia em direção à capital cearense, quando foi abordado por agentes da Polícia Rodoviária Federal (Preso, 2017). Em julho do mesmo ano, na praia do Icaraiá, em Caucaia, cidade da região metropolitana de Fortaleza, foi

preso Francisco Magno da Silva, 32 anos, considerado o líder de um dos setores do Sindicato RN. Ele, que tinha vindo ao Ceará com a “missão” de estabelecer a facção no Estado, estava articulando, em diálogo com o CV e a GDE, a entrada da facção potiguar no comércio de armas e drogas no Ceará (Borges, 2017). O Sindicato do Crime, assim como a GDE, se caracteriza pelo apelo regional de seus membros, e surgiu de uma dissidência do PCC no Rio Grande do Norte.

Todos estes casos de prisões e assassinatos envolvem “peixes graúdos” dessas organizações, que estavam vivendo no Ceará e daqui comandavam os negócios e a operacionalidade de seus grupos criminais. Reportagem de julho de 2016 da revista *Isto É*, de circulação nacional, sublinhava que “o Ceará virou a *offshore* da principal organização criminosa em atividade no Brasil, o PCC” (A ação, 2016). Para justificar o envio de tropas federais ao Estado, o ministro da Justiça Torquato Jardim salientou, em fevereiro de 2018, que “o Ceará é, para o crime organizado, o centro geográfico. Quem conquistar o Ceará conquista o Nordeste” (Centro, 2018). No mês seguinte, o ministro da Segurança Pública, Raul Jungman, anunciou que o Ceará seria a sede do Centro Integrado de Inteligência do Nordeste, que pretende reunir todos os órgãos de segurança federais e estaduais, e cujas ações se voltarão para o “combate ao crime organizado”. A fala de Torquato Jardim e o anúncio de Jungman ilustram fielmente esse novo momento das relações criminais no Estado.

Outro fator que pode ser considerado para entender a recente intensificação, nessa década, da presença de facções no Ceará, pode ter associação com a saturação ostensiva de alguns setores dos aparelhos policiais, principalmente no Rio de Janeiro, mormente nos anos iniciais da política pública das UPPs. A cena, amplamente explorada pelas agências midiáticas, da fuga em massa de agentes criminais da Vila Cruzeiro, na zona norte do Rio, em direção ao complexo do Alemão, em 2010, após uma ocupação da polícia e das Forças Armadas naquela comunidade, pode funcionar como uma pista. Eu não fazia qualquer aproximação entre esse processo e o fortalecimento dessas facções no Ceará. Mas, em conversa com Camaleão, não esqueço o que ele me falou: “Depois daquela guerra [no Rio], muitos vieram pro norte, pra cá”. Matutando sobre a fala de Camaleão, penso que esta é uma hipótese do trabalho empírico que não pode ser desinvestida.

Em suma, concordo com Paiva (2018a, no prelo) quando ele sublinha que, no Ceará, as facções “encontraram as condições objetivas para produzir adesão às suas práticas, passando por um processo de aprendizagem e adaptação” às idiossincrasias dos fenômenos culturais locais.

5.6. “Todo mundo sabe”: As afinidades eletivas entre as facções criminais e a *Realpolitik*

O conceito de “afinidade eletiva” em Weber (2004[1904-1905]), emprestado de uma obra homônima de Goethe, embora seja aparentemente autossugestivo, não foi aprofundado de maneira suficiente pelo autor. Mas ele utilizou o termo n’*A ética protestante e o “espírito” do capitalismo* para explicar a atração recíproca entre elementos superficialmente incongruentes – as propriedades religiosas, de um lado, e as econômico-culturais, de outro –, mas que se mostram na configuração real como convergentes e análogos, e que por isso estabelecem uma conexão durável no tempo e no espaço.

Nessa correspondência, explica Michael Lowy (2011), não há uma associação diretamente causal, nem a imposição de um lado sobre o outro, seja de forma e conteúdo tampouco de uma parte em relação ao todo. O que ocorre é uma adequação estável, adaptativa e de assimilação mútua. Peço licença para reproduzir a definição que Michael Lowy faz do conceito sociológico weberiano. Para ele, afinidade eletiva “é o processo pelo qual duas formas culturais [...] entram, a partir de determinadas analogias significativas, parentescos íntimos ou afinidades de sentidos, em uma relação de atração e influência recíprocas, escolha mútua, convergência ativa e reforço mútuo” (2011, p. 139).

A partir deste preâmbulo, quero propor que entre as estruturas criminais das facções e as formas políticas tradicionais há também afinidades eletivas essenciais. Embora à primeira vista possam parecer antagônicas e combatentes, essas redes – criminais e políticas – estão profundamente enredadas. O *sistema de relações sociais do crime* no Brasil tem hoje na reciprocidade sigilosa e secreta entre as facções criminais nacionalizadas e a *Realpolitik*¹⁴⁵, possivelmente, seu exemplo mais bem lapidado de ligação hierárquica e processualidade funcional entre a pobreza das favelas e os privilégios dos altos escalões do estatismo.

Na eleição de 2016, investigações policiais apontavam que o PCC articulava à época eleger dez prefeitos e cinquenta vereadores no Ceará. Uma das prefeituras em disputa era a de Caucaia, segunda cidade mais populosa do Estado, na região metropolitana de Fortaleza (A ação, 2016). Em 2018, moradores de comunidades dominadas pelo Comando Vermelho, em Fortaleza, foram informados, por meio de circulares impressas e manuscritas distribuídas nas localidades, que não poderiam veicular propagandas partidárias de determinados candidatos tampouco trabalhar em suas campanhas eleitorais (Alessi, 2018). A Procuradoria Regional Eleitoral do Ceará (PRE/CE) e o Ministério Público do Estado

¹⁴⁵ Por *Realpolitik* entenda-se o sistema político tradicional, com todo o seu fisiologismo partidário e suas concessões ideológicas.

(MP/CE) solicitaram apoio de tropas federais do Exército em cinco cidades cearenses para os dias do escrutínio (Fortaleza, Caucaia e Maracanaú, na região metropolitana da capital; Juazeiro do Norte, na região metropolitana do Cariri, no sul do Estado; e Sobral, na região metropolitana da cidade homônima, no noroeste do Ceará).

Mas as facções já foram mais longe. Se aliaram a agentes da alta política estatal-empresarial. Ainda que esta presença dentro do estatismo não ocorra na mesma dimensão das máfias do sul da Itália (Gambetta, 2007[1993]), o PCC, me parece, caminha aligeiramente nesse sentido desde a última década. Contudo, é fundamental inverter a lupa analítica para sublinhar que as facções somente lograram imiscuir-se no âmago da *Realpolitik* porque as pontas mais graúdas dessa relação, ou seja, os agentes das altas instâncias políticas representativas constituíram as possibilidades factuais para esse ingresso. O agenciamento das facções criminais em processos eleitorais e em mandatos legislativos e executivos só é possível com a anuência de políticos profissionais que já jogam com a realidade política há algum tempo.

Quero dizer que, mais relevante do que pensar como as facções estão inserindo-se na política partidária, considero imprescindível compreender os estratagemas e aquiescências do jogo político tradicional para permitir a entrada dos agentes faccionados nesse oligopólio de representatividade. Quais os investimentos estratégicos operados pelo estatismo-empresarial para consentir a inserção na representação eleitoral de agentes faccionados da criminalidade pobre?

Penso que a riqueza do trabalho de campo se dá principalmente quando, na correlação com nossos interlocutores, eles nos possibilitam dialogar e refletir sobre coisas que estão muito longe dali, do *campo*. Eu me inclinei a pensar estas afinidades eletivas entre as facções e o sistema político influenciado por uma fala de Pango. Ele me narrava sobre a estrutura das facções, e sublinhava, com expressões faciais, o poder simbólico do qual estava revestida a categoria “pilares” dentro da estrutura hierárquica desses grupos criminais. Percebi a ênfase nos seus olhos e pedi para ele me explicar o que eram os “pilares”.

Os pilares é cruel mah. Tu num sabe nem quem é. Tá no meio de ministro, já tão nos plenários eles, tão no meio lá, já chegaram lá. Daqui uns dias chega na presidência [da República]. Por exemplo, um governador, um prefeito, tem muito conhecimento, aí eles num querem deixar [ele dedurar], aí vão lá e matam mah. Por isso que tá morrendo muito político, porque é gente lá de dentro mesmo mandando. Dinheiro, é muito dinheiro rodando. A gente vê na televisão, eles falam umas conversa tão bonita mah, é só islogui [slogan] mesmo. Aí o cidadão “Ééé...” [no sentido de aquiescência e crença nas “conversa tão bonita” dos políticos]. Mas nós que já somos vivido... [entendo as reticências finais de Pango no sentido de que ele não

acredita no *marketing* político, pois sabe que nos altos escalões do estatismo estão os “pilares”].

Caminhando na mesma trilha, Prensado me disse que “o PCC tem até promotor, juiz, todo mundo sabe”. Quando ele diz “todo mundo sabe”, penso que ele se propõe a argumentar que aquele que é um pouco mais astuto dentro das relações criminais fareja as afinidades eletivas entre as facções e o sistema político. Noutra interpretação da fala de Prensado, pode-se inferir que a atração entre esses dois polos é tão cristalina, apesar das tentativas dos meios de produção simbólica da realidade de cortiná-la, que qualquer um, até aqueles não envolvidos com as práticas delitivas, como os “trabalhadores” e “cidadãos”, percebem estas conexões subterrâneas.

Estas afinidades eletivas não se dão apenas sob a forma da inserção de faccionados dentro das instâncias legislativas, judiciárias e executivas dos aparelhos do Estado e vice-versa. Muitas vezes, as duas tendências – criminal e política – também se conectam atraídas pela necessidade de circulação de “mercadorias políticas” (Misse, 2011[2006]). Por sua vez, Gabriel Feltran analisou as relações tácitas e os rearranjos entre governo e “crime” em São Paulo, que produziram como efeito, funcional para os dois lados pretensamente autônomos, uma redução dos homicídios: “Deste conflito entre políticas do crime e políticas estatais produz-se uma espécie de ‘terceirização’ da segurança pública, na qual o governo segue sendo o ator central da tomada de decisões e o crime aquele que ordena territórios e grupos específicos nas periferias da cidade” (2012, pp. 248-249).

As afinidades eletivas entre as facções criminais e a *Realpolitik* demandariam uma análise mais aprofundada e criteriosa. Não é minha pretensão neste trabalho. O que desenvolvi aqui foi uma leitura ainda muito incipiente do que essa correlação pode produzir como investigação sociológica. Se, como pensa Paiva, “as facções são compostas por essa multiplicidade de relações que não se esgotam em um esquema e parecem transbordar, ensejando múltiplas adesões e afetos constitutivos do que é ser da facção” (2018a, no prelo), o que tentei, neste momento, de forma bastante introdutória, foi pensar como as facções construíram e aplicaram sua eficácia simbólica de maneira estratégica a serem na contemporaneidade da sociedade brasileira imprescindíveis para o funcionamento geral e irrestrito do *sistema de relações sociais do crime*, percorrendo um circuito a partir das favelas e cavando espaços simbólicos e de representação nas mais altas instâncias do estatismo e do meio empresarial.

6 COSTURAS FINAIS

Não me resta nenhuma dúvida de que muita coisa importante ficou de fora da minha análise. Tenho consciência das muitas lacunas deixadas. Isso é parte inextricável e insolúvel das minhas próprias limitações hermenêuticas. O trabalho aqui exposto não tem a pretensão de esgotar as inúmeras possibilidades de abordagem no campo das ciências sociais com relação ao objeto da pesquisa. O que aqui foi produzido é tão-somente uma seleção pessoal de um imenso mosaico teórico-empírico, enfim, apenas um esboço impressionista diante da inesgotável realidade material e fenomenológica pesquisada.

Pensar a sociologia como disciplina que se propõe a desnaturalizar analiticamente as representações estruturadas e estruturantes do mundo social é uma tarefa de largo fôlego. Considero que a inquietação hobbesiana “como a sociedade é possível?” ainda é um necessário ponto de partida. As sociedades contemporâneas e os fenômenos sociais são cada vez mais fluidos, porosos, diversos e dinâmicos, exigindo do cientista social um jogo de cintura dialético-interpretativo que possibilite apreender – ainda que sempre de modo parcial e limitado – a complexidade dos contextos e das configurações situacionais.

Embora haja tentado fugir delas, é bem razoável que eu possa ter incorrido em essencializações empíricas. É muito difícil analisar a sua própria análise. Também não acredito que seja possível uma neutralidade axiológica na produção textual. Nem foi minha pretensão. Possivelmente a maior meta que busquei nesse trabalho foi, sobretudo, humanizar os “bandidos” com quem conversei. Dar-lhes um caráter de gente, de pessoas que mereciam ser ouvidas compreensivelmente. Penso que eles tinham muito a dizer. E procurei ouvi-los com atenção.

Alguns desses agentes são amigos ou conhecidos de bairro, pessoas com quem já compartilhei momentos em que o que estava em ação não eram as práticas delitivas, mas toda a outra parte de suas vidas que escapa às configurações criminais. Ser “bandido” é apenas mais uma função que eles exercem entre tantas outras no dia a dia, como ser filhos, netos, amigos, esposos, jogadores de futebol amador, *rappers*, piadistas etc.

No entanto, em relação às suas práticas criminais, sustento que são agências ambíguas, ancoradas em um duplo vínculo (Bateson, 1956; 1972), porque expostas a injunções contraditórias: por um turno, em contraponto à semiótica da dominação, lançam mão cotidianamente de ações táticas que, mesmo inseridas em um campo onde se exerce uma coerção quase determinista, conseguem escapar-lhe, driblá-la, enveredam-se pelas rotas de fuga, e dessa maneira abrem possibilidades de criar uma práxis nova, ao romper com o

mimetismo homogêneo e pasteurizado dos poderios constituídos. Todavia, na outra ponta, não se pode negligenciar que, a despeito de criar redes de socialidades antidisciplinadas e contra-hegemônicas, as práticas da criminalidade favelada ao mesmo tempo reproduzem e mantêm estratégias políticas de poder autoritárias, violentas e hierárquicas próprias do *status quo*.

Quero dizer que, ao tempo em que criam formas de agenciamento anti-Estado, eles não vindicam nenhuma revolução social ou algo parecido tampouco defendem politicamente uma transformação das iniquidades e assimetrias sociais. Nesse sentido, as relações criminais dos agentes pobres expressam uma cadeia complexa de significantes e significados e também de materialidades e representações simbólicas que somente podem ser compreendidas à luz das suas próprias contradições, conflitos, astúcias e resistências.

Todavia, admito que essa conclusão é uma leitura lugar-comum do ponto de vista acadêmico. Fundamentalmente, não traz novidade para a literatura socioantropológica brasileira dos últimos trinta anos. Muitos autores e autoras já concluíram sobre essa ambiguidade da agência criminal pobre. Hobsbawm, em *Bandidos*, trouxe essa leitura ainda no final dos anos de 1960. O que eu tento apresentar como original nesse trabalho não é essa constatação clichê, mas as possibilidades sempre novas que cada *campo* tem a dizer. Assim, os dados empíricos, penso eu, são a grande singularidade dessa pesquisa. As falas cruas das pessoas com quem conversei, reproduzidas *ipsis litteris*, são mais importantes do que as análises que faço de seus discursos e de suas práticas, porque naquelas falas repousa uma sociologia espontânea das gentes simples, que joga com as adversidades das contingências do cotidiano.

Do ponto de vista teórico, me aventurei no desenvolvimento de alguns conceitos que me ajudaram a entender a complexidade e as particularidades do campo. Vou retomá-los brevemente neste momento. Trabalhei com a ideia de *violência territorializada* para propor não necessariamente um contraponto, mas sobretudo um complemento à conceituação de *violência difusa*. Considero que para analisar as especificidades dos fenômenos relativos às muitas violências brasileiras – físicas e de representação –, é fundamental verificar que, não obstante os ecos da violência (Freitas, 2003) serem difusos e atingirem todos os segmentos sociais, os reflexos deletérios e sobremaneira letais das práticas violentas ainda decantam especificamente em áreas pauperizadas dos médios e grandes centros urbanos e recaem sobre tipos estereotipados: pessoas pobres moradoras de favelas, cortiços, assentamentos precários, conjuntos habitacionais etc. Se, para efeito da análise, considerarmos apenas o caráter difuso da violência, penso que podemos incorrer numa negligência não apenas sociológica, mas político-teórica. Antes de qualquer processo de difusão das práticas polissêmicas das

violências brasileiras, há um seletivo e estratégico manejo de territorialização, encampado pelo binômio estatal-empresarial.

Adiante, trouxe também o conceito de *territorialidades*, ao pensar as múltiplas maneiras de lutas (territorialização, desterritorialização, reterritorialização) e produção sobre os territórios da cidade. As *territorialidades* não pertencem material ou representativamente a nenhum ator social ou entidade coletiva, surgem nas práticas agenciosas, mas não são inerentes aos agentes, estão desatreladas de uma origem ou de uma posse. Elas jogam em consonância com as oportunidades que emergem das situações contextuais, sempre escapando as tentativas inférteis de apreendê-las. As territorialidades são incapturáveis à lógica funcional urbanista. As territorialidades dialogam com a *tática* certeuniana, porque esta é uma das maneiras possíveis de objetivação daquelas. Elas não se valem de binarismos, mas de infinitismos. Em suma, são ações práticas de subjetivação-objetivação sobre o mundo social, lampejos de liberdade existencial, produções criativas sobre o espaço. Retomo o que sublinhei anteriormente: as *territorialidades* sentem terreno fértil nas muitas “gambiarras” e modos de cognição-prática táticos levados a cabo pelos segmentos marginalizados para jogar com as injunções e beber no cotidiano as oportunidades possíveis para obter alguma dignidade e um pedacinho de sobrevivência material face a uma estrutura hegemônica que os escanteou para a margem dos direitos civis e socioeconômicos.

Neste trabalho, trago o conceito de *sociabilidade favelada* para entender as dinâmicas de sociação do meu campo de estudo, o Grande Tancredo Neves. Todavia, penso que com as necessárias adaptações, esta ideia pode ser trabalhada nas análises mais gerais sobre a sociabilidade das camadas populares. A *sociabilidade favelada* carrega uma relação desencantada com a sociabilidade violenta (Machado da Silva, 2004). Defendo que a sociabilidade violenta é experimentada totalmente em suas causalidades somente pelas pessoas praticantes de atividades criminais, ao passo que a resistência tática às contingências locais violentas é a *sociabilidade favelada*: uma memória social histórica e compartilhada de resiliência ativa diante da violência do tráfico, dos tiroteios, dos assassinatos à porta de casa, e também uma resistência agenciosa face às violências físicas e de representação das agências do estatismo e dos segmentos empresariais hegemônicos. As duas formas de sociação nos bairros populares são possíveis (sociabilidade favelada e sociabilidade violenta), mas enquanto a sociabilidade violenta funciona como estrutura objetiva de coerção – na análise machadiana, quase teleológica –, a *sociabilidade favelada* escapa à sociabilidade violenta como um drible estético-social.

Dentro da socialidade das camadas populares, surge o *favelês cearense*, uma economia linguística que subverte criativamente a ortodoxia gramatical, a criatividade da palavra burlando o sistema da língua. É um socioleto cultural que dialoga com a memória social das classes pauperizadas, que historicamente teve no seu falar oculto parte de sua força de resistência. Ele é uma linguagem oral que surge não apenas como uma pretensa “representação” de uma realidade espoliadora, mas como práxis constituinte e ativa dessa realidade de opressão. Sustento como hipótese que o *favelês cearense* é um resquício originário do *nheengatu*, que já foi a principal língua falada em boa parte do Brasil por índios tupis, mamelucos, caboclos e portugueses subalternos. O *favelês* é um modo de agir, uma *arte de fazer*, a partir da perspectiva austiniana. A fala não somente relata, mas atua e produz efeitos sobre o mundo social.

Os conceitos de *violência territorializada*, *territorialidades*, *socialidade favelada* e a categoria *favelês cearense* carregam uma relação dialógica entre si, formam um esquema teórico que ajuda a compreender as polissemias fenomenológicas das classes estigmatizadas. Ao tempo em que são eminentemente táticas resistentes de agenciamento, contêm em suas dinâmicas resíduos de estratégia hegemônicas, no sentido certeuniano. Os resquícios de estratégias permitem que novas táticas criativas estejam sempre se reatualizando¹⁴⁶.

Trabalhei também o conceito de *sistema de relações sociais do crime*. Penso que algumas categorias nativas ou sociológicas como “mundo do crime” e “violência urbana” têm mais contribuído para reificar as práticas e os efeitos criminais em tipos sociais e regiões específicas das cidades. Ao pensar em um *sistema de relações sociais do crime* quero desnaturalizar a reificação do fenômeno “crime” em apenas um lugar moral da rede societal, dando-lhe um caráter processual e de *continuum* reticular, que busca estabelecer um enredamento entre a criminalidade pobre, a de colarinho-branco e o *modus operandi* das agências estatais e os segmentos empresariais. As ações criminais, portanto, não são inerentes a nenhum segmento, mas se constituem enquanto um complexo reticular preñado de ramificações e capilaridades que nascem nos agenciamentos situacionais encampados em infindáveis contextos configuracionais, atravessando todos os segmentos socioeconômicos, dos mais vulneráveis aos muito privilegiados. O *sistema de relações sociais do crime* transita por um circuito de trocas desiguais e coerções que tanto pode iniciar nas favelas e alcançar as mais elevadas instâncias estatais e empresariais, mas majoritariamente a trajetória é invertida:

¹⁴⁶ Quem me sugeriu de modo perspicaz a pensar estes conceitos aparentemente dispersos como um esquema teórico-dialógico foi o professor Adalton Marques, em exposição oral, durante a banca de avaliação deste trabalho.

é um caminho hierárquico e de dominação operado de cima para baixo. Esse “sistema relacional” opera homologamente à estrutura hegemônica; na verdade, ele é a própria operação geral da ordem dominante: os agentes com maiores recursos de poder de representação social estão no topo dessa hierarquia ao passo que aqueles com menores recursos materiais e fontes de poder são acionados como bodes-expiatórios nessas relações criminais. Este sistema não funcionaria sem o esquema direito-polícia-prisão-mídia-delinquência.

Em síntese, os conceitos trazidos neste trabalho são ainda tentativas incipientes de analisar as questões sociológicas relacionadas à criminalidade brasileira. São conceituações que serão, nos trabalhos vindouros, aprimoradas e aprofundadas teoricamente.

Porém, voltando à conclusão lugar-comum – na qual a minha se inclui, a de que a criminalidade dos agentes pobres está ancorada em ações de duplo vínculo – que tem sido compartilhada nos estudos sobre violência, crime, etc. nas últimas décadas no Brasil, será que de alguma maneira eu, você, nós não estamos colaborando para os efeitos perversos da criminalidade favelada? Enquanto se lê estas linhas, mais uma pessoa pobre é assassinada em alguma favela brasileira. O que temos feito micropoliticamente para ajudar a transformar essa realidade? A sociologia e a antropologia por si sós não bastam. Seja a sociologia da violência ou a antropologia do crime, ambas têm produzido uma vasta literatura sobre as práticas criminais, porém em que medida estas produções têm possibilitado agenciamentos coletivos e concretos que ousem transformar o mundo social? Quem são as pessoas que estão lendo essa literatura e o que elas têm feito com essa leitura? Será que estes trabalhos têm se restringido somente aos círculos acadêmicos? Precisamos pensar mais e mais sobre estas questões.

Parece-me óbvio que as realidades sobre as quais a sociologia da violência ou a antropologia do crime se debruçam analiticamente não vão mudar a partir de riscos de caneta ou dedilhados no teclado. Diante dessa obviedade, pode-se então argumentar que não se faz “ciência social” para transformar o mundo, mas apenas para desvelar seu funcionamento, para desnaturalizar as representações que fazemos sobre ele. Não obstante compreendê-lo como legítimo, considero esse argumento um subterfúgio.

Em suma, quero enfatizar que as análises socioantropológicas são relevantes para tentar compreender a sociedade, mas sobremaneira insuficientes para transformá-la. A academia, muitas vezes, é quimera. E a área que estuda violência não passa incólume a tudo isso. Amiúde, são egos-intelectos disputando quem faz a melhor análise “científica” enquanto a vida real, aquela em que dezenas de milhares de pessoas estão sendo assassinadas anualmente passa ao largo, alheia às teorias e empirias que tudo dizem, mas nada podem fazer

de concreto. Páginas e páginas de densidade teórico-empírica que não têm poder de agenciamento sobre o mundo. De fato, para o quê tem servido esses trabalhos? – incluo aqui o meu. Tenho pensado sobre isso, e me inquieto em imaginar que, talvez, ele tenha servido apenas para me conceder um título acadêmico. Mas talvez não. Ele me atravessou, me fez conhecer gentes diversas, ouvir e compartilhar histórias doloridas. Humanizou-me mais. Talvez seja para isso que servem estes trabalhos: nos autotransformam.

Diante do exposto nessas linhas finais, penso que a crítica política não empobrece a análise sociológica. Mas a crítica política tampouco é suficiente. Considero que precisamos ter a esperança como dever e a prática micropolítica como imperativo ético cotidiano, um devir-mudança. Como me ensinou uma amiga, conjugar o verbo *esperançar* porque nesse verbo tem ação. Gosto das sábias palavras do jagunço Riobaldo, em *Grande Sertão: Veredas*: “A vida é ingrata no macio de si; mas transtroz a esperança mesmo no meio do fel do desespero” (Rosa, 1983[1956], p. 159).

Nós, da academia, talvez estejamos precisando aprender que, simultaneamente às redomas universitárias – aulas, debates, simpósios, colóquios, seminários, congressos, etc. – devemos viver, ontologicamente, as riquezas e as misérias das ruas, bem como as situações de opressão histórica que quase nunca atingem os corpos discente e docente da universidade. Aprender com nossas próprias contradições, beber nelas a força do devir-mundo novo, mundo em que o Raposo, o Papagaio, o Pango, o Samurai, entre outros “bandidos”, tenham as mesmas oportunidades civis e socioeconômicas que as minhas, por exemplo.

Por fim, quero dizer que a criminalidade favelada gera um conflito permanente na estrutura social. Há momentos em que se imagina que será cooptada totalmente pela ordem hegemônica, mas seus personagens sempre criam linhas de fuga por onde parte dos seus agenciamentos escapam em direção a uma forma antiestatismo. Nesse sentido, a violência e o conflito nunca terão fim, porque são constituintes intrínsecos de todo sistema social. São eles – violência e conflito – que acionam os dispositivos históricos, psicológicos e sociais necessários à mudança. Se a conservação de uma semiologia dominante tem sido a regra; por outro lado, o potencial de mudança e de transformação nunca deixou de ser possível.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Theodor W. **Ensaio sobre psicologia social e psicanálise**. Trad. Verlaine Freitas. São Paulo: Editora Unesp, 2015 [1972;1977].

AGAMBEN, Giorgio. **Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I**. Trad. Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004a [1995].

_____. **Estado de exceção: homo sacer II, I**. Trad. Iraci D. Poleti. São Paulo: Boitempo, 2004b [2003].

AGIER, Michel. **Antropologia da cidade: lugares, situações, movimentos**. Trad. Graça Índias Cordeiro. São Paulo: Terceiro Nome, 2011 [2009].

AQUINO, Jânia Perla de. **Príncipes e castelos de areia: performance e liminaridade no universo dos grandes roubos**. 2009. Tese (Doutorado em Antropologia e Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), PPGAS, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

AQUINO, Jânia Perla de; SÁ, Leonardo. “Consideração” e “competência” entre assaltantes: etnografias da sociabilidade armada. IN: BARREIRA, César; SÁ, Leonardo; AQUINO, Jânia Perla de. **Violência, ilegalismos e lugares morais**. Campinas: Pontes, 2014.

ARAÚJO, Helciane de Fátima Abreu. **Estado/movimentos sociais no campo: a trama da construção conjunta de uma política pública no Maranhão**. PPGS, UFC, Fortaleza, 2010. [Tese de Doutorado].

ATHAYDE, Celso; SOARES, Luiz Eduardo; MV BILL. **Cabeça de porco**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

AUGÉ, Marc. **Não lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade**. Trad. Maria Lúcia Pereira. Campinas: Papyrus, 1994 [1992].

AUSTIN, John Langshaw. **Quando dizer é fazer: palavras e ação**. Trad. Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990 [1962].

BARBOSA, Antonio Rafael. **Um abraço para todos os amigos: algumas considerações sobre o tráfico de drogas no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: EDUFF, 1998.

_____. As armas do crime: reflexões sobre o tráfico de drogas no Rio de Janeiro. **Civitas**, Porto Alegre, v.1, n.2, pp. 165-180, 2001.

_____. Les études sur la violence et la criminalité au Brésil et les processus de “pacification” dans deux métropoles brésiliennes. AGIER, Michel; FRÚGOLI JR., Heitor (orgs). **Brésil(s): sciences humaines et sociales – Dossier: ce que l’anthropologie doit au Brésil: terrains et théories**. Paris, v. 9, n.p., 2016.

BARREIRA, César. **Crimes por encomenda: violência e pistolagem no cenário brasileiro**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Núcleo de Antropologia da Política, 1998.

_____. **Cotidiano despedaçado:** cenas de uma violência difusa. Fortaleza: UFC; Campinas: Pontes, 2008.

BARREIRA, César; SÁ, Leonardo; AQUINO, Jânia Perla de. **Violência e dilemas civilizatórios:** as práticas de punição e extermínio. Campinas: Pontes, 2012.

_____. **Violência, ilegalismos e lugares morais.** Campinas: Pontes, 2014.

BARREIRA, Irllys; LIMA, Geísa. Subversões do olhar: evidências temporais de uma microsociologia dos espaços urbanos. **Caderno CRH.** Salvador, v.26, n.69, p. 529-244, 2013.

BATESON, Gregory. **Naven:** um estudo do problemas sugeridos por um retrato compósito da cultura de uma tribo da Nova Guiné, desenhado a partir de três perspectivas. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Edusp: 2008 [1936].

_____. Double Bind, 1969. **Steps to an Ecology of Mind.** Chicago and London: The University of Chicago Press, 2000 [1972], pp. 271-8.

BATESON, Gregory *et al.* **Toward a theory of Schizophrenia.** Palo Alto: University of California Press, 1956.

BATISTA, Vera Malaguti. “Todo crime é político”. **Caros Amigos**, n. 77, 2003.

BECKER, Howard. **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais.** São Paulo: Hucitec, 1997 [1986].

_____. **Outsiders:** estudos de sociologia do desvio. Trad. Maria Luiza de Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2008 [1973].

BENJAMIN, Walter. Crítica da violência – crítica do poder [1921]. IN: BOOLE, Willie (org). **Documentos de cultura, documentos de barbárie:** escritos escolhidos. Trad. Celeste H.M. Ribeiro de Sousa *et al.* São Paulo: Cultrix; Edusp, pp. 160-175, 1986.

_____. Experiência e pobreza [1933]. IN: **Walter Benjamin:** obras escolhidas. Vol. 1. Magia e técnica, arte e política: Ensaio sobre literatura e história da cultura. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, pp. 114-119, 1987.

_____. Sobre o conceito da história [1937-1940]. IN: **Walter Benjamin:** obras escolhidas. Vol. 1. Magia e técnica, arte e política: Ensaio sobre literatura e história da cultura. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, pp. 222-232, 1987.

BEZERRA, Nelson F. **Cidade, saudade:** Fortaleza, anos 70. Fortaleza: Terra da Luz Editorial, 2013.

BIONDI, Karina. **Junto e misturado:** uma etnografia do PCC. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2010.

_____. Um mundo de “considerações”: alguns apontamentos sobre relações de força no trabalho de campo. In: BARREIRA, César; SÁ, Leonardo; AQUINO, Jânia Perla de. IN: **Violência e dilemas civilizatórios**: as práticas de punição e extermínio. Campinas: Pontes, 2012.

BIRMAN, Patrícia; MACHADO, Carly. A violência dos justos: evangélicos, mídia e periferias da metrópole. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. [online]. São Paulo, vol. 27, n.80, pp.55-69, 2012.

BORGES, Jorge Luis. **O Aleph**. Trad. Davi Arrigucci Jr. São Paulo: Companhia das Letras, 2013 [1949].

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

_____. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papyrus, 1996 [1994].

_____. **Meditações pascalianas**. São Paulo: Bertrand Brasil, 2001 [1997].

BOURDIEU, Pierre (coord). **A miséria do mundo**. Petrópolis, Vozes: 2012 [1993].

BOURDIEU, Pierre; CHAMPAGNE, Patrick. Os excluídos do interior. IN: BOURDIEU, Pierre. **Escritos de educação**. NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (orgs). Petrópolis: Vozes, 2003 [1990].

BURGESS, Anthony. **Laranja Mecânica**. Trad. Fábio Fernandes. São Paulo: Aleph, 2012 [1962].

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto? Trad. Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016 [2009].

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Editora34/Edusp, 2000.

CARDOSO, Carlos. A imagem e a ética na encruzilhada das ciências. IN: CERES, Víctora *et al.* **Antropologia e ética**: o debate atual no Brasil. Niterói: EdUFF, 2004.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. Trad. Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 2014 [1980].

COSTA, Maria Clélia Lustosa da. Fortaleza: expansão urbana e organização do espaço. IN: BORZACCHIELO *et al.* (orgs). **Ceará**: um novo olhar geográfico. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, pp. 51-100, 2007 [2005].

DAS, Veena e POOLE, Deborah. **Anthropology in the margins of the State**. Oxford, Santa Fe: James Currey, School of American Research Press, 2004.

DAVIS, Natalie Zemon. **Culturas do Povo**: sociedade e cultura no início da França moderna. Trad. Mariza Corrêa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990 [1975].

DAWSEY, John C. Turner, Benjamin e antropologia da performance: o lugar olhado (e ouvido) das coisas. **Campos - Revista de Antropologia Social**, Curitiba, vol. 7, n. 2, pp.17-25, 2006.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Trad. Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997 [1967].

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia** – vol. 1. Trad. Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995a.

_____. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia** – vol. 2. Trad. Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995b.

D'ELLIA FILHO, Orlando Zaccone. **Acionistas do nada: quem são os traficantes de drogas?** Rio de Janeiro: Revan, 2015 [2007].

DIAS, Camila Nunes. **Da pulverização ao monopólio da violência: expansão e consolidação do Primeiro Comando da Capital (PCC) no sistema carcerário paulista**. 2011. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), PPGS, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

DIÓGENES, Glória. **Cartografias da cultura e da violência: gangues, galeras e o movimento hip-hop**. São Paulo: Annablume, 1998.

_____. Lagamar: diferenciação das lutas e redirecionamento do espaço planejado. IN: BRAGA, Maria; BARREIRA, Irllys (orgs). **A política da escassez: lutas urbanas e programas sociais governamentais**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha/Stylus Comunicações, 1991.

DOSTOIÉVSKI, Fiódor. **Crime e Castigo**. Volumes I e II. Trad. Natália Nunes. São Paulo: Abril Cultural, 1982[1866].

_____. **O ladrão honesto e outros contos**. Trad. Cecília Rosas. São Paulo: Hedra, 2013 [1860].

DOUGLAS, Mary. **Pureza e perigo: ensaio sobre a noção de poluição e tabu**. Trad. Sônia Pereira da Silva. São Paulo: Perspectiva, 1976 [1966].

DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália**. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 1996 [1912].

_____. **Ética e sociologia da moral**. Trad. Paulo Castanheira. São Paulo: Martin Claret, 2016 [1887].

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1994 [1987].

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2000 [1965].

FELTRAN, Gabriel de Santis. Crime e castigo na cidade: os repertórios da justiça e a questão do homicídio nas periferias de São Paulo. **Caderno CRH** [online], Salvador, vol.23, n.58, pp.59-73, 2010.

_____. Governo que produz crime, crime que produz governo: o dispositivo de gestão do homicídio em São Paulo (1992 – 2011). **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 6, n. 2, 2012.

_____. Valor dos pobres: a aposta no dinheiro como mediação para o conflito social contemporâneo. **Caderno CRH** [online], Salvador, vol. 27, n.72, pp. 495-512, 2014.

FERNANDES, Florestan. A reconstrução da realidade nas ciências sociais [1957]. IN: IANNI, Octávio (org). **Florestan Fernandes: sociologia crítica e militante**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

FONSECA, Claudia. O anonimato e o texto antropológico: dilemas éticos e políticos da etnografia “em casa”. IN: SCHUCH, Patrice; VIEIRA, Miriam Steffen; PETERS, Roberta. **Experiências, dilemas e desafios do fazer etnográfico contemporâneo**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Trad. Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes: 2013a [1975].

_____. **Las redes de poder**. Trad. Heloisa Primavera. Córdoba: Ven Te Veo Editorial: 2013b [1981].

FREITAS, Fabiano Lucas da Silva. **A territorialidade da criminalidade violenta no bairro Jardim das Oliveiras – Fortaleza/CE**. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia/PPGG, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

FREITAS, Geovani Jacó de. **Ecos da violência**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

FREITAS, Geovani Jacó de; PAIVA, Luiz Fábio Silva. Ecos da violência nas margens de uma sociedade democrática: o caso da periferia de Fortaleza. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 18, n. 2, pp. 115-128, 2015.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. Rio de Janeiro e Brasília: INL/MEC,1980.

FREUD, Sigmund. **O mal-estar na civilização**. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Penguin Classics/Companhia das Letras, 2011 [1930].

GAMBETTA, Diego. **La máfia siciliana: el negocio de la protección privada**. Trad. Isabel Vericat Nuñez. México DF: Fondo de Cultura Económica, 2007[1993].

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Trad. [não informado na ficha catalográfica]. Rio de Janeiro: LTC, 1989 [1973].

_____. **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa.** Trad. Vera Mello Joscelyne. Petrópolis: Vozes, 1997 [1983].

GENNEP, Arnold van. **Os ritos de passagem:** estudo sistemático dos ritos da porta e da soleira, da hospitalidade, da adoção, gravidez e parto, nascimento, infância, puberdade, iniciação, coroação, noivado, casamento, funerais, estações, etc. Trad. Mariano Ferreira. Petrópolis: Vozes, 2011 [1909].

GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade.** Trad. Álvaro Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 1989 [1984].

GLUCKMAN, Max. Análise de uma situação social na Zululândia moderna [1958]. Trad. Roberto Yutaka Sagawa e Maura Miyoko Sagawa. IN: FELDMAN-BIANCO, Bela (org). **Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos.** São Paulo: Editora UNESP, 2010 [1987].

GOETHE, Johann Wolfgang von. **Os sofrimentos do jovem Werther.** Trad. Marcelo Backes. Porto Alegre: LP&M, 2014 [1774].

GOFFMAN, Erving. **Estigma:** notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Trad. Mathias Lambert. 4ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2013 [1963].

_____. **Ritual de interação:** ensaios sobre o comportamento face a face. Trad. Fábio Rodrigues Ribeiro da Silva. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011 [1967].

GRILLO, Carolina. **Coisas da Vida no Crime:** Tráfico e roubo em favelas cariocas. 2013. Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCC), PPGSA, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

GUATARRI, Félix. Espaço e poder: a criação de territórios na cidade. **Espaços e Debates,** São Paulo, NERU, ano V, n. 16, pp. 109-120, 1985.

HABERMAS, Jürgen. **Consciência moral e agir comunicativo.** Tradução de Guido Antônio de Almeida. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003 [1983].

HARVEY, David. **Cidades rebeldes:** do direito à cidade à revolução urbana. Trad. Jeferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2014 [2012].

HEGEL, Friedrich. **Fenomenologia do espírito.** Trad. Paulo Meneses. Petrópolis: Vozes, 1992 [1807].

HIRATA, Daniel. **Sobreviver na adversidade:** entre o mercado e a vida. 2010. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, PPGS, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2015 [1936].

HOLLOWAY, Thomas. **Policing Rio de Janeiro:** Repression and Resistance in a 19th-Century City, Stanford: Stanford University Press, 1993.

HONNET, Axel. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. Trad. Luiz Repa. São Paulo: Editora 34, 2009 [1992].

IPEA; FBSP. **Atlas da violência 2018**. Daniel Cerqueira. Renato Sergio de Lima. Samira Bueno. Luis Iván Valencia. Olaya Hanashiro. Pedro Henrique G (orgs.).

JACOBS, Jane. **Morte e vida nas grandes cidades**. Trad. Maria Estela Heider Cavalheiro. São Paulo: Martins Fontes, 2011 [1961].

LAHIRE, Bernard. Do *habitus* ao patrimônio individual de disposições: rumo a uma sociologia em escala individual. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, vol.34, n.2, pp. 7-29, 2003.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Trad. Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2008 [1968].

LEITE, Rogério Proença. Espaços públicos na pós-modernidade. IN: FORTUNA, Carlos; LEITE, Rogério Proença (orgs). **Plural de Cidade**: novos léxicos urbanos. Coimbra: Edições Almedina, 2009.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **A eficácia simbólica** [1949]. IN: **Antropologia Estrutural**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.

LOW, Setha M. The edge and the center: gated communities and the discourse of urban fear. In: GMELCH, George *et al.* (orgs). IN: **Urban Life**: readings in the anthropology of the city. Long Grove: Waveland Press, 2010.

LOWY, Michael. Sobre o conceito de “afinidade eletiva” em Max Weber. Trad. Lucas Amaral de Oliveira e Mariana Toledo Ferreira. **PLURAL – Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP**, São Paulo, v.17, n.2, pp.129-142, 2011.

MACHADO, Carly Barboza. Pentecostalismo e o sofrimento do (ex-)bandido: testemunhos, mediações, modos de subjetivação e projetos de cidadania nas periferias. **Horizonte antropológico** [online]. Porto Alegre, vol.20, n.42, pp.153-180, 2014.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. **Sociedade e Estado**, Brasília, vol.19, n.1, pp. 53-84, 2004.

MÃE, Valter Hugo. **A desumanização**. São Paulo: Cosac Naify, 2014 [2013].

MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 17, n. 49, 2002, pp. 12-29.

MARCUS, George. O que vem (logo) depois do “pós”. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 37, pp. 7-34, 1994.

MARQUES, Adalton. “Faxina’ e ‘pilotagem’: dispositivos (de guerra) políticos no seio da administração prisional”. **Lugar comum: estudos de mídia, cultura e democracia**. Rio de Janeiro: Universidade Nômade, vol. 25-26, pp. 283-290, 2008.

_____. “Liderança”, “proceder” e “igualdade”: uma etnografia das relações políticas no Primeiro Comando da Capital. **Etnográfica**, Lisboa, vol. 14, n.2, pp. 311-335, 2010.

_____. **Humanizar e expandir**: uma genealogia da segurança pública em São Paulo. 2017. Tese (Doutorado em Antropologia e Sociologia) – Centro de Educação e Ciências Humanas (CECH), PPGAS, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2017.

MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo**: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis: Vozes, 2008 [2002].

_____. **Uma sociologia da vida cotidiana**. São Paulo: Contexto, 2014.

MATOS JÚNIOR, Clodomir. **Violência, cidadania e medo**: vivências urbanas em Fortaleza. 2008. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Departamento de Ciências Sociais, PPGS, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

MAUSS, Marcel. Esboço de uma teoria geral da magia [1902]. IN: **Sociologia e antropologia**. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Ubu, 2017 [1950].

_____. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. [1925]. IN: **Sociologia e antropologia**. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Ubu, 2017 [1950].

MARX, Karl. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. Trad. Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011 [1852].

_____. **O Capital** (edição resumida por Julian Borchardt; 395 pg.). Trad. Ronaldo Alves Schmdt. Rio de Janeiro: Zahar, 1980 [1867].

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. Trad. [não informado na ficha catalográfica]. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2003 [1848].

MISSE, Michel. **Crime e violência no Brasil contemporâneo**: Estudos de sociologia do crime e da violência urbana. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011 [2006].

_____. A categoria “bandido” como identidade para o extermínio: algumas notas sobre sujeição criminal a partir do caso do Rio de Janeiro. IN: BARREIRA, César; SÁ, Leonardo; AQUINO, Jânia Perla de. **Violência e dilemas civilizatórios**: as práticas de punição e extermínio. Campinas: Pontes, 2012.

MORIN, Edgar. **Cultura de massas no século XX**: o espírito do tempo. v.1: Neurose. Trad. [não informado na ficha catalográfica]. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990 [1962].

NIETZSCHE, Friedrich. **Genealogia da moral**: uma polêmica. Trad. Atila Blacheyre. Rio de Janeiro: BestBolso, 2016 [1887].

PAIVA, Luiz Fábio Silva. **Contingências da violência em um território estigmatizado**. Campinas: Pontes, 2014 [2007].

_____. **“Aqui não tem gangue, tem facção”**: As transformações sociais do crime em Fortaleza. 2018a, no prelo.

_____. As dinâmicas do mercado ilegal de cocaína na tríplice fronteira entre Brasil, Peru e Colômbia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 2018b, no prelo.

PESSOA, Fernando. **Poemas completos de Alberto Caeiro**. São Paulo: Martin Claret, 2009.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. Violência e cultura. IN: LAMOUNIER, Bolívar; WEFFORT, Francisco; BENEVIDES, Maria Vitória (orgs). **Direito, cidadania e participação**. São Paulo: TAQ, pp.30-66, 1981.

PIRES, Artur de Freitas. É proibido proibir. **Revista Berro**, n.3, pp. 8-16, 2015a.

_____. Vida e morte, João. **Revista Berro**, n. 3, pp. 19-20, 2015b.

_____. O protagonismo negro no processo de abolição. **Revista Berro**, 2014a [online].

_____. O barraco. **Revista Berro**, Fortaleza, 2014b [online].

_____. ‘Pixadores’ de Fortaleza realizam intervenções contra a Copa. **Revista Berro**, Fortaleza, 2014c [online].

_____. Uma noite no Canto das Tribos. **Revista Berro**, 2013 [online].

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Trad. Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993 [1980].

RICOEUR, Paul. **Interpretação e ideologias**. Trad. Hilton Japiassu. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1990 [1977].

RILKE, Rainer Maria. **Cartas a um jovem poeta**. Trad. Pedro Sússekind. Porto Alegre: L&PM, 2009 [1929].

RIO, João do. **A alma encantadora das ruas**. São Paulo: Martin Claret, 2007 [1908].

ROSA, Guimarães. **Grande Sertão: Veredas**. São Paulo: Abril Cultural, 1983 [1956].

ROUSSEAU, Jean Jacques. **El origen de la desigualdad**. Trad. [não informado na ficha catalográfica]. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1997 [1755].

RUGGIERO, Vincenzo; SOUTH, Nigel. The late-modern City as a Bazaar. **British Journal of Sociology**, Londres, vol 48, n. 1, 1997.

RUI, Taniele. **Corpos abjetos: etnografia em cenários de uso e comércio de crack**. 2012. Tese (Doutorado em Antropologia e Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), PPGAS, Unicamp, Campinas, 2012.

SÁ, Leonardo. **Guerra, mundo e consideração**: uma etnografia das relações sociais dos jovens no Serviluz. 2010. Tese (Doutorado em Sociologia) – Departamento de Ciências Sociais, PPGS, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. IN: BALLY, Charles; SECHEHAYE, Albert (orgs). Trad. Antônio Chelini; José Paulo Paes; Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 2006 [1916].

SAVIANO, Roberto. **Zero, zero, zero**. Trad. Federico Carotti *et al.* São Paulo: Companhia das Letras, 2014 [2013].

SCHUTZ, Alfred. **Fenomenologia e relações sociais**. Trad. Ângela Melin. Rio de Janeiro: Zahar, 1979 [1932].

SCOTT, James. **Los dominados y el arte de la resistencia**. Trad. Jorge Aguilar Mora. País Basco: Txalaparta, 2003 [1990].

SIMMEL, Georg. A natureza sociológica do conflito [1904]. IN: MORAES FILHO, Evaristo (org). **Simmel**. São Paulo: Ática, pp. 122-134, 1983.

_____. A metrópole e a vida do espírito [1903]. IN: FORTUNA, Carlos. **Cidade, Cultura e Globalização**. Oeiras: Celta Editora, 2001.

SOARES, Simone. **O jogo do bicho**: a saga de um fato social brasileiro. São Paulo: Bertrand Brasil, 1993.

STEIN, Murray. **Jung – o mapa da alma**: uma introdução. Trad. Álvaro Cabral. São Paulo: Cultrix, 2006 [1998].

TAMBIAH, Stanley J. **Leveling crowds**: ethnonationalist conflicts and collective violence in South Asia. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1996.

_____. Conflito etnonacionalista e violência coletiva no sul da Ásia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, vol. 12, n. 34, pp. 5-24, 1997.

TELLES, Vera da Silva. Nas dobras do legal e do ilegal: ilegalismos e jogos de poder nas tramas da cidade. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 5-6, pp. 97-126, 2010.

TELLES, Vera da Silva; HIRATA, Daniel Veloso. Cidade e práticas urbanas: nas fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito. **Estudos Avançados**, São Paulo, vol.21, n.61, 2007.

THOMPSON, Edward Palmer. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Trad. Antonio Luigi Negro *et al.* Campinas: Unicamp, 2001 [1965].

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Trad. Pedrinho Guareschi *et al.* Petrópolis: Vozes, 1995 [1990].

THOREAU, Henry David. **A desobediência civil**. Trad. Sergio Karam. Porto Alegre: L&PM, 2013 [1849].

TURNER, Victor. **Floresta de símbolos**: aspectos do ritual Ndembu. Trad. Paulo Gabriel Hilu da Rocha Pinto e Arno Vogel. Niterói: EdUFF, 2005 [1967].

_____. **Dramas, campos e metáforas**: ação simbólica na sociedade humana. Trad. Fabiano Morais. Niterói: EdUFF, 2008 [1974].

_____. Dewey, Dilthey, and Drama: an essay in the Anthropology of Experience. IN: TURNER, Victor; BRUNER, Edward (orgs). **The Anthropology of Experience**. Urbana e Chicago: University of Illinois Press, 1986.

VANDENBERGHE, Frédéric. **Uma história filosófica da sociologia alemã**: alienação e reificação – Volume 1: Marx, Simmel, Weber e Lukács. Trad. Daniel P. P. Costa. São Paulo: Annablume, 2012 [1997].

VÍCTORA, Ceres; OLIVEN, Ruben George; MACIEL, Maria Eunice; ORO, Ari Pedro. (orgs). **Antropologia e ética**: O debate atual no Brasil. Niterói: EdUFF, 2004.

WACQUANT, Loïc. **Les prisons de la misère**. Paris: Raisons d’agir, 2015 [1999].

_____. **Los condenados de la ciudad**: guetos, periferias y estado. Trad. Marcos Mayer. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2013 [2001].

WEBER, Max. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. Trad. José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004 [1904-1905].

_____. **Metodologia das ciências sociais**. Trad. Augustin Wernet. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1993 [1922].

_____. **Economia e sociedade**: Fundamentos da Sociologia Compreensiva: vol 1. Trad. Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília: UNB, 1991 [1920].

WHYTE, William Foote. **Sociedade de esquina**: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada. Trad. Maria Lúcia de Oliveira. Rio de Janeiro: Zahar, 2005 [1943].

ZALUAR, Alba. **A máquina e a revolta**: as organizações populares e o significado da pobreza. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994 [1985].

_____. Pesquisando no perigo: etnografias voluntárias e não acidentais. **Mana**. Rio de Janeiro, vol. 15, n. 2, pp. 557-584, 2009.

Matérias de Jornais e Revistas

ALESSI, Gil. O movimento do Comando Vermelho para interferir na campanha eleitoral no Ceará. *El País*. São Paulo, 26 de agosto de 2018. Disponível em:

https://brasil.elpais.com/brasil/2018/08/24/politica/1535140182_429456.html. Acesso em 26/08/2018.

A AÇÃO política do PCC. *Isto É*. São Paulo, 15 de julho de 2016. Disponível em: <https://istoe.com.br/acao-politica-do-pcc/>. Acesso em 27/07/2018.

BORGES, Messias. Líder do Sindicato do Crime é preso na Praia do Icarai. *Diário do Nordeste*. Fortaleza, 12 de julho de 2017. Disponível em: <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/policia/lider-do-sindicato-do-crime-e-preso-na-praia-do-icarai-1.1786385>. Acesso em 27/07/2018.

CAMARANTE, André. Polícia prende Júnior, irmão do líder do PCC. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 28 de abril de 2006. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2804200620.htm>. Acesso em 27/07/2018.

CENTRO geográfico: “Quem conquistar o Ceará conquista o Nordeste. *O Povo*. Fortaleza, 19 de fevereiro de 2018. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2018/02/quem-conquistar-o-ceara-conquista-o-nordeste-diz-ministro-da-justica.html>. Acesso em 27/07/2018.

CHEFE do PCC que estava em Fortaleza é preso pela Polícia Federal ao desembarcar em São Paulo. *O Povo*. Fortaleza, 20 de fevereiro de 2018. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2018/02/lideranca-do-pcc-que-estava-em-fortaleza-e-presa-no-aeroporto-de-sp.html>. Acesso em 27/07/2018.

COSTA, Flávio. Luta do PCC pelo monopólio das drogas custará muitas vidas, diz escritor que investiga o tráfico. *Portal Uol*. São Paulo, 26 de julho de 2017. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/07/26/a-tentativa-do-pcc-de-monopolizar-o-trafico-de-drogas-vai-custar-muitas-vidas-diz-escritor.htm>. Acesso em 23/07/2018.

EM UM ANO, oito chacinas deixaram 46 mortos no Ceará. *O Povo*. Fortaleza, 27 de janeiro de 2018. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2018/01/em-um-ano-oito-chacinas-deixaram-46-mortos-no-ceara.html>. Acesso em 25/07/2018/.

FEITOSA, Márcia. Crime organizado: um problema nacional que aflige o Ceará. *Diário do Nordeste*. Fortaleza, 17 de janeiro de 2018. Disponível em: <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/policia/crime-organizado-um-problema-nacional-que-aflige-o-ceara-1.1878935>. Acesso em: 23/07/2018.

KIEFER, Sandra. Estudo mostra que cocaína comercializada em Minas é a mais "batizada" do Brasil. *Estado de Minas*. Belo Horizonte, 4 de abril de 2014. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2014/04/04/interna_gerais,515369/estudo-mostra-que-cocaina-comercializada-em-minas-e-a-mais-batizada-do-brasil.shtml. Acesso em 30/07/2018.

LÍDER da FDN morto com tiros de fuzil. *Diário do Nordeste*. Fortaleza, 21 de abril de 2017. Disponível em: <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/policia/lider-da-fnd-morto-com-tiros-de-fuzil-1.1741536>. Acesso em 27.07.2018.

MELO, Emanoela Campelo; BORGES, Messias. Traficante do PCC na fronteira do País é preso no CE. *Diário do Nordeste*. Crato, 21 de julho de 2018. Disponível em: <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/policia/traficante-do-pcc-na-fronteira-do-pais-e-preso-no-ce-1.1973175>. Acesso em 27/07/2018.

MORADORES de bairro em Fortaleza seguem deixando casas após ameaças de facção. *Portal G1*. Fortaleza, 5 de janeiro de 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/moradores-da-babilonia-em-fortaleza-seguem-deixando-casas-apos-pichacoes-com-ordenando-saida.ghtml>. Acesso em 26/07/2018.

MOTA, Paulo. Polícia prende no CE acusado de liderar tráfico no Rio. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 6 de março de 1996. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/3/06/cotidiano/3.html>. Acesso em: 23/07/2018.

OLIVEIRA, Sara. Braço-direito de Fernandinho Beira-Mar tem casa e negócios no Ceará. *O Povo*. Fortaleza, 25 de maio de 2017. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/jornal/cotidiano/2017/05/braco-direito-de-fernandinho-beira-mar-tem-casa-e-negocios-no-ceara.html>. Acesso em 27/07/2018.

PAIVA, Thiago. Operação da Polícia Federal em cinco países prende sete no Ceará. *O Povo*. Fortaleza, 21 de novembro de 2015. Disponível em: <https://www20.opovo.com.br/app/opovo/cotidiano/2015/11/21/noticiasjornalcotidiano,3537574/operacao-da-policia-federal-em-cinco-paises-prende-sete-no-ceara.shtml>. Acesso em 27/07/2018.

PAIVA, Thiago. Como se distribuem as facções nos presídios cearenses. *O Povo*. Fortaleza, 28 de fevereiro de 2018(a). Disponível em: <https://www.opovo.com.br/jornal/reportagem/2018/02/como-os-presidios-estao-loteados-pelas-faccoes.html>. Acesso em 24/07/2018.

PAIVA, Thiago. Conheça os perfis das facções que atuam no Ceará. *O Povo*. Fortaleza, 27 de março de 2018(b). Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2018/03/conheca-os-perfis-das-faccoes-que-atuam-no-ceara.html>. Acesso em 23/07/2018.

PLANO de Uê para matar Beira-Mar pode ter sido a causa do motim em Bangu. *Estado de São Paulo*. São Paulo, 12 de setembro de 2002. Disponível em: <https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,plano-de-ue-para-matar-beira-mar-pode-ter-sido-a-causa-do-motim-em-bangu,20020912p19724>. Acesso em: 23/07/2018.

PRESO no Ceará líder de quadrilha que custeou ataques no RN. *O Povo*. Fortaleza, 4 de junho de 2017. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/ceara/russas/2017/06/preso-no-ceara-lider-de-quadrilha-que-custeou-ataques-no-rn.html>. Acesso em 27/07/2018.

RODRIGUES, Emerson. Ceará é o terceiro Estado do País com mais integrantes do PCC. *Diário do Nordeste*. Fortaleza, 23 de abril de 2018. Disponível em: <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/policia/ceara-e-o-terceiro-estado-do-pais-com-mais-integrantes-do-pcc-1.1927961>. Acesso em 23/07/2018.

SETE chacinas no Ceará deixaram 48 mortos em 2018. *Portal G1*. Fortaleza, 18 de julho de 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/ceara-tem-48-mortes-em-sete-chacinas-em-2018.ghtml>. Acesso em 25/07/2018.

TÚLIO, Demitri; SENA, João Marcelo. PF prende irmão de Marcola em Fortaleza. *O Povo*. Fortaleza, 30 de março de 2016. Disponível em: <https://www20.opovo.com.br/app/opovo/cotidiano/2016/03/30/noticiasjornalcotidiano,3595595/pf-prende-irmao-de-marcola-em-fortaleza.shtml>. Acesso em 27/07/2018.

Músicas

BOB MARLEY. Them Belly Full. *In: Natty Dread*. Kingston: Tuff Gong/Island, 1974.

CHICO SCIENCE E NAÇÃO ZUMBI. Banditismo por uma questão de classe. *In: Da lama ao caos*. Rio de Janeiro: Chaos, 1994.

FACÇÃO CENTRAL. São Paulo - Aushwitz Versão Brasileira. *In: Direto do campo de extermínio*. São Paulo: Face da Morte Produções, 2003.

GONZAGUINHA. Um homem também chora (Guerreiro menino). *In: Alô, Alô Brasil*. Rio de Janeiro: EMI, 1983.

MILTON NASCIMENTO. Fazenda. *In: Geraes*. Rio de Janeiro: EMI, 1976.

MILTON NASCIMENTO; FERNANDO BRANT. Maria, Maria. *In: Clube da Esquina 2*. Rio de Janeiro: EMI, 1978.

RACIONAIS MC'S. Homem na estrada. *In: Raio-X do Brasil*. São Paulo: Zimbabwe, 1993.

_____. Artigo 157. *In: Nada como um dia após o outro dia*. São Paulo: Unimar Music, 2002.

RINCON SAPIÊNCIA. A volta pra casa. *In: Galanga Livre*. São Paulo: Boia Fria Produções, 2017a.

_____. Ostentação à pobreza. *In: Galanga Livre*. São Paulo: Boia Fria Produções, 2017b.

RZO. Pirituba parte II. *In: Evolução é uma coisa*. São Paulo: Warlok Records, 2003.